

# Administração

em

# DIÁLOGO

# 2

**Edilene Dias Santos  
Bianca Gabriely Ferreira Silva  
Roger Goulart Mello  
Organizadores**



**2022**

# Administração em DIÁLOGO 2

**Edilene Dias Santos  
Bianca Gabriely Ferreira Silva  
Roger Goulart Mello  
Organizadores**



**2022**

---

2022 by Editora e-Publicar  
Copyright © Editora e-Publicar  
Copyright do Texto © 2022 Os autores  
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar  
Direitos para esta edição cedidos  
à Editora e-Publicar pelos autores

**Editora Chefe**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Editor**

Roger Goulart Mello

**Diagramação**

Dandara Goulart Mello

Lidiane Bilchez Jordão

Roger Goulart Mello

**Projeto gráfico e Edição de Arte**

Patrícia Gonçalves de Freitas

**Revisão**

Os autores

## ADMINISTRAÇÃO EM DIÁLOGO, VOLUME 2.

Todo o conteúdo dos capítulos desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais. A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

### Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina

Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense

Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia

Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais

Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina

Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes

Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás

Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará



2022

Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense  
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz  
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA  
Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória  
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas  
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará  
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes  
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes  
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo  
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes  
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará  
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista  
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A238 Administração em diálogo [livro eletrônico] : volume 2 /  
Organizadores Edilene Dias Santos, Bianca Gabriely Ferreira  
Silva, Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar,  
2022.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5364-119-8

1. Administração – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento  
estratégico. 3. Gestão de negócios. I. Santos, Edilene Dias. II. Silva,  
Bianca Gabriely Ferreira. III. Mello, Roger Goulart.

CDD 658.4

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Editora e-Publicar**  
Rio de Janeiro, Brasil  
contato@editorapublicar.com.br  
www.editorapublicar.com.br



**2022**

## **APRESENTAÇÃO**

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Administração em diálogo, Volume 2". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 .....	11
O CAMINHO ATÉ A INDÚSTRIA 4.0.....	11
	Ana Nery Rodrigues Carneiro
CAPÍTULO 2 .....	34
ANÁLISE DE NEGÓCIO PARA TOMADA DE DECISÃO – EMPRESA DE SERVIÇOS	34
	Eliana Josefa da Silva
	Ana Dayana Leite Brasileiro
	Beatriz Almeida Santos
	Gisele Castelano Lima
	Michelle Aparecida Novaes de Oliveira
	Rafael Santos Fegueredo
	Silvia Nascimnto de Abreu
CAPÍTULO 3 .....	54
CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA E PRIVADA .....	54
	Bruno da Silva Saldanha
	Flávio Régio Brambilla
CAPÍTULO 4 .....	74
ANÁLISE DAS ATUALIZAÇÕES DAS DESPESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ NO EXERCÍCIO DE 2022 .....	74
	João Pedro Pereira de Sousa
	Francisco Apoliano Albuquerque
CAPÍTULO 5 .....	86
ANÁLISE DOS INDICADORES DE RENTABILIDADE DA EMPRESA GRENDENE S/A NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021.....	86
	João Pedro Pereira de Sousa
	Francisco Apoliano Albuquerque
CAPÍTULO 6 .....	98
ABORDAGENS TEÓRICAS PARA O ENTENDIMENTO DA INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOBRE OS NÍVEIS DE <i>SPREAD</i> BANCÁRIO DOS PAÍSES.....	98
	Douglas José Mendonça
	Júlia Alves e Souza
	Francisval de Melo Carvalho

CAPÍTULO 7 .....	119
ATUAÇÃO DO MARKETING VERDE EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE EMPRESAS DO SEGMENTO COSMÉTICO: UMA ABORDAGEM ANALÍTICA E LINGUÍSTICA DA METAFORIZAÇÃO DO TERMO VERDE .....	119
	Matheus Gabriel Andrade Silva Victor Fernandes de Lima Ricardo Luiz Perez Teixeira Priscilla Chantal Duarte Silva
CAPÍTULO 8 .....	141
TREINAMENTO COMO ESTRATÉGIA MOTIVACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES ...	141
	Sílvia Danizete Pereira Barbosa
CAPÍTULO 9 .....	152
PROCUSTOS NEURÓTICOS DA NOVIDADE CIENTÍFICA .....	152
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022299198</b>	Nelson Hein Adriana Kroenke André Luis Korzenowski
CAPÍTULO 10 .....	170
PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR DE CARNE DE AVESTRUZ .....	170
	Alessandra Carla Ceolin Alexandre de Melo Abicht Rafaela Rodrigues Lins Marco Aurélio Benevides de Pinho
CAPÍTULO 11 .....	187
UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, COM ÊNFASE EM ATIVIDADES DE BOMBEIRO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	187
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c20222111198</b>	Alfredo Ribeiro Cárdenas Maurício Custodio Serafim
CAPÍTULO 12 .....	205
PERCEPÇÃO E PREFERÊNCIAS DE ESCOLHA ENTRE FINTECHS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS TRADICIONAIS .....	205
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202221212198</b>	Eduarda Roggia Jaqueline Carla Guse Andréa Cristina Dörr Ana Paula Schervinski Villwock Carine Dalla Valle
CAPÍTULO 13 .....	219
A ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO CEARÁ – CAGECE .....	219
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022201313198</b>	João Pedro Pereira de Sousa Francisco Apoliano Albuquerque

CAPÍTULO 14.....	232
ANÁLISE DA RENÚNCIA DE RECEITAS PREVISTAS PELO FISCO FEDERAL REFERENTE AO SIMPLES NACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.....	232
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022201414198</b>	João Pedro Pereira de Sousa Francisco Apoliano Albuquerque
CAPÍTULO 15.....	249
A RELEVÂNCIA DO PLANO PLURIANUAL COMO SINTETIZADOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO.....	249
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c2022201515198</b>	João Pedro Pereira de Sousa Francisco Apoliano Albuquerque
CAPÍTULO 16.....	264
ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: CONCEITOS, POLÍTICAS MUNDIAIS E NACIONAIS E INDICADORES NO BRASIL .....	264
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202221616198</b>	Giana Silva Giacomelli Taiane Keila Matheis Kelmara Mendes Vieira
CAPÍTULO 17.....	282
O IMPACTO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO GASTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DO SUL DO BRASIL .....	282
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202221717198</b>	Cleber Broietti João Antônio Salvador de Souza Leonardo Flach Gilberto Crispim Celma Duque Ferreira
CAPÍTULO 18.....	301
GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E CRESCIMENTO DAS FIRMAS: UM ESTUDO DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3 .....	301
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202221818198</b>	Emerson Orsini Ferrari Tiago Ramos Wohleberg Gilmar Ribeiro de Mello
CAPÍTULO 19.....	321
REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO .....	321
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202221919198</b>	Julia Diniz de Oliveira
CAPÍTULO 20.....	333
APOSENTADORIA: UMA BREVE REVISÃO COM ENFOQUE NA DIMENSÃO DE PREPARAÇÃO FINANCEIRA .....	333
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202222020198</b>	Tamara Otilia Amaral Rosenblum Taiane Keila Matheis Kelmara Mendes Vieira



CAPÍTULO 21 .....	350
CENTRO DIA PARA IDOSOS: ALTERNATIVA DE CUIDADO DIURNO E A BUSCA POR VAGA.....	350
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202222121198</b>	Vania Aparecida Gurian Varoto Carolina Ramos Semensato Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira Camila Rossi Garcia Machado
CAPÍTULO 22 .....	370
O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOBRE O ATUAL CENÁRIO DA GESTÃO FINANCEIRAS DAS FAMÍLIAS DA CIDADE DE RESTINGA SÊCA.....	370
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202222222198</b>	Moacir Francisco Muraro Mateus Toller Vonia Engel
CAPÍTULO 23.....	387
CULTURA BRASILEIRA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	387
<b>DOI 10.47402/ed.ep.c202222323198</b>	Abraão Danziger de Matos



# CAPÍTULO 1

## O CAMINHO ATÉ A INDÚSTRIA 4.0

Ana Nery Rodrigues Carneiro

### RESUMO

Este artigo analisa o processo evolutivo da indústria durante as revoluções industriais, contemplando as características e fatores que impulsionaram as transformações ocorridas até a quarta Revolução Industrial. Apresenta as etapas de implementação da indústria 4.0 e suas implicações. Discute o processo de industrialização do Brasil frente aos reflexos das revoluções industriais. As pesquisas exploratória e descritiva foram os recursos utilizados para o alcance dos objetivos definidos. Os resultados apontam que as revoluções industriais foram determinantes para a formação da sociedade como se apresenta atualmente, proporcionando avanços significativos nos meios e métodos de produção, além de vários outros setores da sociedade. A quarta Revolução Industrial chegou como um processo de fusão entre tecnologias, que envolve a interação entre o mundo digital, físico e biológico, promovendo a automação da manufatura e novas estruturas de comunicação e troca de informações. No Brasil, os desafios são grandes e se baseiam principalmente na dificuldade de automação da produção, falta de conhecimento sobre os benefícios da adoção das novas tecnologias e falta de políticas públicas de incentivo à incorporação do conceito da Indústria 4.0.

**PALAVRAS-CHAVES:** Revoluções Industriais. Tecnologia. Indústria 4.0.

### INTRODUÇÃO

A Indústria 4.0 é um conceito que vem instigando interesse crescente de profissionais e pesquisadores da ciência administrativa, principalmente por ser um grande agente impulsionador da nova economia mundial, na qual as organizações precisam adotar uma postura mais flexível, proativa e inovadora para atender aos critérios de consumo e especificidades da era digital. Esse contexto impôs a necessidade de modernização dos meios de produção, venda e comunicação, processo sem o qual as empresas se tornam facilmente ultrapassáveis.

A ciência e tecnologia têm um papel estratégico central nesse movimento evolutivo, possibilitando a integração de ativos físicos, biológicos e virtuais, de modo a otimizar o desenvolvimento industrial. Contudo, há que se atentar para os desafios envolvidos na implementação do conceito 4.0, que implica diversas mudanças e investimentos, tanto materiais quanto culturais. Forçoso acrescentar que a falta de conhecimento sobre tudo que envolve a adoção de tecnologias 4.0 é um dos maiores obstáculos presumíveis, visto que se trata de algo muito recente e pouco difundido ainda na literatura.

Apesar dos estudos sobre o tema estarem aumentando gradativamente pelo mundo, ainda existem lacunas diversas de conhecimento que devem ser preenchidas de acordo com a realidade de cada país. Entre as questões latentes, aborda-se a seguinte: quais as características do processo evolutivo da Indústria até o conceito 4.0?

Para resolver o problema de pesquisa ora instaurado, este artigo investiga o processo evolutivo da indústria durante as revoluções industriais, contemplando as características e fatores que impulsionaram as transformações ocorridas até a quarta Revolução Industrial. Apresenta as etapas de implementação da indústria 4.0 e suas implicações. Discute o processo de industrialização do Brasil frente aos reflexos das revoluções industriais.

Para conhecer o futuro da sociedade é importante entender o seu passado e os processos que tornaram possível construir uma história ao longo do tempo. Desta forma, este estudo se torna necessário para uma compreensão dos fatores que impulsionaram as revoluções industriais e que fundamentam a proposta da Quarta Revolução Industrial.

A metodologia utilizada para o alcance dos objetivos abrangeu as pesquisas exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória visa a tornar um tema mais compreensível, buscando situá-lo na literatura acadêmica, de modo a aprofundar os conhecimentos sobre o objeto de estudo, para então desenvolver uma explanação crítica e científica relevante para responder ao problema de pesquisa. A pesquisa descritiva, por sua vez, se presta a pormenorizar o assunto em pauta e aprofundar as discussões sobre o problema de pesquisa (Gil, 2010).

## **AS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS: CONTEXTOS E CARACTERÍSTICAS**

O mundo dos negócios passou por grandes revoluções ao longo da história, que transformaram não somente os meios de produção e comercialização de bens e serviços, mas toda a estrutura social e econômica envolvida na dinâmica de consumo.

Essas revoluções trouxeram muitos benefícios à população, como o aumento da produtividade e qualidade industrial, permitindo o acesso dos bens a um maior número de consumidores, mas, por outro lado, geraram alguns ônus no que diz respeito à obsolescência de máquinas e da mão-de-obra. Corroborando essa constatação, Kagermann (2013) afirma que o progresso nas diversas áreas do conhecimento permitiu solucionar problemas em cada época, favorecendo o desenvolvimento da humanidade, preenchendo lacunas de necessidades existentes e gerando novas demandas.

Antes do surgimento da indústria, a produção de bens era totalmente manual, o que limitava a produtividade e, conseqüentemente, o acesso da população ao que era produzido.

---

Com o crescimento populacional, naturalmente o aumento da capacidade produtiva tornou-se uma necessidade urgente para o desenvolvimento do capitalismo, dando origem à primeira Revolução Industrial.

### **A primeira revolução industrial: Indústria 1.0**

A primeira Revolução Industrial ocorreu entre os anos de 1780 e 1860, na Inglaterra, se espalhando em seguida por outros países da Europa, como Bélgica, França, Holanda, Alemanha e Rússia, chegando posteriormente aos Estados Unidos da América (Boettcher, 2015). A Indústria 1.0 é vista pelos estudiosos como uma consequência do desenvolvimento bem-sucedido das formas institucionais europeias, que se difundiram com sucesso em outros países. A expansão da influência europeia, segundo registros históricos, se consolidou por meio do comércio e migração, posto que países colonizados pelos europeus demonstrem possuir infraestruturas sociais mais profícuas quanto aos níveis de produção por trabalhador atualmente (McMillan, 2002)

A transição da manufatura para a Indústria 1.0 foi caracterizada por grandes inovações e mudanças, que provocaram a evolução do setor produtivo, de transporte e comunicação. Nessa época, cientistas descobriram que o carvão poderia ser utilizado como nova fonte de energia, o que incentivou a criação da máquina a vapor e a locomotiva. A máquina a vapor foi primeiramente adotada na indústria têxtil, que se tornou um expoente da produção excedente. Observando o sucesso dessa tecnologia, indústrias de outros setores passaram a incorporar máquinas ao seu processo produtivo como meio de aumentar sua capacidade produtiva (Venturelli, 2017).

Ainda entre os adventos importantes da primeira Revolução Industrial, as estradas de ferro e as locomotivas permitiram o aumento significativo do escoamento da produção, de forma mais rápida e em maior quantidade. O desenvolvimento do setor ferroviário ocorreu principalmente com o incentivo da indústria, que, diante dos altos lucros auferidos, passou a diversificar os investimentos em outros segmentos que pudessem agregar valor aos negócios. O telégrafo foi outra tecnologia revolucionária criada na época, que impulsionou o setor de comunicação, possibilitando a transmissão de dados de forma instantânea (Hobsbawm, 2014).

Todas essas inovações trouxeram grandes benefícios ao sistema produtivo e, conseqüentemente, ao sistema capitalista, afetando drasticamente a vida da sociedade, tanto positiva quanto negativamente. O crescimento desordenado das cidades em torno das fábricas desencadeou muitos problemas de saúde à população, tendo em vista a péssima infraestrutura

de saneamento básico, e precárias condições de moradia dos trabalhadores, que tinham salários baixíssimos e condições de trabalho insalubres, além de sofrer maus tratos. Se por um lado a criação do trabalho assalariado permitiu que mais pessoas pudessem ter uma fonte de renda, por outro, representou um meio de exploração da mão-de-obra, o que, com o tempo, impulsionou várias manifestações trabalhistas (Venturelli, 2017).

Pode-se sintetizar a primeira Revolução Industrial como a transição entre o modelo de produção manufatureiro para a mecanização, a partir da qual a sociedade passou a ter uma nova forma de organização e hábitos de consumo motivados pelo desenvolvimento da indústria. As inovações tecnológicas e novas fontes de energia que surgiram nessa época promoveram uma expansão exponencial do comércio, consolidando o capitalismo na Europa. Contudo, as intensas transformações nos meios de produção e nas relações de trabalho criaram grandes desafios para a sociedade.

### **Segunda revolução industrial: Indústria 2.0**

A segunda Revolução Industrial iniciou-se na metade do século XIX e estendeu-se até a primeira metade do século XX, em decorrência das grandes revoluções burguesas, que deram fim ao Antigo Regime (Estado Absolutista e o mercantilismo) e influenciaram o fortalecimento do capitalismo. Esse período caracterizou-se pelo processo evolutivo das tecnologias, que buscava atender à demanda pela modernização e crescimento da indústria, especialização do trabalho e aumento dos lucros (Robsbawm, 2014).

Nota-se que a segunda Revolução Industrial surgiu como um consequente reflexo da busca por inovações na indústria, não havendo ruptura com a fase anterior, apenas uma evolução.

As principais inovações dessa fase compreendem a aplicação de novas fontes de energia e novas técnicas de produção. A eletricidade passou a ser utilizada nas indústrias como fonte de energia, e o petróleo, como combustível, substituindo o vapor. Outra substituição importante foi a do ferro pelo aço, principalmente na fabricação de máquinas e meios de transporte (navios e locomotivas), dando origem a grandes metalúrgicas e siderúrgicas. O surgimento da indústria automobilística também foi propiciado por esses novos recursos, com a criação do motor à combustão e elétrico. Houve destaque ainda para o desenvolvimento da indústria química, que investiu fortemente na produção de derivados do petróleo, fertilizantes e medicamentos (Silva; Gasparin, 2013).

---

O processo contínuo de crescimento da indústria e a progressiva acumulação de capital, que condicionaram a formação de grandes monopólios e oligopólios, deram início ao capitalismo financeiro.

A Indústria 2.0 ainda foi marcada pelo surgimento de duas importantes teorias sobre a racionalização do trabalho e a otimização dos métodos de produção, a saber, o Taylorismo e o Fordismo, respectivamente. O Taylorismo foi idealizado por Frederick Winslow Taylor, um jovem de família rica, nascido nos Estados Unidos, que, a partir da sua experiência como operário em uma metalúrgica e o conhecimento sobre os princípios da ciência administrativa, descobriu que era possível tornar a produtividade mais lucrativa para os capitalistas. Taylor acreditava que, aplicando métodos científicos ao trabalho, seria factível tornar a produção mais rápida e eficiente por meio da eliminação de movimentos desnecessários e especialização do trabalho (Bizerra, 2017).

Para alcançar os resultados pretendidos, Taylor fez inúmeros estudos experimentais ao longo dos anos, patrocinado pelos capitalistas, chegando à conclusão de que a gerência teria um papel essencial no cumprimento das regras e padrões de racionalização do trabalho.

Segundo as premissas de Taylor, o trabalho deve ser comandado pela gerência, que orienta as funções de planejar, organizar, dirigir e controlar de modo a obter maior vantagem sobre a força de trabalho, aumentando o lucro dos donos do capital. Nesse interesse, os gerentes precisavam subordinar os trabalhadores a processos rigorosos de trabalho, o qual deveria ser realizado em locais distintos e por trabalhadores distintos. Desta forma, os trabalhadores não teriam qualquer controle sobre os recursos de produção, a atividade e o seu ritmo de execução trabalho (Bizerra, 2017).

A história prova que o método de Taylor teve sua relevância para a melhoria do trabalho quanto à qualidade técnica do trabalhador e eficiência produtiva, mas promoveu uma repressão à criatividade e autonomia dos operários, que não tinham qualquer poder de decisão sobre a forma como executar seu próprio trabalho.

Os métodos de racionalização do trabalho elaborados por Taylor com base nos estudos de tempos e movimentos foram adaptados por Henry Ford à indústria automobilística, dando início à linha de produção e padronização dos produtos. A Ford Motor Company desenvolveu o primeiro modelo de automóvel de produção em massa, o Ford T, que revolucionou a indústria automobilística dos Estados Unidos. O modelo de produção de Ford, que ficou conhecido como Taylorismo, baseava-se em aprimoramentos das ideias de Taylor para reduzir o tempo e os

desperdícios na produção, como a eliminação de processos artesanais na produção e padronização das peças automotivas com auxílio de máquinas (cortadeiras, por exemplo), reduzindo a ocorrência de falhas humanas no processo (Mateus, 2019).

A linha de montagem foi outra inovação significativa implementada pelo Fordismo, prática em que os operários ficavam parados enquanto uma esteira rolante transportava as peças que compunham o automóvel, de modo que cada um ficasse responsável por uma parte específica do processo de montagem, o que reduzia o tempo e os custos envolvidos na produção. Essas vantagens favoreceram a produção em massa e baratearam o valor final do produto, tornando o modelo Ford mais acessível aos consumidores (Mateus, 2019).

A produção fordista obteve muito sucesso, dentro e fora dos Estados Unidos, durante pouco mais de duas décadas, contudo, ocorreu uma crise decorrente do excesso de estoques causado pela superprodução dos produtos estadunidenses, que tinham como principais consumidores os países europeus. Por volta de 1920, a Europa reduziu bastante a demanda por produtos norte-americanos, pois estava em um processo de reestruturação pós-primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa circunstância, associada a outros fatores agravantes, resultou em umas das maiores crises financeiras já vistas no mundo: a crise de 1929 (Grande Depressão). Vale enfatizar que a crise de 29 não é uma decorrência do modelo fordista de produção, e sim, na percepção do cientista econômico John Maynard Keynes, um reflexo do Liberalismo, modelo econômico em que não há interferência do Estado na economia (Ferraz, 1999).

Verifica-se que a segunda Revolução Industrial foi principalmente caracterizada pela produção em massa e avanços na consolidação do capitalismo, que se expandiu em maior velocidade pelo mundo. O fordismo teve um peso significativo no processo de industrialização mundial, fomentando a busca por constantes inovações nos métodos e recursos de produção, pontualmente atrelados à evolução da tecnologia.

Todo esse movimento no sentido do aperfeiçoamento da indústria consolidou as bases da terceira Revolução Industrial, que se caracterizou como uma revolução técnico-científico-informacional.

### **Terceira revolução industrial: Indústria 3.0**

A terceira Revolução Industrial teve início em meados do século XX, no período Pós-Segunda Guerra Mundial, e representou uma fase de grande desenvolvimento tecnológico, principalmente associado à ciência, que afetou não apenas o setor produtivo, mas toda a estrutura social, transformando completamente as relações comerciais e pessoais. Os setores de



maior expansão foram os da eletrônica, genética, robótica, informática, telecomunicações, transporte e infraestrutura (Khan; Turowski, 2016).

Os investimentos nas áreas da eletrônica e robótica permitiram uma grande transformação no modo de produzir, aumentando substancialmente a produtividade por meio de computadores, softwares e robôs. Esses adventos possibilitaram a realização de trabalhos com muito mais precisão, rapidez e em maior quantidade, o que acabou exigindo a qualificação da mão-de-obra. Além da indústria, diversos outros setores se beneficiaram das inovações 3.0, como da saúde, engenharia, estética, entre outros (Kagermann, 2013).

Na área da comunicação, os avanços modificaram significativamente a vida em sociedade. A criação da internet, idealizada entre os anos de 1960 e 1970, teve um papel crucial nessa transformação. Originada nos Estados Unidos como meio de proteger e trocar informações militares entre computadores, a internet se expandiu a partir da publicação do TCP (*Transmission Control Protocol*), que é um conjunto de protocolos de transmissão e recebimento de dados. Mais tarde, com a criação dos computadores pessoais e a difusão da *World Wide Web* (www), além de aparelhos celulares e afins, a comunicação passou a romper barreiras geográficas e a difusão de informações a ocorrer de forma instantânea. Eis que se inicia a globalização, um dos marcos centrais da indústria 3.0 (Sirtori, 2019).

Nesse período, os investimentos em pesquisas se ampliaram, novas formas de energia foram utilizadas, como a energia atômica (na produção de eletricidade e na área de biotecnologia e engenharia genética), houve ampliação dos direitos trabalhistas e aumento das oportunidades de trabalho, expansão das multinacionais e consolidação do capitalismo financeiro. Também foram registrados grandes avanços na engenharia espacial, com a criação de satélites artificiais, estações espaciais e sondas de exploração de outros planetas, além de lançamento de foguetes de longo alcance. Nesse período o homem chegou à lua pela primeira vez (Khan; Turowski, 2016).

Na Indústria 3.0, os sistemas de produção evoluíram para o Toytismo, modelo que se originou após a segunda Guerra Mundial, momento em que o país atravessava uma forte crise econômica, portanto, tinha poucos recursos financeiros disponíveis para compra de matérias-primas. Diante da escassez de capital, era preciso encontrar meios de reduzir custos e evitar desperdícios, e foi assim que os engenheiros Taiichi Ohno, Shingeo Shingo e Eiji Toyoda, entre os anos de 1948 e 1975, idealizaram e aplicaram o modelo nas indústrias automobilísticas

Toyota, que deu nome ao novo sistema de produção conhecido mundialmente hoje em dia (Bona, 2020).

O Toyotismo se baseou no conceito da produção enxuta, na qual eram encomendadas matérias-primas apenas sob demanda, de modo que não houvesse estoque desses itens e nem de produtos acabados. A produção seguia o sistema *Just In Time*, sendo produzido apenas o necessário, no tempo determinado e com a máxima qualidade. Para garantir essa qualidade desejada, eram empregados métodos de controle em cada etapa do trabalho, evitando desperdícios e retrabalho. O sucesso do sistema Toyota se deu por alguns fatores essenciais, como o alto investimento em recursos humanos e tecnológicos, o que favoreceu a afinação entre o fornecimento, a fabricação, a venda e a celeridade na entrega dos produtos ao consumidor. Na indústria Toyota, o emprego de funcionários qualificados e multifuncionais permitiu uma produção flexível e de excelência em todas as fases do processo de montagem. Ainda eram feitas pesquisas de mercado de forma contínua, para identificar interesses e preferências dos consumidores, de modo a melhorar os produtos, adequando-os ao mercado (Curado, 2018).

Verifica-se que o Toyotismo possui muitas diferenças em relação ao Fordismo, principalmente na autonomia e flexibilidade dos funcionários. Enquanto no Fordismo o funcionário é especializado e não tem autonomia para executar suas atividades, no Toyotismo, este é multifuncional e tem autonomia para agir, buscando a melhoria contínua do trabalho que executa. Esta possivelmente seja a razão do sistema ter alcançado tanto sucesso, sendo adotado em diversos países, e tornado o Japão novamente uma grande potência econômica mundial.

Com o consumo mais expressivo dos recursos naturais pela indústria, devido à ampliação dos mercados e surgimento de novas demandas, evidenciou-se uma necessidade de buscar meios de proteger o meio ambiente, que estava e ainda está sofrendo diversos danos decorrentes da exploração predatória. A partir da consciência social sobre a finitude dos recursos naturais, e o impacto dessa problemática para a humanidade, intensificaram-se as cobranças sobre os responsáveis pelos danos causados à natureza.

A sociedade passou a exigir das organizações uma gestão eficaz da sua cadeia produtiva, de modo a melhorar a qualidade dos produtos e processos com responsabilidade ambiental e social. A partir de então, muitas normas foram criadas pelos Estados na intenção de conter os riscos, principalmente relacionados aos danos ambientais transfronteiriços. De modo geral, a defesa do meio ambiente partiu de ações preventivas, reparatórias e repressivas. Nesse sentido, foram criadas estratégias de educação ambiental e conscientização da sociedade, por meio da

divulgação de informações sobre os impactos danosos da exploração predatória dos recursos naturais, no intuito de motivar o engajamento popular na proposição, elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento dos princípios de prevenção e precaução (Milaré, 2011 *apud* Ambipar, 2018).

No âmbito do trabalho, os adventos da terceira Revolução Industrial tiveram como desdobramentos mais visíveis o aumento expressivo do desemprego e a criação de novas formas de organização do trabalho.

O desemprego afeta as estruturas sociais, culturais e políticas de um país, trazendo implicações para o modelo econômico, as relações de produção e o cotidiano das pessoas, mudando as relações de poder, gerando insegurança e instabilidade. Medeiros e Rocha (2004) reconhecem que a terceira Revolução Industrial imprimiu uma marca de exclusão dos desempregados, privilegiando os trabalhadores centrais periféricos, os detentores de conhecimento e habilidades tecnológicas, gerando uma desigualdade nas relações de poder por meio do saber e controle econômico. Assim, a sociedade passou a classificar a mão de obra, colocando os empregados de grandes empresas no topo da escala, seguidos dos trabalhadores do setor informal e, no extremo inferior, os desempregados.

É perceptível que o processo de automação na indústria trouxe muitos desafios para a sociedade no que diz respeito à adequação da mão de obra aos avanços tecnológicos adotados na produção. Contudo, este é um processo irreversível de evolução da indústria, em que será preciso integrar as necessidades humanas e ambientais ao contexto tecnológico para alcançar maior valor social.

Dados os aprimoramentos constantes da ciência e tecnologia, é forçoso concluir que a terceira Revolução Industrial é apenas a base para um novo conceito que está se expandindo pelo mundo: a Indústria 4.0, a qual se utiliza dos recursos de automação da manufatura e Tecnologia da Informação e Comunicação, desenvolvidos nesse período, para criar uma nova realidade para a indústria, tornando-a muito mais eficiente, sustentável e competitiva.

#### **Quarta revolução industrial: Indústria 4.0**

O termo Indústria 4.0 surgiu pela primeira vez publicamente em 2011, em uma feira de tecnologia industrial, sediada em Hanover, na Alemanha. Mas a ideia já vinha sendo desenvolvida há algum tempo pelo governo Alemão, como uma estratégia de tornar a indústria do país mais inteligente e competitiva.

O projeto *High Tech Strategy* foi criado em 2006, com o propósito principal de aumentar a produtividade da indústria alemã por meio da inovação e torná-la mais competitiva que a indústria asiática. Em 2010, o projeto foi ampliado e recebeu a denominação de *High Tech Strategy 2020*, um novo plano de ação que visava a fazer da Alemanha a principal fornecedora de soluções de ciência e tecnologia em diversos setores. Um dos subprojetos apresentados nesse Plano foi o conceito da Indústria 4.0 (Sirtori, 2019).

Dai (2006), Hung *et al.* (2012), Parthasarathi e Thilagavathi (2011) afirmam que o conceito-base da Quarta Revolução Industrial já existe desde 1985, sendo publicado por um jornal russo como Ciclo de Kondratiev, teoria criada pelo economista russo Nikolai Kondratiev durante o domínio da União Soviética. De acordo com essa teoria, a partir da primeira Revolução Industrial, a dinâmica econômica global vivencia ciclos, em que fases de muita expansão são seguidas continuamente por fases de recessão. A teoria não foi muito bem aceita pelos principais atores da economia mundial, e foi relacionada, até antes de 2012, ao desenvolvimento e aplicações da nanotecnologia na indústria. Surgiram ainda outras concepções da Indústria 4.0, que a comparam, por exemplo, à automação e era da máquina (Hassan *et al.*, 2016) ou ao uso do Big Data no campo da neurociência (Sumari; Idris; Abdullah, 2017). Para a *National Academy of Science and Engineering*, a quarta Revolução Industrial é a interação de técnicas de CPS (Sistemas Ciber-Físicos) na produção e logística e o uso da IoT (Internet das Coisas) nos processos industriais (KAGERMANN; WAHLSTER; HELBIG, 2013).

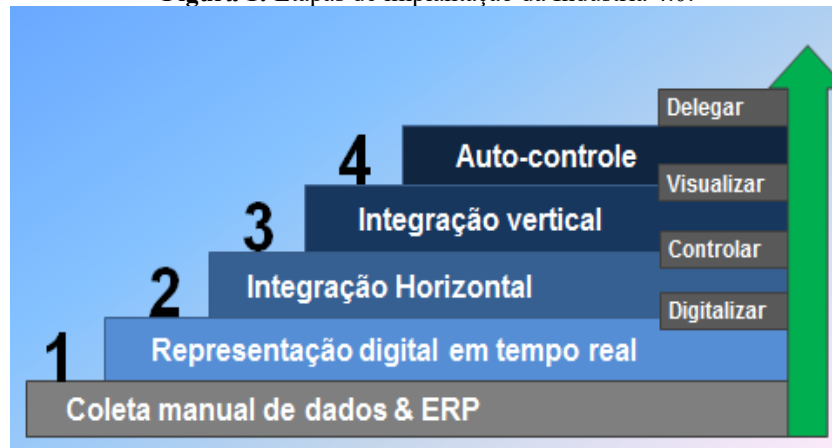
Kagermann (2016) considera que o termo identifica uma mudança de paradigma na economia fundamentada no tríplice aliança constituída pela indústria, ciência e pesquisa. Nesse sentido, a Indústria 4.0 só é possível através de redes, que conectam produtos, processos e infraestrutura organizacional em tempo real, transformando cadeias de valores rígidas em redes de valor flexíveis. Assim, a proposta da Indústria 4.0 é tornar a produção descentralizada, por meio da união entre o mundo real e o virtual, instituindo uma rede colaborativa de interação entre componentes tecnológicos habilitadores.

Silveira (2017) corrobora que o fundamento básico da Indústria 4.0 é de que a conexão entre máquinas, sistemas e ativos cria redes inteligentes capazes de controlar os módulos de produção de forma autônoma. Qin *et al.* (2016) destaca que a Indústria 4.0 representa a formação de uma manufatura inteligente, capaz de gerar dados e conhecimentos úteis para a tomada de decisão de forma autônoma, e que executa ações estratégicas. Isto é possível a partir de um contínuo levantamento de dados do processo produtivo, que é realizado por tecnologias

inteligentes de ponta. Para que a indústria chegue a esse objetivo, é preciso que o conceito de Indústria 4.0 seja implantado de maneira gradual e contínua.

Benesová e Tupa (2017) explicam que a implantação da Indústria 4.0 deve passar por algumas fases essenciais, como demonstra a figura 1.

**Figura 1:** Etapas de implantação da Indústria 4.0.



Fonte: Adaptado de Benesová e Tupa (2017).

Antes da primeira etapa de implantação da Indústria 4.0, é necessário coletar manualmente todos os dados possíveis em cada setor da empresa. Esses dados serão introduzidos em um sistema de gestão de informações, como o *Enterprise Resource Planning* (ERP), que é um software utilizado para registrar, organizar e manusear dados de uma empresa, de modo que estes possam ser acessados de forma rápida, fácil, integrada e confiável. Na primeira etapa de implantação (Representação digital em tempo real), ocorre o mapeamento e padronização dos processos organizacionais, de modo que a realidade da empresa seja expressa digitalmente no sistema ERP em tempo real (Benesová; Tupa, 2017).

A segunda etapa (Integração horizontal) consiste na criação de uma rede colaborativa interna que viabilize o compartilhamento dos dados levantados para toda a cadeia de suprimento, tornando possível a flexibilização da produção e alterações de rota e prazos, conforme as exigências da demanda. A terceira etapa (Integração vertical) diz respeito à conectividade entre os vários setores internos de uma empresa, que permite a troca das informações adquiridas em tempo real, favorecendo a tomada de decisões em diversos níveis organizacionais. A quarta etapa (sistema de autocontrole) compreende o processo de automação da manufatura, que conta com um sistema auto-otimizável, em que a produção se torna mais eficiente e rápida. Nessa proposta, ocorre uma mudança no papel dos operadores, que passam a ser coordenadores e, quando de imprevistos, tornam-se solucionadores de problemas (Brettel *et al.*, 2014).

O Estudo *Industrie 4.0 Maturity Index*, da Academia Alemã de Ciência e Engenharia - ACATECH, define cinco estágios até alcançar o grau mais elevado da Indústria 4.0: 1) computarização, 2) conectividade, 3) Visibilidade, 4) transparência, 5) preditividade, e 6) adaptabilidade.

A digitalização é resultado dos dois primeiros estágios da Indústria 4.0, que ocorre a partir da integração entre a computarização e a conectividade. Assim que esses estágios são cumpridos, a indústria está apta a incorporar o conceito 4.0. O primeiro estágio propriamente dito da Indústria 4.0 é a Visibilidade, que é o mapeamento em tempo real de diferentes parâmetros e KPI's da fábrica. Os desafios dessa etapa dizem respeito à dificuldade de coletar os dados da indústria, que geralmente estão descentralizados e a pouca quantidade de dados disponíveis para coleta. A utilização de sistemas de gestão da informação, como o ERP, pode contribuir para a resolução desse problema (Spina, 2020).

O estágio seguinte é o da Transparência, que representa a busca pela compreensão das informações coletadas na indústria (análise causa-raiz) para a produção do conhecimento necessário para a tomada de decisões mais rápida e eficaz. Essas análises que manuseiam grandes volumes de dados podem ser realizadas por tecnologias como o Big Data, que uma das ferramentas mais utilizadas para identificar pontos críticos do negócio, prever tendências e desenvolver estratégias de gestão a partir da análise de dados em massa. Essa transparência possibilita, por exemplo, a análise do comportamento de processos e recursos organizacionais, servindo de base para o estágio de Preditividade (I3C Soluções, 2021).

O estágio de Preditividade compreende a simulação de cenários futuros a partir das análises dos ambientes interno e externo, identificando as tendências, criando estratégias de abordagem e tomando decisões para lidar com os desafios e oportunidades que irão se apresentar. O estágio mais avançado da Indústria 4.0, a Adaptabilidade, diz respeito à capacidade de auto-otimização dos processos e operações, em um movimento de adaptação contínua às mudanças, tendo autonomia para tomar decisões e implementar medidas apropriadas e no tempo adequado (Spina, 2020).

Para alcançar os níveis mais altos de maturidade da Indústria 4.0, as organizações precisam adotar alguns componentes tecnológicos essenciais, que possibilitam a implementação do conceito de forma a promover todos os benefícios garantidos pela quarta Revolução Industrial.

Kagermann (2013) destaca que a Indústria 4.0 possui quatro principais componentes, a saber: sistemas ciber-físicos (*Cyber Physical System - CPS*), Internet das Coisas (*Internet of Things - IoT*), Internet dos Serviços (*Internet of Services - IoS*) e Fábricas Inteligentes (*Smart Factories*).

Os sistemas Ciber-Físicos (CPS) constituem um elo entre o mundo real e virtual, sendo caracterizados como sistemas automatizados que permitem a conexão entre dispositivos eletromecânicos e o sistema computacional embarcado, por meio de sensores e atuadores (Gomes, 2016).

Silva (2018) explica que esses sistemas se comunicam entre si via rede, usando sensores para levantar informações sobre o ambiente físico, processando esses dados e disponibilizando-os em serviços de rede, ao mesmo tempo em que utilizam atuadores para direcionar os processos que se desenvolvem no mundo físico, controlando as respostas desses dispositivos, objetos e serviços.

Os CPS podem ter diversas aplicações, como no controle de processos, controle e segurança de tráfego, robótica, sistemas de defesa, vigilância tática, sistemas automotivos, controle e infraestrutura crítica (recursos hídricos, energia, sistemas de comunicação), manufatura inteligente, entre outras (Gomes, 2016).

A Internet das Coisas (IoT) é um termo que representa um conjunto de elementos físicos constituídos de tecnologia embarcada de sensores, conectados a uma rede que os capacita a coletar, armazenar e transmitir dados para o ambiente interno e externo, desta forma, permitindo que as “coisas” (produtos, serviços, objetos etc.) interajam entre si e com os seres humanos, processem informações e tomem decisões. Nesse contexto, as “coisas” se tornam mais atuantes e autônomas no processo organizacional, reservando aos seres humanos o papel de supervisão dos processos, otimizando assim todos os recursos (Rodrigues; Jesus; Schutzer, 2016).

Bienhaus e Haddud (2017 *apud* Sirtori, 2019) sobrealvam que a IoT é uma megatendência tecnológica de próxima geração, que se utiliza da internet para a interconexão de dispositivos e objetos inteligentes, impactando todo o modelo de negócios com benefícios percebidos na estrutura organizacional e refletidos na sociedade.

A Internet de Serviços (IoS) é um termo que se refere basicamente aos serviços atrelados à Internet das Coisas (IoT). Com a expansão da Internet das Coisas, muitos dados passaram a ser processados e analisados continuamente, construindo uma base de dados infinitamente mais robusta, o que possibilita a identificação de novas demandas. A partir disso, os serviços já

existentes podem ser melhorados ou novos serviços podem ser criados para atender essas demandas, gerando maior valor agregado. Nesse sentido, toda a infraestrutura de serviço precisa estar integrada, de modo a potencializar seus resultados (Hermann; Pentek; Otto, 2016).

A coleta, processamento, análise e gerenciamento de dados com o objetivo de transformá-los em informações e, posteriormente, conhecimento, têm sido utilizados para criar estratégias de abordagem de apoio inteligentes nos negócios.

Mena (2018) cita, como exemplo dessa estratégia, a empresa Tesla, que tem veículos equipados com software e hardware atualizáveis via internet. O cliente, ao solicitar um upgrade, está gerando receita adicional para a empresa. Já a Otis, organização que opera com elevadores inteligentes, utiliza sensores para captar dados de funcionamento do equipamento, armazenando-os em nuvem e depois analisando-os para então oferecer pacotes exclusivos de manutenção preditiva aos clientes.

Com a utilização de recursos como CPS, IoT e IoS, as fábricas se tornaram inteligentes, alcançando maior eficiência, produtividade e competitividade.

Hermann, Pentek e Otto (2016) descrevem que o CPS escaneia os processos físicos, cria realidades virtuais idênticas e toma decisões descentralizadas. Ao se comunicar com a IoTS, os sistemas interagem entre si, em tempo real, de modo análogo aos seres humanos, aprimorando a cadeia de valor organizacional.

As fábricas inteligentes possuem um alto nível de automação, que permite monitorar a evolução do processo produtivo, independentemente do local, por meio de informações compartilhadas em tempo real. Fábricas que estejam nesse nível, têm a capacidade e autonomia necessárias para programar manutenções, prever falhas nos processos e se adaptar às mudanças e exigências imprevistas da produção (Kagermann, 2013).

Acredita-se que os avanços proporcionados pela quarta Revolução Industrial só podem ser alcançados se houver comprometimento com as novas premissas da gestão inteligente e um alto investimento em tecnologias habilitadoras da Indústria 4.0, o que, para muitas empresas, principalmente de médio e pequeno porte, torna-se um grande desafio. Nesse sentido, é válido buscar cada vez mais conhecimento a respeito do tema, procurando alternativas de se adequar ao que parece ser um processo irreversível de expansão industrial, que promete criar novos parâmetros de produtividade, gestão e competitividade.

É perceptível que as grandes revoluções industriais impactaram fortemente a estrutura econômica, política, social, transformando o modo de viver das pessoas em todo o mundo,



todavia, nos países subdesenvolvidos essas transformações chegaram tardiamente. No Brasil, somente no período da segunda Revolução Industrial foi iniciado o processo de industrialização.

### **Processo de industrialização no Brasil**

O Brasil só deu início ao processo de industrialização cerca de 200 anos após a industrialização europeia. Esse atraso se deve ao fato de que, na época em que ocorreu a primeira Revolução Industrial, o Brasil era colônia de Portugal, país que tinha uma forte relação comercial com a Inglaterra. Inclusive, por causa dessa parceria, o Brasil passou a fornecer matéria-prima para a Inglaterra, sendo proibido de produzir bens manufaturados, mantendo-se como produtor agropecuário por muitos anos. A implantação das primeiras indústrias ocorreu a partir de 1808, e teve como premissa a imposição do protecionismo econômico, que perdurou até o ano de 1828. Sendo determinado que fossem cobrados 15% (para a Inglaterra) e 16% (para Portugal) nas importações, medida que favorecia o desenvolvimento da indústria brasileira (Marson, 2014).

No começo do século XIX, D. João VI já implementava medidas propulsoras da indústria brasileira, inicialmente na área siderúrgica. Inclusive, contratou técnicos estrangeiros para analisar os recursos minerais disponíveis e a possibilidade de implantação da indústria. Contudo, dificuldades de acesso e transporte dos minérios, assim como a pouca demanda por metal na produção agrícola brasileira dificultavam a evolução da indústria siderúrgica no país. Outro fator limitante diz respeito à perda da exclusividade do mercado português após a independência do Brasil, reduzindo bastante as oportunidades de exportação dos produtos brasileiros. O país também não possuía combustíveis adequados, tampouco recursos financeiros suficientes para os investimentos necessários. Na época, os grandes detentores de capital se dedicavam às lavouras de café, que alcançavam elevada produtividade (Simonsen, 1969).

A política tarifária do século XIX representava fidedignamente o pensamento da época, mantendo-se livre-cambista até 1844, quando começou a oscilar entre as ideologias liberalistas e as protecionistas, permanecendo assim até 1888, quando adotou o regime protecionista como único. A ideia não era impulsionar a indústria e sim angariar rendas para o tesouro público (Ibidem).

O processo de reconhecimento da independência do Brasil gerou muitas dívidas para o país. Na tentativa de contornar essa crise financeira, o ministro da Fazenda, Manoel Alves Branco, propôs uma lei para aumentar as tarifas de importação com o objetivo de ampliar a

arrecadação do governo imperial. Essa nova tributação não apenas contribuiu para uma melhora dos recursos financeiros públicos, como incentivou a expansão dos setores da indústria nacional que não conseguiam competir com os produtos estrangeiros. Nesse momento, a principal atividade econômica do país entrava em declínio - a produção cafeeira - o que motivou a classe burguesa a investir na industrialização como estratégia para diversificar aplicações (Ramos, 2019).

As primeiras indústrias brasileiras estavam concentradas na região sudeste do país, voltadas para a exploração mineral, produção de tecidos, alimentos e calçados. Sendo que a mão de obra utilizada nas fábricas era, em sua maioria, formada por imigrantes italianos. De 1930 a 1955, houve um grande empenho do governo de Getúlio Vargas para alavancar a indústria brasileira, alcançando avanços principalmente no setor de transportes, com a construção de ferrovias, rodovias e portos. Os setores energético e logístico tiveram grande desenvolvimento nesse período, com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (1942-1947), que passou a fornecer matéria-prima para a indústria brasileira, e a criação da Petrobras (1953), maior empresa estatal do setor energético petrolífero do país. Além disso, foram criadas diversas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento industrial no país (Ramos, 2019).

Em seguida, no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1960), o Brasil obteve um novo impulso ao desenvolvimento da indústria, com a abertura da economia para o capital internacional, o que atraiu muitas empresas multinacionais, principalmente do setor automobilístico. Essa evolução produtiva incentivou o consumo e a competitividade tanto interna quanto externa, expandindo a economia brasileira. Nas décadas seguintes (70, 80), a industrialização continuou a crescer, porém teve uma fase de retração devido à crise da dívida externa, na qual muitas indústrias fecharam ou transferiram suas sedes para outros países que ofereciam melhores custos de produção. A partir de 1990, o país teve um grande aumento do Produto Interno Bruto (PIB), decorrente da significativa expansão da economia industrial (Santos, 2007).

Apesar do ótimo desempenho da industrialização durante a década de 1990, observou-se que a estrutura industrial brasileira estava sofrendo de um processo de especialização regressiva, o que levou o país a um aumento da dependência tecnológica e de capital estrangeiros, limitando a sua expansão (Bertolli; Medeiros, 2002, *apud* Rodrigues; Schimidt Filho, 2015).

Observa-se que a industrialização brasileira teve limitações impostas pela dependência tecnológica de outros países que já estavam na terceira Revolução Industrial, na qual o desenvolvimento tecnológico é considerado fator principal para criação de uma indústria eficiente e competitiva.

No entendimento de Feijó, Carvalho e Almeida (2005), entre os anos de 1985 e 1998 o Brasil passava por um processo de desindustrialização relativa. Assim considerada, pois, mesmo com a redução da participação da indústria de transformação no PIB e no emprego total da economia, e o fim de algumas componentes das cadeias produtivas decisivas, o país conseguiu manter setores de tecnologia de ponta, preservando a capacidade de ampliação da produtividade e potencial de exportação da indústria nacional.

O termo desindustrialização, apesar de ser interpretado como um processo destrutivo da indústria, na literatura econômica, corresponde a um processo de declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou parciais. Por esse viés, a desindustrialização é um resultado natural de um processo de desenvolvimento econômico bem-sucedido, normalmente associado ao aumento do poder aquisitivo da população. Dentro desse contexto de normalidade, em um primeiro momento, cai a participação do agronegócio no PIB e aumenta a participação da indústria. Posteriormente, a indústria perde espaço e o setor de serviços ganha peso (Oreiro; Feijó, 2010).

Vários estudos sobre o tema reforçam que o Brasil realmente passou pelo processo de desindustrialização no período que se estendeu de 1986 a 1998 (Marquetti, 2002; Bonelli, 2005; Feijó et al, 2005), contudo, de acordo com os debates travados nos jornais de grande circulação, a indústria brasileira teve seu desenvolvimento condicionado pela mudança do regime cambial, entre os anos de 2004 e 2008, em que se verificou uma aceleração da taxa de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação em comparação ao período de 1995 a 1999. Alguns economistas mais céticos defendem que não existem dados que comprovem a continuidade da desindustrialização após o ano de 1999, pois consideram que as mudanças macroeconômicas pelas quais o Brasil passou a partir desse ano, com a implementação das metas do tripé inflação-superávit primário-câmbio flutuante, foram determinantes para a recuperação da produção industrial.

Essas metas não alcançaram os resultados esperados e o Brasil não conseguiu impulsionar o processo de industrialização de modo satisfatório. No ano de 2011, primeiro do mandato da presidente Dilma Rousseff, uma nova política industrial foi lançada: o Plano Brasil

Maior, que se apoiava em medidas muito pontuais de desoneração tributária e de linhas de crédito mais caras e de difícil acesso para empresas que dependiam da importação de produtos (Feijó; Carvalho; Almeida, 2005).

Atualmente a atividade industrial está presente em grande parte dos setores da sociedade brasileira, e ainda representa um dos principais números de empregos formais no país. Contudo, a indústria brasileira está muito atrasada no que diz respeito ao uso da tecnologia em relação aos países mais avançados, como Alemanha, Estados Unidos e Japão. Comparativamente, o Brasil ainda está transitando entre a segunda e terceira Revolução Industrial, ou seja, está consolidando o uso da linha de montagem e iniciando o processo de automação. O setor que mais tem avançado nesse aspecto é o automotivo, principalmente motivado pela influência estrangeira nos métodos produtivos, visto que a maioria das montadoras atuantes no país tem origem internacional (Pereira; Simonetto, 2018).

O Brasil, como se verifica, está muito atrasado no que diz respeito às revoluções industriais em relação aos países desenvolvidos, e, por esta razão, a implementação dos conceitos da Indústria 4.0 parecem ainda mais desafiadores.

Weber (2015) considera que, entre os grandes desafios do Brasil na quarta Revolução Industrial, a questão da empregabilidade diante do processo de automação será um ponto crucial, pois implica na maior exigência por profissionais ligados à área de tecnologia da informação e ciências exatas, o que não é encontrado em quantidade e qualidade suficiente para atender uma demanda crescente. A Confederação Nacional da Indústria - CNI (2016) define ainda como principais desafios: promover a integração digital das empresas por meio das novas tecnologias, com infraestrutura de internet adequada; adotar tecnologias da indústria 4.0 e customizá-las para atender às necessidades da indústria nacional, além de formar profissionais habilitados para manusear tecnologias avançadas; criar políticas industriais eficientes para disseminação e implementação de tecnologias 4.0.

Já buscando mecanismos para incentivar a adoção das novas tecnologias de ponta pela indústria nacional, em 2017, o Ministério de Estado da Indústria, Comércio do Exterior e Serviço - MDCI instituiu o Grupo de Trabalho para a Indústria 4.0 - GTI 4.0, que é formado por mais de cinquenta instituições representativas da sociedade civil, governo, empresas. Este grupo foi criado para colaborar e debater sobre perspectivas e ações voltadas para a Indústria 4.0 no Brasil, priorizando temas como a mudança da estrutura das cadeias produtivas, um novo mercado de trabalho, massificação do uso de tecnologias digitais, aumento da competitividade

das empresas brasileiras no mercado internacional, entre outras pautas relevantes (Santos; Manhães; Lima, 2018).

Apesar dos grandes desafios para o Brasil diante da quarta Revolução Industrial, este é um caminho que se mostra muito promissor para a indústria brasileira, principalmente pela possibilidade de reduzir custos de produção, obter ganhos de eficiência e aumentar a produtividade, tornando a empresa nacional mais competitiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A criação da indústria foi um marco para a história da humanidade civilizada, que trouxe diversos benefícios para a sociedade, facilitando a vida das pessoas e desenvolvendo estruturas econômicas, políticas e sociais mais complexas e dinâmicas. A evolução contínua da ciência e tecnologia foi o vetor de transformação da estrutura socioeconômica dos países, causando impactos profundos no modo de viver e se relacionar das pessoas.

A primeira Revolução Industrial representou a transição do modo de produção manufatureiro para o industrial, introduzindo as primeiras máquinas no processo produtivo. A segunda revolução contemplou o desenvolvimento da linha de produção, a exploração de novas fontes de energia, a divisão do trabalho e a produção em massa. Na terceira Revolução Industrial, deu-se início ao processo de automação da manufatura e uso das tecnologias da informação para o gerenciamento da cadeia produtiva, além de expandir os investimentos em pesquisa na área de biotecnologia, robótica, comunicação, entre outras.

A quarta Revolução Industrial chega como uma quebra de paradigmas na indústria, pois inaugura uma era totalmente baseada na automação e interação digital, em que será imprescindível investir em capital tecnológico e em qualificação profissional para alcançar os benefícios e oportunidades que irão se apresentar.

No Brasil, o processo de industrialização foi demorado em relação aos países palco das revoluções industriais, e caminha a passos lentos para o que se apresenta como a mais disruptiva das revoluções. Os desafios são muitos e demonstram a dependência que o país ainda tem de tecnologias estrangeiras e a falta de mão de obra qualificada para dar seguimento ao processo de automação e interação digital na indústria brasileira.

## REFERÊNCIAS

- AMBIPAR. **A origem das preocupações ambientais**. 2018. Disponível em: <https://www.verdeghaia.com.br/preocupacoes-ambientais/>. Acesso em: 22 out. 2021.
- BENESOVÁ, A.; TUPA, J. Requirements for Education and Qualification of People in Industry 4.0. **Procedia Manufacturing**, v. 11, p. 2195-2202, 2017.
- BIZERRA, F. de A. Taylorismo, Fordismo e Toyotismo: cui prodest? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- BOETTCHER, M. **Revolução Industrial**: um pouco de história da Indústria 1.0 até a Indústria 4.0. LinkedIn. 2015. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-um-pouco-de-hist%C3%B3ria-da-10-at%C3%A9-boettcher>. Acesso em: 31 out. 2021.
- BONA, A. **O que é o Toyotismo e sua influência na atualidade**. 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/o-que-e-o-toyotismo-e-qual-sua-influencia-na-atualidade/>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- BONELLI, R. Industrialização e Desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil. *In*: **SEMINÁRIO INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, nov. 2005. Disponível em: [https://www.ecostrat.net/files/IND\\_E\\_DESEN.pdf](https://www.ecostrat.net/files/IND_E_DESEN.pdf). Acesso em: 12 nov. 2021.
- BRETTEL, M., *et al.* How Virtualization, Decentralization and Network Building Change the Manufacturing Landscape: An Industry 4.0 Perspective. **World Academy of Science, Engineering and Technology International Journal of Information and Communication Engineering**, v. 8, n. 1, p. 37–44, 2014.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Desafios para a Indústria 4.0 no Brasil**. PedBrasil. 2016. Disponível em: <http://www.pedbrasil.org.br/ped/artigos/079F8BA3E7E5281B.0%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- CURADO, A. **Toyotismo**: o que é, origem, características, sistema de produção. **Conhecimento Científico**. 2018. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.com/toyotismo/#:~:text=O%20Toyotismo%20%C3%A9%20um%20modelo,Toyota%2C%20tendo%20herdado%20o%20nome>. Acesso em: 11 dez. 2021.
- DAI, L. From conventional technology to carbon nanotechnology: The fourth industrial revolution and the discoveries of C60, carbon nanotube and nanodiamond. *In*: Dai, L. (Ed.). **Carbon nanotechnology**, p. 3-11, 2006.
- FERRAZ, C. L. Crise do fordismo, neoliberalismo e educação brasileira. **Hist. Ensino**, Londrina, n. 5, p. 87-102, out. 1999. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/847838/mod\\_resource/content/1/Crise%20do%20fordismo%2C%20neoliberalismo%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/847838/mod_resource/content/1/Crise%20do%20fordismo%2C%20neoliberalismo%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira.pdf). Acesso em: 14 dez. 2021.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; ALMEIDA, J. S. G. de. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** 2005. Instituto para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Disponível em: [https://www.iedi.org.br/admin\\_ori/pdf/20051129\\_desindustrializacao.pdf](https://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf). Acesso em: 11 dez. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S. A, 2010.

GOMES, B. Indústria 4.0: panorama da inovação. Publicações Firjan, **Cadernos SENAI de Inovação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-20, abr. 2016.

HASSAN, M. G.; NORDIN, N.; ASHARI, H. Environmental stewardship issue among Malaysian manufacturing firms. **International Journal of Supply Chain Management**, v. 5, n. 2, p. 36-42, 2016.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das Revoluções 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HUNG, S. W.; WANG, A. P.; CHANG, C. C. Exploring the evolution of nano technology. In: Proceedings of Portland International Center for Management of Engineering and Technology: **Technology Management for Emerging Technologies**, p. 2598-2604. IEEE, 2012.

I3C SOLUÇÕES. **Os níveis de maturidade da Indústria 4.0**. 2021. Disponível em: <https://i3csolucoes.com.br/os-niveis-de-maturidade-da-industria-4-0/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. **Recommendations for implementing the strategic initiative industrie 4.0**: Final report of the industrie 4.0 Working Group. Frankfurt: Acatech, 2013.

KHAN, A.; TUROWSKI, K. A. Survey of Current Challenges in Manufacturing Industry and Preparation for Industry 4.0. In: First International Scientific Conference “Intelligent Information Technologies for Industry” (IITI’16). **Proceedings** [...]. Rostov-on-Don-Sochi: Springer International Publishing, p. 15-26, 2016.

MATIAS, A. **Fordismo**. Brasil Escola. 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/fordismo.htm>. Acesso em: 13 nov. 2021.

MARSON, M. D. **A industrialização brasileira antes de 1930**: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. SciELO, out/dez. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612015000400753](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612015000400753). Acesso em: 30 nov. 2021.

MARQUETTI, A. Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998. **Estudos Econômicos**, v. 32, n. 1, 2002.

MEDEIROS, S, M.; ROCHA, S. M. M. Considerações sobre a terceira Revolução Industrial e a força de trabalho em saúde em Natal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 399-409, 2004.

MENA, I. **Verbete Draft**: o que é Internet de Serviços. Draft. 2018. Disponível em: <https://www.projetedraft.com/verbete-draft-o-que-e-internet-dos-servicos/>. Acesso em: 27 dez. 2021.

MCMILLAN, J. **Reinventing the Bazaar: A Natural History of Markets**. W.W. Norton & Company, 2002.

OREIRO, L. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazil J. Polit. Econ.**, v. 30, n. 2, jun. 2010.

PARTHASARATHI, V.; THILAGAVATHI, G. Synthesis and characterization of Zinc oxide nanoparticle and its application on fabrics for microbe resistant defence clothing. **International Journal of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences**, v. 3, n. 4, p. 392-398, 2011.

QIN, J.; LIU, Y.; GROSVENOR, R. A Categorical Framework of Manufacturing for Industry 4.0 and beyond. **Procedia CIRP**, n. 52, p. 173–178, 2016.

RAMOS, J. E. M. **Industrialização no Brasil**. Sua Pesquisa. 2019. Disponível em: [https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao\\_brasil.htm](https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/industrializacao_brasil.htm). Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, M. S. Investimento estrangeiro e desenvolvimento econômico: breve análise dos efeitos benéficos e nocivos do capital estrangeiro. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**, v. 2, n. 2, p. 1-14, 2007.

SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**: seleção, notas e bibliografia de Edgar Carone. Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

SILVA, M. C. A. da; GASPARIN, J. L. **A Segunda Revolução Industrial e suas influências sobre a Educação Escolar Brasileira**. Repositório Unicamp. 2015. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Joao%20L%20Gasparin2.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Marcia%20CA%20Silva%20e%20%20Joao%20L%20Gasparin2.pdf). Acesso em: 13 dez. 2021.

SILVA, D. A. G. **Indústria 4.0 com foco nos sistemas cyber físicos**. [Mestrado de Engenharia eletrônica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositório Roca Utfpr. 2018. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/10544/1/PG\\_COELE\\_2018\\_2\\_01.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/10544/1/PG_COELE_2018_2_01.pdf). Acesso em: 14 nov. 2021.

SILVEIRA, C. B. **O que é a Indústria 4.0 e como ela vai impactar o mundo**. Citisystems. 2017. Disponível em: <https://www.citisystems.com.br/industria-4-0/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SIRTORI, G. **Compras 4.0**: um estudo de caso múltiplo da indústria 4.0 no processo de compras industriais. 131 f. 2019. Dissertação (Mestrado de administração). Universidade de Caxias do Sul, 2019.

SPINA, F. **Indústria 4.0**: o que é e quais são seus desafios e oportunidades. Distrito. (2020). Disponível em: [https://distrito.me/industrycafe/?gclid=EAIaIQobChMI89GC18Lr8wIV5QaICR1XKAFJEAAYAAAEgIMqfD\\_BwE](https://distrito.me/industrycafe/?gclid=EAIaIQobChMI89GC18Lr8wIV5QaICR1XKAFJEAAYAAAEgIMqfD_BwE). Acesso em: 11 dez. 2021.

SUMARI, P.; Idris, Z.; Abdullah, J. M. We must invest in applied knowledge of computational neurosciences and neuroinformatics as an important future in Malaysia: the Malaysian brain mapping project. **The Malaysian Journal of Medical Sciences**, v. 24, n. 1, p. 1-9, 2017.



---

VENTURELLI, M. **Indústria 4.0**: uma visão da automação industrial. Automação Industrial. 2017. Disponível em: <https://www.automacaoindustrial.info/industria-4-0-uma-visao-da-automacao-industrial/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

WEBER, E. **Industry 4.0**: Wirkungen auf Wirtschaft und Arbeitsmarkt. Wirtschaftsdienst, 2015.

# CAPÍTULO 2

## ANÁLISE DE NEGÓCIO PARA TOMADA DE DECISÃO – EMPRESA DE SERVIÇOS

**Eliana Josefa da Silva**  
**Ana Dayana Leite Brasileiro**  
**Beatriz Almeida Santos**  
**Gisele Castelano Lima**  
**Michelle Aparecida Novaes de Oliveira**  
**Rafael Santos Fegueredo**  
**Silvia Nascimnto de Abreu**

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar, por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa, os fatores para sobrevivência das micro empresas. Foram apontados fatores influenciadores de forma objetiva em relação a gestão da empresa, enfatizando a estratégia de Marketing utilizado pela mesma. Não se pode negar que o avanço tecnológico tem exercido papel relevante nos diversos setores da economia de maneira que as organizações necessitam buscar mecanismos adequados diante da nova realidade. As empresas precisam mudar as estratégias no processo de gestão independente de seu porte. O presente artigo tem o intuito maior de avaliar a gestão da empresa, demonstrando a importância da análise de negócios de uma micro empresa prestadora de serviços, Salão de Beleza Rafael Fegueredo - Manus Ornat, instalada no município de Praia Grande/SP, evidenciando como mitigar a ação dos concorrentes, utilizando o marketing como ferramenta estratégica. Mais especificamente, busca fazer uma análise baseada em um modelo conceitual que representa a cadeia de valor da inovação. Também é diagnosticado que a empresa possui um processo estruturado de negócios e como esse processo se integra com as demais áreas (marketing, produção e financeira). Outro aspecto importante abordado neste trabalho para demonstração das práticas organizacionais e gestão da cadeia de valor da inovação na empresa analisada é o Marketing, o qual foi utilizado o 4Ps (produto, preço, praça e promoção) do composto de Marketing, destinado para Micro e Pequenas Empresas, com o propósito de otimizar os recursos alocados nos atendimentos e com os direcionamentos necessários que proporcionem um melhor posicionamento neste mercado. Após análise, os resultados apontam que a empresa tem como base a estratégia de transformação digital, desse modo, podendo obter um desempenho eficaz de mercado, principalmente, atingindo a satisfação de seus clientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão de Negócios. Gestão Financeira. Planejamento de Marketing.

### INTRODUÇÃO

Tendo em vista o crescente número de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que se estabelecem no mercado, o tema gestão é automaticamente necessário para a discussão sobre sustentabilidade destes negócios. Nesse sentido, pesquisas apontam que os empreendimentos tendem a arrostar alguns desafios que comprometem o desenvolvimento da

organização. Logo, para garantir o bom andamento dos negócios, os problemas detectados devem ser sanados a tempo, caso contrário, pode diretamente levar à mortalidade do negócio.

Todo o processo de armazenagem, comunicação e interpretação da base de dados pode ser definido como sistema de informação organizacional, o que é vital e extremamente importante para o êxito e a qualidade das organizações. Cada vez mais os setores dependem da informação para que o gerenciamento e o retorno dos dados previamente inseridos em algum momento sejam precisos e efetivamente assertivos em seu posicionamento.

Em decorrência, a empresa deve observar regularmente o crescimento das necessidades, hábitos, desejos, e outros fatores que caracterizam a demanda, buscando paralelamente ferramentas capazes de conquistar e manter de forma suportável vantagem sobre os concorrentes. Tendo em vista que os mercados com grandes níveis competitivos mostram ter maior demanda que a oferta, neste caso demonstra que a empresa só terá possibilidade de progresso a custa da concorrente, deixando evidente que um negócio nessa condição precisa de estratégia para alcançar seus objetivos.

A gestão estratégica é a junção de todas as informações levantadas pelos setores com a finalidade de transformar dados em ação, ou seja, de analisar os números que a empresa apresenta com critérios voltados para o um desempenho desejado.

Neste trabalho são identificados todos os setores envolvidos com ênfase no marketing.

Kotler (2000, p. 205) ressalta que o marketing implica uma ação coletiva global da organização, sendo assim é possível comparar o mesmo como uma ideologia, valor cultural que envolve toda empresa.

Hooley et al (2005, p. 4) consideram central a missão do marketing na elaboração e efetuação da estratégia, porque a administração estratégica tem que lidar incessantemente com um ambiente em constante mudança, no qual destacam-se duas entidades e forças: o mercado e a concorrência. "O conceito de marketing assume que o princípio fundamental para atingir as metas organizacionais consiste em ser mais eficaz do que os concorrentes para integrar as atividades de marketing, satisfazendo, assim, as necessidades e os desejos dos mercados-alvos".(HOOLEY ET AL, 2005).

Partindo deste conceito é de suma importância traçar o perfil da clientela como uma estratégia de marketing para satisfazer suas necessidades e desejos e conseguir estar a frente dos concorrentes, pois Kotler e Keller (2006, p. 41) "afirmam que os clientes esperam maior qualidade e mais serviço, além da customização".

Dentro deste contexto, a empresa em estudo, tem uma necessidade, pode-se chamar de descoberta: a pessoa precisa se sentir bela, praticamente todas as mulheres têm essa necessidade mensalmente. O que muda é que não se trata de um produto ou serviço novo e normalmente as pessoas são fiéis ao seu salão. Pulando as etapas de consideração e decisão, indo diretamente para a decisão de compra, que é a solução. Normalmente a cliente vai até o salão, onde já conhece o serviço e sabe do resultado que terá, porém, há casos onde pessoas que não são clientes e que estejam de passagem, como também as que trabalhem próximos ao local ou até moradores do bairro em busca de novas opções e que precisam solucionar um problema de imediato.

Neste caso pode-se considerar que são seguidas as etapas de consideração, onde a cliente percebe que não está obtendo um resultado satisfatório com o atual serviço e parte para a pesquisa de outras opções.

A cliente do Salão de Beleza Rafael Fegeredo – Manus Ornat, sabe que existem muitas opções nesse segmento, o profissional se torna um amigo fiel quando atende as expectativas da mesma.

Este artigo propõe-se demonstrar a importância de um planejamento estratégico com foco no estudo de caso do Salão de Beleza Rafael Fegeredo – Manus Ornat, prestadora de serviços, localizada na cidade de Praia Grande/SP, para ajudar o proprietário a gerenciar o negócio de uma forma mais profissional.

Logo, para alcançar o objetivo, descrever-se-á a partir da introdução: seguida fundamentação teórica expondo todos os setores da empresa, dando ênfase no marketing, na sequencia descrição e análise da empresa em estudo, finalizando com a conclusão.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Segundo Thompson (2000, p. 253), as estratégias empresariais existem em diferentes níveis dentro das organizações, dependendo do porte e da diversificação dos negócios da empresa, devendo ser sincronizadas e coordenadas entre si.

Para as empresas com um único negócio, a estratégia em nível mais amplo é chamada de estratégia organizacional. Dependendo do cenário onde a empresa se encontra, podem ser utilizadas diversas linhas de estratégias, como alocar concentração maior em uma única linha, como é o caso da empresa em estudo.

A afinidade das clientes e as organizações têm evoluído ao longo do tempo, levando empresas a gerar mudanças para satisfazer as necessidades das mesmas.

A área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às atividades de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores visando alcançar determinados objetivos de empresas ou indivíduos e considerando sempre o ambiente de atuação e o impacto que essas relações causam no bem estar da sociedade (LAS CASAS, 2011).

Segundo Kotler (1998, p. 132), a empresa precisa ir mudando as fases estratégicas do marketing com organização e planejamento.

Os autores afirmam que o marketing procura satisfazer as necessidades de pessoas e empresas, buscando obter os objetivos determinados por todos, satisfazendo não só a cliente como também toda a organização.

Além disso de acordo com Kotler e Armstrong (2005, p. 13), “Marketing é um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam, por meio da criação, oferta e troca de produtos e valor com os outros”.

Desta forma percebe-se que o marketing não funciona exclusivamente como um processo administrativo dentro do empreendimento, tem a função de cunhar e acrescentar valor aos produtos e serviços que serão colocados no mercado, para satisfazer as necessidades e os desejos das clientes.

## **ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO**

É crucial entender a concorrência do mercado para determinar as melhores estratégias. Mas deve-se reconhecer o contexto no cenário em que opera, as “5 forças de Porter” é um modelo de análise em que considera-se as forças competitivas que podem confrontar o setor de atuação. No ano de 1979, Michael Porter, professor da Harvard Business School, criou esse conceito. Segundo o autor, lidar com a concorrência deve estar no topo da sua lista de estratégias de negócios. Afinal de contas, as empresas estão competindo pela atenção, interesse e com o bolso dos consumidores. (CASAROTTO, 2020, p. 201).

Este conceito por Porter, mostra que não se pode olhar apenas os concorrentes diretos, que vendem os mesmos produtos e que miram no mesmo público que a empresa. No entanto Porter mostra que uma competitividade de mercado vai além disso, exemplificando: se um produto novo entra no mercado e é capaz de competir com o que se vende agora em seu negócio, sua capacidade de negociar um preço mais baixo ou alto com as clientes que tem acesso a essa nova opção aumenta. Consequentemente o modelo também é uma ferramenta essencial para

definir a estratégia do seu negócio, demonstrando como lidar com as forças do mercado e determinar sua posição. (CASAROTTO, 2020, p. 201).

### **Rivalidade entre concorrentes**

Os concorrentes veem os negócios tendo um grande potencial para atrair novos clientes e ter uma influência significativa e também ganhar market share (Quota de mercado). Os clientes podem escolher uma opção alternativa em resposta a algumas mudanças nas opções de mercado, isso dependerá do custo e os benefícios que os concorrentes oferecem aos clientes. Alguns fatores que aumentam a rivalidade entres esses players são: concorrentes numerosos; crescimento lento da indústria; produtos muito semelhantes sem diferenciação; custos fixos ou armazenamento altos; barreiras de saída elevadas e entre outros. Esses fatores levam a empresa a baixar o preço para manter uma competitividade com a concorrência.

### **Poder de barbanha dos fornecedores**

A capacidade de barganha determina o poder de uma pessoa no mercado, e a capacidade de negociação fornecedores é semelhante à dos clientes. Os fornecedores podem aumentar o preço e diminuir a qualidade dos bens que lhe oferecem, ou podem aumentar o preço final para o consumidor, dependendo do seu nível de poder em suas respectivas indústrias. Os fornecedores estão constantemente procurando vender mais, a preços mais altos e com custos mais baixos. Por causa disso, os fornecedores têm a maior alavancagem, pois a perda de um cliente não terá um efeito negativo em seus negócios, por outro lado, se um comprador perder os produtos de um fornecedor, a influência na qualidade e nas vendas do produto pode ser sentida.

### **Poder de barganha dos compradores**

Os clientes são mais propensos a pressionar uma empresa para baixar os preços ou melhorar a qualidade do produto, quanto mais poder de compra eles tiverem. Nessa situação, muitos clientes barganham preços mais baixos ou optam ir a outros salões de beleza, por exemplo. Por terem mais opções no mercado, todo esse pano de fundo aumenta o poder de negociação dos clientes.

### **Ameaça de novos entrantes**

Novos entrantes podem causar agitação no mercado. Muitos chegam com força, com novidades visíveis e grandes investimentos, também com o desejo de ganhar participação no mesmo conjunto de atividades. Podem dificultar a entrada e o estabelecimento de novos

negócios, o que diminuiria o nível de competitividade do seu setor. Alguns dos obstáculos listados por Porter são os seguintes: “as economias de escala; diferenciação do produto; necessidades de capital; desvantagens de custo.

### **Ameaça de produtos ou serviços substitutos**

Essa ameaça mostra que um produto ou serviço pode ser de um tipo ou categoria diferente, mas pode ser usado no lugar de um produto já existente. Isso demonstra a importância de estar atento aos concorrentes que utiliza ou vendem esses novos produtos. A existência desses novos produtos pode ter um impacto negativo no sucesso do negócio, quando a empresa está por fora das novidades.

### **Concorrência**

Concorrência é um conflito entre dois ou mais negócios que podem operar no mesmo campo de atuação e competir no mesmo nicho de mercado. É necessário analisar a concorrência e dedicar-se a uma estratégia para sempre alcançar o sucesso do seu negócio. (FERREIRA, 2022)

Uma vez diagnosticada as forças que afetam a concorrência em uma indústria e suas causas básicas, a empresa está em posição para identificar seus pontos fracos e fortes em relação a indústria. Do ponto de vista estratégico, as condições cruciais são o posicionamento da empresa quanto as causas básicas de cada força competitiva. Onde a empresa deve se posicionar em relação aos substitutos? Contra as fontes de barreiras de entrada? Competindo com a rivalidade de concorrentes estabelecidos? (PORTER, 1985).

Todo empresário que utiliza a gestão de marketing está preparado para enfrentar desafios e desenvolver projetos e iniciativas para um melhor resultado no empreendimento. Porter (1985), “A vantagem competitiva corresponde à capacidade da organização de neutralizar ou diminuir a ação da concorrência no segmento de mercado em que atua”. Ao empregar essa estratégia, o empreendedor pode atingir seus principais objetivos e ter um status positivo. Por isso, é fundamental entender seu público-alvo ou nicho específico, dependendo do ramo de negócios.

## **MARKETING**

Para Kotler e Keller (2006, p. 59), “o marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais. Para defini-lo de maneira simples, pode-se afirmar que o marketing supre necessidades lucrativamente”. Ainda para os autores, o propósito do marketing não é vender, na verdade é conhecer e compreender o cliente de tal forma que o produto ou serviço possa se vender sozinho. Ainda segundo os autores, o marketing passou por 3 fases:

marketing 1.0 onde o foco era o produto, o consumidor se adaptava com a mercadoria oferecida, não existia a preocupação de fazer uma pesquisa pra saber qual produto o cliente necessitava; o marketing 2.0 as empresas começam a pesquisar o consumidor, saber seu gosto para definir o produto, em contrapartida o consumidor tem acesso a informações para comparar os produtos disponíveis no mercado; marketing 3.0 as empresas começam a buscar soluções para gerar produtos e serviços com conceitos sustentáveis pensando em um mundo melhor, já no marketing 4.0 existe um cenário onde o consumidor está diariamente conectado a internet, tendo infinidades de produtos a sua disposição e possuindo menos tempo, então para atrair os consumidores existe uma mudança para interação sociais mais humana para influenciá-los. Pois o conceito de marketing revela que o princípio fundamental para alcançar os objetivos organizacionais equivale em ser mais eficaz do que os concorrentes para compor as funções de marketing, satisfazendo, assim, as necessidades e os desejos dos mercados-alvos (KOTLER, 1998, p. 89).

O sistema de comunicação de marketing do Salão de Beleza Rafael Fegueredo - Manus Ornat é um dos pontos que mais requerem atenção.

### **Marketing de serviços**

Las Casas (2011, p. 37), “define serviços como atividades, vantagens e satisfações que são oferecidas aos clientes, podendo ou não ter como resultado final a venda”.

Kotler (1998, p. 23), “afirma que os serviços possuem quatro características importantes que afetam o desempenho dos programas de marketing, são eles: intangibilidade, inseparabilidade, variabilidade e percibilidade”.

Sobre a intangibilidade, Kotler (1998, p. 23) ressalta que, os serviços não podem ser vistos, provados ou sentidos, diferentemente dos produtos. O autor alega ainda que, geralmente, ao mesmo tempo os serviços são produzidos e consumidos. Uma característica especial do marketing de serviços é o contato fornecedor- cliente, e ambos atigem no resultado do serviço, as caracterizando assim a inseparabilidade.

Os serviços são fortemente variáveis, pois depende de onde são prestados e de quem os executam, sendo uma das suas características a variabilidade. Para que a prestação de serviços obtenha excelente qualidade, sugere-se tomar três providências: “investir em seleção e treinamento de pessoal, padronização do processo de prestação de serviço ou atendimento, monitoramento da satisfação do cliente quanto ao serviço prestado, através de sugestões e



reclamações, a fim de que os erros possam ser detectados e corrigidos”. Para finalizar, também se pode afirmar que os serviços são perecíveis, ou seja, não podem ser estocados.

No caso do Salão de Beleza Rafael Fegueredo - Manus Ornat o proprietário é também o profissional cabeleireiro e maquiador o qual conta com ajuda de um auxiliar para procedimentos onde se faça necessário.

### **Planejamento de marketing**

O planejamento estratégico pode ser estabelecido como um procedimento gerencial de criação voltado para adaptação dos objetivos e recursos da empresa às mudanças de oportunidades de mercados. Isso significa que a empresa possa planejar ao ponto de descobrir e aproveitar as oportunidades da maneira mais sabia e compatível com seus recursos (dinheiro, capital humano, intelectual, produtos diferenciados, outras vantagens perante os concorrentes), estabelecendo objetivos que se deseja alcançar e estratégias de como alcançar tais objetivos executáveis. O planejamento estratégico orienta as ações da empresa em busca de resultados, lucros, crescimento e desenvolvimento que propiciem seu sucesso (SILVA, TENCA, SCHENINI, & FERNANDES, 2006, p. 76).

### **Composto de marketing**

A definição básica do Mix de Marketing é a de ser um conjunto de elementos que formam as ações do marketing. Na literatura de Marketing existem três principais modelos: o primeiro é defendido pelo pesquisador e professor da Universidade de Michigan, McCarthy. Ele divide os 4 P's e se baseia no conceito de Neil Borden, que se referia aos executivos como “mixers” (liquidificadores), uma vez que entendia a respectiva função como concretizar as ações, misturando as estratégias para direcioná-las ao objetivo da empresa. Sendo assim, a expressão Marketing Mix começou a ser difundida e utilizada para resumir as atividades do marketing.

O primeiro e principal modelo adotado por diversas empresas é baseado no composto formado pelo chamado 4 P's: Produto, Preço, Praça e Promoção. Para cada variável engloba-se as seguintes atividades específicas:

- Produto: política de garantia, diferenciação do design e embalagem, marca e concorrência;
- Preço: desconto e condição de pagamento, financiamento e prazo;
- Praça: loja, logística, canal de distribuição e de armazenamento;
- Promoção: promoção, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e trade marketing.

O segundo modelo é denominado 4 A's de Richers ou Sistema Integrado de Marketing. Foi desenvolvido e aprimorado por Raimar Richers, o qual definiu as funções e atividades baseadas na Administração de Marketing, que se dividem em: Análise, Adaptação, Ativação e Avaliação. Raimar foi um dos primeiros estudiosos a utilizar o termo Mercadologia para definir o conceito de marketing em português. As fases relativas aos 4 A's são:

- Análise: é a identificação da força de mercado, com as referidas atividades de política, concorrência, legislação, tecnologia e sociedade;
- Adaptação: corresponde a adaptar o produto ou serviço às necessidades apontadas pela fase anterior da Análise;
- Ativação: é a ação de concretizar o planejamento traçado;
- Avaliação: se refere a analisar o que foi realizado e mensurar os pontos fortes e fracos da empresa.

O terceiro modelo é chamado de 4 C's de Robert Lauterborn, desenvolvido no ano de 1990, com ideias contrárias e complementares ao conceito de Mc Carthy. Lauterborn sugere substituir os 4 P's pelos seguintes 4 C's: Necessidades e Desejos do Consumidor, Custo para satisfazer o Consumidor, Conveniência para comprar e Comunicação (traduzidos dos termos originais em inglês: Consumers Wants and Needs, Cost To Satisfy, Convenience to Buy, Communication). As atividades relativas a cada um dos 4 P's seriam:

- Produtos: necessidades e desejos do consumidor;
- Preço: custo para satisfazer o consumidor;
- Praça: conveniência para comprar;
- Promoção: comunicação.

Para a elaboração de uma estratégia de marketing efetiva é importante considerar todas as variáveis do Marketing Mix. Para isso, a definição da melhor combinação, juntamente com os recursos adequados e a avaliação das vantagens competitivas ideais, são fundamentais.

Para complementar o conceito do Mix de Marketing, segundo Kotler (2006, p. 5) o composto de marketing é “o conjunto de ferramentas que a empresa usa para atingir os seus objetivos de marketing no mercado alvo”.

## LOGÍSTICA

A origem da logística apresentou-se com função primordial em organizações industriais e em serviços, com início original militar, mesmo que ainda distante das mais antigas épocas na História da humanidade e na economia agrária.

Ainda hoje se identifica a presença militar nos estudos sobre logística. Observando como o coronel Carlos Alberto Vicente da Silva, do Exército Brasileiro, trata as relações militares e organizações, ao comentar que: A aplicação de princípios de logística militar em atividades similares na área civil apresenta semelhanças entre a obtenção de vantagem estratégica operacional em ações bélicas e a obtenção de vantagem estratégica competitiva sobre os concorrentes na área empresarial (SILVA, 2004, p. 32).

Comparando a logística empresarial com a militar de fato não se diferem. É necessário que se analise sobre as organizações unidas a um mercado onde atuam no desenvolvimento de estratégias e na definição de seus movimentos, que dispõem assumir carácter ofensivo ou defensivo, tal qual uma batalha travada em campo.

Segundo Ballou (1993, p. 35), a logística empresarial trata de todas as atividades de movimentação e armazenagem, facilitando o transporte entre dois ou mais pontos de produtos específicos. Da matéria-prima ao cliente, os processos de informação viabilizam o produto provendo níveis e custos adequados e aceitáveis ao cliente fiel.

Christopher (1999), destaca ainda que o Gerenciamento Logístico exige que todas as atividades que ligam o mercado fornecedor ao mercado consumidor sejam vistas como um sistema interligado, pois o impacto de uma decisão tomada em qualquer parte do sistema afetará o sistema financeiro”.

Para Bowersox (1999, p. 43), “a logística integrada é vista como a competência que vincula a empresa a seus clientes e fornecedores. O processo tem duas ações que interagem: fluxo de materiais e fluxo de informações”.

A logística integrada tem como base o planejamento e a execução das atividades logísticas relacionados aos fluxos de movimentação de mercadorias e bens (estoques) e de informações ao longo das cadeias de suprimento tendo em vista a otimização dos elementos logísticos fundamentais, ou seja, os transportes, armazenagem, embalagem, inventários, informações e as questões fiscais inerentes (CLOSS, 2001, p.23).

Supply Chain Management (SCM) abrange o planejamento e gerenciamento de todas as atividades envolvidas na busca e suprimento, conversão, de todo o gerenciamento das atividades logísticas. Também inclui a coordenação e colaboração com os parceiros dos canais de suprimentos, intermediários, prestadores de serviços logísticos e clientes. Na essência, gerenciamento da cadeia de suprimentos integra o gerenciamento do suprimento e da demanda dentro e através das empresas CSCMP (2007).

Lopes e Lima (2008), menciona que atualmente o Just In Time é considerado uma ferramenta importantíssima para as organizações, capaz de eliminar desperdícios, distribuir e colocar os componentes certos, no local e no horário correto, gerando assim, estoques reduzidos, custos mais baixos e melhor qualidade do que nos sistemas convencionais.

## **GESTÃO FINANCEIRA**

Gestão financeira é o conjunto de processos, métodos e ações que permitem a uma empresa controlar, analisar e planejar suas atividades financeiras.

Segundo Henriksen e Van Breda (1999, p. 226), receitas de uma forma mais abrangente são consideradas “atividades produtoras de riqueza da empresa”. Iudícibus (2000, p. 46), cita que a “receita de uma empresa durante um período de tempo representa uma mensuração do valor de troca dos produtos (bens e ou serviços) de uma empresa durante aquele período”.

Para Martins (2010, p. 10), “o custo é também um gasto, só que reconhecido como tal, isto é, como custo, no momento da utilização dos fatores de produção, para a fabricação de um produto ou execução de um serviço”.

Leone (2000, p. 46) define despesas como “os gastos imediatamente consumidos ou o consumo lento dos gastos de investimentos à medida que estes vão sendo utilizados pelas operações”.

A gestão financeira possibilita e fornece os recursos para que os profissionais especializados analisem cenários e tracem metas para a empresa melhorar seus resultados e como utiliza seus recursos.

### **Orçamento empresarial**

O orçamento empresarial é um instrumento fundamental do planejamento financeiro, que permite projetar as receitas e despesas da empresa em um determinado período.

Segundo Antony e Govindarajan (2001, p. 34) orçamento empresarial, é um instrumento para o planejamento e controle das operações em curto prazo.

Para Frezati e Hoji (2001, p. 359), os principais objetivos do orçamento empresarial são a tomada de decisão, planejamento e controle, fixar objetivos e metas, manter a administração informada e confrontar o realizado com o orçado.

Pode-se afirmar que o orçamento empresarial é o ato de planejar e estimar os ganhos, despesas e investimentos que a empresa terá em um período futuro

## **Fluxo de caixa**

Fluxo de caixa é o movimento de entradas e saídas de dinheiro do caixa da empresa.

Segundo Santi filho (2002, p. 23), o fluxo de caixa é a demonstração visual das receitas e despesas distribuídas pela linha do tempo futuro.

De acordo com Ramos e Alves (2012, p. 04) “ Um fluxo de caixa bem administrado permite ao administrador financeiro manter a empresa em permanente situação de liquidez, administrar o capital de giro da empresa, avaliar os investimentos realizados em itens do ativo permanente entre outros. O fluxo de caixa é em síntese um dos eventos mais fundamentais nos quais estão baseados as mensurações contábeis”.

Com este instrumento, a gestão financeira tem uma visão mais precisa sobre o momento financeiro da empresa.

## **Preço de venda**

Preço de Venda é o valor que será cobrado dos clientes pelo produto ou serviço, ou seja: por quanto a empresa venderá o que faz.

Conforme Santos (1994 p. 17), “o preço de venda de um produto é formado pelos seus custos marginais e pela sua margem de contribuição, composta dos custos estruturais fixos e do lucro”.

Assef (1997 p.2) diz que que a “identificação e o conhecimento do mercado de atuação, das condições comerciais e mercadológicas das empresas concorrentes são essenciais na formação dos preços de venda”.

Ainda segundo Bernardi (1998 p. 218) “o preço que o mercado estaria disposto a pagar não significa o mais alto possível a ser praticado, mas aquele que representa valor para o consumidor, o que resulta num preço competitivo”.

O preço de venda deverá cobrir não apenas os custos envolvidos na produção do que será vendido no serviço prestado, mas também as despesas existentes como impostos e infraestrutura, garantindo ainda a margem de lucro considerada.

## **Demonstrativos financeiros**

Demonstrações Financeiras são representações estruturadas da posição financeira e do desempenho financeiro de uma determinada entidade. Com base nas demonstrações financeiras é possível a tomada de decisão na gestão das empresas.

Segundo Matarazzo (2003, p.39), a análise das demonstrações contábeis visa extrair informações para a tomada de decisão. Sendo assim é necessário conhecer o significado de cada conta, isso facilitara a busca de informações necessárias, para que seja feita uma boa análise.

Costa (2010, p.2), destaca que as demonstrações contábeis fornecem uma série de dados sobre a empresa e a análise de demonstrativos é responsável por converter esses dados em informações.

Para Santos apud Kilian (2010, p.10), o conhecimento para a interpretação dos dados gerados por meio da aplicação contábil, certamente, será um diferencial durante a tomada de decisões pela empresa.

## **DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA EMPRESA**

O Salão de Beleza Rafael Fegeredo – Manus Ornat surgiu em 2015, através da observação da necessidade de preenchimento de uma lacuna no mercado, uma empresa prestadora de serviços de beleza para mulheres com foco no serviço individualizado bem como produtos de qualidade alinhados ao conhecimento técnico profissional atualizado. A empresa oferece serviços de tratamentos estéticos de alta qualidade, feita por profissional altamente qualificado que satisfaz a necessidade das suas clientes, como corte de cabelo, hidratação, tratamento capilar, alisamento - como a escova progressiva - penteado e coloração dos fios. Na área de maquiagens, o profissional atende a todos os tipos de eventos. Desta forma, a organização busca prover seus serviços com excelência, transparência, confiança e, principalmente, segurança, para mulheres de toda a baixada santista. Para tanto, viu-se essencial abordar a importância do atendimento adequado ao cliente para evitar a perda destes.

Nesse aspecto, a empresa baseou-se em um público-alvo específico, composto exclusivamente por mulheres de todas as idades.

O avanço tecnológico tem exercido papel relevante nos diversos setores da economia de maneira que as organizações necessitam buscar mecanismos adequados diante da nova realidade.

Sua atividade econômica é classificada como Cabeleireiros e Instituto de Beleza – MEI (Microempreendedor Individual), tendo como missão realçar a beleza e elevar ainda mais a autoestima da cliente, utilizando-se dos melhores produtos disponíveis no mercado, atendimento individual em um ambiente elegante e agradável. Sintetizando, fornece um serviço de alta qualidade feito com um profissionalismo altamente qualificado e um preço justo contribuindo com a satisfação da cliente.

O estabelecimento encontra-se ao fundo da residência do proprietário, separado de sua moradia, possuindo privacidade e conforto para as clientes, localizado em um bairro nobre da cidade litorânea no estado de São Paulo na cidade de Praia Grande. Atualmente sua clientela é de classe média alta, e os serviços mais procurados por elas são os procedimentos químicos como selagem, progressiva, bem como mecha, coloração e tratamentos capilares reconstrutores.

Atualmente trabalha majoritariamente sozinho fornecendo estes serviços de beleza capilar além de maquiagem profissional.

A empresa apresenta como marca o nome Rafael Fegueredo - Manus Ornat, o nome do proprietário do salão de beleza. Este nome não consta como marca registrada ao INPI, pesquisa feita pelo nome em alguns campos de pesquisa do site.

O Salão de Beleza do Rafael Fegueredo – Manus Ornat, possui logotipo com as iniciais do nome Rafael Fegueredo, relativamente utilizado por diversos negócios que utilizam o próprio nome como marca. Diferentemente de outros, o logotipo do salão não se utiliza de objetos associados diretamente ao seu negócio como pente ou uma tesoura, bem comum de se encontrar neste ramo de atuação. No logotipo do salão, o que difere é a coroa acima de suas iniciais, podendo representar a grandeza e o serviço de primeira qualidade.

A empresa possui slogan, “As mãos que embelezam” - Manus Ornat, visto que segundo Negri, títulos e textos estão ligados aos conceitos da campanha, enquanto os slogans devem funcionar como uma extensão verbal do espírito da marca. (NEGRI, 2011).

Posicionamento de marca é o lugar que a empresa quer ocupar no coração e na mente do público-alvo. Em outras palavras é, basicamente, a união entre segmentação e diferenciação. Segundo Kotler (2005), o posicionamento de uma empresa no mercado é “a ação de projetar o produto e a imagem da empresa com o intuito de ocupar uma posição destacada de acordo com público-alvo em relação aos concorrentes”.

As cores da logo do salão de beleza são compostas por preto em sua tipografia, possuindo fundo cinza e símbolo da coroa também se encontra na cor preta. Possui alguns detalhes quadrados em diferentes tonalidades de cinza, mas no geral trabalha com cores sólidas e sóbrias.

A cor preta transmite a sensação de luxo a cor mais poderosa e neutra. Tende a ser associada à elegância e força. Por ser uma cor neutra, assim como o branco, acaba transformando a combinação com outras cores em uma coisa bem simples, capaz de refletir diferentes simbologias. Na maior parte das vezes, o preto é utilizado em tipografias devido à

sua neutralidade. A cor, por ser considerada forte, acaba se destacando em alguns fundos, dando mais legibilidade na hora da leitura. Sua neutralidade auxilia na combinação com outras cores, transmitindo ideias diversas, como modernidade ou conservadorismo, inovação, tradicional, elegância, sofisticação.

O cinza que também está presente tanto no logotipo e nas paredes do salão é uma das cores mais neutras da paleta (preto e branco) resultam no cinza, uma outra cor considerada neutra. Essa cor tende a ser utilizado para ressaltar outras cores, pois sua neutralidade auxilia no destaque de outros tons. No entanto, é comum ver esse tom utilizado em empresas do segmento de tecnologia e no universo corporativo, uma vez que transmite a sensação de solidez, formalidade e modernidade, além, claro, de ser um tom agradável. O cinza passa uma ideia de responsabilidade, conhecimento e profissionalismo – e tende a ser utilizado em design corporativo.

De acordo com o SEBRAE, administrar um salão de beleza pode ser muito difícil para um empresário que deseja atuar nessa linha de trabalho. Portanto, o Salão de Beleza Rafael Fegueredo - Manus Ornat, o próprio profissional que se encarrega de qualquer corte.

O empreender do salão gerencia seu marketing de mídia social utilizando Instagram, Facebook e até mesmo Google para clientes que precisam encontrar o salão online. Todos os serviços prestados pelo proprietário da empresa, incluindo cortes, coloração de cabelos e maquiagem, são selecionados e posteriormente postados no Instagram. O ambiente do salão é simples, contém um cantinho com café e máquina de massagem para os pés, estão disponíveis para os clientes que serão atendidos, aumentando seu conforto e autoestima.

Na área logística, o gerenciamento de materiais e canal de suprimentos se aplica em apenas alguns dos produtos na empresa Salão de Beleza Rafael Fegueredo - Manus Ornat. A relação com que a empresa tem com seus fornecedores é direta, fazendo com que as entregas de materiais sejam eficientes. O profissional faz pedido via whatsapp, e recebe a encomenda em poucas horas ou poucos dias, sendo entregue geralmente via carro ou moto.

Manter uma linha direta com os fornecedores faz com que o empreendedor, negocie os valores de produtos, para que assim, possa ofertar o melhor preço para clientela.

Este sistema de compra gera menos interferência, por estabelecer comunicação sem desvios entre os que fornecem as mercadorias e o gestor.

Em se tratamento da área financeira, todas as análises foram feitas exclusivamente sobre os serviços de tratamentos capilares oferecidos nos dois planos de modalidades, o que



representam 70% do faturamento mensal do salão, tendo em vista os danos capilares ocorridos durante a pandemia, haja visto que foram feitos muitos procedimentos inadequados por parte das pessoas em seus domicílios, sem o conhecimento técnico necessário cabido ao profissional de beleza.

Houve um crescimento na procura por serviços de beleza, pós pandemia, em especial no mês de maio de 2022 tendo como estimativa a continuidade nesse aumento da procura, tendo em vista que esse é um dos setores que mais crescem.

O fluxo de caixa, bem como o orçamento empresarial, é uma projeção, a qual estabelece uma contínua procura por serviços em salões de beleza no pós pandemia levando em conta os serviços de tratamentos capilares oferecidos, resultando um valor significativo. Pois o preço de venda dos serviços de tratamentos capilares do Salão de Beleza Rafael Fegueredo – Manus Ornat é baseado na concorrência, com o valor aplicado referente à forma de atendimento exclusivo aliado a produtos de alta qualidade a fim de atender em especial mulheres de classe média.

Foram analisados via pesquisa direta de contato exploratório por meio de redes sociais e Whatsapp os principais concorrentes, levando em conta os salões mais frequentados da cidade de Praia Grande. Ressalta-se que o presente trabalho dá foco aos serviços de tratamentos capilares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando as informações obtidas neste artigo, foi constatado que empresa tem uma estrutura enxuta e que apesar do número de concorrentes diretos ser relativamente alto, cada salão tem uma certa característica, atendendo pessoas de classes sociais parecidas, mas com diferentes interesses. Baseado nas atuais clientes do Salão de Beleza Rafael Fegueredo – Manus Ornat, foi possível identificar que o marketing digital é muito ativo e presente, sendo um dos pontos fortes, comunicação utilizada em todos os meios. O salão possui redes sociais para divulgação de fotos e vídeos dos serviços e para interagir com o público alvo, possui whatsapp para agendamento e dúvidas, na página do Facebook, possui mais de dois mil seguidores, tendo um alto engajamento com o público, divulgando o seu serviço e captando novos clientes, já na página do Instagram existe mais de mil seguidores e um detalhamento dos serviços prestados pelo salão, vídeos e fotos, como também a localização do salão através de pesquisa do Google Maps.

Como uma crítica, sugere-se ao proprietário registrar junto ao INPI sua marca, porém realizando algumas modificações além do nome, como por exemplo: Salão de Beleza Rafael Fegueredo ou Salão de Beleza Rafael Fegueredo as Mãos que Embelezam. Trazendo mais credibilidade ao seu negócio e podendo evitar problemas futuros com relação a direitos autorais sobre a marca registrada. Recomenda-se também procurar um profissional qualificado tanto na realização de identidade visual e um designer capacitado que consiga desenvolver uma qualidade maior de desdobrar a marca em diferentes plataformas digitais e materiais impressos resultando em uma identidade aplicável em cartões, panfletos ou outros materiais com as características padronizadas.

Finalizando, observou-se que o Slogan da empresa transmite o core business do Salão de Beleza Rafael Fegueredo – Manus Ornat, além de trabalhar com suas mãos tem o trabalho de embelezar todas as mulheres que frequentam seu salão diante da beleza de cada uma e com seus desejos que almejam em seus cabelos.

## REFERÊNCIAS

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de controle gerencial**. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSEF, R. **Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BALLOU, H. R. **Logística empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.

BERNARDI, L. A. **Política e Formação de Preços: uma abordagem competitiva e sistemática e integrada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J.; COOPER, M. B. **Gestão logística de cadeias de suprimentos**. Tradução Camila Teixeira Nakagawa e Gabriela Teixeira Nakagawa. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CAMPOMAR, M. C.; AKEMI I. A. **O planejamento de marketing e a confecção de planos: dos conceitos a um novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARDOSO, B. **As 5 forças de Porter e as agências de Marketing Digital**. 22/02/2022. Blog. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/agencias/as-cinco-forcas-de-porter/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

CASAROTTO, C. **As 5 forças de Porter: quais são elas e como entender o conjunto de fatores que influenciam no sucesso do seu negócio?** 11/12/2020. Blog. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/5-forcas-de-porter/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

- CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- COBRA, M. **Marketing básico: uma perspectiva brasileira**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas AS, 1985.
- COBRA, M. **Marketing Básico**. São Paulo: Atlas, 1997.
- COBRA, M. **Plano estratégico de marketing**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- COSTA, R. S. **Contabilidade para iniciantes em ciências contábeis ou cursos afins**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- FERREIRA, L. **Como fazer uma análise de concorrência?** 28/06/2022. Blog. Disponível em: <https://www.nuvemshop.com.br/blog/analise-da-concorrenca/#:~:text=Concorr%C3%Aancia%20%C3%A9%20a%20competi%C3%A7%C3%A3o%20entre,de%20modo%20a%20se%20destacar..> Acesso em: 02 jul. 2022.
- HEEMANN, M. **Missão, visão e Valores: O que é? Como definir e exemplos**. 30/12/2021. Blog. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/missao-visao-valores/#:~:text=Miss%C3%A3o%20Vis%C3%A3o%20e%20Valores%20s%C3%A3o, presente%20e%20futuro%20do%20empreendimento..> Acesso em: 02 jul. 2022.
- HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOOLEY, G. J.; GREENLEY, G. E., CADOGAN, J. W.; FAHY, J. **The performance impact of marketing resources**. *Journal of Business Research*, v. 58, n. 1, p. 18-36, 2005.
- HOPE, J.; FRASER, R. B. B. **How Managers Can Break Free from the Annual Performance Trap**. Boston: Harvard Business School Press, 2003.
- IUDÍCIBUS, S.de. **Teoria da contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 7 ed. Rio de Janeiro: Pearson Prentice Hall, 1998.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing** – 12 ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- KOTLER F.; PORTER R.R. **Análise da Concorrência segundo Porter e Kotler**. 05/12/2012. Site. Disponível em: [https://www.webartigos.com/artigos/analise-da-concorrenca-segundo-porter-e-kotler/101038#google\\_vignette](https://www.webartigos.com/artigos/analise-da-concorrenca-segundo-porter-e-kotler/101038#google_vignette). Acesso em: 02 jul. 2022.
- LAS CASAS, A. L. **Administração de Marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira**. 1. ed. – 5. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.
- LAS CASAS, A. L. **Marketing: conceitos, exercícios, casos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEONE, N. M. C. P. G. As especificidades das pequenas empresas e médias empresas. **Revista de administração da USP (RAUSP)**, São Paulo, FEA/USP, v 34, n. 2, p 91-94, abr.jun, 2000.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços** - 6ª ed. São Paulo Editora Atlas, 2003.  
NEGRI, M. A. E. **Contribuições da Língua Portuguesa para a Redação Publicitária**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PAULILLO, G. **GUIA: Planejamento estratégico, missão, visão e valores**. Disponível em: <https://www.agendor.com.br/blog/planejamento-estrategico-missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

PINTO, E. P. **Gestão empresarial: casos e conceitos de evolução organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RABELO, A. **Transformação Digital**. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/transformacao-digital/> Acesso em: 12 maio 2022.

RAMOS, G. V.; ALVES, C. C. **Fluxo de Caixa: Instrumento indispensável para o planejamento, controle financeiro e sobrevivência das pequenas empresas**. O caso Márcio Bueno de Castro–ME. 2012.

RIBEIRO, J. C. **Marketing para micro e pequenas empresas: guia básico de sobrevivência**. Porto Alegre: Senac, 1998.

SANTI FILHO, A. **Análise do Demonstrativo do Fluxo de Caixa**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, R. B. **Modelos de decisão para Gestão de Preço de Venda**. Dissertação de mestrado apresentada a FEA – USP. São Paulo, 1995.

SEBRAE. **Descubra como administrar um salão de beleza com eficiência**. 11/04/2020. Site. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pe/artigos/descubra-como-administrar-um-salao-de-beleza-com-eficiencia,79b8b39cba395710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SOUZA, I. **Saiba como colocar em prática uma estratégia competitiva na sua empresa**. 09/05/2019. Blog. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/estrategia-competitiva/#:~:text=Estrat%C3%A9gia%20competitiva%20%C3%A9%20a%20maneira,%C3%A1reas%20que%20s%C3%A3o%20muito%20disputadas..> Acesso em: 02 jul. 2022.

SCHULTZ, F. **Gestão de TI: o que é, benefícios e quando utilizar**. Disponível em: <https://blog.milvus.com.br/gestao-de-ti/>. Acesso em: 20 maio 2022.

SILVA, W. L.. **Distribuição e logística**. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/21692516/661047107/name/Apostila+Log%C3%ADstica.pdf> >. Acesso em: 26 jun. 2022.

---

SILVA, H. H.; TENCA, E. C.; SCHENINI, P. H.; FERNANDES, S. **Planejamento Estratégico de Marketing**. (3a ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

# CAPÍTULO 3

## CLIMA ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA E PRIVADA

Bruno da Silva Saldanha  
Flávio Régio Brambilla

### RESUMO

Este artigo trata sobre um estudo da diferença entre o clima organizacional de uma instituição pública e uma privada de ensino superior. As instituições estão localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, RS, Brasil. Para conduzir a comparação, a centralidade residiu na noção do clima organizacional, em seus conceitos, tipos e indicadores. O objetivo do estudo consiste em analisar o efeito do clima organizacional, comparando uma instituição pública e outra privada de ensino superior na realização profissional dos colaboradores de cada instituição. Foi considerado como referência e coleta apenas o curso de graduação em Administração, no qual foi realizada a pesquisa com os professores alocados nesse curso, para identificar como os mesmos percebem o clima organizacional no ambiente de trabalho. Ao observar o nível de realização profissional dos colaboradores com relação ao clima organizacional, observou-se que, os colaboradores da instituição pública são menos realizados profissionalmente, e em sua maioria, concordam que a realização profissional exerce impacto no clima da organização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clima Organizacional; Instituição de Ensino Superior; Docentes.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre um estudo da diferença do clima organizacional de uma instituição pública e uma privada. As instituições analisadas atuam no setor de educação de nível superior e estão localizadas no Rio Grande do Sul, RS, Brasil. Para discutir o tema acima mencionado, é necessário abordar os aspectos que influenciam e determinam o clima organizacional, bem como seus conceitos, tipos e indicadores. De acordo com Teixeira (2002), o clima organizacional, visto como resultado das emoções, certamente é muito influenciado pela cultura. Ele pode ser afetado por diferentes aspectos decorrentes do país ou da região onde se localiza a empresa, da natureza do negócio, dos valores da companhia ou dos seus indivíduos, pois, esses mesmos indivíduos e suas respectivas equipes também influenciam a cultura organizacional. A pesquisa de clima organizacional permite as empresas avaliarem seu desempenho atual e a percepção de seus colaboradores quanto a diversos aspectos da empresa, como: supervisão exercida e *feedback* realizado, remuneração, desenvolvimento profissional e o trabalho em si. Assim percebe-se que uma melhor integração entre o sistema e o indivíduo pode ocorrer quando o clima organizacional que atendam às necessidades pessoais e às de caráter institucionais. Isto trará efeitos significativos na motivação e satisfação individual que,

por si, geram uma melhor realização das tarefas e alcance dos objetivos organizacionais. (SANTOS, 1999, p.22).

Em síntese, a pesquisa de clima organizacional permite estudar a cultura da empresa e medir o grau de satisfação dos empregados com os diferentes aspectos da organização, dentre outras formas de análise possíveis (TACHIZAWA, FERREIRA e FORTUNA, 2001). Portanto a análise do clima organizacional é um instrumento que possibilita ao administrador conhecer a realidade de sua organização. Esse estudo poderá revelar os fatores que influenciam tanto uma instituição pública quanto uma privada com relação ao ambiente para a satisfação, motivação e comprometimento dos colaboradores para com a organização, em face aos processos internos e as interações deles com esse ambiente.

Tendo em vista o tema relacionado, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o efeito do clima organizacional de uma instituição pública e outra privada na realização profissional dos colaboradores de cada instituição. Como complemento, também são objetivos identificar a percepção de como é desenvolvido o clima organizacional em cada uma das instituições estudadas; verificar quais os fatores mais relevantes do clima organizacional de cada instituição; investigar quais os indicadores existentes nas instituições; levantar quais os pontos fortes e fracos, do clima organizacional, identificados pelos colaboradores em cada uma das instituições; e, observar o nível de realização profissional dos colaboradores.

## **CLIMA ORGANIZACIONAL**

Para Werther (1993), o clima organizacional é o que o ambiente tem de favorável ou desfavorável para os colaboradores que compõem uma organização. Segundo Souza (1978), clima organizacional é um fenômeno resultante da interação entre os elementos da cultura organizacional, o autor complementa que o clima organizacional é um fator resultante do peso de cada um dos elementos culturais e seu efeito sobre os outros dois. O clima organizacional pode ser entendido como a qualidade do ambiente de trabalho das organizações.

Exemplo de acontecimentos que interferem no clima é: a troca de gestores, onde estes não têm um entrosamento entre os colaboradores, e esses não se entrosam pelo receio de mudança. Isto vai desmotivando os colaboradores, eles irão começar fazer coisas erradas para atingir seus gestores, irão fazer corpo mole para com o serviço e outros tipos de rejeição levando a indicadores como a rotatividade, absenteísmo entre outros.

Entretanto, há pontos positivos, onde gestores interagem com os colaboradores, veem suas necessidades e fraquezas, motivam, incentivam e assim desenvolver um clima mais

harmonioso na organização onde estes colaboradores iram trabalhar de forma rentável sem desperdícios. Por outro lado, percebe-se que os pontos negativos são evitados.

Segundo Bennis (1972) clima organizacional significa um conjunto de valores ou atitudes que afetam a maneira pela qual as pessoas se relacionam umas com as outras, tais como sinceridade, padrões de autoridade, relações sociais, etc. Para Coda (1997), em administração, clima organizacional é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa, em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como: política de recursos humanos, modelo de gestão, missão da empresa, processo de comunicação, valorização profissional e a identificação com a empresa. Sendo o clima um indicador do grau de satisfação dos colaboradores para a organização, cabe aos gestores identificar os fatores que estão afetando positivamente ou negativamente seus colaboradores e assim tomar decisões adequadas para as situações, proporcionando um bem estar para a empresa e colaboradores obtendo um rendimento e qualidade nos serviços prestados. Para Bowditch e Buono (1992), clima organizacional é como está o ambiente, em relação à satisfação com o trabalho, desempenho e integração com os demais colaboradores. O quadro 1 apresenta conceitos de clima organizacional:

**Quadro 1:** Conceitos de clima organizacional.

<b>AUTORES</b>	<b>CONCEITOS DE CLIMA ORGANIZACIONAL</b>
Souza (1978), apud Santos (1999, p. 32)	Um fenômeno resultante da interação da cultura. É a decorrência do peso de cada um dos seus elementos culturais e seus efeitos sobre os outros dois.
Luz (1995, p. 6)	Clima organizacional é o reflexo do estado de espírito ou do ânimo das pessoas, que predomina numa organização, em um determinado período.
Fleury e Sampaio (2002, p. 293)	Termo empregado para definir o conjunto de satisfações e insatisfações dos membros de uma organização em determinado período, geralmente identificado através de pesquisas calcadas em percepção e opinião.
Teixeira (2002, p. 574)	O clima organizacional pode ser entendido como a expressão dos sentimentos dos empregados diante dos valores, das políticas, das práticas de gestão de recursos humanos, da forma de relacionamento com os colegas, da postura da empresa ao estabelecer metas e retribuir pelo alcance delas, além da situação econômica.
Chiavenatto (2004, p. 103)	Ele pode ser descrito como a qualidade ou propriedade do ambiente organizacional que é percebida ou experimentada pelos membros da organização e que influencia seu comportamento.

**Fonte:** Adaptado de Stefano, Zampier e Maçaneiro (2012).

Como se observa, mesmo havendo uma possível convergência de que o clima é uma das ferramentas relevantes para a gestão da organização, com importantes implicações para a empresa, diversos estudiosos têm dado ao assunto abordagens diversas, gerando várias correntes conceituais sobre o tema. O clima organizacional não possui um só conceito correto,



---

por relacionar-se com fatores que não são constantes como: cultura organizacional, satisfação dos colaboradores, sociedade, tipo de atividade e tecnologia empregada na organização.

## **CLIMA X CULTURA ORGANIZACIONAL**

De acordo Luz (2003), clima e cultura organizacionais são dois aspectos que se complementam, não podendo-se tratar e ignorar um do conceito do outro. O clima organizacional pode ser afetado por fatores externos a organização, mas a cultura da organização é uma das principais causas, ou seja, os fatores internos. A cultura de uma empresa se manifesta de várias formas, no dia-a-dia da organização, na arquitetura, na maneira de os gestores tratam seus colaboradores e até mesmo de como os colaboradores se tratam, nas relações comerciais com seus clientes, concorrentes e fornecedores. Para Luz (2003) clima é um fenômeno temporal e cultura são práticas que são usadas pela organização desde sua formação. A cultura de uma organização é de certa forma sua identidade. Ela tem seu estilo próprio de trabalho, de relacionamento, de conduta que a distingue das demais organizações que compõem o mercado que ela faz parte.

A cultura da organização influencia diretamente o comportamento das pessoas e grupos de colaboradores que ela compõe e que de certa forma se relacionam de algumas formas com ela. Também deve ser levado em consideração que a cultura da organização é bastante influenciada pela cultura da sociedade onde ela está inserida. Segundo Luz (2003), o clima pode ser influenciado de uma forma negativa em uma instituição devido a variáveis no dia-a-dia, pois está frequentemente exposta a ocasiões inesperadas, e muitas empresas não observam essa gestão do clima e acabam se prejudicando e agravando o clima entre seus colaboradores. Dessa forma, o autor adverte que o tipo de clima das empresas pode ser percebido como favorável, desfavorável ou neutro em relação às organizações e às pessoas.

## **INDICADORES DE CLIMA ORGANIZACIONAL**

De acordo com Luz (2003), os principais indicadores que a instituição pode presenciar representam os sinais de que o clima vai bem ou mal numa organização. Alguns exemplos citados pelo autor são: Turnover: rotatividade de pessoal pode representar que algo vai mal, significar que as pessoas não tem comprometimento com a empresa. Algo falta na empresa para satisfazê-las; Absenteísmo: o número excessivo de faltas e atrasos dizer que algo vai mal à organização, onde pessoas não estão comprometidas com a empresa, seja ela insatisfação, motivação, etc; Zombar dos gestores: funcionários picham paredes, portas zombando dos gestores. Isto indica muito a insatisfação dos funcionários para com a empresa ou gestores. As

portas e paredes de banheiros pichados são onde os funcionários usam para falar mal e zombar seus gestores ou forma como se conduz os negócios da empresa; Programas de sugestões: programas de sugestões malsucedidas revela a falta de comprometimento dos funcionários, não apresentando em qualidade ou número as sugestões que a empresa propunha, ou que a empresa não tratou a sugestão do colaborador com a real importância, para uma implementação com eficiência.

Também são exemplos: Desempenho: as empresas devem avaliar o desempenho dos funcionários, para evitar que isto afete o trabalho dentro da organização, vendo se há problemas pessoais dentro que afetem o desempenho, para isto a importância da empresa e gestores ouvir seus empregados; Conflitos: a ansiedade dos conflitos interpessoais entre diferentes departamentos é que determina um clima tenso ou agradável na empresa. O conflito é um dos fatores que mais influenciam no clima organizacional; Desperdícios: através dos desperdícios de materiais, danificando equipamentos são algumas formas de retratar a insatisfação com o trabalho; Serviços médicos: muitos procuram médicos para e relatam o que acontece, relatam suas angústias, sobrecargas de trabalho, constrangimentos, humilhações, exposição vexames. Muito destes problemas se transformam em doenças e afetam negativamente na qualidade de vida dos empregados.

## **CLIMA ORGANIZACIONAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

O clima organizacional relaciona-se com muitas variáveis que o influencia, um exemplo é o tipo de organização. As organizações estudadas são instituições de ensino superior, então a análise desse processo deve ser mais voltada para itens básicos estabelecidos (CHIAVENATO, 1993). De acordo com o mesmo autor, a análise do clima organizacional na instituição de ensino pressupõe que, dada à complexidade e especificidade dessa organização, seja considerado um conjunto de características que a distinguem das demais. Assim, foram estabelecidos os seguintes fatores básicos: Planejamento institucional: para Meyer (1993) o planejamento institucional é o processo lógico que auxilia o comportamento racional na consecução de atividades intencionais voltadas para o futuro da organização e conseqüentemente dos colaboradores; Política de recursos humanos: segundo Milkovich e Boudreau (2000), a política de recursos humanos é forma pela qual a organização lida com seus colaboradores e, por intermédio deles, atinge os objetivos organizacionais, permitindo condições para o alcance de objetivos organizacionais e individuais. Pode-se dizer que de acordo com o que foi mencionado no parágrafo anterior, que se observa nitidamente a necessidade de se prospectar qualificação do recurso humano nas organizações e principalmente nas instituições de ensino,

uma que trabalham com o capital intelectual dos colaboradores. E também do ambiente onde este recurso estiver alocado, para a partir daí a organização, como um todo, elevar seu potencial produtivo e dessa forma, tornar-se mais competitiva no mercado em que ela está inserida; Estrutura organizacional: a estrutura organizacional é o modo como se dá a distribuição da autoridade de acordo com cada cargo. Onde as atividades, desde os níveis mais baixos até a alta administração, são especificadas e a forma como um sistema de comunicação é definido a fim de permitir a realização das atividades e o exercício da autoridade competente. Entende-se que a organização é um sistema de atividade com sentimento coordenado de duas ou mais pessoas. A organização do trabalho é um conjunto de dispositivos sociais e técnicos, que definem a repartição das tarefas de um serviço numa empresa e, mesmo, no conjunto da sociedade (CHIAVENATO, 1997).

Chiavenato (1994) menciona que os climas das organizações dependem das condições que a empresa oferece, das estruturas da cultura, das oportunidades de participação, do significado que o trabalho tem, da equipe, treinamento, do estilo de liderança, avaliação e desempenho e outros fatores. Também são fatores: Organização e condição de trabalho: Para Chiavenato (1999) a organização do trabalho é o conjunto de dispositivos sociais e técnicos, que definem a repartição das tarefas num serviço, numa empresa e, no conjunto da sociedade. De acordo com Moreira (2000), o projeto do trabalho pode ser visto de três ângulos distintos, complementares entre si e respondendo a perguntas como: quais são os requisitos de um projeto em relação à satisfação, ao conforto e bem estar dos colaboradores? Como sistematizar a busca por outros métodos ou propor métodos alternativos? Como efetuar a medida do trabalho, verificando o nível de eficácia atingido e assim comparando o desempenho dos funcionários?; Relacionamento interpessoal: conforme o autor Luz (1996) relacionamento interpessoal refere-se especificamente às propriedades motivacionais do ambiente interno de uma organização, ou seja, aqueles aspectos internos de uma organização que levam à provocação de diferentes espécies de motivação nos seus colaboradores. Sobre gerenciamento de equipes, Ritzman (2004), destaca que o envolvimento dos funcionários é uma tática fundamental para melhorar a competitividade. Segundo este autor, uma maneira de conseguir o envolvimento dos funcionários consiste na formação de equipes, ou seja, pequenos grupos de pessoas que têm um propósito comum estabelecem suas próprias metas e abordagens, e assumem a responsabilidade pelo sucesso; Sistema de assistência e benefícios: assistência e benefícios são os aspectos indiretos da remuneração dos servidores e, incluem-se a remuneração fora do trabalho, os pagamentos de seguros e assistência médica, os serviços aos empregados e a renda de

aposentadoria (MILKOVICH e BOUDREAU, 2000). O clima organizacional influencia a motivação, o desempenho humano e a satisfação do colaborador no trabalho por ele desempenhado e isso influencia num âmbito geral. Ele cria alguns tipos de expectativas sobre diferentes ações. Os colaboradores esperam recompensas, satisfação e frustrações, mas suas percepções, que isso tende a conduzir a motivação; Satisfação pessoal: a satisfação pessoal envolve variáveis como: necessidades, desejos ou impulsos no interior do indivíduo dirigido para objetivos que ele busca. Assim, o clima organizacional torna-se favorável quando ele proporciona satisfação às pessoas e desfavorável proporciona frustração daquelas necessidades. A satisfação está muito ligada ao clima organizacional uma vez que influência em fatores que são relevantes para a satisfação pessoal do colaborador, um dos fatores que cabe salientar é a qualidade de vida no trabalho, o clima organizacional influencia de forma positiva e negativa no clima organizacional e este por sua vez na satisfação do colaborador; Avaliação institucional: para o autor Meyer (1993), avaliação institucional é um instrumento de gestão necessário para se mensurar os esforços da organização, sua qualidade, excelência, utilidade e relevância. A eficácia da direção da instituição de ensino consiste em ter pessoas executando suas tarefas, evitando conflitos e dispersão de recursos disponíveis.

Pode-se afirmar que hoje, isto está em constante interação com o subsistema humano da organização e se torna particularmente importante quando surge a participação de grupos distintos. Além dos aspectos de eficiência e rentabilidade, a instituição constrói uma imagem perante os colaboradores e os alunos e principalmente a sociedade. As organizações são fontes de constantes mudanças e inovações, tanto no âmbito intelectual e científico, como tecnológico, tendo em vistas variáveis como a forte concorrência no mercado, tanto de mão de obra de trabalho, quanto às empresas entre si.

Luz (1995) apresenta esses fatores em termos de variáveis que impactam de forma decisiva no clima organizacional, quais sejam: a supervisão, o salário, o desenvolvimento profissional, o *feedback*, o trabalho em si, os benefícios e a estabilidade no emprego. Em geral, as universidades são entidades que sendo ativas e pró-ativas não deveriam ser o como são nos dias atuais, pois se permanecerem sempre o que são perderiam a possibilidade de ser o que deveriam ser.

Na maioria dos países em processo de desenvolvimento, inclusive é o caso do Brasil, as universidades tiveram que ser ampliadas ou constituídas integralmente num curto espaço de tempo. Essas ampliações num curto espaço de tempo consistiram na busca da melhoria da qualidade nos processos administrativos, através de uma administração universitária

gerencialmente qualificada (VAHL, 1992). Ainda de acordo com o mesmo autor, as instituições de ensino são organizações notadamente complexas, principalmente as de ensino superior. Elas constroem seus modelos organizacionais a partir de características culturais próprias. dependem legalmente e economicamente da sociedade, mas está protegida em virtude de seu prestígio e importância. Em primeiro lugar, apresentam uma diversidade de objetivos de difícil mensurabilidade. E em segundo lugar, a difusão de autoridade em zonas de poder e influência que se sobrepõem parcialmente provocam acentuadas fragmentações internas, resultantes de uma elevada autonomia baseada na tradição, na especialização e na própria natureza das atividades (VAHL, 1992).

Uma investigação adequada sobre clima organizacional começa exatamente pela escolha e definição das variáveis formadoras desse conceito. Como por exemplo: satisfação, motivação, ambiente de trabalho, estado de espírito das pessoas do grupo, integração, salário, supervisão. Na verdade, são diversas possibilidades de indicadores, isso torna cada vez mais difícil a mensuração, pois as variáveis que o influenciam e que traduzem o que é, mudam de acordo com cada momento da organização e do colaborador.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da pesquisa serão levados em consideração os métodos propostos por Cooper e Schindler (2003), onde envolve alguns aspectos para classificar uma pesquisa: Quanto à dimensão de tempo, será utilizado nesta pesquisa procedimentos ocasionais de forma única, visto que serão levantados os dados somente uma vez no tempo; Quanto à procedência dos dados, serão realizadas pesquisas de fundamentações teóricas (dados primários) e realizadas pesquisas de campo (dados secundários); Quanto à natureza, por levantar dados com diversos colaboradores das duas organizações participantes foi quantitativa, e qualitativa, pois foram pesquisadas duas organizações de ensino, situadas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Para Malhotra (2006), a pesquisa quantitativa tem como objetivo quantificar os dados e generalizar os resultados da amostra para a população-alvo, geralmente usada em amostras representativas, com coleta de dados estruturada e análise de dados estatística. Ainda de acordo com mesmo autor pesquisa qualitativa tem como objetivo alcançar a compreensão qualitativa das razões, das motivações do contexto do problema onde geralmente é utilizada para um número pequeno de amostra ou reduzida, a coleta de dados não estruturada, a análise de dados não é estatística e os resultados desenvolvem apenas uma compreensão inicial.

A classificação de um estudo pode ser ainda quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa será exploratória e descritiva. Segundo Vergana (2004) pesquisa exploratória, porque não se conhece estudos que abordem os tipos e indicadores de clima organizacional dos professores do curso de administração das instituições envolvidas na pesquisa, ao qual a pesquisa tem intenção de aborda-lo. Ainda de acordo com o mesmo autor descritiva, porque visa descrever percepções, expectativas e sugestões aos professores do curso de administração das instituições estudadas.

Quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica e de campo. Segundo Vergana (2004) bibliográfica porque terá fundamentações através de livros e artigos publicados, ainda de acordo com mesmo autor de campo porque terá levantamento de dados através de questionários aplicados aos professores do curso de administração. As generalizações em estudos de caso são analíticas e não estatísticas, ou seja, o pesquisador generaliza dados específicos categorizando-os com base em teorias, que são amplas, e não considerando que o resultado encontrado estender-se-á a todo o universo (YIN, 2005).

A coleta dos dados primários consiste de pesquisas realizadas em literaturas específicas e quanto a dados secundários será estruturado um questionário autoexplicativo aplicado aos professores destas duas instituições de ensino. A realização da coleta de dados foi via *e-mail* no período de 15 dias. O instrumento de coleta de dados compreende questões autoexplicativas de fácil resposta, apenas atribuição de notas as respectivas perguntas. Neste levantamento de dados foram considerados como indicadores de clima: rotatividade, faltas ao trabalho, insatisfação para com seus gestores, falta de comprometimento dos funcionários (motivação), greves, conflitos, desperdícios de materiais e laudos médicos.

Para fins desta pesquisa, o foco do estudo considerado é apenas com o curso de graduação em Administração, no qual foi realizada a pesquisa com professores alocados nesse curso para identificar como os mesmos percebem o clima organizacional em seu ambiente de trabalho. A escolha pelo objeto de estudo deu-se em função dos seguintes motivos: da acessibilidade dos pesquisadores ao corpo docente de seu respectivo curso, do período curto e pré-estipulado em que a pesquisa ocorre no qual é inviável aplicar a um número maior de participantes ao se considerar os demais cursos de graduação, em função do conhecimento prévio acerca das forças e fraquezas que envolvem o ambiente de trabalho dos professores de um mesmo curso, tanto no ambiente de uma instituição pública como em uma privada.

Assim a pesquisa foi aplicada a um total de 34 professores sendo 21 professores da instituição pública e 13 da instituição privada, onde abrangeu a população total de professores do curso de Administração nas duas organizações de ensino superior, situadas na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, RS, Brasil tendo em vista que somente 19 professores, sendo 9 da instituição pública e 10 da instituição privada responderam aos questionários enviados.

A análise de dados se deu através de comparativos de informações obtidas através dos questionários aplicados aos colaboradores das duas instituições e utilizaremos o site formsite.com para a tabulação dos dados. A etapa posterior compreendeu a análise dos resultados do estudo, conforme apresentado no capítulo 4 deste artigo. Os resultados desenvolvidos incorporam o tabelamento dos resultados quantitativos do estudo. Estes, por sua vez, são discutidos e analisados para a posterior apresentação das considerações finais, das conclusões obtidas com o presente estudo.

## RESULTADOS DO ESTUDO

Partindo do objetivo de analisar o efeito do clima organizacional de uma instituição pública e outra privada na realização profissional dos colaboradores de cada instituição, aplicou-se um questionário aos docentes das instituições pesquisadas e, quanto ao perfil dos mesmos caracterizam-se em sua maioria entre 36 e 45 anos, titularidade são 10 mestres e 06 doutores e a maior parte dos colaboradores possui mais de 10 anos na instituição, sendo 13 mulheres e 6 homens, totalizando 19 participantes da pesquisa. Dando continuidade a pesquisa, na tabela 01 verifica-se o posicionamento dos participantes da pesquisa no que tange a sua percepção quanto ao clima da instituição em que trabalham.

**Tabela 1:** Natureza da instituição X Análise do clima organizacional.

A Natureza da Instituição	Qual o tipo de clima organizacional pode ser percebido na instituição em que trabalha, relacionado à organização e às pessoas.			
	Favorável	Neutro	Desfavorável	Total
Pública	33,33%	11,11%	55,56%	100%
Privada	70%	30%	00%	100%

Fonte: pesquisa.

Conforme a tabela 01, 70% dos colaboradores da instituição privada estudada, caracteriza o clima organizacional como favorável em contrapartida somente 33,33% dos colaboradores da instituição pública identifica o clima de sua instituição desta forma. Salienta-se ainda um grande percentual de 55, 56% dos colaboradores da instituição pública tem a percepção de um clima organizacional desfavorável.

Para analisar esta questão devem ser levadas em consideração algumas variáveis e característica dos colaboradores, para isso também deve-se avaliar o gênero dos docentes, para obter melhores resultados, visualizados na tabela 02.

**Tabela 2:** Gênero dos entrevistados X Análise do clima organizacional.

Sexo	Qual o tipo de clima organizacional pode ser percebido na instituição em que trabalha, relacionado à organização e às pessoas.			
	Favorável	Neutro	Desfavorável	Total
Feminino	40%	40%	20%	100%
Masculino	83,33%	00%	16,67%	100%

Fonte: pesquisa.

Como pode ser verificado na tabela 2, as mulheres são as que mais caracterizam o clima como desfavorável da instituição a qual trabalham, em uma porcentagem de 20%. E os homens consideram em sua maioria o clima organizacional favorável 83,33% dos pesquisados contra 40% das mulheres docentes analisadas.

Esta questão é muito evidenciada por um fator social antigo, na maioria das vezes os colaboradores do sexo masculino, estão “bitolados” a trabalhar e cumprir suas atividades sem levar em consideração a instituição e as pessoas que ela compõe, ou seja, as mulheres são por sua vez mais críticas e analíticas em relação ao ambiente de trabalho e as pessoas.

Outro fato que foi observado e deve ser analisado ao estudar o clima organizacional e para realizar este comparativo, é a relação interpessoal dos colaboradores e neste estudo verificou-se que a relação interpessoal dos docentes da instituição privada é melhor que o relacionamento entre os colaboradores da instituição pública. Conforme tabela 03.

**Tabela 3:** Natureza da instituição X Relacionamento interpessoal.

Natureza da Instituição	Como é a Relação interpessoal dos Colaboradores da Instituição					Total
	Muito Ruim	Ruim	Indiferente	Bom	Muito Bom	
Pública	22,22%	00%	33,34%	22,22%	22,22%	100%
Privada	00%	00%	10%	20%	70%	100%

Fonte: pesquisa.

Na tabela 3 verifica-se que o relacionamento interpessoal dos colaboradores da instituição pública em questão é bem diverso, levado em consideração algumas variáveis nele influenciada. Uma delas poderá ser o tempo de serviço que eles possuem na instituição, levando ao surgimento de conflitos. Enquanto no ensino privado a um grande percentual de



colaboradores que caracterizam o clima organizacional como muito bom, ou seja, 70% dos docentes pesquisados.

Dando continuidade à pesquisa o clima organizacional das instituições é influenciado por fatores como tempo de serviço o qual gera conflitos e competitividade, prejudicando assim o clima da organização. Para este estudo foram relacionados na tabela 04.

**Tabela 4:** Natureza da instituição X Tempo de serviço.

Natureza da Instituição	Tempo de serviço				Total
	menos de 1 ano	de 1 a 5 anos	de 5 a 10 anos	mais de 10 anos	
Pública	11,11%	11,11%	11,11%	66,67%	100%
Privada	00%	40%	30%	30%	100%

Fonte: pesquisa.

Os docentes da instituição privada caracterizaram-se por possuir tempo de serviço, em sua maioria (40%) de 1 a 5 anos, e os docentes de órgão público possuem em sua maioria (66,67%) mais de 10 anos de serviço. Com isso o grupo de entrevistados da instituição privada mostrou-se mais coeso em relação ao ensino público, talvez por eles possuírem o mesmo grau de instrução. Para tanto deve-se analisar a tabela 5, que trata sobre a titularidade dos colaboradores de ambas as instituições.

**Tabela 5:** Natureza da instituição X Titularidade.

Natureza da Instituição	Titularidade					Total
	Graduado	Pós-graduado	Mestre	Doutor	Pós-doutor	
Pública	00%	00%	33,33%	66,67%	00%	100%
Privada	00%	00%	100%	00%	00%	100%

Fonte: pesquisa.

Verifica-se que 100% dos docentes da instituição privada possuem o título de mestres, em contrapartida os professores do ensino público em sua maioria, ou seja, 66,67% dos pesquisados são doutores, denotando aí um grau de dissonância no perfil dos pesquisados.

O grau de titularidade ocasiona uma vasta diferença entre os colaboradores da instituição, e também afeta diretamente em variáveis como: planejamento institucional, políticas de recursos humanos, estrutura organizacional, organização e condições de trabalho, relacionamento interpessoal, sistema de assistência e benefícios e sistema de avaliação institucional. A tabela 6 evidencia esses fatores que influenciam no clima organizacional

fazendo um comparativo entre as instituições pública e privada, qual é sua intensidade em cada uma delas, conforme a resposta dos questionários.

**Tabela 6:** Natureza da instituição X Fatores que influenciam no clima organizacional.

Fatores	Natureza da Instituição	Como você classifica os fatores abaixo em relação ao clima da instituição que você faz parte?					Total
		Péssimo	Ruim	Indiferente	Bom	Muito bom	
Planejamento institucional	Pública	00%	22,22%	22,22%	44,43%	11,11%	100%
	Privada	00%	10%	00%	30%	60%	100%
Políticas de recursos humanos	Pública	00%	22,23%	33,34%	44,43%	00%	100%
	Privada	20%	10%	30%	40%	00%	100%
Estrutura organizacional	Pública	00%	22,22%	11,11%	55,56%	11,11%	100%
	Privada	00%	00%	00%	60%	40%	100%
Organização e condições de trabalho	Pública	00%	22,23%	00%	66,67%	11,11%	100%
	Privada	00%	10%	00%	50%	40%	100%
Relacionamento interpessoal	Pública	22,22%	33,34%	22,22%	11,11%	11,11%	100%
	Privada	00%	00%	20%	30%	50%	100%
Sistema de assistência e benefícios	Pública	11,11%	44,45%	22,22%	22,22%	00%	100%
	Privada	20%	10%	10%	50%	10%	100%
Sistema de avaliação institucional	Pública	00%	22,22%	00%	77,78%	00%	100%
	Privada	00%	10%	30%	50%	10%	100%

Fonte: pesquisa.

O planejamento institucional na instituição pública é considerado bom em 44,43% e na organização privada em 60% como sendo muito bom, isso demonstra que os gestores da organização privada estão definindo bem suas competências e responsabilidades em busca da melhoria do desempenho da instituição. A política de recursos humanos foi caracterizada em ambas as instituições como bom em um percentual de na pública (44,43%) e privada (40%), denotando que as instituições estão preocupadas com o tratamento dado as pessoas.

A estrutura organizacional nas organizações estudadas foi considerada como ‘boas’ na pública em um grau de 56,56% e na privada 60%, porém o grau de satisfação com a estrutura organizacional dos pesquisados da instituição de ensino privado é maior uma vez que o restante dos colaboradores (40%) identificou como muito boa a referida estrutura.

A organização e condições de trabalho das instituições estudadas foi identificado como bom na pública em um grau de 56,56%, porém o percentual de pesquisados que acham ruim é considerável (22,23%) e na privada como sendo bom em 50%. O relacionamento interpessoal é questão que influencia no clima, o grupo de pesquisados da instituição privada mostrou-se mais uma vez mais coeso em 50% consideram este relacionamento como muito bom, em contrapartida 33,34% dos pesquisados da instituição pública consideram com ruim.

Outro aspecto é o sistema de assistência e benefícios, na instituição privada os docentes identificaram como bons em 50% e os da pública em 44,45% como sendo ruins. O sistema de avaliação institucional foi considerado bom nas instituições, denotando que ambas estão preocupadas com a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos acadêmicos.

Outras variáveis que influenciam muito no clima organizacional são os relacionados às pessoas e seus relacionamentos, para analisar melhor esta questão verifica-se na tabela 7, que a instituição pública e seus indicadores são classificados como “ruins” e na instituição privada classificados como “bons”, conforme porcentagem dos indicadores.

**Tabela 7:** Natureza da instituição X Indicadores de clima organizacional.

Indicadores	Natureza da Instituição	Qual o estágio que os indicadores, citados abaixo estão em relação ao clima organizacional na instituição?					Total
		Péssimo	Ruim	Indiferente	Bom	Muito bom	
Volume de negócios	Pública	11,11%	22,24%	11,11%	11,11%	44,43%	100%
	Privada	20%	00%	40%	40%	00%	100%
Absentéismo	Pública	11,12%	22,22%	22,22%	22,22%	22,22%	100%
	Privada	00%	10%	30%	20%	40%	100%
Relação com os Gestores	Pública	00%	44,44%	22,23%	22,23%	11,10%	100%
	Privada	00%	10%	20%	30%	40%	100%
Abertura para Sugestões	Pública	00%	55,56%	00%	33,33%	11,11%	100%
	Privada	00%	20%	10%	40%	30%	100%
Desempenho Docente	Pública	00%	11,11%	00%	55,56%	33,33%	100%
	Privada	00%	00%	10%	60%	30%	100%
Conflitos interpessoais	Pública	44,44%	11,11%	33,34%	11,11%	00%	100%
	Privada	00%	10%	40%	40%	10%	100%
Carga de Trabalho	Pública	11,11%	22,23%	44,44%	11,11%	11,11%	100%
	Privada	20%	10%	10%	50%	10%	100%

Fonte: pesquisa.

Os indicadores de clima isso é um fato reflexo os dos fatores estudados anteriormente e quando analisados de forma conjunta comprovam este inter-relacionamento. Na tabela 07 evidencia-se mais as questões como o relacionamento com os gestores que ficou identificado na instituição pública como bom em 40% dos pesquisado e em contrapartida 44,44% dos docentes da instituição pública consideram como ruim.

Abertura para sugestões é outro fator que cabe salientar uma vez que os docentes da instituição pública identificaram como sendo ruim em 55,56% e na instituição privada como bom em 40%. Na instituição pública ficou evidencia então que os gestores possuem uma metodologia de trabalho rígida e pouco preocupada com seu maior potencial, seus colaboradores. Os conflitos interpessoais na instituição privada são percebidos com indiferente (40%) e bom (40%), já na instituição pública 44,44% dos colaboradores identificaram como muito ruim, fato este vinculado com o relacionamento interpessoal conforme tabela 06 e demais indicadores da tabela 7.

Estes fatos relacionam-se diretamente com o clima organizacional, fortemente comprovado pela percepção deles em relação ao clima da instituição pública, onde os mesmos caracterizaram o clima como desfavorável, conforme tabela 01. Esses indicadores são influenciados por variáveis como: satisfação, motivação, ambiente de trabalho, estado de espírito das pessoas do grupo, integração, salário e supervisão. Para analisar essas premissas do clima organizacional realizou-se um estudo, que leva em consideração as variáveis em cada instituição e a intensidade do clima organizacional. Conforme a tabela 8.

**Tabela 8:** Natureza da instituição X Variáveis de clima organizacional.

Variáveis	Natureza da Instituição	As variáveis abaixo formam o conceito de clima organizacional, qual a intensidade identificada no seu ambiente de trabalho?					Total
		Péssimo	Ruim	Indiferente	Bom	Muito bom	
Satisfação	Pública	11,11%	33,34	11,11%	33,34%	11,11%	100%
	Privada	00%	10%	10%	50%	30%	100%
Motivação	Pública	22,22%	22,22%	00%	22,22%	33,34%	100%
	Privada	00%	10%	10%	40%	40%	100%
Ambiente de trabalho	Pública	44,44%	11,12%	00%	22,22%	22,22%	100%
	Privada	00%	00%	10%	40%	50%	100%
Estado de espírito das pessoas do grupo	Pública	22,22%	33,34%	22,22%	22,22%	00%	100%
	Privada	00%	10%	00%	50%	40%	100%
Integração	Pública	44,44%	22,22%	22,22%	11,12%	00%	100%
	Privada	00%	10%	00%	60%	30%	100%
Salário	Pública	11,11%	11,11%	33,34%	44,44%	00%	100%
	Privada	00%	20%	20%	60%	00%	100%
Supervisão	Pública	22,22%	11,11%	11,11%	55,56%	00%	100%
	Privada	00%	10%	30%	50%	10%	100%

Fonte: pesquisa.

Sem dúvida a satisfação profissional dos colaboradores é uma variável do clima organizacional, identificado na instituição pública como ruim/bom em 33,34% e na instituição privada como sendo bom em 50%, ou seja, os colaboradores da instituição privada são mais satisfeitos profissionalmente por isso possuem um melhor inter-relacionamento (conforme tabela 07) e um clima considerado favorável (conforme tabela 01).

O ambiente de trabalho é considerado muito bom pelos pesquisados da instituição privada em 50% e os da pública em 44,44% consideram como muito ruim este fato notoriamente relaciona-se com os demais fatores se existe conflitos interpessoais, pouca abertura para sugestões e um relacionamento ruim com os gestores (conforme tabela 07) não tem como se ter um ambiente de trabalho favorável. A falta de integração dos membros da instituição pública é resultado dos conflitos e fica evidenciado pela tabela 08 onde identificam como muito ruim em 44,44% em contrapartida na instituição privada os colaboradores caracterizam como bom em 60%, confirmando assim o forte relacionamento entre eles.

Na instituição privada as variáveis são fortemente identificadas, em sua maioria considerada como “boas” e na instituição pública as variáveis são bem dispersas, porém caracterizam-se como “boas”, porém algumas muito próximo do grau “péssimo”. O Comportamento das pessoas, satisfação dos colaboradores, a motivação e a realização profissional são indicadores que mais influenciam no clima organizacional tanto em instituições públicas ou privadas, fato expresso pela tabela 9.

**Tabela 9:** Natureza da instituição X Indicadores de clima.

Indicador de clima	Natureza da Instituição	Grau de concordância quanto a influência no clima					Total
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente	
<b>Comportamento das pessoas</b>	Pública	11,11%	22,22%	00%	00%	66,67%	100%
	Privada	00%	00%	00%	30%	70%	100%
<b>Satisfação</b>	Pública	11,11%	00%	11,11%	22,22%	55,54%	100%
	Privada	00%	10%	10%	20%	60%	100%
<b>Motivação</b>	Pública	00%	00%	11,11%	22,22%	66,67%	100%
	Privada	00%	10%	00%	20%	70%	100%
<b>Realização profissional</b>	Pública	00%	00%	00%	44,45%	55,55%	100%
	Privada	00%	00%	20%	10%	70%	100%

**Fonte:** pesquisa.

Os indicadores de clima organizacional relacionados na tabela 09 exprimem o quanto o clima organizacional é influenciado pelos sentimentos dos colaboradores. Dados estes bem definidos pelo grau de concordância dos entrevistados. O comportamento das pessoas influencia no clima organizacional. Os colaboradores pesquisados concordam com essa afirmativa, uma vez que estão diretamente ligados a fatores como relacionamento interpessoal, ambiente de trabalho e integração do grupo.

Para a maioria dos pesquisados a satisfação profissional é um fator que influencia no clima organizacional, esses confirmados através do cruzamento das informações da tabela 08 onde 33,34% dos colaboradores públicos identifica a satisfação profissional ruim e percebem que o clima organizacional é desfavorável conforme tabela 01. Os colaboradores da instituição privada classificam a satisfação em um percentual de 50% como sendo boa conforme a tabela 08 e o clima da instituição a qual faz parte como favorável (tabela 01).

A motivação é um indicador de clima uma vez que colaboradores desmotivados, trabalham menos e de uma forma menos eficiente, ocasionando assim um ambiente de trabalho negativo com propensão ao aparecimento de conflitos. Os colaboradores da instituição privada concordam com essa afirmativa em 70% e os da pública em 66,67%.

A realização profissional é um fator que fortemente influencia no clima organizacional, os colaboradores da instituição privada concordam em 70% e os da pública em 55,55% corroborando no sentido de que profissionais mais realizados serão mais satisfeitos e conseqüentemente mais motivados, influenciando dessa forma positivamente na organização, podendo ser ao contrário quando não houver a realização profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo partiu do objetivo de analisar o efeito do clima organizacional de uma instituição pública e outra privada na realização profissional dos colaboradores de cada instituição do curso de administração, a fim de realizar um comparativo entre instituições de ensino. Neste sentido, partiu do objetivo de analisar o efeito do clima organizacional de uma instituição pública e outra privada na realização profissional dos colaboradores das IES.

Ao identificar a percepção de como é desenvolvido o clima organizacional em cada uma das instituições estudadas, verificou-se que os colaboradores da referida instituição possuem problemas com o relacionamento interpessoal, ocasionados por algumas variáveis como: satisfação, motivação, ambiente de trabalho, estado de espírito das pessoas do grupo e integração. Variáveis essas consideradas “ruins” ou “péssimas”.

No que se refere aos fatores mais relevantes do clima organizacional de cada instituição, pode-se observar que quando se trata de ensino público á uma grande manifestação em relação a não comunicação com seus gestores, liberdade de expor suas ideias com isso o ambiente de trabalho torna-se péssimo. Ao contrário da pública o ensino privado tem liberdade de expor suas ideias e sugestões, por consequência tornam-se um ambiente satisfatório e motivado na relação interpessoal com seus gestores, consideradas “bom” ou “muito bom”. Ao investigar os indicadores existentes nas instituições, verificou-se que na instituição pública os fatores mais influenciados são relações com os gestores e aberturas de sugestões classificados como “ruim” pelo corpo docente, pois se trata de uma gestão pública que possui cultura bem definida e de difícil acesso a novos processos. E na iniciativa privada é o inverso onde possui mais liberdade e participação ativa dos colaboradores com os seus gestores, com isso os indicadores apresentam bons índices destacando “bom ou muito bom”.

Quanto aos pontos fortes e fracos, do clima organizacional, identificados pelos colaboradores em cada uma das instituições destaca-se que a instituição privada, uma vez que pelos dados coletados pela pesquisa, os colaboradores da referida instituição classificaram a supervisão, a satisfação e os salários como bons, denotando assim a inter-relação destas variáveis e a sua real influencia no clima organizacional e confirmado pela pesquisa onde 70% dos colaboradores classificaram como um clima favorável.

Ao final deste estudo, ao observar o nível de realização profissional dos colaboradores com relação ao clima organizacional de ambas as instituições, observou-se que, os colaboradores da instituição pública são menos realizados profissionalmente e em sua maioria concordam totalmente que a realização profissional influencia no clima da organização.

As variáveis analisadas corroboram para a percepção de clima organizacional conforme percebido pela análise dos dados desta pesquisa. Cabe salientar que as variáveis estudadas, realizando um comparativo entre as instituições privada e pública atuam fortemente em ambas as instituições. Porém de forma contrária na instituição privada os fatores de clima são de uma forma geral positivos e o clima é percebido como favorável, não significando que não há conflitos, porém em menor intensidade. Na instituição pública os fatores, indicadores e variáveis estão influenciando o clima de uma forma negativa, por meio de variáveis como carga de trabalho é possível conhecer a percepção dos colaboradores em relação à adaptação, quantidade de trabalho, horário, distribuição, suficiência de pessoal, relacionamento interpessoal e com os gestores, e outros fatores dessa natureza, os quais pelos colaboradores da instituição pública consideram como indiferentes a ruínas.

O papel da chefia é fundamental na satisfação da equipe de trabalho. Dela depende, em boa parte, o salário e a concessão de aumentos salariais, a motivação da equipe e a organização dos setores. A instituição pública poderia estabelecer uma política institucional que seja justa em relação à estrutura interna de cargos e competitiva em relação às demais instituições. Para melhorar a relação interpessoal dos docentes poderia realizar algumas atividades em que eles possam interagir de uma forma integrada, mostrando a eles o quão é importante a boa relação entre eles, e também entre seus supervisores e gestores.

## REFERÊNCIAS

BENNIS, W. G. **Desenvolvimento Organizacional**: sua natureza, origens e perspectivas. São Paulo: Edgard Bleicher, 1972.



BOWDITCH, J. L; BUONO, A. F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson, 1992.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos na Empresa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando Pessoas: o passo decisivo para a administração participativa**. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CODA, R. **Psicodinâmica da Vida Organizacional: motivação e liderança**. São Paulo: Atlas, 1997.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7.ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

LUZ, R. **Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

LUZ, R. **Gestão do Clima Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

LUZ, R. **Conhecendo o Clima Organizacional**. Revista treinamento e desenvolvimento. São Paulo: 1995.

MEYER, V. A. Busca da Qualidade nas Instituições Universitárias. **Enfoque**, v.10, p.18-21, 1993.

MILKOVICH, G. T. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOREIRA, D. **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Pioneira, 2000.

RITZMAN, L. P. **Administração da Produção e Operações**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

SANTOS, N. M. **Clima Organizacional: pesquisa e diagnóstico**. Lorena, SP: Stiliano, 1999.

SOUZA, C. **Desenvolvimento e Deteriorização Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1978.

STEFANO S.R; ZAMPIER M.A; MAÇANEIRO M.B. Satisfação no trabalho e indicadores de clima organizacional. **Disponível em:** <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/109.pdf>>. **Acesso em:** 30 de março de 2012.

TACHIZAWA, T.; FERREIRA, V. C. P.; FORTUNA, A. A. M. **Gestão com Pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TEIXEIRA, J. E. **Clima Organizacional: empregados satisfeitos fazem bem aos negócios**. In: BOOG, G. e BOOG, M. Manual de gestão de pessoas e equipes. São Paulo: Gente, 2002.

VAHL, T. R. O Papel da avaliação na gestão universitária. **Revista FIVA**, RJ, n. 2, 1992.

WERTHER, W. B. **Administração de Pessoal e Recursos Humanos**. São Paulo: Makron Books, 1993.

# CAPÍTULO 4

## ANÁLISE DAS ATUALIZAÇÕES DAS DESPESAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ NO EXERCÍCIO DE 2022

João Pedro Pereira de Sousa  
Francisco Apoliano Albuquerque

### RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza documental com foco quantitativo. Buscou-se verificar como se encontra a projeção atualizada de gastos públicos para o exercício de 2022. O trabalho baseou-se nos dados constantes no sítio eletrônico da transparência do Governo do Estado do Ceará. Como limitações do estudo, constata-se que como o exercício está em curso ocorre que o mês de análise ainda encontra-se incompleto com relação às informações e além disso, pode ocorrer um impacto da inflação dos demais meses do corrente ano. A pesquisa atingiu seu objetivo, tendo verificado que houve uma variação de aproximadamente 12% na previsão de gastos e foi possível notar que em relação às despesas já pagar, aquelas que possuíram o maior impacto são classificadas como Encargos Gerais do Estado. A pesquisa encontra-se sujeita à análise e à continuidade por outros pesquisadores.

**PALAVRAS-CHAVES:** Atualizações. Despesas Públicas. Estado do Ceará.

### INTRODUÇÃO

As despesas públicas são essenciais para o funcionamento do Estado e conseqüentemente para a aplicação junto à sociedade, de forma que elas são usadas para garantir o funcionamento das políticas estatais.

Considerando tal situação, é necessário que a população tenha acesso aos dados e aos resultados obtidos junto a esses dispêndios, visto que se trata de aplicação de recursos advindos prioritariamente da cobrança de tributos dos próprios cidadãos.

Nesse sentido, a transparência é requisito para garantir a qualidade de vida dos administrados, sendo possível que esses controlem os atos dos gestores públicos, inclusive responsabilizando-os, quando for necessário.

Partindo-se dessa lógica, o presente trabalho tem como objetivo, por meio de uma análise quantitativa, verificar a atualização realizada na execução das despesas no Estado do Ceará, visando responder aos seguintes questionamentos: Quais foram as secretarias ou unidades que tiveram maiores variações percentuais, em relação à previsão orçamentária inicial,

no exercício de 2022, e quais foram as que percentualmente apresentaram um maior índice de pagamento, em relação aos valores empenhados?

A pesquisa é uma análise documental, com bibliografia focada essencialmente em legislação e dados da transparência do estado do Ceará. O trabalho está dividido em 6 seções, sendo a primeira a presente introdução, a segunda correspondendo à metodologia da pesquisa, e após uma verificação dos aspectos legais da transparência e sua relevância.

No tópico seguinte, aborda-se a relevância das despesas públicas orçamentárias. Em seguida aborda-se as despesas do Estado do Ceará. Por fim, faz-se um compilado dos dados obtidos evidenciando se a pesquisa atingiu os resultados ou não, nas Considerações Finais.

## **METODOLOGIA**

Os assuntos pesquisa científica e metodologia científica estão sempre presentes nas grades curriculares das instituições de ensino. Então, é bem difícil que o acadêmico escape deles.

Mas, diferentemente do que a maioria pensa, eles não são um bicho de sete cabeças, porque é possível otimizar o fazer científico, criando e, principalmente, entendendo conceitos e processos.

Claro que produzir artigos científicos, monografias e elaborar a dissertação de um mestrado ou a tese de um doutorado não é uma tarefa a ser executada de um dia para o outro. Mas, ao entender a estrutura, ou seja, aquilo que irá formar o esqueleto de uma pesquisa científica, fica bem mais fácil desenvolvê-la.

Para que se entenda, de maneira mais fácil, o conceito de ciência, é preciso se conhecer a evolução que sofreu a inteligência humana.

Na pré-história, os homens não conseguiam explicar os fenômenos da natureza e, por isso, tinham medo de tudo o que acontecia à sua volta. Com o tempo, passaram a explicar esses fenômenos com base nas crenças e nas superstições do contexto onde viviam.

Isso se reflete bastante no conhecimento de senso comum, que é marcado pela tradição, que perdura até os dias de hoje. Ou seja, aquele clássico conselho da avó de colocar uma planta X na barriga, para aliviar uma dor, por exemplo.

Já a Ciência se refere ao conhecimento produzido pelo homem de maneira mais racional. A Ciência acontece a partir do momento em que o homem busca explicar os fenômenos através de caminhos que possam ser testados, verificados e comprovados.

Então, é preciso ter sempre em mente que, para se ter um conhecimento científico, este precisa ser testado e validado. E, para ser testado e validado, é natural que o conhecimento científico tenha que passar por uma série de processos. Afinal, como saber se os testes funcionaram? Ou seja, precisa de metodologia científica.

Metodologia científica é a soma de determinadas regras e procedimentos de um trabalho acadêmico, com o objetivo de sistematizar e trazer clareza à pesquisa científica. Assim, o pesquisador deve respeitar todo o processo de pesquisa, buscando os melhores métodos por meio de etapas, como:

- Definição das técnicas para aquisição dos dados
- Coleta de dados
- Exibição e organização dos resultados obtidos
- Análise dos resultados.

Já a Metodologia científica é a soma de determinadas regras e procedimentos de um trabalho acadêmico, com o objetivo de sistematizar e trazer clareza à pesquisa científica.

Por isso, surgiram formas de analisar a pesquisa científica. É possível analisá-la de três formas: quanto à natureza (ou enfoque) da pesquisa, à abordagem do problema (ou metodologia) e aos objetivos.

Por outro lado, dentro da ciência, uma pesquisa científica é o conjunto de ações tomadas quando se tem o objetivo de encontrar a solução para um problema. Essas ações têm como base procedimentos operacionais e sistemáticos.

Ou seja, essa solução não pode partir de um achismo. Ela tem que ser, conforme o que se tratou sobre conhecimento científico e ciência, testada e comprovada, validada.

Em síntese, no próximo tópico, ocorrerão a classificação da pesquisa, a descrição de seus métodos e a exposição de suas delimitações.

### **Classificação da pesquisa**

Com base nas fontes dos dados, o presente trabalho pode ser considerado com documental, visto que se baseou em dados brutos, ainda não objeto de análise por outros pesquisadores.

Com base nessa visão, acresce-se que:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2013, p. 106-107)

Isso demonstra que a pesquisa é de cunho documental, uma vez que foi realizado com base nos próprios dados fornecidos pelo Governo do Estado do Ceará, sendo essa a principal matéria-prima.

Quanto à natureza dos dados, ela pode ser considerada quantitativa, visto que “a formulação de hipóteses, definição de variáveis, quantificação na coleta de dados e de informações e ao uso de tratamentos estatísticos” (ZAMBELLO et al, 2018, p. 60), tomando-se por base os dados constantes no sítio eletrônico do Ceará para com base nessas informações chegar à conclusão, por meio de cálculos.

Por outro lado, a pesquisa científica pode ter alguns condicionantes, tais como, problemas com os prazos estabelecidos; resultados inesperados; público-alvo das pesquisas não alcançado ou público selecionado equivocadamente; falta de informações ou dificuldades em encontrar algo sobre o assunto, entre outros.

### **Limitações da pesquisa e procedimentos**

Considerando os recursos à disposição, a presente pesquisa apresentará 2 (duas) grandes limitações: a primeira, de natureza temporal, visto que, apesar de seu foco ser o primeiro semestre de execução do orçamento em 2022, no Estado do Ceará, o presente mês ainda está em curso, o que, de certa forma, limita os dados. A conclusão da pesquisa deu-se em 10 de junho de 2022.

A segunda limitação se refere à questão inflacionária que se estende ao país, visto que, em virtude do momento econômico atual, os dados de cunho econômico ainda estão em mudanças, o que poderá ocorrer uma distorção, em relação aos dados obtidos, caso sejam verificados em outro momento.

Em relação aos procedimentos adotados, buscou-se informações na LOA, do Ceará, referente ao exercício de 2022, e nos informes referentes à execução das despesas orçamentárias do referido ano. As análises apresentadas nas tabelas foram obtidas no sítio da Transparência estadual e os cálculos foram essencialmente estatísticos ou percentuais.

## A RELEVÂNCIA DA TRANSPARÊNCIA PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Sabe-se que, em um qualquer país, existe uma necessidade natural que a população tenha conhecimento e controle dos elementos referentes aos gastos do Estado. Essa situação é ainda mais evidente ao se tratar de uma democracia.

No caso da República Federativa do Brasil, entende-se que tal transparência é tão relevante que a própria Constituição Federal de 1988 (CF/88) propugna em seu texto, de forma literal a necessidade de transparência, elencando tal princípio como um elemento básico da administração Pública Nacional.

Nesse sentido, seria o acesso a todas às informações a regra, e a exceção seria o sigilo.

Nesse entendimento, a CF/88, estabelece ao longo de seu texto que:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;  
[...]  
LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;  
(BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 5º, Incisos XXXIII e LX).

Nesse entendimento, percebe-se que o próprio legislador constituinte destacou como elemento primordial para o funcionamento da democracia a publicidade de todos os atos relacionados ao Estado, incluindo tanto aqueles que nos quais o cidadão possa ter acesso, sendo de seu interesse particular, quanto aqueles atos que possam provocar alterações no aspecto geral ou coletivo, sendo o sigilo, apenas exceções em caso de defesa da intimidade ou interesse social.

Um dos principais elementos pelos quais a população exerce esse direito constitucional é por meio do controle do orçamento público, no qual o cidadão tem possibilidade de averiguar o que ocorre de fato com os recursos da sociedade, tendo em vista tanto o recebimento de impostos e outras fontes de capital de que o Estado dispõe, quanto pela aplicação efetiva de tais itens, em prol da coletividade.

Acerca disso, extrai-se o seguinte trecho:

O controle social pressupõe a efetiva participação da sociedade, não só na fiscalização da aplicação dos recursos públicos como também na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas. Um controle social ativo e pulsante permite uma maior participação cidadã, o que contribui para a consolidação da democracia em nosso país. (BRASIL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2022)

Com base no texto acima, verifica-se que a própria Controladoria Geral da União informa que a participação da sociedade vai além de simplesmente conferir valores, mas, transcende tal processo, sendo capaz de atuar no processo de formulação de políticas públicas.

A criação de sites, como o Portal da Transparência, a disponibilização de dados em sítios eletrônicos de entidades públicas e até elementos mais simples, como o ato de anexar em um órgão público as informações referentes a gastos e ações públicas são exemplos do cumprimento das garantias constitucionais aos cidadãos, acerca da publicidade de atos do Estado.

Ainda como exemplos de normatização referentes ao processo de transparência, cita-se a Lei de Acesso à Informação (LAI), no seguinte trecho:

Art. 6º. Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

- I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e
- III - proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. (BRASIL, LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, Art. 6º)

A referida norma foi criada para regulamentar o disposto na Carta Magna, tendo em vista a necessidade de gestão transparente dos órgãos que devem zelar pela sociedade. Isso comprova que o fato de o cidadão ter informações de entidades governamentais não constitui um benefício concedido, mas um direito do administrado e obrigação dos administradores estatais, a fim de manter o pacto social ativo.

Ressaltando-se ainda que:

A transparência pública constitui um dos principais fundamentos da democracia, pois fortalece a capacidade dos indivíduos de participar da tomada das decisões que afetam suas vidas, ou seja, cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar seus direitos, como saúde, educação e benefícios sociais. Além disso, a promoção da transparência é um antídoto para a má gestão e a corrupção, pois permite à sociedade fiscalizar diretamente a administração e identificar eventuais desvios ou inadequações na aplicação dos recursos. (ESPÍRITO SANTO, SECRETARIA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA, 2022).

Percebe-se que um dos principais meios de combater a corrupção e o uso inadequado de recursos públicos é por meio do controle exercido pela própria população. Cada membro da população tem o poder de atuar na busca por benefícios gerais, envolvendo saúde, educação, segurança e todos os itens necessários à sua sobrevivência com qualidade de vida. Esse é o

objetivo do legislador, ao garantir que todos os atos praticados pela Administração Pública sejam de pleno acesso à coletividade.

## **DESPESAS PÚBLICAS ORÇAMENTÁRIAS**

Da mesma forma que as pessoas físicas carecem de recursos para satisfazerem suas necessidades, as entidades jurídicas também apresentam essa característica, de forma que as empresas, na sua busca pela lucratividade aplicam capital, visando uma remuneração maior do que os gastos realizados e para, ao final, obterem seu retorno, enquanto que as entidades públicas, também realizam investimentos, porém, não buscam um retorno individual, e sim, um bem-estar social.

Independentemente se a entidade é pública ou privada, haverá gastos para o funcionamento e operacionalização de suas atividades, pois, o uso de capital (humano, material, etc.) é necessário para a concretização dos objetivos das organizações. Em prol da eficiência alocativa, buscar-se enxugar ao máximo as despesas, contudo, é impossível eliminá-las em sua totalidade, visto que, para funcionar, haverá um desgaste de recursos de alguma natureza.

Sob o viés do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), elas podem ser entendidas como:

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

(CPC 00 – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, Item 4.25, alínea “b”)

A definição geral, apresentada acima refere-se a uma visão abrangente do que são as despesas. Constata-se que tais itens constituirão elementos que diminuem os ativos da entidade ou que aumentam seus passivos, resultando, conseqüentemente, na redução do patrimônio líquido.

Verifica-se que tal conceito pode ser aplicado tanto em organizações privadas quanto em particulares, contudo, em se tratando do Estado, pode-se fazer uma análise focando no aspecto orçamentário, pelo qual esses itens podem ser vistos conforme o seguinte detalhamento, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN):



O orçamento é o instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, e representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período. Para o setor público, é de vital importância, pois é a lei orçamentária que fixa a despesa pública autorizada para um exercício financeiro. A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. (BRASIL, STN, 2018, p. 71)

No trecho acima, pode-se extrair diversos elementos relevantes sobre o assunto, primeiro, porque verifica-se que o orçamento é um elemento de planejamento, no qual organiza-se o fluxo de ingressos (receitas) e aplicações (despesas) de um determinado exercício.

Além disso, fica caracterizada que as despesas públicas orçamentárias são os gastos necessários para que os entes públicos funcionem e mantenham serviços de qualidade junto à sociedade. Dessa forma, todas as aplicações necessárias para a boa gestão, em se tratando de matéria pública, carece de planejamento prévio (orçamento) e consequente autorização por meio das despesas públicas constantes na lei.

Conforme disponível no Portal da Transparência (2022): “Despesa pública é a aplicação do dinheiro arrecadado por meio de impostos ou outras fontes para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos.”

Logo, tais itens orçamentários condizem especificamente com as aplicações realizadas pelo setor público para o bem da sociedade, visando essencialmente que a coletividade esteja satisfeita com qualidade de vida.

Diferentemente, no setor privado (empresarial ou terceiro setor), há liberdade para decisões, com ou sem planejamento, contudo, em se tratando do Estado, cada elemento deve ser rigorosamente planejado, a fim de que não ocorram desvios ou perdas dos recursos públicos.

## **CEARÁ: ANALISANDO AS DESPESAS PÚBLICAS ORÇAMENTÁRIAS**

Para a presente seção, foram considerados essencialmente os dados disponibilizados no próprio sítio eletrônico do portal da transparência, do Governo do Estado. Em relação às limitações da pesquisa, recomenda-se a verificação da seção Metodologia da Pesquisa, do presente projeto.

### **Análise inicial: Orçamento previsto x orçamento atualizado**

Neste tópico, haverá uma comparação entre o orçamento aprovado na LOA de 2022 e a prospecção atualizada pelo Governo do estado do Ceará, em Junho de 2022, bem como a verificação da relação entre os valores empenhados, liquidados e pagos até a presente data.

**Tabela 1:** Orçamento previsto no LOA e orçamento atualizado.

Item/Critério	Valores (Em R\$)
Orçamento inicial em 2022	R\$ 27.648.392.037,00
Orçamento atualizado entre 01/2022 - 06/2022	R\$ 30.961.517.366,60
Despesas Empenhadas entre 01/2022 - 06/2022	R\$ 10.838.247.117,62
Despesas Liquidadas entre 01/2022 - 06/2022	R\$ 9.819.643.925,44
Despesas Pagas entre 01/2022 - 06/2022	R\$ 8.641.506.364,46

**Fonte:** Organizado pelo autor com dados do sítio eletrônico/2022.

Com base nos dados acima, é possível verificar que, em 2021, na época de análises e elaboração da LOA/2022, a projeção de gastos do Governo para o 2022 era de R\$ 27.648.392.037, contudo, após os 6 primeiros meses do exercício, verifica-se que o Governo projeta um montante de despesa para todo o atual exercício de R\$ 30.961.517.366,60.

Dessa forma, ocorreu um aumento de aproximadamente 12%, na projeção, o que é uma situação normal, visto que tal variação pode ocorrer por diversos fatores (inflação, surgimento de despesas urgentes, etc.)

Pela Tabela 1, ainda se verifica que, do capital já reservado para as despesas de 2022 (despesas empenhadas), R\$ 10.838.247.117,62, já foram adquiridas de fato 90,60% (despesas liquidadas) e pagas 79,73%, desse valor.

Sabe-se que a programação dos gastos deve estar organizada com base em uma distribuição hierárquica, considerando os órgãos, setores etc. que fazem parte da administração pública. Na Tabela 2, a seguir, apresentam-se as 10 secretarias que apresentaram uma maior variação percentual, na relação de gastos previstos x atualizados.

**Tabela 2:** Maiores variações percentuais observadas na atualização do orçamento.

Descrição	Orçamento Inicial (em R\$)	Orçamento Atualizado (em R\$)	Varição Percentual (%)
Fundo Estadual De Saneamento Básico	6.000.000,00	21.521.762,88	258,70
Superintendência De Obras Publicas	580.571.959,00	1.164.431.555,18	100,57
Fundo De Investimentos De Microcrédito Produtivo Do Ceara	61.464.995,00	112.633.216,16	83,25
Superintendência De Pesquisa E Estratégia De Segurança Pública Do Estado Do Ceara	3.652.977,00	5.322.725,00	45,71
Controladoria Geral De Disciplina	10.027.826,00	14.085.930,72	40,47
Secretaria das Cidades	848.650.230,00	1.135.377.800,73	33,79
Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos	564.281.274,00	747.217.860,62	32,42
Secretaria Do Esporte E Juventude	47.368.825,00	61.180.264,56	29,16
Secretaria Do Meio Ambiente	103.587.011,00	133.451.626,99	28,83
Secretaria da Saúde	4.584.498.377,00	5.286.044.560,46	15,30

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nos dados da Transparência/2022.

Com base na tabela acima, verifica-se que a maior variação percentual, ao se comparar a previsão inicial do orçamento e a sua atualização, foi o Fundo Estadual de Saneamento Básico, cuja variação alcançou aproximadamente 258,70%, sendo orçada, inicialmente, em R\$ 6.000.000,00, com um acréscimo de R\$ 15.521.762,88. Verifica-se que as duas maiores alterações ultrapassaram o montante de 100%, de acréscimo.

A seguir, na Tabela 3, faz-se o comparativo entre 10 maiores percentuais de gastos efetivados, considerando os valores empenhados e os montantes efetivamente pagos.

**Tabela 3:** Comparativo Empenhado x Pago – Secretaria.

DESCRIÇÃO	Empenhado (em R\$)	Pago (em R\$)	Comparação Percentual (%)
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	5.389.696,18	5.389.696,18	100
Encargos Gerais do Estado	919.609.406,17	917.599.270,12	99,78
Secretaria da Infraestrutura	121.043.835,08	116.011.400,83	95,84
Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres E Direitos Humanos	317.029.536,20	292.924.577,87	92,39
Secretaria Das Cidades	488.930.825,00	446.057.415,56	91,23
Superintendência De Obras Públicas	519.313.903,52	473.666.986,08	91,21
Assessoria Especial Da Vice-Governadoria	4.529.030,23	4.174.622,34	92,17
Fundação De Previdência Social do Estado do Ceara	8.239.296,38	7.483.769,69	90,83
Secretaria do Turismo	20.003.231,56	17.856.183,30	89,26
Secretaria da Cultura	60.109.714,74	52.494.454,25	87,33

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base nos dados da Transparência/2022.

Dentre os dados observados, foi possível constatar que a única unidade, a qual está com a integralidade de valores empenhados e pagos é Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, seguido pelos denominados Encargos Gerais do Estado. Por meio dos dados encontrados, verificou-se que já foram pagos R\$ 8.641.506.364,46, dessa forma, aproximadamente, 10,61% foram gastos com os chamados Encargos Gerais do estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, ao longo do trabalho, que a transparência é elemento fundamental para o exercício da democracia, sendo item tão relevante que o próprio Poder Constituinte se responsabilizou por inseri-la na Carta Magna de 1988.

Isso garante à população que os recursos obtidos estão sendo aplicados de forma eficiente pelo Estado.

Verifica-se ainda que as despesas públicas são itens indispensáveis para garantir a qualidade de vida da população, visto que, assim como as empresas carecem da aplicação de recursos para obter sua lucratividade, o Estado necessita de investimentos eficientes, para que a sociedade possua elementos fundamentais como a educação, saúde etc.

Nesse sentido, as despesas orçamentárias são fulcrais para que o cidadão tenha condições mínimas de sobrevivência.

Em relação aos gastos previstos pelo Governo do Estado do Ceará, observou-se que, ao longo do primeiro semestre de 2022, houve um aumento da ordem de, aproximadamente, 12% em relação ao que havia sido previsto em 2021, no projeto inicial.

Dentre as unidades que mais sofreram alteração, em relação ao percentual previsto, percebe-se o valor exponencial que o Fundo Estadual de Saneamento Básico (258,70%) e a Superintendência de Obras Públicas (100,57%) tiveram em termos percentuais.

Contudo, em se tratando de pagamentos, comparando-se os valores empenhados em 2022, com os efetivamente pagos, o que mais se destaca são o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico (100,0%) e os Encargos Gerais do Estado (99,98%) pagos, sendo que esses últimos correspondem a mais de 10% das despesas efetivamente pagas pelo Estado.

Conclui-se que o Ceará tem realizado o seu processo de planejamento, ajustando periodicamente a sua realização de despesas, o que é elemento necessário para que a sociedade cearense possua uma melhoria em suas condições de vida.

A pesquisa conseguiu atingir seus objetivos, deixando claro que esta possui limitações, ficando sujeita a análises e continuidade por outros pesquisadores, recomendando-se uma verificação em um lapso de tempo maior e com uma abrangência maior, em relação aos detalhamentos das despesas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 05 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Participação Social**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social>> Acesso em 01 Jun 2022.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011: **Lei de Acesso à Informação**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)> Acesso em 1 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. > SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade**

**Aplicada Ao Setor Público - 8ª Edição**. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:31484](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484)> Acesso em 01 Jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Portal da Transparência. **Execução da despesa pública**. Disponível em: <<https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/execucao-despesa-publica#:~:text=Significa%20realizar%20as%20despesas%20previstas,entregue%20ou%20o%20servi%C3%A7o%20conclu%C3%ADdo.>> Acesso em 08 Jun. 2022

CEARÁ. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Despesas do Poder Executivo**. Disponível em: <[https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/despesas/despesas-do-poder-executivo?locale=pt-BR&\\_\\_=\\_\\_](https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/despesas/despesas-do-poder-executivo?locale=pt-BR&__=__)> Acesso em 10 Jun. 2022.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DOMPLANEJAMENTO E GESTÃO. **Revisão Do**

**Plano Plurianual 2020-2023**. Disponível em: < <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2021/11/Volume-I-Mensagem-do-Governo.pdf>> Acesso em 10 Jun. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNCIOS (CPC). CPC 00 (R2) - **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>> Acesso em 08 Jun. 2022.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA. **Sobre a Transparência Pública**. Disponível em: <<https://secont.es.gov.br/sobre-a-transparencia-publica>>. Acesso em 01 Jun. 2022.

MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Aline Vanessa Zambello {et al.}; Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: <<http://funepe.edu.br/arquivos/publicacoes/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>> Acesso em 03 Jun. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>> Acesso em 01 Jun. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]** - 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em: <[https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia\\_do\\_Trabalho\\_Cient%C3%ADfico\\_-\\_%C2%AA\\_Edi%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_Antonio\\_Joaquim\\_Severino\\_-\\_2014.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf)> Acesso 05 Jun. 2022.

# CAPÍTULO 5

## ANÁLISE DOS INDICADORES DE RENTABILIDADE DA EMPRESA GRENDENE S/A NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021

João Pedro Pereira de Sousa  
Francisco Apoliano Albuquerque

### RESUMO

O indicador de rentabilidade tem o objetivo de medir o retorno financeiro de uma empresa, que pode ser em relação aos seus ativos, investimentos financeiros, patrimônio líquido e outros fatores. Quando alguém aloca capital em um negócio, ele precisa saber quais serão os retornos gerados pelo dinheiro investido. Os indicadores de rentabilidade são, portanto, ferramentas que ajudam a verificar se a empresa está dando retorno financeiro ou não. Ter esse controle é fundamental para o sucesso da organização, ajudando a seguir no caminho certo ou a descobrir o que é necessário mudar nas estratégias adotadas para melhorar o desempenho. Os indicadores de rentabilidade são essenciais para ajudar a analisar se a estratégia que a empresa adotou para determinado negócio está realmente funcionando. Com esses dados, a tomada de decisões é facilitada, contribuindo para que resultados mais assertivos sejam concretizados. Pensando nisso, o presente trabalho visa analisar a rentabilidade de uma das maiores empresas do setor calçadista do Brasil, a Grendene, verificando como foi o seu desempenho, durante os exercícios de 2020 e 2021, levando em consideração seu volume de receitas e lucros no período, diante da crise da COVID-19, que afetou a economia do mundo inteiro.

**PALAVRAS-CHAVES:** Indicadores. Rentabilidade. Grendene.

### INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma das principais fontes de informação que o mercado utiliza para a tomada de decisões. Nesse sentido, os relatórios contábeis são fundamentais para o pleno funcionamento de todos os setores da economia, por diversos motivos.

Um dos aspectos mais observados, inclusive constando em normas contábeis, é a questão da comparabilidade das informações, a fim de gerar uma visão mais completa acerca das aziendas. Dessa forma, é interessante verificar não apenas um único indicador, exercício ou critério, mas um conjunto de elementos que permitam compreender uma visão ampla da organização.

Um dos itens mais considerados é, sem dúvida, a rentabilidade da organização, visto que é fundamental aos investidores saber se a entidade está de fato remunerando satisfatoriamente os interesses mercadológicos que incentivaram as aplicações. Dessa forma,

uma análise comparativa desse tipo de indicador é um requisito para a tomada de decisão desses usuários.

Desde o final do exercício de 2019, até o presente momento, o mundo inteiro ainda sofre com os impactos da Pandemia do Coronavírus. Surge, então, a seguinte problemática: Como foi o resultado da empresa Grendene S/A, ao longo dos exercícios referentes à crise da COVID-19?

Pensando nisso, o presente trabalho visa analisar a rentabilidade de uma das maiores empresas do setor calçadista do Brasil, com o seguinte objetivo: verificar como foi o desempenho da Grendene S/A, durante os exercícios de 2020 e 2021, levando em consideração seu volume de receitas e lucros no período.

A empresa Grendene foi considerada, pois, esta é, sem dúvida, uma das maiores organizações nacionais no setor produtivo de calçados, empregando milhares de pessoas, em diversas localidades do país, e gerando, portanto, um impacto econômico consideravelmente positivo para o país.

A pesquisa caracteriza-se como sendo documental, com foco quantitativo e possuindo as seguintes seções: A primeira corresponde a esta introdução; na seção 2, a seguir, apresenta-se a metodologia, caracterizando a pesquisa, os procedimentos e as limitações; o referencial teórico encontra-se no tópico subsequente.

Apoia-se em diversos autores e normas para evidenciar a relevância das demonstrações contábeis e sua análise, posteriormente, apresentam-se os dados da rentabilidade da Grendene S/A e, por fim, as considerações finais, nas quais compila-se todo o processo realizado.

## **METODOLOGIA**

A ciência e o conhecimento científico são definidos de maneiras diferentes pelos diversos autores que abordam estes temas. Algumas definições são bastante semelhantes, outras levantam algumas diferenças.

Contudo, a maior parte dos que buscam definir a ciência concordam que "ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes" (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 17).

Por se tratar de uma pesquisa de natureza acadêmica, é necessário seguir o rigor técnico-científico para que tenha validade. Dessa forma, nesta seção, serão realizadas tanto a

caracterização da pesquisa, quanto a especificação de processos e a exposição das limitações da pesquisa.

A Metodologia da Pesquisa Científica deve estimular os estudantes, a fim de que busquem motivações para encontrar respostas às suas indagações, respaldadas e sistematizadas em procedimentos metodológicos pertinentes.

Desta forma, devem ser levadas em considerações as etapas para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, as quais devem ser apresentadas através de normas acadêmicas vigentes. Procurou-se, assim, seguir rigorosamente as regras definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para elaboração de trabalhos científicos.

Inicialmente, a pesquisa possui como fator limitante o fato de considerar apenas 2 (dois) exercícios, os quais foram considerados tendo em mente o ápice da Pandemia do Coronavírus. Contudo, futuramente, o mais adequado seria uma visão com mais períodos para análise. Além disso, para o cálculo dos indicadores, foram considerados valores brutos disponibilizados no sítio eletrônico da própria entidade, sem interferência de inflação ou de outros itens.

Foi realizada uma análise comparativa entre os indicadores, bem como análise vertical e horizontal dos demonstrativos de resultados da organização, por meio de cálculos, para obterem-se as conclusões. Logo, a pesquisa possui foco quantitativo.

Conforme Meneses et al (2019, p. 29), “as variáveis devem ser rigorosamente determinadas e sua mensuração já deve estar pressuposta pelo próprio método, partindo de uma análise quase sempre mediada por algum critério matemático”. Dessa forma, a escolha por esse critério apresenta melhores formas de obtenção de respostas para a problemática.

Além disso, o trabalho pode ser considerado descritivo pois conforme Zanella (2013, p. 32), “esse modelo procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas”. Dessa forma, visa-se descrever matematicamente a relação entre os processos da organização e sua rentabilidade.

A principal fonte de recursos são os informes financeiros/contábeis obtidos no próprio sítio eletrônico da organização em foco, visto que a mesma, em virtude do fato de ser uma sociedade anônima, deve publicar suas demonstrações contábeis, conforme determinado na legislação.



## AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, A COMPARABILIDADE DAS INFORMAÇÕES E A RELEVÂNCIA DOS TIPOS DE ANÁLISE

Entende-se que a Contabilidade é uma ciência social, na qual visa-se, em primeira instância, o controle patrimonial, permitido por meio da geração de informações e sua demonstração expositiva. Dessa forma, em um mercado altamente volátil e que exige um elevado grau de eficiência, os dados e os elementos apresentados pela ciência contábil, por meio de seus demonstrativos, são fundamentais para o pleno funcionamento da economia.

Acerca disso, pode-se citar o seguinte trecho:

Uma das principais finalidades da Contabilidade é a de demonstrar periodicamente a situação em que se encontra uma determinada pessoa jurídica. Essas demonstrações periódicas representam a “matéria-prima” para o estudo da situação econômico-financeira de uma empresa. Dentre elas, destacam-se o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). (SOUSA e MARTINS, 2010, p. 8)

É possível constatar, com isso, que a ciência contábil visa a apresentação periódica de relatórios que exprimirão, em síntese, a situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade econômica-administrativa (azienda). Esses demonstrativos são usados pelas entidades como mecanismos para a tomada de decisões, conforme visto na Estrutura Conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – 00, a seguir:

O objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre:

- (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida;
- (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou
- (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade. (CPC 00 R2, item 1.2)

Como se vê no trecho, os relatórios financeiros, para fins gerais, fornecem informações que sejam úteis para investidores e credores, em geral, os quais irão utilizar esses dados para averiguar a permanência ou não de capital na denominada entidade a que se reporta a informação.

Como consequência disso, entende-se que aquilo que é fornecido pela Contabilidade não fica restrito às próprias empresas, mas é de conhecimento geral do mercado e das potenciais fontes de capital que uma organização possui.

Faz-se a seguinte ressalva, pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 00 (NBC TG 00), ainda em vigência:

Contudo, relatórios financeiros para fins gerais não fornecem nem podem fornecer todas as informações de que necessitam investidores, credores por empréstimos e

outros credores, existentes e potenciais. Esses usuários precisam considerar informações pertinentes de outras fontes, como, por exemplo, condições e expectativas econômicas gerais, eventos políticos e ambiente político e perspectivas do setor e da empresa.

Relatórios financeiros para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade que reporta, mas fornecem informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta. (CFC, NBC TG 00, itens 1.6 e 1.7)

A ressalva faz-se necessária para se compreender que os relatórios contábeis, por si só, não são suficientes para fornecer tudo aquilo de que o mercado necessita, uma vez que existem tanto fatores internos quanto externos que impactam na operacionalização de uma azienda.

Dessa forma, utilizar um único demonstrativo ou critério ou ainda um indicador, poderá induzir um potencial investidor ou credor ao erro.

É necessária uma combinação de diversos elementos para que a tomada de decisões seja correta e produza os efeitos almejados.

Isso fica evidente no trecho:

Relatórios financeiros, para fins gerais, fornecem informações sobre a posição financeira da entidade que reporta, as quais consistem em informações sobre os recursos econômicos da entidade e as reivindicações contra a entidade que reporta. Os relatórios financeiros fornecem ainda informações sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta. Ambos os tipos de informações fornecem dados úteis para decisões referentes à oferta de recursos à entidade (CPC 00 R2, item 1.12)

Por meio dessa visão obtida da própria Estrutura Conceitual adotada atualmente na Contabilidade, verifica-se que os demonstrativos financeiros apresentam aos usuários uma base, a qual poderá ser utilizada para averiguar os efeitos das operações da organização, tanto com relação aos recursos (ativos: bens e direitos) quanto com relação às reivindicações sofridas (passivos: obrigações).

Por meio dessas verificações, chega-se ao ponto crucial que é a conclusão e decisão sobre a organização, mas que essa base, conforme visto acima, pode sofrer influência de outros fatores (econômicos ou gerenciais, por exemplo).

Com isso, pode-se entender que os relatórios são relevantes, mas não são os únicos itens a serem considerados em um processo decisório.

### **Análise vertical e análise horizontal**

Dentro do processo de geração de informações, os relatórios publicados em geral apresentam dados brutos, através dos quais o usuário das informações precisa realizar comparativos para chegar às conclusões para a tomada de decisões, sendo inclusive a

comparabilidade uma característica qualitativa de melhoria dos relatórios financeiros, conforme visto a seguir:

2.24. As decisões dos usuários envolvem escolher entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter o investimento, ou investir em uma ou outra entidade que reporta.

Consequentemente, informações sobre a entidade que reporta são mais úteis se puderem ser comparadas a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data.

2.25 Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender similaridades e diferenças entre itens. Diferentemente das outras características qualitativas, a comparabilidade não se refere a um único item. A comparação exige, no mínimo, dois itens. (CFC, NBC TG 00, itens 2.24 e 2.25)

O que se deduz é que tal característica é crucial para a real compreensão da situação de uma azienda.

Nesse contexto, são apresentadas diversas formas de comparação, tais como: busca por relações entre entidades de um mesmo seguimento, análise com base em indicadores ou índices ou ainda as chamadas análise vertical e horizontal.

Acerca desses últimos métodos, cita-se que:

A análise horizontal é a comparação feita entre os valores de determinada conta ou grupo de contas, em exercícios sociais diferentes. Basicamente é um processo de análise temporal, elaborado por meio de números-índices.

[...]

A análise vertical também é um processo comparativo que é aplicado ao se relacionar determinada conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado na mesma demonstração, e essa análise é expressa em porcentagem.

A análise vertical se baseia em valores percentuais calculados das demonstrações financeiras. Isso é feito dividindo-se o valor de cada conta por um valor-base. (DINIZ, 2015, p. 78; 85-86)

Com esses conceitos, consegue-se perceber que um profissional, ao realizar uma comparação de uma conta com relação a um determinado valor base (geralmente o agrupamento de contas ao qual o elemento pertence), utiliza-se do método denominado de análise vertical, enquanto que, ao se verificar uma rubrica observando-se sua variação, ao longo dos exercícios, caracteriza-se como horizontal.

Os dois métodos são fundamentais para se perceber, tanto o impacto que uma rubrica contábil possui com relação a um grupo do patrimônio, como para verificar a própria evolução de um determinado elemento, ao longo de períodos distintos.

As análises vertical e horizontal consistem, portanto, em análises que buscam entender a dinâmica das operações de uma empresa. A análise vertical busca entender qual o percentual

de cada setor da empresa em seus resultados. Enquanto que a análise horizontal foca na evolução dos resultados da empresa ao longo do tempo.

Logo, os dois métodos complementam-se, gerando informações valiosas aos usuários das demonstrações.

### **Análise de rentabilidade**

As entidades empresariais buscam, em síntese, a lucratividade e a rentabilidade de seus empreendimentos. Dessa forma, qualquer empresário ou investidor, ao injetar capital em uma organização ou aplicação financeira, não o faz despretensiosamente. Pelo contrário, a sua intenção, acima de tudo, é que o retorno sobre os valores investidos seja suficiente para satisfazer seus intentos originais.

Nesse caso, verificar a rentabilidade de um empreendimento é uma das principais práticas adotadas no mercado, acerca disso, define-se que:

Uma das formas de verificar se a empresa conseguirá manter a sua continuidade é através da análise da sua rentabilidade. Os indicadores de rentabilidade buscam analisar os lucros auferidos pela entidade de forma relativa, geralmente analisados em relação aos investimentos feitos pelo conjunto de fornecedores de capital (sócios e terceiros) ou apenas pelos sócios/acionistas. Esta seção busca apresentar os diferentes índices de rentabilidade.

Analisa os rendimentos face às aplicações da empresa. Relacionam os lucros com as vendas, ativo total, capital próprio, etc. (PEREIRA, 2018, p.48)

O simples fato de uma entidade auferir lucro não é suficiente para definir se o investimento foi satisfatório ou não. É necessário realizar uma comparação entre múltiplos fatores, a fim de constatar se o lucro condiz adequadamente com capital aplicado, aos valores vendidos e à própria riqueza da empresa. Logo, conforme o trecho citado acima, a rentabilidade entra como um fator fundamental de análise de continuidade de um empreendimento e de satisfação de interesses do investidor.

Dentre os principais indicadores utilizados nesse método, citam-se, conforme Diniz:

**Quadro 1:** Fórmulas dos indicadores de Rentabilidade.

<b>INDICADOR</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Significado</b>
Giro do Ativo (GA)	$\text{Vendas Líquidas (VL)} / \text{Ativo (AT)}$	Analisa-se a relação entre as vendas e o total de recursos aplicados.
Margem Líquida (ML)	$\text{Lucro Líquido (LL)} / \text{Vendas Líquidas (VL)}$	Analisa o retorno obtido com relação ao total das vendas realizadas.
Rentabilidade do Ativo (RA)	$\text{Lucro Líquido (LL)} / \text{Ativo (AT)}$	Compara-se o resultado obtido com relação ao total de investimentos.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)	$\text{Lucro Líquido (LL)} / \text{Patrimônio Líquido Médio (PLM)}$	Compara-se os resultados obtidos com relação à riqueza própria da entidade.

Fonte: Adaptado de Diniz (2015).

Os indicadores acima apontam sinteticamente como o resultado e a operacionalização da entidade ocorreu em um determinado exercício. Dessa forma, afere-se, não apenas o valor de lucro obtido na DRE, mas, como esse resultado ocorreu e como ele se relaciona com os demais itens patrimoniais que lhe deram origem ou lhe são correlatos. As empresas buscam, sempre que esses índices sejam os maiores possíveis, pois, quanto maiores forem essas relações, mais vantajosa é a organização para investidores.

## GRENDENE S/A: ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS

A empresa Grendene S/A é uma das maiores representantes do setor calçadista do Brasil. Contudo, a Pandemia do Coronavírus impactou consideravelmente todos os setores da economia nacional. Dessa forma, visa-se analisar o desempenho da referida entidade em alguns exercícios e avaliar como foi o seu resultado nesse lapso temporal.

Nessa seção, serão analisados os dados de cunho econômico, envolvendo a rentabilidade e a lucratividade da Grendene S/A, nos exercícios de 2020 e 2021, sendo que inicialmente será realizada uma análise vertical e horizontal de suas contas, nos dois períodos, e, após, a comparação por meio dos indicadores.

**Tabela 1:** DRE Simplificada de 2020 e 2021 – Grendene S/A.

<b>Demonstração do resultado consolidado (em milhares de R\$)</b>	<b>2020</b>	<b>AV - 2020 (%)</b>	<b>2021</b>	<b>AV - 2021 (%)</b>	<b>AH (%)</b>
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.896.785</b>	<b>100,00</b>	<b>2.342.546</b>	<b>100,00</b>	<b>123,50</b>
Custos dos produtos vendidos	(1.022.330)	-53,90	(1.312.479)	-56,03	128,38
<b>Lucro bruto</b>	<b>874.455</b>	<b>46,10</b>	<b>1.030.067</b>	<b>43,97</b>	<b>117,80</b>
Receita (despesas) operacionais	(573.256)	-30,22	(636.545)	-27,17	111,04
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>301.199</b>	<b>15,88</b>	<b>393.522</b>	<b>16,80</b>	<b>130,65</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>137.413</b>	<b>7,24</b>	<b>159.207</b>	<b>6,80</b>	<b>115,86</b>
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>438.612</b>	<b>23,12</b>	<b>552.729</b>	<b>23,60</b>	<b>126,02</b>
<b>Imposto de renda e Contribuição Social:</b>					
Corrente	(15.679)	-0,83	52.106	2,22	-332,33
Diferido	(17.727)	-0,93	(3.830)	-0,16	21,61
<b>Resultado líquido do período / exercício</b>	<b>405.206</b>	<b>21,36</b>	<b>601.005</b>	<b>25,66</b>	<b>148,32</b>

Fonte: Adaptado pelo autor com base nos dados obtidos no sitio da Grendene S/A/2022.

Em relação aos dados obtidos, constata-se que houve um aumento de 23,50% de receitas entre os exercícios, porém, os custos de venda cresceram 28,38%, e as despesas/receitas

operacionais obtiveram um aumento de 11,04%, contudo, houve um aumento no lucro líquido em aproximadamente 48,32%, no período considerado. É perceptível que a empresa apresenta um grau considerável de custos de venda, pois, em 2020, a rubrica correspondia a quase 54% de sua receita líquida e no exercício seguinte passou a 56,03%.

Na Tabela 2, a seguir, apresenta-se a relação de indicadores da Grendene S/A, em 2020 e 2021. Para o cálculo, considerou-se que o Ativo Total em 2020 era de R\$ 4.675.706 (em milhares de reais) e, em 2021, R\$ 4.554.495 (em milhares de reais), enquanto que os patrimônios líquidos médios (em milhares de reais) são, respectivamente: R\$ 4.118.418,50 e R\$ 4.162.249,00.

**Tabela 2:** Indicadores de Rentabilidade – Grendene S/A 2020 e 2021.

<b>INDICADOR</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Giro do Ativo (GA)	0,41	0,51
Margem Líquida (ML)	21,36%	26,66%
Rentabilidade do Ativo (RA)	9%	13%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)	10%	14%

**Fonte:** Autor com base nos dados fornecidos no sítio eletrônico da Grendene S/A/2022.

Ao se observar os indicadores apresentados, verifica-se que houve uma melhora em todos os índices, considerando que em se tratando de rentabilidade, quanto maiores forem os valores, melhor é para a organização.

Fazendo-se uma comparação inicialmente das receitas obtidas e dos resultados com base nos investimentos realizados (Ativo) a empresa apresentou para os 2 exercícios um GA de 0,41 e 0,51, respectivamente, o que na prática significa que a empresa aumentou a eficiência do uso de recursos, de forma que a empresa conseguiu ampliar suas formas de geração de riqueza ao longo dos exercícios.

Com relação ao retorno líquido obtido de fato, a empresa conseguiu, apesar de um momento de crise na economia nacional, em virtude da Pandemia do Coronavírus, obter RA de 9% e 13%, logo, para cada R\$ 100,00 aplicados, a empresa conseguiu obter de retorno R\$9,00 e R\$13,00, o que evidencia a capacidade de geração de recursos da entidade.

Comparando-se as vendas com os retornos finais obtidos, a ML evidencia que, do total de receitas obtidas em cada exercício, inicialmente, 21,36% e, posteriormente, 26,66% tornaram-se efetivamente lucro, logo, houve uma redução percentual alta, com relação aos custos e despesas.

O aumento na RPL (de 10% a 14%, entre exercícios) deixa claro que os investidores obtiveram, com relação, exclusivamente ao seu capital aplicado, um percentual elevado de retorno, de forma que os investimentos realizados cresceram proporcionalmente nesse valor significativo, por meio das próprias operações da organização, o que indica que a entidade tem condições de gerar mais valor aos seus aplicadores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que, com um mercado dinâmico atual, as informações sobre funcionamento, liquidez, endividamento e, principalmente, rentabilidade, de uma organização são fundamentais, a fim de que ocorra a permanência de tais pessoas jurídicas em funcionamento.

Nesse sentido, os relatórios contábeis como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício são fontes básicas de informações para os mais diversos usuários e interessados nas entidades. Ressalvando-se que existem outros fatores a serem considerados, os demonstrativos financeiros uma matéria-prima essencial para a tomada de decisão.

Dentre todos os fatores que devem ser avaliados, a rentabilidade é um dos que mais se sobressai, tendo em mente que os aplicadores de recursos, visam, em última análise, a obtenção de retorno sobre seus investimentos.

Dessa forma, o uso de indicadores desse tipo e da análise vertical e horizontal em demonstrativos de resultado são critérios utilizados para a permanência de seus capitais em determinada azienda.

A empresa Grendene S/A é uma das maiores empresas no ramo de calçados no Brasil. O estudo focou no desempenho da entidade, considerando sua rentabilidade, ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, para se ter uma ideia de como seu processo de geração de lucros sofreu com a Pandemia do Coronavírus.

Com base nos dados apresentados, foi possível perceber que a entidade, nesses dois exercícios, manteve uma alta taxa de retorno, ocorrendo um aumento de 23,50%, em relação às vendas, e de 48,32%, com relação ao lucro final do exercício. Além disso, considerou-se, também, os quatro indicadores básicos de rentabilidade: giro do ativo, margem líquida, rentabilidade do ativo e do PL.

Por meio desses indicadores, foi possível concluir que a organização melhorou seu desempenho no período considerado, apresentando em ambos os exercícios uma relativa eficiência na aplicação de seus ativos e na formação de lucro, comparando-se os ativos e as

vendas com seus lucros e notou-se que a mesma teve condições de capitalizar-se nos exercícios considerados, visto que a sua RPL aumentou consideravelmente.

Por meio dessas análises, a Grendene S/A apresentou um desempenho considerável, apesar das dificuldades econômicas nacionais, tendo permanecido eficiente e rentável, ao longo do período considerado.

Com relação a esta pesquisa, a mesma conseguiu atingir os objetivos propostos, contudo, permanecendo aberta a futuros pesquisadores, inclusive, recomendando-se que seja avaliado um lapso maior de tempo e considerados fatores mais complexos, verificando o impacto que a inflação teve sobre os resultados do período.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade**, NBC TG Estrutura Conceitual, de 21 de novembro de 2019. Disponível em: <[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC.doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCTGEC&arquivo=NBCTGEC.doc)> Acesso em 10 Maio 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS (CPC). CPC 00 (R2) - **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>> Acesso em 08 Maio. 2022.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015.176 p. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod\\_resource/content/1/Livro\\_Analise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_Analise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf)> Acesso em 31 Maio 2022.

FLORIANI, Arlete Regina. **Análise das demonstrações contábeis**. Indaial: Uniasselvi, 2013. Disponível em: <<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=13877>> Acesso em 31 Maio 2022.

GRENDENE. **Relação com investidores: Demonstrações Financeiras**. Disponível em: <<https://ri.grendene.com.br/PT/Informacoes-Financeiras/Demonstracoes-Financeiras>> Acesso em 05 Jun. 2022.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Análise das demonstrações financeiras**. Disponível em: < <https://georgenunes.files.wordpress.com/2018/11/anc3a1lise-das-demonstrac3a7c3b5es-financeiras-reinaldo-luiz-lunelli.pdf>> Acesso em 09 Ju. 2022.

MENESES, Afonso Henrique Novaes. CARVALHO, Luis Osete Ribeiro. DUARTE, Francisco Ricardo. SOUZA, Tito Eugênio Santos [et al] **Metodologia científica: teoria e aplicação na**



**educação a distância**– Petrolina-PE, 2019. 83 p.: 20 cm. 1 Livro digital. Disponível em: <file:///C:/Users/Jo%C3%A3o%20Pedro/Downloads/LIVRO%20de%20Metodologia%20Cient%C3%ADfica%20(1).pdf> Acesso em 12 Jun. 2022.

PEREIRA, Adriana Soares. **Metodologia da pesquisa científica** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018. 1 e-book. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/02/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica\_final.pdf> Acesso em 10 Jun. 2022.

PEREIRA, Antônio Gualberto. **Análise das demonstrações contábeis**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 72 p.: il. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553569/2/eBook%20FCCC22-%20Analise%20das%20Demonstracoes%20Contabeis.pdf> Acesso em 31 Maio 2022.

SOUSA, Dayse Pereira Cardoso. MARTINS, Roberto. **Análise das demonstrações contábeis**. v. 1. – 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/276a2d0f2640d64b618f06de97ec212c.pdf> Acesso em 01 Jun. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa** – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. Disponível em: https://faculdadefastech.com.br/fotos\_upload/2022-02-16\_10-05-41.pdf. Acesso em 12 Jun. 2022.

# CAPÍTULO 6

## ABORDAGENS TEÓRICAS PARA O ENTENDIMENTO DA INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOBRE OS NÍVEIS DE *SPREAD* BANCÁRIO DOS PAÍSES

Douglas José Mendonça  
Júlia Alves e Souza  
Francisval de Melo Carvalho

### RESUMO

Esse trabalho objetivou explicar de que forma as teorias que abordam a intermediação financeira se relacionam e auxiliam no entendimento de como o nível de desenvolvimento econômico influencia os níveis de *spread* bancário dos países. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e as análises foram desenvolvidas de maneira a culminar com a elaboração de um mapa conceitual. Como principais resultados, foram identificadas as relações entre as teorias, os tipos de risco, o nível de capital na economia, os empréstimos problemáticos e os níveis de *spread* dos países. O nível de capital circulando na economia e o volume de empréstimos problemáticos são duas importantes características dos sistemas financeiros que se diferenciam entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países e auxiliam no entendimento da influência desses níveis sobre o *spread* bancário praticado nos diferentes países. Nas economias emergentes e em desenvolvimento, os sistemas financeiros são caracterizados por baixos níveis de capital e por um alto volume de empréstimos problemáticos. Por outro lado, nas economias desenvolvidas os sistemas financeiros possuem um alto volume de capital e há um pequeno volume de empréstimos problemáticos. Nesse sentido, os sistemas financeiros dos países emergentes e em desenvolvimento apresentam maiores riscos para o processo de intermediação financeira, gerando maiores custos para a realização dessa atividade. Constatou-se que os modelos de decisão de capital, a teoria da regulação e os modelos de gestão de reservas são mais focados em aspectos ligados ao nível de capital circulando na economia, enquanto a teoria do racionamento de crédito, a de assimetria de informação, a teoria do compromisso de empréstimo e o modelo de gestão de lacunas dão maior ênfase a aspectos ligados aos empréstimos problemáticos. Todas essas teorias, em conjunto, ajudam a compreender os diferentes elementos que fazem com que países com melhores níveis de desenvolvimento tendam a ter menores níveis de *spread*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intermediação financeira. Instituições financeiras. Teorias de intermediação. Níveis de desenvolvimento econômico. *Spread* bancário.

### INTRODUÇÃO

Os bancos desenvolvem a atividade de intermediação financeira, que auxilia na movimentação de recursos entre os agentes econômicos e, portanto, é fundamental para o funcionamento de uma economia. Por meio dessa atividade, os bancos recebem recursos do público e os utilizam para a concessão de empréstimos (TARUS; MANYALA, 2018). Para Ho e Saunders (1981), esse processo de aceitação de depósitos e concessão de empréstimos ocorre

a um custo, na forma de taxa de juros para o tomador de crédito, e uma remuneração para o depositante, também na forma de taxa de juros. A taxa cobrada do tomador de crédito geralmente é maior do que a taxa paga ao depositante, e a diferença entre essas taxas é conhecida como *spread* (DIAMOND, 1984).

O *spread* é uma medida comumente aceita para mensurar os custos dos serviços de intermediação financeira prestados pelos bancos (POGHOSYAN, 2013; DWUMFOUR, 2019). Por meio da variação no *spread*, é possível identificar a direção e a magnitude do crescimento econômico, uma vez que tal variação afeta o custo do dinheiro e, conseqüentemente, influencia o nível de emprego e a estabilidade geral de preços (OBENG; SAKYI, 2017).

As variações nos *spreads* têm maior probabilidade de serem prejudiciais para as economias com menores níveis de desenvolvimento, pois nelas os mercados de capitais são pouco desenvolvidos e tanto as empresas quanto os indivíduos costumam recorrer apenas aos empréstimos bancários como fonte de financiamento externo (BIRCHWOOD; BREI; NOEL, 2017). A classificação do nível de desenvolvimento econômico é uma maneira que o Fundo Monetário Internacional (FMI) utiliza para ranquear os países tendo como base os resultados de indicadores econômicos, sociais, de liberdades civis, de direitos políticos e da maturidade do sistema financeiro (NIELSEN, 2013).

Um aspecto importante desse nível de desenvolvimento e que pode ter relação com os níveis de *spread* é a maturidade do sistema financeiro, uma vez que esta é mensurada pela solidez do ambiente institucional, pela estabilidade financeira, pela qualidade dos serviços bancários e pela facilidade de acesso da população e empresas ao sistema financeiro (DWUMFOUR, 2019). A maturidade do sistema financeiro varia entre os diferentes níveis de desenvolvimento econômico, pois em economias menos desenvolvidas os sistemas financeiros são caracterizados por baixos níveis de capital, problemas regulatórios e por um alto volume de empréstimos problemáticos. Já em economias desenvolvidas, os sistemas financeiros possuem um alto volume de capital, o sistema regulatório apresenta poucos problemas e há um volume pequeno de empréstimos problemáticos (AGAPOVA; MCNULTY, 2016).

As teorias do comportamento bancário discutem alguns aspectos operacionais das instituições financeiras e são divididas em duas grandes correntes teóricas. A primeira corrente, representada pelas teorias da intermediação financeira, considera a existência de falhas no mercado e se utiliza de um conjunto de teorias que procuram explicar as condições em que o processo de intermediação financeira é viável (PAULA, 2013). Por outro lado, há a corrente

representada pelas teorias do comportamento bancário, que abrange as teorias de gestão de risco e os modelos de portfólio (WERNER, 2016).

As diferentes teorias que tratam do funcionamento das instituições financeiras fornecem bases para a discussão dos efeitos que o nível de desenvolvimento econômico pode causar no níveis de *spreads* bancários. Assim, as abordagens teóricas podem se complementar e explorar diferentes aspectos relacionados ao funcionamento do setor bancário e aos fluxos de recursos nas diferentes economias.

Diante do exposto, esse trabalho tem o objetivo de explicar de que forma as teorias que abordam a intermediação financeira se relacionam e auxiliam no entendimento de como o nível de desenvolvimento econômico influencia os níveis de *spread* bancário dos países. Serão destacadas as principais contribuições das respectivas teorias e de que formas as diferentes abordagens teóricas contribuem para explicar as relações entre os níveis de desenvolvimento e os *spreads* praticados em diferentes economias.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A firma bancária e as teorias da intermediação financeira

A teoria da intermediação financeira teve sua origem com os estudos de Gurley e Shaw (1955) e Gurley e Shaw (1960). De maneira geral, esses estudos apontaram que o papel básico dos intermediários financeiros é retirar do mercado uma parte dos títulos privados primários e substituí-los pela circulação de títulos secundários, de emissão própria desses intermediários (PAULA, 2013). Nesse sentido, “a principal função dos intermediários é emitir dívida contra si próprios, dívida indireta, ao captar depósitos dos agentes superavitários e alocar esses recursos para empréstimos entre os agentes deficitários, dos quais absorvem a dívida direta” (GURLEY; SHAW, 1955, p. 519, tradução nossa).

A abordagem proposta por Gurley e Shaw (1955) explica que a função do sistema financeiro é alocar de forma eficiente os recursos disponíveis, visando proporcionar maior flexibilidade e eficiência na transferência de fundos na economia. A teoria da intermediação financeira está fundamentada na existência de falhas de mercados decorrentes da presença de informação assimétrica e/ou imperfeita. Nesse contexto, considera-se que as instituições financeiras possuem como principal função procurar corrigir as falhas do mercado, decorrentes das assimetrias informacionais, de forma a proporcionar a redução dos custos dessa atividade (PAULA, 2013).

Devido à complexidade da atividade de intermediação financeira, é necessária a utilização de outras abordagens teóricas para explicar as funções dos intermediários, tais como: assimetria de informação, custos de transação, regulação e gerenciamento de risco. Cada uma dessas abordagens dá ênfase em um aspecto diferente das funções desempenhadas pelo intermediário financeiro. No Quadro 01, é apresentada uma síntese dessas abordagens teóricas.

**Quadro 01:** Síntese das principais abordagens teóricas sobre a intermediação financeira.

<b>ABORDAGEM</b>	<b>FUNÇÃO DOS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>PRINCIPAIS AUTORES</b>
Teoria da intermediação financeira	Emitir dívida contra si próprio e alocar recursos na economia de maneira eficiente.	Gurley e Shaw (1955, 1960)
Assimetria de informação	Bancos podem formar relações de longo prazo com seus clientes, e através do monitoramento do comportamento dos devedores, contornar parcialmente os problemas de risco moral e seleção adversa, que são inerentes à atividade de intermediação financeira.	Leland e Pyle (1977); Diamond (1984); Stiglitz e Weiss (1998)
Custos de transação	Fornecer liquidez aos ativos financeiros e diversificar oportunidades para poupadores e investidores, com o objetivo de reduzir os custos de transação da atividade de intermediação financeira.	Bernston e Smith (1976); Campbell e Kracaw (1980)
Regulação	Criação de moeda e auxílio nos processos de poupança e de financiamento na economia, uma vez que a regulação afeta a solvência e liquidez da instituição financeira, dado que os bancos em particular por sua atividade de intermediação enfrentam os riscos de insolvência e iliquidez.	Guttentag e Lindsay (1968); Fama (1980); Mankiw (1986)
Gerenciamento de risco	Gerenciamento do risco em suas diferentes formas - maturidade, inadimplência e mercado. Os intermediários financeiros gerenciam riscos de forma mais eficiente e menos custosa do que os demais agentes econômicos, pois sua escala de operação permite uma diversificação da carteira de investimentos para oferecer segurança aos poupadores.	Allen e Santomero (1998, 2001); Scholtens e Wensveen (2000)

**Fonte:** adaptado de Paula (2013).

Por meio do Quadro 01, é possível observar que a abordagem de assimetria de informação tem como ideia central de que uma das partes possui mais informações acerca de um produto ou serviço do que a outra parte (LELAND; PYLE, 1977). Quando aplicada ao contexto bancário, é apontado que o tomador de empréstimos provavelmente possui mais informação que o emprestador acerca dos riscos associados às operações de intermediação financeira. Para Paula (2013), essa assimetria de informação pode gerar problemas de risco

moral e seleção adversa. Esses riscos contribuem para a redução da eficiência no processo de transferência de recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários.

O risco moral, de acordo com Phillipon (2015), é a possibilidade de um agente econômico mudar seu comportamento de acordo com os diferentes contextos nos quais ocorrem as transações financeiras. O problema do risco moral sustenta que a fixação de altas taxas de juros induz os tomadores de crédito a realizarem projetos com altos riscos, o que resulta em uma maior possibilidade de que esses devedores se tornem inadimplentes.

Já a seleção adversa ocorre quando uma das partes envolvidas numa transação sabe coisas referentes à transação que são relevantes, mas desconhecidas para a segunda parte (LELAND; PYLE, 1977). O problema de seleção adversa, segundo Stiglitz e Weiss (1998), vai se refletir quando, em decorrência de um aumento dos juros, bons tomadores que têm projetos menos arriscados são deslocados do mercado de crédito por maus tomadores, cuja probabilidade de ficar inadimplente é maior. Isso porque, a partir de determinado nível de juros, somente os projetos potencialmente mais rentáveis, porém mais arriscados, podem justificar a aquisição de um empréstimo (PAULA, 2013).

Os intermediários financeiros constroem uma relação de longo prazo com os agentes econômicos com os quais interagem (DIAMOND, 1984). Por meio dessa relação, é possível aos intermediários financeiros monitorar parcialmente os problemas de risco moral e seleção adversa, que são inerentes à atividade de intermediação financeira. Em ambos os casos, para evitar uma elevação do risco da carteira de crédito, as instituições financeiras mantêm a taxa de juros abaixo do nível de equilíbrio e racionam crédito (STIGLITZ; WEISS, 1998).

Outra abordagem teórica utilizada se refere aos custos de transação. Essa teoria explica que as instituições financeiras são capazes de gerar liquidez aos ativos financeiros e podem diversificar as oportunidades tanto para os poupadores como para os tomadores de crédito (BERNSTON; SMITH, 1976). Nesse sentido, a principal função dos intermediários financeiros seria a redução dos custos de transação, tais como o custo monetário de uma transação, o custo de monitoramento, o custo de busca e o custo de auditoria, decorrentes das atividades de intermediação (CAMPBELL; KRACAW, 1980). Para Paula (2013), os bancos são capazes de reduzir os custos de busca por agentes econômicos, por meio dos canais de distribuição (agências, canais de autoatendimento, *internet banking*), e ainda podem reduzir os custos de negociação por meio dos termos de compromisso de empréstimos padronizados.

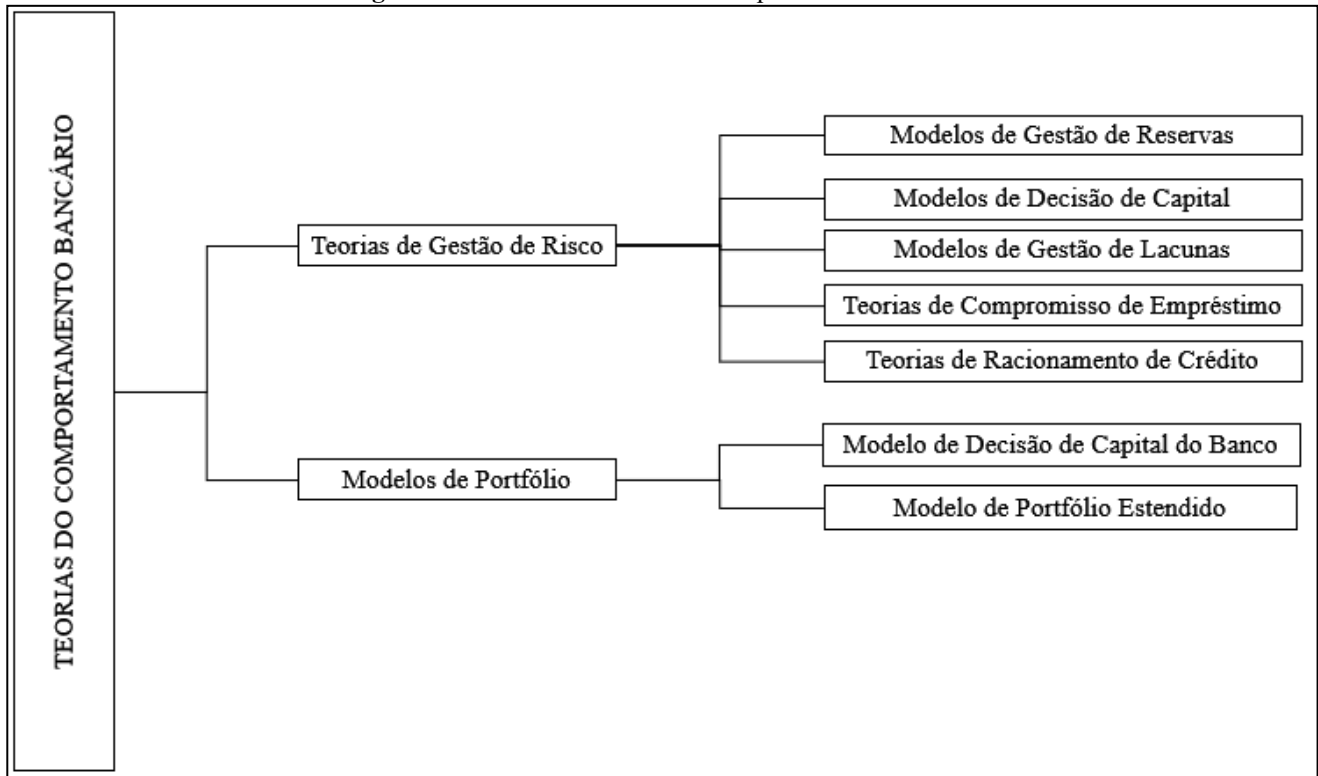
Há também a abordagem teórica da regulação. Essa abordagem destaca a importância das regulamentações sobre a criação de moeda, sobre os processos de poupança e sobre os processos de financiamento em uma economia capitalista (GUTTENTAG; LINDSAY, 1968). Para Fama (1980), a regulação afeta a solvência e a liquidez da instituição financeira. As instituições financeiras, por meio da atividade típica de intermediação, incorrem no risco de solvência e liquidez. Diante disso, para que um sistema financeiro possa ser considerado seguro e robusto, é necessário que este seja regulado (MANKIW, 1986).

Por fim, a abordagem de gerenciamento de risco destaca que a principal função dos intermediários financeiros é o gerenciamento, principalmente, do risco de inadimplência que está relacionado com o não cumprimento de alguma obrigação financeira, e o risco de mercado que, no caso dos bancos, está ligado a perdas causadas pelas oscilações das taxas de juros (SCHOLTENS; WENSVEEN, 2000). Allen e Santomero (1998) destacam que a função central dos intermediários financeiros é a absorção de risco, com o intuito de reduzir as incompatibilidades entre poupadores (em média mais avessos ao risco) e tomadores de crédito (menos avessos ao risco).

### **Teorias do comportamento bancário**

Um banco não é apenas uma coleção de ativos e passivos, mas é uma empresa que produz serviços para os agentes econômicos. Toda a produção de bens e serviços envolve custos econômicos, possui riscos e impacta a economia (ALLEN; SANTOMERO, 2001). Para tentar explicar as decisões tomadas por esse prestador de serviço, são propostas as teorias do comportamento bancário. Essas teorias podem ser divididas em dois grandes grupos que são: (i) as teorias de gestão de risco; e (ii) os modelos de portfólio (SWANK, 1996). A estrutura sintetizada dessas teorias com suas subdivisões é apresentada na Figura 01.

**Figura 01:** Síntese das teorias do comportamento bancário.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Cada uma das teorias apresentadas na Figura 01 tem uma percepção diferente do negócio bancário e está associada a uma visão específica do comportamento do banco. De acordo com Werner (2016), a maioria das teorias de gerenciamento de risco considera o banco como um agente neutro ao risco. Para essas teorias, o banco se comporta de forma a maximizar os resultados esperados, enquanto gerencia um tipo específico de risco considerado relevante para a gestão do negócio (WERNER, 2015).

Para Swank (1996), o risco não é domínio exclusivo das teorias de gerenciamento de risco, mas desempenha um papel igualmente importante nos modelos de portfólio e em vários modelos de mercado imperfeito. Para o autor, nos modelos de portfólio, os bancos são considerados avessos ao risco. Já nos modelos de mercado imperfeito, o banco procura maximizar os resultados esperados, explorando um conjunto de funções de oferta e demanda, por meio da definição da taxa de juros (TOBIN, 1998). Werner (2016) explica que em modelos de recursos reais são analisadas as despesas operacionais, em que o banco é concebido como uma empresa de negócios que produz serviços financeiros combinando trabalho e capital físico.

As teorias do comportamento bancário explicam que um dos principais problemas decisórios enfrentados pelos bancos está relacionado com a escolha de um conjunto de ativos rentáveis e com baixa liquidez, que são os empréstimos e investimentos, e de outro conjunto de



ativos com baixa rentabilidade e alta liquidez, os chamados ativos defensivos (TOBIN, 1998). Oreiro (2005) explica que a preferência pela liquidez não influencia apenas a escolha dos ativos, por parte da instituição financeira, mas também o valor e o tipo de obrigações que o banco deve emitir para financiar os ativos (recursos financeiros) que serão adquiridos.

As implicações dos dois grupos de teorias do comportamento bancários serão discutidas a seguir. Primeiramente, são apresentados os conjuntos de teorias referentes à gestão de risco e, posteriormente, às duas teorias que compõe os modelos de portfólio.

### ***Teorias de gestão de risco***

As teorias de gestão de risco focam exclusivamente em um risco específico do sistema bancário e desconsideram todas as atividades que não são essenciais para a análise desse risco específico (BROLL; WELZEL; WONG, 2016). Para discutir os tipos de gestão de risco, primeiramente é importante definir alguns tipos específicos de risco inerentes à atividade bancária. No Quadro 02, são apresentados os principais riscos utilizados para dar embasamento às teorias de gestão de risco.

**Quadro 02:** Principais tipos de risco inerentes à atividade bancária.

<b>TIPO DE RISCO</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
Risco de crédito	Também conhecido como risco de inadimplência, é o risco de um tomador de crédito não possuir condições de pagar seu empréstimo e os juros acumulados no prazo combinado.
Risco de financiamento	Também conhecido como risco de retirada, é o risco de os credores (agentes superavitários) retirarem seus investimentos do banco.
Risco de taxa de juros	Os prazos entre recebimento e pagamento dos juros por parte do banco, não apresenta sincronia. Com isso, o banco corre o risco de ter que reembolsar seus empréstimos de longo prazo a taxas de juros superiores às taxas que recebe.
Risco de preço	Quando um banco detém títulos ou bens imóveis, corre o risco de preço, decorrente de alterações inesperadas na valorização de mercado desses ativos.
Risco de taxa de câmbio	Quando o banco possui investimento em moedas estrangeiras, ele pode correr um risco de taxa de câmbio, causada pela valorização ou desvalorização dessas moedas.

**Fonte:** Adaptado de Swank (1996).

Existem outros riscos referentes à atividade bancária, mas os demonstrados são suficientes para explicar as teorias de gestão de risco apresentadas. Para Swank (1996), as teorias de gestão de risco podem ser divididas em cinco tipos distintos, que são: (i) modelos de gestão de reservas; (ii) modelos de decisão de capital; (iii) modelos de gestão de lacunas; (iv) teorias de compromisso de empréstimo; e (v) teorias de racionamento de crédito.

Nos modelos de gestão de reservas, os bancos procuram administrar o risco de financiamento mantendo dinheiro e outros ativos líquidos, ou seja, procuram administrar a liquidez dos ativos (SWANK, 1996). A liquidez pode ser definida como a capacidade que o banco possui de honrar compromissos contratuais de pagamento em dinheiro (MANKIW, 1986). Para o modelo de gestão de reservas, a liquidez de um ativo não depende apenas da influência do prazo de recebimento que é definido para um empréstimo (ou seja, para reposição do ativo financeiro), mas também está relacionada com o tipo de passivo que foi usado para financiar a sua aquisição. Diante disso, pode-se inferir que a liquidez do conjunto de ativos em poder do banco dependerá também da estrutura de passivos da firma bancária (PAULA, 2013).

Frente à necessidade de os bancos possuírem uma boa estrutura de passivos, surgiram os modelos de decisão de capital, que são modelos de gerenciamento de passivos que tratam da posição de solvência do banco (SWANK, 1996). Outro fator importante que deve ser considerado é que os bancos possuem investimentos de capital em títulos, imóveis e moedas estrangeiras. Esses investimentos podem sofrer com as oscilações inesperadas do mercado e são outra fonte potencial de insolvência. Portanto, os modelos de decisão de capital devem também a sua existência ao risco de crédito, ao risco de preço e ao risco cambial (BROLL; WELZEL; WONG, 2016).

O modelo de gestão de lacunas trata especificamente do risco da taxa de juros. Esse risco é decorrente de uma lacuna entre o prazo de vencimento dos ativos e dos passivos, ou seja, trata da diferença existente entre as datas do recebimento das taxas de juros dos empréstimos e as datas de pagamentos dos juros aos depositantes (SWANK, 1996). De acordo com Allen e Santomero (2001), a forma como esse risco é repassado para o tomador de crédito depende do grau de aversão ao risco dos gestores da instituição financeira.

A teoria de compromisso de empréstimo tem o foco em três aspectos principais, e o primeiro deles está relacionado com a existência do compromisso de empréstimo. De acordo com Allen e Santomero (2001), o principal motivo da existência dos compromissos de empréstimos são os custos de transação, uma vez que os custos de encontrar e selecionar novos tomadores de empréstimos são obviamente maiores do que os custos associados à continuidade do relacionamento com um cliente.

Para finalizar o grupo das teorias de gestão de risco, as teorias de racionamento do crédito se referem a uma situação em que a demanda excede a oferta por empréstimos, considerando uma determinada taxa de juros vigente (WONG, 2011). As teorias de

racionamento de crédito procuram minimizar o risco da carteira de crédito causado pela assimetria de informações no momento de definição das taxas de empréstimos, tendo em vista que o banco não possui informações precisas sobre o risco de inadimplência futura dos tomadores de crédito (DUAN; YOON, 1993).

### ***Modelos de portfólio***

Ao analisar as teorias do comportamento bancário, é possível observar que cada grupo de modelos pode ser associado a uma visão específica sobre o comportamento dos bancos. As teorias de gestão de risco (apresentadas anteriormente) consideram o banco como um agente neutro em relação ao risco que procura maximizar os lucros esperados ao mesmo tempo em que permite um tipo particular de risco (SWANK, 1996). Já nos modelos de portfólio, os bancos são considerados avessos ao risco e assumem que as despesas operacionais são irrelevantes para o resultado do processo de intermediação (WERNER, 2016).

Os modelos de portfólio, de acordo com Tobin (1998), têm o intuito de explicar o comportamento dos bancos em relação à estratégia utilizada para a definição de uma carteira de crédito com base na composição dos balanços, de forma a auxiliar na definição da taxa de juros dos empréstimos e de captação, contribuindo diretamente na formação do *spread*. No Quadro 03, são apresentadas as duas abordagens do modelo de portfólio, com suas principais características.

**Quadro 03:** Abordagens do modelo de portfólio.

<b>MODELO DE PORTFÓLIO</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
Modelo de Decisão de Capital	Explicar o comportamento dos bancos para definir a carteira de empréstimo, a composição dos balanços e as taxas de juros
Modelo de Portfólio Estendido	Explicar que a firma bancária possui, em seu balanço, apenas duas classes de ativos financeiros e duas classes de passivos financeiros

**Fonte:** Adaptado de Tobin (1998).

Com base no Quadro 03, observa-se que o primeiro modelo de portfólio está relacionado com a decisão de capital. Essa abordagem considera que os itens do balanço do banco não envolvem os mesmos riscos e o banco pode diversificar alguns riscos (SWANK, 1996). De acordo com Tobin (1998), com base nessas premissas, a simples definição da carteira de crédito ou de um índice de alavancagem, sem considerar os diferentes riscos dos itens do balanço, provavelmente aumentará em vez de diminuir a probabilidade de inadimplência do banco.

Já o modelo de portfólio estendido é utilizado para auxiliar na análise dos diferentes riscos. Essa abordagem considera que a firma bancária possui, em seu balanço, apenas duas

classes de ativos financeiros e duas classes de passivos financeiros (TOBIN, 1998). A classe de ativo é composta por empréstimos e ativos defensivos. Segundo Stiglitz e Weiss (1998), por causa dos problemas de assimetria de informações, a proporção esperada de empréstimos pagos é uma função decrescente do *spread*. Isso significa que um aumento da taxa de juros irá reduzir a qualidade média dos tomadores de crédito e aumentar o risco das operações, podendo gerar um crescimento no nível de tomadores de crédito inadimplentes na carteira do banco e, conseqüentemente, gerar um resultado menor (STIGLITZ; WEISS, 1998).

Os ativos defensivos são constituídos pela reserva compulsória (exigência do Banco Central, que representam uma proporção do volume de depósitos à vista mantidos no banco), e pela posição defensiva líquida (diferença entre o montante de ativos defensivos e as reservas compulsórias). Segundo Tobin (1998), tais ativos não englobam somente as reservas em papel-moeda, mas também os depósitos em outros bancos, empréstimos no mercado interbancário e obrigações do Tesouro.

O passivo é composto pelas contas de depósito à vista e capital próprio. O capital próprio é o montante de recursos próprios da instituição financeira que não são captados no mercado, é entendido como uma obrigação (Passivo) da Pessoa Jurídica para com os acionistas (SWANK, 1996). Segundo Tobin (1998), a proporção dos depósitos gerados pelas operações de crédito que o banco consegue reter em seu balanço será uma função crescente do tamanho do banco em relação aos demais bancos no mercado.

Para Allen e Santomero (2001), a firma bancária não é apenas uma coleção de ativos e passivos, mas uma empresa que produz serviços para os agentes econômicos. Por esse motivo, apenas uma pequena parte da literatura sobre o comportamento dos bancos utiliza os modelos de portfólio para analisar os problemas de gerenciamento de risco. Uma limitação fundamental dos modelos de portfólio é que esses modelos não são eficazes se o banco não for avesso ao risco (ALLEN; SANTOMERO, 2001).

## **METODOLOGIA**

Para explicar como as teorias se relacionam e auxiliam no entendimento de que o nível de desenvolvimento econômico pode ser considerado um fator determinante para os níveis de *spread*, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2007), a pesquisa bibliográfica permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. No presente estudo, as análises foram desenvolvidas de forma a culminar com a elaboração de um mapa conceitual. Conforme Novak e Cañas (2006), o mapa

conceitual é um diagrama que indica relações entre conceitos incluídos numa estrutura hierárquica de proposições. Esse tipo de diagrama é útil como ferramentas para organizar e comunicar conhecimentos em diferentes momentos (RUIZ-MORENO et al., 2007).

Para Tavares (2007), o mapa conceitual é uma estrutura esquematizada para representar um conjunto de conceitos imersos numa rede de proposições. Ele é considerado como um estruturador do conhecimento, na medida em que procura mostrar como o conhecimento sobre determinado assunto está organizado na estrutura cognitiva de seu autor, que assim pode visualizar e analisar a sua profundidade e a extensão. O mapa conceitual pode ser entendido como uma representação visual utilizada para partilhar significados, pois explicita como o autor entende as relações entre os conceitos enunciados (TAVARES, 2007).

O processo para a construção do mapa conceitual desenvolvido neste estudo seguiu os seguintes passos: a) buscou-se identificar, com base na teoria que estuda os fatores determinantes do *spread* da intermediação financeira, características do sistema financeiro dos países que poderiam se diferenciar entre os níveis de desenvolvimento econômico; b) depois de identificadas as características, foram investigados quais os riscos inerentes ao processo de intermediação financeira estão relacionados com cada uma dessas características; c) por fim, após a identificação dos riscos, foram identificadas quais abordagens teóricas que estudam como minimizar os impactos desses riscos na atividade de intermediação financeira ou que auxiliem no entendimento das características identificadas.

Com esse procedimento, foi possível elaborar um mapa conceitual que objetivou aprofundar a discussão sobre os riscos e teorias que estudam uma forma de minimizar esses riscos. Para isso, os riscos e as teorias foram estruturados no mapa conceitual considerando sua relação com cada uma das características dos sistemas financeiros que se diferenciam entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países. Como ferramenta para operacionalizar a elaboração do mapa conceitual deste estudo, utilizou-se o *software Cmap Tools*<sup>®</sup>.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O nível de desenvolvimento econômico pode ser considerado um fator determinante para os níveis de *spread*, conforme demonstrado pela literatura. Por esse motivo, é interessante explorar as razões que justificam essa relação, considerando as abordagens teóricas apresentadas nesse estudo. De acordo com Agapova e McNulty (2016) e Tarus e Manyala (2018), existem duas importantes características dos sistemas financeiros que se diferenciam

entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países e auxiliam no entendimento desse resultado: o nível de capital circulando na economia e o volume de empréstimos problemáticos.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, os sistemas financeiros são caracterizados por baixos níveis de capital e por um alto volume de empréstimos problemáticos. Por outro lado, nas economias desenvolvidas os sistemas financeiros possuem um alto volume de capital e há um pequeno volume de empréstimos problemáticos (AGAPOVA; MCNULTY, 2016; TARUS; MANYALA, 2018). Dessa forma, é possível perceber que os sistemas financeiros dos países emergentes e em desenvolvimento apresentam maiores riscos para o processo de intermediação financeira, gerando maiores custos para a realização dessa atividade.

Visando explicar de forma teórica os diferentes impactos que os níveis de desenvolvimento econômico podem causar no *spread* das intermediações financeiras, pode-se aprofundar na configuração dos riscos e das teorias que estudam uma forma de minimizar esses riscos em cada uma das duas características (nível de capital circulando na economia e volume de empréstimos problemáticos) dos sistemas financeiros dos países. Os subtópicos a seguir apresentam os resultados das análises teóricas envolvendo os aspectos centrais apontados pela literatura especializada nessa temática.

### **Nível de capital circulando na economia**

Em um cenário de baixo nível de capital os bancos precisam se preocupar em manter sua posição de solvência. Para isso, surgiram os modelos de decisão de capital, que são modelos que tratam do gerenciamento de passivos, visando manter a posição de solvência do banco (SWANK, 1996). De acordo com Werner (2015), o problema básico enfrentado pelo banco nos modelos de decisão de capital é determinar a proporção ótima entre depósitos e capital próprio.

Havendo um cenário de baixo volume de capital, a instituição financeira tem a necessidade de se proteger das oscilações inesperadas do mercado causadas pela falta de concorrência, pela ineficácia do governo e pelo ambiente institucional desfavorável. Nesse contexto, os bancos possuem mais investimentos em títulos, imóveis e moedas estrangeiras, como forma de receber uma remuneração pelo capital investido. São justamente tais investimentos que fazem com que a instituição financeira incorra nos riscos de crédito, de preço e cambial. Esses riscos são estudados pelo modelo de decisão de capital.

O risco de crédito é o risco de um tomador de crédito não possuir condições de pagar no prazo combinado seu empréstimo e os juros acumulados (SWANK, 1996). Com base nos

modelos de decisão de capital, quanto maior o risco associado à operação de crédito durante o processo de intermediação financeira, maior tende a ser o *spread* do país.

Quando um banco detém bens imóveis ou títulos, corre o risco de preço, que é decorrente de alterações inesperadas na valorização de mercado desses ativos. E o risco cambial ocorre quando o banco possui investimentos em moedas estrangeiras, causado pela valorização ou desvalorização dessas moedas (SWANK, 1996). Para os modelos de decisão de capital, esses riscos são maiores em países menos eficazes do ponto de vista governamental. Isso ocorre porque, como esses países possuem uma moeda menos valorizada, os bancos investem em uma moeda mais forte e em outros ativos, visando a retornos maiores, no intuito de garantir uma posição de solvência (BROLL; WELZEL; WONG, 2016).

Outra teoria que estuda uma forma de minimizar os riscos em uma economia com baixo nível de capital são os modelos de gestão de reservas. Nesses modelos os bancos procuram administrar o risco de financiamento mantendo dinheiro e outros ativos líquidos, ou seja, procuram administrar a liquidez dos ativos (WERNER, 2016). De acordo com Swank (1996), o risco de financiamento é o risco de os credores retirarem seus investimentos do banco. Para diminuir esse risco, os bancos tendem a pagar taxas maiores para os investidores, como forma de desestimular a retirada dos investimentos. A necessidade de manter as reservas faz com que os bancos tenham um custo maior com a remuneração dos investidores, e por consequência, operem com *spreads* maiores.

Para finalizar as discussões sobre o nível de capital em uma economia, é importante destacar a teoria da regulação. Essa abordagem destaca a importância das regulamentações sobre a criação de moeda, sobre os processos de poupança e sobre os processos de financiamento em uma economia (GUTTENTAG; LINDSAY, 1968). Para Fama (1980), a regulação afeta a solvência e a liquidez da instituição financeira.

As regulamentações são feitas pelos governos, por esse motivo, a eficácia do governo pode ser considerada um fator determinante do *spread*. Para Dwumfour (2019), a eficácia do governo contribui para o crescimento da economia e auxilia no desenvolvimento de uma atividade de intermediação financeira com maior eficiência e menores custos. A eficácia do governo está relacionada com a formulação e implementação das políticas públicas e a credibilidade do compromisso do governo com essas políticas. Como os sistemas financeiros na maioria dos países são regulados, os governos devem cultivar um ambiente político estável e eficiente, com o intuito de promover uma boa governança e diminuir os custos sociais

impostos pelos bancos na forma de *spread*. Dessa forma, para os modelos de decisão de capital, para os modelos de gestão de reservas e para a teoria da regulação, quanto mais eficaz é o governo menor tendem a ser os *spreads* praticados no país.

### **Volume de empréstimos problemáticos**

Em relação aos empréstimos problemáticos, é importante destacar que um cenário de baixo nível de capital faz com que os bancos tenham a necessidade de racionar o crédito aumentando a taxa de juros. Essa atitude é explicada pelas teorias de racionamento do crédito, que se referem a uma situação em que a demanda excede a oferta por empréstimos, considerando uma determinada taxa de juros vigente (WONG, 2011). As teorias de racionamento de crédito procuram minimizar o risco da carteira de crédito causado pela assimetria de informações no momento de definição das taxas de empréstimos (DUAN; YOON, 1993). Para Swank (1996), a taxa de empréstimo afeta o risco da carteira de crédito, pois uma taxa mais alta pode ocasionar um aumento na inadimplência, aumentando o volume de empréstimos problemáticos na economia.

A taxa de juros cobrada pelos bancos pode ser influenciada pela inflação e pela concentração do setor bancário. Tanto a alta inflação como a alta concentração geram alterações nas taxas de juros praticadas e, com isso, podem influenciar o *spread* bancário. Com base na teoria do racionamento de crédito, quanto maiores os *spreads*, maior tende a ser o risco de inadimplência e, por consequência, maior tende a ser o volume de empréstimos problemáticos em uma economia. Os altos volumes de empréstimos problemáticos aumentam os custos bancários relacionados com o risco de inadimplência. Para amenizar esse risco, os bancos tendem a operar com taxas de juros mais altas, o que ocasiona uma elevação nos *spreads*.

Outra teoria que visa minimizar os riscos causados pelos altos volumes de empréstimos problemáticos em uma economia é o modelo de gestão de lacunas. De acordo com Werner (2015), o modelo de gestão de lacunas define mecanismos que auxiliam a instituição financeira a diminuir a lacuna entre as datas do recebimento dos juros dos empréstimos e as datas de pagamentos dos juros aos depositantes, visando minimizar o risco da taxa de juros.

O risco de mercado ou da taxa de juros é aquele em que o banco corre o risco de ter que reembolsar seus empréstimos de longo prazo a taxas de juros superiores às taxas que recebe, por não haver sincronia nos prazos entre recebimento e pagamento dos juros por parte do banco (SWANK, 1996). Esse risco é maior quando há um cenário de um alto volume de empréstimos problemáticos, o que leva as instituições financeiras a operarem com *spreads* maiores para se



prevenirem desse risco. O risco de mercado também é afetado pela assimetria de informação, já que demanda futura de empréstimos sempre será incerta. Essa assimetria de informação pode gerar problemas de risco moral e seleção adversa, contribuindo para a redução da eficiência no processo de transferência de recursos (LELAND; PYLE, 1977).

O problema do risco moral sustenta a fixação de altas taxas de juros, o que pode resultar em uma maior possibilidade de inadimplência. Já o problema da seleção adversa faz com que as instituições financeiras não consigam distinguir com precisão um tomador de alto risco de um de baixo risco. Com isso, a probabilidade de que maus tomadores tenham acesso ao crédito é ampliada, uma vez que o valor de juros que devem ser pagos pelo empréstimo é considerado alto para os bons pagadores.

A teoria de compromisso de empréstimo estuda formas de tentar minimizar os efeitos causados pelos problemas de risco moral e seleção adversa em uma economia. Essa teoria explica que a utilização dos compromissos de empréstimo auxilia as instituições financeiras na construção de um histórico de crédito dos clientes, de forma que possa servir para a sua classificação em um mercado de crédito que sofre de informações assimétricas (WERNER, 2016). Com isso, os bancos podem trabalhar com maior eficiência sua base de clientes, visando minimizar a inadimplência e garantir que os bons pagadores tenham acesso ao crédito.

Considerando o nível de capital e os empréstimos problemáticos em uma economia, é possível identificar que os *spreads* tendem a ser maiores em economias emergentes e em desenvolvimento, fazendo com que os indivíduos e empresas tenham que tomar empréstimos a taxas maiores, contribuindo para o aumento do risco de inadimplência e com o aumento do volume de empréstimos problemáticos nessas economias. Portanto, conforme apontado por Birchwood, Brei e Noel (2017), *spreads* elevados afetam negativamente a atividade de intermediação financeira, prejudicando o fluxo de fundos entre poupadores e tomadores de crédito em uma economia.

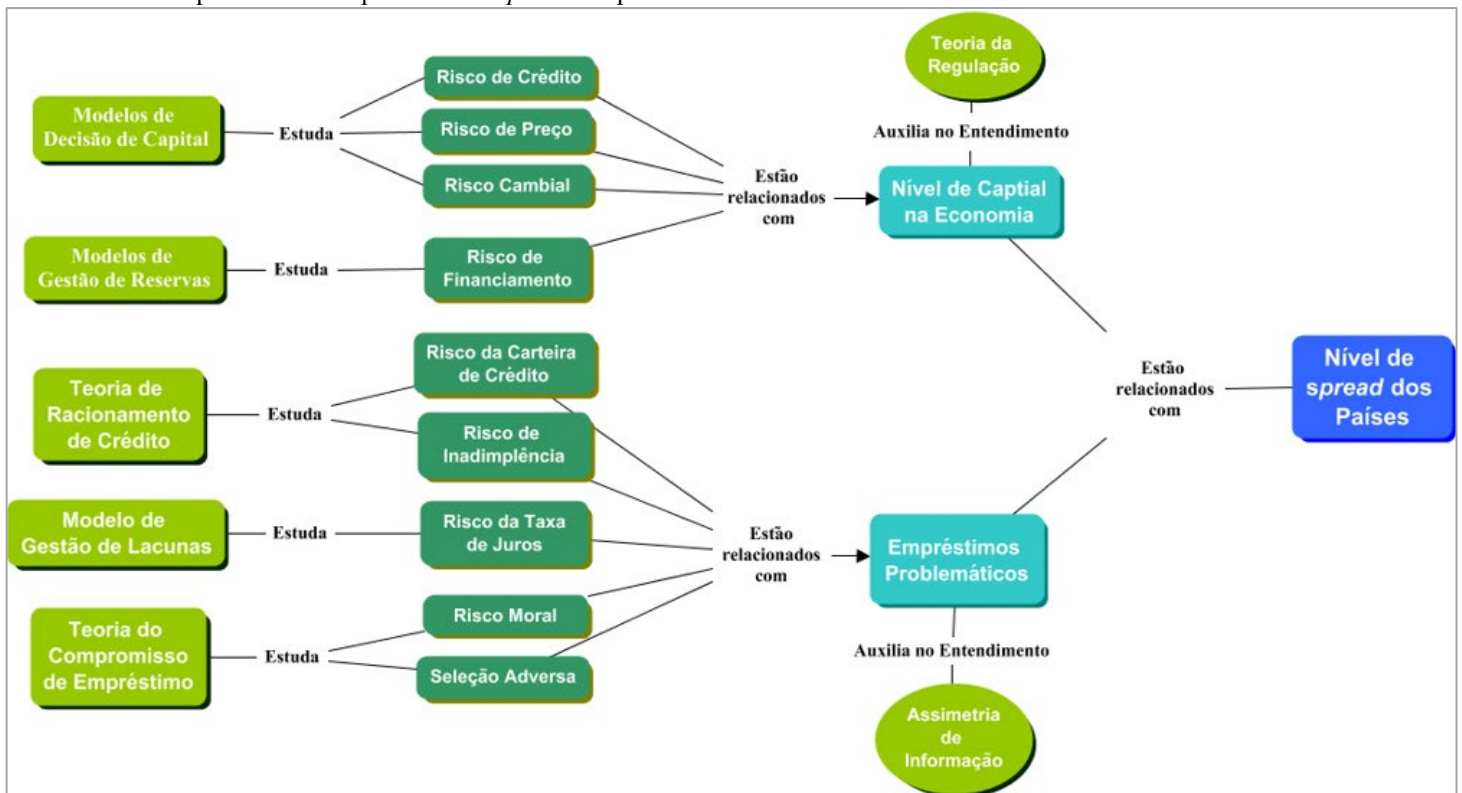
### **Mapa conceitual das teorias sobre riscos no processo de intermediação financeira**

Com base nas discussões apresentadas, é possível esquematizar as razões que evidenciaram que o nível de desenvolvimento econômico consiste em um fator determinante para os níveis de *spread*. O nível de capital circulando na economia e o volume de empréstimos problemáticos são duas importantes características dos sistemas financeiros que se diferenciam entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países. Os sistemas financeiros dos países

emergentes e em desenvolvimento apresentam maiores riscos para o processo de intermediação financeira, gerando maiores custos para a realização dessa atividade.

Nesse sentido, elaborou-se o mapa conceitual representado na Figura 02, o qual sintetiza e estrutura as diferentes contribuições teóricas analisadas. Esse mapa evidencia de forma esquematizada os tipos de riscos, para o nível de capital na economia e para os empréstimos problemáticos, respectivamente, que podem causar elevação nos valores dos *spreads*. Na mesma Figura, também são apresentadas as teorias voltadas à minimização desses riscos.

**Figura 02:** Mapa conceitual: Associação entre tipos de riscos, nível de capital e volume de empréstimos problemáticos que afetam o *spread* em países de diferentes níveis de desenvolvimento econômico.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Portanto, conforme representado no mapa conceitual da Figura 02), devem ser consideradas as duas importantes características dos sistemas financeiros que se diferenciam entre os níveis de desenvolvimento econômico dos países: nível de capital e volume de empréstimos problemáticos. É importante destacar que os bancos enfrentam riscos em intensidades diferentes em cada um dos níveis de desenvolvimento econômico, uma vez que há predominância de baixos níveis de capital e de altos volumes de empréstimos problemáticos em economias emergentes e em desenvolvimento. Por outro lado, os países de economia desenvolvida estão associados a maiores níveis de capital e baixos volumes de empréstimos problemáticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho objetivou explicar de que forma as teorias que abordam a intermediação financeira se relacionam e auxiliam no entendimento de como o nível de desenvolvimento econômico influencia os níveis de *spread* bancário dos países. A partir da realização de uma pesquisa bibliográfica, foram destacadas as principais contribuições das respectivas teorias e as formas pelas quais as diferentes abordagens teóricas explicam as relações entre os níveis de desenvolvimento e os *spreads* praticados em diferentes economias.

Com base no mapa conceitual elaborado, ficam claras as relações entre as teorias, os tipos de risco, o nível de capital na economia, os empréstimos problemáticos e os níveis de *spread* dos países. Os modelos de decisão de capital, a teoria da regulação e os modelos de gestão de reservas são mais focados em aspectos ligados ao nível de capital circulando na economia, enquanto a teoria do racionamento de crédito, a de assimetria de informação, a teoria do compromisso de empréstimo e o modelo de gestão de lacunas dão maior ênfase a aspectos ligados aos empréstimos problemáticos. Todas essas teorias, em conjunto, ajudam a compreender os diferentes elementos que fazem com que países com melhores níveis de desenvolvimento tendam a ter menores níveis de *spread*.

Dessa forma, o estudo amplia as discussões sobre o funcionamento das instituições financeiras, seu papel na economia e os *spreads* que são praticados. Em termos metodológicos, as discussões limitaram-se aos aspectos teóricos e nas interrelações entre os elementos analisados. Como sugestões para futuras pesquisas, sugere-se o desenvolvimento de estudos empíricos para testar as proposições teóricas aqui evidenciadas. Por fim, ressalta-se que, em economias com *spreads* menores, o bem-estar social aumenta por meio dos efeitos da redução das taxas de empréstimo, fazendo com que os indivíduos e empresas possam tomar empréstimos a taxas razoáveis, o que estimula o crescimento econômico. Por outro lado, *spreads* elevados podem sinalizar ineficiência no setor bancário, o que tende a afetar negativamente a poupança e o investimento na economia doméstica.

## REFERÊNCIAS

- AGAPOVA, A; MCNULTY, J. E. Interest rate spreads and banking system efficiency: General considerations with an application to the transition economies of Central and Eastern Europe. **International Review of Financial Analysis**, Atlanta, v. 47, p. 154-165, 2016.
- ALLEN, F.; SANTOMERO, A. M. The theory of financial intermediation. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, v. 21, n. 11, p. 1461-1485, 1998.
- ALLEN, F.; SANTOMERO, A. M. What do financial intermediaries do? **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, v. 25, n. 2, p. 271-294, 2001.
- BENSTON, G. J.; SMITH, C.W. A transactions cost approach to the theory of financial intermediation. **Journal of Finance**, Amsterdam, v. 31, p. 215-231, 1976.
- BIRCHWOOD, A.; BREI, M.; NOEL, D. M. Interest margins and bank regulation in Central America and the Caribbean. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, v. 85, p. 56-68, 2017.
- BROLL, U.; WELZEL, P.; WONG, K. P. Expectation dependence: The banking firm under risk. **Applied Mathematics Research Express**, Oxford, v. 2016, n. 2, p. 281-288, 2016.
- CAMPBELL, T. S.; KRACAW, W. A. Information production, market signaling, and the theory of financial intermediation. **Journal of Finance**, Amsterdam, v.35, p. 863-882, 1980.
- DIAMOND, D. W. Financial intermediation and delegated monitoring. **The Review of Economic Studies**, Estocolmo, v. 51, n. 3, p. 393-414, 1984.
- DUAN, J. C.; YOON, S. H. Loan commitments, investment decisions and the signaling equilibrium. **Journal of Banking & Finance**, Amsterdam, v. 17, n. 4, p. 645-661, 1993.
- DWUMFOUR, R. A. Explaining banking spread. **Journal of Financial Economic Policy**, Bingley, v. 11, n. 1, p. 139-156, 2019.
- FAMA, E. F. Banking and theory of finance. **Journal of Monetary Economics**, Philadelphia, v.10, p.39-57, 1980.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas: São Paulo, 2007.
- GURLEY, J. G.; SHAW, E. S. Financial aspects of economic development. **The American Economic Review**, Pittsburg, v. 45, n. 4, p. 515-538, 1955.
- GURLEY, J.; SHAW, E. **Money in a Theory of Finance**. Washington: The Brookings Institution, 1960.
- GUTTENTAG, J. M.; LINDSAY, R. The uniqueness of commercial banks. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 71, p. 991-1014, 1968.
- HO, T. S. Y.; SAUNDERS, A. The determinants of bank interest margins: theory and empirical evidence. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**, Washington, p. 581-600, 1981.

LELAND, H. E.; PYLE, D. H. Informational asymmetries, financial structure, and financial intermediation. **Journal of Finance**, Amsterdam, v. 32, p.371-387, 1977.

MANKIWI, N. G. The allocation of credit and financial collapse. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 101, p. 455-470, 1986.

NIELSEN, L. How to classify countries based on their level of development. **Social Indicators Research**, Wellington, v. 114, n. 3, p. 1087-1107, 2013.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. The theory underlying concept maps and how to construct them. **Florida Institute for Human and Machine Cognition**, v. 1, p. 1-36, 2006.

OBENG, S. K.; SAKYI, D. Macroeconomic determinants of interest rate spreads in Ghana. **African Journal of Economic and Management Studies**, Durbanville, v. 8, n. 1, p. 76-88, 2017.

OREIRO, J. L. Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 101-131, 2005.

PAULA, L. F. de. Financiamento, crescimento econômico e funcionalidade do sistema financeiro: uma abordagem pós-keynesiana. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 363-396, 2013.

PHILIPPON, T. Has the US finance industry become less efficient? On the theory and measurement of financial intermediation. **The American Economic Review**, Nashville, v. 105, n. 4, p. 1408-1438, 2015.

POGHOSYAN, T. Financial intermediation costs in low income countries: The role of regulatory, institutional, and macroeconomic factors. **Economic Systems**, Amsterdam, v. 37, n. 1, p. 92-110, 2013.

RUIZ-MORENO, L.; SONZOGNO, M. C.; BATISTA, S. H. D. S.; BATISTA, N. A. Mapa conceitual: ensaiando critérios de análise. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 13, n. 3, p. 453-463, 2007.

SCHOLTENS, B. E.; WENSVEEN, D. A critique on the theory of financial intermediation. **Journal of Banking and Finance**, Amsterdam, v. 24, p. 1243-1251, 2000.

STIGLITZ, J.; WEISS, A. A credit rationing in markets with imperfect information. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1998.

SWANK, J. Theories of the banking firm: a review of the literature. **Bulletin of Economic Research**, Nova Jersey, v. 48, n. 3, p. 173-207, 1996.

TARUS, D. K.; MANYALA, P. O. What determines bank interest rate spread? Evidence from Sub-Saharan Africa. **African Journal of Economic and Management Studies**, Durbanville, v. 9, n. 3, p. 335-348, 2018.

TAVARES, R. Construindo mapas conceituais. **Ciências & Cognição**, v. 12, p. 72-85, 2007.

TOBIN, J. **Money, credit and capital**. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1998.

---

WERNER, R. A. A lost century in economics: Three theories of banking and the conclusive evidence. **International Review of Financial Analysis**, Atlanta, v. 46, p. 361-379, 2016.

WERNER, R. A. Do banks really create money out of nothing?. **International Review of Financial Analysis**, Atlanta, p. 1-41, 2015.

WONG, K. P. Regret theory and the banking firm: The optimal bank interest margin. **Economic Modelling**, Amsterdam, v. 28, n. 6, p. 2483-2487, 2011.

# CAPÍTULO 7

## ATUAÇÃO DO MARKETING VERDE EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE EMPRESAS DO SEGMENTO COSMÉTICO: UMA ABORDAGEM ANALÍTICA E LINGUÍSTICA DA METAFORIZAÇÃO DO TERMO VERDE

Matheus Gabriel Andrade Silva  
Victor Fernandes de Lima  
Ricardo Luiz Perez Teixeira  
Priscilla Chantal Duarte Silva

### RESUMO

As estratégias de marketing verde trazem uma nova perspectiva à exploração do segmento ecológico, proporcionando melhorias na imagem institucional, com o intuito de influenciar na decisão de compra dos seus clientes e sua consciência pelo consumo mais sustentável. Por outro lado, o interesse na lucratividade sem responsabilidade leva a prática de *Greenwash* de propagandas com apelo ambiental, compreendido como uma desinformação disseminada por uma organização que deseja apresentar uma imagem ambientalmente responsável. O objetivo geral do presente trabalho é investigar, comparar, e analisar a estratégia *green marketing* de empresas do segmento de cosméticos no Brasil. O trabalho é conduzido por meio de pesquisa bibliográfica nas plataformas de busca livres e oficiais acadêmicas. O texto é elaborado com o propósito de estabelecer uma síntese crítica a partir dos conhecimentos e relatos da literatura, investigação das veiculações marketing verde de empresas cosméticas brasileiras confrontadas com a investigação das práticas efetivas ou verdadeiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Publicidade, Marketing verde, Industria de cosméticos, *Green-friendly*, *Greenwash*.

### INTRODUÇÃO

Nas últimas quatro décadas, tem-se observado um crescimento significativo nas questões de preservação ambiental e dos movimentos ambientalistas. (PETRES *et al.*, 2002). A Conferência de Estocolmo, em 1972, contou com a presença de 113 países e teve como objetivo principal tratar questões ambientais e conscientizar a população mundial sobre a importância da conservação do meio ambiente. Embora a Conferência de Estocolmo não fechasse nenhum acordo oficial entre os países em relação a proteção ambiental, ela abriu espaço para a criação do direito ambiental e a consciência ecológica (PASSOS, 2009).

Outras conferências como ECO-92, Rio+10 e Rio+20, também trataram temas ambientais como sustentabilidade, legislação ambiental e fontes de energia renováveis. O Protocolo de Montreal (1987) discutiu assuntos relacionados à emissão de gases deletérios à camada de ozônio como os CFCs (clorofluocarbono), halon, tetracloreto de carbono (CTCs) e

hidroclorofluorcarbono (HCFCs). Os países signatários do Protocolo de Montreal se comprometeram a reduzir, em determinado prazo, a emissão destes gases e substâncias poluentes na atmosfera. Em consequência de diversos tratados ambientais e de redução da poluição ambiental, foi realizada a convenção do Protocolo de Kyoto (1997).

O Protocolo de Kyoto define que os Países signatários devem reduzir a poluição da queima de combustíveis fósseis em 5,2% entre os anos de 2008 a 2012, em comparação aos níveis de emissão de gases poluentes de 1990 (SILVA, 2009). Ambos os acordos têm grande relevância no progresso da integração de leis ambientais entre os países, além de ações de conscientização ambiental e incentivo a investigações científicas sobre o assunto. Estas reuniões mundiais influenciaram diretamente na criação do conceito do marketing verde.

Com o passar do tempo, as atitudes e atividades socioeconômicas ambientais do governo e da população foram cada vez mais se intensificando. Após estudos evidenciarem as consequências da degradação ambiental, ambos os setores (público e privado) adotaram políticas de preservação do meio ambiente. Essas práticas também são designadas como forma de bom senso e de ética-moral. Sob esse aspecto, para Montañó *et al.* (2012, p.62), “O objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei no 6.938 de 1981, é a conciliação do desenvolvimento econômico e social com a qualidade ambiental”. Trata-se, portanto, de uma abordagem tecnocentrista-acomodativa e pautada na atuação dos diversos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), nas diferentes instâncias da Federação e seus respectivos níveis de competência.

A rigor, por meio do PNMA, não só foram formalizados os conceitos de técnicos ambientais e de profissionais do meio ambiente, como também foram adotadas as diretrizes ambientais e reguladoras em território nacional. Essas diretrizes devem ser assimiladas por organizações e empresas regularizadas por órgãos governamentais, ou seja, cabe ao governo garantir a execução destas diretrizes.

Paradigmas entre produtividade a baixos custos e de produtos fabricados por empresas denominadas *Green-Friendly* (traduzido como ambientalmente amigáveis) é uma tendência frequentemente observada no cenário de marketing verde. Segundo Gonzaga (2005), o marketing verde ou marketing ambiental/ecológico destaca-se pela exploração de benefícios ambientais proporcionados por um produto e abordado de forma publicitária e comercial por uma empresa ou organização com fins lucrativos. Esse produto deve contribuir para a sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas no planeta.



O incentivo da compra de produtos classificados como marketing verde implica na ideia de que é possível ter lucro e proporcionar a diminuição de impactos ambientais negativos, seja pela forma de extração de recursos de uma empresa para a fabricação do produto, seja pela mudança de certa composição do produto a fim de diminuir os impactos causados ao meio ambiente quando descartado.

Outro propósito do marketing verde é a conscientização ambiental da população e incentivar o consumo de produtos ambientalmente amigáveis (LOPES; PACAGNAN, 2014). Nota-se que o termo amigo, nesse contexto, trata-se de uma metaforização do termo, de modo que ambientalmente amigável se refere a uma locução adjetiva para caracterizar o produto que contenha todas as condições para não prejudicar a natureza, isto é, toda a cadeia produtiva possui os mecanismos corretos para a preservação. Por essas características pode-se associar o paradigma entre produtividade a baixos custos e marcas ambientalmente amigáveis, de modo que as empresas busquem o lucro ou diminuam os custos de produção por meio de práticas ambientais e sustentáveis. Nesse contexto, o consumidor se sente atraído pela propaganda publicitária ambiental da empresa e, a partir de suas boas práticas, tende a comprar mais determinado produto.

Segundo Santos, Abreu e Baldanza (2009), empresas que utilizam o marketing verde também atraí, em média, mais investidores do que empresas que não se utilizam do marketing verde. Esses aspectos contribuem para o incentivo da prática ecológica-sustentável em diversas empresas. Muitas empresas também têm que respeitar as regulações ambientais impostas pelo governo, já que pela própria PNAMA, deve haver limites em exploração de recursos naturais e de poluição em geral.

As empresas de cosméticos ou empresas especializadas na produção e comercialização de cosméticos orgânicos utilizam, explicitamente, o conceito de produtos *Green-Friendly*, ou ambientalmente amigáveis/responsáveis. Pode-se dizer que esse comportamento é uma vantagem competitiva, ou seja, a idealização desta empresa em promover a publicidade nesse tipo específico de produtos é para competir com outras empresas em relação às práticas ambientalmente amigáveis (XAVIER; CHICONATTO, 2014). Esta prática de promover a questão ambiental em seus produtos partiu da filosofia corporativa. De modo que não seja vista de maneira hostil aos olhos de seus consumidores, a empresa deve adotar essas práticas ou perderá competitividade em relação a outras empresas ou marcas que exerçam estas práticas.

De um modo geral, a questão ambiental derivada da mudança de opinião ou consciência da sociedade em relação à exploração de recursos naturais, desmatamento e poluição de águas afeta diretamente as empresas de cosméticos, as quais tem grande influência no tema em virtude do conjunto de extração de recursos naturais para a produção de cosméticos e impactos socioambientais gerados nessa ação (SBARDELOTTO; FROEMMING; SBARDELOTTO, 2016).

As empresas, em princípio, inclusive a dos produtos cosméticos, devem redirecionar seus produtos para a sustentabilidade, pois além de garantir a redução dos impactos ambientais e a proteção dos ecossistemas, ajudam a conscientizar seus consumidores de práticas virtuosas relacionadas ao meio ambiente. Entretanto, muitas destas empresas tratam de forma abjurante a questão de seu marketing verde. De acordo com Paviani (2019), a difusão de propagandas com conteúdo falsos, em relação ao marketing verde, prejudica a confiança do consumidor ao produto. Afinal, além de estarem ligadas à prática antiética de engano ao consumidor no mercado, essas práticas são previstas por lei (CDC - Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990). Para essa prática, determina-se o termo *Greenwashing* (maquiagem verde), o qual seria o falso marketing verde, o que fere o desempenho do desenvolvimento sustentável e a prática ambiental por parte das empresas. A razão por trás do *Greenwashing* pode estar implícita na práxis de uma empresa parecer ambientalmente amigável. Sendo assim, esta empresa se beneficia exorbitando-se de recursos naturais, poluição ao meio ambiente de todas as matrizes. Nesse caso, a empresa se torna um falso amigo.

As crescentes consequências oriundas das negligências em relação ao meio ambiente, a busca de uma conclusão técnico-científica para a mitigação deste tipo de problema e a questão do marketing verde nas empresas motivaram a realização do presente artigo. Este artigo tem como o objetivo tratar das políticas de marketing verde em campanhas publicitárias veiculadas na área cosmética empresarial e, ainda, fazer uma abordagem crítico-analítica sobre as condutas autênticas realizadas por estas empresas, articular e equiparar com a legítima intenção. Para tal, deve-se consultar a literatura e, também relacionar os impactos do *Greenwashing* na perspectiva socioambiental, executando o levantamento de dados oficiais para análise e comparação. Pretende-se contribuir com informações de qualidade e levar, ao leitor, informações necessárias para elaboração de análise crítica para discussão neste tema.

## O PARADIGMA DO MEIO AMBIENTE: PRODUTIVIDADE VERSUS PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O *Eco-Friendly* ou ambientalmente amigável/consumo verde é um termo muito utilizado pelas empresas ao classificar seus produtos, práticas, ou seus recursos. Com o impulso de que a causa ambiental vem se apresentando nas últimas décadas, é evidente a crescente demanda populacional por produtos e práticas ambientalmente corretas, algo que diversas empresas também vêm aumentando exponencialmente em seus slogans, e na maioria dos casos, em suas práticas comerciais.

Segundo Mallett (2012), empresas que não seguem as diretrizes ambientais ou não tem esse aspecto tão desenvolvido equiparado a outras empresas, são encontradas sobre o termo *eco-guilty*, no qual resulta a empresa o afastamento de consumidores e de investidores. A principal proposta que diversos empresários e gestores utilizam como ferramenta de marketing com o intuito de atrair clientes e investidores (sejam eles antigos ou novos) é propor preceitos ambientais e sustentáveis.

Considerando os preceitos ambientais e sustentáveis, tem-se um grande desafio: a empresa obter o lucro e ao mesmo tempo proporcionar práticas ambientais. Trata-se de um desafio pelo fato de que para adotar estas práticas é requerido um investimento orçamentário por parte desta empresa, na qual queira lucro. Nesse caso, o valor tem que superar o teto orçamentário introduzido pela nova prática sustentável. Por mais que as atitudes amigáveis ao meio ambiente venham crescendo em todas as corporações, as empresas de cosméticos tendem a enfatizar mais suas propostas *Eco-Friendly* quando comparadas com as demais. De certo modo, isso inflige totalmente o arquétipo por trás da produção, distribuição e comercialização de seus produtos (SBARDELOTTO, 2016).

Em consoante com Oliveira (2015), a principal razão pela qual as empresas proporcionam práticas sustentáveis é a competição com as outras empresas, e isso pode ser observado conforme as pesquisas estatísticas. De acordo com uma pesquisa elaborada, Kiron (2013), na qual contou com 2631 empresários, executivos, gerentes e diversos sujeitos entrelaçados no ramo empresarial e industrial privado (incluindo a área dos cosméticos), descobriu-se que a maioria das companhias acreditam que a prática sustentável e eco-amigável (*Eco-Friendly*) apresentada pela empresa é necessária para torná-la mais competitiva. Também foi revelado que 37% dos entrevistados afirmaram que observaram um tamanho aumento no lucro em suas corporações após adotarem práticas ambientais. Observou-se que 48% das

empresas converteram seus modelos de negócios em defluência das vantagens oferecidas pelas condutas de sustentabilidade. Foi verificado também que 52% dos entrevistados afirmaram que mudaram suas diretrizes para o viés ambiental devido à demanda do consumidor por produtos e serviços sustentáveis.

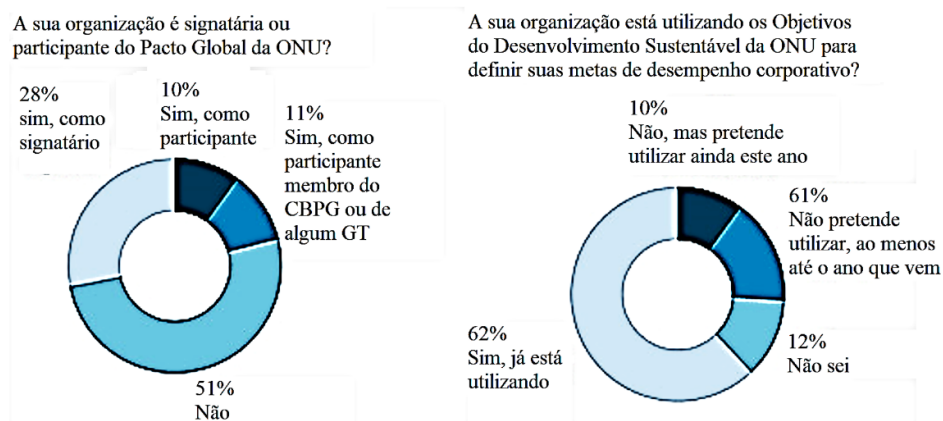
Em uma pesquisa mais recente, em 2019, realizada por Aberje e publicada pela revista NÓS, na qual contava com a participação de 105 empresas (nacionais e multinacionais) e com mais de 3000 funcionários foi verificado pela pergunta: “Na sua organização, a área de Responsabilidade Social/Sustentabilidade se reporta a qual área?” e descobriu-se que em 38% das empresas a responsabilidade social e ambiental corresponde a área presidencial, 17% da área de Assuntos corporativos/Relações Institucionais, outros 17% da área de Recursos Humanos (RH), 9% provido da área de comunicação e 19% de outras áreas. Em relação aos principais objetivos dessas empresas em implantar políticas e programas orientados ao desenvolvimento sustentável, 74% afirmaram que é para reforçar a imagem e reputação da organização como um negócio comprometido com a responsabilidade ambiental e social. Ao empreenderem a mesma pergunta para os mesmos entrevistados, 55% afirmaram que é para ajustar as pessoas das comunidades do entorno das unidades de negócios e 47% disseram que é para cumprir a legislação sobre Responsabilidade Social/Sustentabilidade, evitando passivos futuros. Outras pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável de empresas podem ser encontradas nas Figuras 1, Figuras 2 e Figuras 3.

**Figura 1:** Gráfico representativo de perguntas 1. Em quais áreas potenciais a organização concentra seus esforços de Responsabilidade Social/Sustentabilidade? Selecione as 5 principais.



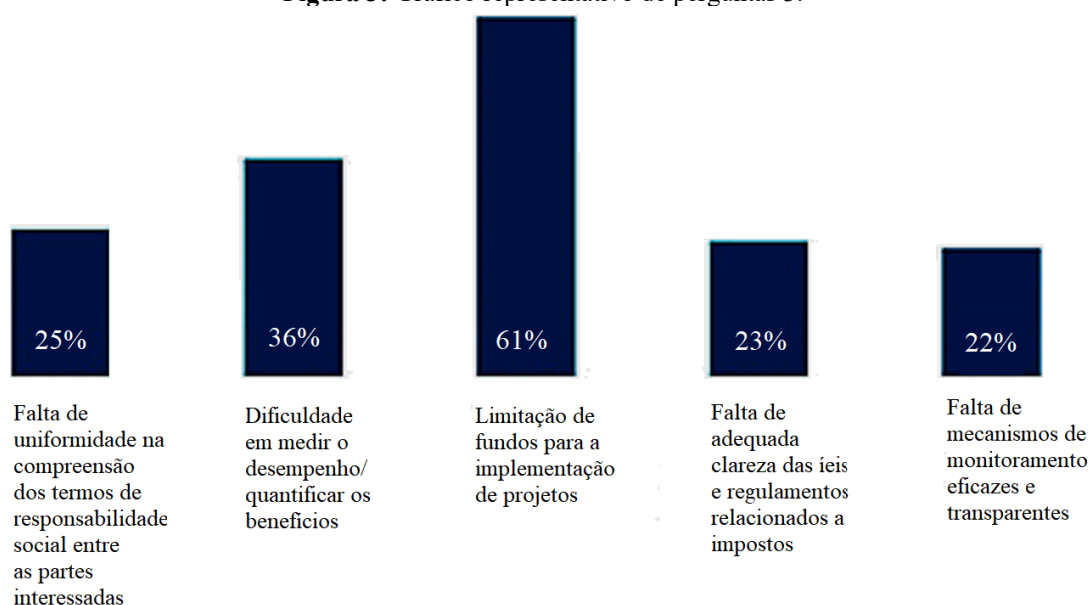
**Fonte:** Revista Nós – Ação Social das Empresas (2019). Disponível em: <https://nos.insightnet.com.br/74-das-empresas-brasileiras-adotam-sustentabilidade-para-reforçar-imagem-e-reputacao/>.

**Figura 2:** Gráfico representativo de perguntas 2.



**Fonte:** Revista Nós – Ação Social das Empresas (2019). Disponível em: <https://nos.insightnet.com.br/74-das-empresas-brasileiras-adotam-sustentabilidade-para-reforçar-imagem-e-reputacao/>.

**Figura 3:** Gráfico representativo de perguntas 3.



**Fonte:** Revista Nós – Ação Social das Empresas (2019). Disponível em: <https://nos.insightnet.com.br/74-das-empresas-brasileiras-adotam-sustentabilidade-para-reforçar-imagem-e-reputacao/>.

Com base nos dados apresentados pela pesquisa e conclusões intrínsecas associadas às pesquisas realizadas pela Aberje, é evidente a preocupação das corporações em estabelecer suas diretrizes ambientais. Apesar de as ideias sustentáveis nas empresas serem consideradas como algo positivo do ponto de vista social e de caráter benevolente, quando se trata do lucro da empresa, ela deve gerir e efetuar suas atividades visando a potencialização de sua produção, mas reduzir os impactos ambientais negativos. A maioria das empresas não obtém um lucro adotando as medidas sustentáveis. Entretanto, em razão das medidas governamentais, conscientização de seus consumidores e concorrência, a sustentabilidade já se tornou um paradigma integrado nas corporações. Há também as empresas que lucram somente com a

campanha de marketing verde e proposições ambientais, como as lojas de produtos orgânicos e consultorias ambientais. A questão é que algumas empresas lucram com a campanha verde e outras não. Contudo, vale lembrar que, em razão da competição e de fatores intrínsecos, é sempre proveitoso investir no marketing verde e a sustentabilidade sob qualquer circunstância, já que a penalidade é maior caso não sigam as diretrizes ambientais, bem como apostar em algo que possa resultar em lucro já é um ótimo incentivo para as grandes e pequenas empresas.

### **A indústria de cosméticos no Brasil**

A indústria de cosmético brasileira é retentora do título de 4º maior mercado de beleza e cuidados pessoais. O mercado de beleza e cuidados pessoais no Brasil e no mundo tem sido agitado pelo movimento de grandes empresas, como a aquisição da Avon pela Natura. Ao mesmo tempo, há uma atividade intensa de pequenas marcas que se posicionam em nichos e contam com o ambiente digital — e às vezes só com ele — para dialogar com o público. Ambas, as grandes e as diminutas se engajam para acompanhar transformações na sociedade que se refletem no consumo, como a busca por produtos mais naturais, personalizados e que comuniquem valores.

Segundo o provedor de pesquisa de mercado *Euromonitor International*, o Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo — entram aí de cosméticos para cabelo e pele a perfumes e produtos para higiene bucal. O país fica atrás de Estados Unidos, China e Japão (os dados são de um relatório de 2019, relativos a 2018). Na categoria de fragrâncias, os brasileiros estão em segundo lugar, atrás apenas dos americanos.

Cinco empresas concentram 47,8% do mercado brasileiro, de acordo com o mesmo relatório: Natura & Co, seguida por grupo Boticário, grupo Unilever, grupo L'Oréal e Colgate-Palmolive Co. Já o número de empresas registradas na Anvisa em 2018 era de 2.794, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec).

Entre 2013 e 2018, houve crescimento de 24,5% em valor de vendas no varejo em reais, mesmo tendo ocorrido uma queda de 0,3% entre 2014 e 2015; para 2023, a previsão do *Euromonitor International* era de um aumento de 20,6%. Já dados apresentados pela Abihpec comparando o PIB brasileiro com índices do setor mostram perdas em 2015 e 2016 ainda não compensadas pela retomada de 2017 e 2018 — embora a recuperação tenha ocorrido em ritmo mais elevado que no restante da economia.

## ***Green-friendly*: Ambientalmente amigável**

Empresa *Eco-friendly* – ou “empresa amigável ao meio ambiente”, em inglês – é um termo que se refere a algo que não causa danos socioambientais, que está preocupado com a redução de impactos ao meio ambiente e que preze por uma produção, consumo e modelo de vida sustentável. Não apenas pessoas, mas também por governos, organizações e empresas podem adotar essa postura.

Portanto, uma empresa *Eco-friendly* é aquela que investe em um modelo de produção que não cause – ou reduza – danos ao ambiente, tenha políticas internas de redução de consumo e consumo sustentável e esteja sempre atenta a novas tecnologias que diminuam impactos ambientais em qualquer uma das etapas ou áreas de sua escala produtiva.

A resposta mais imediata e óbvia para essa pergunta é que essas práticas causam impactos positivos não apenas ao meio ambiente, mas também à comunidade na qual sua empresa está inserida. Boas práticas ambientais acabam interferindo em todo um ecossistema, influenciando positivamente na educação ambiental dos colaboradores e seus familiares e servindo como exemplo para outras pessoas e outros empreendimentos.

Os benefícios, entretanto, não param por aí. Ser uma empresa *Eco-friendly* pode melhorar também a imagem de sua marca. E isso ocorre não apenas em relação aos seus consumidores já fidelizados, mas também em relação àqueles clientes em potencial. Com as questões cada vez mais em pauta em jornais, debates políticos e conversas entre amigos, a adoção de práticas sustentáveis acabam sendo bem mais do que caprichos ou meramente uma preocupação ambiental, para se tornarem vitais para a longevidade de sua marca.

Afinal, essas boas práticas ambientais podem e devem se tornar públicas. Marketing verde é o nome que se dá ao tipo de marketing que as empresas *Eco-friendly* usam para divulgar a sua marca. O marketing verde agrega muito valor aos produtos e serviços de sua empresa. Afinal, com a adoção dessas práticas, uma propaganda indireta positiva é possível de ser realizada.

## **Marketing verde: Legitimação e conscientização**

Ao oposto de antanho, as organizações empresariais se tornaram correligionárias a padrões ambientais, inseridos na própria política interna da empresa, é um fato que um dos aspectos determinantes desse tipo de atitude é a tendência do cenário mundial sobre a preocupação do meio ambiente. A legitimação relacionada ao Marketing Verde está ligada

completamente ao que a própria prática sustentável tem a oferecer a sociedade. De acordo com os relatos:

O aumento de necessidades de reciclagem se destacou principalmente no período pós-guerra, dado pelo desenvolvimento industrial. A mudança nos hábitos de consumo impulsionou cada vez mais a criação de novas necessidades, que para serem atendidas, necessitam de aquisição de bens manufaturados (SOUZA, 2008, p. 2).

Os benefícios são muitos na geração de energia através das fontes renováveis, como a emissão nula ou reduzida de gases de efeito estufa, a diversificação da matriz energética, o que contribui para aumentar a segurança energética, a criação de maiores oportunidades de trabalho, com o aproveitamento da biomassa (PACHECO, 2006, p. 11).

A adoção de práticas de conservação do solo e a recuperação de áreas degradadas evitam a degradação das áreas de produção e a perda de áreas produtivas, o que se enquadra no modelo de desenvolvimento sustentável e ambientalmente correto, com benefícios para o produtor e a sociedade (SALVADOR, 2003, p. 28).

Por meio destas instâncias pode-se definir que algumas das práticas, já citadas acima, adotadas pelas empresas geram impactos positivos para a sociedade e ao meio ambiente, o que legitima o exercício do marketing verde. A conscientização das medidas vem diretamente da população, salientando que qualquer gerente, empresário ou corporativista também é, antes de mais, um cidadão comum. A benevolência ou não de praticar virtuosamente as compensações inseridas pelo marketing verde cabe sempre a um ou vários indivíduos, os quais, também podem ter a conscientização verde presente na sociedade atual. Apesar de que, em certos casos, a reciprocidade do lucro, quando adotadas essas políticas, não é concebida, ainda há a consciência ambiental do indivíduo.

### ***Greenwashing*: Ética e responsabilidade**

*Greenwashing* é uma prática empresarial pública ou privada (abrangendo também organizações não governamentais - ONGs, governos ou políticos) que consiste na estratégia de promover discursos, anúncios, ações, documentos, propagandas e campanhas publicitárias sobre ser ambientalmente/ecologicamente correto, *green*, sustentável, verde e *Eco-friendly*.

A intenção primordial do *Greenwashing* é relacionar a imagem de quem divulga essas informações à defesa do ambiente, mas, na verdade, medidas reais que colaborem com a minimização ou solução dos problemas ambientais não são realmente adotadas e, muitas vezes, as ações tomadas geram impactos negativos ao meio ambiente. O *Greenwashing* é como uma propaganda enganosa – uma imagem é passada, porém, a realidade é outra.

Imagine o seguinte cenário no qual o consumidor esteja andando pelo supermercado em busca de um produto de limpeza quando encontra um que tenha na embalagem a frase “100%



sustentável”. Saber que esse produto não impacta o meio ambiente aumenta as chances de comprá-lo? Se a resposta for sim, é importante tomar cuidado, pois é bem possível que o consumidor seja envolvido em um *Greenwashing*.

O termo em inglês é traduzido de diversas formas no Brasil, mas é mais comum chamá-lo de “banho verde” ou “lavagem verde”. Esta prática pode ser definida como “uma imagem pública de responsabilidade socioambiental divulgada por uma determinada empresa sem que ela de fato seja uma empresa sustentável, que tenha como valor não só o crescimento econômico, mas também a preservação do meio ambiente”, ou seja, uma empresa tem em um discurso ou coloca em uma embalagem de um produto que ela respeita o meio ambiente e tem práticas sustentáveis, mas, na prática, ainda agride o meio ambiente. O adjetivo verde foi estudado por Silva (2020) e diz respeito à metaforização do significado de ambiental, relativo à natureza e à sustentabilidade. Desse modo, “amigo verde” ou qualquer termo acompanhado do atributo verde voltado para o contexto ambiental, refere-se a esse efeito de sentido relaciona-se às práticas que colaboram com o meio ambiente. Trata-se, pois, de uma questão linguística.

## **METODOLOGIA**

O arcabouço teórico deste estudo orienta-se na análise de conteúdo. Trata-se de um método que tem como base a análise dos significados e significantes (Bardin, 1977; 2006). Busca uma avaliação semântica e objetiva do material analisado. A análise de conteúdo preocupa-se em analisar o texto propriamente sob a categoria qualitativa, sob a análise de como as empresas selecionadas para este estudo trabalham e aplicam o marketing verde nas suas campanhas. Para Vergara (2005), a análise de conteúdo consiste em uma técnica que trabalha os dados coletados e identifica o que está sendo dito acerca de um determinado tema. É importante verificar de maneira material, aleatória e volúvel, a presença de empresas que promovem o marketing verde no ramo cosméticos. Há diversas fontes de coletas de dados que a análise de conteúdo pode compreender:

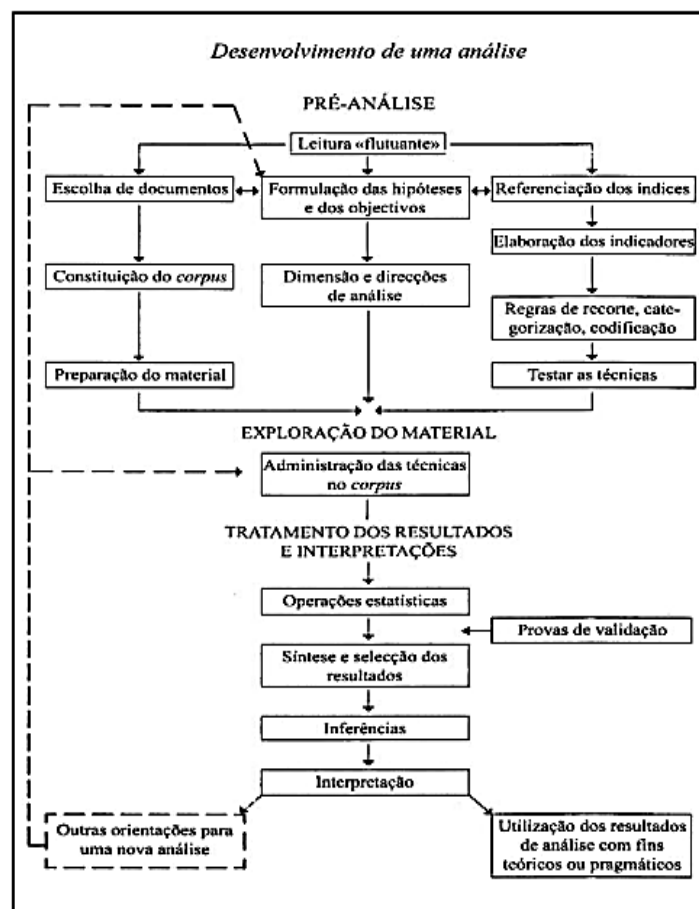
O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros (SILVA; FOSSA, 2015, p. 2)

A comparação entre as empresas que promovem o *marketing* verde na área cosmética e as que são de fora do ramo cosmético deve ser destacadas para um melhor entendimento da análise proposta, assim como também as que não promovem marketing verde em seus produtos. A importância desta comparação remete ao discernimento entre as empresas, suas políticas, seus objetivos e como seus aspectos corporativos interagem com o meio ambiente. Há muitas

corporações, indústrias e empresas ligados ou não ao ramo de cosméticos no mundo todo. Porém, para tornar esta prática viável e conveniente, serão selecionadas aleatoriamente cinco empresas da área de cosméticos nacional para verificar suas ações e concepções sobre o marketing verde. Entre estas cinco empresas, serão selecionados quatro produtos, também de forma aleatória, para fazer a verificação do marketing verde. Selecionaram-se neste estudo duas das três principais empresas *top-of-mind* do setor de cosméticos, a Avon e o Boticário (Sacco, 2022). A chave de busca foi: TOP-OF-MIND AND marketing verde AND cosméticos. A análise de conteúdo foi realizada a partir da análise dos sites das empresas de cosméticos selecionadas para o estudo.

O método de análise de conteúdo compreende às seguintes fases: coleta de dados; leitura do material coletado; identificação do conteúdo a ser analisado; organização dos dados; análise e inferência e interpretação a partir do recorte do referencial teórico. A figura a seguir demonstra o desenvolvimento desses passos. Neste estudo, optou-se pelo caráter qualitativo, sendo assim não houve análise estatística dos dados.

**Figura 4:** etapas do desenvolvimento de análise de conteúdo.



Fonte: SILVA; FOSSÁ (2015, p.5).

## O Boticário

O Boticário é uma empresa de cosméticos com sua sede em *holding* presidida no Paraná. Apesar de vender diversos cremes hidratantes, maquiagem e utensílios de estética, seu foco está na distribuição de perfumes. A empresa foi fundada em 1977 por Artur Grynbaum e possui cerca de 12.000 funcionários integrados na sua rede de produtos. Segundo Amorim (2013), atualmente, a maior empresa concorrente com O Boticário é a Natura. De acordo com a própria empresa, O Boticário possui como público-alvo todo gênero e idade. Homens, mulheres, desde jovens a adultos sênior são atingidos por suas campanhas. A estratégia por detrás da promoção de seu marketing está em atrair a atenção desse público, de forma específica para cada categoria (OLEINIK, 2014).

Em quatro amostras dos produtos mais vendidos e relevantes para o mercado da empresa, foi observada a presença da divulgação e propagação do *Green Marketing* em três deles. A Tabela 1, demonstra as associações entre os produtos da empresa de acordo com o site de vendas da companhia.

**Tabela 1:** Características e associações de produtos de O Boticário.

Número	Nome	Categoria	Volume p/frasco (ml)	Valor Comercial (Empresa)	Valor Comercial (Lojas multimarcas)	Apelo (Green Friendly')
1	Insensatez Desodorante Colônia	Perfumaria	100	R\$ 109,90	R\$ 89,25	Vegano/Cruelty Free
2	Egeo On You Desodorante Colônia	Perfumaria	90	R\$119,90	R\$114,67	Vegano/Cruelty Free
3	Glamour Secrets Black Desodorante Colônia	Perfumaria	75	R\$144,90	R\$119,95	Vegano/Cruelty Free
4	Máscara Anti-Idade Matech Juventude dos Rios	Tratamento de Cabelo	50	R\$29,90	R\$ 25,72	N/A

Fonte: Autoria própria (2022).

A Tabela 1 apresenta alguns dos produtos mais endossados pela empresa. Os termos mais utilizados quando um produto é considerado *Green-Friendly* por esta empresa é vegano e o termo “*Cruelty-Free*”. *Cruelty-Free* ou “Livre de Crueldade”, é um rótulo utilizado por diversas empresas para diversos produtos e atividades de produção que não prejudicam ou matam animais durante seu processo. É uma expressão utilizada em diversos produtos com

produção atribuída duvidosa por muitos consumidores, como derivados da mineração, origem animal ou florestal. As indústrias de cosméticos enfatizam muito este tema, já que centenas de milhares de animais não-humanos são apoqueados e mortos todos os anos para testar cosméticos, apesar de a maioria das empresas terem outros meios para testar cosméticos sem antagonizar outros animais (WINDERS, 2006). O motivo da permanência do teste de cosméticos em animais pode estar no barateamento do processo, em função de que não será necessário investir em diferentes técnicas destes testes ausentando animais no processo (SHEEHAN, 2014). Algumas empresas já provaram serem *Cruelty-Free*, mas muitas ainda apresentam discrepâncias na ética animal por trás de suas linhas de produção. Assim como o *Green-Friendly*, o rótulo *Cruelty-Free* também surte o mesmo efeito ao cliente quando se trata da consciência verde e de gerar aquele sentimento satisfatório, ou de segurança, quando se utiliza um produto daquela empresa, e ambos os produtos estão interligados.

O termo vegano, assim como o *Cruelty-Free* ou *Green-Friendly*, também tem como intuito de assegurar ao consumidor do produto, que aquele item foi produzido utilizando somente derivados de vegetais, nada animal. De acordo com Domingues (2012), no mundo a cada quilo de carne bovina é utilizado 15,5 mil litros de água para o sustento bovino, ainda não se sabe exatamente a pegada hídrica a cada quilo de carne bovina no Brasil, porém já é estimado que os números não estão demasiados díspares.

É um fato que manter qualquer grupo grande de animais que exigem uma ampla área tem um alto custo ecológico, seja para a criação de áreas de pecuária, seja para a extração de matérias-primas de animais ameaçados ou em risco (LC-EX). Principalmente para a indústrias de cosméticos, o fator vegano é muito importante já que diversos de seus produtos são extraídos de animais, estes que estão ameaçados, como alguns besouros do grupo Cochonilha que é utilizado na fabricação de diversos corantes (CONSTANT, 2002). Novamente, a consciência verde dos consumidores exige uma melhor aproximação da empresa em relação ao meio ambiente, e é, neste caso, que entram os produtos veganos. Os produtos veganos geram um menor impacto ao meio ambiente e é comprovado que, se houver efeitos colaterais, serão mínimos se comparados com os produtos não-veganos ou derivados do petróleo, ditos artificiais (enquanto produtos veganos são classificados como naturais).

### ***Avon products***

A *Avon Products*, ou apenas Avon, é uma empresa de cosméticos fundada em 1886 por David McConnell em Manhattan, Nova York. Inicialmente, a empresa tinha o nome de

*California Perfume Company* e posteriormente em 1939 a companhia começou-se a chamar *Avon Products*, em homenagem a cidade natal do William Shakespeare (Stratford-upon-Avon). A empresa só foi introduzida no Brasil em 1958. A Natura adquiriu uma parte da Avon em maio de 2019 ficando responsável por cerca de US\$ 3,7 bilhões (por volta de vinte bilhões de reais atualmente). Assim como O Boticário, a Avon é uma incorporação na área de cosméticos e possui em sua linha de produtos diversas maquiagens, fragrâncias, cuidados capilares e de pele, e ainda possui uma linha infantil. O principal vetor de lucro é por meio de propaganda e revendedoras. Desse modo, a empresa possui uma grande rede no livre mercado (principalmente no ramo de beleza). A Avon conta com mais de 26.000 (2016) funcionários associados em quatro países: Brasil, Estados Unidos, Colômbia e México. É observado que a Avon tem seu público-alvo de classe-média (segundo as estatísticas empresariais) e não é considerada uma empresa exclusivamente de luxo.

Em quatro amostras dos produtos mais vendidos e relevantes para o mercado da empresa, foi observada a presença da divulgação e propagação do *Green Marketing* em dois deles. A Tabela 2 demonstra as associações entre os produtos da empresa de acordo com o site de vendas da companhia.

**Tabela 2:** Características e associações de produtos de Avon Products.

Número	Nome	Categoria	Volume p/frasco (ml)	Valor Comercial (Empresa)	Valor Comercial (Lojas multimarcas)	Apelo (Green Friendly')
1	Desodorante Spray Musk Fresh	Corpo e Banho	80	RS 5,99	RS 4,48	N/A
2	Brilho Labial Avon Ultra Gloss	Maquiagem	7	RS 21,99	RS 16,72	N/A
3	Sabonete Facial Esfoliante Clearskin	Rosto	60	RS 19,99	RS 18,32	Biodegradável
4	Creme Hidratante Matte Avon Care	Corpo e Banho	100	RS 18,99	RS 15,99	Biodegradável

**Fonte:** Autoria própria (2022).

A Tabela 2 compara um dos produtos mais endossados pela empresa. Diferente dos termos verdes utilizados por diversas corporações, como vegano ou *Cruelty-Free*, a Avon

utiliza o termo biodegradável para seu apelo ambiental. Segundo Brito (2011), muitos cosméticos compartilham estruturas químicas semelhantes com as dos polímeros, e obter a produção para um cosmético biodegradável é ideal para as diminuições de impactos negativos ao meio ambiente. A biodegradação é um fator empregado a itens ou substâncias químicas sobre a decomposição de certa matéria ao ambiente, e que pode ser utilizada por microrganismos para produzir energia, catalisar substâncias, respiração celular e formação de novos organismos (TAUK, 1990).

Ao referir que um item ou produto é biodegradável, indica que seu conteúdo gera uma menor poluição ao ser descartado ao meio ambiente, no que ajuda em diversos fatores ecológicos, como a resiliência vegetal (JACQUES, 2007). A razão por trás de algumas empresas enfatizarem que seus produtos são biodegradáveis, se dá pelos malefícios dos descartes de produtos químicos nocivos no meio ambiente, e, principalmente, no meio hídrico.

A poluição é introduzida (diretamente ou indiretamente) pelo fator antrópico ao meio ambiente de substâncias ou energias negativas que são prejudiciais, e, portanto, provoca um desequilíbrio ambiental, o que pode causar danos à saúde humana, aos outros seres vivos e potencialmente à ecossfera em volta. O descarte de produtos químicos ao ambiente gera diversos malefícios como: poluição do solo; poluição hídrica; aumento ou diminuição de pH do solo ou água; câncer e outras doenças em determinados seres vivos; infertilidade do substrato terreno e contaminação de lençóis freáticos (PAIVA, 2009). Diversos produtos cosméticos contêm estes agentes químicos prejudiciais ao ambiente. Uma vez descartados incorretamente, esses agentes causam uma grande alternância no fluxo natural da fauna e flora, o que pode se escalar de uma situação local, para uma situação continental. Muitos cosméticos como: batons, cremes hidratantes, desodorantes em barra, entre outros, possuem elementos químicos derivados do petróleo (hidrocarbonetos) que geram um enorme impacto aos ecossistemas. Assim, uma vez descartados, esses não são facilmente decompostos em meios naturais (MACHADO, 2013).

Embora a poluição destes compostos sobre o solo e substrato firme seja devastadora, este tipo de subversão é intensificada em fontes hídricas. Na água, diversos dos retratados compostos químicos tem uma maior dissolução e afetam muito mais a fauna e flora marítima, e em determinadas condições podem causar a eutrofização aquática (CARAPETO, 1999). Para que um produto seja biodegradável é necessário provar sua capacidade de ser desestruturado e absorvido pelo seu entorno, em um determinado período que seja adequado para aquela concentração ou quantidade de conteúdo.

Uma das alternativas para a conformidade química-biológica de um produto é na justa produção de cosméticos através de matérias-primas naturais, o que pode ser observado na descrição de diversos produtos fabricados e distribuídos. Os produtos oferecidos pela marca em questão possuem uma formulação totalmente natural, e, portanto, totalmente biodegradável, característica que se torna um diferencial para a representação do produto e da marca, e requisito fundamental para uma prática sustentável de baixo impacto ambiental (BUSCHER, p. 44, 2012), o que remete diretamente aos produtos considerados veganos pela empresa O Boticário. Porém, este processo requer uma maior demanda de tempo e custo de matérias-primas, algo que pode ser mitigado com a atração de investidores e o público consumidor buscando produtos ambientalmente corretos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao observar a Tabela 1 e a Tabela 2, é possível notar que alguns produtos não possuem nenhum apelo, classificados como “N/A”. É notável que O Boticário possui mais produtos verdes em comparação com a Avon, no que implica na aproximação da empresa com o marketing verde. O Boticário, em seu site, possuía muito mais campanha verde nas propagandas, a motivação por trás deste recurso pode estar nas relações da empresa com a atração do público ou investidores, como já citado na “2.2 O Paradigma do Meio Ambiente: Produtividade versus Preservação dos Recursos Naturais”. Esta discrepância pode também ser observada nas demais empresas, no que diz respeito à necessidade de um apelo ambiental em seus produtos.

Apesar de já citado nos itens 2.2-6, a associação entre lucro e atender as demandas ambientais é pouca difusa na metodologia apresentada no exposto artigo. Um grande fator que pode ocasionar na estabilização do preço e barateamento mesmo com produtos verdes é a dimensão e relevância da empresa no mercado. No caso de grandes empresas (mais intensificado se houver alguma forma de monopólio), como Avon, Natura, O Boticário ou Nívea, muitos dos custos gerados com a produção de produtos de melhor qualidade ou de alta exigência de manufatura são eliminados com o montante aquisitivo gerado pelo lucro da empresa. Este lucro, que não é só gerado pela combinação demanda e oferta, mas por subsídios, eliminação da competição, investimentos ou aumento dos produtos de alto valor agregado, haja vista a motivação pela equalização entre os preços de produtos *Green-Friendly* e os isentos deste.

Uma vez comparando-se os preços comerciais das lojas multimarcas com os dos sites oficiais das empresas e é possível distinguir uma presente discrepância entre as duas. A gestão empresarial tem como um dos objetivos proporcionar ao consumidor o melhor produto pelo melhor preço, o que implica em algumas revendedores ou subsidiárias vender os mesmos produtos (proporcionados pelas empresas de manufatura) por preços mais baixos, com a intenção de isolar a empresa concorrente dos clientes e atrair para seu meio monetário para a compra destes produtos barateados, aumentando, assim o lucro. Este tipo de concorrência é tão comum e estabelecido, que não é atípico encontrar o mesmo modelo de competição entre as próprias empresas cooperativas (GALERANI, 2003). Portanto, as lojas multimarcas, por barateamento de fretes, um maior público consumidor ou excesso de produtos nas prateleiras tendem a oferecer os mesmos produtos proporcionados nos sites das empresas por um preço mais barato, já que podem suportar as consequências geradas pelo raso valor numérico compulsivo na venda. A razão pela qual muitas corporações (e que foi observado em prática no site) elaboram ofertas ou descontos em seus produtos está relacionada à atração do público consumidor de volta para a loja proveniente.

Entre as empresas, é exequível notar a diferença entre os apelos. Neles o vegano, *Cruelty-Free* e biodegradável. Esta diferença pode suceder de diversos fatores, entre eles, o público intencional, facilidade de manufatura e propaganda. É um fato que muitas empresas tendem a focar na demanda de um público-alvo, e no caso dos produtos sejam eles veganos, *Cruelty-Free* ou biodegradáveis, vão ser oferecidos em correspondência ao público intencional. Nesse sentido, caso uma empresa notar um aumento do público consumidor dito vegano, em interação dos seus artigos, esta empresa vai claramente buscar o foco no desenvolvimento qualitativo e quantitativo de produtos verdes veganos. A mesma congruência serve para os demais apelos.

Outro fator decisivo para o foco do apelo ambiental oferecido pela empresa, pode estar na facilidade de manufatura, já que a empresa tende a buscar o lucro diminuindo o custo e potencializando os ganhos, e a condição interespecíficas para a produção destes produtos é determinante no fabrico do mesmo. Por fim, o procedimento positivo da estética e a imagem da empresa é fundamental para a atração de consumidores. Logo a suposta tentativa da empresa em encaixar os mais relevantes tópicos da agenda ambiental, com destino a agregá-las para sua política, é estipulado essencial (pelos mesmos motivos já citados no segmento 1 do artigo). Esse sobrecarregamento (em relação ao tempo e presteza que é exigido) pode gerar em diversos



problemas para a companhia, entre eles o *Greenwashing*, já que a demanda da empresa por estes aspectos muitas vezes ultrapassa o que de fato ela pode permitir-se.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vivência e comportamento da população está em constante mudança, e com os fatores de mudança climática, crise hídrica e energética mundial, poluição, desmatamento e entre outros, a mentalidade da população global foi se adaptando e se transformando até que se tornou um paradigma o bom senso da questão ambiental. Esta considerável questão, que refletia na população, acadêmicos e cientistas internacionalmente, foi levada a reuniões de líderes globais para tratar de uma solução para tais problemas. Os efeitos de conferências como Conferência de Estocolmo (1972), ECO-92 (1992), Rio+20 (2012) etc., resultaram na politização global do meio ambiente, algo que também foi suportado por profissionais e técnicos no mundo inteiro. Em consequência destes eventos, estes ideais, com o tempo, se tornou um paradigma na população

Previamente as demais empresas dispunham consideração mínima ou nula sobre o meio ambiente ou questões ambientais, algo que para eles não era relevante já que não auxiliava nos lucros corporativos. Com a introdução de políticas ambientais através de regulações e mudança do comportamento e mentalidade dos consumidores, as empresas notaram que as que praticam a política ambiental e conscientização verde em seus produtos, ações etc. geram mais lucro do que as que não, mesmo que estas ações geram mais gastos para a corporação. Logo, nasce o marketing verde que inclui os princípios ambientais dentro no fator econômico e financeiro empresarial, gerando lucros ou aumento das vendas de seus produtos. Empresas nas quais não praticam o marketing verde ou o usa de forma desleal, enfrentam resistência na aceitação de seus produtos quanto mais o mercado consumidor se torna consciente.

A investigação entre as empresas, feita pelo formato de pesquisa na página de suas lojas eletrônicas em rede mundial pública foi realizada de forma imparcial de caráter totalmente investigativo/científico. Observa-se que todas as do presente estudo possuem estratégias de marketing verde semelhantes. As poucas diferenças observadas entre este marketing em seus produtos estão no apelo em que foi inserido. Como comentado acima, a priori, a empresa busca um foque no maior público de clientes fidelizados compradores de seus produtos, e é embasado nesta análise empresarial que a companhia muda seu apelo.

Entretanto, é possível verificar logo na capa de seus sites a publicidade de alguns produtos de marketing verde, como no caso da Natura e O Boticário. As duas empresas

apresentaram explicitamente a campanha verde em seus sites. Todavia, é importante ressaltar que só porque uma empresa não mostra, na página inicial de sua loja online, marketing verde não significa que ela não aplica políticas relacionadas ao meio ambiente ou sustentabilidade, porém o oposto também pode acontecer (*Greenwashing*).

## REFERÊNCIAS

BRITO, G. F. *et al.* Biopolímeros, polímeros biodegradáveis e polímeros verdes. **Revista Eletrônica de Materiais e Processos**, v. 6, n. 2, 2011, p. 127-139.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona Psicologia, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BUSCHER, J.G. Design de Identidade Visual para Linha de Produtos Biodegradáveis de Limpeza Doméstica. **UniRitter**, 2012, p. 3-92.

CARAPETO, C. **Poluição das águas: causas e efeitos**. Universidade Aberta, 1999.

CONSTANT, P.; BELTRÃO L.; STRINGHETA, P.C.; SANDI, D. Corantes alimentícios. **Boletim do Centro de Pesquisa de Processamento de Alimentos**, v. 20, n. 2, 2002.

DOMINGUES, M.S.; BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & sociedade**, v. 15, 2012, p. 1-22.

GALERANI, J. Formação, estruturação e implementação de aliança estratégica entre empresas cooperativas. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 1, 2003, p. 1-16.

GONZAGA, C.A.M. Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática. **Floresta**, v. 35, n. 2, 2005.

JACQUES, R.J.S; BENTO, F.M; CAMARGO, F.A. O. (2007). Biodegradação de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos. **Ciência e Natura**, v. 29, n. 1, p. 7-24.

KIRON, D. *et al.* **The innovation bottom line**. **MIT Sloan Management Review**, v. 54, n. 3, 2013, p. 22.

LOPES, V. N.; PACAGNAN, M. N. Marketing verde e práticas socioambientais nas indústrias do Paraná. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 49, 2014, p. 116-128.

MACHADO, C. J. S. *et al.* Legislação ambiental e degradação ambiental do solo pela atividade petrolífera no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, 2013.

MALLET, R. K. Eco-guilt motivates eco-friendly behavior. **Ecopsychology**, v. 4, n. 3, 2012, p. 223-231.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: <https://jbb.ibict.br/handle/1/494>. Acesso em: 30 maio 2022.

MONTAÑO, M. *et al.* Integração de critérios técnicos, ambientais e sociais em estudos de alternativas locais para implantação de aterro sanitário. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 17, 2012, p. 61-70.

OLEINIK, E.; CRISTINE, E.; Gaertner, G. O BOTICÁRIO – UMA MARCA DE SUCESSO. **2MB Comunicação Integrada**, 04 de fev. de 2014. Blog do 2ºano, 2021. Disponível em: <https://2mbcomunicacaointegrada.wordpress.com/2014/04/02/o-boticario-uma-marca-de-sucesso/>. Acesso em: 30 maio 2022.

OLIVEIRA, A.M. de *et al.* Marketing Verde: Um diferencial competitivo adotado pelas empresas. **Rev. Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, MS – Volume 12 – Número 1 – Ano 2015. Disponível em: <http://revistaconexao.aems.edu.br>. Acesso em : 30 maio 2022.

PACHECO, F. Energias Renováveis: breves conceitos. **Conjuntura e Planejamento**, v. 149, 2006, p. 4-11.

PAIVA, O. J. M. de. **Estudo ecotoxicológico de medicamentos e outros químicos de Farmácias**. 2009. Tese de Doutorado (Doutorado em em Toxicologia e Ecotoxicologia) - Departamento de Biologia, Universidade de Aveiro, 2009. Disponível em: 02 junho 2022.

PASSOS, P.N.C de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009.

PAVIANI, G.A. Greenwashing: o falso marketing e a responsabilidade civil em relação ao consumidor. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, 2019, p 76-91.

SACCO, F. Avon, O Boticário e Natura empatam como Top Cosmético, Iniciativas voltadas à pluralidade e à inclusão pautam atuação das marcas líderes do Top Higiene & Beleza, 2022. Disponível em: <http://www.elogica.com.br/users/gmoura/refere.html>. Acesso em: 30 mai 2022.

SANTOS, J. R. da; ABREU, N.R de, BALDANZA, R.F. O impacto do marketing verde nas indústrias sucroalcooleiras de Alagoas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, 2009, p. 311-330.

SBARDELOTTO, B.; FROEMMING, L. M. S; SBARDELOTTO, M (2016). A Representação do Marketing Verde Sob a Ótica dos Consumidores de Cosméticos. In: **XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**, USC, 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvimostrappgga/paper/view/4741/1704>. Acesso em: 02 junho 2022.

74% DAS EMPRESAS adotam sustentabilidade para reforçar imagem e reputação. **Revista Nós – Ação Social das Empresas**, 2019. Disponível em: <https://nos.insightnet.com.br/74-das-empresas-brasileiras-adotam-sustentabilidade-para-reforcar-imagem-e-reputacao/>. Acesso em: 30 maio 2022.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@S Revista Eletrônica**, Vol.17. No 1, 2015.

SILVA, D. H. da. Protocolos de Montreal e Kyoto: pontos em comum e diferenças fundamentais. **Revista brasileira de política internacional**, v. 52, n.2, 2009, p. 155-172. doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200009>.

SILVA, P. C. D.; ALMEIDA, M. C. Green energy in the light of metaphors and metonymia in environmental sustainability discourses. **International Journal of Language & Linguistics** (online), v. 7, 2020, p. 46-58.

SHEEHAN, K. B.; LEE, J. What's cruel about cruelty free: An exploration of consumers, moral heuristics, and public policy. **Journal of Animal Ethics**, v. 4, n. 2, 2014, p. 1-15.

SOUZA, J. C. Reciclagem e sustentabilidade: a importância da logística. **XI Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha**, 2008, p. 140-156.

TAUK, S. M. Biodegradação de resíduos orgânicos no solo. **Brazilian Journal of Geology**, v. 20, n.1, 1990, p. 299-301.

VERGARA, S. C. **Método de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WADT, P. G. S. Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas. **Embrapa Acre-Documentos (INFOTECA-E)**, 2003. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/498802>. Acesso em: 02 junho 2022.

WINDERS, D. J. Combining reflexive law and false advertising law to standardize cruelty-free labeling of cosmetics. **NYUL Rev.**, v. 81, 2006, p. 454.

XAVIER, R. N.; CHICONATTO, P. O Rumo do Marketing Verde nas Organizações: Conceito, Oportunidades e Limitações. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)** - ISSN 2177-4153, v. 12, n. 1, 2014, p. 133-147.

# CAPÍTULO 8

## TREINAMENTO COMO ESTRATÉGIA MOTIVACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES

Sílvia Danizete Pereira Barbosa

### RESUMO

Este trabalho se apresenta como uma revisão de literatura na qual realizamos um estudo sobre o conceito de organizações, colaboradores, motivação, engajamento, estratégias organizacionais, treinamento e desenvolvimento para estabelecer as relações que existem entre eles. Possuindo como objetivo a apresentação de uma reflexão sobre a utilização de técnicas de treinamento e desenvolvimento como estratégia que viabilize a motivação dos colaboradores, fazemos aqui uma introdução ao tema, apresentamos a revisão bibliográfica e descrevemos nas considerações finais a importância dos gestores pensarem em investimentos que proporcionem o aumento da motivação dos colaboradores adotando programas de treinamento e desenvolvimento de forma contínua, encarando esses investimentos como estratégias motivacionais para maior desempenho organizacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estratégia. Motivação. Treinamento e Desenvolvimento.

### INTRODUÇÃO

Atualmente é evidente que as empresas dependem de seus recursos humanos para se tornarem cada vez mais competitivas no mercado e, pautando-se nessas premissas, este artigo objetiva apresentar uma reflexão sobre a utilização de técnicas de treinamento e desenvolvimento como estratégia que viabilize a motivação dos colaboradores e um aumento no desempenho organizacional.

Os gestores precisam estar sempre atentos às mudanças que ocorrem no ambiente organizacional e compreenderem que os aspectos motivacionais sozinhos não são capazes de promover o engajamento dos colaboradores no alcance de metas da empresa, pois “por mais motivada que a pessoa esteja, seu desempenho ficará prejudicado se ela não tiver capacidade física, técnica ou intelectual necessária para levar seu cabo a intento”, ou seja, por mais que haja motivação, é necessário que os colaboradores possuam as habilidades e conhecimentos necessários para desenvolver suas atividades laborais (VIZIOLLI, 2010, p. 135).

Corroborando com esse pensamento, Marras (2009) argumenta que o treinamento promove uma mudança em cada trabalhador agregando um conjunto composto por novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

É pelo treinamento que o homem se desenvolve profissionalmente, projetando-se socialmente, alavancado pelas melhorias econômicas que consegue como resultado de sua ascensão profissional. Trabalhadores em ascensão, satisfeitos e motivados transformam os ambientes das organizações, deixando-os apropriados para atingir a excelência em termos de desenvolvimento organizacional (MARRAS, 2009, p. 148).

Pautando-se nesses pressupostos e em outros autores, este trabalho foi desenvolvido metodologicamente como uma pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva que busca relacionar técnicas de treinamento e desenvolvimento de colaboradores com as estratégias motivacionais que podem ser adotadas pelas organizações vislumbrando melhor desempenho organizacional e conseqüentemente maior competitividade no mercado.

Nas considerações finais são realizadas breves reflexões sobre o material bibliográfico apresentado e as possibilidades de efetividade das estratégias em ambiente organizacional.

## **AS ORGANIZAÇÕES E SEUS RECURSOS**

Para se elaborar uma reflexão sobre a motivação dos colaboradores e suas relações com a utilização de treinamentos se faz necessário compreender como são constituídas as organizações e como seus recursos podem influenciar no desempenho.

Dessa forma serão elencados os conceitos de organizações, colaboradores, motivação e engajamento para posteriormente relacioná-los entre si.

### **Organizações**

Para se compreender as empresas como organizações deve-se apreender que

As organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos), intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos. Isso significa que as organizações são propositada e planejadamente construídas e elaboradas para atingir determinados objetivos, e também são reconstruídas, isto é, reestruturadas e redefinidas, na medida em que os objetivos são atingidos ou na medida em que se descobrem meios melhores para atingi-los com menor custo e menor esforço (CHIAVENATO, 2002, p. 31)

Nessa perspectiva é possível dizer que as organizações são “entidades dinâmicas, em contínuo movimento” (Coltro, 2015, p. 26), que podem passar por diversas mudanças ao longo de sua existência, seja por influência do contexto no qual estão inseridas (ambiente externo) ou pela cultura organizacional (ambiente interno).

As empresas constituem exemplos típicos de *organizações lucrativas*. Qualquer definição de empresa deve considerar necessariamente o objetivo de lucro. *Empresa* é todo empreendimento humano que procura reunir e integrar recursos humanos e não humanos (como recursos financeiros, físicos, tecnológicos, mercadológicos, etc.) no sentido de alcançar objetivos de *auto-sustentação* e de *lucratividade*, através da produção e comercialização de bens ou de serviços (CHIAVENATO, 2002, p. 32).

As organizações precisam ter finalidades e objetivos específicos determinados. Após os objetivos serem aceitos oficialmente pela organização eles serão apresentados/comunicados aos seus colaboradores por meio de documentos oficiais como estatutos, relatórios anuais, atas de assembleias, reuniões de pronunciamento com seus gestores, etc. Para que os objetivos sejam estabelecidos é necessário que os gestores considerem toda a estrutura do ambiente organizacional, “pois o ambiente é a fonte de recursos que as organizações têm e que lhes proporciona oportunidades e ameaças, além de influenciar nas diversas decisões estratégicas que os executivos devem tomar (COLTRO, 2015, p. 30).

Viziolli (2010) explica que é fundamental saber como se definir os objetivos, uma vez que eles precisam estabelecer metas realistas, ser organizados hierarquicamente, ser consistentes e estabelecidos de modo quantitativo sempre que for possível. É válido ressaltar que existem três níveis de planejamento nas empresas:

Planejamento estratégico – é feito pelos líderes que estão no nível institucional da organização, como presidente e vice-presidentes, ou ainda os diretores. Concentra-se em objetivos gerais e de longo prazo.

Planejamento tático – é realizado pelos líderes que ocupam o nível tático ou intermediário da organização; em algumas empresas, são os diretores e, em outras, os gerentes. E nesse nível que surgem o planejamento de marketing, de vendas, de produção e o de recursos humanos. O planejamento tático faz a ponte entre os objetivos estratégicos e sua execução operacional, com foco no médio prazo. Delineia objetivos mais específicos e detalhados que os do planejamento estratégico, mas não entra em tantas minúcias quanto ao operacional.

Planejamento operacional – é feito pelos líderes do nível operacional, que podem ser gerentes em algumas organizações e, em outras, supervisores ou coordenadores. É nesse nível, focado no curto prazo, que são decididos o cronograma de cada ação e a atuação específica de cada pessoa (VIZIOLLI, 2010, p. 36).

Compreendendo que as empresas são instituições que possuem objetivos e que precisam de planejamento para que eles sejam alcançados, nunca se pode esquecer que serão os colaboradores os responsáveis pela execução das operações da organização e estes precisam estar comprometidos e alinhados com os objetivos e metas estabelecidos.

## **Os colaboradores**

Os colaboradores podem ser definidos como pessoas que, historicamente têm sido tratadas pelas organizações como insumos. No entanto, com as grandes pressões que os processos de globalização vêm provocando no contexto externo, as empresas têm demandado cada vez mais pessoas com facilidade de adaptação, comprometidas com o negócio, que estão em constante atualização e em processo de aperfeiçoamento e aprimoramento contínuo (DUTRA, 2009).

É importante compreender que as empresas dependem das pessoas “para proporcionar-lhes o necessário planejamento e organização, para dirigi-las e controlá-las e para fazê-las operar e funcionar (CHIAVENATTO, 2002, p. 73).

Outro ponto a destacar é que as pessoas não são selecionadas para executarem seu trabalho de maneira objetiva e previsível, mas sim na sua capacidade de entrega. [...] Sejam quais forem as atividades a serem realizadas pela gestão de pessoas em uma empresa, um dos pontos mais relevantes a destacar é que os gestores devem estar atentos as suas equipes (OLIVEIRA, 2018, p. 8).

Diante dessas premissas pode-se entender que para ter colaboradores que realmente sejam comprometidos os processos de recrutamento e seleção devem buscar a pessoa ideal para ocupar um cargo disponível na organização, mas, para muito além disso, o processo de socialização precisa oferecer suporte para apreensão da cultura organizacional e viabilizar o alinhamento entre as competências do novo colaborador com os objetivos organizacionais.

Para Lessa (2020) atingir um nível de comprometimento que seja capaz de estabelecer o envolvimento do funcionário com foco intenso nas tarefas realizadas consiste em cultivar uma força de trabalho motivada com envolvimento emocional e satisfação com o trabalho.

### **Motivação e engajamento**

A motivação pode ser definida como o impulso ou desejo que um indivíduo tem para realizar suas tarefas. Desse modo, podemos dizer que é a motivação para realizar uma determinada tarefa que define se um indivíduo consegue completar tal tarefa conforme seus requisitos ou não. É possível dizer ainda que, “a ausência de motivação pode gerar um desempenho insuficiente ou à perda de competitividade, resultando, conseqüentemente, na perda de recursos para uma organização” (LESSA, 2020, p. 1).

Para Vergara (2009) a motivação é intrínseca e ninguém é capaz de motivar os outros, porém, o meio externo (pessoas, organizações e ambientes) pode estimular e incentivar a motivação do indivíduo. Para que um gestor consiga lidar com esses princípios ele precisa não só entender como acontece a motivação, mas também, necessita lidar com as diferenças entre as pessoas (valores, necessidades, famílias, cultura, formação profissional) pois, o que condiciona a motivação são as histórias de vida de cada um.

Como somos diferentes uns dos outros, nossas motivações também o são. Alguém pode sentir-se predominantemente motivado por fatores econômico-financeiros e todas as suas possibilidades em termos de aquisição de bens e serviços. Se o trabalho lhe proporciona benefícios dessa ordem, é possível que nele encontre significado. Outro pode sentir-se predominantemente motivado pelo desejo de ser saudável, de ser amado, de sentir-se competente, de ser reconhecido, de participar de decisões, de realizar tarefas intrinsecamente desafiadoras ou outra coisa qualquer. Se o trabalho



proporciona benefícios dessa ordem, é possível que nele encontre significado (VERGARA, 2009, p. 66).

Desse modo é possível compreender que a motivação dos colaboradores deve ser incentivada adotando-se estratégias que sejam capazes de propiciar processos de aprendizagem organizacional, tanto individuais quanto coletivas, viabilizando inovação e competitividade.

## **ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS**

Independentemente do ramo de atividade as organizações precisam desenvolver estratégias para crescerem e se manterem competitivas no mercado. Campos (2016, p. 20) define que “a estratégia é a visão futura da organização, mas também sua base, pois é a partir dela que a gestão deve traçar seu planejamento, suas metas e seus objetivos para que todos os envolvidos possam saber onde estão e aonde querem chegar”.

As estratégias organizacionais podem ser diversas e adotadas conforme o contexto no qual se insere cada empresa, no entanto, para Sertek, Guindani e Martins (2011) existem ferramentas e modelos estratégicos que podem ser utilizados para que os estrategistas possam tomar decisões genéricas de atuação para implementar suas estratégias como a Matriz BCG, a Matriz GE, a Análise SWOT, a Matriz de Ansoff, entre outras.

Partindo-se do pressuposto que as estratégias empresariais são concebidas pela alta direção para que a organização consiga atingir seus objetivos Sertek, Guindani e Martins (2011) apresentam cinco estratégias abrangentes que podem ser adotadas pelas empresas: estratégia de estabilidade, estratégia de crescimento, estratégia de diversificação, estratégia de redução de despesas e estratégia de desinvestimento.

Cada uma dessas estratégias apresentam formas específicas de atuação no mercado e demandam uma “gestão capaz de adaptar, integrar e reorganizar habilidades, recursos e competências funcionais internas e externas” (Sertek, Guindani e Martins (2011, p. 176). Baseando-se nesses princípios, é possível pensar em metodologias que sejam capazes de motivar os colaboradores no processo de implementação das estratégias a serem adotadas, pois, a execução de todos os processos se dá em nível operacional, enquanto o planejamento e o direcionamento das tarefas ficam nos níveis estratégico e tático.

**Figura 1:** Níveis do planejamento.



**Fonte:** <<https://andersonferreira.eng.br/gestao-estrategica-e-gestao-de-projetos-como-fazer/>>

Tomando-se como base a execução das estratégias no nível operacional e levando-se em consideração que a busca por melhoria contínua demanda políticas de treinamento e desenvolvimento organizacional é possível inferir que adotar um sistema que promova aprendizagem contínua seja capaz de motivar os colaboradores a atingir os objetivos e metas estabelecidos no planejamento estratégico.

### **Treinamento e desenvolvimento**

Para falar em treinamento e desenvolvimento é necessário compreender que se trata de processos que se desenvolvem por meio da aprendizagem, seja ela individual ou organizacional. A aprendizagem, por sua vez pode ser definida como “o processo pelo qual as pessoas adquirem conhecimento sobre seu meio ambiente e suas relações durante o próprio tempo de vida” (CHIAVENATO, 2002, p. 491). Em termos mais específicos, a aprendizagem em contexto organizacional acontece quando um indivíduo atinge uma mudança de comportamento em resposta a uma experiência anterior, podendo acontecer formalmente ou não.

Autores como Chiavenato (2002), Marras (2009) e Vizioli (2010) acreditam que os objetivos primordiais do treinamento perpassam o alcance dos objetivos organizacionais, podendo ser destacadas a preparação de pessoal para a execução imediata das diversas tarefas do cargo; a construção de oportunidades para o contínuo desenvolvimento das pessoas tanto em seus cargos atuais quanto em funções futuras e; a mudança de atitude das pessoas, criando um

clima mais satisfatório entre empregados, aumentando a motivação e até mesmo tornar os colaboradores mais receptivos às mudanças e a técnicas implementadas pela supervisão e da gerência.

O primeiro efeito dos programas de treinamento e desenvolvimento (T&D) na equação do desempenho é evidente: eles elevam a capacidade do funcionário. Mas isso não é tudo; o T&D também é capaz de mexer na outra parte da equação, a da motivação.

Isso ocorre por vários motivos. Em primeiro lugar, o T&D é uma forma de a empresa reconhecer o valor das pessoas, na medida em que demonstra interesse em investir nelas. Em segundo lugar, o T&D também representa um desafio e uma saudável quebra de rotina. Por fim, os programas de T&D podem estar articulados a outras iniciativas, como o estabelecimento de metas ou planos de recompensas, contribuindo, assim, para integrar as estratégias de motivação e retenção (VIZIOLLI, 2010, p. 148-149).

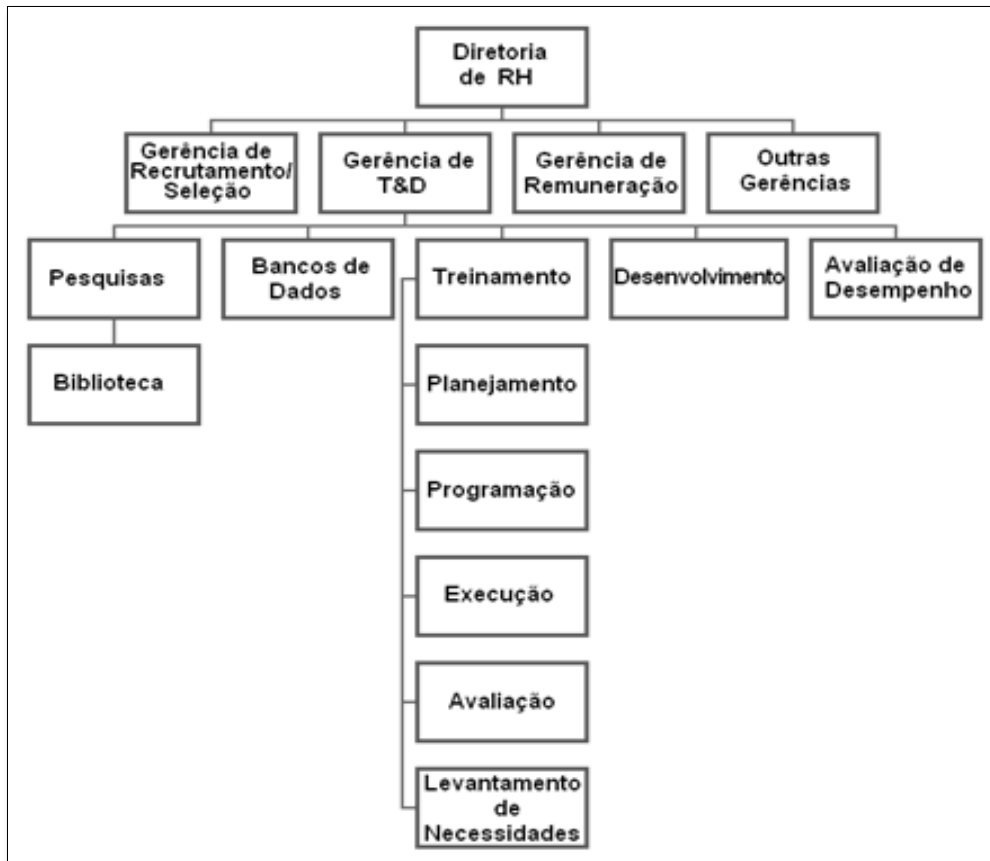
Podemos dizer que o desenvolvimento profissional dos colaboradores consegue gerar a capacidade deles agregarem valor à organização, pois diante de novas aprendizagens eles irão construir competências e capacidades para lidar com “atribuições e responsabilidades de maior complexidade” (DUTRA, 2009, p. 130).

Ao pensarmos em treinamento como técnica e ação para o desenvolvimento dos colaboradores devemos sempre compreender que “ações de desenvolvimento devem ser definidas com base nas necessidades de cada pessoa em particular e na premissa de ajudar a pessoa a mobilizar seus pontos fortes” para se desenvolver de modo contínuo (DUTRA, 2009, p. 152).

Essa mobilização organizacional para o processo de desenvolvimento dos colaboradores vai de encontro ao entendimento dos pressupostos de que colaboradores motivados nem sempre serão capazes de atingir as metas organizacionais, pois, se os colaboradores não tiverem suporte para o desenvolvimento de suas capacidades técnicas e intelectuais para realizar suas tarefas o desempenho será prejudicado (VIZIOLLI, 2010).

Para Marras (2009) a área de treinamento e desenvolvimento se apresenta como um dos subsistemas mais importantes da administração de recursos humanos. A estruturação dessa área depende tanto do porte da empresa quanto do número de colaboradores, de modo que empresas de médio e pequeno portes pode não apresentar os mesmos subsistemas de organizações maiores como o apresentado no organograma a seguir:

Figura 2: Modelo de Organograma de T&D.



Fonte: < <https://docplayer.com.br/126083-Treinamento-e-desenvolvimento-nas-organizacoes-ludmila-louzeira-de-salles-silvia-leticia-pinto-carvalho-de-faria.html>>.

Levando-se em consideração que treinamento e desenvolvimento são capazes de viabilizar um aumento na produtividade e melhores condições para a flexibilidade e adaptação às mudanças, é possível compreender também que

É pelo treinamento que o homem se desenvolve profissionalmente, projetando-se socialmente, alavancado pelas melhorias econômicas que consegue como resultado de sua ascensão profissional. Trabalhadores em ascensão, satisfeitos e motivados transformam os ambientes das organizações, deixando-os apropriados para tingir a excelência em termos de desenvolvimento organizacional (MARRAS, 2009, p. 148).

Diante dessas premissas é possível compreender que o desenvolvimento de um subsistema de T&D nas organizações viabiliza não só maior competitividade organizacional e melhores práticas de gestão do conhecimento, mas também o estabelecimento de estratégias motivacionais capazes de incentivar os colaboradores, uma vez que ao participarem de programas contínuos de desenvolvimento irão integrar os novos conhecimentos na empresa e terão maiores possibilidades de ascensão e reconhecimento.

## **METODOLOGIA**

Para descrever os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa necessita-se primeiramente classifica-la explanando que quanto à sua abordagem define-se como uma pesquisa qualitativa, pois não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com a compreensão de um determinado fato (MINAYO, 2014).

Para Silveira e Córdova (2009, p. 32) “pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas”, não se importando também com a submissão dos fatos à prova, pois leva-se em consideração que a análise dos dados se vale de abordagens diversas.

No que se refere aos objetivos classifica-se como descritiva, tendo-se em vista que busca descrever relações entre motivação de colaboradores e as estratégias de treinamento e desenvolvimento aplicadas pelos gestores. De acordo com Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Em relação aos procedimentos técnicos utilizados este trabalho se apresenta como uma pesquisa bibliográfica, pois se desenvolve baseando em material já produzido “constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44). Exemplos típicos desse tipo de pesquisa são investigações acerca de ideologias e também pesquisas que têm como propósito analisar posições diferentes de um determinado problema (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009).

Para desenvolver o material aqui apresentado foram utilizados livros com temas relacionados à gestão de pessoas nas organizações e diante de todo o material pesquisado e do texto desenvolvido chegou-se às considerações finais, que apresentam uma síntese da investigação conjugada com as percepções e compreensões desta proponente acerca do tema trabalhado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo se propôs a analisar as relações entre treinamento e desenvolvimento de colaboradores nas organizações e suas relações com os aspectos motivacionais baseando-se em autores e publicações que apresentam esses conceitos de forma inter-relacionada.

Diante das leituras e da elaboração do arcabouço teórico aqui apresentado é possível compreender que a motivação dos colaboradores dentro das organizações pode se dá de várias

formas, pois nem sempre serão as ações desenvolvidas pela empresa que serão capazes de impulsioná-los rumo aos objetivos e a busca pelo crescimento pessoal e organizacional. No entanto, os gestores podem e devem entender que a aplicação de um sistema de T&D não pode ser considerado custo, mas sim investimento.

Investir nas pessoas é uma forma de adotar estratégias que viabilizem o crescimento organizacional, a gestão do conhecimento e a implementação de um programa de gestão de competências capaz de impulsionar os colaboradores a buscarem cada vez mais o crescimento na carreira e a satisfação pessoal diante do reconhecimento advindo de suas novas habilidades e atitudes adquiridas/desenvolvidas.

Sabemos que a gestão de pessoas tem buscado, cada vez mais, novas formas de integrar as competências dos colaboradores ao desempenho organizacional desenvolvendo e implantando estratégias que viabilizem essa concretização. Podemos então inferir que a implementação de um programa de treinamento e desenvolvimento contínuo dentro das empresas se configura como uma estratégia motivacional para os colaboradores, pois à medida que ampliam seus conhecimentos e vislumbram a possibilidade de aplicá-los no ambiente de trabalho conseguem reconhecimento e maior credibilidade em relação às responsabilidades praticadas e às competências desenvolvidas.

Diante do exposto podemos concluir que adotar um sistema de treinamento e desenvolvimento dos colaboradores se configura como uma estratégia capaz de impulsioná-los e guiá-los ao melhor desempenho de suas tarefas, gerando motivação para o trabalho cotidiano e satisfação pelo reconhecimento advindo do engajamento com os objetivos organizacionais. Sendo assim, a implementação de um sistema de treinamento e desenvolvimento contínuo pode ser entendida como uma estratégia para motivar os colaboradores dentro das empresas.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, L. M. F. **Administração estratégica: planejamento, ferramentas e implantação.** Curitiba: Inter Saberes, 2016.

CHICAVENATO, I. **Recursos Humanos.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

COLTRO, A. **Teoria Geral da Administração.** Curitiba: Inter Saberes, 2015.

DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas.** São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- LESSA, B. de S. **Coaching e Carreira** (recurso eletrônico). Porto Alegre: SAGAH, 2020.
- MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MODELO de organograma de T&D. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/126083-Treinamento-e-desenvolvimento-nas-organizacoes-ludmila-louzeira-de-salles-silvia-leticia-pinto-carvalho-de-faria.html>>. Acesso em 28/10/2021.
- NÍVEIS de planejamento. Disponível em: <<https://andersonferreira.eng.br/gestao-estrategica-e-gestao-de-projetos-como-fazer/>> . Acesso em 28/10/2021.
- OLIVEIRA, L.Y. M. de. **Gestão de pessoas** (recurso eletrônico). Revisão técnica: Igor Baptista de Oliveira Medeiros. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
- SERTEK, P.; GUINDANI, R. A.; MARTINS, T. S. **Administração e planejamento estratégico**. 3.ed. Curitiba: Ibplex, 2011.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F.P. Unidade 2 – A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 31-42.
- VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- VIZIOLLI, M. **Administração de RH**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

# CAPÍTULO 9

## PROCUSTOS NEURÓTICOS DA NOVIDADE CIENTÍFICA

Nelson Hein  
Adriana Kroenke  
André Luis Korzenowski

### RESUMO

Devido ao fácil acesso aos métodos estatísticos sofisticados, via pacotes computacionais, e ao elevado volume de dados, disponíveis em sítios específicos, pesquisas vem sendo conduzidas sem senso de responsabilidade devido à falta de conhecimento das técnicas envolvidas e conceito intuitivo subjacente. Este tutorial vem no sentido de advertir estudantes, pesquisadores e professores sobre a responsabilidade da prática *quantum satis* no uso da estatística em publicações científicas. Dado a extensa gama de técnicas possíveis de serem abusadas em seu uso, elegeu-se a Máxima Verossimilhança de Fisher para servir de escopo ao que se quer evidenciar, corrigir e realinhar. Com efeito, o objetivo do artigo é explorar de forma didática o método da máxima verossimilhança ao investigador pouco familiarizado com métodos matemáticos avançados e conhecimentos estatísticos profundos. É feito um relato histórico dos personagens e fatos envolvidos em seu desenvolvimento e uma aplicação do método em uma situação real em que foi usada a regressão logística binária. Por último, são indicadas sugestões e cuidados a serem tomados na amostragem, na organização, na execução dos testes, na leitura e compreensão dos resultados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estatística. Máxima Verossimilhança. Regressão Logística. História da Estatística.

### INTRODUÇÃO

O volume de pesquisas quantitativas na área de Administração e em suas subáreas tem crescido. Publicações cada vez mais elaboradas quantitativamente e justificadas estatisticamente tem dominando a literatura aderente.

O emprego de testes cada vez mais sofisticados e extensos, fogem por vezes do escopo necessário dado a cada item da pesquisa. Uso indevido de métodos, exageros de testes, tabelas coalhadas de informação em forma de notas, tem sido recorrente em publicações provisórias e permanentes.

Infelizmente, nem sempre é possível (nem ético) sugerir o uso do bom senso para controlar excessos cometidos por investigadores. Por outro lado, estes investigadores muitas vezes não dominam, nem compreendem técnicas utilizadas, justificando resultados baseados em trabalhos similares ou incentivados por modismos de ‘pirotecnia estatística’ de época (GUTTMANN, 1979).



É desnecessário pensar que criar uma equipe de vigilância prévia seria anódino ao fenômeno aqui descrito. Até por que a explicação extensiva de cada uma das técnicas que são apresentadas em artigos na atualidade é encontrada em livros. Costumeiramente são consideradas páginas viradas na literatura estatística, o que não pode ser entendido como sendo de pleno domínio dos investigadores da área de Administração.

Nem sempre é possível dar respostas curtas e diretas às dúvidas dos pesquisadores que possuem como objeto não a técnica, mas algum conceito aderente à área. Exigir tal preocupação é similar a exigir de um médico que soubesse em pormenores o funcionamento de um equipamento de radiografia.

Algumas vezes é possível oferecer entendimento, por meio de alguma metáfora, a alguma dúvida pontual sobre alguma dúvida no campo quantitativo. Um exemplo disso é responder por que do tamanho da amostra não crescer proporcionalmente com o tamanho da população. Sem adentrar aos por menores da amostragem, é possível contrapor que o tamanho da colher, para saber o nível de salinidade de um prato um prato em cocção, é indiferente ao tamanho da panela em que ocorre o preparo.

Outras vezes é complicado eliminar rotinas e fetiches enraizados no histórico do pesquisador que atua, muitas vezes, como um ‘procusto neurótico da novidade científica’, expressão esta cunhada por Souza (1996, p.116). Exemplos típicos são p-valor inferior a 5%, exclusão de dados fora de série (*outliers*) da análise por meio do critério dos três desvios padrão, o uso inadequado da substituição de Winsor (*winsorização*), aceitação de hipóteses ao invés da sua não rejeição, entre outros pontos igualmente mal-empregados e incorretamente interpretados (TUKEY, 1962; REICHMANN, 1965).

Este espaço é insuficiente para abordar todos os conceitos que são tratados nas pesquisas correntes. Para sanar pelo menos um item que segue mal-entendido e é tratado como se fosse uma técnica de fácil traquejo matemático, conceitualmente óbvia e de solução lhana, optou pela máxima verossimilhança.

Assim, o texto pretende responder a seguinte questão: qual a serventia e funcionamento do método de máxima verossimilhança? O conceito da função de verossimilhança, desenvolvido por Fisher (PEÑA, 1986), é um dos mais importantes no estudo de inferências estatísticas. Esta função é definida partindo da distribuição conjunta da amostra.

A descrição de um problema de inferência estatística surge em distintas situações em pesquisas empíricas. No contexto deste artigo serão considerados especificamente os problemas

de estimação e o teste de hipóteses. Em ambos os casos a abordagem destes problemas é altamente independente da natureza da informação *a priori* que se presume possuir acerca da distribuição da população.

O objetivo do artigo é explorar de forma didática o método da máxima verossimilhança ao investigador pouco familiarizado com métodos matemáticos avançados e conhecimentos estatísticos profundos.

Seguramente, pesquisadores cujos conhecimentos ultrapassam a profundidade do artigo que se apresenta são convidados à reflexão por meio dele para compreender e respeitar as dificuldades por aqueles rasos no assunto. Em última instância, que indiquem este material para os menos entendidos.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em uma pesquisa empírica, uma vez definidos a questão de pesquisa, seus objetivos, hipóteses e métodos de análise segue para a coleta de dados. Antes que se tenha feito qualquer experimento com o conjunto de observações  $X_1, X_2, \dots, X_n$ , em que cada  $X_i$  é um conjunto de dados a respeito de uma variável levantada dos elementos de uma amostra. Estas variáveis podem ser concebidas como  $n$  variáveis aleatórias independentes tendo cada uma delas uma mesma função de distribuição  $f(x)$ .

O investigador menos familiarizado, ou mesmo aquele que não se sente atraído por este tipo de introdução provavelmente abandone a discussão neste ponto motivado (ou desmotivado) pela simbologia e termos empregados. Com efeito, sem perda de generalidade será empregado um exemplo para desenvolver o conceito sem insistir no formalismo matemático.

Imagine-se uma pesquisa realizada junto aos alunos formandos em uma universidade sobre a intenção deles em continuar seus estudos em nível *Stricto Sensu*. A tabela a seguir apresenta as respostas de um conjunto de 10 alunos. Suponha-se que o resultado do levantamento tenha sido conforme dados da Tabela 01:

**Tabela 01:** Intenção de continuidade em estudos *Stricto Sensu* dos formandos da IES-X.

Aluno	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Situação	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: Autoria própria, 2020.

Com base nos dados tabelados percebe-se que 6 dos 10 consultados responderam ‘sim’ e outros 4 contestaram ‘não’. Deste modo  $\frac{6}{10} = 60\%$  tencionam continuar seus estudos

enquanto  $\frac{4}{10} = 40\%$  não pretendem fazê-lo. Por meio de uma simples contagem tem-se uma probabilidade de ‘sim’ e outra ‘não’.

Por outro lado, seja  $p$  o parâmetro da intenção de continuidade dos estudos entre o grupo de formandos. Em outras palavras, o parâmetro  $p$  é a probabilidade baseada no levantamento:

$$\underbrace{p}_{\text{sim}} \times \underbrace{p}_{\text{sim}} \times \underbrace{p}_{\text{sim}} \times \underbrace{(1-p)}_{\text{não}} \times \underbrace{(1-p)}_{\text{não}} \times \underbrace{p}_{\text{sim}} \times \underbrace{(1-p)}_{\text{não}} \times \underbrace{p}_{\text{sim}} \times \underbrace{p}_{\text{sim}} \times \underbrace{(1-p)}_{\text{não}}$$

De forma compacta pode-se resumir a expressão em:  $p^6 \times (1-p)^4$ . Tomando esta expressão como sendo uma função  $f(p) = p^6(1-p)^4$ . Como o valor de  $p$  é uma probabilidade, este irá se encontrar entre 0 e 1, ou seja,  $p \in [0,1]$ . O gráfico desta função é apresentado na Figura 01.

Tomando a função em análise e extraindo seu logaritmo natural tem-se:

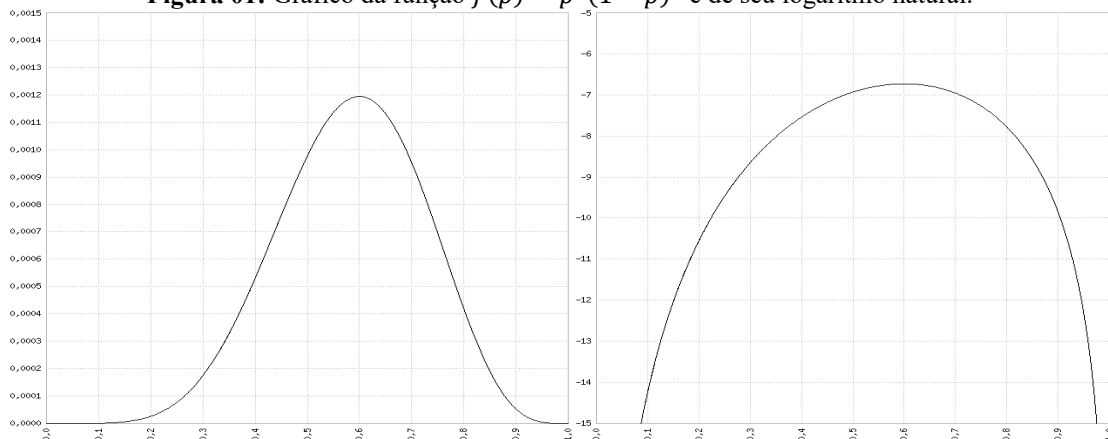
$$\log_e[f(p)] = \text{Ln}[f(p)] = \text{Ln}p^6(1-p)^4 = 6\text{Ln}(p) + 4\text{Ln}(1-p)$$

Na mesma Figura 01 é ilustrado o gráfico do logaritmo calculado. Visualmente é possível observar que ambos possuem seu máximo no mesmo ponto ( $x=0,6$ ). É possível também confirmar tal afirmação fazendo as substituições ou fazendo os cálculos. Sabe-se que para a localização deste máximo é necessário derivar esta função e igualar a mesma a zero, neste caso a substituição ocorre na função derivada:

$$f'(p) = 6p^5(1-p)^4 - 4p^6(1-p)^3 \Rightarrow f'(0,6) = 0$$

A aplicação  $f(p) = p^6(1-p)^4$  é chamada de função de verossimilhança e a função  $\text{Ln}[f(p)] = \text{Ln}[p^6(1-p)^4]$  é denominada de Log-função de verossimilhança. O ponto que maximiza esta função é denominado de estimador de máxima verossimilhança.

**Figura 01:** Gráfico da função  $f(p) = p^6(1-p)^4$  e de seu logaritmo natural.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Denominando a função verossimilhança de  $L(p)$ , pode-se localizar seu ponto de máximo também usando suas derivada:

$$\frac{dL}{dp} = 6 \times \frac{1}{p} + 4 \times (-1) \frac{1}{1-p} = \frac{6}{p} - \frac{4}{1-p} = 0$$

$$\left(\frac{6}{p} - \frac{4}{1-p}\right) \times p(1-p) = 0 \times p(1-p)$$

$$6(1-p) - 4p = 6 - 6p - 4p = 6 - 10p = 0 \Rightarrow p = \frac{6}{10} = 0,6.$$

De modo geral, em um experimento aleatório, o evento  $A$  possui uma probabilidade constante  $p$ , porém desconhecida. Em uma série de  $n$  repetições do experimento observa-se  $f$  vezes a ocorrência de  $A$ , tal qual o experimento anterior.

Se for definida uma variável  $X$  e tomando  $X=1$  quando  $A$  ocorre (cursar *stricto sensu*) e quando não (não cursar *stricto sensu*)  $X=0$ , esta distribuição terá dois pontos definida por:  $P(X = 1) = p; P(X = 0) = 1 - p$ , onde  $p$  é um parâmetro desconhecido. Das observações haverá  $n$  valores observados da variável  $X$ , em que  $f$  casos são coletados como sendo 1 (um) e  $(n-f)$  casos registrados como 0 (zero).

Como já foi apontado, a função de verossimilhança é generalizada como sendo  $L(p) = p^f(1-p)^{n-f}$  e o método da máxima verossimilhança conduz a equação:  $\frac{d \log L}{dp} = \frac{1}{p} - \frac{n-f}{1-p} = 0$ , com solução única  $p = \frac{f}{n}$ , chegando-se, assim ao resultado mais ou menos óbvio de que a razão de frequência observada  $\frac{f}{n}$  deve ser tomado sendo a estimativa para  $p$ .

Este procedimento pode ser estendido para estimar um parâmetro de certa população da qual se sabe a família a qual pertence (normal, binomial, Poisson, etc.). Tomando uma amostra aleatória para a partir dela construir uma estatística que permita estimar algum parâmetro. Tomando como exemplo a situação particular da distribuição de Poisson, tem-se:  $P(X = x) = \frac{e^{-\lambda} \lambda^x}{x!}; x=0,1,2,\dots,n$ .

Com a intenção de se conhecer o valor de  $\lambda$ , pode-se tomar uma amostra aleatória  $(x_1, x_2, \dots, x_n)$  de  $n$  observações e tentar responde a seguinte pergunta: qual de todas as possibilidade populacionais que define o parâmetro  $\lambda$ , produz com maior probabilidade uma amostra como a observada? O que é o mesmo que questionar: qual de todos os possíveis valores de  $\lambda$  produz com maior verossimilhança uma amostra como a observada? A resposta corresponde ao seu valor de máxima verossimilhança.

Considerando a amostra aleatória  $(x_1, x_2, \dots, x_n)$ , que pode ser obtida com uma probabilidade:  $P(X_1 = x_1; X_2 = x_2; \dots; X_n = x_n)$ . Como as variáveis aleatórias que compõe a amostra são independentes, a probabilidade conjunta é igual ao produto das probabilidades de cada uma delas, de maneira que:

$$L = P(X_1 = x_1; X_2 = x_2; \dots; X_n = x_n) = \underbrace{P(X_1 = x_1/\lambda)}_{\frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_1}}{x_1!}} \times \dots \times \underbrace{P(X_n = x_n/\lambda)}_{\frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_n}}{x_n!}}$$

A expressão denominada por L é uma função de  $\lambda$ , pois supõe que  $(x_1, x_2, \dots, x_n)$  é uma coleta de uma amostra. O estimador  $\lambda$  é a única variável desta função. Sua função de verossimilhança é então dada como sendo:

$$L(\lambda/x_1, x_2, \dots, x_n) = \frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_1}}{x_1!} \times \frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_2}}{x_2!} \times \dots \times \frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_n}}{x_n!}$$

A obtenção de  $\lambda$  acaba por se transformar em um problema de otimização, pois o objetivo é determinar o ponto de máximo verossimilhança.

A dedução se dá novamente com o uso do logaritmo natural da função de verossimilhança. Na sequência calcula-se sua derivada em relação a variável  $\lambda$  e igualada a zero.

$$\begin{aligned} \ln[L(\lambda)] &= \ln\left(\frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_1}}{x_1!} \times \frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_2}}{x_2!} \times \dots \times \frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_n}}{x_n!}\right) = \\ &= \ln\left(\frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_1}}{x_1!}\right) + \ln\left(\frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_2}}{x_2!}\right) + \dots + \ln\left(\frac{e^{-\lambda}\lambda^{x_n}}{x_n!}\right) = \\ &= [-\lambda + x_1\ln(\lambda) - \ln(x_1!)] + \dots + [-\lambda + x_n\ln(\lambda) - \ln(x_n!)] = \\ &= -n\lambda + \ln(\lambda) \sum_{i=1}^n x_i - \sum_{i=1}^n \ln(x_i!) \end{aligned}$$

Derivando a função em relação a  $\lambda$  e igualando a zero, tem-se:

$$\frac{d\ln[L(\lambda)]}{d\lambda} = -n + \frac{1}{\lambda} \sum_{i=1}^n x_i = 0 \Rightarrow \lambda = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} = \bar{x}$$

Portanto, é a média da amostra o estimador de máxima verossimilhança para o parâmetro  $\lambda$  de uma distribuição de Poisson. A garantia de que o valor obtido é o máximo da função de verossimilhança e não seu mínimo é assegurado pela derivada segunda:

$$\frac{d^2 Ln[L(\lambda)]}{d\lambda} = -\frac{1}{\lambda^2} \sum_{i=1}^n x_i < 0$$

Em termos técnicos o método da máxima verossimilhança se aplica as demais distribuições, sempre se transformando em um problema de otimização. Em sendo um modelo multivariado o método não perde sua força, podendo ser generalizado para casos com  $n$  variáveis envolvidas em que  $n$  parâmetros são perseguidos.

## APLICAÇÃO

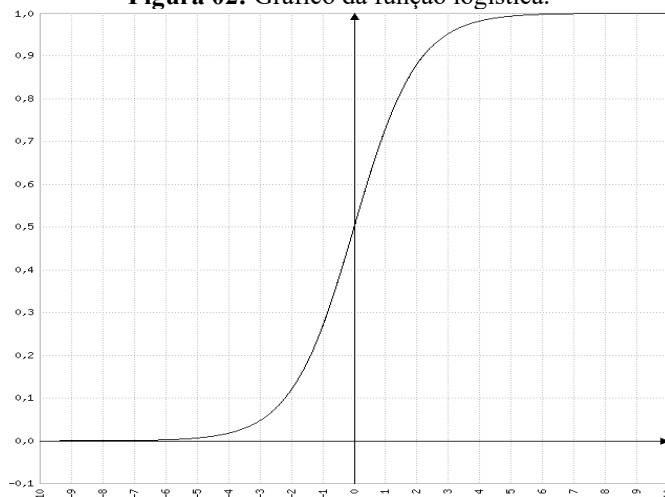
Durante o mês de fevereiro de 2020 foram acompanhados os atendimentos no pronto-atendimento em um hospital no Vale do Itajaí, no horário noturno que abrange o período das 18h até às 6h da manhã seguinte. Segundo os atendentes deste hospital há um aumento no número de atendimentos nos fins de semana (sexta-feira, sábado e domingo). Este aumento leva a formação de filas, que são registradas quando durante o período de atendimento mais de 10 pessoas aguardam por um período superior a duas horas.

Os registros acusam o seguinte número de atendimentos durante o mês. As variáveis independentes do modelo são dadas por  $X_1$  como sendo o registro dicotômico, onde  $X_1=1$  quando se trata de um dia do fim de semana (sexta-feira, sábado e domingo),  $X_2$  é o número de atendimentos e  $Y$  que representa a variável dependente.

A situação que se apresenta é tipicamente classificada como sendo um modelo de regressão logística binária (Logit). É nesta situação que a máxima verossimilhança é utilizada para a determinação de sua equação típica.

A regressão logística faz uso da função:  $y = \frac{1}{1+e^{-x}}$ . O gráfico desta função é apresentado na Figura 02. Esta função divide o plano cartesiano em dois semi-planos, pois um dá atenção ao grupo em que  $x < 0$  e para grupo complementar  $x > 0$ . Em  $x=0$  ocorre a indefinição. Registre-se que o modelo logístico pode ser utilizado quando há mais de uma variável independente envolvida, tal qual ocorre na regressão linear múltipla.

**Figura 02:** Gráfico da função logística.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Os dados coletados foram assim anotados e dispostos na Tabela 02 que se apresenta a seguir.

**Tabela 02:** atendimentos no pronto-atendimento do hospital X no mês de fevereiro-2020.

Dia	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	Y	Dia	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	Y
1	1	108	1	16	1	108	1
2	1	112	1	17	0	95	0
3	0	96	0	18	0	90	0
4	0	104	1	19	0	90	0
5	0	92	0	20	0	96	0
6	0	85	0	21	1	121	1
7	1	98	1	22	1	106	1
8	1	105	1	23	1	104	0
9	1	112	1	24	0	108	1
10	0	104	1	25	0	76	0
11	0	86	0	26	0	85	0
12	0	92	0	27	0	99	1
13	0	96	0	28	1	98	1
14	1	107	1	29	1	104	1
15	1	110	1				

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Para a determinação da equação logística binária (binomial) deve-se fazer algumas adaptações ao modelo. O modelo que se pretende determinar utiliza duas variáveis

independentes na forma:  $\hat{Y} = \frac{1}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1X_1+\beta_2X_2)}}$ , onde  $\hat{Y}$  denota ser uma previsão, ou seja, o modelo irá prever se haverá ou não a formação de filas. A determinação desta equação de regressão necessita da substituição individual (diária) dos dados no modelo, como pode ser visto na Tabela 03.

**Tabela 03:** Substituição dos dados coletados na equação de regressão logística.

$X_1$	$X_2$	$Y$	$\hat{Y} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1X_1+\beta_2X_2)}}$
1	108	1	$\hat{Y} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.1+\beta_2.108)}}$
1	112	0	$\hat{Y} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.1+\beta_2.112)}}$
0	96	0	$\hat{Y} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.0+\beta_2.96)}}$
⋮	⋮	⋮	⋮
1	104	1	$\hat{Y} = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.1+\beta_2.104)}}$

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Para obtenção dos estimadores  $\beta_0$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$  não é usada a técnica dos mínimos quadrados (*Ordinal Least Square*). Para tal cálculo é usada a função de verossimilhança  $f(\beta_0, \beta_1, \beta_2)$  é dada por por:

$$\frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.1+\beta_2.108)}} \times \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.1+\beta_2.112)}} \times \dots \times \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1.1+\beta_2.104)}}$$

Usando os mesmo procedimentos já discutidos anteriormente, é necessário a construção da função Log-verossimilhança usando o logaritmo natural  $\text{Ln}[f(\beta_0, \beta_1, \beta_2)]$  que será designada por  $L$ :

$$L = \text{Ln} \left[ \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}} \times \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+112\beta_2)}} \times \dots \times \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}} \right]$$

$$L = \text{Ln} \left[ \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}} \right] + \dots + \text{Ln} \left[ \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}} \right]$$

$$L = \text{Ln}(1) - \text{Ln}(1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}) + \dots + \text{Ln}(1) - \text{Ln}(1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)})$$

Como  $\text{Ln}(1)=0$  a expressão fica assim simplificada:

$$L = - \text{Ln}(1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}) - \dots - \text{Ln}(1 + e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)})$$



Para a localização do ponto de máximo desta função é necessário derivar parcialmente a função de Log-verossimilhança em relação aos parâmetros:  $\beta_0$ ,  $\beta_1$  e  $\beta_2$ . Obtida a derivada esta deve ser igualada a zero:

$$\begin{aligned}\frac{\partial L}{\partial \beta_0} &= \frac{e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}} + \dots + \frac{e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}} = 0 \\ \frac{\partial L}{\partial \beta_1} &= \frac{e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}} + \dots + \frac{e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}} = 0 \\ \frac{\partial L}{\partial \beta_2} &= \frac{108e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1+108\beta_2)}} + \dots + \frac{104e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}}{1+e^{-(\beta_0+\beta_1+104\beta_2)}} = 0\end{aligned}$$

A resolução do sistema não-linear de 3 equações e 3 incógnitas foge do escopo deste tutorial. A solução pode ser obtida por meio de algum método numérico iterativo. Tipicamente, os métodos utilizados são combinações das técnicas de Gauss-Seidel e de Newton-Raphson. Existe a possibilidade de resolver este sistema por meio de vários pacotes computacionais encontrados no mercado.

Sem perda de generalidade, a resolução não será apresentada, contudo os pacotes estatísticos que possuem a regressão logística entre suas opções, dispõe algum método como o comentado ou algum similar. No caso deste sistema, a solução é dada pelos valores:  $\beta_0 = -42.732$ ;  $\beta_1 = 0.995$  e  $\beta_2 = 0.430$ , alcançando nestas coordenadas o valor máximo de  $L = -6.1536144$ . A função logística é dada por:

$$\hat{Y} = \frac{1}{1+e^{-(-42.732+0.995X_1+0.430X_2)}} = \frac{1}{1+e^{-(0.995X_1+0.430X_2-42.732)}}$$

Para determinar a bondade do ajuste que a regressão logística possui usa-se algum pseudo-coeficiente de determinação, ou como são mais costumeiramente denominados pseudo- $R^2$ . Há vários que podem ser utilizados: Nagelkerke, Cox-Snell, MacFadden's, entre outros. Nagelkerke e Cox-Snell são calculados no software SPSS, enquanto que McFadden's é usado não software Stata.

Seja qual o pseudo- $R^2$  utilizado, todos usam o valor da máxima verossimilhança em seu cálculo. Neste tutorial é usado o de Mcfadden's, dado pela fórmula:

$$R^2 = 1 - \frac{\text{Valor Máximo da Função de Log_Verossimilhança } L}{n_1 \ln(n_1) + n_0 \ln(n_0) - (n_1 + n_0) \ln(n_1 + n_0)}$$

Onde:  $n_1$  é o número de dias em que houve fila ( $Y=1$ ) e  $n_0$  em que não houve ( $Y=0$ ). Na Tabela 01 são observados 16 dias com fila e 13 sem. Assim:

$$R^2 = 1 - \frac{-6.1536144}{16\ln(16) + 13\ln(13) - 29\ln(29)} = 1 - 0.3085 = 0.6915$$

Não há uma regra fixa na determinação o quanto o pseudo- $R^2$  de McFadden's deve alcançar, mas o valor alcançado mostra acurácia no ajuste. Isto, é percebido quando da substituição dos valores na equação de regressão.

A seguir são apresentados na Tabela 04 os valores preditos pela regressão logística e os valores registrados pelo hospital estudado.

**Tabela 04:** Valores preditos pela equação de regressão logística.

Dia	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	Y	$\hat{Y}$	Dia	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	Y	$\hat{Y}$
1	1	108	1	0.991	16	1	108	1	0.991
2	1	112	1	0.998	17	0	95	0	0.132
3	0	96	0	0.190	18	0	90	0	0.017
4	0	104	1	0.879	19	0	90	0	0.017
5	0	92	0	0.040	20	0	96	0	0.190
6	0	85	0	0.002	21	1	121	1	0.999
7	1	98	1	0.599	22	1	106	1	0.979
8	1	105	1	0.968	23	1	104	0	0.952
9	1	112	1	0.998	24	0	108	1	0.976
10	0	104	1	0.880	25	0	76	0	0.000
11	0	86	0	0.003	26	0	85	0	0.002
12	0	92	0	0.040	27	0	99	1	0.460
13	0	96	0	0.190	28	1	98	1	0.599
14	1	107	1	0.986	29	1	104	1	0.952
15	1	110	1	0.996					

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2020.

Os valores preditos podem ser acompanhados na Tabela 04. Os valores  $\hat{Y}$  representam probabilidades de ocorrência de filas. Quando o valor da probabilidade ultrapassa 50% classifica-se este dia com havendo fila. Estando  $\hat{Y}$  abaixo de 50%, o dia é classificado como sendo sem filas.

A taxa de acertos é alta em ambos os casos, ou seja, dos 16 dias em que houve fila, apenas um não foi predito corretamente (02/27). Dentre os dias preditos sem formação de fila,

apenas um dia (02/23) não foi prognosticado corretamente. Em média a taxa de acertos foi de 93.1%.

Fato interessante que a formação de filas ocorre quando o número de atendimentos ultrapassa 98 pacientes durante o fim de semana. Para o caso dos demais dias a fila surge a partir de 100 atendimentos. Em ambos os casos até 90 atendimentos as chances de ocorrência de fila são mínimas. Tal informação aponta que a equipe e local possuem um limite identificável e passível de correção.

Adicionalmente é necessário a verificação da significância dos coeficientes da regressão ( $\beta_0, \beta_1, \beta_2$ ). Como hipótese nula ( $H_0$ ) assume-se:  $\beta_1 = \beta_2 = 0$ . Como hipótese alternativa ( $H_1$ ) tem-se que: ou (i)  $\beta_1 \neq 0$  e  $\beta_2 \neq 0$ ; ou (ii)  $\beta_1 = 0$  e  $\beta_2 \neq 0$ ; ou  $\beta_1 \neq 0$  e  $\beta_2 = 0$ .

Pelo teste da razão de verossimilhança é possível examinar todos os coeficientes de uma só vez, ou seja:  $H_0: \beta_1 = 0$  e  $\beta_2 = 0$  e  $H_1: \beta_1 \neq 0$  ou  $\beta_2 \neq 0$ . A estatística de teste segue uma distribuição Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) com dois graus de liberdade (duas variáveis independentes). O teste usa o valor da máxima verossimilhança L, na forma:

$$2[L - n_1 \ln(n_1) - n_0 \ln(n_0) + (n_1 + n_0) \ln(n_1 + n_0)] = 27.5844$$

O p-valor associado ao teste atende uma confiabilidade superior a 99%, apontando que as duas variáveis independentes (dias do fim de semana e número de atendimentos) são boas preditoras no modelo logístico.

## CONSIDERAÇÕES

A Estatística como ciência independente é um desenvolvimento do século XX. Sir Ronald Aylmer Fisher (1890-1962) é seu principal e ilustre protagonista, o transformador de ideias que deu coesão e estabeleceu os fundamentos teóricos da inferência estatística, como um método de raciocínio indutivo que dá novo significado ao processamento de dados, tentando medir seu grau de incerteza. Seus resultados deram à estatística o status de disciplina científica, reafirmada pelos muitos campos de aplicação de seus métodos.

Relatos históricos atestam que Fisher era péssimo escritor e orador (ROSÁRIO, 2009). É sabido também que seus livros não eram escritos propriamente por ele. Fisher apenas ditava suas teorias e alguma pessoa mais próxima redigia-as. Assim, quem se dedica até hoje ao estudo de sua obra, encontra nas edições mais antigas de seus livros uma atmosfera tensa, quase incompreensível.

Somente mais tarde, quando estudiosos de sua obra passaram a reescrevê-las numa linguagem mais acessível, é que ela foi sendo compreendida e conseqüentemente, reconhecida por estudantes e cientistas de diversas áreas de conhecimento.

Como professor, Fisher não teve o mesmo êxito como em seus experimentos. As aulas ministradas por ele eram um desastre. Ao término delas, apenas alguns alunos esforçados se encontravam presentes. Acredita-se que nem eles conseguiam acompanhar o raciocínio de Fisher, mas ao menos se esforçavam.

O panorama da área estatística, quando Fisher nela ingressou, já contava com as ideias de probabilidade de Galilei (1564-1642), mínimos quadrados e modelos lineares de Gauss (1777-1855), teoria das grandes amostras e teste  $\chi^2$  de Pearson (1857-1936), distribuição t de Student desenvolvida por Gosset (1876-1937), o teorema de Bayes do reverendo Bayes (1701-1761) e coeficiente de correlação de Galton (1822-1911).

A primeira contribuição dele à estatística foi o artigo “On an absolute criterion for fitting frequency curves” (FISHER, 1912), no qual propôs a máxima verossimilhança como um método de modelagem de curvas de frequência. Para Fisher “a máxima verossimilhança de um parâmetro era proporcional à probabilidade dos dados e uma dada função, a qual usualmente tinha apenas um valor máximo” (ROSÁRIO, 2009, p. 663).

Intuitivamente, a máxima verossimilhança deve ser entendida da seguinte forma: se o pesquisador quiser tirar conclusões na presença da incerteza, é necessário primeiro imaginar a certeza. Mas não criar apenas uma certeza e sim várias certezas diferentes, o que de fato não é fácil como parece. Rosário (2009, p. 663) sugere que “é preciso dizer: “Neste caso tudo estaria certo” ou “no ‘outro caso tudo estaria certo”. Fazendo uma lista de possíveis certezas para tirar conclusões na presença da incerteza. Depois, deve-se tomar cada ‘certeza’ e formular a seguinte pergunta para cada uma delas: o que aconteceria se fosse verdade?

De modo similar, deve-se analisar o que ocorreu e iniciar novo grupo de questões perguntando: se fosse verdade, qual seria a probabilidade ocorrer aquilo que está ocorreu? A máxima verossimilhança consiste finalmente em responder à questão: com qual das possíveis certezas há maior probabilidade de ocorrer aquilo que ocorreu?

Fato que somente com o desenvolvimento de computadores é que a máxima verossimilhança foi sendo empregada, rotineiramente, pelos pesquisadores como forma de análise de seus experimentos.

Contudo, para construir procedimentos inferenciais acerca de um parâmetro desconhecido  $\theta$ , é essencial dispor de mecanismos que permitam relacionar a informação amostral  $X$  com o dito parâmetro  $\theta$ . A função de verossimilhança é atualmente a via mais utilizada para alcançar esse propósito.

Se a amostra obtida é aleatória então todos e cada um dos elementos amostrais  $x_i$  são variáveis aleatórias estatisticamente independentes com a mesma distribuição de probabilidade da população. Com efeito, como nesta se desconhece o verdadeiro valor do parâmetro  $\theta$ , cada um dos elementos da amostra  $x_i$  apresentará uma distribuição de probabilidade que também dependerá deste parâmetro desconhecido  $\theta$ , ou seja:  $x_i \rightarrow \text{idd}[f(x; \theta)]$ , ou seja, cada uma das variáveis aleatórias são independentes e identicamente distribuídas, com o que a distribuição de probabilidade conjunta da amostra é:  $f(x_1, x_2, \dots, x_n; \theta) = f(x_1; \theta) \cdots f(x_2; \theta) = L(X; \theta)$ . As aplicações  $f(x_i; \theta)$  representam funções de probabilidade do elemento  $i$ -ésimo da amostra, sendo funções de quantia em que a população é discreta e a densidade é contínua.

Esta função conjunta, que de maneira compacta se representa por  $L(X; \theta)$ , recebe a denominação de função de verossimilhança. A função de verossimilhança permite estabelecer uma ordem de preferência a respeito dos diferentes valores do parâmetro desconhecido  $\theta$ . Por exemplo, tomando como base a informação contida na amostra  $X$ , de maneira que uma determinada amostra informa melhor um certo parâmetro  $\theta_1$  do que outro valor  $\theta_2$ , no caso da verossimilhança no primeiro caso ser maior do que no segundo.

Fisher considera que o conceito de probabilidade, para realizar inferências partindo de uma amostra obtida, não é idônea que deva ser usada. Segundo as palavras de Fisher, “a quantidade matemática apropriada para medir nossa ordem de preferências entre as diferentes possíveis populações não obedece a leis da probabilidade. Para distingui-la da probabilidade utilizo o termo verossimilhança” (PÉREZ; LOPÉZ, 2005, p.46).

## CONCLUSÃO

É fato que somente com o progresso da tecnologia da computação tenha possibilitado a estimativa estatística da Máxima Verossimilhança forneceu técnicas e respeitabilidade. Seu princípio foi apresentado como um método novo e original de derivar estimadores por Fisher no início do século XX. O adensamento do método poder ser acompanhados, mesmo que de forma confusa em suas obras (FISHER, 1922; FISHER, 1925).

A verossimilhança provou ser uma abordagem fértil para a inferência estatística em geral e foi amplamente adotada; mas as propriedades exatas dos estimadores e procedimentos

de teste subsequentes foram descobertas apenas gradualmente nas décadas seguintes. Esta tarefa não foi concluída e o processo continua até hoje (SHENG et al., 2020). Vários casos clássicos foram provados por Wald na década de 1940, e Mann e Wald contribuíram com a primeira aplicação rigorosa da teoria a uma classe de equações econométricas (CRAMER, 1986).

A primeira grande descoberta ocorreu somente depois que Haavelmo (1943; 1944) colocou modelos econométricos no contexto de inferência estatística, e a máxima verossimilhança permeou o trabalho sobre a estimativa de modelos econométricos posteriormente desenvolvidos na Comissão Cowles para Pesquisa em Economia (HOOD; KOOPMANS, 1953; KOOPMANS, 1950).

No entanto, os cálculos envolvidos eram dificilmente praticáveis e isso impedia a adoção generalizada desses métodos. No que diz respeito à econometria, a metodologia de máxima verossimilhança permaneceu inativa até que os computadores se tornassem acessíveis.

Destaque-se o fato de que na história do método da máxima verossimilhança nem sempre foram acompanhadas por uma clara apreciação de suas limitações. Isso pode ser acompanhado em Le Cam (1953, p.280) que escreveu:

“[...] embora todos os esforços para provar a existência geral de estimativas (assintoticamente) eficientes [...] bem como para provar a eficiência das estimativas de máxima verossimilhança fossem obviamente imprecisos e embora as provas precisas de declarações semelhantes sempre se referissem não ao caso geral, mas a classes particulares de estimativas [...] estabeleceu-se uma crença geral de que as afirmações acima são verdadeiras no sentido mais geral” (LE CAM, 1953, p.280).

Há também problemas nas primeiras publicações, relativas as limitações computacionais. Por exemplo, a história da equação de demanda de dinheiro de Konstas e Khouja inclui a solução errônea de um problema mínimo. Isso não é nada excepcional, pois deve-se temer que os resultados publicados das análises estatísticas sempre contenham uma proporção razoável de erros (CRAMER, 1986).

Até as publicações de estudiosos famosos são ocasionalmente encontradas com falhas. Mesmo trabalhos de Fisher foram detectadas somas de quadrados dos rendimentos de batata, não puderam ser reproduzidos a partir dos dados (SEAL, 1967). Finney inadvertidamente deslocou um ponto decimal (PREGIBON, 1981), Solow cometeu erros detectados por Hogan (1958) e certas estimativas de Malinvaud não puderam ser reconstruídas por Wallis (1973). Contudo, nenhuma dessas anomalias foi grave, pois não afetou as conclusões das análises originais.

A questão não é que esses estudiosos sejam descuidados ou que a profissão seja negligente, mas que os erros são inevitáveis e sempre ocorrerão mesmo nos resultados publicados de minuciosas pesquisas estatísticas e econométricas. O problema atual é que a técnica da verossimilhança é usada sem saber o que significa. Contudo, a verossimilhança não é o único método que sofre deste desleixo.

Enfim, é uma constatação recorrente de que os modelos, hoje, são menos transparentes e o resultado é menos facilmente verificado do que antes. Mesmo havendo o ganho de tempo por conta da força computacional, os pesquisadores abandonaram os cálculos, verificações intermediárias, planilhas de acompanhamento, em resumo, todo o trabalho estatístico artesanal.

Mesmo que métodos avançados de estimativa raramente permitam uma verificação intuitiva da plausibilidade do resultado, devem ser sujeitados a validação do modelo, ou seja, analisar e avaliar a resposta encontrada. Muitas vezes a única verificação é a replicação independente do trabalho por alguém de fora, mesmo isso sendo uma operação importante, não resolve em nada a situação se o bom senso e o conhecimento não guiarem os trabalhos.

A obediência daquilo que Galton expressou a respeito da estatística sirva como indicação limite em seu uso para a contensão do abuso: “Quando a Estatística não é tratada por brutos, sendo pelo contrário trabalhada com métodos avançados e interpretada com argúcia, possui um poder extraordinário para dilucidar questões complexas” (PESTANA, 2013, p. 499).

Ficam, portanto, as recomendações: verificar e verificar novamente, em cada estágio da análise. Verificar os dados, verificar sua transferência, sua verossimilhança com a realidade, verificar os cálculos de preferência repetindo pelo menos uma amostra por um programa alternativo, ao usar alguma ferramenta estatística compreender seu funcionamento, conhecer seu conceito intuitivo e sempre manter a suspeita dos resultados.

Para encerrar: Karl Pearson, inimigo declarado de Fisher, nunca aprovou o método da máxima verossimilhança.

## REFERÊNCIAS

CRAMER, J.S. *Econometric applications of Maximum Likelihood methods*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FISHER, R. A. On an absolute criterion for fitting frequency curves. *Messenger of Mathematics*, 41, 155-160, 1912. Disponível em:

<https://digital.library.adelaide.edu.au/dspace/bitstream/2440/15165/1/1.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

FISHER, R. A. On the mathematical foundations of theoretical statistics. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series A, Containing Papers of a Mathematical or Physical Character*, 222, 309-368, 1922. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/91208>. Acesso em: 11 set. 2020.

FISHER, R. A. *Statistical methods for research workers*. London: Edinburgh Oliver and Boyd, 239 p, 1925.

GUTTMAN, L.; FERRANDO, M.G.F. Malos usos en estadística (What Is Not What in Statistics). REIS - *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, (6), 101-127, 1979. doi:10.2307/40182796. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40182796>. Acesso em: 12 set. 2020.

HAAVELMO, T. The statistical implications of a system of simultaneous equations, *Econometrica*. 11(1), 1-12, 1943. doi: 10.2307/190571. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1905714>. Acesso em: 12 set. 2020.

HAAVELMO, T. The probability approach in econometrics. *Econometrica*, 12, 1-115, 1944. doi:10.2307/1906935.

HOGAN, W.P. Technical progress and production functions. *The Review of Economics and Statistics* 40(4), 407-411, 1958. doi:10.2307/1926345. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1926345>. Acesso em: 15 set. 2020.

KOOPMANS, T.C. *Statistical Inference in Dynamic Economic Models*. New York: Wiley, 1950.

KOOPMANS, T.C.; HOOD, W.C. The estimation of simultaneous linear economic relationships, In W.C. Hood & T.C. Koopmans (Eds.), *Studies in Econometric Method*. New York: Wiley, 1953.

LE CAM, L. On some asymptotic properties of Maximum Likelihood estimates and related Bayes's estimates. *University of California Publications in Statistics*, 1(11), 277-330, 1953.

PEÑA, D. *Estadística – modelos y métodos*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

PÉREZ, L.R-M; LÓPEZ, F.J.M-P. *Fundamentos de inferência estatística*. 3. ed. Madrid: Thomson, 2005.

PESTANA, D. Estatística Q-B. *Acta Médica Portuguesa*, 26(5), 499-504, 2013.

PREGIBON, D. Logistic regression diagnostics. *The Annals of Statistics*, 9, 705-24, 1981.

REICHMANN, W.J. *Uso y abuso de las estadísticas*. Bilbao: Ediciones Deusto, 1965.

ROSÁRIO, M.F. 120 Anos do nascimento do cientista R. A. Fisher (1890-2010). *Revista Brasileira de Biometria*. São Paulo, 27(4), 2009, 659-672.

SEAL, H.L. The historical development of the Gauss linear model. *Biometrika*, 54, 1-24, 1967.



---

SHENG, Z. et al. Estimation of the reproductive number of Novel Coronavirus (COVID-19) and the probable outbreak size on the Diamond Princess cruise ship: A data-driven analysis. *International Journal of Infectious Diseases* (In Press Journal Pre-Proof), 2020. doi: <https://doi.org/10.1016/j.ijid.2020.02.033t>.

TUKEY, J. The future of data analysis. *The Annals of Mathematical Statistics*, 3(1), 1962, 1-67.

---

# CAPÍTULO 10

## PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR DE CARNE DE AVESTRUZ

Alessandra Carla Ceolin  
Alexandre de Melo Abicht  
Rafaela Rodrigues Lins  
Marco Aurélio Benevides de Pinho

### RESUMO

Este estudo foi realizado nas propriedades rurais de estrutiocultores da região metropolitana de Porto Alegre, na Cooperativa dos Criadores e Produtores de Avestruz do Rio Grande do Sul (CPARS) e com os clientes de uma churrascaria da cidade. Possui o objetivo de verificar aspectos da produção, se a carne de avestruz é bem aceita pelo consumidor e como esse percebe semelhanças e diferenças desse produto, além de fornecer subsídios para as estratégias de comercialização da cooperativa. Para execução deste artigo foi realizada uma visita de campo, entrevistas aos produtores rurais e a um gestor da cooperativa, a fim de entender como se desenvolve a produção, a comercialização e divulgação da carne de avestruz. Após, foram aplicados questionários aos clientes da churrascaria para verificar a percepção do consumidor quanto ao consumo da carne de avestruz. Observou-se uma deficiência na divulgação sobre os locais de venda e do próprio produto e, que, enquanto a estratégia da cooperativa está voltada para algumas ações de marketing, o consumidor, apesar de disposto a consumir o produto, não detém o conhecimento adequado sobre o mesmo, principalmente, pela falta de informação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Percepção do Consumidor, Marketing, Estrutiocultura, Cooperativismo.

### INTRODUÇÃO

A criação de avestruz, estrutiocultura, derivada do seu nome científico, *Struthio Camelus*, ainda é recente no Brasil. A precursora na criação de avestruz foi a África do Sul, de onde essas aves são originárias. Por conseguinte, houve a expansão para o Canadá, Estados Unidos, Austrália, Espanha, Itália e França.

Os países citados acima estão em um patamar de evolução maior neste tipo de criação, devido à elevada demanda de seus produtos, com isso gerando resultados muito positivo com um alto valor agregado, sendo a expansão do número de produtores e a sua popularização cada vez maior. No Brasil, raros são os estudos científicos sobre este assunto. Esse fator deve-se, principalmente, ao pequeno número de produtores existentes e a fase inicial de organização dos produtores e cooperativas para voltadas à comercialização.

Segundo a ACAB (2007), o Brasil é possuidor de uma população de mais de 200 (duzentas) mil aves espalhadas em diversas regiões, possuindo uma estimativa de industrialização em torno de três anos. Devido as suas características naturais, o Brasil é considerado pelos seus criadores como adequado à estruturicultura.

Para o desenvolvimento da problemática desse estudo, realizou-se 2 (duas) visitas de campo aos produtores da região metropolitana de Porto Alegre e, também, na Cooperativa dos Criadores e Produtores de Avestruz do RS (CPARS).

Durante as visitas ocorreram diversos questionamentos e observações em relação à estruturicultura. Verificou-se que na maioria das propriedades rurais somente são realizadas a criação, o desenvolvimento e a reprodução das aves. Em relação a sua comercialização, as propriedades vendem somente matrizes. A comercialização da carne, do couro e das plumas é realizada pela cooperativa de produtores.

Na visita à cooperativa, um membro de sua diretoria explanou a missão, os objetivos e o seu funcionamento geral. Dos produtos oriundos do avestruz, a carne é comercializada embalada em pacotes na própria cooperativa e também vendida a uma churrascaria de Porto Alegre, único local que vende a carne preparada pronta para o consumo. Tanto a comercialização do couro, quanto das penas ainda não estão sendo feitas no momento. Estudos e pesquisas de mercado estão sendo realizadas e o couro é enviado a um curtume situado no interior do estado do Rio Grande do Sul para seu preparo, retornando após este período à cooperativa que o envia a uma indústria de calçados com a qual estabeleceu uma parceria.

Assim, a carne enviada pelos produtores à cooperativa, é preparada por esta, separada suas partes e embalada para após ser comercializada. A parte do lombo do avestruz, sua parte nobre, onde se localiza o filé, é vendida com destino ao consumidor final. Também, há pesquisas para lançamentos de produtos embutidos para o restante da carne, a qual servirá de insumo para a produção de patês, presuntos, pastramis, copas e salaminhos que serão distribuídos ao mercado sob a marca “Avestrust”.

O objetivo principal deste artigo é o de verificar se a carne de avestruz, principal produto da cooperativa, seria bem aceita pelo consumidor e recolher subsídios que possam auxiliar a cooperativa em suas decisões estratégicas, como, questões de comercialização, avaliação de melhorias, busca de novas alternativas de produção e industrialização.

Além dessa introdução, o presente artigo é composto por mais 4 (quatro) seções. Na primeira, realiza-se uma breve revisão bibliográfica sobre o marketing, especialmente o estudo

da percepção do cliente, a estruturacultura e o cooperativismo. A seção seguinte contém o método utilizado para construção deste trabalho. Na última seção, a interpretação e análise de dados, demonstram a delimitação da pesquisa de campo realizada, as coletas, análise e interpretação de dados, bem como os resultados obtidos. Por fim, são dispostas as considerações finais e apresentam-se referências que fundamentam o desenvolvimento deste artigo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para a realização da pesquisa, objeto desse estudo, é necessário primeiramente fazer um embasamento teórico. Para isso, no primeiro item desse capítulo é realizada uma breve pesquisa sobre marketing, seguido por percepção do consumidor, estruturacultura e cooperativismo.

### **Marketing**

Conforme Normanha Filho (2007), o marketing é tanto uma filosofia quanto uma técnica. Como filosofia, é uma postura mental, uma atividade, uma forma atual de conceber a função comercial, a relação de troca por parte da empresa ou entidade que oferece seus produtos ou serviços. Esta concepção, resultado de uma evolução na forma de entender a troca, parte do conhecimento das necessidades e desejos do consumidor, com fim de satisfazê-los do modo mais benéfico, não só para o consumidor, mas também para a entidade ofertante. Como técnica, o marketing é o modo específico de efetuar e levar a cabo a relação de troca, consistindo em identificar, criar, desenvolver e servir a demanda. Assim, seu entendimento não deve estar restrito a uma simples função empresarial, mas entendê-lo como filosofia do negócio da empresa.

Para Kotler (2003), o marketing tradicional, possui quatro princípios básicos para fundamentá-lo, ou seja, a pesquisa, a propaganda, a promoção e a força de vendas e, que ainda são tão válidas como há vinte anos. O cliente saiu do final da cadeia produtiva para o seu início, ele é quem determina como o processo será desencadeado, a ordem foi invertida, é o chamado marketing reverso. Os clientes influenciam os preços dos produtos que estão cada vez mais customizados de acordo com cada necessidade. As empresas estão passando por uma transição, da era industrial para a informação. Em conseqüência deste fato, muitas organizações ainda praticam o produzir para vender, sem a preocupação de analisar o ponto de vista do cliente por meio de um relacionamento duradouro, não reconhecendo o valor do cliente de longo prazo.

Em tempos atuais, a dificuldade de se buscar um novo cliente, em meio uma concorrência cada vez maior, a importância do direcionamento do foco para o cliente está em poder descobrir maior lucratividade dentro da base de clientes existentes de qualquer empresa.

Já que muitas vezes, por falta de conhecimento não são efetivamente atendidas suas necessidades e expectativas.

Dentre as estratégias de marketing no estágio de introdução, caso do estudo em questão, destaca-se a estratégia de desnatamento lento. Essa estratégia consiste em lançar um novo produto que possui um preço considerado alto e dispõem de pouca promoção. Para Kotler (1994), fixar um preço elevado ajuda a recuperar o maior lucro bruto possível por unidade vendida e a baixa despesa de promoção, mantém os custos de marketing baixos. Esta estratégia possui coerência quando o mercado é limitado em termos de tamanho; a maioria dos consumidores não tem conhecimento do produto; a maioria dos compradores está consciente do produto; os compradores estão dispostos a pagar um preço alto e a concorrência potencial não é iminente.

No que tange a carne de avestruz, essa ainda possui um valor considerado elevado pelos padrões brasileiros, pois somente é comercializada com o corte de filé e seu preço atualmente equivale ao do filé mignon bovino. A cooperativa que é a principal representante dos criadores pretende lançá-la com pouca promoção devido a questões financeiras ligadas a inserção e divulgação deste produto no mercado.

### **Percepção do cliente**

Comércio Internacional Para Gade (1998), percepção é definida como “sensações acrescidas de significados e processos pelo quais o indivíduo recebe estímulos através dos seus vários sentidos e os interpreta relacionando com componentes sensoriais externos e com componentes significativos internos”.

Já Libânio, (2003) conceitua percepção como o processo em que as pessoas selecionam, organizam, interpretam as informações, objetivando a criação de um quadro significativo do mundo. A autora ainda realiza uma comparação entre duas pessoas com iguais motivações e diante de uma mesma situação, agem de maneira diferente, pois percebem uma situação de maneira distinta.

Conhecer, ouvir e interagir com o cliente é dever de toda organização que quer prosperar, pois o cliente é o fator gerador de receitas e lucros (MARKETING, 2007). É de extrema importância conhecer profundamente o cliente, porque sem o mesmo, não existem negócios e não há geração de riquezas. Portanto, conhecer bem o comportamento, o perfil e as necessidades do cliente é vital para a existência, a permanência e o crescimento para uma organização se manter no mercado.

Assim, para conhecer e traçar o perfil dos clientes é necessário conversar rotineiramente com mesmos, ouvir suas opiniões sobre tudo que envolve o negócio, captar informações rotineiramente. Também pode se utilizar destas informações como um instrumento gerencial para a tomada de decisões, encarando-a como uma oportunidade de melhoria. Ainda, é possível construir um banco de dados com as informações obtidas a fim de manter um histórico e poder utilizá-las quando necessário.

Para Marketing (2007), as informações podem ser captadas de várias formas, considerando-se clientes existentes e clientes potenciais. Para os clientes existentes é possível captar informações através de cartões de visita, notas fiscais emitidas, entrevistas pessoais ou por telefone, mala-direta ou e-mail, questionários de avaliação ou sugestões, pesquisas dirigidas, realizadas por institutos de pesquisa, entre outros. Para clientes potenciais ocorre a possibilidade de captação das informações através de degustação, de entrevistas pessoais, por telefone, mala-direta, encarte ou e-mail, de entrevistas com grupos de potenciais clientes, de pesquisas dirigidas e realizadas por institutos de pesquisa e outras mais.

Conhecer o comportamento do consumidor não é tarefa fácil: as pesquisas de opinião, muitas vezes são utilizadas para este fim, porém possuem limitações. Segundo Kotler (2003), o comportamento do consumidor pode ser influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Quando a decisão recai sobre um produto novo, como é o caso do consumo de carne de avestruz, aumenta a incerteza de como estes fatores influenciam a escolha do consumidor.

O comportamento de consumo é a procura, a busca, o uso e avaliação de produtos e serviços para satisfazer as necessidades de cada consumidor. Para Giglio (2002), consumir é apenas uma das infinitas possibilidades do comportamento humano, sendo o ato, um processo dinâmico de escolha. Consumir é escolher entre as alternativas oferecidas pelo mercado, àquela que nos parece mais apropriada para suprir nossas expectativas.

### **Estruticultura**

A estruticultura no Brasil, por se tratar de uma atividade recente está voltada principalmente à produção de matrizes e machos reprodutores. Com poucos criatórios capacitados para realizar os abates em escala industrial, estes ocorrem principalmente de modo experimental ou de animais de descarte.

Os principais produtos obtidos na criação de avestruzes são os ovos, que quando inférteis podem ser utilizados na alimentação humana (desde que não incubados) e sua casca

na confecção de artesanatos. A gordura extraída da carcaça serve de matéria-prima na indústria de cosméticos. Suas plumas são largamente utilizadas em fantasias e adereços carnavalescos, bem como na confecção de espanadores. É utilizada também pela indústria automobilística (acabamento na pintura) e na limpeza de componentes eletrônicos (ACAB, 2007).

Um dos produtos mais nobres obtidos na estrutiocultura é o couro, que por suas características estéticas e de qualidade, é altamente requisitado pela indústria da moda. Outro produto de relevante importância é a carne, que é extremamente macia, saborosa, de cor vermelha, com altos teores de proteínas, ácidos graxos essenciais como Omega 3, 6 e 9, baixas calorias e baixo colesterol, além de possuir uma grande semelhança ao *filé mignon* da carne bovina e possui um sabor único (Neves, 2005).

Segundo Struthio (2007), as características sensoriais relacionadas à carne são a maciez, sabor e coloração. Na carne de avestruz a maciez encontra-se bem acentuada, devido a pequena quantidade de colágeno, que faz parte do tecido conjuntivo e confere consistência à carne. Em relação à maciez, a tabela 1 apresenta informações em forma de índice.

**Tabela 01:** Índice de Maciez obtido através do método Warner – Bratzer (WB).

Item	Local	Nome Comum	Nome Científico	Maciez (Kg/1,27cm)
1.1	Coxa	Coxa Interna	<i>Gastrocnemius Internus</i>	2,97
2.1	Sobrecoxa	Redondo	<i>Iliotibialis lateralis</i>	3,46
2.3	Sobrecoxa	Apex	<i>Femorotibialis Medialis</i>	2,94
3.1	Dorso	Filé Leque	<i>Liofibulares</i>	4,44
3.6	Dorso	Filé pequeno	<i>Ambiens</i>	3,67

Fonte: Struthio (2007).

Quanto ao sabor é muito semelhante aos cortes magros de carne bovina, sendo praticamente imperceptível a diferença, observando-se ser ligeiramente mais adocicada, devido aos seus teores de glicose. É de conhecimento geral que o sabor da carne é notadamente influenciado pela quantidade de lipídeos, logo uma carne magra, como é o caso do avestruz, tende a limitar a exuberância de sua palatabilidade, pois segundo os criadores, pode ser compensado com a adição de gorduras ao preparo do prato (STRUTHIO, 2007).

Em relação à coloração apresenta uma cor fortemente avermelhada, podendo ainda, depender da alimentação e do procedimento de abate, assumir colorações mais arroxeadas.

O fato de a carne de avestruz possuir uma tonalidade vermelha mais acentuada deve-se ao fato de a mesma possuir altas quantidades de ferro, na faixa de 3,2 %, muito mais elevado que na carne de frango, que é de aproximadamente 1,2%. Até mesmo um pouco superior a da carne bovina, que possui cerca de 3 % de ferro em sua constituição, conforme tabela 2, em que se pode observar os níveis nutricionais da carne de diferentes espécies de animais.

**Tabela 02:** Níveis nutricionais de diferentes espécies de animais.

<b>Espécie</b>	<b>Descrição do Composto</b>	<b>Proteína (%)</b>	<b>Gordura (%)</b>	<b>Calorias (kcal)(a)</b>	<b>Colesterol (mg)</b>	<b>Ferro (mg)</b>	<b>Cálcio (mg)</b>	<b>Sódio (mg)</b>
Avestruz	Corte Composto	26,9	2,8	140	83	3,2	6 ( c )	75
Galinha	Total, sem pele	28,9	7,4	190	89	1,2	15	86
Peru	Total, sem pele	29,3	5	170	76	1,8	25	70
Boi	Composto Picado	29,9	9,3	211	86	3	8	66
Porco	Composto Picado	29,3	9,7	212	86	1,1	21	59
Vitelo	Composto Picado	31,9	6,6	196	118	1,2	24	89
Veado	Só Carne	30,2	3,2	158	112	4,5	7	54
Alce	Só Carne	30,2	1,9	146	73	3,6	5	24
Antílope	Só Carne	29,5	2,7	150	126	4,2	4	54
Bison	Só Carne	28,4	2,4	143	82	3,4	8	57

\* Valores expressos em g, 1/100 de carne magra cozida como base

**Fonte:** Struthio (2007).

Os cortes de maior interesse econômico são oriundos dos músculos que recobrem as coxas, sobre-coxas e o dorso do animal. Onde se encontram os cortes considerados mais nobres, que são: Filé Ostra, Pequeno, Leque e Plano.

Segundo ACAB (2007) os animais estão prontos para o abate com 12 a 14 meses de idade, pesando em torno de 90 a 100 kg, gerando 24 a 26 kg de carne limpa, 1,2 m<sup>2</sup> de couro, além de 1 a 1,5 kg de plumas.

De acordo com Sabioni (2003), mais importante que o peso, seria a idade de abate. É sabido que animais muito jovens, independente da espécie, possuem quantidade de proteínas e colágenos insuficientes para apresentar características sensoriais e nutricionais satisfatórias. Por



sua vez, animais com idade muito avançada, apresentarão uma maior quantidade de colágeno e pigmento de mioglobina que deverão trazer prejuízos aos aspectos qualitativos da carne.

Comprovando esta afirmação, tanto Hoffman e Fisher, (2001) como Sabioni (2003) realizaram estudos abatendo animais de diferentes idades, constatando que a carne de animais mais velhos, apresenta maiores níveis de gordura, coloração mais escura e perdas no que diz respeito à maciez. Com isso, justifica-se a necessidade de abate de animais mais jovens, com um adequado nível de proteína, gordura e de boa coloração.

Outros fatores que influenciam nas características sensoriais da carne de avestruz, são os níveis de stress ao qual são submetidas, antes do abate (SCHALKWYK, 2000) e, a forma como são abatidas, manejo, sexo e alimentação (SABIONI, 2003).

Um dos pontos muito difundidos pelos estruticultores diz respeito às propriedades nutricionais da carne de avestruz, observando-se índices de colesterol e calorias mais baixos do que as carnes mais comumente comercializadas nos açougues.

## **Cooperativismo**

O cooperativismo foi idealizado por vários precursores e aconteceu de fato em 1844, quando 28 (vinte e oito) tecelões do bairro de Rochdale, em Manchester na Inglaterra criaram uma associação que, mais tarde, seria chamada de Cooperativa. Porém, é em 1847 que situamos o início do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro (COOPERATIVISMO, 2007).

A cooperativa é uma organização de caráter permanente, criada por um agrupamento de indivíduos com interesses comuns, visando a realização de atividades econômicas relacionadas com o progresso econômico e o bem-estar dos associados, que são os proprietários e usuários da organização (PEDROZO, 1993), sendo que a finalidade principal de uma cooperativa tradicional é a melhoria da condição econômico-social de seus cooperados (SILVA,1994).

As cooperativas têm por objetivo aglutinar pessoas que, através do seu trabalho, da sua produção ou da sua renda, atuando de forma coletiva e organizada, adquirem condições de conquistar espaços dentro da economia globalizada. Vale dizer que caso essas pessoas agissem individualmente, dificilmente conseguiriam atingir suas metas.

Também, pode-se conceituar a “sociedade cooperativa” como a sociedade de pessoas (e não de capitais) com capital variável, que se propõe, mediante a cooperação de todos os seus associados (cooperados), ao exercício de atividades ou à execução de negócios em proveito deles próprios (SEBRAE, 2007).

Do mesmo modo, tem-se que os princípios do cooperativismo são linhas orientadoras através das quais as cooperativas põem seus objetivos em prática, cujas regras devem nortear o relacionamento entre cooperados e cooperativa, uma vez que sinalizam o verdadeiro espírito do cooperativismo, distinguindo-a de outros tipos de empreendimentos econômicos (SEBRAE, 2007).

Para UOV (2007) as cooperativas que mais logram sucesso, são aquelas que saem daquele padrão de decisões dirimidas apenas em assembleias corporativas, o que torna a administração da mesma lenta e pouco eficiente. Neste aspecto, a visão empreendedora da cooperativa é fundamental, devendo incorporar dentro de suas estratégias mercadológicas, a agilidade, profissionalismo e flexibilidade administrativa das empresas. Já, para Criar (2007), a empresa por definição é toda entidade que visa ganhar dinheiro, obtendo lucro com uma determinada atividade, o que no caso das cooperativas será a sobra, a ser compartilhada entre os cooperados.

Para Estrutiopar (2007), é necessário ter uma visão empresarial, trabalhando o mercado consumidor, executando campanhas de marketing, desenvolvendo continuamente novos produtos que atendam a necessidade deste mercado. Ainda, realizando logística de distribuição, fazendo estratégias de venda e pós-venda e principalmente, estabelecendo a médio e longo prazo, um plano de ações articuladas mercadologicamente que criem e consolidem a cultura de consumo de produtos do avestruz, tudo isto de forma extremamente profissional, que confira a estes produtos *status* comercial diferenciado, concretizando assim a estrutuicultura como um verdadeiro *agribusiness*.

## **METODOLOGIA**

Inicialmente a presente pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória em função de apresentar flexibilidade e versatilidade a cerca dos métodos, pois não são empregados protocolos e procedimentos formais de pesquisa. Para realização de estudos exploratórios, não há necessidade de existirem hipóteses a serem testadas, possuindo foco na definição dos seus objetivos e buscando informações além do assunto que está sendo estudado (CERVO; BERVIAN, 2002). A pesquisa exploratória pode ser realizada tanto como um levantamento

bibliográfico através de entrevistas com profissionais que estudam ou atuam na área pesquisada, quanto em visitas a *web sites*, entre outros mais (SANTOS, 2000).

Também é considerada uma pesquisa descritiva vez que estabelece relações através da realização de uma análise em torno dos assuntos abordados, com a utilização de informações disponibilizadas em livros, artigos, *journals*, entre outros. São acrescentadas ao grupo descritivo, as pesquisas que possuem objetivo de levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população, relacionadas a uma determinada situação, corroborando na definição de sua natureza. Não há compromisso em explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para esta explicação. Para tornar exequível o objetivo deste estudo realizou-se também uma pesquisa do tipo pesquisa exploratória. “O principal objetivo da pesquisa exploratória é prover a compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador” (MALHOTRA, 2001).

Através de visitas de campo, observou-se nas propriedades rurais e na cooperativa dos criadores de avestruz, a necessidade da verificação da percepção do consumidor, em relação ao produto oferecido, podendo gerar mudanças em seu modo de produção e comercialização. A pesquisa descritiva propõe técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como entrevistas, questionários e observação sistemática. A pesquisa descritiva busca primordialmente descrever as características de determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis (GIL, 1995).

Utilizou-se também no presente estudo uma pesquisa bibliográfica no intuito de explicar a fundamentação central do presente artigo através de referenciais bibliográficos. Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa bibliográfica procura conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes a respeito de determinado assunto ou problema.

Para a coleta de dados, foram aplicados questionários aos consumidores de uma determinada população, em uma churrascaria de Porto Alegre, onde são oferecidos diversos tipos de carnes, inclusive o filé de avestruz. Os questionários foram aplicados no período de maio a junho, obtendo-se com isso uma amostragem de 76 (setenta e seis) questionários. Esse questionário foi construído de forma semiestruturada, sendo disposto de questões fechadas, contendo pesquisas de opinião e questões com escala de 01 (um) a 05 (cinco), variando em muito insatisfeito a muito satisfeito. Para corroborar com as opiniões de algumas respostas, foram propostas questões abertas.

A partir destes questionários, buscou-se analisar através de 28 (vinte e oito) variáveis, respostas tais como: sexo; escolaridade; idade; renda mensal; hábitos de consumo; onde foi

consumida; a sua preferência no modo de preparo; percepção do preço; aspecto físico; valores nutricionais; sabor; qualidade; satisfação ao consumir; locais de comercialização. Cabe ressaltar que os respondentes tiveram total liberdade de tempo e de opinião em suas respostas, não havendo interferência dos aplicadores para não tendenciar os resultados. Os questionários foram entregues pelo pessoal da churrascaria aos respondentes, após concordância em responder. A análise efetuada foi de caráter interpretativo, com base na literatura abordada.

Após a aplicação dos questionários à população pesquisada, as informações foram submetidas a um processo de tabulação de dados, realizado através do *software* Microsoft Excel. Por conseguinte, realizou-se o tratamento estatístico oferecido pelo *software* SPSS, buscando-se obter a frequência estatística dos resultados alcançados pela pesquisa proposta com o objetivo de realizar a interpretação e análise de dados e as considerações finais desse artigo.

## **INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Após o processo de tabulação e tratamento estatístico, realizou-se a interpretação e análise de dados da referida pesquisa. Primeiramente, analisou-se as informações pessoais dos respondentes, a seguir, seus hábitos de consumo e, por fim, informações a cerca do produto.

A primeira parte do questionário, com questões fechadas, refere-se a informações pessoais dos entrevistados a fim de qualificar e caracterizar a amostra. Foram analisados quatro fatores fundamentais para definir o perfil do consumidor de carne de avestruz, quais sejam, sexo, escolaridade, idade e renda mensal.

Verificou-se que 84,6% dos respondentes são do sexo masculino e 15,4% são do sexo feminino. Quanto a escolaridade, 15,4% deles têm ensino médio completo, 38,5% possuem graduação completa e que 46,2% dos respondentes possuem pós-graduação. Do total de respondentes, 7,7% têm idade até 30 anos, 30,8% têm de 31 a 40 anos, 38,5 % de 41 a 50 anos, 7,7% mais de 50 anos e, 15,4% não responderam este item do questionário. Quanto à renda, 7,7% dos respondentes têm renda até R\$ 2.000,00, 15,4% deles têm renda de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.500,00, 30,8% têm renda de R\$ 3.500,00 a R\$ 5.000,00 e 46,2 % mais R\$ 5.000,00.

Assim, percebe-se que os entrevistados são predominantemente do sexo masculino, em sua maioria com curso superior completo ou pós-graduação, de idades entre 31 e 50 anos e renda mensal superior a R\$ 3.500,00. Estas informações são importantes, uma vez que o mercado consumidor almejado pelos produtores de avestruz é formado por pessoas de maior poder aquisitivo e, geralmente, com um padrão de exigências mais elevado.

A segunda parte do questionário, com questões semiestruturadas, busca explorar hábitos de consumo de carne de avestruz. Inicialmente, foi confirmado se o entrevistado consome ou consumiu carne de avestruz. Do total, apenas 15,4 % disseram que não haviam consumido e 84,6% assinalaram que já haviam consumido carne de avestruz. Quando perguntados se costumam consumir carnes exóticas, apenas 30,8% disseram que sim, contra 69,2% que não. Após isso, perguntou-se se o entrevistado consumiria novamente carne de avestruz, sendo que 61,5% disseram que sim e 38,5% responderam que não. Entretanto, somente 30,8% dos entrevistados mostraram-se dispostos a preparar esta carne. Para o total dos respondentes, a melhor forma de preparo seria sob a forma de churrasco com 46,2%, seguido por 23,1% que optaram pela carne grelhada e, outros 15,4% que declaram que a melhor forma seria ao molho de sua preferência, por fim, 15,4% não responderam ou não sabiam.

Conhecer o comportamento do consumidor não é tarefa fácil, pois segundo Kotler (2003), o comportamento do consumidor pode ser influenciado por fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Quando a decisão recai sobre um produto novo, como é o caso do consumo de carne de avestruz, aumenta a incerteza de como estes fatores influenciam a escolha do consumidor.

A próxima questão tratou do local em que os entrevistados consomem ou já consumiram carne de avestruz. Desses, 7,7% disseram que consumiram na casa de amigos ou familiares, 76,9% disseram que foi em restaurantes e 15,4% nunca haviam consumido. As demais questões não tiveram marcações. Quando perguntados com quem consumiram, 7,7% disseram que foi sozinho, 15,4% disseram que foi com seu companheiro ou companheira, 76,9% que foi em restaurante e, novamente, 15,4% não assinalaram essa questão ou disseram que nunca consumiram. Com relação à frequência de consumo, a maioria dos entrevistados, 76,9% comunicaram que consomem eventualmente, e 23,1% não responderam ou declararam não ter consumido.

Do total de pessoas entrevistadas, 61,5% disseram que consumiriam novamente e 38,5% que não consumiriam mais este tipo de carne. Entretanto, 84,6% dos entrevistados alegaram que recomendariam para outras pessoas a carne de avestruz.

Assim, analisando-se os hábitos de consumo, percebe-se que a maioria dos respondentes consumiu ou já havia consumido carne de avestruz antes de responder o questionário, no entanto, uma parte expressiva da amostra alegou não ser consumidora de carnes exóticas.

Os entrevistados, em sua maioria, mostraram-se dispostos a consumir carne de avestruz novamente, inclusive recomendá-la-iam para outras pessoas, embora não manifestaram interesse em prepará-la. De um modo geral, os respondentes só consumiram o produto em restaurantes, em companhia de amigos ou familiares e de forma eventual. Segundo a opinião dos entrevistados, o melhor modo de preparo da carne de avestruz seria na forma de churrasco ou grelhada. Vale ressaltar que, segundo informações obtidas na cooperativa, a melhor forma de preparo da carne seria em molho, pois quando em churrasco ela perde maciez.

Quando perguntados se possuíam conhecimento e consideravam adequado o preço do produto, os entrevistados demonstraram desconhecimento à cerca destas informações. Apenas 23,1% dos entrevistados disseram conhecer essas informações bem como o preço, julgando-o adequado, sendo que a grande maioria, 76,9% responderam não ter conhecimento sobre esse. Entende-se que se o produto for oferecido em outros restaurantes e para o preparo em casa, os consumidores teriam maiores informações sobre o produto e também sobre o seu preço.

Com relação à terceira parte do questionário, com questões estruturadas, pode-se observar na tabela 03 as percepções sobre o produto, quando os consumidores mostraram de um modo geral ter uma boa impressão quanto a textura e maciez do mesmo. Por outro lado, mostraram-se indiferentes a certos aspectos, como por exemplo, a coloração e as semelhanças que o produto possui em relação ao filé *mignon*.

**Tabela 03:** Percentual de respostas relacionadas as percepções do consumidor à carne de avestruz.

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito Satisfeito	Não Responderam
<b>QUANTO AO ASPECTO FÍSICO</b>						
Textura	0,0	0,0	15,4	69,2	15,4	0,0
Maciez	0,0	23,1	0,0	46,2	23,1	7,7
Coloração	0,0	23,1	30,8	30,8	15,4	0,0
Comparável ao filé bovino	7,7	23,1	15,4	23,1	23,1	7,7
<b>QUANTO AOS VALORES NUTRICIONAIS</b>						
Baixos teores de gordura	0,0	7,7	15,4	46,2	30,8	0,0
Baixo nível de colesterol	0,0	0,0	23,1	61,5	7,7	7,7
Baixas Calorias	0,0	0,0	15,4	46,2	15,4	23,1

Alto teor de ômega 3, 6 e 9	0,0	0,0	15,4	30,8	23,1	30,8
<b>QUANTO A PERCEPÇÃO</b>						
Ao sabor	0,0	15,4	38,5	38,5	7,7	0,0
Qualidade percebida	0,0	0,0	23,1	53,8	23,1	0,0
Satisfação geral	0,0	7,7	53,8	38,5	0,0	0,0
Quanto ao preço	15,4	0,0	23,1	30,8	0,0	30,8
Pontos de venda acessíveis?	23,1	38,5	7,7	7,7	0,0	23,1

**Fonte:** Pesquisa realizada pelos autores (2007).

Quando interrogados a respeito dos valores nutricionais, os consumidores identificaram o produto como sendo uma carne magra, principalmente por possuir um nível baixo de colesterol, embora pareçam desconhecer os valores calóricos e de aminoácidos contidos nessa carne, como os ômega 3, 6 e 9.

Nos quesitos nutricionais observa-se um grande número de não respondentes, que provavelmente esteja relacionado a uma limitação no conhecimento a respeito do assunto.

Os entrevistados, na sua grande maioria, não se mostraram muito satisfeitos quanto ao sabor do produto, estando os mesmos, tendendo mais à indiferença. Apesar disso, como já mencionado, o respondente está disposto a consumir essa carne novamente, o que proporciona desenvolver um plano de marketing abordando os benefícios deste produto e outras formas para o seu preparo, dentro de um contexto de receitas de baixo valor calórico, mantendo o *slogan* de um produto saudável.

Os itens preço e pontos de venda estão intimamente relacionados nesse caso, uma vez que a escassez desse último torna mais difícil o conhecimento do preço do produto, o que explica a grande dispersão e ausência de respostas nestes tópicos. Observa-se que a estratégia da cooperativa se assemelha aos conceitos do Kotler (1994) quando esse autor destaca a estratégia de desnatação lento, pois a carne de avestruz ainda possui um valor considerado elevado pelos padrões brasileiros, sendo somente mais adequada às classes média e alta. Além disso, a cooperativa que é a representante dos criadores e está lançando-a com pouca promoção e divulgação. Ressalta-se que esta estratégia pode não ser totalmente adequada ao aumento no consumo de carne de avestruz, visto que o mercado não conhece este produto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações deste estudo, observa-se que diante dos resultados alcançados pela pesquisa, pode-se extrair que:

- i) o público entrevistado na churrascaria, único lugar que oferece a carne de avestruz preparada, se caracteriza por ser do sexo masculino, ter alta escolaridade e renda mensal;
- ii) os entrevistados, em sua maioria, mostraram-se dispostos a consumir carne de avestruz novamente e até mesmo recomendariam as outras pessoas;
- iii) há uma deficiência na divulgação sobre os locais de venda e do próprio produto percebido pelos consumidores; e,
- iv) os consumidores manifestaram boa impressão a respeito da carne, embora não conheçam os benefícios nutricionais da mesma e, também, a grande maioria não a compara com o filé *mignon* bovino.

Diante disso, deve-se observar e avaliar se as expectativas e iniciativas da cooperativa de estrutiocultores (CPARS) estão corretas em relação à percepção do consumidor. Como já referido anteriormente, tem-se divulgado de maneira ainda discreta, as qualidades da carne de avestruz em relação às outras, ora buscando semelhanças à carne bovina, mais precisamente ao filé *mignon*, ora enaltecendo seus benefícios nutricionais em comparação à outras espécies.

No entanto, o que se observou nesse trabalho acadêmico é que o consumidor talvez não busque na carne de avestruz uma semelhança à carne bovina, e sim que ele possa identificar nela características de qualidade próprias, para que venha no futuro adquiri-la e adaptá-la a forma de consumo que julgue mais conveniente e assim, quem sabe, até mesmo incorporá-la a seus hábitos alimentares.

Acredita-se que a formação da CPARS seja uma solução interessante para a estrutiocultura brasileira, principalmente dentro de um mercado próspero e sadio, onde se tenha começo, meio e fim, ou seja, criação, industrialização, comercialização e visão sistêmica de cadeia produtiva. Dessa forma, é importante salientar que o conhecimento do consumidor em relação ao produto pesquisado ainda é pouco expressivo, e seria importante para cooperativa buscar ferramentas de marketing a fim de promovê-lo e fomentar seu consumo.

Sabe-se que iniciativas inovadoras e empreendedoras, como é o caso da comercialização da carne de avestruz, são fundamentais para o desenvolvimento de um setor ou de uma cadeia. Nesse sentido, faz-se imprescindível a realização de uma consistente análise de mercado,



objetivando conhecer e avaliar a complexidade do sistema e do ambiente no qual o produto está inserido evitando o risco de auferir pesados prejuízos.

Por fim, a presente pesquisa não pretende esgotar o assunto, mas sim, corroborar com as iniciativas dos produtores e da cooperativa, além de fornecer maiores informações aos consumidores. Também, como recomendação dos autores é importante que se faça um trabalho de maior profundidade, reduzindo as limitações quanto ao tamanho da amostra, perfil do consumidor e estrutura do questionário, de modo a aprofundar e qualificar aspectos abordados no presente trabalho, tais como qualidade percebida e satisfação geral do consumidor.

## REFERÊNCIAS

ACAB. Associação dos Criadores de Avestruzes do Brasil. Site de Associação dos Criadores de Avestruzes do Brasil. Disponível em: <http://www.acab.org.br>. Acesso em: 24 mai. 2007.

BRASIL COOPERATIVO. Portal do Cooperativismo Brasileiro. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.com.br/Cooperativismo/IdentidadedoCooperativismo/tabid/334/Default.aspx>. Acesso em: 28 mai. 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. Metodologia Científica. 5ª. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COOPERATIVISMO. Portal do Cooperativismo. Disponível em: [http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura\\_cooperativismo.asp](http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo.asp). Acesso em: 28 mai. 2007.

CRIAR. Criar e Plantar: Cooperativa dos Criadores de Avestruzes e Emas do Estado de São Paulo. Disponível em: [www.criareplantar.com.br](http://www.criareplantar.com.br). Acesso em: 22 mai. 2007.

ESTRUTIOPAR. Cooperativa dos Estritiocultores do Paraná. Disponível em: <http://www.estrutiopar.com.br>. Acesso em: 16 mai. 2007.

GADE, C. Psicologia do consumidor e Propaganda. Ed. Rev. Amp.. São Paulo: E.P.U., 1998.

GIGLIO, E. O Comportamento do Consumidor. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1995.

HOFFMAN, L. C.; FISHER, P. Comparasion of meat quality characteristics between young and old ostriches. Meat Science, vol 59. pag 335-337, 2001. disponível em: [www.elsevier.com/locate/meatsci](http://www.elsevier.com/locate/meatsci). Acesso em: 23 mai 2007.

KOTLER, P. Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

KOTLER, P. Princípios de Marketing. 9. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2003.

LIBÂNIO, C. de S. Pesquisa de Satisfação dos Consumidores Universitários de Porto Alegre sobre o Chocolate Dove. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MALHOTRA, N. Pesquisa em Marketing: uma orientação aplicada. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARKETING: O Endereço do Marketing na Internet Brasileira (MARKETING). Disponível em: [http://www.marketing.com.br/mkt\\_01.html](http://www.marketing.com.br/mkt_01.html). Acesso em: 22 maio 2007.

NEVES, C. J. Qualidades Nutricionais da Carne de Avestruz. Disponível em: [http://www.veredadosavestruzes.com.br/index1\\_ok.html](http://www.veredadosavestruzes.com.br/index1_ok.html). Acesso em: 23 maio 2007.

NORMANHA FILHO, M. A. Marketing, propaganda e publicidade, um estudo da confusão dos termos no Brasil: aspectos terminológicos e conceituais. Disponível em: [http://www.fecap.com.br/portal/Arquivos/Negocios/Mkt\\_Prop\\_Publi.pdf](http://www.fecap.com.br/portal/Arquivos/Negocios/Mkt_Prop_Publi.pdf). Acesso em: 24 mai. 2007.

PEDROZO, E. de Á. Análise de Cooperativas Agrícolas através da Utilização de Estratégias Industriais. Salvador, Bahia, p.122-136, Anais do 17º ENANPAD, 27 a 29 de setembro de 1993, vol.5, Administração Rural, 1993.

SABIONI, A, et al. Factors affecting ostrich meat composition and quality. Ann.Fac. Medic. di Parma. Vol. XXIII, p. 243-252, 2003.

SCHALKWYK, S. J. et al. The effect of pre-slaughter stress resulting from feed withdrawal on meat quality characteristics in ostriches. South African Journal of Animal Science, vol 30 (Supplement 1), 2000.

SEBRAE. Site do Sebrae de Minas Gerais. Série Saiba Mais. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/saibamais/cooperativa.pdf>. Acesso em: 23 maio 2007.

SILVA, T. N. A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle. Perspectiva Econômica, São Leopoldo (RS), UNISINOS, v.29, n.86, jul./set. 1994.

STRUTHIO & CULTURA: A Revista Nacional do Avestruz. Site do Struthio group. Disponível em: <http://www.struthio.com.br/>. Acesso em: 28 mai. 2007.

UOV. Universidade On-line de Viçosa (UOV). Disponível em: [http://www.uov.com.br/biblioteca/456/cooperativismo\\_empreendedor\\_na\\_implantacao\\_da\\_ca\\_deia\\_produtiva\\_do\\_avestruz\\_no\\_brasil.html](http://www.uov.com.br/biblioteca/456/cooperativismo_empreendedor_na_implantacao_da_ca_deia_produtiva_do_avestruz_no_brasil.html). Acesso em: 19 mai. 2007.

# CAPÍTULO 11

## UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, COM ÊNFASE EM ATIVIDADES DE BOMBEIRO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Alfredo Ribeiro Cárdenas  
Maurício Custodio Serafim

### RESUMO

Desde 2013 a UDESC, em parceria com instituições de segurança pública do estado, promove cursos de especialização em gestão pública com ênfase em atividades de bombeiro, para oficiais da corporação. O intuito dos cursos é a qualificação dos gestores, aprimoramento dos serviços prestados, além da produção – através de trabalhos de conclusão de curso – de propostas de melhoria e solução de problemas ligados à corporação. Diante dos investimentos públicos aplicados aos mesmos, este estudo objetiva investigar os trabalhos de conclusão produzidos no curso de especialização em gestão com ênfase na atividade bombeiril, destacando o escopo de temáticas abordadas, problemas explorados e propostas produzidas. A partir da análise documental, os resultados desta pesquisa, demonstram que as monografias exploraram variados temas que potencialmente contribuem com a melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade. Levantamentos de informações relevantes à gestão; revisão e propostas de criação de procedimentos (gestão e operacionais) demonstram as contribuições dos trabalhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública; Organização Militar; Bombeiros.

### INTRODUÇÃO

O contexto das organizações militares tem sido alvo de crescentes pesquisas realizadas pela comunidade científica nacional e internacional (COSTA, 2008). Não obstante à inevitável associação destas instituições a palavras relacionadas com disciplina, hierarquia, formalidade, racionalização e burocracia, estudos organizacionais têm demonstrado igualmente a presença de questões intrínsecas a subjetividades e simbolismos impregnados na gestão e operação das organizações militares (DA SILVA, 2013).

No Brasil, considerando a trajetória de cinco séculos, desde a Guerra de Guararapes – marco histórico de início da organização militar brasileira – observa-se um lento processo de racionalização e profissionalização das atividades militares nacionais (ROSA, 2007). Neste sentido, as forças militares – forças armadas e, igualmente, forças auxiliares – ao longo do tempo foram especializando-se em atividades originalmente ligadas à defesa do território nacional e atualmente, com outras designações adicionadas, que ampliam o escopo de atividades proporcionadas à sociedade (CREMASCO; CONSTANTINIDIS; DA SILVA, 2008).

O Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina (CBMSC) é uma força auxiliar da defesa nacional cuja missão está relacionada à promoção e manutenção de serviços profissionais e humanitários, que buscam garantir a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, visando proporcionar qualidade de vida à sociedade.

Diante deste intuito, e cientes de que para a corporação bomberil exercer de maneira efetiva sua missão é necessário um amparo administrativo/de gestão que planeje e suporte suas atividades fins, desde o ano de 2013, oficiais – militares de nível tático e estratégico do corpo de bombeiros – tem participado de cursos de especialização em gestão pública oferecidos em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O objetivo destes cursos de especialização *Lato Sensu* é a qualificação dos gestores militares, aprimoramento dos serviços prestados – internos e externos à organização –, além da produção (através dos trabalhos de conclusão de curso) de propostas de melhoria e de solução de problemas ligados à gestão das corporações e aos serviços prestados à sociedade pelas organizações militares.

Diante das propostas dos cursos e dos investimentos públicos aplicados aos mesmos, o presente estudo tem como objetivo investigar os trabalhos de conclusão produzidos nos cursos de especialização, destacando o escopo de temáticas abordadas, problemas explorados e propostas produzidas. Destaca-se não fazer parte do escopo da presente pesquisa a análise das metodologias empregadas para alcance dos objetivos, nem das consequências, ou mesmo a aplicabilidade dos resultados alcançados pelas mesmas, mas, principalmente, identificação das propostas oferecidas pelos trabalhos produzidos.

Um estudo nessa dimensão pode contribuir tanto para a comunidade científica – considerando a incipiência de estudos sobre organizações militares no país –, como para os gestores militares, bem como gestores públicos, ao possibilitar a visualização do panorama sobre as diferentes propostas apresentadas, problemas abordados, assuntos explorados e sugestões de melhoria construídas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para o alcance do objetivo proposto, foi realizado um levantamento bibliográfico junto ao sítio eletrônico da biblioteca da respectiva universidade ([www.pergamumweb.udesc.br](http://www.pergamumweb.udesc.br)) com intuito de encontrar as monografias produzidas pelos alunos da pós-graduação, em suas íntegras.

A pesquisa na plataforma da universidade trouxe à tona 49 trabalhos que foram, então, analisados com a intenção de compreender suas propostas e contextos explorados. Inicialmente,

almejava-se realizar a análise somente a partir da leitura dos títulos e resumos dos trabalhos. Não obstante a este inicial procedimento, viu-se necessário, para o melhor entendimento dos trabalhos, a realização da leitura de outras partes das monografias específicas de cada trabalho, tais como objetivos do trabalho produzido, metodologia empregada, resultados e conclusões.

A análise dos textos foi realizada por meio do emprego do procedimento qualitativo de análise de conteúdo seguindo as recomendações de Bardin (1997), nomeadamente a organização da análise, a codificação e a categorização. Desta forma, os trabalhos foram, então, reunidos em categorias temáticas afim de melhor descrever os resultados encontrados nesta pesquisa.

## RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta inicialmente os 49 trabalhos encontrados na plataforma de busca da universidade, demonstrando os autores das monografias (por ordenação alfabética), o ano de publicação de cada trabalho, bem como a titulação atribuída aos trabalhos produzidos.

**Quadro 1:** Autores, anos e títulos das monografias produzidas.

<b>Autor (ano)</b>	<b>Título do trabalho</b>
<b>Acordi (2015)</b>	A possibilidade de execução de fiscalização da segurança contra incêndio e pânico por parte de bombeiros privados.
<b>Alves (2014)</b>	Análise dos Anexos "A" e "B" da Portaria nº 114/CBMSC/2007 e apresentação de proposta de nova Portaria de Processo Administrativo Disciplinar Militar.
<b>Alves (2013)</b>	Proposta para um Sistema de informações geográficas Como inovação tecnológica para as Operações de combate a incêndios.
<b>Amorim Júnior (2013)</b>	A implementação do serviço de busca, resgate e salvamento com cães no Estado de Alagoas.
<b>Balsan (2014)</b>	A gestão das atividades de socorro em áreas deslizadas no estado de Santa Catarina.
<b>Baptista Neto (2015)</b>	A formação de redes para o fortalecimento das ações intersetoriais de resposta aos desastres naturais em Santa Catarina.
<b>Biluk (2014)</b>	Cadastramento de Equipamentos de Segurança Contra Incêndio..
<b>Borges (2014)</b>	Um estudo sobre os vínculos organizacionais dos bombeiros militares e comunitários com o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Brasil (2014)</b>	Análise da relação entre a jornada de trabalho e o nível motivacional dos servidores militares que exercem atividade-meio na 8ªSRPRF/SC.
<b>Cameu Júnior (2013)</b>	Sistemas de informações no gerenciamento da operação veraneio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: proposta de aperfeiçoamento do programa E-193. 2013.
<b>Cardoso (2013)</b>	A Necessidade da revisão da Instrução Provisória Nr 1 – Manual Técnico (IP 1-MTec BM) - e subsequente apresentação de manual de

	Inquérito Técnico no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Cardoso (2013)</b>	Avaliação do nível de estresse psicológico das tripulações e da equipe de apoio de solo do Arcanjo - 01: Ferramenta de suporte à segurança de voo.
<b>Cordeiro Junior (2014)</b>	Novas Perspectivas para o Atendimento Pré-Hospitalar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Corrêa Dutra (2015)</b>	Proposta de uma Instituição para o desenvolvimento de pesquisa científica, tecnológica, histórica e cultural no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Correia (2014)</b>	Mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação no âmbito do CBMSC: Uma análise crítica dos resultados alcançados sob a ótica de seu idealizador.
<b>Da Luz (2013)</b>	Estruturação de Defesa Civil no município de Tijucas/SC frente ao cenário atual de desastres.
<b>Dutra (2014)</b>	Diagnóstico do consumo de bebidas alcoólicas no corpo de bombeiros militar de Santa Catarina: estudo realizado com bombeiros militares que atuam na Grande Florianópolis.
<b>Farias (2013)</b>	A obrigatoriedade da realização da perícia de incêndio no Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas como ferramenta de gestão.
<b>Fernandes (2015)</b>	Assédio moral no Corpo de bombeiros militar de Santa Catarina: um diagnóstico do exercício ilegítimo do poder.
<b>Fiório(2013)</b>	Assédio moral nas Instituições Militares estaduais de Santa Catarina de superior para subordinado.
<b>Florença (2014)</b>	Segurança contra incêndios em silos de armazenagem de grãos.
<b>Franz (2015)</b>	Proposta para alterar redação do programa de expansão dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Gamga Júnior (2015)</b>	Proposta para aprimoramento da gestão de projetos no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Godinho(2013)</b>	Aquisição de materiais e equipamentos de bombeiro com foco na qualidade.
<b>Gonçalves (2015)</b>	Proposta de criação do sistema de inteligência do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – SIBOM.
<b>Guimarães(2013)</b>	Habeas Corpus em Sede de Prisão Disciplinar Militar.
<b>Hochleitner (2015)</b>	Proposta de movimentação de Pessoal para o CBMSC.
<b>Laureano Junior (2013)</b>	O serviço voluntário indenizável como alternativa para potencializar a atividade finalística do CBMSC.
<b>Lima (2013)</b>	Proposta de integração e sistematização da educação continuada para o serviço operacional no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Magalhães (2013)</b>	O papel da fiscalização como estratégia para mitigar as ocorrências de acidentes de trânsito envolvendo veículos transportadores de produtos perigosos.
<b>Melo (2014)</b>	Estruturação de um plano de sistema de informações para gestão da coordenadoria municipal de proteção e defesa civil.
<b>Neves (2013)</b>	Estudo Sobre a Capacitação Técnica para a Produção de Materiais Didáticos para Ensino a Distância por Parte do Corpo Docente do CBMSC.

<b>Nunes (2014)</b>	Uma proposta de intervenção para o aproveitamento dos conscritos no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Oliveira (2015)</b>	A aplicabilidade do Sistema de Registro de Preços na gestão de compras do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Pacheco (2015)</b>	Como ocorreu o processo de emancipação no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Parizotto (2013)</b>	Parâmetros técnicos para a aprendizagem dos cães de busca, resgate e salvamento.
<b>Pereira (2015)</b>	Centro de Educação e Formação de Condutores do CBMSC: Uma análise dos acidentes de trânsito envolvendo viaturas BM após sua implementação.
<b>Rodrigues (2014)</b>	O uso do twitter como ferramenta de integração entre a sociedade e o CBMSC.
<b>Samudio (2014)</b>	Fazendo acontecer o plano estratégico na seção administrativa e financeira das Superintendências da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Santin (2014)</b>	Incremento financeiro através da integração de sistemas computacionais SIGAT e BETHA Tributos.
<b>Sousa (2014)</b>	Proposta de implementação do treinamento físico funcional para bombeiros militares.
<b>Souza (2013)</b>	Aldrin Silva de. Proposta de instrumento normativo à gestão de incêndios em minas de exploração subterrânea de carvão. Florianópolis: UDESC, 2013.
<b>Souza(2013)</b>	Levantamento na literatura sobre os indicadores para atendimento à população atingida por desastres pela Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina.
<b>Souza (2013)</b>	Índice de Perigo de Incêndio em Municípios do Estado de Santa Catarina.
<b>Steil (2015)</b>	Aspectos jurídicos das alterações legislativas em matéria previdenciária e a incidência em relação ao regime jurídico dos militares estaduais de Santa Catarina.
<b>Ventura (2015)</b>	Reaproveitamento de efluentes das minas de carvão, para uso nos caminhões de combate a incêndios no CBMSC.
<b>Vidal (2013)</b>	Vínculos Organizacionais: Estudo de caso no 13º Batalhão de Bombeiros Militar.
<b>Vidal (2015)</b>	Marketing no setor público e os indicadores de desempenho na Atividade Técnica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.
<b>Vidal (2013)</b>	Os obstáculos orçamentários e financeiros na execução da Operação Veraneio pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

**Fonte:** elaborado pelos próprios autores, 2021.

Uma apreciação geral do Quadro 1 possibilita afirmar, inicialmente, que as monografias desenvolvidas têm explorado temas diversificados ao longo dos anos. Neste sentido, questões variadas como o nível de estresse, e consumo de bebidas alcoólicas entre os militares; assédio moral dentro da corporação, avaliação de resultados sobre práticas de gestão; obstáculos

orçamentários – entre outros variados assuntos, contextos e propostas – demonstram a diversidade de temas explorados nos estudos produzidos.

Tendo em vista o panorama geral de trabalhos analisados, apresenta-se a seguir os resultados da análise das monografias produzidas destacando-se o escopo de temáticas abordadas, problemas explorados e propostas produzidas. Inicialmente, por meio da análise de conteúdo, os trabalhos foram categorizados considerando o foco da monografia produzida, ou mais especificamente, a área da corporação que é impactada pelo trabalho produzido.

Nesta análise inicial, emergiram dois grupos – categorias – de monografias, quais sejam: trabalhos de (1) *impacto/foco na gestão da corporação*; e trabalhos de (2) *impacto/foco nas atividades fins/nas atividades operacionais da corporação*. Não obstante às categorias inicialmente encontradas, entende-se que os trabalhos produzidos em uma categoria (foco na gestão, por exemplo) podem gerar consequências e influenciar, direta ou indiretamente, na outra área (na atividade fim, no operacional) da organização militar – com recíproca verdadeira. De qualquer forma, é visível e didático visualizar, inicialmente, o enfoque principal que os trabalhos ambicionaram.

### **Foco/impacto na gestão da corporação bomberil**

Nesta primeira categoria de monografias estão agrupados os trabalhos produzidos cujo foco incidiu sobre a gestão da organização bombeiril, ou cujos resultados potencialmente geraram/gerariam impactos mais efetivos sobre a condução administrativa da mesma (sobre a atividade meio e não sobre a operação/atividade fim). Desta forma, com a observação dos textos monográficos alocados nesta primeira categoria, identificou-se a existência de três tipos principais – ou subcategorias – de trabalhos. Os textos foram, então, identificados como estando relacionados às seguintes questões: (1) *Levantamento de informações relevantes à gestão da corporação*; (2) *Análise e revisão de procedimentos de gestão existentes*; (3) *Criação de propostas concernentes à gestão*.

A seguir, são detalhadas estas categorias.

#### ***Levantamento de informações relevantes à gestão da corporação***

Nesta categoria, estão reunidos os trabalhos cujo foco incidiu principalmente em pesquisas aplicadas nos sujeitos atuantes dentro da corporação (os próprios militares), bem como em alguns procedimentos específicos realizados na mesma, produzindo dados relevantes para a tomada de decisão/gestão da organização militar.



Considerando este escopo, de início, podem ser tomados como exemplos: o trabalho desenvolvido por Cardoso (2013) que buscou avaliar o **nível de estresse** psicológico tanto na tripulação, como em equipes de apoio que atuam conjuntamente ao helicóptero de salvamento *Arcanjo 01*; os trabalhos de Vidal (2013) e Borges (2014) que investigaram os **padrões de vínculos existentes** entre os sujeitos atuantes (bombeiros militares e, também, bombeiros comunitários) com a própria corporação militar; bem como o estudo de Neves (2013) que explorou informações sobre o **nível de capacitação do corpo docente** do CBMSC para a elaboração de materiais didáticos de educação à distância.

De modo semelhante, outros trabalhos de conclusão de curso exploraram questões “delicadas” pertinentes à gestão da corporação militar. Neste foco, informações sobre o **consumo de bebidas alcoólicas** entre os bombeiros e, também, sobre **assédio moral** na organização militar foram levantadas nas monografias de Dutra (2014), Fiório (2013) e Fernandes (2015).

#### *Análise, revisão e aprimoramento de procedimentos de gestão existentes*

De modo alternativo aos trabalhos anteriormente apresentados, as monografias alocadas nesta categoria buscaram, fundamentalmente, empreender análises e reflexões sobre a efetividade de procedimentos de gestão já desempenhados na corporação dos bombeiros, bem como apresentar propostas de revisão/reorganização de determinados procedimentos existentes.

Neste desígnio, e tangenciando, ainda, a questão relativa ao tema assédio moral, Alvez (2014) construiu um trabalho no intuito de **revisar a regulamentação pertinente ao processo administrativo disciplinar militar** através da proposta de nova portaria em substituição à portaria existente de matéria análoga. Do mesmo modo, considerando as punições de tais processos disciplinares, o trabalho de Guimarães (2013) apresentou reflexões quanto à **adequação do Habeas Corpus na prisão oriunda da transgressão da disciplina** na instituição militar.

Outros trabalhos, por exemplo, de Correia (2014) e Pereira (2015) buscaram analisar a efetividade, ou os **resultados obtidos a partir da implementação do Centro de Educação e Formação de Condutores do CBMSC**, demonstrando, por um lado, que tal implementação propiciou redução no número de acidentes envolvendo veículos de emergência do 1º Batalhão de Bombeiro Militar de Florianópolis, e, por outro lado, que alguns procedimentos pertinentes ao oferecimento de cursos de mudança de categoria da CNH poderiam/deveriam ser revistos a fim de torná-los mais eficientes.

As propostas de Cameu Junior (2013) e Vidal (2013) tiveram como contexto de pesquisa, questões **relacionadas à operação veraneio** (desenvolvida anualmente pelo CBMSC). A proposta do primeiro trabalho foi **avaliar se os sistemas de informações** utilizados no gerenciamento da operação atendiam as necessidades dos seus usuários (em nível operacional, gerencial e estratégico), apresentando sugestões de aperfeiçoamento para programa utilizado. Já a monografia de Vidal (2013) propunha evidenciar **obstáculos orçamentários e financeiros** enfrentados pela instituição militar na execução da operação veraneio, sugerindo ações para seu aprimoramento.

Considerando, igualmente, necessidade de transpor dificuldades orçamentárias, o trabalho de Santin (2014) defendeu a possibilidade de **incrementar a arrecadação das taxas** de prevenção contra sinistros, da corporação, através da **integração sistemas computacionais**, por meio do convênio entre CBMSC e municípios (a proposta teve o foco no município de Criciúma).

Ainda permeando questões relacionadas à otimização de recursos dentro da organização militar, outros trabalhos buscaram contribuir com a **gestão de compras** dentro da corporação. Neste intento, a monografia de Godinho (2013) constatou que, em geral, o pregão – modalidade licitatória comumente utilizada na corporação – não seria a **modalidade de licitação mais adequada para as aquisições de equipamentos de bombeiro**, apontando como sugestão a utilização de modalidades alternativas de licitação (carta convite; tomada de preço, ou concorrência) para aquisição de equipamentos de qualidade. Tendo o mesmo foco (gestão de compras) o trabalho de Oliveira (2015) propôs analisar a **aplicabilidade do sistema de registro de preços na gestão de compras** da instituição, tendo inclusive apresentado, ao final do trabalho, sugestão de proposta de minuta de decreto a ser utilizada pelo comando geral da organização militar para fundamentar solicitação de **alteração legislativa** ao Governo do Estado de Santa Catarina.

O trabalho de Cardoso (2013) também fez proposta de alteração/revisão. Neste caso, a proposta de **revisão** incidiu sobre uma **instrução provisória**, do próprio corpo de bombeiros, que versava sobre procedimento administrativo denominado **inquérito técnico**. Além de revisar a instrução provisória, o trabalho **apresenta um manual** de elaboração de inquérito técnico para a corporação a fim de auxiliar o trabalho de militares que lidam com tais procedimentos.

A própria expansão dos serviços do CBMSC foi, igualmente, foco de proposta de revisão. Neste contexto, ao constatar o cenário de gestão estadual apontando a impossibilidade de novas contratações pelo estado via concurso público (apenas reposição dos quadros de pessoal), a monografia defendida por Franz (2015), propôs **alteração da redação do programa de expansão** da organização militar, propondo alicerces na inovação da utilização de seus recursos humanos e reedição de termos de parcerias com municípios e a comunidade.

Outro trabalho que vislumbrou a necessidade de alterações ligadas à gestão para o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade catarinense, foi o desenvolvido por Laureano Junior (2013). Em seu trabalho, o autor empreendeu defesa sobre a possibilidade de **realização do serviço voluntário** indenizável de bombeiros comunitários (nos mesmos moldes que acontece com os guarda-vidas civis), como alternativa para potencializar a atividade finalística dos bombeiros.

Por fim, a gestão de projetos, ou mais especificamente a **estruturação e o aprimoramento da gestão de projetos** junto ao corpo de bombeiros foi a proposta apresentada na monografia de Gamba Junior (2015), que fez levantamento da estrutura responsável pela gestão, identificou oportunidades de melhoria com base na literatura sobre o tema e sistematizou informações para a elaboração de proposições para o aprimoramento da questão.

### ***Propostas de criação de procedimentos de gestão/ criação de propostas e procedimentos concernentes à gestão***

Uma parcela considerável de trabalhos monográficos produzidos nos cursos de especialização – do grupo cujo foco/impacto foi a gestão da corporação – propôs apresentar propostas de criação de novos procedimentos de gestão (ou novas ideias que impactariam diretamente em questões relacionadas à gestão/atividade meio), a fim de solucionar problemas ou aprimorar os serviços realizados pela organização militar.

Com estes objetivos, o trabalho produzido por Rodrigues (2014), por exemplo, defendeu uma proposta de utilização do **uso da rede social** (mídia social) **Twitter como ferramenta de integração entre a sociedade e a instituição militar**, apresentando estratégias e limitadores para seu uso. Considerando este trabalho relacionado à gestão de marketing da instituição militar, a monografia de Vidal (2015) explorou igualmente o tema, ao propor a reflexão sobre a **utilização de indicadores de desempenho funcional** – da atividade técnica do CBM – como **ferramenta de marketing** da organização militar, tendo os conceitos de marketing dos setores público e privado como referência.

Em se tratando de questões ligadas à **gestão de pessoas** da organização militar, os trabalhos de Lima (2013) e Hochleitner (2015) apresentaram suas propostas. Constatando a ausência de normatização específica, a monografia de Hochleitner (2015) apresentou a proposta de **regulamentação para movimentação de pessoal** do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Já a proposta de Lima (2013) abordou – considerando o aumento das atribuições da corporação – a necessidade de **integração e a sistematização da educação continuada** para os serviços prestados pela corporação.

De forma alternativa, mas ainda tratando de recursos humanos na instituição militar, o trabalho de Nunes (2014) defendeu, a partir de ajustes necessários em legislação, a possibilidade do **aproveitamento dos conscritos no corpo de bombeiros militar**, ou seja, que o serviço militar obrigatório – tradicionalmente realizado no exército brasileiro – pudesse ser realizado em forças auxiliares militares como a corporação de bombeiros.

Por fim, os trabalhos produzidos por Gonçalves (2015), Batista Neto (2015) e Dutra (2015) apresentaram propostas cujo impacto, possivelmente, acometeria o nível estratégico da organização militar bombeiril.

Nesta diretriz, a **criação do sistema de inteligência** do corpo de bombeiros foi proposta do trabalho de Gonçalves (2015), que segundo o autor possibilitaria a produção e organização de informações auxiliares à tomada de decisão do alto comando da corporação. Em uma mesma perspectiva, a monografia de Batista Neto (2015) apresentou indicação de **implantação**, na corporação, do **Grupo de Ações Coordenadas (GRAC)** baseado na abordagem das redes intersetoriais de cooperação para a estruturação da resposta aos desastres comumente ocorridos no estado de Santa Catarina. Ainda de modo semelhante, Dutra (2015) defendeu a proposta de **criação de uma entidade** especificamente voltada **para o fomento da pesquisa científica, tecnológica, resgate histórico e cultural** do CBMSC.

### **Foco/impacto na atividade fim/atividade operacional**

Nesta segunda parte estão reunidas as monografias cujo impacto incide mais fortemente sobre as atividades operacionais, ou seja, as atividades fins da organização militar dos bombeiros. Com a análise de conteúdo realizada sobre os trabalhos alocados nesta categoria, identificou-se a existência de basicamente dois tipos principais – ou subcategorias – de trabalhos. As monografias foram, então, identificadas como: (1) *Avaliação e revisão sobre procedimentos operacionais*; e (2) *Propostas de criação de procedimentos operacionais*.

### *Avaliação e revisão sobre procedimentos operacionais (atividades fins)*

No conjunto desta categoria os trabalhos produzidos, basicamente, enfocaram em uma atividade operacional executada pela corporação, produzindo contribuições para aprimorá-las. Frente a este escopo, identificaram-se os trabalhos de Souza (2013), Parizotto (2013) e Ventura (2015).

A monografia de Parizotto (2013) investigou, através da realização de pesquisa experimental, os processos de **aprendizagem de cães** utilizados em operações de busca e resgate de pessoas, apresentando parâmetros técnicos para este processo, e proporcionando uma possibilidade de revisão/aprimoramento no processo tradicional de ensino e condicionamento dos cães de resgate e salvamento.

Considerando outro procedimento operacional comumente atribuído à corporação bombeiril – o combate a incêndios – o trabalho de Ventura (2015) buscou apresentar e defender a utilização, ou o **reaproveitamento de efluentes tratados de minas de carvão**, para uso nos caminhões de combate a incêndios. Tal proposta buscava não somente atacar questões como sustentabilidade ambiental, mas igualmente eficiência/economia da operação de combate a incêndios.

Contribuindo ainda para o mesmo assunto, a monografia de Souza (2013) levantou **reflexões** sobre o **método** utilizado na **estimativa do grau de perigo de incêndio** em diferentes municípios do estado de Santa Catarina. Comparando índices/estimativas apresentadas – do grau de perigo de incêndio florestal através da utilização da Fórmula de Monte Alegre – com os dados estatísticos efetivos de queimadas ocorridas, o autor ratificou a metodologia como sendo estatisticamente aceitável para ser empregada no estado Catarinense.

### *Propostas de criação de procedimentos operacionais*

Ainda diante do grupo de trabalhos com impactos efetivos nas atividades fins, várias monografias foram produzidas com a intenção de criar/propor a criação de procedimentos ligados às atividades operacionais da organização militar dos bombeiros.

Neste sentido, considerando a necessidade de bom condicionamento físico para a realização de diversas atividades fins da corporação, a monografia de Souza (2014) apresentou a proposta de **inclusão do treinamento físico funcional** para bombeiros militares.

Outra atividade fim – o atendimento pré-hospitalar – realizada pelos bombeiros foi escopo de proposta. No trabalho de Cordeiro Junior (2014), foi repercutida a possibilidade de

**implementação da modalidade de suporte avançado à vida** pelo corpo de bombeiros militar de Santa Catarina, através de regulação médica e a integração dos serviços com a SES/SAMU.

Novamente o tema combate ao incêndio, ou mais especificamente a prevenção de riscos de incêndio, foi abordada nas monografias de Souza (2013), Alves (2013) e Florença (2014). Na primeira, o autor produziu **proposta de instrumento normativo** para a **gestão preventiva de riscos de incêndio** em minas de carvão no estado. Já na segunda, Alves (2013) propôs a estrutura de um **sistema de informações geográficas** (da localização geográfica e das condições dos reservatórios de água disponíveis), a fim aumentar a eficiência nas operações de combate a incêndios. Por fim, Florença (2014) propôs **criar base de informações**, tecnologias e procedimentos para a elaboração de **instrução normativa** voltada à **prevenção contra incêndio e pânico** em unidades industriais de armazenamento e manipulação de grãos de cereais no estado.

Por sua vez, a **gestão de deslizamentos** foi tema da monografia de Balsan (2014). No trabalho, o autor destaca o contexto catarinense (várias vezes acometido por desastre desta natureza) e propõe fluxograma de gestão dos deslizamentos que envolve fases pré-evento, atendimento durante os desastres e fases pós-eventos, destacando, ainda, ações de planejamento, formação e aperfeiçoamento das equipes que estarão envolvidas nessas operações.

### **Outros estudos**

Ainda em tempo, cabe ser mencionada a existência de outros trabalhos não alocados nas categorias inicialmente identificadas, mas que produziram informações potencialmente relevantes – levantamentos bibliográficos, relações, diagnósticos relativos – a outras organizações públicas vinculadas à segurança social e, por vezes, parceiras da corporação dos bombeiros militares.

Os trabalhos de Brasil (2014) e Samúdio (2014), por exemplo, empreenderam pesquisas no contexto da polícia rodoviária federal. O primeiro, numa verificação da **relação entre a jornada de trabalho e o nível motivacional** dos servidores policiais que exercem atividade-meio na 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina. O segundo em um diagnóstico sobre a **atual etapa do planejamento estratégico** da polícia rodoviária federal.

A monografia de Pacheco (2015) trouxe um o **resgate histórico do processo de emancipação do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**, e o trabalho monográfico de

Steil (2015) levantou **aspectos jurídicos das alterações legislativas em matéria previdenciária** e a incidência em relação ao regime jurídico dos militares estaduais de Santa Catarina.

A estruturação de um sistema **de informações para apoio às coordenadorias municipais de Proteção e Defesa Civil** foi apresentada na monografia de Melo (2014). E a de Souza (2013) – igualmente abordando a Defesa Civil –, proporcionou um levantamento, na literatura mundial, de indicadores na determinação do nível de atendimento/serviço a serem oferecidos à população atingida por eventos adversos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reportando-se ao objetivo desta pesquisa, o qual propôs investigar as monografias de conclusão produzidas no curso de especialização em gestão com ênfase na atividade de bombeiros, destacando o escopo de temáticas abordadas, problemas explorados e propostas produzidas, pode-se chegar a algumas considerações.

Inicialmente identificou-se a existência de uma ampla variedade de contextos explorados e propostas produzidas nos trabalhos consultados. Tendo sido agrupados, os trabalhos analisados, em categorias e subcategorias, identificaram-se dois grandes grupos de monografias produzidos pelos oficiais participantes dos cursos de especialização, quais sejam: aquelas cujo foco/impacto, fora a gestão da corporação bombeiril e aquelas cujo foco foi a atividade fins, ou atividades operacionais da organização militar.

Dentro do primeiro grupo de trabalhos analisados (foco na gestão) foram identificadas monografias que, fundamentalmente, apresentaram dados e informações relevantes à gestão da corporação; outras que empreenderam análises, revisões e aprimoramentos de procedimentos de gestão já existentes na organização militar; bem como aquelas que expuseram a possibilidade de criação de propostas e procedimentos de gestão completamente novos à corporação bombeiril catarinense.

Além destes, pôde ser identificado um grupo de trabalhos, produzidos nos cursos de especialização, que aplicou foco e trouxe resultados no tocante às atividades fins/operacionais da corporação. Neste grupo de trabalhos, observaram-se monografias que avaliaram e revisaram diversos procedimentos operacionais da organização militar, bem como outros que efetivamente apresentaram propostas inovadoras de procedimentos operacionais para a serem implementados nas atividades da organização militar catarinense.

Ainda que a presente pesquisa não tenha tido como escopo a análise da aplicabilidade das propostas ou dos resultados alcançados pelas monografias consultadas, após suas publicações (portanto, não se pode inferir que as monografias tenham produzido as efetivas mudanças propostas em sua concepção), é cabível afirmar que, a partir do oferecimento do curso de gestão aos oficiais militares, têm sido apresentadas várias *propostas* de melhoria da gestão e operação, bem como múltiplas *propostas* de solução de problemas relativas à corporação de bombeiros no estado de Santa Catarina.

Evidencia-se, com efeito, a necessidade de serem observados os efetivos resultados das propostas apresentadas pelas monografias de especialização, o que surge como sugestão para futuras pesquisas realizadas sobre semelhante escopo desta. De modo análogo, é cabível a ampliação do escopo de análise dos trabalhos para o que tange os oficiais de polícia militar – outro braço da força militar do estado e, igualmente, participante do curso de especialização oferecido pela universidade. Por fim, é cabível ainda investigar, a percepção dos diversos envolvidos na concepção do curso (militares egressos dos cursos, professores, gestores estratégicos das instituições envolvidas, por exemplo) evidenciando aquilo que pode ser aprimorado, como a efetividade dos recursos públicos aplicados em tal ação de capacitação e da própria parceria entre a organização militar e a Universidade do Estado de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

ACORDI, C. F. **A possibilidade de execução de fiscalização da segurança contra incêndio e pânico por parte de bombeiros privados.** Florianópolis: UDESC, 2015.

ALVES, D. **Análise dos Anexos "A" e "B" da Portaria nº 114/CBMSC/2007 e apresentação de proposta de nova Portaria de Processo Administrativo Disciplinar Militar.** Florianópolis: UDESC, 2014.

ALVES, J. M. **Proposta para um Sistema de informações geográficas Como inovação tecnológica para as Operações de combate a incêndios.** Florianópolis: UDESC, 2013.

AMORIM JÚNIOR, R. W. **A implementação do serviço de busca, resgate e salvamento com cães no Estado de Alagoas.** Florianópolis: UDESC, 2013.

BALSAN, L. C. **A gestão das atividades de socorro em áreas deslizadas no estado de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2014.

BAPTISTA NETO, A. **A formação de redes para o fortalecimento das ações intersetoriais de resposta aos desastres naturais em Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015.



BILUK, E. L. **Cadastramento de Equipamentos de Segurança Contra Incêndio**. Florianópolis: UDESC, 2014.

BORGES, J. V. **Um estudo sobre os vínculos organizacionais dos bombeiros militares e comunitários com o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC, 2014.

BRASIL, D. A. **Análise da relação entre a jornada de trabalho e o nível motivacional dos servidores policiais que exercem atividade-meio na 8ªSRPRF/SC**. Florianópolis: UDESC, 2014.

CAMEU JÚNIOR, J. A. **Sistemas de informações no gerenciamento da operação veraneio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina: proposta de aperfeiçoamento do programa E-193**. 2013.

CARDOSO, M. T. **A Necessidade da revisão da Instrução Provisória Nr 1 – Manual Técnico (IP 1-MTec BM) - e subsequente apresentação de manual de Inquérito Técnico no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC, 2013.

CARDOSO, C. **Avaliação do nível de estresse psicológico das tripulações e da equipe de apoio de solo do Arcanjo - 01: Ferramenta de suporte à segurança de voo**. Florianópolis: UDESC, 2013.

CORDEIRO JUNIOR, J. B. **Novas Perspectivas para o Atendimento Pré-Hospitalar do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC, 2014.

CORRÊA DUTRA, A. **Proposta de uma Instituição para o desenvolvimento de pesquisa científica, tecnológica, histórica e cultural no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina**. Florianópolis: UDESC, 2015.

CORREIA, R. V. **Mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação no âmbito do CBMSC: Uma análise crítica dos resultados alcançados sob a ótica de seu idealizador**. Florianópolis: UDESC, 2014.

COSTA, C. M. D. I. **Corpos de Bombeiros Militares: Uma Abordagem Organizacional**. *Revista Preleção*, n. 3, 2008.

CREMASCO, L.; CONSTANTINIDIS, T.C.; DA SILVA, V.A. **A farda que é um fardo: o estresse profissional na visão de militares do corpo de bombeiros**. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 16, n. 2, 2010.

DA LUZ, L. M. **Estruturação de Defesa Civil no município de Tijucas/SC frente ao cenário atual de desastres**. Florianópolis: UDESC, 2013.

DA SILVA, H.V. **A violação à liberdade de expressão nas organizações militares estaduais brasileiras**. *Olhares Plurais*, v. 1, n. 8, p. 55-76, 2013.

DUTRA, R. L. **Diagnóstico do consumo de bebidas alcoólicas no corpo de bombeiros militar de Santa Catarina: estudo realizado com bombeiros militares que atuam na Grande Florianópolis**. Florianópolis: UDESC, 2014.

FARIAS, K. R. V. **A obrigatoriedade da realização da perícia de incêndio no Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas como ferramenta de gestão.** Florianópolis: UDESC, 2013.

FERNANDES, D. **Assédio moral no Corpo de bombeiros militar de Santa Catarina: um diagnóstico do exercício ilegítimo do poder.** Florianópolis: UDESC, 2015.

FIÓRIO, M. **Assédio moral nas Instituições Militares estaduais de Santa Catarina de superior para subordinado.** Florianópolis: UDESC, 2013.

FLORENÇA, V. **Segurança contra incêndios em silos de armazenagem de grãos.** Florianópolis: UDESC, 2014.

FRANZ, A. J. **Proposta para alterar redação do programa de expansão dos serviços do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015.

GAMGA JÚNIOR, J. **Proposta para aprimoramento da gestão de projetos no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015.

GODINHO, J. O. **Aquisição de materiais e equipamentos de bombeiro com foco na qualidade.** Florianópolis: UDESC, 2013.

GONÇALVES, M.A. **Proposta de criação do sistema de inteligência do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – SIBOM.** Florianópolis: UDESC, 2015

GUIMARÃES, J. F. G. **Habeas Corpus em Sede de Prisão Disciplinar Militar.** Florianópolis: UDESC, 2013.

HOCHLEITNER, C. E. **Proposta de movimentação de Pessoal para o CBMSC.** Florianópolis: UDESC, 2015.

LAUREANO JUNIOR, R. O. **O serviço voluntário indenizável como alternativa para potencializar a atividade finalística do CBMSC.** Florianópolis: UDESC, 2013.

LIMA, E. H. **Proposta de integração e sistematização da educação continuada para o serviço operacional no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2013.

MAGALHÃES, F. M. **O papel da fiscalização como estratégia para mitigar as ocorrências de acidentes de trânsito envolvendo veículos transportadores de produtos perigosos.** Florianópolis: UDESC, 2013.

MELO, S. M. **Estruturação de um plano de sistema de informações para gestão da coordenadoria municipal de proteção e defesa civil.** Florianópolis: UDESC, 2014.

NEVES, F. B. **Estudo Sobre a Capacitação Técnica para a Produção de Materiais Didáticos para Ensino a Distância por Parte do Corpo Docente do CBMSC.** Florianópolis: UDESC, 2013.

NUNES, C. A. **Uma proposta de intervenção para o aproveitamento dos conscritos no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2014.

**OLIVEIRA, L. H. A aplicabilidade do Sistema de Registro de Preços na gestão de compras do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015

**PACHECO, A. S. Como ocorreu o processo de emancipação no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015.

**PARIZOTTO, W. Parâmetros técnicos para a aprendizagem dos cães de busca, resgate e salvamento.** Florianópolis: UDESC, 2013.

**PEREIRA, J. M. Centro de Educação e Formação de Condutores do CBMSC: Uma análise dos acidentes de trânsito envolvendo viaturas BM após sua implementação.** Florianópolis: UDESC, 2015.

**RODRIGUES, A. S. O uso do twitter como ferramenta de integração entre a sociedade e o CBMSC.** Florianópolis: UDESC, 2014.

**ROSA, A. R. (O) Braço forte,(A) Mão amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar.** 2007.

**SAMUDIO, E. L. Fazendo acontecer o plano estratégico na seção administrativa e financeira das Superintendências da Polícia Rodoviária Federal.** Florianópolis: UDESC, 2014.

**SANTIN, L. Incremento financeiro através da integração de sistemas computacionais SIGAT e BETHA Tributos.** Florianópolis: UDESC, 2014.

**SOUSA, E. T. S. Proposta de implementação do treinamento físico funcional para bombeiros militares.** Florianópolis: UDESC, 2014.

**SOUZA, A. S. Proposta de instrumento normativo à gestão de incêndios em minas de exploração subterrânea de carvão.** Florianópolis: UDESC, 2013.

**SOUZA, F. Levantamento na literatura sobre os indicadores para atendimento à população atingida por desastres pela Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2013.

**SOUZA, J. Índice de Perigo de Incêndio em Municípios do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2013.

**STEIL, R. J. Aspectos jurídicos das alterações legislativas em matéria previdenciária e a incidência em relação ao regime jurídico dos militares estaduais de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015.

**VENTURA, J. M. Reaproveitamento de efluentes das minas de carvão, para uso nos caminhões de combate a incêndios no CBMSC.** Florianópolis: UDESC, 2015.

**VIDAL, D. N. Vínculos Organizacionais: Estudo de caso no 13º Batalhão de Bombeiros Militar.** Florianópolis: UDESC, 2013.

**VIDAL, V. V. Marketing no setor público e os indicadores de desempenho na Atividade Técnica do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2015.

---

VIDAL, V. N. S. **Os obstáculos orçamentários e financeiros na execução da Operação Veraneio pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis: UDESC, 2013.

# CAPÍTULO 12

## PERCEPÇÃO E PREFERÊNCIAS DE ESCOLHA ENTRE FINTECHS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS TRADICIONAIS

Eduarda Roggia  
Jaqueline Carla Guse  
Andréa Cristina Dörr  
Ana Paula Schervinski Villwock  
Carine Dalla Valle

### RESUMO

Diante do avanço das plataformas digitais, menores custos e novos padrões tecnológicos exigiu-se das empresas a oferta de novos produtos e serviços que competissem com os bancos tradicionais, estes, por sua vez, com grande domínio no mercado financeiro. No entanto, com o rápido crescimento e interesse em desenvolver novos modelos de negócios, surgiu as denominadas *fintechs* empresas startups que buscam oferecer produtos e serviços financeiros possuindo um alto nível de tecnologia. Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a percepção e preferência dos acadêmicos da área de negócios quanto a escolha entre as instituições financeiras tradicionais e as *fintechs*. A pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa *survey* de cunho qualitativo, tendo seus dados coletados por meio de questionário eletrônico aplicado a acadêmicos da área de negócios. Os resultados indicam que há influência na escolha dos acadêmicos e suas preferências entre o banco digital ou tradicional, destacando que o banco digital obteve os melhores resultados em relação aos fatores: mobilidade de acesso; melhoria na qualidade de vida; maior controle das finanças; maior produtividade; e facilidade de contatar o suporte/atendente, apesar do potencial de crescimento das *fintechs*, ainda os consumidores apresentam alto grau de confiança no banco tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Fintechs*, instituições financeiras, banco tradicional, banco digital.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e as inovações modificam constantemente as estruturas de mercado dos diversos setores da economia, principalmente o sistema bancário e financeiro que passa por robustas transformações devido às novas tecnologias digitais, sendo necessária a constante adequação e diversificação das estratégias adotadas pelas empresas (BARBOSA, 2018). Diante disso, o rápido crescimento da automatização e a evolução da tecnologia da informação impactaram fortemente o setor nos últimos anos.

Partindo deste contexto, as transações bancárias deixaram de ser apenas físicas e passaram a ter como o seu principal meio as transações digitais o que conferiu maior agilidade e segurança as transações e meios de pagamentos. Além disso, a Federação Brasileira de Bancos

– FEBRABAN (2020) destaca que o perfil e o hábito dos brasileiros estão mudando, uma vez que as transações financeiras via canal *mobile* já são as preferidas pelo consumidor.

Diante das agilidades das plataformas digitais, menores custos e novos padrões tecnológicos que estavam, até então, centrados somente em instituições bancárias e financeiras surgiram novos modelos de negócios competindo com os bancos tradicionais, ofertando produtos e serviços. Estas empresas são as denominadas *fintechs*, empresas startups que oferecem produtos e serviços financeiros (“*fin*” de financeiro) e possuem alto nível de tecnologia (“*tech*” de tecnologia) (BARBOSA, 2018).

As *fintechs* são empresas que utilizam tecnologia de forma intensiva para oferecer produtos na área de serviços financeiros de uma maneira inovadora, focada na experiência e necessidade do usuário. As startups de *Fintechs* já possuem uma pequena, todavia crescente, participação no mercado e na rentabilidade dos operadores financeiros históricos e, assim, estão transformando o padrão de competitividade do setor financeiro (MINTO; VOELKERLING; WULFF, 2017). Estes novos modelos de negócio altamente automatizados e com custos fixos muito reduzidos vêm forçando as instituições financeiras tradicionais a ajustarem suas estratégias e posicionamento de mercado (BARBOSA, 2018).

Destarte, as startups *fintechs* remam em sentido contrário ao das instituições financeiras tradicionais. Os bancos caracterizam-se como um dos setores mais burocráticos e enraizados culturalmente e são as instituições que mais lucram no país e no mundo (PINTO, 2018). Todavia, os bancos tradicionais ainda são grandes referências no mercado, além de terem consolidado fortemente seus serviços (TRADEMAP, 2019). No entanto, na concepção de Marcon (2018), é esperado que o consumidor, principalmente universitário, busque por produtos e serviços que sejam mais adaptados a sua realidade, encontrando, através de comparações menos trabalhosas, os que possuem menor custo.

Tanto na área acadêmica quanto empresarial, muito se tem discutido sobre o que são essas novas empresas (OLIVEIRA, 2018) e sua importância para o mercado financeiro. Sob este viés, este estudo aborda a atuação das *fintechs* no setor bancário e financeiro brasileiro, tendo como objeto analisar a percepção e preferência dos acadêmicos da área de negócios quanto à escolha entre as instituições financeiras tradicionais e as *fintechs*.

## **INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS TRADICIONAIS VERSUS *FINTECHS***

De acordo com Berger, Klapper e Turk-Ariss (2008), o setor bancário tem papel fundamental na economia, pois reflete cenários de estabilidade ou instabilidade para outros

setores da economia dado que o fluxo de capitais, os mecanismos de pagamentos, o volume de crédito disponível é conduzido pelos bancos. Desde a criação do Banco do Brasil, em 1808, ponto de partida do Sistema Financeiro Nacional, houve uma consistente evolução e mudanças estruturais no setor bancário brasileiro decorrentes de intervenção pública e de fatores internos e externos.

A modernização do sistema aconteceu com a reforma bancária de 1964, por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Banco Central do Brasil e determinou que caberia a ele autorizar o funcionamento de instituições financeiras, bem como exercer a fiscalização sobre estas instituições e aplicar as penalidades previstas; e ainda a concessão de autonomia das autoridades monetárias em relação ao Governo Federal. As instituições financeiras são definidas como pessoas jurídicas, públicas e privadas, que tem como atividade principal a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. Segundo registros do Banco Central do Brasil (BCB, 2022), em setembro de 2019, havia 173 bancos em funcionamento no Sistema Financeiro Nacional. Destes, 131 bancos múltiplos, 20 bancos comerciais, 12 bancos de investimentos, 5 bancos de câmbio, 4 bancos de desenvolvimento e a Caixa Econômica Federal.

O investimento em tecnologia no setor permanece em torno de 19,5 bilhões de reais nos últimos anos, viabilizando adesão a novas formas de interação com os serviços bancários por parte dos clientes. Segundo a Federação Brasileira de Bancos, de 2015 a 2018, o número de transações via *mobile banking* cresceu 40,8% ao ano, atingindo 31,3 bilhões de transações em 2018, substituindo o canal de internet banking – que caiu de 17,7 bilhões em 2015 para 16,2 bilhões de transações em 2018 (FEBRABAN, 2020).

Entretanto, alguns fatores vêm possibilitando que algumas características do setor bancário venham se modificando. O principal deles é a popularização dos *smartphones*. O dispositivo elaborou um novo modelo de pagamento e possibilitou a personalização do serviço ao cliente. A vantagem competitiva dos bancos de presença física foi completamente reduzida com a chegada das *fintechs* (BARBOSA, 2018). No Brasil, o movimento das *fintechs* é recente, e vem ganhando força nos últimos anos. Aspectos como a concentração de serviços financeiros por parte dos grandes bancos tradicionais, adepta a um sistema conservador, burocrático e inflexível, e a dificuldade de priorização dos fundamentos tecnológicos de serviços no país se mostraram essenciais para que as *fintechs* pudessem crescer no mercado financeiro brasileiro,

---

provocando uma verdadeira revolução na forma com que os clientes passaram a operar e se relacionar com as instituições bancárias (FINTECHLAB, 2016).

Especialistas do setor de serviços financeiros acreditam que os bancos tradicionais serão desafiados pelas *Fintechs* na ótica da engenharia e da tecnologia, especialmente, na resolução de problemas que podem ser abordados a partir de uma associação de dados em alta qualidade e automação. Além disso, as soluções propostas pelas *Fintechs* podem melhorar a eficiência do serviço e reduzir custos para os clientes. O desenvolvimento tecnológico em diversas áreas e o acesso da população as novas tecnologias são realidade e vêm mudando a forma como as pessoas gerenciam suas questões financeiras (BARBOSA, 2018).

As *Fintechs* chegaram com o objetivo de provocar um novo comportamento das instituições financeiras e bancárias tradicionais e o dos consumidores que utilizam os serviços por elas prestados (PIANUCI, 2019). As *fintechs* são empresas inovadoras que representam uma transformação e uma possível disruptura no setor bancário e financeiro, setor este de grande importância na economia brasileira e com elevados índices de concentração (BARBOSA, 2018). Para Lacasse (2016), as *fintechs* são empresas que utilizam plataformas de inteligência digital para criar soluções com melhor relação entre custo e eficiência em comparação com instituições tradicionais de serviços financeiros. As *fintechs* têm por característica marcante o fato de suas operações basicamente serem feitas por intermédio digital, ou seja, ausência de agências físicas.

Buckley e Webster (2016) explicam que as *fintechs* surgem com o propósito de melhorar a experiência do usuário ao utilizar os serviços financeiros. Os autores defendem que as *fintechs* entregam os mesmos serviços e produtos oferecidos pelas instituições financeiras, associando tecnologia e modelos de negócios inovadores. Além da utilização de tecnologia e inovação, o foco na experiência e na necessidade do cliente constitui um fator de grande diferencial dessas empresas, fazendo com que o usuário seja atraído pela facilidade, rapidez, segurança e aplicabilidade com que os serviços são ofertados.

Segundo a FEBRABAN (2020), a bancarização da sociedade brasileira saiu de 72% em 2008 para mais de 90% em 2017, o que corresponde a, aproximadamente, 50 milhões de novos brasileiros com conta bancária ou utilizando produtos e serviços bancários. Nesse cenário, o Brasil se posiciona como o país da América Latina que possui o maior número de *fintechs* cadastradas. Dessa forma, as *fintechs* podem atuar no mercado financeiro oferecendo diversas modalidades de produtos e serviços, sendo que a maioria delas dispõe de uma grande



diversidade de operações e tipos de investimentos para seus clientes (HODER et al., 2016; ARAÚJO, 2018).

Além disso, as *fintechs*, diferente das instituições financeiras tradicionais, oferecem ao consumidor uma variedade de produtos e serviços como acesso a uma conta corrente, cartão de crédito, empréstimos, pagamentos e seguros de maneira mais ágil e menos burocrática. Conforme o Fintechlab (2016), há *fintechs* divididas basicamente nas seguintes categorias: pagamentos, gerenciamento financeiro, empréstimos e negociação de dívidas, investimentos, seguros, *Crowdfunding* e *bitcoin/blockchain*.

Os principais diferenciais de uma *fintech* em relação às instituições financeiras tradicionais é a rapidez do atendimento e as taxas de juros mais baixas do que as praticadas por bancos ou corretoras. Isso é facilitado pelo fato dessas empresas terem custo de operação reduzido com menos funcionários e sem a necessidade de grandes espaços físicos, pois todo o processo é feito de forma digital (TECHTUDO, 2020). O Brasil já possui muitas dessas empresas, o exemplo mais conhecido é a Nubank. A *startup* de serviços financeiros iniciou suas atividades em 2013 ofertando cartões de crédito sem tarifas e anuidade, desenvolvendo todas as soluções de maneira totalmente digital e atualmente a *Fintech* conta com uma base de 8 milhões de clientes (NUBANK, 2020).

## MATERIAIS E MÉTODO

O presente estudo utilizou-se de uma pesquisa descritiva, pois procurou apontar e descrever os conceitos de *fintechs* e instituições financeiras tradicionais, bem como o contexto histórico do Sistema Financeiro Nacional. A abordagem de pesquisa é qualitativa, pois buscou-se compreender os conhecimentos e preferências dos acadêmicos da área de negócios quanto as instituições financeiras tradicionais e as *fintechs*. Lakatos e Marconi (2012) descrevem esse tipo de pesquisa como uma modalidade que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Esse estudo utilizou-se também da pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente em livros e artigos científicos.

Dessa forma, adotou-se o questionário como principal abordagem de coleta de dados. Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Para os devidos fins desta pesquisa, o questionário foi adaptado do estudo de Furtado e Mendonça (2020) e Leite (2019). O convite para preenchimento do questionário foi enviado via correio eletrônico

e via redes sociais para os acadêmicos, abrangendo estudantes da Universidade Franciscana (UFN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Faculdade Metodista Centenário (FAMES), FADISMA, Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), entre outras instituições de ensino. O questionário foi disponibilizado para os respondentes em abril e maio de 2021 e sendo construído por meio do *Google Docs*, obtendo-se 100 respostas.

Como meio de tabulação dos dados usou-se de planilhas eletrônicas e para facilitar a compreensão das informações, a aplicação de tabelas analíticas, utilizando-se a análise descritiva como método para relatar as características da população e calcular percentuais estatísticos do fenômeno.

Para fins de análise de dados realizou-se uma análise de conteúdo, com o intuito de categorizar as informações obtidas e a sua comparação com estudos já realizados por outros autores. A análise dos dados da pesquisa foi descritiva pois se utilizou de medidas de posição que servem para medir como os elementos estão distribuídos no grupo. Segundo Mattar (2001, p.62), “os métodos descritivos têm o objetivo de proporcionar informações sumarizadas dos dados contidos no total de elementos da (s) amostra (s) estudada (s)”. Para finalizar utilizou-se da análise teórico comparativa, tendo como base a análise textual comparativa, que de Lakatos e Marconi (2012) consiste em comparar teoria com a prática, podendo então sugerir melhorias. Para este estudo, a análise teórica comparativa auxiliará a compreender principalmente a comparação dos serviços oferecidos pelos bancários tradicionais e os oferecidos pelas *fintechs*.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Perfil dos respondentes**

Os dados da pesquisa revelam que 46% da amostra se autodeclarou do gênero masculino, enquanto 54% se autodeclararam do gênero feminino. Dentre estes respondentes, 46% são estudantes de Administração, 50% cursam Ciências Contábeis e somente 4% são do curso de Ciências Econômicas. A idade média da amostra é de 27 anos, uma vez que a maioria dos respondentes têm idade inferior a 30 anos, tendo o mais jovem apenas 18 anos. Dessa forma, nota-se que os discentes participantes desta pesquisa residem predominantemente (69%) no município de Santa Maria-RS são relativamente jovens, estando em sua maioria nos períodos finais da graduação. Os respondentes são acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), totalizando 45% do total de alunos da amostra (30% estudam Administração, 14% Ciências Contábeis e apenas 1% Ciências Econômicas) e da Universidade Franciscana (UFN) totalizando 29% dos respondentes.

## Conhecimento dos acadêmicos quanto às *fintechs*

Os dados indicam que 97% dos acadêmicos já ouviram comentários sobre *fintechs*. O resultado corrobora com os achados de Marques (2019), o qual argumenta que os bancos digitais/*fintechs* surgiram com ideias inovadoras e propondo um relacionamento remoto, digital e, principalmente, com custo menor, exploraram o nicho de mercado de clientes descontentes com o tempo perdido para ir até uma agência bancária e com baixa percepção de benefício em relação às tarifas e juros cobrados pelos bancos.

A modalidade de bancos que os discentes fazem mais movimentações financeiras são em ambos os bancos, tradicional e digital, obtendo um percentual de 65% das respostas, enquanto somente em banco digital obteve-se 12% e tradicional 23%. Conforme Furtado e Mendonça (2020), as contas digitais cresceram rapidamente entre jovens, mas a conta principal dos mesmos ainda é de banco tradicional. Esta pesquisa revela que 17% destes bancos são pertencentes a órgãos públicos, 27% são de órgãos privados e 56% pertencentes a ambos os órgãos.

Conforme os dados analisados, 71% dos discentes se consideram pessoas tecnológicas, ou seja, fazem uso de plataformas digitais. E devido a evolução da tecnologia e a mudança no comportamento do consumidor, os meios de pagamento estão mudando. Dentre essas modalidades de pagamentos, destaca-se a movimentação financeira pelo celular, ou seja, pelo aplicativo do banco, que registrou 92% da preferência dos acadêmicos pesquisados. A preferência pelo celular é resultado da praticidade e conveniência que os aplicativos desenvolvidos pelos bancos para essa plataforma oferecem, podendo indicar o futuro das transações.

Com isso, ao serem questionados sobre a satisfação com os serviços e atendimentos ofertados por parte de suas instituições financeiras, para os usuários de ambos os bancos, tradicionais e *fintechs*, 40% estão satisfeitos e 23% estão satisfeitos em partes. Para os que utilizam apenas o banco digital, 9% estão satisfeitos e 3% em partes, não havendo discentes insatisfeitos com esse tipo de banco. Já, os que utilizam os serviços do banco tradicional, 13% estão satisfeitos, 2% não e 8% estão satisfeitos apenas em partes. No contexto geral, 62% estão satisfeitos com os seus bancos, 4% não estão e 34% está satisfeito em partes, o que se pode inferir que a maioria dos acadêmicos sente que está satisfeito em relação a seu banco.

## Preferências dos acadêmicos frente aos serviços bancários e *fintechs*

Os resultados acerca das percepções dos estudantes a respeito de suas preferências por serviços bancários indicam que 57% dos estudantes preferem os serviços financeiros de *fintechs*, sendo 29% estudantes do curso de Administração, 25% de Ciências Contábeis e 3% de Ciências Econômicas. Já, 43% dos alunos preferem os serviços de bancos tradicionais, dentre esses, 25% são acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, 17% de Administração e 1% de Ciências Econômicas (Quadro 1).

**Quadro 1:** Percepção dos estudantes em relação aos bancos tradicionais e bancos digitais.

Percepções	Instituições/ Formato	Respostas
Oferece maior mobilidade de acesso.	Digital	86%
	Tradicional	14%
Contribui para melhoria da qualidade de vida.	Digital	81%
	Tradicional	19%
Propicia maior controle de suas finanças.	Digital	70%
	Tradicional	30%
Qual tipo de banco pode trazer mais problemas?	Digital	55%
	Tradicional	45%
Qual banco resolve meus problemas com mais eficiência e eficácia?	Digital	64%
	Tradicional	36%
Se preciso de ajuda, qual banco eu tenho mais facilidades de contatar o suporte/atendente.	Digital	53%
	Tradicional	47%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Ainda, 86% dos estudantes acreditam que o banco digital oferece maior mobilidade de acesso, sendo um dos benefícios desta modalidade de instituição financeira. Enquanto, apenas 14% acreditam que os bancos tradicionais o oferecem. Observa-se que o banco digital é a instituição financeira que mais contribui com a qualidade de vida dos clientes, obtendo 81% do total da amostra, enquanto 19% acreditam que o banco que oferece uma melhor qualidade de vida é o banco tradicional.

Em relação à instituição bancária que mais proporciona controle das finanças de seus usuários, os dados indicam que o banco digital é melhor (70%) em comparação ao banco tradicional (30%). Destaca-se que o banco digital oferece serviços como abertura de conta, ausência de taxas em alguns serviços, pagamentos, empréstimos, acompanhamento e realizações de movimentações financeiras, facilidades nos serviços de crédito pelo aplicativo.

Verificou-se ainda que os bancos digitais são mais propensos a suceder problemas (55% do total da amostra) em relação aos bancos tradicionais (45%). Por outro lado, 64% dos entrevistados afirmam que o banco digital resolve os problemas do usuário com mais eficiência.

Dentre os problemas mais recorrentes segundo *ranking* de reclamações do Banco Central do Brasil (BCB, 2017) estão: cobranças indevidas de cartão de crédito; cobrança em duplicidade; divergências em saques; não autorização de débito automático pelo cliente; dentre diversos outros motivos.

Além disso, 53% dos discentes afirmam que o banco digital possui mais facilidades de contatar ao suporte ou atendente, enquanto 47% preferem os bancos tradicionais, pois muitas pessoas se sentem mais seguras quando falam pessoalmente com o atendente ou gerente. Furtado e Mendonça (2020) afirmam que os bancos estão investindo em times e equipamentos de ciência e análise de dados, como por exemplo, algoritmos de transcrição de áudio aliados à inteligência artificial dando suporte ao atendente para personalizar e ter maior assertividade no atendimento ao cliente.

Neste viés, 72% dos entrevistados utilizam conta em banco digital e 68% possuem conta em banco tradicional e 12% dos acadêmicos têm interesse em abrir conta em bancos digitais. Conforme FintechsBrasil (2022), os brasileiros são os que mais aderem ao modelo de banco digital na América Latina. Dentre as categorias de usuários, destacam-se os mais jovens que usam mais o banco digital (73%) do que tradicionais (61%).

Os dados da pesquisa revelam que o Nubank é o banco/*fintechs* mais utilizado pelos entrevistados (62%), seguido do Banrisul (50%) que utilizam o banco físico. Evidencia-se que, apesar do Nubank ser o banco mais utilizado pelos entrevistados, os quatro bancos tradicionais saber, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Santander e Bradesco somam 91% do total.

Com o objetivo de identificar os serviços financeiros mais utilizados pelos clientes de *fintechs* e bancos tradicionais, os resultados indicam que 86% utilizam a conta corrente como principal finalidade, 51% a conta poupança, 34% para investimentos e 33% para transferências gratuitas. Os serviços mais utilizados pelos acadêmicos foram a conta bancária (88%), serviços de saques (82%), o cartão de crédito (81%), transferências (78%), pagamentos (73%), recebimentos (60%) e investimentos (52%). Por outro lado, os serviços com menor percentual de utilização foram os serviços de programa de pontos/milhas (19%), consórcio (15%), financiamentos (14%) e seguros (14%).

Investigaram-se os fatores que mais incomodam os entrevistados no serviço bancário. Os resultados indicam que para 64% são as altas taxas cobradas pelos bancos, seguida pela perda de tempo em filas (totalizando 59%), o que mostra um aumento da demanda por bancos

com taxas mais acessíveis, comodidade, não precisar sair de casa, pegar filas, para realizar seus pagamentos e serviços.

### Riscos e benefícios na utilização dos serviços das *fintechs* e bancos tradicionais

Buscou-se analisar os riscos financeiros e riscos de privacidade que influenciam na utilização dos bancos digitais e tradicionais (Quadro 2). Em relação ao risco de privacidade dos usuários, os dados mostram que 56% dos acadêmicos já se sentiram prejudicados pelos seus bancos; 82% afirmam que comunicam seu banco em caso de dúvidas e riscos; 51% concordam que os bancos digitais podem existir riscos financeiros; 56% acreditam que falhas no sistema durante uma transação financeira pode acarretar prejuízo financeiro e 61% dos usuários dos bancos digitais concordam que seus dados pessoais ficam protegidos ao utilizar o banco digital.

**Quadro 2:** Percepção dos entrevistados sobre os bancos tradicionais e digitais.

<b>Em relação aos bancos tradicionais e digitais</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
Você já se sentiu prejudicado por algum banco?	56%	44%
Quando você tem dúvidas ou acha que está correndo risco, você comunica o banco?	82%	18%
Eu acredito que existe risco financeiro quando uso o banco digital.	51%	49%
Se houver uma falha de sistema durante uma transação, corro o risco de ter prejuízos financeiros.	56%	44%
Meus dados ficam protegidos quando utilizo bancos digitais.	61%	39%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Por fim, este estudo buscou-se analisar o grau de confiança dos acadêmicos diante dos bancos tradicionais e digital. Os resultados revelam que 70% dos entrevistados utilizam o banco tradicional como principal conta e 54% o banco digital e em ambos os casos, atribuem um alto grau de confiança.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a percepção e preferência dos acadêmicos da área de negócios quanto à escolha entre as instituições financeiras tradicionais e as *fintechs*. Neste estudo observou-se a predominância do público feminino, jovens e residentes na cidade de Santa Maria-RS e com amplo conhecimento acerca de *fintechs*.

Observa-se que a maioria possui conta em banco digital com destaque ao Nubank e ao mesmo tempo em banco tradicional, como o Banrisul, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Santander e Bradesco, cuja principal finalidade é o uso da conta corrente. Tanto o nível de satisfação como o montante de movimentações financeiras são ainda maiores em bancos tradicionais, percebendo-se ainda uma certa resistência aos produtos tecnológicos apesar de se autoconsiderar pessoas tecnológicas e utilizar aplicativos dos bancos.

Dentre os fatores que podem influenciar a escolha dos acadêmicos e suas preferências entre o banco digital ou tradicional, conclui-se que o banco digital obteve os melhores resultados em relação aos fatores: mobilidade de acesso; melhoria na qualidade de vida; maior controle das finanças; maior produtividade; e facilidade de contatar o suporte/atendente. Por outro lado, o alto grau de confiança tanto no banco digital como no tradicional mostra que, apesar do potencial de crescimento das *fintechs*, ainda os consumidores apresentam alto grau de confiança no banco tradicional.

Esta pesquisa identificou que as características mais relevantes para determinar a preferência são a qualidade do serviço (aplicativo, site, rapidez, eficácia, etc), as taxas cobradas pelos serviços bancários e o grau de confiança. Ademais, conclui-se que apesar da maioria dos discentes usuários da instituição financeira confiar na tecnologia ao disponibilizarem seus dados pessoais, os mesmos acreditam que falhas no sistema podem vir a afetar suas transações financeiras, trazendo prejuízos. Desta forma, o risco de privacidade e riscos financeiros são variáveis em que os bancos digitais devem estar atentos.

Por fim, os diversos impactos provocados pelo surgimento das *fintechs* e pela inserção de novas tecnologias no setor financeiro tendem a possibilitar vantagens significativas para os clientes, não apenas no sentido financeiro, mas principalmente em termos de qualidade e aprimoramento dos serviços e seus diversos mecanismos, visto que a forte concorrência estabelecida pelas *fintechs* tem feito com que os bancos e outras instituições financeiras tradicionais repensem e reelaborem suas estratégias de mercado, relações com os clientes e investimentos em tecnologias voltadas para a inovação de seus produtos e serviços.

Cabe ainda ressaltar que, além de estabelecer uma concorrência cada vez mais disputada com os bancos, o funcionamento desse recente e eficiente modelo de negócio aponta para a existência de uma forma inovadora de atender, prestar serviços, vender produtos e se comunicar com o cliente. E não se pode ignorar que essa revolução tecnológica no mercado financeiro, provocada pelas *fintechs*, vem acontecendo com uma frequência cada vez mais rápida e consistente, estimulando investimentos em todo o mundo e modificando a estrutura do mercado financeiro interno e externo.

Quanto a recomendações futuras, sugere-se que novos estudos possam ser realizados com esse tema, pesquisando e comparando outros aspectos referentes aos bancos tradicionais e digitais, com intuito de identificar pontos importantes na relação bancos e clientes. Sugere-se

também, que novos estudos possam ser realizados com outros públicos, instituições e localidades.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. V. M. de. **Investimento em tecnologia nas instituições financeiras e a influência das fintechs**. 2018. 83 p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Economia, Fundação Getúlio Vargas – FGV, São Paulo, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Fintechs**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/fintechs>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária 2017**. Brasília: BCB, 2017. Disponível em: Acesso em 11 dez. 2019.

BARBOSA, R. R. **Fintechs: a atuação das empresas de tecnologia de serviço financeiro no setor bancário e financeiro brasileiro**. 2018. 129 p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BERGER, A. N.; KLAPPER, L. F.; TURK-ARISS, R. **Bank Competition and Financial Stability**. World Bank Policy Research, Working Paper n. 4696. 2008.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário nacional e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1964.

BUCKLEY, R. P.; WEBSTER, S. Fintech in Developing Countries: Charting New Customer Journeys. **Journal of Financial Transformation**, v. 44, 2016.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2020**. São Paulo: Febraban, 2020.

FINTECHLAB. **Report Fintechlab: a revolução fintech já começou**. São Paulo: Fintechlab, 2016.

FINTECHSBRASIL. **Banco digital já é principal instituição da maioria dos brasileiros jovens, diz pesquisa; percentual é maior entre mais pobres**. Disponível em: <<https://fintechsbrasil.com.br/2022/02/09/maioria-dos-brasileiros-jovens-ja-usa-banco-digital-como-principal-instituicao-financeira-diz-pesquisa-percentual-e-maior-entre-mais-pobres/>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FURTADO, E. de O.; MENDONÇA, V. L. A. de. **Dinâmica competitiva entre bancos tradicionais e bancos digitais no Brasil: uma perspectiva do cliente**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020



HODER, F.; WAGNER, M.; SGUERRA, J.; BERTOL, G. **A revolução fintech: como as inovações digitais estão impulsionando o financiamento às MPME na América Latina e Caribe**. São Paulo: Oliver Wyman / Corporação Interamericana de Investimentos – CII, 2016.

LACASSE, R. M. **A Digital Tsunami: FinTech and Crowdfunding**. v. 1, n. 1, p. 1-5, abr. 2016. Québec: Di2016, 2016

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2012.

LEITE, A. H. G. **A Preferência do Consumidor Entre Instituições Financeiras Tradicionais e Fintechs**. 2019. Disponível em: <[http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/2556/ARTHUR%20HENRIQUE%20GERALDI%20LEITE\\_trabalho.pdf?sequence=1](http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/2556/ARTHUR%20HENRIQUE%20GERALDI%20LEITE_trabalho.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 set. 2020.

MARCON, R. **O centro de serviços compartilhados na instituição financeira digital: uma análise das fintechs e do impacto nas atuais estruturas de backoffice**. 2018. 89 p. Dissertação [Mestrado em Gestão e Negócios]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

MARQUES, F. B. **Bancos digitais x banco tradicionais [recurso eletrônico]: uma análise das implicações causadas pelos bancos digitais no mercado bancário brasileiro**. 2019. 64 p. Dissertação [mestrado profissional Gestão Organizacional]. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

MARQUES, F. F. **Nubank: o mercado de fintechs no brasil**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001

MINTO, A.; VOELKERLING, M.; WULFF, M. SEPARATING APPLES FROM ORANGES: IDENTIFYING THREATS TO FINANCIAL STABILITY ORIGINATING FROM FINTECH. **CAPITAL MARKETS LAW JOURNAL**, V. 12, N. 4, OCT 2017, P. 428–465. [HTTPS://DOI.ORG/10.1093/CMLJ/KMX035](https://doi.org/10.1093/CMLJ/KMX035).

NUBANK. **Fintech**. Disponível em: <<https://blog.nubank.com.br/tag/fintech/>>. Acesso em: 09 set 2020.

OLIVEIRA, R. P. D. de. **A representação social das fintechs na visão dos profissionais do mercado financeiro brasileiro**. 2018. 106 p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

PIANUCI, M. **As fintechs e seus efeitos sobre o setor financeiro**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

PINTO, A. A. B. **FINTECHS: o futuro dos serviços financeiros no Brasil**. 2018. Monografia (Especialização) – Curso de Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

TECHTUDO. **O que é fintech? Entenda como as empresas de serviço financeiro funcionam**. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/02/o-que-e-fintech-entenda-como-as-empresas-de-servico-financieiro-funcionam.ghtml>>. Acesso em 19 out. 2020.

---

TRADEMAP. **Bancos vs Fintechs**. Disponível em: <<https://trademap.com.br/bancos-vs-fintechs/>>. Acesso em 09 set. 2020.

# CAPÍTULO 13

## A ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO CEARÁ – CAGECE

João Pedro Pereira de Sousa  
Francisco Apoliano Albuquerque

### RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo geral verificar a situação financeira da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), apresentada em suas demonstrações contábeis, durante os exercícios de 2017 a 2019. A metodologia apresentada possuiu foco quantitativo. A pesquisa pode ser classificada como explicativa, longitudinal, bibliográfica, documental e se caracteriza como um estudo de caso, visando analisar matematicamente as Demonstrações Financeiras Padronizadas da referida entidade. Constatou-se que a organização é altamente relevante para a população cearense, sendo uma sociedade economia mista, cujo principal acionista é o Governo do Estado do Ceará. Por meio das verificações, constatou-se que a análise financeira se divide, inicialmente, em liquidez e endividamento. No primeiro caso, estuda-se a capacidade de pagamento da empresa frente, aos seus credores e, no segundo, a composição e estrutura de suas dívidas. Existem quatro indicadores de liquidez e quatro de endividamento. Em relação à sua condição de cumprimento das obrigações, a empresa apresentou uma situação relativamente favorável, no curto prazo, e independência, em relação aos seus estoques no período analisado, contudo, no médio prazo, e considerando a sua capacidade imediata de quitar seus passivos, percebeu-se que a situação não se encontra positiva para a mesma. Com base nos indicadores de endividamento, foi possível observar que a empresa não possui grandes investimentos de capital de terceiros, sendo que a maior parte de suas aplicações se origina de seu próprio patrimônio. Contudo, notou-se uma imobilização de recursos muito forte, embora a maior parte de suas dívidas seja de curto prazo. Com base no verificado, a empresa possui pontos positivos, contudo, há elementos os quais devem ser verificados e corrigidos para não interferir na continuidade de suas operações. A pesquisa conseguiu atingir as finalidades as quais se propôs a realizar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liquidez. Endividamento. Indicadores. Capital de Terceiros.

### INTRODUÇÃO

Sabe-se que todo e qualquer empreendimento, para que tenha êxito, necessita de uma gestão eficiente, considerando o êxito em seus resultados. Dessa forma, o(s) responsável(is) pela administração deve(m) buscar ao máximo utilizar ferramentas que venham a ser úteis para o controle, tanto pelo aspecto financeiro, quanto econômico e patrimonial.

É de pleno conhecimento que muitos estabelecimentos não sobrevivem ao mercado justamente pela falta de acompanhamento, planejamento e controle de suas operações. Nas organizações privadas, o principal elemento adotado para tomada de decisões são as Demonstrações Contábeis.

O presente trabalho possui como objetivo geral verificar a situação financeira da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), apresentada em suas demonstrações contábeis.

Os objetivos específicos são: apresentar a relevância que a situação financeira possui, levando em consideração a liquidez e o endividamento da entidade; expor as operações da CAGECE e sua importância para a população cearense; e analisar a situação financeira da CAGECE, nos exercícios 2017 a 2019.

A pesquisa se mostra relevante, pois, dentro do contexto atual da sociedade, verifica-se que há uma crise de natureza social e financeira. Dessa forma, a verificação de uma das sociedades de economia mista mais relevantes do Estado proporciona uma compreensão abrangente de sua operacionalização. Em relação à metodologia, a pesquisa pode ser classificada como explicativa, longitudinal, bibliográfica, documental e se caracteriza como um estudo de caso, visando analisar matematicamente as Demonstrações Financeiras Padronizadas da referida entidade

O estudo está distribuído em 4 seções, sendo a primeira a presente introdução, seguida da seção 2, em que há uma exposição sobre a análise das demonstrações contábeis.

Na seção seguinte, há a análise da situação financeira da empresa CAGECE e, por fim, nas considerações finais, ocorre uma compilação de todas as informações obtidas.

## **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade, no período findo nessa data.

As principais demonstrações contábeis são:

- Balanço Patrimonial.
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA).
- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).
- Demonstração de Valor Adicionado (DVA).
- Notas explicativas.

Já no Serviço Público, as principais demonstrações contábeis são:

- Balanço Orçamentário.
- Balanço Financeiro.
- Balanço Patrimonial.
- Demonstração das Variações.
- Patrimoniais.
- Demonstração do Fluxo de Caixa.
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Um dos principais métodos para avaliar a situação econômica e financeira de uma entidade é a análise por quocientes ou indicadores ou índices, sendo estas relações existentes entre o total dos bens, direitos, obrigações e resultados da entidade.

Acerca disso, pode-se afirmar que:

Quocientes são índices extraídos das demonstrações financeiras por meio de confrontos entre contas ou grupos de contas. A análise por meio de quocientes é realizada através dos quocientes que demonstram o grau de endividamento, a liquidez e a rentabilidade. A situação financeira é evidenciada pelos quocientes de estrutura de capitais e de liquidez, enquanto a situação econômica é ressaltada através dos quocientes de rentabilidade. (DUARTE, 2013, p.43)

Do texto, é possível compreender que os índices são altamente aplicáveis nas entidades, uma vez que apresentam, de forma clara, o confronto entre itens e grupos de contas do patrimônio da organização. Nesse caso, é possível demonstrar, dentre outras coisas, a liquidez e o endividamento, os quais correspondem à análise financeira e a rentabilidade que representam a verificação econômica da instituição. No presente trabalho, haverá o detalhamento somente da análise financeira.

### **Índices de liquidez**

Uma das informações mais relevantes que um investidor ou credor pode indagar, acerca de uma organização, diz respeito à sua capacidade ou condição de pagamento de dívidas. Nenhum fornecedor, por exemplo, venderia mercadorias a uma empresa, se tivesse conhecimento de que a tal instituição não possui condições de cumprir suas obrigações. Dessa forma, a análise da liquidez corresponde justamente a essa situação da empresa: sua capacidade de pagamento.

Acresce-se que:

Os índices de liquidez têm por objetivo demonstrar a situação financeira de uma empresa, relacionada à sua capacidade de pagamento no longo, curto e curtíssimo prazo.

É importante ressaltarmos que uma situação de boa liquidez não significa que a empresa irá possuir fluxo de caixa disponível para pagamentos em dia, mas sim que ela possui uma relação entre possibilidade de transformação dos recursos financeiros em dinheiro. (DINIZ, 2015, p.118)

Assim, constata-se que averiguar a liquidez de uma entidade é fundamental para dar-lhe maior credibilidade no mercado. Ressalvando-se, contudo, que conforme a autora, tais quocientes não significam de fato que a empresa possui caixa disponível, mas, sim, que ela possui capacidade de transformar seus ativos em caixa, em um determinado período, por essa razão, é necessário atentar para o tempo.

No Quadro 1, a seguir, têm-se os principais indicadores de liquidez, suas fórmulas de cálculos e o que os mesmos representam para o a empresa.

**Quadro 1:** Principais Indicadores de Liquidez.

<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Significado</b>	<b>Como Interpretar</b>
<b>Liquidez Geral</b>	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não-Circulante})$	Analisa se a empresa tem recursos aplicados no longo e no curto prazos suficientes para quitar as dívidas de curto e longo prazos	Quanto maior, melhor para a empresa. Geralmente espera-se que seja maior que 1.
<b>Liquidez Corrente</b>	$\text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$	Analisa a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo	Quanto maior, melhor para a empresa. Geralmente espera-se que seja maior que 1.
<b>Liquidez Seca</b>	$(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) \div \text{Passivo Circulante}$	Analisa a capacidade de a empresa quitar suas obrigações, considerando a inexistência de seus estoques, ou seja, avalia se a empresa está dependente de suas vendas futuras	Quanto maior, melhor para a empresa. Geralmente espera-se que seja maior que 1.
<b>Liquidez Imediata</b>	$\text{Ativo Disponível} \div \text{Passivo Circulante}$	Analisa a capacidade de a empresa quitar suas obrigações, considerando somente o caixa e os equivalentes de caixa disponíveis no momento.	Quanto maior, melhor para a empresa. Geralmente espera-se que seja maior que 1.

**Fonte:** Autor, adaptado de Duarte/2015.

Dessa forma, percebe-se que cada um dos 4 indicadores de liquidez possui influência direta na interpretação que seus credores e a sociedade como um todo podem ter, em relação à capacidade de continuidade da entidade.

Espera-se que todos os indicadores sejam maiores ou iguais a 1, contudo, principalmente no indicador de liquidez imediata, essa situação não ocorre, devido à própria forma de funcionamento das empresas.

### Índices de endividamento

Os quocientes de endividamento são utilizados principalmente para avaliar como a empresa está estruturando suas origens de recursos e, de certa forma, como os mesmos estão organizados em seu patrimônio nas aplicações.

Acerca disso, pode-se comentar que:

O objetivo da análise de endividamento é avaliar os seus reflexos sobre a gestão financeira da empresa. Os indicadores que serão estudados produzem informações que atendem a decisões de financiamentos e investimentos. Retratam a posição do Capital Próprio em relação ao Capital de Terceiros. (PEREIRA, 2015, p. 46)

O endividamento é necessário em uma empresa, pois não é comum e é praticamente impossível que ela possua caixa suficiente para quitar todas as suas aquisições integralmente à vista.

Contudo, se esse endividamento não estiver estruturado corretamente, torna-se prejudicial à entidade, por isso, é prudente verificar quais os prazos das obrigações, como está estruturado e como a sua aplicação está ocorrendo, a fim de apresentar uma visão completa aos credores.

Acerca disso, o Quadro 2, a seguir, apresenta os principais indicadores de endividamento e o que os mesmos representam para a organização.

**Quadro 2:** Principais Indicadores de Liquidez.

<b>Indicador</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Significado</b>	<b>Como Interpretar</b>
<b>Participação do Capital de Terceiros</b>	$(\text{Capital de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$	Apresenta a relação entre as dívidas da empresa e os recursos de aplicação própria.	Quanto menor, melhor para a empresa.
<b>Composição do Endividamento</b>	$(\text{Passivo Circulante} / \text{Capital de Terceiros}) \times 100$	Apresenta quanto das dívidas da empresa devem ser quitados no curto prazo.	Quanto menor, melhor para a empresa.
<b>Imobilização do Patrimônio Líquido</b>	$(\text{Ativo Não-Circulante} - \text{Realizável ao Longo Prazo}) / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$	Apresenta a relação entre as aplicações de longo prazo e a riqueza líquida da empresa.	Quanto menor, melhor para a empresa.

<b>Imobilização de Recursos Não-Correntes</b>	Ativo Circulante Realizável ao Longo Prazo)/(Passivo Não-Circulante + Patrimônio Líquido) x100	–	Apresenta a relação entre todas as origens de longo prazo e os recursos de aplicação própria acrescidos das origens de longo prazo.	Quanto menor, melhor para a empresa.
---	--	---	---	--------------------------------------

**Fonte:** Autor, adaptado de Diniz/2015.

Os indicadores acima demonstram a relevância de uma boa composição de endividamento da entidade, pois, é arriscado para a organização possuir dívidas em curto prazo em excesso ou investir mais no ativo de longo prazo do que o próprio capital existente, uma vez que isso implica no surgimento de mais dívidas com outros tipos de despesa.

### **CAGECE: LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO**

A Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) é uma das muitas sociedades de economia mista que pertencem ao governo cearense. A mesma foi criada em 1971, por meio da Lei 9.499, sendo regida por tal instrumento jurídico e alterações posteriores. Sua atuação é forte em grande parte do território do estado; Acerca disso, pode-se afirmar que: “A CAGECE tem por finalidade o serviço público de água e esgoto, em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente, ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica de direito privado, mediante contrato para o que realizará sob forma remunerada, as seguintes atividades” (CEARÁ, Lei 9499, Art. 3º).

Nesta seção, serão analisados os Balanços Patrimoniais da empresa CAGECE, durante os exercícios 2017 a 2019, sendo verificados essencialmente a situação financeira da entidade, por meio de sua liquidez, e o endividamento no período.

Ressalta-se que a Tabela 3 – Informações Patrimoniais, a seguir, foi uma adaptação dos Balanços Individuais disponíveis no relatório de Demonstrações Financeiras Padronizadas, disponibilizado no sítio eletrônico da entidade.



**Tabela 3: Informações Patrimoniais (R\$ mil).**

CONTAS	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
<b>ATIVO TOTAL</b>	R\$ 3.692.341	R\$ 3.738.240	R\$ 3.662.752
<b>Ativo Circulante</b>	R\$ 616.318	R\$ 542.909	R\$ 393.137
<b>Caixa e     Equivalentes de     Caixa</b>	R\$ 594	1.206	R\$ 1.088
<b>Estoques</b>	R\$ 20.761	R\$ 17.316	R\$ 12.894
<b>Ativo Não- Circulante</b>	R\$ 3.076.023	R\$ 3.195.331	R\$ 3.269.615
<b>Ativo Realizável a     Longo Prazo</b>	R\$ 206.779	R\$ 478.880	R\$ 457.636
<b>Ativo Imobilizado</b>	R\$ 57.374	R\$ 43.078	R\$ 42.467
<b>Intangível</b>	R\$ 2.811.870	R\$ 2.673.373	R\$ 2.769.512
<b>PASSIVO TOTAL</b>	R\$ 3.692.341	R\$ 3.738.240	R\$ 3.662.752
<b>Passivo Circulante</b>	R\$ 517.317	R\$ 450.322	R\$ 453.733
<b>Passivo Não-     Circulante</b>	R\$ 763.118	R\$ 996.507	R\$ 985.898
<b>Patrimônio Líquido</b>	R\$ 2.411.906	R\$ 2.291.411	R\$ 2.223.121

Fonte: Autoria própria com base nos dados da empresa/2022.

### **Análise da liquidez da empresa**

Neste tópico serão explicitados os principais elementos referentes à capacidade de pagamento da empresa, no médio e no curto prazos, considerando exclusivamente as informações disponíveis nos seus Balanços.

#### ***Liquidez geral***

Com base nos dados apresentados ao longo do período em análise, é possível constatar que a liquidez geral dos períodos 2017, 2018 e 2019, respectivamente é: 0,59, 0,70 e 0,64. Considerando tal situação, percebe-se que a empresa apresentou um crescimento, em relação a 2018, sendo esse o melhor exercício da empresa nesse critério.

Pelo significado do indicador, pode-se depreender que a empresa não apresentou uma situação satisfatória nesses exercícios, pois, em todos, o indicador ficou abaixo de 1. Dessa forma, em relação à capacidade pagamento da empresa no curto e médio prazos integrados, a empresa não conseguiria quitar suas obrigações.

### ***Liquidez corrente***

A empresa apresentou cronologicamente nos três exercícios os seguintes valores, nesses quocientes: 0,84, 1,20 e 1,19. Nesse caso, a empresa apresentou um crescimento e logo em seguida um leve declínio, na sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Verifica-se que, inicialmente, a empresa estava numa situação desfavorável, visto que, no primeiro ano, o indicador estava abaixo de 1. Novamente, o ano que apresentou o melhor resultado foi 2018, contudo, embora tenha ocorrido uma leve redução na capacidade de cumprimento das obrigações de curto prazo, não há, em relação a esse quociente, necessidade de preocupação.

### ***Liquidez seca***

Mantendo o padrão do indicador anterior, a empresa apresentou inicialmente um quociente de 0,83 e, nos anos seguintes, 1,16 e 1,15, respectivamente. O que fica claro que novamente o exercício de 2018 foi o mais favorável à entidade.

Com base nesse índice, é possível afirmar que a empresa era relativamente dependente de seus estoques, no exercício de 2017, contudo, conseguiu reverter essa situação já em 2018 e manteve no ano seguinte. Tal situação mostra um controle eficiente esperado nos períodos finais. Ressalta-se que é uma tendência de organizações assim manterem esse indicador sob controle, visto que sua principal atividade é prestação de serviços.

### ***Liquidez imediata***

No último elemento de liquidez, a empresa apresentou uma situação preocupante, considerando que os indicadores foram, respectivamente: 0,002, 0,002 e 0,001. Observa-se que, além do indicador estar bem abaixo do esperado, houve um declínio de 100%, no último ano, percebendo-se que, em valores absolutos, os seus equivalentes de caixa foram reduzidos para abaixo da metade do exercício anterior, enquanto que o seu passivo circulante cresceu praticamente 15%, em relação a 2018 (desconsiderando inflação).

O que se percebe com essa situação é que, em termos de valores disponíveis, a empresa não possui sequer condições de quitar suas dívidas de curto prazo, o que, pelo período considerado, percebe-se ser uma situação comum e que pode inclusive se agravar. Embora seja uma situação comum em empresas que tal indicador não seja tão elevado, é algo que, de fato, chama a atenção.

Contudo, ressalva-se que, pelo fato de a empresa ser controlada pelo Governo Estadual, é possível que a mesma possua uma margem maior para essa situação específica, visto que o Poder Público não deixaria uma entidade tão relevante passar por maiores problemas financeiros, pois a mesma é essencial à sociedade cearense.

### **Análise do endividamento da empresa**

Nesse tópico, serão apresentados os elementos básicos da estrutura de capital da empresa, verificando tanto a composição de suas dívidas quanto o impacto que há desse aspecto nas suas aplicações de recurso de longo prazo.

#### ***Participação de capitais de terceiros***

Pela tabela, é possível calcular que o indicador de participação de terceiros na empresa é, a cada ano, cronologicamente, 64,75, 63,14 e 53,08. O que é possível notar é que a empresa tem conseguido reduzir a cada ano sua dependência de capital alheio.

Verifica-se que, em todos os exercícios, especialmente em 2019, a empresa consegue manter-se sem necessitar exageradamente de recursos de terceiros, o que demonstra que seu capital próprio está consideravelmente bem estruturado, em relação a esse critério.

#### ***Composição do endividamento***

É possível verificar que, nos exercícios de 2017 e 2018, o indicador estava decrescendo, contudo, no último ano, houve um alta considerável, pois os indicadores foram, respectivamente: 31,51%, 31,12%, e 40,40%. Apesar de ocorrer esse aumento considerável, em relação ao significado e à importância desse indicador, percebe-se que a empresa está numa situação favorável.

Denota-se que, em relação ao total de dívidas, as obrigações de curto prazo, na pior das hipóteses (exercício 2019), corresponde a, no máximo 40,40%, das obrigações totais, ou seja, a grande concentração de obrigações está no longo prazo, o que fornece condições de a empresa se ajustar e quitar todos os débitos.

#### ***Imobilização do patrimônio líquido***

Analisando-se os exercícios, verifica-se que, nesse critério, a empresa não está em situação favorável, em nenhum dos exercícios, sendo que a mesma apresenta cronologicamente indicadores no valor de 126, 118 e 119, dessa forma, a empresa não consegue financiar seus ativos de longo prazo, com capital próprio.

Sabe-se que é normal que uma empresa possua altos valores aplicados em seu imobilizado, intangível e investimentos, contudo, o que se percebe na empresa em estudo é que a mesma tem aplicado muitos valores obtidos com terceiros na obtenção desses ativos. Dessa forma, a empresa investiu o equivalente a todo o seu patrimônio líquido e ainda foi necessário se endividar para aplicar em ativos de longo prazo.

### ***Imobilização dos recursos não correntes***

Neste quociente, a sequência de 2017 a 2019 foi 87%, 82% e 90%, respectivamente. O que se percebe que houve um decréscimo no exercício de 2018 e um aumento novamente no exercício de 2019.

É possível perceber com base nisso que, considerando todas as origens de recursos de longo prazo, houve uma folga desses recursos para aplicação em outros elementos, que não fossem somente o ativo de longo prazo da empresa, contudo, o ano de 2019, novamente foi o que apresentou um aumento considerável, principalmente se for levado em consideração que estava ocorrendo uma redução desse quociente no patrimônio da empresa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do presente trabalho, foi possível notar que estudar a situação financeira de uma entidade, qualquer que seja sua atividade, é altamente relevante, tanto para os usuários internos, como os administradores, quanto para os externos, como os investidores.

Para uma análise mais minuciosa, foi adotada uma pesquisa com foco quantitativo, tendo como principal fonte de dados os relatórios financeiros de uma organização relevante para a sociedade cearense, uma vez que uma visão com valores reais aplicados pode trazer à tona uma visão mais concreta, acerca de sua aplicabilidade.

Constatou-se que a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará é uma sociedade de economia mista, com controle acionário e operacional exercido pelo governo cearense e que a mesma está presente em uma parte considerável da população dessa unidade federativa. Percebe-se que a entidade é altamente relevante para a população local, uma vez que seus serviços prestados abrangem uma porcentagem considerável da sociedade local.

Em relação aos aspectos financeiros, uma observação detalhada da empresa, entre 2017 e 2019, em relação à sua capacidade de pagamento, demonstrou que sua liquidez, no curto prazo, está consideravelmente favorável, contudo, ao se inserir os elementos de realizáveis a

longo prazo, nos três exercícios em análise, a instituição não apresentaria uma boa condição de quitar suas dívidas.

A organização não demonstrou ser dependente de seus estoques nos dois últimos exercícios e, mesmo no exercício de 2017, não houve um desequilíbrio tão acentuado, em relação a esse critério, visto que, para cada 1,00 R\$ de dívida, a empresa ainda possuía 0,83 R\$ de ativos circulantes, desconsiderando os seus inventários.

De todos os quocientes de liquidez, aquele que se apresentou de forma desfavorável, nos três exercícios, foi a capacidade de pagamento imediata da empresa, visto que, em nenhum dos exercícios, foi superior a 1. O que se percebe é que a empresa não possui caixa ou equivalentes de caixa suficientes para quitar suas obrigações de curto prazo. Tal situação, embora seja comum nas empresas de uma forma geral, não diminui o fato de que a situação da entidade em estudo não possui condições positivas nesse aspecto.

Em relação ao endividamento, a empresa demonstrou que não possui dependência de capitais alheios para realizar suas atividades, o que fica claro com o indicador de participação de terceiros. Ressalte-se que esse critério foi o único na estrutura de capital em que o exercício de 2019 foi melhor do que os demais anos de observação.

A composição de endividamento da empresa está relativamente favorável, ao longo dos exercícios, visto que a maior parte de suas dívidas são de longo prazo, o que complementa a liquidez corrente da empresa, que foi favorável. Ressalta-se que o ano que apresentou o pior resultado nesse aspecto foi 2019, com 40,40%.

Em relação à imobilização de Patrimônio Líquido e de Recursos não correntes, constata-se que os recursos de longo prazo da empresa possuem uma participação muito grande, em relação às suas origens, de forma que a empresa comprometeu valores superiores ao seu patrimônio líquido para aplicar em tais recursos e, comparando-se com todas as origens próprias e de longo prazo, houve uma folga pequena, totalizando, em todos os exercícios, mais de 80%, desses elementos.

A partir do observado, percebe-se que a empresa, em relação à sua liquidez possui, no geral, uma situação positiva, excetuando a liquidez imediata, contudo, na estrutura de seu endividamento a mesma possui aspectos positivos e negativos. O que se nota é que há uma boa gestão na empresa, porém, alguns elementos deveriam ser geridos com mais cautela, principalmente em relação ao seu médio e longo prazo.

O que se compreende, também, é que a verificação financeira da empresa é pressuposto básico para que a mesma consiga aplicar corretamente os seus recursos. Uma verificação eficiente de tais aspectos poderá embasar uma tomada de decisões que sejam eficientes, eficazes e efetivas, no alcance de seus objetivos de curto, médio e longo prazos.

## REFERÊNCIAS

CEARÁ. **Lei nº 9.499**: Cria a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE - e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramitando/lei/9499.htm>> Acesso em: 29 Mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 15.348**: Altera dispositivos da Lei Nº 9.499, de 20 de julho de 1971, que dispõe sobre a criação da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, e dá outras providências. Disponível em: <<https://bela.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/2905-lei-n-15-348-de-02-05-13-d-o-03-05-13>> Acesso em 28. Mar. 2020.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO CEARÁ – CAGECE. **Relacionamento com Investidores**: Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<https://www.cagece.com.br/wp-content/uploads/PDF/Governanca/Informa%C3%A7%C3%B5esFinanceiras/Demonstra%C3%A7%C3%B5es-Financeiras-anuais-2019.pdf>> . Acesso em 30/03/2020.

COMISSÃO DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (2019). **CPC 00 (R2)** - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 28 Mar. 2020.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. Rio de Janeiro: SESES, 2015. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod\\_resource/content/1/Livro\\_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4277771/mod_resource/content/1/Livro_An%C3%A1lise%20dos%20Relat%C3%B3rios%20Financeiros.pdf)> Acesso em 29 Mar. 2020.

DUARTE, Tânia. **Estrutura e Análise de Balanço**. Disponível em: <[http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1512/Estrutura\\_Analise\\_Balanco\\_CONTABILIDADE-IFSUL.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1512/Estrutura_Analise_Balanco_CONTABILIDADE-IFSUL.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em: 29 Mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social** . - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4.ed.: São Paulo: Atlas, 1992.

MENEZES, Afonso Henrique Novaes *et al.* **Metodologia científica** teoria e aplicação na educação a distância [recurso eletrônico]. Petrolina: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019.

---

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Análise das demonstrações contábeis**. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/553569/2/eBook%20FCCC22%20Analise%20das%20Demonstracoes%20Contabeis.pdf>>. Acesso em: 29 Mar. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernane Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

# CAPÍTULO 14

## ANÁLISE DA RENÚNCIA DE RECEITAS PREVISTAS PELO FISCO FEDERAL REFERENTE AO SIMPLES NACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

João Pedro Pereira de Sousa  
Francisco Apoliano Albuquerque

### RESUMO

Sabe-se que a carga tributária no Brasil é elevadíssima. Por diversas vezes, isso se torna um problema, uma vez que deve haver equilíbrio entre o crescimento da economia e a arrecadação tributária, de forma que esta não interfira negativamente naquele. Então, o Estado pode e, em diversos momentos, utiliza mecanismos que diminuem o ingresso de recursos nos cofres públicos. A isso se dá o nome de renúncia de receitas. A legislação obriga que anualmente seja evidenciado à população o montante, ainda que estimado, de valores que deixaram de ser arrecadados, em virtude de benefícios fiscais. Considerando a necessidade de desenvolvimento econômico do Brasil, foi criada a Lei Complementar 123/06, a qual instituiu o mecanismo diferenciado de recolhimento das micro e pequenas empresas nacionais. Dentre as principais vantagens desse instrumento, têm-se a simplificação no processo de lançamento e o cumprimento de obrigações e principalmente a redução da carga de tributos aos seus optantes. Tendo em vista tal situação, o presente trabalho visa demonstrar o impacto da concessão desse benefício para as finanças federais. Por meio de pesquisa explicativa, bibliográfica-documental, realizou-se um estudo de caso, sobre o assunto, com base nas estimativas de renúncia fiscal referente ao exercício base 2016, pelo Governo Federal, tendo foco quantitativo. Os resultados estão dispostos em tabelas e gráficos, apresentando-se interpretações percentuais e estatísticas, com relação às seguintes distribuições: regionalizada geograficamente, por tributo e por atividades exercidas pelos beneficiários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arrecadação Tributária. Regime Simplificado. Renúncia de receitas.

### INTRODUÇÃO

A atividade tributária do Fisco brasileiro é altamente complexa. Há diversas espécies tributárias distintas, geralmente cada uma possuindo uma finalidade, aplicação, ou caracterização específica, o que torna o ordenamento tributário nacional consideravelmente amplo, sendo que as receitas tributárias e de contribuições são a maior fonte de recursos financeiros para o funcionamento do Estado.

Contudo, desde que cumprido um conjunto de requisitos, pelas mais variadas razões, a legislação brasileira apresenta vários mecanismos que permitem aos entes arrecadadores prescindir de parte da sua arrecadação.

Em virtude do cumprimento do texto constitucional, foi criado o Simples Nacional, que é um regime de tributação específico para as Microempresas e Empresas de pequeno Porte, que



são favorecidas, tanto por simplificar o processo de lançamento de tributos, quanto, principalmente, por apresentar uma redução da carga tributária das mesmas.

Devido às obrigações legais, o Governo deve evidenciar o total da renúncia de receitas provenientes de todos os programas e instrumentos que diminuam o valor de ingressos financeiros para os cofres públicos. Isso inclui o tipo singular de desoneração acima descrito.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar de forma concisa o quantitativo de Gastos Tributários que o fisco federal estimou para o exercício de 2016, relacionados ao Simples Nacional, por meio de uma metodologia de foco eminentemente quantitativo, tomando-se por base o Demonstrativo de Gastos Tributários publicado pela Receita Federal.

Os objetivos específicos são: demonstrar a relevância das receitas de natureza tributária para o tesouro público; apresentar as características gerais da renúncia fiscal sob aspecto da legislação brasileira; expor as particularidades do regime simplificado instituído pela Lei Complementar 123/2006, bem como examinar o montante de desonerações relacionado ao mesmo, tomando por base as estimativas federais para o exercício de 2016.

A pesquisa é composta por sete seções, nas quais a primeira corresponde a esta introdução, em que é apresentada a estrutura básica do trabalho. A segunda trata de uma explanação acerca das receitas públicas. Nas duas seguintes são evidenciadas as particularidades da desoneração tributária e do regime tributário simplificado (Simples Nacional), respectivamente. Em seguida, é realizada uma exposição dos procedimentos metodológicos utilizados na consecução e obtenção dos dados do trabalho. Na sexta, tem-se a coleta e apresentação dos dados obtidos. Na última, são realizadas as considerações finais, bem como uma compilação das informações adquiridas.

## **RECEITAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS E DE CONTRIBUIÇÕES**

Embora o Estado possua particularidades próprias que o diferenciam das demais entidades, é inegável que o mesmo compartilha com estas uma característica em comum: a necessidade de captação de recursos financeiros para a consecução de sua atividade principal, a qual é, nesse caso, de forma mais ampla possível, garantir a melhor qualidade de vida possível à sociedade.

Considerando a grande quantidade de meios que o Poder Público pode utilizar, a fim de obter renda, existe a possibilidade de o mesmo auferi-la por meio de seu próprio patrimônio, por exemplo, por meio do aluguel de seus imóveis.

Tal mecanismo é denominado de Receita Originária, cabendo ressaltar que o Governo não deve exercer diretamente a atividade econômica, exceto “quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo” (BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 173).

Por outro lado, é possível que a aquisição de capital financeiro seja por meio do constrangimento das atividades e dos bens e direitos do setor privado, nesse caso, sendo denominada de Receita Derivada. O exemplo mais relevante desse segundo tipo é a tributação.

Acerca disso pode-se observar o seguinte comentário:

A tributação é, sem sombra de dúvida, o instrumento de que se tem valido a economia capitalista para sobreviver. Sem ele não poderia o Estado realizar os seus fins sociais, a não ser que monopolizasse toda a atividade econômica, o tributo é inegavelmente a grande e talvez a única arma contra a estatização da economia. (MACHADO, 2011, p. 24)

Percebe-se, pelo trecho acima, a relevância do mecanismo tributário para o funcionamento da economia, visto que, sem o mesmo não seria possível a realização das políticas públicas e das atividades típicas dos Entes Públicos, com relação à sua finalidade social.

Cada autor que trata do assunto apresenta um conceito próprio para o vocábulo tributo, porém, geralmente, a definição e as características são semelhantes, visto que o Código Tributário Nacional (CTN), Lei 5.172/1966 define o referido termo como sendo “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” (BRASIL, CTN, art. 3º.).

Tanto a receita tributária quanto a de contribuições são classificadas como derivadas, visto que são “oriundas do poder impositivo do Estado” (CARVALHO e CECCATO, 2014, p. 74).

Embora essas receitas se enquadrem dentro do conceito legal de tributo acima apresentado, sob o aspecto do orçamento público, existe essa segregação, considerando-se, no primeiro caso, apenas os ingressos oriundos de impostos, taxas e contribuições de melhoria e, no segundo, os recebimentos referentes às contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, de interesse das categorias profissionais ou econômicas e de iluminação pública (MANUAL TÉCNICO DO ORÇAMENTO, 2016).

Com base na Lei 4.320/64, ambos os supracitados ingressos são classificados como sendo espécies de Receitas Correntes, as quais, segundo o glossário da Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2016) “apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual.”.

É sabido que as Receitas Tributárias e de Contribuições são, sem dúvida, a mais importante origem de fundos para custear a atividade estatal. Como evidência disso, tem-se a Tabela 1, a seguir, a qual apresenta o quantitativo de ingressos recebidos durante o exercício de 2015, que constam nas Demonstrações Contábeis da União.

**Tabela 1:** Receitas arrecadadas em 2015 conforme Balanço Orçamentário da União.

<b>RECEITAS</b>	<b>Arrecadado em 2015</b>	<b>% em Relação ao Exercício</b>
1 CORRENTES	1.325.741.287.000	70,26%
Tributária	424.674.736.000	22,51%
Contribuições	705.946.451.000	37,41%
2 DE CAPITAL	561.094.622.000	29,74%
TOTAL (1 + 2)	1.886.835.909.000	100,00%

**Fonte:** Secretaria do Tesouro Nacional/2015.

A partir dos dados acima, verifica-se que, em relação ao exercício de 2015, o somatório dos ingressos correntes totaliza 70,26%, do total de receitas do Governo Federal, sendo que, deste total, as entradas referentes aos tributos e às contribuições representam 85,26%, do grupo mencionado e, conseqüentemente, condizem a 59,92%, do total de recursos obtidos pelo Fisco.

É indiscutível a importância que as receitas derivadas estudadas possuem extrema relevância, com relação ao orçamento e funcionamento do setor público. Denota-se que a arrecadação tributária é um requisito para que o Estado consiga realizar suas atividades de forma concreta e eficiente.

## **RENÚNCIA DE RECEITAS**

Na busca para harmonizar e desenvolver a economia, o Estado, em diversos momentos permite aos contribuintes a diminuição de sua tributação, por meio da redução de bases de cálculo e alíquotas, da vedação de cobrança sobre determinados produtos, serviços ou atividades, ou, ainda, pela simples postergação do pagamento da obrigação tributária.

Embora esse mecanismo possa ser benéfico, em certos aspectos, para a população, surge um questionamento, em sua aplicação: tais concessões não eliminam a necessidade de capital que o Governo precisa para realizar suas atividades. Dessa forma, se não houver um controle eficiente, poderá haver um colapso, por falta de recursos na Administração Pública.

Pensando na utilização indiscriminada desses mecanismos e nas suas claras consequências lesivas ao erário, existe um conjunto de requisitos e estruturas a serem observados, a fim de manter a eficiência e continuidade na prestação de serviços públicos, pelo Poder Público.

Por essa razão, a CF de 1988 e a Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) apresentam os elementos e descrições para a renúncia de receitas públicas.

A CF/88 preceitua que o projeto de lei orçamentária anual deverá estar acompanhado, dentre outros, de “demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.” (BRASIL, Constituição Federal, art. 165, § 6º.).

Vê-se, pelo apresentado, que o legislador preocupou-se com a evidenciação das origens de capital público, ressaltando que qualquer dispositivo que, de alguma forma, implique na diminuição do montante a ser arrecadado pelos cofres públicos, deve ser considerado já na elaboração do orçamento anual e evidenciado de maneira clara à população.

A LRF apresenta elementos necessários para que sejam respeitados os princípios da eficiência e da transparência na concessão de benefícios e incentivos de natureza tributária.

Complementarmente esse dispositivo constitucional, a supracitada lei complementar apresenta em seu texto o seguinte trecho sobre o assunto:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração, pelo proponente, de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º. A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º. Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. (BRASIL, LRF, art. 14)

Os requisitos apresentados pela LRF são de suma relevância para o controle e a gestão pública eficientes, visto que, eles existem com o objetivo de impedir que o administrador utilize

a renúncia fiscal de forma indiscriminada, por razões eleitorais, por exemplo ou ainda motivado por interesses particulares, trazendo prejuízo ao erário público.

Dessa forma, para a concessão de qualquer benefício que reduza as entradas no Tesouro Público, devem ser analisadas levando-se em consideração estimativas de seu impacto, tanto para o seu exercício de início, quanto para, pelo menos, os dois seguintes.

Além disso, deve-se, na sua apresentação, ou evidenciar que tal impacto não interfere no montante previsto para ser realizado e nas metas fiscais estabelecidas, evitando-se a evidenciação de receitas fictícias no orçamento ou demonstrando as medidas de compensação da referida renúncia para o período.

A Receita Federal do Brasil (RFB, 2015) afirma que, quando a desoneração representa um gasto indireto do governo realizado por intermédio do sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, ele é denominado Gasto Tributário (GT).

Anualmente o mencionado órgão publica o Manual de Gastos Tributários (MGT), que são as estimativas para o exercício subsequente do montante previsto de renúncia, enquadrado nessa situação. O MGT publicado em 2015, com as previsões para o exercício financeiro de 2016, é a principal fonte de dados para as análises referentes ao tema estudado na presente pesquisa.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO SIMPLES NACIONAL**

Com o objetivo de incentivar a produção e o desenvolvimento da economia nacional, a CF/88 e suas emendas estabelecem em diversos momentos a necessidade de o Estado criar mecanismos que venham a facilitar a criação e a atividade das empresas nacionais caracterizadas como micro e de pequeno porte. A Carta Magna estabelece como um dos princípios norteadores da Ordem Econômica Nacional o “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.” (CF/88, Art. 170, Inciso IX).

O trecho demonstra a relevância que esse tipo de empreendimento possui para o país, de forma que o legislador compreendeu a necessidade de inserir tal prerrogativa no texto constitucional, para que fosse possível o pleno crescimento econômico.

Complementarmente essa ideia, ainda se acrescenta que:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las, pela simplificação de suas obrigações

administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. (CF/88, art. 179)

Percebe-se que a simplificação de que trata a Lei é muito ampla, abrangendo diversos tipos de obrigações distintas, tanto sob aspecto administrativo quanto financeiro, incluindo-se nesse processo as relações jurídicas de natureza tributária.

É importante ressaltar que texto apresentado ocorre com a presença da expressão “por meio de lei”, de forma que os privilégios mencionados devem estar dispostos em uma norma específica que os regulamente. Atualmente, esta posição é ocupada pela Lei Complementar 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Esta norma estabelece um conjunto de requisitos, vedações e limites para o enquadramento de uma instituição, dentro do conceito de ME e EPP.

O principal critério adotado é a receita bruta auferida, de forma que, conforme LC 123 (2006, art. 3), no primeiro caso, enquadram-se aquelas que, em cada ano-calendário auferirem receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e, no segundo, aquelas que auferirem, no mesmo período, uma receita bruta superior ao valor anteriormente mencionado até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Como principais benefícios instituídos para favorecer tais estabelecimentos, conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (*SEBRAE*), citam-se:

- a) regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias;
- b) desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;
- c) dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- d) simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPEs. (*SEBRAE*, 2007, p. 5).

Percebe-se, com isso, que a legislação brasileira busca gerar condições para que ocorra o fomento da atividade empresarial do país. Um dos principais mecanismos adotados para isso é o chamado regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na LC acima comentada.

O popular Simples Nacional é um dispositivo de apuração e recolhimento tributário unificado, exclusivo para as ME e EPPs, no qual em uma alíquota única, constam diversas obrigações financeiras referentes aos fiscos federal, estadual e municipal.

A relevância desse instrumento se dá pela praticidade que as entidades possuem de informar, gerar e pagar tributos relacionados à sua atividade. No Quadro 1, a seguir, são

apresentados os tributos os quais estão abrangidos pelo regime simplificado, bem como os entes que possuem a competência de instituí-los e cobrá-los.

**Quadro 1:** Tributos Abrangidos pelo SN.

<b>TRIBUTO</b>	<b>COMPETÊNCIA</b>
Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)	União
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	
Contribuição para o PIS/Pasep	
Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) a cargo da pessoa jurídica	Estados e Distrito Federal (DF)
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	Municípios e DF

**Fonte:** LC 123/06.

É importante salientar que a norma supracitada cria dois institutos, que, embora visem objetivos semelhantes, apresentam estruturas relativamente distintas, no caso, o Simples Nacional específico para às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme mencionado acima, e o Microempreendedor Individual (MEI).

De acordo com a LC 123/06 (art.18<sup>a</sup>, § 1<sup>o</sup>.), MEI é o “empresário individual a que se refere o art. 966, da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), optante pelo Simples Nacional”, considerando ainda que não haja impedimento para o mesmo aderir a essa sistemática. O presente trabalho foca exclusivamente no sistema destinado às ME’s e EPP’s, desconsiderando, para fins de análise, a existência do MEI.

A solicitação para adesão ao Simples, o lançamento das informações de faturamento, geração de guias de recolhimento e parcelamento de débitos ocorrem no portal eletrônico <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/>>, o qual possui todos os elementos para que as empresas realizem sua operacionalização de natureza tributária. Além disso, tem-se a presença de informativos, manuais técnicos e outros componentes úteis aos seus usuários.

Para a fiscalização e controle de todos os entes federados, existe a possibilidade de acesso individualizado, geralmente por meio de certificado digital, através do qual é possível

que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios analisem e fiscalizem as empresas, com relação aos tributos de suas respectivas competências, bem como recebam informativos, legislação, relatórios estatísticos e normas complementares, acerca do Simples.

Dentre as principais vantagens desse sistema para as a empresas, pode-se citar as duas consideradas mais atrativas: a unificação de tributos de competência federal, estadual e municipal, em uma única guia de recolhimento, como já mencionado, o que torna mais prático para os empresários, simplificando tanto o processo de lançamento e cumprimento das obrigações principais, quando das acessórias.

E como prerrogativa que mais interessa aos empreendedores, tem-se a redução da carga tributária, visto que, ao se aplicar as alíquotas desse regime, tem-se uma diminuição considerável do montante a ser recolhido em comparação às demais modalidades possíveis.

Em alguns casos, ocorre até mesmo a tributação com percentual zero para alguns tributos, ou seja, nesses casos, não há nem ao menos o lançamento ou a sua cobrança, dependendo da atividade e do valor da receita auferida. Outro fator que favorece essa desoneração é a forma do cálculo do montante devido por faixas de valores, com base na receita auferida, é um dos grandes diferenciais desse método.

Dessa forma, à medida que aumenta o faturamento da entidade e se ultrapassa o limite, levando-se em consideração o total apurado nos seus últimos 12 meses de funcionamento, ocorre um aumento progressivo na porcentagem aplicada, o que beneficia a todos os entes fiscais. Graças à utilização desses instrumentos, não ocorre a oneração excessiva das ME e EPP. É levada em consideração também a diferença que há entre as atividades de comércio, indústria e prestação de serviços.

Por essa razão, as tabelas de percentuais a serem aplicados possui uma segregação que considera o(s) ramos(s) exercido(s) por cada empresa, conforme o que se percebe nos Anexos I a V, da supracitada norma. De acordo com o observado, deduz-se que o SN possui um conjunto de elementos que beneficiam o tipo específico de empresas que por ele optam.

Porém, essa redução da carga tributária representa uma renúncia de receitas, por parte do Fisco, a qual deve ser obrigatoriamente considerada quando da elaboração do orçamento anual e demonstrada publicamente para fins de conhecimento e controle da população.

Tendo em mente essa ideia, deverá ter sido evidenciada a análise do GT relacionado a esse sistema de tributação, referente aos tributos de competência da União, tomando-se por base a previsão publicada para o exercício de 2016.



## METODOLOGIA

O presente trabalho visa analisar e descrever a renúncia de receitas previstas para serem concedidas, durante o exercício de 2016, pelo Governo Federal Brasileiro, aos optantes pelo Regime Tributário Diferenciado, Simplificado e favorecidos, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Cabe ressaltar que a supracitada norma criou dois mecanismos de tributação e recolhimento distintos, o Simples Nacional propriamente dito e o Microempreendedor Individual, sendo que a amostra analisada não se refere a toda essa população, considerando-se nesse estudo, exclusivamente elementos relativos aos integrantes do primeiro grupo, sendo essa uma das delimitações desse estudo.

Com relação aos objetivos almejados, o mesmo possui caracterização eminentemente descritiva. Acerca dessa categorização, denota-se que: “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Com base no trecho, denota-se que o exame descritivo fornece uma visão consistente dos fatos a serem observados, ao longo do desenvolvimento do trabalho executado.

Acerca dos procedimentos técnicos adotados, foram utilizadas: a pesquisa bibliográfica “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (DIEHL e TATIM, 2004, p. 59), a qual forneceu o material teórico necessário para o embasamento dos assuntos abordados, e uma “análise documental, uma vez que também se baseia em documentos e publicações primárias originais” (ANDRADE, 2012, p. 113).

Considerando a delimitação do tema e da amostra a ser estudada, bem como da estrutura das abordagens realizadas, o trabalho corresponde também a um estudo de caso, pois pretende tratar de um tipo específico de benefício fiscal, concedido a um grupo singular de entidades (MICHEL, 2009). Foi adotada uma análise quantitativa do tema abordado, objetivando evitar distorções de interpretação, o que fornece uma margem maior de segurança, quanto às conclusões obtidas (DIEHL e TATIM, 2004).

As principais fontes de dados foram livros e leis que tratam acerca da tributação no Brasil e da criação do Simples Nacional, bem como documentos e manuais oficiais editados, relacionados às Demonstrações Contábeis e ao Patrimônio dos entes públicos.

Todos os valores financeiros constantes na seção a seguir, são extraídos diretamente do Demonstrativo de Gastos Tributário (DGT), divulgado anualmente pela Receita Federal do Brasil (RFB), referentes ao exercício financeiro de 2016.

## COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Até o presente momento foram analisados aspectos teóricos, legais e documentais acerca da renúncia de receitas públicas, tributação e do sistema simplificado de recolhimento das micro e pequenas empresas, demonstrando as características gerais de cada um dos respectivos assuntos.

Na atual seção, porém, será dada uma abordagem em termos quantitativos da distribuição e estruturação em valores financeiros do GT do Governo, em relação ao Simples Nacional, visando apresentar a relevância desse investimento indireto, do Fisco Federal, em relação ao desenvolvimento econômico do país, cabendo lembrar que o foco o exercício de 2016.

Na Tabela 2, a seguir, foram consideradas as previsões de renúncia de receitas, em relação ao mencionado regime tributário, considerando-se os exercícios financeiros de 2014-2016.

**Tabela 2:** GT estimado, em R\$, por exercício financeiro da União: 2014-2016.

<b>DADO/RELAÇÃO</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Arrecadação Prevista (A)</b>	1.208.868.633.879,00	1.337.945.231.981,00	1.310.289.246.844,00
<b>GT Total (B)</b>	249.761.192.255,00	282.437.237.614,00	271.006.119.453,00
<b>GT com Simples Nacional (C)</b>	61.779.812.916,00	72.439.802.718,00	74.567.164.801,00
<b>Relação % (C)/(A)</b>	5,11%	5,41%	5,69%
<b>Relação % (C) /B</b>	24,74%	25,65%	27,51%

**Fonte:** Receita Federal do Brasil (RFB) – Demonstrativo de Gastos Tributários (DGT)/2016.

Com base nos dados obtidos acima, depreende-se que o montante de recursos previstos para desonerações relacionadas ao SN, o mesmo apresentou-se crescente, ao longo dos três últimos exercícios financeiros do Governo Central, de forma que a razão percentual entre os mesmos era de apenas 5,11%, em relação à arrecadação esperada, e de apenas 24,74%, em relação ao total de benefícios concedidos, para o ano de 2014.

Já em 2015, percebe-se a elevação do mesmo, que passa a representar mais de 25%, do total esperado para todos os investimentos indiretos do Estado, ressalvando-se, contudo, que

houve um aumento do valor esperado para o ingresso de recursos que corresponde a R\$ 129.076.598.102,00 (vide Tabela 1 para verificar o total arrecadado efetivamente nesse período).

Para 2016, denota-se uma queda de arrecadação estimada (A), em relação ao ano anterior, da ordem de R\$ 27.655.985.137,00, o qual corresponde em percentagem a 2,07%, porém, não se verifica o mesmo no item (C), da Tabela 2, no qual houve uma elevação de R\$ 2.127.362.084,00 (2,85%), no mesmo período, passando a corresponder a 27,51%, do total de desonerações estimadas pelo Fisco para o exercício.

Com base exclusivamente nesses dados estimados pelo ente público, entende-se que o montante de desonerações relacionadas ao regime especial em questão está em constante elevação independentemente do aumento do número de ingressos utilizados no custeio da máquina pública.

As normas legais já analisadas em seções anteriores, determinam que a renúncia de receitas deve ser evidenciada nos relatórios públicos, de forma regionalizada, na Tabela 3, a seguir, tem-se o cumprimento dessa exigência, considerando-se a divisão geográfica do Brasil, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Tabela 3:** GT com Simples Nacional: Distribuição Regionalizada: 2016.

<b>Região Geográfica</b>	<b>GT com Simples Nacional (em R\$)</b>	<b>% em relação ao total previsto para 2016</b>
Norte	2.429.862.812	3,26%
Nordeste	9.273.284.491	12,44%
Centro-Oeste	5.862.214.712	7,86%
Sul	40.721.073.243	54,61%
Sudeste	16.280.729.543	21,83%
<b>Total</b>	<b>74.567.164.801</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: RFB – DGT/2016.

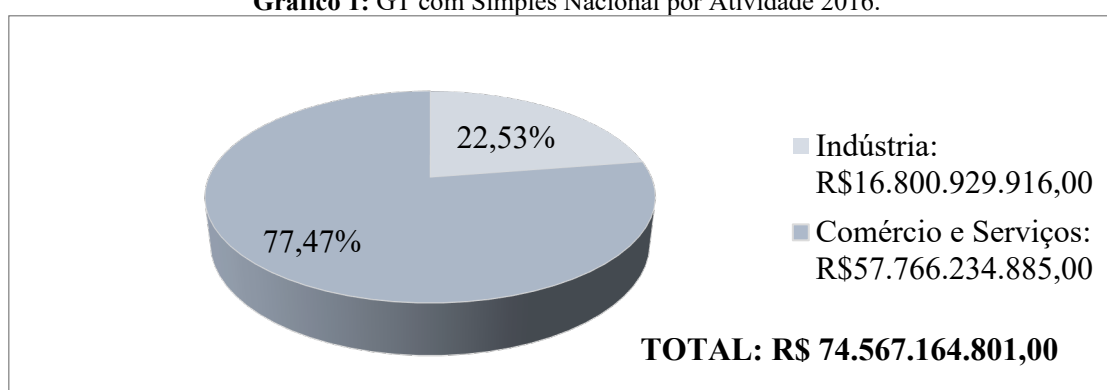
Com base nos dados acima discriminados, pode-se denotar que a distribuição, adotando-se a média aritmética simples, é de R\$ 14.913.432.960,20, por região, o que é um contraste relativamente complexo, visto que o Sul apresenta, aproximadamente, 55% do total previsto a ser concedido a todo o país. Infere-se, então, que a concessão do referido benefício não ocorre de forma tão equilibrada, considerando-se exclusivamente os valores acima.

A diferença em valores entre as regiões mais e menos beneficiadas (Sul e Norte, respectivamente) é de R\$ 38.291.210.431,00 e, dentre as cinco regiões, apenas o Sudeste, com seus aproximados 22%, apresenta o valor próximo à média geral. Com base nesses dados,

denota-se que o eixo Sul-Sudeste concentra cerca de 77%, do total de recursos totais previstos, conforme GT, do Fisco Federal, para o exercício de 2016, relacionadas ao Simples Nacional. O motivo mais provável para essa alta situação é a alta concentração de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, nessa área.

O Gráfico 1, a seguir, demonstra a distribuição das desonerações tributárias desse regime, sob a ótica da função orçamentária, a qual corresponde, segundo à STN (2016), à uma classificação da despesa pública, na qual é realizada uma análise por área e finalidade do Governo Federal, para as quais, têm-se a ocorrência de determinado gasto, direto ou indireto, conforme publicado pela RFB.

**Gráfico 1:** GT com Simples Nacional por Atividade 2016.



Fonte: RFB – DGT/2016.

Com base nos dados apresentados, percebe-se a grande diferença que há entre estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, com relação aos industriais. O valor referente aos primeiros corresponde a 77,43%, do total esperado para a respectiva desoneração.

Dessa forma, analisando-se a projeção com base na função orçamentária dessa renúncia fiscal, percebe-se que há uma alta concentração nas atividades relacionadas à comercialização e prestação de serviços em geral. Tendo em mente a natureza específica dos GT, depreende-se que o Fisco Federal, sob o aspecto de realização de suas despesas, investiu indiretamente o montante de 57.766.234.885,00, para a função acima mencionada.

Para se ter uma ideia dessa situação, do montante de R\$ 77.373.113.194,00, de recursos previstos como desonerações destinadas ao Comércio e Serviços, aquelas destinadas exclusivamente ao Simples ocupam uma porcentagem de 74,66%, enquanto que, no caso dos estabelecimentos industriais, prevê-se a concessão total de R\$ 32.216.130.639, dos quais 52,15% são específicos para o regime tributário em questão.

Realizando-se uma análise geral da renúncia fiscal voltada às atividades mencionadas, percebe-se que aquelas concedidas às empresas beneficiárias da LC 123/2006 ocupam a razão

de 68,04%, do total. Na Tabela 4, a seguir, será apresentada uma relação individualizada por tributo.

**Tabela 4:** GT com Simples Nacional: Análise Individualizada por Tributo 2016.

<b>TRIBUTOS</b>	<b>GT total por tributo (A)</b>	<b>GT Com Simples Nacional (B)</b>	<b>Relação % (B)/(A)</b>	<b>Relação % (B)/TOTAL (B)</b>
<b>IRPJ</b>	44.187.514.151	17.658.565.582	39,96%	23,68%
<b>IPI</b>	22.633.413.605	2.359.371.195	10,42%	3,16%
<b>PIS/PASEP</b>	12.887.287.875	4.839.259.075	37,55%	6,49%
<b>CSLL</b>	11.171.405.753	7.943.273.160	71,10%	10,65%
<b>COFINS</b>	64.558.470.146	21.139.364.236	32,74%	28,35%
<b>CP. SOCIAL</b>	54.349.063.112	20.627.331.553	37,95%	27,66%
<b>TOTAL</b>	<b>209.787.154.642</b>	<b>74.567.164.801</b>	<b>35,54%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: RFB – DGT/2016.

A partir dos dados obtidos, percebeu-se que, com relação à receita orçamentária tributária (IRPJ e IPI), houve uma desoneração no montante estimado de R\$ 20.017.936.777,00, e, com relação à de Contribuições (demais itens constantes na Tabela XX), R\$ 54.549.228.024,00. No primeiro caso, o percentual em relação ao total é de 26,85%, no segundo, 73,15%.

Essa diferença deve-se principalmente à natureza das atividades exercidas, visto que, dentre as obrigações pecuniárias que integram a alíquota única do Simples e que competem à União, apenas o IRPJ consta como obrigatório para todas as entidades, uma vez que o IPI é exclusivo à indústria e às empresas a ela equiparadas. Por outro lado, as contribuições constam em todos os ramos, incluindo o comércio e prestação de serviços.

Percebe-se que, dos R\$ 209.787.154.642,00, que correspondem ao somatório total das desonerações previstas para os respectivos tributos anteriormente discriminados, em 2016, aproximadamente 35,54% estão voltados às ME's e EPP's optantes pelo regime simplificado.

Pelos dados observados na Tabela 4, percebe-se que a CSLL é o tributo que possui maior relação percentual de renúncia fiscal com SN, em relação ao total esperado pela respectiva espécie tributária, o que atinge à cifra de 71,10%. Dessa forma, do montante previsto para o exercício, esse é o tributo que mais foi afetado pelo Regime. Por outro lado, sob o mesmo ponto de vista, o IPI, com seus 10,42%, é o que menos possui essa interferência.

Ao se analisar a relação particularizada dos elementos constantes da renúncia com SN, em relação ao seu somatório total, denota-se que, diferentemente dos valores encontrados anteriormente, o tributo que possui o maior índice de participação é a COFINS (28,35%),

significando dizer que essa é a obrigação tributária que mais influencia, no montante total desse Regime, em oposição, o menor permanece sendo o IPI.

Aplicando-se média aritmética simples, entre os valores individualizados por tributo e a totalidade de recursos, obtém-se o valor de R\$ 12.427.860.800,17 e novamente percebe-se uma grande disparidade na distribuição dos valores. Tal fato deve-se principalmente porque os elementos especificados possuem base de cálculo, alíquotas e métodos de cálculo diferente, o que provoca essa distorção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos dados da pesquisa efetuada, foi possível analisar a relevante participação das receitas tributárias e de contribuições no orçamento público, de forma que as tais correspondem à maior parte dos ingressos de recursos no patrimônio estatal, consequentemente, demonstrando que a atividade arrecadadora é essencial para o funcionamento da máquina pública.

Denotou-se, além disso, que a Lei brasileira permite que o Fisco conceda benefícios de natureza financeira para as entidades com relação à tributação. Tal prática, embora autorizada pelo ordenamento jurídico, não é feita de forma desestruturada, visto que a CF/88 e a legislação complementar apresentam um conjunto de requisitos e mecanismos a serem respeitados para que não tragam prejuízos ao Tesouro. Como exemplo disso, cita-se a necessidade de demonstrar à população o montante estimado de gastos tributários esperado pelo Governo, ou, ainda, a sua possibilidade de compensação.

Atualmente, um dos maiores exemplos dessa renúncia de receitas concentra-se no Simples Nacional, sendo esse é o regime favorecido de arrecadação destinado às micro e pequenas empresas, criado em cumprimento ao texto constitucional. Esse sistema, regulamentado pela LC 123/06, possui como principais benefícios e diferenciais a simplificação dos processos de lançamento, cobrança e pagamento de tributos e a redução da carga tributária de seus optantes.

Com relação à distribuição do gasto tributário relacionado a esse instrumento previsto para o exercício de 2016, referente aos tributos de competência do fisco federal, constatou-se o constante aumento do mesmo, com base nos últimos anos, sendo que, no atual período, espera-se que seja da ordem de R\$ 74.567.164.801,00, correspondendo a 27,51%, do total de desonerações concedidas. Com base nesses dados, observou-se que o benefício relacionado ao

Simplex possui alta participação nos investimentos indiretos que o governo Federal realizará ao longo dos exercícios seguintes.

Acrescente, ainda, que o Eixo Sul-Sudeste é o que tem maior participação, nesse valor, chegando a aproximadamente à casa dos 77%. Com relação à estruturação por atividades, o Comércio e a Prestação de serviços são os mais beneficiados, perfazendo um total, aproximado, de 75%, do previsto no parágrafo anterior, sendo que a Indústria ficaria com os demais 25%. Salienta-se, ainda, que dos tributos analisados, aquele que possui a maior presença no total apresentado acima é a COFINS, que chega à cifra de 28,35%.

Levando-se em consideração os objetivos almejados e a metodologia adotada, a presente pesquisa cumpriu ao que se propôs a realizar, contudo, a mesma fica aberta a discussões, além disso, espera-se, também, que a tal pesquisa sirva de base para trabalhos futuros relacionados aos assuntos abordados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição Federal (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 03 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - **Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a união, estados e municípios**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172/Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172/Compilado.htm)>. Acesso em 03 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 4320 de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm)>. Acesso em 04 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2000: Lei de Responsabilidade Fiscal. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em 10 Set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2016. **Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm)>. Acesso em 11 de Set. 2016.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual completo de Contabilidade Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2014.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários)- PLOA 2016**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários)- PLOA 2015**. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários)- PLOA 2013**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **Portal do Simples Nacional**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>. Acesso em 11 Set. 2016.

SECRETARIA DO ORÇAMENTO FEDERAL. **Manual Técnico de Orçamento: MTO 2016**. Disponível em <[http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto\\_2016\\_1aeducacao-200515.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2016_1aeducacao-200515.pdf)>. Acesso em 10 Set. 2016

\_\_\_\_\_. **Orçamentos da União exercício financeiro de 2016: projeto de lei orçamentária – Vol. I**. Brasília. 2015.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Glossário de termos**. Disponível em <<http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario;jsessionid=-138GfXhskUuiB71YMBhOUtx>>. Acesso em 12 Set. 2016

\_\_\_\_\_. **Balanco Geral da União: Demonstrações Contábeis Consolidadas da União**. Brasília, 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) -. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresas: Conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios**. Brasília, 2007.



# CAPÍTULO 15

## A RELEVÂNCIA DO PLANO PLURIANUAL COMO SINTETIZADOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

João Pedro Pereira de Sousa  
Francisco Apoliano Albuquerque

### RESUMO

O presente estudo tem como foco principal analisar a relevância que o planejamento possui na esfera pública. Verificou-se o papel que o Plano Plurianual possui para todas as esferas do setor público brasileiro. Considerando que o mesmo é uma ferramenta de programação e gestão de recursos no médio prazo. Por meio de uma metodologia de foco qualitativo, utilizando uma pesquisa explicativa, bibliográfica-documental, analisaram-se diversos autores e entidades, bem como a legislação e os documentos complementares, visando respaldar a tese de que o referido instrumento é essencial para estabelecer os objetivos almejados pela Administração Pública. Por meio dos recursos e técnicas adotados, notou-se que a programação eficiente da aplicação dos recursos públicos é uma forma de garantir que os direitos e as benesses inerentes à população sejam, de fato, alcançados. Para complementar essa ideia, foram verificadas, sucintamente, as premissas e estruturas básicas do PPA 2016-2019, do Governo do Estado do Ceará (os “7 Cearás”), bem como suas expectativas de custeio apresentadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento. Setor Público. Gestão. Objetivos.

### INTRODUÇÃO

É indiscutível a relevância que o planejamento possui em todas as áreas da atividade humana. Desde a simples realização de uma viagem, por exemplo, até mesmo à execução de grandes obras arquitetônicas, uma programação prévia é essencial, a fim de se estabelecerem quais os recursos necessários, os métodos que serão adotados e os objetivos que se pretende alcançar.

No setor público, não é diferente, é necessário, inclusive em virtude de obrigação legal, que as ações e seus resultados esperados sejam previamente estabelecidos. A utilização do Orçamento Público, por exemplo, é essencial para que o Governo possa efetivamente planejar, executar e principalmente controlar suas atividades.

Acrescentando, ainda, que o mesmo Orçamento Público é o principal item de análise que a população possui, a fim de avaliar as ações dos gestores por ela eleitos. O referido instrumento é de cunho obrigatório, em todas as esferas da administração pública. E, quando se fala em planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual é o elemento que melhor explicita os focos principais de determinada gestão.

Utilizando-se uma metodologia de cunho descritivo-qualitativo, o presente trabalho possui como objetivo geral analisar a relevância do Plano Plurianual como ferramenta de controle das políticas públicas a serem executadas pelos gestores.

As finalidades específicas são: apresentar os aspectos técnicos e jurídicos básicos do planejamento no setor público; demonstrar os requisitos e as aplicações do Plano Plurianual; e analisar de forma sucinta a estrutura dos 7 Eixos de aplicação do PPA 2016-2019, do Estado do Ceará.

A utilidade desse estudo consiste no fato de o mesmo apresentar uma abordagem técnica-jurídica da utilização do Plano Plurianual como instrumento de controle da aplicação de recursos pelo Estado, nas suas respectivas políticas públicas, verificando também a estrutura básica de planejamento de médio prazo apresentada pelo Estado do Ceará, em relação à administração do gestor.

O trabalho encontra-se dividido em 6 seções: a primeira corresponde à presente introdução, onde constam os aspectos básicos do trabalho; no desenvolvimento, constam quatro subdivisões que tratarão respectivamente: da metodologia utilizada na pesquisa; dos aspectos gerais do planejamento no setor público; da relevância, características e estruturas do Plano Plurianual; e, por fim, o estudo acerca da estrutura de planejamento dos 7 Eixos de aplicação constantes no PPA 2016-2019, do Estado do Ceará; por último, tem-se a conclusão, onde são apresentadas as considerações finais do assunto ora estudado.

## **DESENVOLVIMENTO**

O processo de programação, execução e controle das ações no setor público é altamente relevante, pois, influencia em todos os níveis da sociedade. A utilização eficiente de recursos é um requisito para que os entes governamentais alcancem as metas e objetivos traçados. Nesta seção, serão apresentados os aspectos fundamentais acerca do planejamento no setor público e do plano plurianual. Antes, porém, no tópico a seguir, têm-se os aspectos metodológicos do trabalho apresentado.

### **Metodologia**

Por se tratar de trabalho acadêmico, é indispensável o rigor científico em todos os seus aspectos. Por essa razão, nessa seção, serão apresentados os elementos metodológicos adotados, a fim de garantir maior fidedignidade às informações obtidas. O processo de obtenção de dados na pesquisa foi, eminentemente, o da documentação indireta, uma vez que a tal “[...] serve-se de fontes de dados coletados por outras pessoas” (MARCONI; LAKATOS, 2013, p. 43).

Com relação a esse assunto, acrescenta-se que foi adotada a pesquisa bibliográfica, que é altamente relevante em todo trabalho, visto que corresponde à busca por respaldo ao trabalho apresentado, com base em autores renomados, livros e publicações relacionadas ao tema focado.

Com relação a esse assunto, vê-se o seguinte trecho:

Acresce-se que mesmo trabalhos inéditos exigem do pesquisador, qualquer que seja essa ou aquela tipologia de pesquisa, o levantamento e a seleção de uma bibliografia concernente, pré-requisito indispensável para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo. (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 30)

Com base nisso, denota-se a relevância que o embasamento bibliográfico possui para quaisquer trabalhos, independentemente de seu ineditismo. Ressalta-se que também que foi utilizada uma análise documental, pois, foram utilizados “documentos que não sofreram nenhum tratamento científico e servirão de fonte para a coleta de dados.” (BOTELHO; CRUZ, 2013, p.60).

Por fim, devido ao fato de ser analisado um exemplo específico como representante de situações semelhantes, pode-se considerar que corresponda a um estudo de caso, pois conforme Severino (2007, p.121), essa forma de pesquisa “[...] se concentra no estudo de um caso particular, considerando representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

### **A relevância do planejamento no setor público**

Por mais simples que seja uma organização, é certo que a mesma possui objetivos, tanto de longo, quanto de curto prazo. A grande questão é como conseguir alcançar a realização de tais expectativas, pois, geralmente, há diversas barreiras, as quais podem ser de natureza humana, financeira, geográfica, logística, etc., que tendem a dificultar a concretização das intenções almejadas.

Dentre os principais fatores que podem ser adotadas para minimizar ou extinguir esses obstáculos, pode-se citar a alocação eficiente dos recursos disponíveis, a delimitação das técnicas e métodos factíveis e a adoção de estratégias capazes de sanar eventuais riscos. De forma mais simples possível, essa é a finalidade de um planejamento.

Acerca disso, pode-se transcrever o seguinte trecho:

O planejamento corresponde à **primeira e mais importante** das funções administrativas (planejar, organizar, dirigir, controlar), e **consiste num processo articulado e racional para determinar antecipadamente os objetivos e os meios para alcançá-los** (projetos, ações, métodos, técnicas etc.).

.....  
O planejamento trata de ações **presentes e futuras**, e também questiona e avalia os resultados destas ações e decisões. (PALUDO, 2015, p.3, grifos do autor).

Percebe-se, então, que planejar é uma atividade extremamente relevante para as instituições, sendo a base para que essas consigam alcançar efetivamente seus objetivos. Não corresponde apenas a uma situação momentânea, mas a um conjunto articulado de elementos presentes e futuros, que devem ser utilizados e/ou executados, visando alcançar as finalidades previamente estabelecidas.

Ressalta-se que o planejamento, embora relevante, não é garantia, por si só, de que os resultados obtidos sejam exatamente aqueles que eram esperados. Contudo, é a forma que mais aumenta a probabilidade de se atingir as expectativas traçadas, ou, ao menos, que essas sejam próximas à realidade ideal almejada, ou ainda, em casos extremos, que se minimizem os prejuízos ocorridos.

Não se deve, certamente, estabelecer, através de um planejamento, que dado órgão irá deixar de operar em um dado segmento. Porém, é possível definir quais são as prioridades de ação e como serão usados os recursos à disposição de maneira mais eficiente, eficaz e transparente possível (KALLÁS; COUTINHO 2005).

Tal cenário torna o planejamento de organizações do Setor Público mais abrangente, mas não menos relevante do que o planejamento de empresas do Setor Privado. Entretanto, mais abrangente do que planejar é desempenhar uma determinada estratégia.

Atualmente, a ferramenta frequentemente usada pelas empresas para a aplicação da estratégia é o *Balanced Scorecard* (BSC). O BSC é um método para avaliar o desempenho estratégico e conseqüentemente operacionaliza o sistema de estratégias de uma organização, tendo se tornado numa das ferramentas mais importantes na área de planejamento estratégico.

O sucesso do BSC deve-se ao fato de trazer uma terminologia que serve de ponte entre as estratégias definidas pelos altos executivos às ações cotidianas dos funcionários. O BSC operacionaliza a estratégia abstrata em prioridades claras e as relaciona com resultados estratégicos tangíveis que as organizações e seus funcionários precisam alcançar.

Os objetivos e as medidas concentram-se no desempenho organizacional, sob quatro perspectivas: financeira, do cliente (ou cidadão), dos processos internos e de aprendizado e crescimento.

Quando se observa a dimensão macro dos mercados contemporâneos, é possível verificar uma tendência constante de crescimento nos níveis de competitividade, afetando tanto as empresas de classe mundial quanto empresas de menor porte, tanto privadas quanto públicas.

Como forma de manterem-se competitivas (empresas privadas) e eficientes (empresas públicas), no mercado atual, as empresas e instituições estão buscando novos recursos estratégicos capazes de proporcionar-lhes mais eficiência e eficácia (efetividade), em seus processos de gestão.

Entre estes novos recursos estratégicos, o BSC vem se destacando como sistema de gerenciamento empresarial. Entretanto, o processo de construção do BSC só deve ser iniciado se houver a participação e o comprometimento da alta administração e seus executivos. Não havendo esse comprometimento, o BSC não dará certo, pois é uma iniciativa *top-down*, que busca a sinergia através de um processo sistemático, que, por sua vez, busca o consenso e a clareza sobre como traduzir a missão e a estratégia da organização em objetivos e medidas operacionais.

Embora o Estado possua finalidade distinta, em relação ao setor privado, visto que este busca, em geral, o lucro e interesses de grupos específicos, e aquele tenta assegurar o melhor nível de qualidade de vida possível à população, é indiscutível a relevância que a execução de ações planejadas possui.

Acerca desse assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), define, em seu glossário, que planejamento é “metodologia de administração que consiste, basicamente, em determinar os objetivos a alcançar, as ações a serem realizadas, compatibilizando-as com os meios disponíveis para sua execução” (STN, 2017).

Percebe-se claramente que essa definição é semelhante à anteriormente citada por Paludo (2015), visto que os preceitos e finalidades básicas do ato de se planejar são os mesmos, independentemente da esfera ou área de atuação da entidade a que se refere.

Tal mecanismo é tão valioso que a própria Constituição Federal (CF) de 1988 afirma expressamente que o planejamento é “determinante para o setor público” (BRASIL, Constituição Federal de 1988, art. 174). Dessa forma, nenhum gestor deve realizar quaisquer atividades, sem que haja um estudo e detalhamento anterior dos recursos a serem aplicados, das ações a serem executadas e, principalmente, das consequências esperadas.

O Estado possui responsabilidade em praticamente todos os atos praticados numa determinada sociedade. Tal situação pode ocorrer de forma indireta, por meio de fiscalização

das operações ocorridas na iniciativa privada, por exemplo, ou diretamente, tais como o fornecimento de recursos e sua aplicação voltada para a educação, saúde, previdência, segurança e infraestrutura.

Sabe-se que a maior parte das fontes de custeio para as atuações públicas é fornecida pela própria população, por meio da arrecadação de tributos e outras formas de constrangimento do patrimônio privado, doações, desapropriações e outras ações congêneres. Ressalte-se que também é possível que o próprio poder público, por meio de seu próprio patrimônio, obtenha mais receitas para investir em suas operações.

Independentemente da fonte de capital utilizada, os gestores têm como obrigação básica, empregar de forma eficiente e articulada todos os recursos obtidos com uma finalidade única: garantir que os direitos, benefícios e qualidade de vida da população sejam garantidos.

Nesse aspecto, o planejamento entra como um guia, nos quais se apresentam, para determinado período, as expectativas de entrada de recursos, de aumentos patrimoniais e de benefícios econômicos esperados, em comparação com a respectiva aplicação dos mesmos, evidenciando o que efetivamente se espera alcançar com esse investimento. O Quadro 1, a seguir, elaborado com base nas palavras de Silva (2011), apresenta os princípios fundamentais que norteiam o planejamento voltado ao setor público.

**Quadro 1:** Princípios Básicos do Planejamento no Setor Público.

<b>Racionalidade e Razoabilidade</b>	Compatibilização dos recursos disponíveis com um número possível de alternativas apresentadas.
<b>Previsão</b>	Delimitação prévia dos objetivos esperados, recursos disponíveis e possibilidade de controle.
<b>Universalidade</b>	A aplicação deve abranger todas as esferas sociais e econômicas da sociedade, bem como dos setores e níveis da administração pública.
<b>Unidade</b>	Todos os planos, programas e processos devem ser integrados e coordenados entre si.
<b>Continuidade</b>	O planejamento é figura permanente na administração pública, devendo sempre ser revisto e melhorado, quando possível.
<b>Aderência</b>	Deve haver compatibilização de objetivos, de forma que toda a administração vise sempre alcançar o que foi previamente traçado.

**Fonte:** Silva (2011) - Adaptado pelo Autor.

Com base no quadro acima, denotam-se as características básicas de uma programação eficiente para o setor público, de forma que, para que se possam atingir os objetivos traçados, é necessário que haja adequação entre os mesmos e os recursos esperados para alcançá-los, abrangendo todos os envolvidos, direta e indiretamente, de forma integrada e que esses estejam engajados na busca por atingir os melhores resultados possíveis de forma contínua.

Não se deve, certamente, estabelecer, através de um planejamento, que dado órgão irá deixar de operar, em um dado segmento. Porém, é possível definir quais são as prioridades de ação e como serão usados os recursos à disposição de maneira mais eficiente, eficaz e transparente possível (KALLÁS; COUTINHO 2005).

Tal cenário torna o planejamento de organizações do Setor Público mais abrangente, mas não menos relevante do que o planejamento de empresas do Setor Privado. Entretanto, mais abrangente do que planejar é desempenhar uma determinada estratégia.

Para garantir que o administrador está de fato gerindo o patrimônio público, com vistas a satisfazer as necessidades da população, todos os atos, desde o momento de seu planejamento, até a fase de prestação de contas, e, se necessário, responsabilização por divergências encontradas, deve ser público, de forma que todos os interessados (cidadãos) tenham acesso à informação, em respeito aos princípios da publicidade e transparência.

A Lei Complementar 101/200, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabelece que “A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]” (BRASIL, LRF, art. 1º, § 1º).

Pelo que se percebe, a legislação do Brasil está voltada para a ideia de que o trabalho previamente planejado possui maior probabilidade de efetivamente atingir os objetivos esperados, nos quais o patrimônio público seria utilizado de forma eficiente, minimizando fatores que podem ser prejudiciais.

### **Principais aspectos do plano plurianual**

Para que haja consistência nas ações executadas pelos entes públicos, é necessário que essas estejam em plena consonância com os objetivos almejados. Porém, até mesmo a mais simples e modesta prefeitura existente é composta por um conjunto de departamentos, setores, estruturas e pessoas diferentes, cada um atuando de forma distinta, visando metas específicas.

É necessário que haja um vínculo que compatibilize suas ações, de forma que o trabalho alcançado por todos os envolvidos convirja para a finalidade básica inerente ao Governo, que é garantir a satisfação do cidadão, como já mencionado.

Acerca disso, entende-se a relevância da lógica em uma estruturação eficiente visando alcançar o máximo de benefícios possível. Dessa forma, entende-se que “o Planejamento Estratégico compreende as diretrizes e interações que relacionam o presente ao futuro da

organização e que vão se tornando harmônicas nas medidas adotadas, em direção a uma estrutura idealizada” (SILVA, 2011, p. 181).

O Plano Plurianual (PPA) é, sem dúvida, o maior sintetizador do planejamento estratégico, na esfera pública. Nele, constam os objetivos que se esperam alcançar, as técnicas que devem ser empregados, bem como os mecanismos de controle (indicadores) que deverão ser verificados, a fim de mensurar confiavelmente os resultados obtidos, à medida que o tempo transcorre.

O trecho a seguir exemplifica claramente a relevância desse instrumento para toda a sociedade.

O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República, os quais consistem na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, na garantia do desenvolvimento nacional, na erradicação da pobreza e da marginalização, na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (CARVALHO, 2014, p. 91)

A partir do trecho acima, percebe-se que PPA representa, ainda que de forma indireta, um compromisso assumido com toda a sociedade, na qual se pretende a viabilização das garantias e dos direitos inerentes a toda população. Dessa forma, o mesmo corresponde a um sintetizador de todas as políticas que se pretende alcançar, referentes a determinado período.

Por esse motivo, tal instrumento, bem como os demais, os quais com ele traçam as ações do poder público, ultrapassam os limites que naturalmente estão relacionados à lei, devido principalmente à sua temporalidade, visto que possui duração específica, conforme será abordado mais adiante, e principalmente, devido à sua aplicabilidade, afinal, tal elemento existe para direcionar as atividades de todos os setores, departamentos, órgãos e recursos disponíveis, na busca de garantir o desenvolvimento social, econômico e político.

Com relação a isso, a atual Constituição estabelece que sua elaboração e seu encaminhamento ao Poder Legislativo são de iniciativa do Poder Executivo, bem como acrescenta que “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (BRASIL, CF/88, art. 165, § 1º).

Analisando exclusivamente os itens constantes no trecho acima, nota-se que, ao se elaborar o PPA, deverão ser consideradas, de acordo com Paludo (2017), as orientações gerais (diretrizes), os alvos que se pretende atingir (objetivos) e suas subdivisões (metas), os

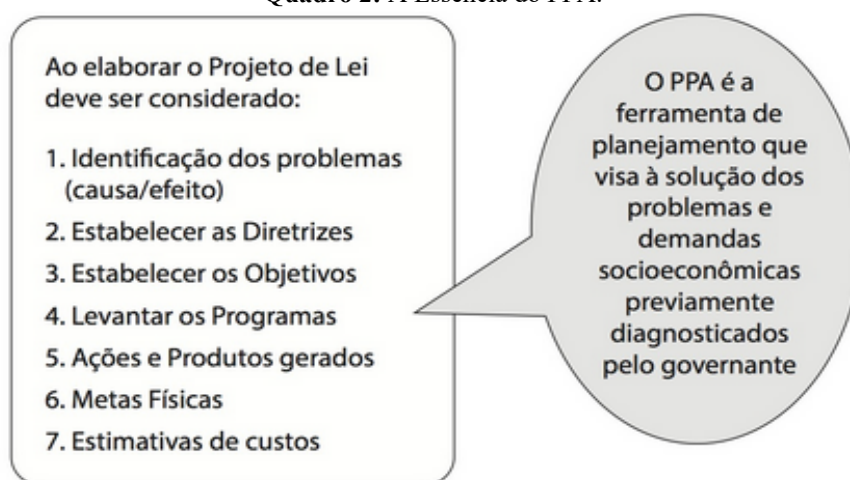


investimentos que contribuem para a formação de um bem de capital e aqueles que surgem visando seu funcionamento e manutenção (despesas de capital e outras dela decorrentes), bem como as aplicações que ultrapassam dois exercícios financeiros (programas de duração continuada), com base em macrorregiões geográficas (no caso da União, por exemplo, seriam as Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste).

Denota-se que é um instrumento que possui certa complexidade, pois, compreende a programação estratégica abrangendo fatores espaciais, financeiros, físicos e metodológicos. Por essa razão, embora a legislação apresente os elementos fundamentais que o mesmo deva conter, não há um padrão único pré-estabelecido.

No Quadro 2, a seguir, é apresentada a Essência Básica do PPA.

**Quadro 2:** A Essência do PPA.



**Fonte:** Bezerra Filho (2013, p.28).

Embora não exista uma uniformização para isso, o esquema acima aborda de forma simples o roteiro que pode ser adotado para a elaboração de um Plano Plurianual.

Inicialmente, deve haver um diagnóstico prévio, no qual se identificam os principais problemas a serem enfrentados, em seguida, devem ser estabelecidas as linhas de ação a serem realizadas e os propósitos que se desejam alcançar, bem como a distribuição e quantificação de atividades e seus respectivos resultados, os mecanismos de controle (comparação com as metas) e o gasto financeiro que todo o processo implicará.

Acresce-se, ainda, que, sua duração é de 4 anos, conforme preceitua a legislação, ressaltando que o início de sua execução não coincide simultaneamente ao mandato do gestor competente para sua elaboração. Na verdade, instaura-se no exercício subsequente (segundo ano de gestão) e estende-se ao primeiro do mandato seguinte.

Regra geral, todos os demais elementos relacionados ao planejamento e execução das políticas públicas, deve, obrigatoriamente, coincidir com o que constar no PPA, do período, de forma articulada e integrada. Dessa forma, a realização de receitas e despesas (principalmente estas), deve condizer com as direções traçadas previamente, conseqüentemente, ao final, pode-se mensurar se os propósitos foram de fato alcançados.

Considerando que se trata de uma situação idealizada, pode, durante a execução, o PPA apresentar divergências, em relação à situação imaginada e os resultados obtidos, por razões diversas, tais como: falhas na elaboração, insuficiência nas fontes de custeios para os projetos, erros na mensuração de custos, etc.

Por esse motivo, durante sua vigência, o mesmo deve ser constantemente revisto, atualizado e, quando necessário, corrigido. Deve-se, então, alterar a proposta inicial para o mesmo se adequar à realidade.

Contudo, por se tratar de um elemento disposto em lei, o qual foi proposto por um dos Poderes (Executivo) e aprovado por outro (Legislativo), sua modificação deve respeitar o devido processo legal, a fim de evitar que mudanças indevidas venham a ocorrer, prejudicando, então, o patrimônio e os interesses públicos.

### **O PPA no Estado do Ceará: Os “7 Cearás”**

Devido à estrutura administrativa do Brasil, cada entidade federativa (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deve criar seu próprio planejamento, conforme suas limitações regionais, em cumprimento à CF, sua estrutura financeira e seu conjunto de objetivos.

No Estado do Ceará (CE), não poderia ser diferente. Conforme preceituam as legislações federal e estadual, são elaboradas, publicadas e executadas todas as ferramentas de planejamento e controle de gestão dos recursos públicos.

Acerca disso, acrescenta-se que:

O Plano Plurianual 2016-2019 é o instrumento de planejamento governamental, no âmbito da Administração Pública Estadual, que orienta as escolhas de políticas públicas, e se pauta pelo conjunto de premissas:

- I – Gestão Pública por Resultados;
- II – Participação cidadã;
- III – Promoção do desenvolvimento territorial; e
- IV – Intersetorialidade.

(CEARÁ, Lei 15.929/ 2015, Art. 2).

A lei acima citada institui o PPA, do período 2016 a 2019, para o Ceará. Observa-se que o referido dispositivo legal apresenta, desde seu início, o conjunto de orientações gerais, as

quais devem ser seguidas pela administração pública, com o intuito de garantir o pleno desenvolvimento econômico, social, político e institucional do estado.

Percebe-se que a delimitação básica é focada na utilização eficiente de recursos públicos, visando resultados satisfatórios, com integração social e sistêmica para o desenvolvimento territorial local. Para sintetizar as premissas acima descritas, de forma quantitativa e qualitativa, a administração dividiu a programação em 7 perspectivas, as quais são chamadas de Os 7 Eixos Governamentais de Atuação Intersectorial, os quais também podem ser conhecidos como “Os 7 Cearás”.

A ideia, nesse caso, é criar uma estrutura lógica, mensurável e eficiente para a aplicação de políticas públicas no território da unidade federativa em questão.

No Quadro 3, a seguir, é apresentada, de forma sucinta, a Essência dos “7 Cearás”, individualizando o foco principal de cada um dos mesmos.

**Quadro 3:** A Essência dos “7 Cearás”.

<b>EIXO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>1 Ceará da Gestão Democrática Por Resultados</b>	Visa à administração do patrimônio público de forma eficiente no estado, buscando harmonizar as origens de recursos, com as aplicações, sob os aspectos financeiro, orçamentário e fiscal, dirimindo as desigualdades socioeconômicas.
<b>2 Ceará Acolhedor</b>	Busca instituir um ambiente de vivência e convivência satisfatório, para todos os membros da população cearense, incentivando sempre a inclusão social dos segmentos menos favorecidos.
<b>3 Ceará de Oportunidades</b>	O foco é o desenvolvimento econômico do estado, na tentativa de gerar mais emprego e renda, bem como fomentar o crescimento dos meios de produção e consumo.
<b>4 Ceará Sustentável</b>	Pretende minimizar o impacto da deterioração ambiental no território estadual, de forma a recuperar ecossistemas perdidos e impedir futuros desgastes.
<b>5 Ceará do Conhecimento</b>	Evidencia os pilares básicos da Educação, considerando que o pleno desenvolvimento, nas esferas econômica, social e política, só é viável com uma sociedade que possui livre acesso ao ensino e à cultura.
<b>6 Ceará Saudável</b>	Estabelece os preceitos fundamentais das políticas públicas voltadas ao fornecimento da saúde, esporte, lazer e ao saneamento básico.
<b>7 Ceará Pacífico</b>	Foca nas questões básicas voltadas à proteção e à garantia de seu patrimônio físico, financeiro, psicológico etc.; dessa forma, são estabelecidos os aspectos fundamentais relacionados a elementos como a segurança pública e a Justiça.

Fonte: Plano Plurianual do Ceará, referente ao período 2016-2019 /Adaptado pelo Autor/2021.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que o planejamento estratégico do governo estadual possui alto nível de complexidade, passando, desde o próprio processo de gestão (por resultados), até atingir os elementos mais intrínsecos das necessidades da população, como inclusão social, desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental, educação, saúde e segurança pública.

Percebe-se claramente a amplitude dos campos abordados no PPA cearense, com isso, são contemplados todos os fatores cruciais para que sejam garantidos os direitos dos cidadãos. Caso consiga ser implementado, conforme o que foi programado, há grandes chances de toda a coletividade cearense ser beneficiada.

Cabe ressaltar, que, para todo investimento, é necessário que sejam definidas claramente as fontes de custeio. O caso analisado não é exceção à regra. Dessa forma, no próprio PPA, são apresentadas as principais origens de capital empregadas para a realização das atividades planejadas.

Na Tabela 1 – Fontes de Financiamento do PPA 2016-2019 (R\$ Bilhões), a seguir, são apresentadas a procedência do patrimônio a ser empregado na realização do planejamento, conforme demonstrativo elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG).

**Tabela 1:** Fontes de Financiamento do PPA 2016-2019 (R\$ Bilhões).

<b>Financiamento</b>	<b>R\$ Bilhões</b>	<b>%</b>
<b>Tesouro Estadual</b>	80,73	79,9
<b>Operações de Crédito</b>	5,95	5,9
<b>Convênios</b>	7,00	6,9
<b>Arrecadação Própria da Adm. Indireta</b>	3,58	3,5
<b>Outras Fontes</b>	3,82	3,8
<b>Total</b>	<b>101,07</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Governo do Estado do Ceará/ Elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)/2015.

Pelo que foi apresentado, percebe-se que o Governo pretendia investir o montante de R\$ 101,07 bilhões, no período, sendo que a maior fonte é representada pelo próprio Tesouro Estadual, representando praticamente 80%, do montante previsto.

O segundo maior percentual é referente às transferências originadas por acordos firmados entre a Gestão e outros órgãos públicos ou entidades privadas (Convênios), totalizando R\$ 7 bilhões. Há participação mínima de recursos que aumentavam o endividamento do estado (operações de crédito), correspondendo a menos de 6%, do total.

Com base no demonstrado acima, verifica-se que o PPA 2016-2019 do Ceará apresenta consistência, revelando as premissas básicas que o regulamentam, os eixos de aplicação programados e as fontes de recursos e valores estimados a serem utilizados no referido intervalo de tempo.

Ressalta-se que há diversos fatores que podem ter interferido na consecução do que foi planejado. O PPA, então, representa uma situação idealizada, devendo, como já mencionado anteriormente serem revistos e atualizados periodicamente.

## **CONCLUSÃO**

A partir dos dados apresentados, denotou-se claramente que o planejamento é ferramenta essencial para que a Administração Pública consiga utilizar, de forma eficiente, eficaz e efetiva os recursos que estão ao seu dispor, visando sempre garantir o maior número de benefícios possíveis à sociedade.

Devido às obrigações impostas pelo próprio ordenamento jurídico brasileiro, observou-se que a existência de tal instrumento é de cunho obrigatório a qualquer gestão, em todas as esferas de governo do país. Dessa forma, sua elaboração e sua execução devem cumprir requisitos delimitados juridicamente.

Considerando essa situação, notou-se que o planejamento estratégico no setor público é representado pelo chamado Plano Plurianual, que tem como principal propósito estabelecer as políticas de médio prazo que se pretende realizar. O PPA corresponde, conseqüentemente, ao maior sintetizador de todos os objetivos e meios disponíveis para que o Estado consiga de fato cumprir seu papel social.

Para esclarecimentos mais práticos, foi apresentado o PPA referente ao período 2016-2019, do Estado do Ceará, sendo possível perceber uma estrutura relativamente interessante da programação estratégica da referida unidade federativa.

Com base no mesmo, contactou-se que a delimitação dos objetivos em Grandes Eixos (os “7 Cearás”) representa uma forma relativamente eficiente de evidenciar à população sobre o compromisso assumido pelo Governo, com relação ao bem-estar social.

Observou-se que foi programado o investimento na ordem de R\$ 101, 7 bilhões, sendo a principal fonte de recursos esperados para a sua realização o próprio Tesouro Estadual, e há também um percentual de, aproximadamente, 6% de operações de crédito, o que se esperava

que trouxesse limitações no endividamento da unidade federativa. Acrescente-se que a ação eficiente e integrada dos mesmos poderá, de fato, trazer vários benefícios à população.

Considerando os objetivos almejados na idealização e consecução dessa pesquisa, pode-se afirmar que as finalidades a ela atribuídas foram de fato cumpridas. Contudo, a mesma fica aberta a discussões, análises e, se possível, continuidade. Esperando-se que se tragam maiores esclarecimentos a pesquisadores interessadas no assunto.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público** - abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia científica**. São Paulo: *Pearson Education* do Brasil, 2013.

BRASIL. Constituição Federal (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em 09.Maio.2021.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar 101, de 04 de Maio de 2000: Lei de Responsabilidade Fiscal. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em 06.Maio. 2021.

\_\_\_\_\_. **Secretaria do Tesouro Nacional**: Glossário de termos. Disponível em <<http://www.tesouro.gov.br/pt/-/glossario;jsessionid=-138GfXhskUuiB71YMbhOUtx>>. Acesso em 29.Abr.2021.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e contabilidade pública**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CEARÁ. Lei 15.929 de 29 de dezembro de 2015. **Dispõe sobre Plano Plurianual para o período 2016 – 2019**. Disponível em: <<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2015/15929.htm>>. Acesso em: 28.Abr.2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará. **Plano Plurianual do período 2016-2019**: Volume I – Mensagem do Governo. Disponível em: <<http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/Plano-Plurianual/2016-2019/2015/Volume%20I%20-%20Mensagem%20do%20Governo.pdf>>. Acesso em 02.Maio.2017.

KALLÁS, David; COUTINHO, André Ribeiro. **Gestão da estratégia**: experiências e lições de empresas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

---

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração geral e pública para auditor fiscal da Receita Federal do Brasil e auditor fiscal do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Método, 2015.

\_\_\_\_\_. **Orçamento público, administração financeira e orçamentária e LRF**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: Um enfoque administrativo da nova Contabilidade Pública**. 9a. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

# CAPÍTULO 16

## ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: CONCEITOS, POLÍTICAS MUNDIAIS E NACIONAIS E INDICADORES NO BRASIL

Giana Silva Giacomelli  
Taiane Keila Matheis  
Kelmara Mendes Vieira

### RESUMO

Uma das consequências da transição demográfica é o envelhecimento populacional, que se configura como um desafio à gestão pública, na medida em que têm seus reflexos no perfil de saúde da população e na economia do país. Desta forma, o presente trabalho tem o intuito apresentar um histórico do conceito de envelhecimento, a evolução das políticas adotadas no mundo, frente ao reconhecimento desse evento demográfico, bem como as políticas nacionais e os indicadores do envelhecimento populacional brasileiro, com base nos dados dos censos de 2000 e 2010. Afinal, tal tema reflete as necessidades de adequação já que uma população madura apresenta alterações de suas características, tanto em termos de demanda quanto em capacidade de produção. Dispor de meios que enfrentem essa situação de forma eficaz é indispensável para o desenvolvimento econômico e social de uma nação como o Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** envelhecimento populacional, políticas, indicadores, Brasil.

### INTRODUÇÃO

O impacto da dinâmica populacional no bem-estar e prosperidade das sociedades é um tema discutido desde os primórdios da Ciência Econômica, Adam Smith e seus seguidores acreditavam que o volume populacional se relacionava positivamente à prosperidade social. Porém, Thomas Malthus afirmava que o crescimento populacional levaria ao aumento da pobreza e limitaria o crescimento econômico (CAMARANO, 2014).

No entanto, a partir do século XX identificou-se a ocorrência do fenômeno de transição demográfica, apresentado inicialmente por Warren Thompson (1929) e Frank Notestein (1953), que possibilitou confirmar e complementar uma visão positiva para a dinâmica populacional (ALVES, 2014; REICHERT, 2015; SOUZA, 2012).

A transição demográfica leva, gradualmente, à redução do crescimento populacional e inclusive pode ocasionar um crescimento populacional negativo (BRITO, 2007). Dentre suas consequências está o envelhecimento populacional, que se configura como um desafio à gestão pública, na medida em que reflete no perfil de saúde da população e na economia do país.



Em nível mundial, esforços são direcionados para definir estratégias que atendam eficientemente às demandas oriundas do processo de envelhecimento populacional. Em 2002, na Assembleia Nacional de Madri teve origem o Plano Internacional do Envelhecimento. Desde então, entende-se que o envelhecimento envolve o indivíduo e a coletividade onde vive, as escolhas realizadas no decorrer de sua vida, sua autonomia, participação social e segurança (KALACHE, 2007; WHO, 2015).

No ano de 2015, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu Relatório sobre Envelhecimento e Saúde, adota o conceito de Envelhecimento Saudável como direcionador de políticas públicas para o envelhecimento populacional. O envelhecimento deve ser percebido como um processo no qual as pessoas idosas possam viver com bem-estar através da manutenção da capacidade funcional (WHO, 2015).

Este conceito abrange desde a importância das funções físicas e mentais dos idosos, representadas pela capacidade intrínseca, até a liberdade que os idosos devem ter de escolher viver conforme valorizam, representada pela capacidade funcional (WHO, 2015). Consolida a visão multidimensional da Organização Mundial de Saúde frente ao envelhecimento, fundamentada por abordagens que ultrapassam a preocupação apenas com a utilidade econômica e ausência de doenças na vida das pessoas com mais idade (WHO, 2015).

No caso brasileiro, a alteração do perfil etário de uma população jovem para outra que começa a envelhecer é resultante da expressiva queda nos índices de mortalidade, que ocorreu entre as décadas de 1940 a 1960, e da redução da taxa de fecundidade, a partir dos anos 1960 (LEBRÃO, 2007; NASRI, 2008). As projeções atuais alertam para o fato de que, gradual e continuamente, aumentará a demanda por condições de vida adequadas a pessoas idosas (BRITO, 2007; MENDES et al., 2012).

Ainda hoje, o processo de envelhecer carece de políticas e métodos que lhes sejam favoráveis e reflitam o reconhecimento da abrangência do envelhecimento populacional como um processo que compreende a totalidade da vida dos indivíduos e não apenas aspectos específicos (SILVA et al., 2021).

O presente capítulo tem o intuito apresentar um histórico do conceito de envelhecimento, a evolução das políticas adotadas no mundo, frente ao reconhecimento desse evento demográfico, bem como as políticas nacionais e os indicadores do envelhecimento populacional brasileiro, com base nos dados dos Censos de 2000 e 2010.

## Conceitos de envelhecimento populacional

Os estágios da vida, como são definidos atualmente, nem sempre foram tão claros. Na era pré-industrial, por exemplo, não havia distinções entre crianças, adolescentes, adultos e idosos. Na sociedade norte-americana, tais distinções foram sendo descobertas no início do século XIX, na medida em que se percebiam características peculiares a diferentes grupos etários (HAREVEN, 1999).

A transição de uma economia fundamentada na unidade doméstica para a abertura do mercado de trabalho apresentou mudanças sociais e econômicas que exigiram a definição dos diferentes papéis dos diversos grupos que compunham a sociedade. Em resposta às novas necessidades oriundas desta transição se constitui a padronização dos estágios da vida como são conhecidos hoje: infância; adolescência; idade adulta e velhice (DEBERT, 2010).

Na medida em que a sociedade passou a perceber as diferentes necessidades e aptidões de cada grupo, foram sendo criadas instituições, e as fases da vida foram sendo definidas, tanto para proteger os grupos em si, quanto para a proteção social como um todo. A descoberta da infância como estágio de vida foi estabelecida a partir da percepção da necessidade de definir o papel privado da família e a separação entre ambiente de trabalho e lar, assim como representou uma resposta às mudanças demográficas de redução da mortalidade infantil e conscientização sobre a quantidade de filhos (ARIÈS, 1981). Já, a adolescência surge da identificação de tensões sociais provocadas por grupos etários com características peculiares, que acabavam por representar riscos à ordem social (DEMOS; DEMOS, 1969).

Da mesma forma, a definição da “velhice” traz consigo um histórico construído junto com a evolução da sociedade. O interesse da sociedade norte-americana em conhecer o envelhecimento, despertado especialmente em fins do século XIX e início do século XX, envolve questões sociais e econômicas. Em meio a um período de crescente industrialização, a importância da utilidade e eficiência do trabalho, e mais tarde a percepção da necessidade de proteção social às pessoas mais velhas, estimulam o interesse na elaboração de um significado para o envelhecimento (FISCHER, 1977; HAREVEN, 1999).

Em fins do século XIX, no campo da psicologia, foi realizada por George Beard a primeira pesquisa científica que relacionava a eficiência e o envelhecimento, formando a base para a constituição do “homem aposentado”. É nesta mesma época que a velhice, até então tida como um processo natural da vida, passa a ser vista pela sociedade norte-americana como uma fase diferenciada marcada pelo “declínio, fraqueza e obsolescência” (HAREVEN, p.15, 1999).

Assim, pode-se dizer que a classificação etária da população teve início no século XIX, a partir do qual hábitos e funções passam a ser diferenciados de acordo com o estágio de vida dos indivíduos, conforme afirma Silva (2008):

A partir do século XIX surgem, gradativamente, diferenciações entre as idades e especialização de funções, hábitos e espaços relacionados a cada grupo etário. Têm início a segmentação do curso da vida em estágios mais formais, as transições rígidas e uniformes de um estágio a outro e a separação espacial dos vários grupos etários. Desse modo, o reconhecimento da velhice como uma etapa única é parte tanto de um processo histórico amplo – que envolve a emergência de novos estágios da vida como infância e adolescência –, quanto de uma tendência contínua em direção à segregação das idades na família e no espaço social (SILVA, 2008, p.156-157).

Na entrada do século XX, a definição de um estágio da vida que abarcasse as pessoas mais velhas passa a ser uma preocupação de diferentes áreas do conhecimento, e a velhice passa a ser compreendida como uma questão social e não apenas individual. Misturam-se visões que analisam os impactos econômicos do envelhecimento, como um redutor da eficiência industrial, com estudos que abordam a situação de vida e pobreza vivenciadas por pessoas mais velhas (DOUGLAS, 1936; EPSTEIN, 1922).

Apesar das alterações oriundas da idade estarem relacionadas aos fenômenos biológicos, a significação de cada grupo etário é carregada de características sociais, culturais e temporais (HAREVEN, 1999). Atualmente, para a Organização Mundial de Saúde, o envelhecimento envolve questões complexas que alteram a vida das pessoas, e atingem desde perdas biológicas, até mudanças nas relações e papéis que exercem no contexto onde vivem (WHO, 2015).

Schneider e Irigaray (2008) afirmam que a compreensão da velhice envolve o entendimento das relações históricas; culturais; políticas; econômicas e geográficas, nas quais os indivíduos vivem, são estas relações que constroem as representações sociais sobre o envelhecimento. Na cultura ocidental, a velhice desde sua definição como um estágio da vida é relacionada a doenças e incapacidade das pessoas, enquanto que, em culturas não ocidentais é vista como algo positivo (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Na medida em que o envelhecimento populacional constitui-se em uma situação presente nos países desenvolvidos e, previsível para os países em desenvolvimento, começam a surgir esforços para que este estereótipo de velhice como algo indesejado seja repensado. Compreender a multidimensionalidade e heterogeneidade do envelhecimento é indispensável para avaliá-lo com outro olhar e propor políticas públicas que possibilitem o aproveitamento dos aspectos positivos da longevidade. O envelhecimento só se torna um problema na medida

em que se ignora a necessidade de adaptar os sistemas sociais e econômicos a este evento, que, na verdade, é uma conquista para qualquer sociedade (HERCE, 2010).

Um marco para a visão multidimensional do envelhecimento é o documento adotado pela OMS, que direciona a elaboração de políticas a partir do conceito de Envelhecimento Ativo (VERAS, 2009). Segundo os autores, ele significa envelhecer com boa saúde, participação na sociedade e segurança, e tem como finalidade proporcionar um envelhecimento acompanhado da melhoria da qualidade de vida (WHO, 2005).

No Relatório de Envelhecimento e Saúde de 2015, a OMS aborda o conceito de Envelhecimento Saudável, para o qual sugere que devem ser estruturadas políticas públicas de saúde que possibilitem aos indivíduos construir trajetórias positivas para o envelhecimento (WHO, 2015). O Envelhecimento Saudável é definido como um processo que possibilita o bem-estar dos idosos através do desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional dos indivíduos (WHO, 2015).

A Organização das Nações Unidas (ONU) alerta para o fato de que índices crescentes de expectativa de vida e decrescentes de fecundidade são uma realidade mundial, que está levando a importantes alterações nas pirâmides etárias dos países (UN, 2020). No ano de 2020, o conjunto de pessoas com mais de 65 anos somava 727 milhões de habitantes no mundo todo, a previsão é que todas as nações presenciem um aumento dessa parcela da população que passará de 9,3%, em 2020, para 16%, em 2050 (UN, 2020).

Em termos de idade, no Brasil, consideram-se idosas todas as pessoas com 60 anos ou mais, característica de países em desenvolvimento (BRASIL, 2003). No caso dos países desenvolvidos, são consideradas idosas as pessoas com 65 ou mais, (WHO, 2005), e é com base nestas faixas etárias que os indicadores sobre envelhecimento populacional são construídos.

No caso do Brasil, no ano de 2000, o percentual de idosos no total da população era de 8,21%, já, em 2010, atingiu 10,03%. Outro indicador que evoluiu também foi o índice de envelhecimento populacional, em 2000, o Brasil tinha 28,90 idosos para cada grupo de 100 jovens menores de 15 anos, em 2010 essa relação foi de 44,82 idosos para cada 100 jovens, demonstrando que o número de idosos está aumentando e o de jovens diminuindo.

## **DINÂMICA POPULACIONAL**

Na origem do pensamento econômico sobre a estrutura da população e seu impacto no desenvolvimento econômico das sociedades, a principal preocupação dos estudiosos era o crescimento populacional. Para Adam Smith e seus seguidores, uma população volumosa

representava o sucesso da economia e da sociedade. No entanto, no pensamento malthusiano, a elevação da população representava um entrave ao crescimento econômico e previsão de aumento da pobreza (CAMARANO, 2014).

De diferentes formas, predomina a ótica pessimista sobre o aumento da população, sendo vista basicamente pelos problemas expostos à sociedade como: fome; pobreza; excesso de consumo; escassez de investimento; recursos naturais reduzidos, entre outros (CAMARANO, 2014). Atualmente, o foco da preocupação é o envelhecimento populacional, como um evento demográfico que traz questões desafiadoras à gestão pública, especialmente no âmbito da seguridade social e saúde (COLEMAN; ROWTHORN, 2011; REHER, 2007).

O envelhecimento populacional está relacionado ao desenvolvimento dos países, na medida em que o processo de transição de uma sociedade agrário-rural para uma sociedade urbano-industrial deve promover a elevação da renda per capita, melhorar as condições de vida da população e envolver mudanças estruturais na alocação de recursos da economia. Assim como, pode representar alterações positivas em indicadores sociais, como redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, promovendo o envelhecimento populacional (ALVES, 2002).

Na atualidade, o envelhecimento populacional é considerado um dos principais eventos demográficos, resultante das alterações da estrutura demográfica decorrentes da combinação dos processos de transição demográfica e epidemiológica, que ocorrem em diferentes fases em todo o mundo (NASRI, 2008).

A transição epidemiológica refere-se às alterações no perfil das doenças predominantes em uma população (BERENSTEIN; WAJNMAN, 2008). Já a transição demográfica, configura-se como um fenômeno de alteração da estrutura etária da população e se desenvolve em quatro fases, que ocorrem, em algum momento, em todos os países do mundo, e são classificadas por Brito (2007) como:

1. Pré-transição demográfica: países que apresentam altas taxas brutas de natalidade e mortalidade, e conseqüente baixo crescimento vegetativo da população;
2. Início da transição: tem início a queda da taxa de mortalidade, mas mantém-se alta a taxa de fecundidade, sustentando o crescimento natural da população;
3. Incremento populacional a ritmo decrescente: inicia-se o declínio da taxa de fecundidade, desacelera o crescimento populacional. Januzzi (2012) classifica esta fase como “Transição Plena”.

4. Pós-transição demográfica: os baixos níveis de fecundidade e mortalidade são mantidos, levando a um crescimento lento ou negativo, e ao consequente envelhecimento populacional.

O envelhecimento populacional pode ser percebido como uma conquista social, que tem origem nos avanços da medicina e no desenvolvimento econômico das nações (KINSELLA; PHILIPS, 2005). No caso dos países desenvolvidos, quando teve início o processo de envelhecimento populacional, estes já contavam com padrões elevados de vida, baixos níveis de desigualdades sociais e econômicas (LEBRÃO, 2007).

No entanto, na América Latina, o processo de envelhecimento ocorre em um ambiente de economia frágil, com altos índices de pobreza e desigualdades. Ao contrário do europeu, caracteriza-se por um processo contraído, no qual o acesso a serviços e recursos públicos torna-se cada vez mais restrito para toda a população (LEBRÃO, 2007).

No contexto brasileiro, faz-se necessário considerar que a promoção, manutenção e proteção dos direitos humanos dos idosos são requisitos basilares para que o processo de envelhecimento ocorra articulado com o desenvolvimento sustentável, a democracia e a cidadania (MELEIRO; BRITO; NASCIMENTO, 2020).

## **POLÍTICAS PARA O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO MUNDO**

No âmbito mundial, a discussão sobre o envelhecimento populacional oportunizou a elaboração de diretrizes importantes, no sentido de orientar os países a compreender e atuar frente a este evento demográfico, com o objetivo de oferecer longevidade com qualidade. As principais diretrizes são: os Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas; decorrente da Assembleia Mundial de Madri, em 2002, da qual originou o Plano Internacional do Envelhecimento e na qual definiu-se o conceito de Envelhecimento Ativo, uma contribuição da Organização Mundial da Saúde (OMS) àquela Assembleia (KALACHE, 2007; WHO, 2015).

Atualmente, a OMS adota o conceito de Envelhecimento Saudável, que envolve os conceitos de capacidade funcional e intrínseca dos indivíduos (WHO, 2015). A capacidade intrínseca (*Intrinsic capacity*) está relacionada a todas as capacidades físicas e mentais com as quais um indivíduo pode contar em qualquer momento da vida. Já, a capacidade funcional (*Functional ability*), compreende atributos relacionados à saúde que possibilitam que as pessoas sejam e façam aquilo que valorizam. Assim, a capacidade funcional abrange as características ambientais e as relações entre indivíduos no contexto onde vivem.

Fundamentado nos conceitos de capacidade funcional e capacidade intrínseca, a OMS definiu o Envelhecimento Saudável como: “*the process of developing and maintaining the*

*functional ability that enables well-being in older age*” (WHO, 2015, p.28). Ou seja, atuar com base no conceito de Envelhecimento Saudável exige proporcionar o bem-estar das pessoas idosas através do desenvolvimento e manutenção das suas capacidades funcionais.

O conceito de Envelhecimento Saudável proposto pela OMS em 2015 é a diretriz mais atual referente a políticas públicas direcionadas ao envelhecimento populacional. Esta abordagem ultrapassa a análise do envelhecimento a partir dos anos de vida ou apenas da situação de saúde das pessoas, mas compreende desde a análise do indivíduo até o ambiente geral no qual está inserido.

No entanto, o envelhecimento foi percebido com um processo multidimensional e interdisciplinar ainda na década de 1930, com Marjory Warren, através do seu trabalho de reabilitação de pacientes institucionalizados. A partir de então foi possível ultrapassar as barreiras do envelhecimento biológico e fisiológico e chegar ao primeiro conceito de envelhecimento bem-sucedido, que abarcava o curso de vida das pessoas até a morte e os diversos aspectos que abrangem o envelhecer (PAPALÉO NETTO, 2013).

Formalmente, o termo “Envelhecimento bem-sucedido”, como conceito, tem origem em uma publicação de 1987 do trabalho de Rowe e Khan, segundo a qual este conceito é estruturado por três dimensões básicas, a saber: baixo risco de doenças e deficiências; alta atividade mental e física e envolvimento ativo na vida cotidiana (ACOSTA, 2012).

O conceito de envelhecimento bem-sucedido foi utilizado mundialmente por muito tempo e, por vezes, era utilizado como sinônimo de envelhecimento saudável, ativo, robusto, sem receber uma definição única, até que, na década de 1990, passou a ser substituído pela expressão “Envelhecimento Ativo” e pela definição estabelecida pela OMS, em 2002, no Segundo Encontro Mundial sobre Envelhecimento (ACOSTA, 2012; TEIXEIRA; NERI, 2008).

A compreensão do envelhecimento como um processo abrangente que envolve aspectos individuais e coletivos, justifica a utilização do Modelo de Determinantes Sociais de Saúde para direcionar políticas de gestão pública. Pois, o modelo considera a diversidade de fatores que determinam as oportunidades que os indivíduos podem ter de atingir seu pleno potencial de saúde, abrangendo questões individuais e coletivas.

A avaliação das necessidades de saúde das pessoas idosas deve levar em consideração, não apenas doenças específicas, mas o impacto delas na trajetória de funcionamentos disponíveis a estes indivíduos (WHO, 2015). O conceito de funcionamentos adotado pela Organização Mundial da Saúde relaciona-se ao conceito presente na abordagem das

capacitações, na qual os funcionamentos são os elementos básicos constitutivos do bem-estar de um indivíduo e valorosos para si, como: comer, falar, pensar, escutar, dentre outros (SEN, 1985, 1988).

Tal visão oferece um conceito mais abrangente para a saúde na velhice, que ultrapassa pensar saúde apenas como ausência de doenças, e abarca a possibilidade de realizar “coisas” que os idosos consideram importantes e valorosas para si. A disponibilidade de funcionamentos pode diferir para cada indivíduo, e influencia nas opções que cada um terá para atingir o seu bem-estar. Para Sen (1988), as diferentes opções de escolha ou disponibilidades de funcionamentos definirão quais indivíduos terão maior liberdade e quais sofrerão privações, tal fato diversifica o nível de bem-estar que poderá ser atingido por cada um.

O conceito de Envelhecimento Saudável representa mais uma mudança na percepção do processo de envelhecimento, e tem como objetivo possibilitar que os idosos possam elaborar capacidades que lhes permitam viver de forma valorosa frente às transformações inerentes à longevidade. Esta percepção concebe a ideia de oportunizar que as pessoas possam realizar aquilo que valorizam, e vai além da utilidade econômica e da simples ausência de doenças (WHO, 2015).

O desenvolvimento de políticas públicas para o envelhecimento exige atenção não apenas às perdas associadas à idade avançada, mas também às perdas que levam ao fortalecimento da capacidade de resistência e crescimento psicossocial dos idosos (WHO, 2015). A Organização Mundial da Saúde adota uma visão multidimensional para o envelhecimento populacional, e sugere que este seja “enfrentado” considerando a amplitude da vida das pessoas que envelhecem (VERAS, 2009).

Certamente, para qualquer país o aumento da longevidade é uma meta desejada, mas é a qualidade de vida acrescida aos anos extras que confere o caráter de conquista a este fenômeno. Desta forma, é essencial que a capacidade funcional, em toda sua abrangência, seja considerada na elaboração de políticas públicas direcionadas ao envelhecimento. É a manutenção da capacidade de exercer sua autonomia, independência e autodeterminação que confere saúde ao idoso, independente da convivência com doenças crônicas (VERAS, 2009).

A saúde, como um conceito global, é fator determinante da amplitude de oportunidades que serão possibilitadas pelo aumento da expectativa de vida. Envelhecer com saúde permite que as pessoas idosas tenham capacidade de realizar aquilo que valorizam, ainda que de forma diferente dos mais jovens. E, quando a capacidade funcional declina com o avanço da idade, os



impactos negativos recaem não apenas sobre os idosos, mas também sobre a sociedade como um todo (WHO, 2015).

## **POLÍTICAS PARA O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL**

É indispensável que a elaboração e gestão de políticas públicas estejam fundamentadas na condição demográfica dos países, a fim de que sejam eficientes e garantam o alcance do desenvolvimento nacional. A carga de incapacidades, perdas e doenças relacionadas a idade é maior a partir dos 60 anos e, apesar de ocorrer com pessoas idosas em todos os países, independentemente do nível socioeconômico da nação, seus efeitos são mais fortes em países de baixa e média renda (WHO, 2015).

Apesar de, no Brasil, algumas garantias aos idosos constarem na Constituição de 1988, a família manteve-se como principal responsável pela atenção e qualidade de vida dos idosos. No decorrer da década de 1990, foram sendo percebidos alguns avanços mais específicos, por parte do Estado, através da instituição de planos, regulamentações e políticas voltadas para a pessoa idosa (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Com base na evolução histórica apresentada por Camarano e Pasinato (2004), apresenta-se o Quadro 1, um breve resumo da evolução de políticas e ações voltadas ao idoso no Brasil.

**Quadro 1:** Ações e políticas voltadas ao Idoso no Brasil.

<b>Ano</b>	<b>Evento</b>
1991	Planos de Custeio e de Benefícios da Previdência Social.
1993	Regulamentação dos princípios constitucionais referentes à assistência social, com programas de atenção ao idoso e benefício continuado para maiores de 70 anos. Em anos posteriores a idade reduziu para 65 anos.
1994	Aprovação da Política Nacional do Idoso (PNI – Lei 8.842).
1999	Criação da Política Nacional de Saúde do Idoso – PNSI.
2002	Implementação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI).
2003	Sancionado o Estatuto do Idoso.
2011	Lei n.º 12.461/11 -que reformula o artigo n.º 19 do Estatuto do Idoso.
2013	Decreto n.º 8.114/13. Estabelece o compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui Comissão Interministerial para monitorar e avaliar ações em seu âmbito e promover a articulação de órgãos e entidades públicos envolvidos em sua implementação

**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base em Camarano e Pasinato (2004); Meleiro, Brito e Nascimento (2020).

No Brasil, a Política Nacional de Saúde do Idoso – PNSI e o Estatuto do Idoso são instrumentos que oferecem as diretrizes para a atuação do setor de saúde na definição de programas, atividades, planos e projetos direcionados à população idosa ou em processo de envelhecimento. Dentre as diretrizes da PNSI, constam ações que proporcionem a promoção do envelhecimento saudável; a manutenção e/ou reabilitação da capacidade funcional, a

assistência às necessidades de saúde dos idosos; a capacitação de recursos humanos; o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais; e aos estudos e pesquisas. O Estatuto do Idoso abrange aspectos legais considerados direitos fundamentais relacionados à saúde do idoso (MIYATA et al., 2005).

Marin e Panes (2015) afirmam que o Brasil insere o idoso em sua agenda de políticas públicas de saúde apenas com a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSI). É só a partir deste momento que tem início os movimentos que visam proteger e promover a saúde dos idosos no país, que ainda possui uma diversidade de desafios para atingir os preceitos básicos de um envelhecimento com autonomia e qualidade de vida (MARIN; PANES, 2015).

Assim, em nível nacional existem ações e programas federais direcionados à saúde do idoso como: distribuição medicamentos para algumas doenças; campanhas de imunização de idosos; campanhas de cirurgias de cataratas e programas de capacitação profissional e de cuidadores. No entanto, as iniciativas encontradas ainda ficam aquém do que está previsto na PNSI e no Estatuto do idoso (MIYATA et al., 2005).

### **Indicadores nacionais de envelhecimento – CENSO 2000 e 2010**

O envelhecimento é um processo complexo que ocorre nas sociedades e abrange diversas dimensões da vida dos indivíduos, como questões biológicas, psicológicas, bem como o papel social que exercem tanto no âmbito familiar quanto no ambiente geral onde convivem (WHO, 2015).

Em uma análise puramente demográfica sobre o envelhecimento populacional, Carvalho e Garcia (2003) comparam o caso brasileiro ao processo europeu, evidenciando que a agilidade com que o processo de envelhecimento no Brasil é consideravelmente mais veloz do que na Inglaterra. Os autores sugerem que isto ocorre devido ao acelerado declínio da taxa de fecundidade da população brasileira.

Na América Latina, o Brasil está entre os países que se destaca pela acelerada redução da taxa de fecundidade. Na década de 60, a taxa era de 6 filhos por mulher, em 2010 chegou a 1,78, o que representa uma redução considerável, de aproximadamente de 70% do índice nacional de fecundidade (BONIFÁCIO; GUIMARÃES, 2021). O declínio da taxa de fecundidade é um dos indicadores que mais interfere no envelhecimento populacional, uma vez que este é medido pela relação entre a população jovem (0 a 14 anos) e a população idosa (acima de 60 anos) (RIOS-NETO, 2005).

No período de 2000 para 2010, o índice de envelhecimento geral do país variou 55,10%, passando de 28,90 para 44,82 em 10 anos (Tabela 1). O Brasil passou de um país em nível intermediário de envelhecimento para um país envelhecido. Estudos apontam que o Brasil até a década de 1990 caracterizava-se como um país jovem, quando em 1990 atingiu 21,03 de índice de envelhecimento, passando a figurar no intervalo intermediário de envelhecimento, nas duas décadas anteriores apresentou índices de 12,18, em 1970 e 15,90, em 1980 (CLOSS; SCHWANKE, 2012).

**Tabela 1:** Índice de envelhecimento da população brasileira.

Localidade	Índice de envelhecimento		
	2000	2010	Δ%
<b>Região Sul</b>	<b>33,33</b>	<b>54,99</b>	<b>64,97</b>
Santa Catarina	28,49	48,14	68,94
Paraná	29,44	49,02	66,51
Rio Grande do Sul	40,12	65,60	63,50
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>22,09</b>	<b>35,99</b>	<b>62,94</b>
Distrito Federal	18,78	32,55	73,33
Mato Grosso	18,13	30,86	70,27
Goiás	24,42	38,86	59,08
Mato Grosso do Sul	24,69	39,19	58,69
<b>Região Sudeste</b>	<b>34,83</b>	<b>54,58</b>	<b>56,69</b>
Minas Gerais	31,97	52,60	64,53
Espírito Santo	28,14	44,96	59,80
São Paulo	34,05	53,83	58,10
Rio de Janeiro	42,59	61,40	44,16
<b>Região Nordeste</b>	<b>25,52</b>	<b>38,64</b>	<b>51,44</b>
Piauí	24,83	39,98	61,03
Ceará	26,45	41,54	57,06
Bahia	25,76	40,36	56,70
Rio Grande do Norte	28,57	43,73	53,06
Sergipe	21,97	33,44	52,19
Alagoas	20,46	30,33	48,19

Paraíba	32,33	47,29	46,28
Maranhão	19,23	27,89	45,06
Pernambuco	28,61	41,49	45,01
<b>Região Norte</b>	<b>14,68</b>	<b>21,84</b>	<b>48,75</b>
Rondônia	15,09	26,61	76,38
Roraima	10,57	16,62	57,26
Tocantins	19,14	29,54	54,30
Amapá	10,32	15,67	51,82
Pará	15,49	22,69	46,53
Amazonas	12,51	18,18	45,27
Acre	13,97	18,92	35,39
<b>Brasil</b>	<b>28,90</b>	<b>44,82</b>	<b>55,10</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora com base nos dados do SIDRA - IBGE (2018).

Das grandes regiões brasileiras, aquelas que apresentaram maior variação no índice de envelhecimento de 2000 para 2010 foram as Regiões Sul e Centro-Oeste. A Região Sul aumentou 64,97%, ao passar de um índice de 33,33 para 54,99, em 2010. Esta região já se caracterizava como uma população idosa desde 2000. Já, a Região Centro-Oeste variou em 62,94%, mas apenas em 2010 ultrapassou o nível de envelhecimento intermediário. Em 2000, seu índice de envelhecimento era de 22,09 e passou para 35,99 em 2010.

Ainda que tenha apresentado uma das maiores variações no índice de envelhecimento populacional, a Região Centro-Oeste é a segunda mais jovem do Brasil, antecedida pela Região Norte, que apresentou um índice de 21,84, em 2010, e seguida pela Região Nordeste, com um índice de 38,64. No ano de 2000, a população da Região Norte ainda poderia ser considerada jovem, com um índice de 14,68. No entanto, a partir de 2010 fica evidente que os perfis intermediários de envelhecimento e idoso passam a ser uma característica geral da população brasileira que, definitivamente, deixa de ser uma população jovem, na medida em que, até mesmo, as regiões mais jovens apresentam índices de envelhecimento superiores a 15.

Conforme resultados de Closs e Schwanke (2012), a Região Sudeste historicamente apresenta um índice de envelhecimento superior as outras regiões brasileiras. Na década de 1970, as regiões Sul e Nordeste apresentavam índices semelhantes, mas a partir da década de 1980, a Região Sul passou a acompanhar a Região Sudeste. Até 2010, ambas figuravam como

as regiões mais envelhecidas do país, ano em que a Região Sul ultrapassou a Sudeste, apresentando um índice de envelhecimento de 54,99, contra 54,58 da Região Sudeste.

Dentre as unidades federativas brasileiras, Rondônia e o Distrito Federal apresentaram a maior variação no índice de envelhecimento, no período de 2000 para 2010, o primeiro passou de 15,09 para 26,61, contabilizando uma variação de 76,38%. Já, o Distrito Federal passou de 18,78 para 32,55, registrando uma variação de 73,33% no envelhecimento de sua população.

Os estados da federação que apresentaram, em 2010, maior índice de envelhecimento foram o Rio Grande do Sul (65,60) e o Rio de Janeiro (61,40). Os menores índices foram registrados pelos estados de Amapá (15,67) e Roraima (16,62). Os índices encontrados nas unidades da federação corroboram a ideia de que o Brasil se encaminha para constituir-se majoritariamente de uma população idosa ou em processo de envelhecimento. No ano de 2000, alguns estados da Região Norte ainda apresentavam um perfil populacional jovem, Roraima (10,57), Amapá (10,32), Amazonas (12,51) e Acre (13,97), porém, a partir de 2010, até mesmo estes estados ultrapassaram o indicador de idosos (15) para cada grupo de 100 jovens.

Em geral, o envelhecimento populacional apresenta-se como um desafio aos formuladores de políticas públicas de saúde, na medida em que exige enfoque em uma parcela da população que até então não era relevante, em termos de quantidade de indivíduos. Miranda et al. (2017) analisam as alterações demográficas e sociais do Brasil e discutem os desafios para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde decorrentes da transição demográfica.

## **CONCLUSÃO**

O envelhecimento populacional caracteriza-se pela maior parcela de idosos na composição da população, e traz consigo uma série de desafios e alterações que exigem atenção e ação dos gestores públicos. Essa situação não é peculiar do Brasil, pois países do mundo inteiro já vivenciam ou vivenciarão, em breve, esta experiência. Por isso, esforços para desenvolver estratégias eficientes que atendam às demandas provenientes do envelhecimento ocorrem em nível mundial.

O índice de envelhecimento populacional evidencia uma elevação da parcela de idosos em relação à parcela de jovens menores de 15 anos em todos os estados brasileiros. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro apresentaram os maiores índices de envelhecimento populacional em 2010. No entanto, as maiores variações ocorridas foram verificadas nos estados de Rondônia e Mato Grosso, bem como no Distrito Federal. Apesar disso, em âmbito das grandes regiões

brasileiras, as regiões Norte e Centro-Oeste são as que apresentaram menores índices de envelhecimento populacional em 2010, enquanto as mais envelhecidas são a Sul e Sudeste.

O envelhecimento populacional é uma realidade brasileira, e o reconhecimento deste fenômeno como um processo multidimensional, que abrange todos os aspectos da vida das pessoas, exige dos gestores públicos a tomada de decisões voltadas a promover políticas públicas que contemplem não apenas a preparação para a aposentadoria, mas também as áreas de seguridade social, saúde e financeira, e permitam aos idosos um envelhecimento saudável, conforme defendido pela OMS.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Marco Aurélio de Figueiredo. **Uma breve introdução as questões teleológicas da terceira idade.** In: Solange Beatriz Billing Garces (Coord.). O envelhecimento na (pós)modernidade: uma visão interdisciplinar. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 211-239, 2012.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A Polêmica Malthus *versus* Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. **Escola Nacional de Ciências Estatísticas.** Rio de Janeiro, n. 4, 2002.

ALVES, José Eustáquio Diniz. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós-2014. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n.1, p. 219-230, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. (2. ed.) Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1981.

BERENSTEIN, Cláudia Koeppel; WAJNMAN, Simone. Efeitos da estrutura etária nos gastos com internação no Sistema Único de Saúde: uma análise de decomposição para duas áreas metropolitanas brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2301-2313, 2008.

BONIFÁCIO, Gabriela; GUIMARÃES, Raquel. Texto para discussão 2698. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRITO, Fausto. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade.** Texto para discussão 318. Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2007.

CAMARANO, Ana Amélia. (Org.) **Novo regime demográfico: uma relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: CAMARANO A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Aplicada, cap. 8, p. 253-292, 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. 725-733, 2003.

CLOSS, Vera Elizabeth; SCHWANKE, Carla Helena Augustin. A evolução do índice de envelhecimento no Brasil, nas suas regiões e unidades federativas no período de 1970 a 2010. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15, n. 3, p. 443-458, 2012.

COLEMAN, David; ROWTHORN, Robert. Who's afraid of population decline? A critical examination of its consequences. **Population and development review**, v. 37, p. 217-248, 2011.

DEBERT, Guita Grim. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes antropológicos**, n.34, p. 49-70, 2010.

DEMOS, John; DEMOS, Virginia. Adolescence in historical perspective. **Journal of Marriage and the Family** v. 31, n. 4, p. 632-638, 1969.

DOUGLAS, Paul. H. **Social Security in the United States**. New York, 1936.

EPSTEIN, Abraham. **Facing Old Age: A Study of Old Age Dependency in the United States and Old Age Pensions**. New York, 1922.

FISCHER, David Hackett. **Growing Old in America**. New York, Oxford University Press, 1977.

HAREVEN, Tamara Kern. Novas imagens do envelhecimento e a construção social do curso de vida. **Cadernos Pagu**. n.13, p. 11-35, 1999.

HERCE, José A. El impacto del envejecimiento dela población em España. **Cuadernos de información económica**. Economía y Finanzas españolas. 251, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [IBGE]. **Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 23 jun. 2022.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. (5ª. Ed.). Campinas, SP: Editora Alínea, 2012.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional e as informações do PNAD: demandas e desafio contemporâneos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 10, p. 2503-2505, 2007.

KINSELLA Kevin; PHILLIPS, David R. Global Aging: The Challenge of Success. **Population Bulletin**, v.60, n.1, 2005.

LEBRÃO, Maria Lúcia. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. **Saúde Coletiva**, v. 4, n.17, p.135-140, 2007.

MARIN, Maria José Sanches; PANES, Vanessa Clivelaro Bertassi. Envelhecimento da população e as políticas públicas de saúde. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.1, n.1, p.26-34, 2015.

MELEIRO, Maria Luiza de A. Picanço; BRITO, Kennya Márcia dos S. Mota; NASCIMENTO, Izauro Rodrigues. Marcos legais e políticas públicas para idosos no Brasil e no Amazonas. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 23, n. 3, 277-298, 2020.

MENDES, Antonio da Cruz Gouveia, et al. Assistência pública de saúde no contexto da transição demográfica brasileira: exigências atuais e futuras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 5, p. 955-964, 2012.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. Desafios das políticas públicas no cenário de transição demográfica e mudanças sociais no Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, p. 309-320, 2016.

MIYATA, Daniela Ferreira et al. Políticas e programas na atenção à saúde do idoso: um panorama nacional. **Arquivos de Ciências da Saúde Unipar**, v. 9, n. 2, p.135-140, 2005.

NASRI, Fabio. O envelhecimento populacional no Brasil. **Einstein**, v. 6, Supl. 1, p. S4-S6, 2008.

PAPALÉO NETTO, Matheus. O Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, E. V. et al. (Org.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, cap.1, p. 62-75, 2013.

REHER, David. S. Towards long-term population decline: a discussion of relevant issues. **European Journal of Population**, v. 23, n. 2, p. 189-207, 2007.

REICHERT, Henrique. **A transição demográfica no Brasil: distribuição espacial, oportunidades e desafios**. 2015. 106p. Dissertação de Mestrado em Economia e Desenvolvimento – Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, 2015.

RIOS-NETO, Eduardo L. G. **Questões emergentes na demografia brasileira**. (Texto para discussão nº 276). Belo Horizonte: UFMF, 2005.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 585-593, 2008.

SEN, Amartya Kumar. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984. **The Journal of Philosophy**, v. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.

SEN, Amartya Kumar. The Concept of Development. In: Chenery, H., Srinivasan, T. H. (Eds.). **Handbook of Development Economics**, v. 1, Elsevier Science Publishers B. V. Cap.1. p.10-26, 1988.

SILVA, Luana Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.15, n.1, p.155-168, 2008.



SILVA, Aline dos Santos et al. Envelhecimento populacional: realidade atual e desafios. **Global Academic Nursing Journal**, v.2, n. Sup.3, e188, 2021.

SOUZA, Ângela Patrícia Lima de. **A interação entre o desenvolvimento econômico e a transição demográfica do Brasil no século XX**. 2012. 80p. Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, RS, 2012.

TEIXEIRA, Ilka Nicéia D'Aquino Oliveira; NERI, Anita Liberalesso. Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida. **Psicologia USP**, v. 19, n. 1, p. 81-94, 2008.

UN - United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons (ST/ESA/SER.A/451)**, 2020.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista de Saúde Pública**. v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. [WHO] **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf)> Acesso em: 10 maio 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. [WHO]. **World report on ageing and health**. Luxembourg: WHO Library Cataloguing in Publication Data, 2015. Disponível em: <[https://reliefweb.int/report/world/world-report-ageing-and-health?gclid=Cj0KCQjw8amWBhCYARIsADqZJoXogcK\\_31NijOe3wSoFNzYyJh\\_Cu4vJZjpMMbbZHrb3dkECsEgu3m0aAnefEALw\\_wcB](https://reliefweb.int/report/world/world-report-ageing-and-health?gclid=Cj0KCQjw8amWBhCYARIsADqZJoXogcK_31NijOe3wSoFNzYyJh_Cu4vJZjpMMbbZHrb3dkECsEgu3m0aAnefEALw_wcB)> Acesso em 13 maio 2022.

# CAPÍTULO 17

## O IMPACTO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS NO GASTO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DO SUL DO BRASIL

**Cleber Broietti**  
**João Antônio Salvador de Souza**  
**Leonardo Flach**  
**Gilberto Crispim**  
**Celma Duque Ferreira**

### RESUMO

A preservação ambiental é de responsabilidade do Estado, este utiliza-se de recursos públicos para fazê-lo. Controlar e entender como e o que impacta o gasto ambiental é importante para verificar o desempenho e a preocupação dos gestores públicos com meio ambiente. Esse estudo tem por objetivo determinar a influência da participação dos consórcios públicos ambientais localizado no sul do Brasil nos gastos ambientais dos municípios, entre 2012 e 2016. O método de pesquisa baseia-se em um modelo multivariado com dados empilhados, pela técnica Pooled OLS. Os resultados apontam que há, nessa região, vinte consórcios, constituídos por 308 municípios. Verificou-se que os consórcios apresentam influência positiva e estatisticamente significativa nos gastos ambientais. Assim, o estudo contribui para constatar que as relações interorganizacionais influenciam nos gastos ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consórcios públicos; Gasto ambiental; Sul do Brasil.

### INTRODUÇÃO

A degradação ambiental representa um perigo iminente a todo o planeta, é necessário que se busquem soluções para diminuir ou acabar com essa ameaça (GOLDBLAT, 1996). A entidade responsável em garantir o meio ambiente para todos é o Estado. Este, por sua vez, utiliza da política ambiental para tentar controlar a degradação ambiental (TRIDAPALLI; BORINELLI; CAMPOS, CASTRO, 2011).

Cabe à sociedade acompanhar se o Estado está sendo eficaz em proteger o meio ambiente, esse acompanhamento, segundo Konisky e Woods (2012), pode ser feito através de indicadores, que podem ser por meio dos gastos ambientais, dos custos de redução de poluição ou ainda através de ações de execução regulamentares. Portanto, acompanhar os gastos ambientais do setor público se tornou uma importante ferramenta de análise da eficácia do trabalho do Estado.

Entender as oscilações que acontecem nos gastos ambientais é importante, pois a área ambiental é diferente de outras áreas públicas como saúde e educação, pois não tem um percentual mínimo garantido no orçamento público.

Souza (2006) explica que a preocupação com o meio ambiente no Brasil só apresentou um fato marcante a partir da década de 1980, com a adoção de políticas ambientais na Constituição Federal de 1988, devido principalmente a pressões exercidas por entidades internacionais, como a ONU. Uma das políticas inseridas foi o compartilhamento da responsabilidade dos órgãos públicos sobre o meio ambiente, que, até então, era apenas dos estados e da União e, desde a Constituição, passou a ser também atribuição dos municípios.

Essa descentralização trouxe vantagens e desvantagens para a sociedade (CALDERAN, 2013): entre as vantagens, a principal é que o município tem a possibilidade de tentar solucionar adversidades locais, atendendo a população e resolvendo problemas localizados dentro do seu território; por outro lado, a principal desvantagem foi que, com o aumento de responsabilidade, houve também o aumento de despesas públicas e, na maioria das vezes, esse acréscimo não foi acompanhado pelas receitas (LIMA, 2003).

Para tentarem equilibrar a falta de recursos, os gestores públicos podem adotar novas estratégias, para atenderem de modo eficiente às políticas públicas. A estratégia de parceria entre municípios que enfrentam os mesmos problemas passou a ser uma solução. Essa parceria entre municípios, quando realizada de maneira formal, é denominada consórcio público, cujo objetivo é resolver problemas e realizar ações que atendam todos os consorciados (LIMA, 2003).

Entretanto é necessário acompanhar a atuação dos gestores públicos, inclusive como estes se preocupam com o meio ambiente (PEARCE; PALMER, 2001). Segundo Konisky e Woods (2012), não existe uma maneira específica de fazer isso, para esses mesmos autores, uma das formas é acompanhar as despesas com os gastos ambientais. Os gastos públicos incorridos na área ambiental são contemplados no orçamento público como despesas de gestão ambiental.

Uma maneira de identificar e compreender a dinâmica dos gastos ambientais públicos ocorre por meio da identificação das variáveis determinantes relacionadas ao gasto. Estudos buscaram identificar quais são as variáveis determinantes relacionadas ao gasto ambiental (HÁJEK; KUBOVÁ, 2015; PEARCE; PALMER, 2001; KRAJEWSKI, 2016; PEREIRA; REZENDE; BOAS, 2016; GUPTA; BARMAN, 2015).

Bacot e Dawes (1997) classificaram as variáveis em três grandes categorias: socioeconômica; estrutural/administrativa; e política. Na categoria estrutural ou administrativa, os autores relacionaram uma série de variáveis, uma das quais é a de relações

intergovernamentais, que podem ser evidenciadas pela atuação dos consórcios na área ambiental.

O estudo de Broietti et al., (2017) realizou um levantamento da influência do consórcio ambiental no Estado do Paraná, entretanto, em outros estados ou regiões esse levantamento não foi realizado. Stanton e Whitehead (1994), bem como Konisky e Woods (2012), também afirmaram que as relações com outros municípios ou estados podem contribuir para o gasto ambiental.

Assim, surge o questionamento: qual a influência dos consórcios públicos ambientais nos gastos ambientais dos municípios localizados no sul do Brasil? Com base no questionamento, o objetivo desta pesquisa é determinar a influência da participação dos consórcios públicos ambientais localizados no sul do Brasil nos gastos ambientais dos municípios, entre 2012 e 2016.

Com base no disposto, para responder à questão de pesquisa, formularam-se as seguintes hipóteses:

**H<sub>0</sub>**: os gastos públicos ambientais municipais não são influenciados pela adesão ao consórcio público ambiental.

**H<sub>1</sub>**: os gastos públicos ambientais municipais são influenciados pela adesão ao consórcio público ambiental.

Para fazer essa análise, utilizou-se a metodologia quantitativa com o modelo de regressão, conforme Fávero e Belfiore (2017). Para medir a eficiência do Estado em relação ao meio ambiente, um dos indicadores possíveis de monitorar é o gasto público com o meio ambiente, por meio da contabilidade pela função n.º 18, Gestão Ambiental. Os gastos ambientais municipais não são homogêneos (DE CARLO, 2006), daí a necessidade de estudos que identifiquem seus determinantes.

Diante desse contexto, a contribuição prática consiste na possibilidade de comprovação de que os municípios que participam de consórcios públicos apresentam melhores indicadores ambientais. Assim, tal resultado poderia incentivar outros municípios a realizar essa ação. A justificativa teórica deste trabalho consiste em contribuir com os estudos sobre os gastos ambientais dos municípios brasileiros, que ainda são poucos (ver DE CARLO, 2006; TRIDAPALLI et al., 2011; BUENO, 2013).

O trabalho está dividido em cinco seções: a primeira, com a introdução, contempla a problematização, o objetivo e a justificativa do trabalho; a segunda, destinada ao referencial teórico, com assuntos relacionados a consórcios públicos e gastos públicos ambientais; a explicação sobre o método está na terceira seção; na quarta, consta a apresentação e discussão dos resultados; e, na quinta, apresentam-se as considerações finais do estudo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Gasto público ambiental**

Segundo Tridapalli et al. (2011), os gastos públicos ambientais compreendem aqueles inerentes às funções constitucionais do Estado relacionadas à preservação e recuperação ambiental e à garantia de direitos ambientais. No caso brasileiro, gastos públicos em custeio e investimentos são realizados para a administração, operação e suporte dos órgãos encarregados de controle ambiental, controle da poluição do ar e do som, políticas e programas de reflorestamento, monitoramento de áreas degradadas, obras de prevenção à secas, levantamentos e serviços de remoção de lixo em áreas de proteção e reservas ambientais (florestas, lagoas, rios).

Segundo Carneiro (2008), as despesas públicas ambientais devem conter os gastos com melhoramento do meio ambiente, os quais podem conter manutenção básica, a preservação de matas e a educação ambiental, segundo esse autor, para analisar o gasto alocado por função ambiental e suas subfunções, deve-se utilizar os que são apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As unidades federativas desempenham papel fundamental e insubstituível no processo de regulação ambiental como representante do interesse público e garantidor de direitos ambientais. E, para garantir o bem-estar do meio ambiente, os gestores públicos utilizam-se das políticas públicas ambientais, as quais apresentam uma preocupação quanto à proteção, conservação e uso dos recursos naturais e também do meio ambiente. Essas políticas, expressas na legislação e na organização institucional correspondente, definem os instrumentos de intervenção do Estado na administração dos recursos e da qualidade do meio ambiente (TRIDAPALLI et al., 2011).

No Brasil, a análise dos gastos públicos em meio ambiente foi facilitada pelas mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal no início dos anos 2000. A maior padronização, transparência e sistematização das demonstrações dos gastos públicos da União, estados e

municípios abriu novas e amplas possibilidades de acompanhamentos e avaliação das políticas e instituições na área ambiental (BORINELLI et al., 2011).

O gasto público é dividido em duas categorias: função e subfunção. A função considera-se o maior nível de agregação de diversas áreas de despesa que contemplam o setor público, já a subfunção divide a função para agregar determinado subconjunto de despesa do setor público (MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO, 1999).

A portaria nº42/1999 da Secretaria de Orçamento Federal e Gestão Ambiental é classificada como função n.º 18, destinada à Gestão Ambiental, e está dividida nas seguintes subfunções:

- preservação e conservação: compreende as despesas com implementação, planejamento e manutenção de áreas ambientais;
- controle ambiental: são os gastos para evitar e controlar a poluição das águas, do ar e do solo;
- recuperação de áreas degradadas: são gastos com áreas constantemente alagadas ou sujeitas a erosão;
- recursos hídricos: abrange as despesas relacionados à utilização de recursos hídricos;
- meteorologia: compreende ações que procuram implementar, coordenar e dar manutenção à órgãos que estudam a variação climática e as condições meteorológicas;
- demais subfunções da gestão ambiental: apesar dessa subfunção não constar na portaria 42/1999, é utilizada para as despesas com gestão ambiental que não são contempladas em nenhuma outra subfunção.

A irregularidade na definição do total do gasto público ambiental é outro fator preocupante para quem se importa com o meio ambiente. Como a área pública é a maior investidora de recursos para o meio ambiente, a aplicação de recursos nessa área está na dependência de várias determinantes. Mudanças podem acontecer, e cortes podem ocorrer inesperadamente para atender a outras demandas da agenda pública (YOUNG, 2006).

Um exemplo dessa situação foi constatado no estudo de Dutra, Oliveira e Prado (2006) que analisaram os gastos públicos do Ministério do Meio Ambiente de 2000 a 2005 e evidenciaram que esse ministério perdeu recursos para outros ministérios como o da Previdência e o da Educação. Lemos, Young e Geluda (2005) afirmam que os gastos ambientais não são prioridades dentro das três esferas de governo. Tridapalli et al. (2011) escrevem que é

interessante realizar pesquisas com os gastos ambientais, utilizando a variável despesa total, uma vez que nem sempre o gasto ambiental acompanha as oscilações ocorridas nas despesas.

Estudar os gastos ambientais públicos é importante, pois, por meio das informações geradas pelas pesquisas, é possível acompanhar o desempenho público em relação ao meio ambiente. Uma maneira de fazer isso é tentar entender como são alocados os recursos, por meio da identificação de determinantes.

É relevante que se constatem as determinantes do gasto ambiental, uma vez que a área ambiental não tem exigência de percentual mínimo de investimento em relação aos gastos totais, tal como acontece com a educação e a saúde. Pesquisadores internacionais, principalmente os norte-americanos (BACOT; DAWES, 1997; DALEY; GARAND, 2005), classificaram as determinantes em: socioeconômica; estrutural/ administrativa; e política.

Entre os vários estudos que evidenciaram as possíveis determinantes do gasto ambiental, ressaltam-se os estudos de Lester e Lombard (1990); Stanton e Whitehead (1994); Neves (2012); Konisky e Woods (2012); Broietti et al. (2017). Os autores destacaram a variável “relações intergovernamentais” como uma possível variável que interfere no gasto ambiental. Essas relações são aquelas em que o município se relaciona com outros municípios, estados ou União, para realizar as ações em prol do meio ambiente, e que acarretam aumento nos gastos públicos. Essas ações conjuntas entre atores públicos, quando realizadas de maneira formal, podem ser elucidadas pelo consórcio público. Assim, a determinante de relações intergovernamentais serviu de referência e apoio para o objetivo proposto em face das relações entre municípios.

Outras variáveis, como população utilizada nos estudos de Bacot e Dawes (1997), Newmark e Witko (2007) e área total do município no estudo de Newmark e Witko (2007), também foram utilizadas para explicar os gastos ambientais.

### **Consórcios públicos**

Desde a Constituição Federal de 1988, houve a descentralização entre a União, estados e municípios. Assim, os municípios passaram a legislar sobre o seu território e a implementar políticas que garantissem os direitos e deveres dos cidadãos. A referida lei também instituiu a responsabilidade aos municípios em relação à área ambiental.

O município tem a obrigação de resolver problemas dentro do seu espaço geográfico, ou seja, questões localizadas. O aumento das responsabilidades trouxe como consequência o aumento das despesas, porém não houve aumento proporcional das receitas públicas aos

municípios (LIMA, 2003). Na tentativa de amenizarem esse problema, os municípios precisaram investir em novas estratégias, para realizar, de maneira eficaz, as políticas públicas vigentes (CALDERAN, 2013). Assim sendo, as parcerias entre municípios que tinham os mesmos problemas ou demandas em comum passaram a ser uma solução.

Essas parcerias entre municípios acontecem na maioria das vezes quando os municípios apresentam problemas comuns entre cidades vizinhas que ultrapassam a fronteira territorial (LIMA, 2003). Quando a parceria é realizada de maneira formal, é denominada consórcio público e, quando a parceria ocorre exclusivamente com municípios, denomina-se consórcio público intermunicipal. Cruz (2002) define consórcio intermunicipal como o acordo firmado entre municípios, para a execução de demandas da sociedade, por meio de utilização de recursos gerados pelos próprios municípios que o compõem.

Somente em 1995, o consórcio público foi aprovado como ementa constitucional e passou a ser reconhecido como prestador de serviços públicos (RIBEIRO, 2007). Os consórcios públicos passaram a fazer parte da administração pública e constituem um arranjo interorganizacional da gestão pública.

Os arranjos interorganizacionais procuram contribuir com os consorciados para a realização de tarefas que não seriam possíveis de realizar sozinhas. Lima (2003) explica que o objetivo do consórcio é resolver problemas que atendam a todos os consorciados e ao mesmo tempo diminua a utilização de recursos. A Lei n.º 11.107/2005 institui os limites constitucionais dos consórcios públicos.

Carvalho (2007) observou o Consórcio Intermunicipal da Bacia da Jiquiriçá-BA, com o objetivo de verificar se o consórcio atua como uma ferramenta para reduzir os impactos ambientais. O autor identificou que o consórcio só conseguiu atingir os objetivos porque os municípios atuaram de maneira empenhada e apresentaram confiança entre si para a realização das ações.

O Consórcio Municipal do Leste Fluminense foi estudado por Prado (2011), cujos municípios estudados enfrentam os impactos ambientais causados pelo complexo petroquímico do Rio de Janeiro e não têm recursos suficientes para praticar ações. A autora constatou que o consórcio possibilitou mais recursos e força para combater os impactos ambientais. Azevedo (2012) realizou um estudo no Consórcio Projeto Viva o Broa, localizado no estado de São Paulo, que teve por objetivo proteger e conservar o meio ambiente da região. O autor evidenciou



que o consórcio, como instrumento de gestão, auxiliou os municípios a proteger e desenvolver o turismo na região.

## **METODOLOGIA UTILIZADA NO ESTUDO**

### **Caracterização da pesquisa e fontes de dados**

Este estudo tem por especificidade identificar a atuação dos consórcios sobre o meio ambiente, utilizando os gastos ambientais municipais. Os dados coletados são secundários, disponíveis e de livre acesso. Para a realização da pesquisa, vários dados foram coletados de diversas fontes.

Os valores de gastos ambientais e despesas totais dos municípios foram coletados na Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A identificação dos municípios do estado sulista do Brasil que participam do consórcio público e o tamanho do município foram coletados no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em MUNIC – pesquisa de informações básicas municipais.

### **Unidade de análise**

Para Collins e Hussey (2005), a unidade de análise é a fronteira de estudo do pesquisador e pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma cidade, um Estado ou um país. A unidade de análise desse estudo são os municípios da Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul), com 1190 municípios. Alguns municípios apresentam problemas ambientais que ultrapassam suas fronteiras territoriais, e isso passa a ser problema dos municípios vizinhos. Como solução, os municípios criaram os consórcios públicos municipais. No Brasil, existem sessenta e oito consórcios públicos de meio ambiente (exclusivos ou não), dos quais cinco estão no estado do Paraná, três no estado de Santa Catarina e doze no estado do Rio Grande do Sul. Esses vinte consórcios abrangem um total de 308 municípios, sendo 64 municípios do estado do Paraná, 41 no estado de Santa Catarina e 203 no estado do Rio Grande do Sul.

### **Seleção dos municípios, tratamento da amostra**

A amostra deste estudo foi composta pelos municípios dos estados do sul do Brasil. Os dados foram coletados para o período de 2012 a 2016. O espaço temporal é justificado devido à divulgação de informações disponíveis, para algumas variáveis das quais não havia informações anteriores a 2012.

Foi utilizada a amostra para confirmar as hipóteses. Para constituir a amostra, foram selecionados os dados dos 1.190 municípios dos três estados do sul do Brasil. Após cálculo da

variável dependente, foram excluídos os municípios com dados faltantes. A amostra findou em 395, 389, 369, 395 e 372 municípios para os anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente, nos municípios do Paraná; para o estado de Santa Catarina, as amostras respectivamente aos anos foram: 293, 292, 251, 292 e 280; para o estado do Rio Grande do Sul, a amostra foi de: 493, 493, 452, 491 e 493. Isso totalizou 5.754 observações.

Nessa amostra, os municípios não foram categorizados por tamanho, receita, população ou qualquer outra variável que pudesse segregá-los, esse tipo de procedimento também foi utilizado por outros autores como Lester e Lombard (1990); Newmark e Witko (2007); Ercolano e Romano (2017); D’Uva (2017).

### Procedimentos econométricos

Por se tratar de uma questão empírica, para verificar se a adesão ao consórcio impactou os gastos ambientais, foram utilizadas as variáveis conceituais constantes no Quadro n.1 que possuíam dados para sua operacionalização, culminando no seguinte modelo econométrico:

$$\begin{aligned} \text{Gasto Ambiental}_i = & \beta_0 + \beta_1 D. \text{Consortio}_i + \beta_2 \text{Desp. Total}_i + \beta_3 \text{Rec. Total}_i \\ & + \sum \beta_j \text{Controle}_j + \mu_i \end{aligned}$$

Onde:

$\text{Gasto Ambiental}_i$  = despesas ocorridas no município na função de despesa de gestão ambiental para o município  $i$ ;  $D. \text{Consortio}_i$  = *dummy* assumindo valor 1 (um) para municípios com consórcio público ambiental e 0 (zero) caso contrário;  $\text{Desp. Total}_i$  = somatório das despesas executadas para o município  $i$ ;  $\text{Rec. Total}_i$  = somatório das receitas executadas para o município  $i$ ;  $\text{Controle}'_i$  ( $\text{Densidade}_i$ ) = relação entre a população e a superfície do território para o município  $i$ ;  $\text{Controle}''_i$  ( $\text{Extensão}_i$ ) = tamanho territorial do município  $i$  medido por km<sup>2</sup> (quilometro quadrado);  $\beta_0$  = representa a constante estimada no modelo;  $\beta_1$ ;  $\beta_2$ ;  $\beta_3$ ;  $\beta_j$  = são os coeficientes angulares calculados na estimação do modelo;  $\mu_1$  = erro robusto da regressão pela técnica de White (1980). Os coeficientes foram estimados pela técnica de White (1980) para coibir problema de heterocedasticidade.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

### Análise univariada

Na Tabela 1, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis. É possível verificar que os gastos ambientais apresentam um pequeno aumento na média, entretanto, o

valor máximo apresentou diminuição no último ano analisado. As demais variáveis apresentaram aumento nas médias durante os anos e esse aumento se repetiu no valor máximo, inclusive na Receita total, o que evidencia que o gasto ambiental não acompanhou a evolução da receita. Diante do disposto, verifica-se que a média dos gastos ambientais e as despesas totais para todos os municípios analisados são estatisticamente diferentes ao longo dos anos. Como se esperava, a Densidade e a Extensão apresentaram valores médios similares no período estudado.

**Tabela 1:** estatística descritiva das variáveis utilizadas nos modelos econométricos.

<b>Gasto Ambiental</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	923,673	959,789	1.107,706	1.362,289	1.384,714
Desv.pad	4.282,283	4.760,537	5.781,652	7.073,337	5.973,885
Mínimo	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
Máximo	67.640,214	80.042,604	118.593,934	158.713,449	105.800,509
<b>Desp.Total</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	63.218,444	65.608,865	75.941,123	81.461,122	88.401,258
Desv.pad	247.730,072	273.759,254	305.262,728	310.707,260	332.049,877
Mínimo	7.040,754	7.105,298	7.779,552	8.654,705	9.301,481
Máximo	5.115.609,914	5.804.296,014	6.422.553,199	6.272.670,397	6.528.700,018
<b>Rec.Total</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	67.270,306	72.646,744	83.773,332	88.482,564	97.528,104
Desv.pad	275.309,407	278.934,870	316.449,054	331.507,657	359.258,509
Mínimo	6.724,425	3.413,280	617,854	10.353,741	6.388,383
Máximo	5.911.551,022	5.838.159	6.346.677,306	6.765.667,613	7.403.483,459
<b>Densidade</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	69,88	98,98	100,03	99,95	100,82
Desv.pad	314,09	323,51	326,67	326,41	329,15
Mínimo	1,57	1,62	1,61	1,61	1,60
Máximo	4.084,17	4.250,10	4.285,66	4.285,66	4.320,00
<b>Extensão</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	536,16	536,16	536,16	536,16	536,16
Desv.pad	757,87	757,87	757,87	757,87	757,87
Mínimo	27,68	27,68	27,68	27,68	27,68
Máximo	7.803,95	7.803,95	7.803,95	7.803,95	7.803,95
<b>Pop</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Média	28.939,93	30.047,44	30.327,53	30.291,45	30.506,25
Des.pad	92.618,62	96.296,86	97.207,70	97.058,58	97.746,27
Mínimo	1.232	1.278	1.286	1.286	1.293
Máximo	1.776.761	1.848.946	1.864.416	1.864.416	1.879.355

**Nota:** *GastoAmbiental* = despesas ocorridas no município na função de despesa de gestão ambiental para o município *i*; *Desp.Total* = somatório das despesas executadas para o município; *Rec.Total* = somatório das receitas executadas para o município; *Densidade* = relação entre a população e a superfície do território para o município *i*; *Extensão* tamanho territorial do município *i* medido por km<sup>2</sup> (quilômetro quadrado); *Pop* = população habitacional do município.

**Fonte:** Autoria própria, 2021.

Em estatísticas não declaradas, verificou-se a ausência de normalidade das variáveis. Com base na análise dos valores extremos que constam na Tabela 2, verifica-se que a presença de *outliers* colaborou para a falta de normalidade univariada. Todavia, por vontade dos pesquisadores, optou-se por manter os municípios com valores discrepantes, dada sua relevância à pesquisa. Assim, os resultados devem ser interpretados para a amostra analisada.

Na Tabela 2, apresentam-se as correlações das variáveis. Com base na correlação de Pearson, identifica-se uma relação estatisticamente positiva entre as variáveis independentes do modelo e a variável dependente. Todas as correlações apresentadas mostraram-se positivas exceto a correlação de densidade com a extensão, cuja correlação foi negativa, o que já era esperado, porque quando maior a área do município menor a densidade.

**Tabela 2:** matriz de correlação Pearson

	Gasto Ambiental	D.Consórcio	Desp.Total	Densidade	Extensão	Receita
Gasto Ambiental	1,0000					
Consortio	0,048665*	1,0000				
Desp.Total	0,833191***	0,038202*	1,0000			
Densidade	0,548607***	0,097634**	0,649493*	1,0000		
Extensão	0,063469**	0,039452*	0,081337*	-0,09368	1,0000	
Rec. Total	0,830911***	0,039423*	0,994423*	0,64965*	0,082548*	1,00000

**Nota:** \*, \*\* e \*\*\* significantes a 10%, 5% e 1%, respectivamente. Em que: *Gasto Ambiental* = despesas ocorridas no município na função de despesa de gestão ambiental para o município *i*; *Desp. Total* = somatório das despesas executadas para o município *i*; *Rec. Total* = somatório das receitas recebidas para o município *i*; *Densidade* = relação entre a população e a superfície do território para o município *i*; *Extensão* tamanho territorial do município *i* medido por km<sup>2</sup> (quilômetro quadrado).

**Fonte:** Autoria própria, 2021.

As correlações fortes foram identificadas entre o gasto ambiental e as variáveis de despesa total (0,83) e receita total (0,83), ou seja, quando maior a despesa total, maior será o gasto ambiental; o mesmo aplica-se a receita total, quanto mais receita o município recebe, maior será o gasto ambiental.

Para confirmar a relação causal, foram estimados modelos econométricos com dados empilhados pela técnica *Pooled Ordinary Least Squares*. Ademais, com o propósito de verificar a multicolinearidade nas estimações, são apresentados os valores para o teste VIF (*Variance Inflation Factor*).

## Análise multivariada

Na Tabela 3, são apresentados os resultados das estimações do modelo para amostra principal, tendo por variável dependente os gastos ambientais ponderados:

Observa-se, na Tabela 3, que a adesão ao consórcio público municipal é determinante para os gastos ambientais (*D.Consorcio*: coeficiente = 19,64, valor-*p* = 0,054). Esta relação indica que municípios consorciados tendem a apresentar maiores valores de gastos ambientais.

As despesas totais ponderadas (*Desp.Total*: coeficiente = 0,011 valor-*p* = 5,807) não apresentou relação estatisticamente positiva com os gastos ambientais. Desse modo, municípios que apresentam maiores valores para as despesas totais ponderadas não necessariamente apresentam gastos ambientais mais elevados.

As receitas totais (*Rec.Total*: coeficiente = 0,003 valor-*p* = 0,008) apresentaram relação estatisticamente positiva com os gastos ambientais. Desse modo, municípios que apresentam maiores valores para as receitas totais necessariamente apresentam gastos ambientais mais elevados.

**Tabela 3:** estimativa dos gastos ambientais para todos os municípios do estado do Paraná.

$Gasto\ Ambiental_i = \beta_0 + \beta_1 D.Consorcio_i + \beta_2 Desp.Total_i + \beta_3 Rec.Total_i + \sum \beta_j Controle_j + \mu_i$				
	Coeficiente	<i>Erro</i>	<i>t</i>	Valor- <i>p</i>
<i>D.Consorcio</i> <sup>+</sup>	19,64	102800	1,92	0,054**
<i>Desp.Total</i> <sup>+</sup>	0,011	0,0015	7,83	5,807
<i>Rec.Total</i> <sup>+</sup>	0,003	0,0014	2,631	0,008***
<i>Densidade</i> <sup>+</sup>	148,369	196,673	0,754	0,450
<i>Extensão</i> <sup>+</sup>	-30,315	64,514	-0,469	0,638
Constante	-110043,67	-1,64	-1,64	0,100
<i>R</i> <sup>2</sup> ajustado	69,47%			
Observações	4.392			

Nota: \*, \*\* e \*\*\* significantes a 10%, 5% e 1%, respectivamente. Os sobrescritos (+) representam os sinais esperados da relação da variável independente com a variável dependente. Em que: *Gasto Ambiental<sub>i</sub>* = despesas ocorridas no município na função de despesa de gestão ambiental para o município *i*; *D.Consorcio<sub>i</sub>* = *dummy* assumindo valor 1 (um) para municípios com consórcio público ambiental e 0 (zero) caso contrário; *Desp.Total<sub>i</sub>* = somatório das despesas executadas para o município *i*; *Rec.Total<sub>i</sub>* = Receita total recebidas pelos municípios *i*; *Controle<sub>i</sub>*<sup>1</sup> (*Densidade<sub>i</sub>*) = relação entre a população e a superfície do território para o município *i*; *Controle<sub>i</sub>*<sup>1</sup> (*Extensão<sub>i</sub>*) = tamanho territorial do município *i* medido por km<sup>2</sup> (quilometro quadrado). As regressões foram estimadas aplicando a técnica de White (1980).

**Fonte:** Autoria própria, 2021.

A primeira variável de controle testada, Densidade, não apresentou relação positiva estatisticamente com os gastos ambientais (coeficiente = 148,369 valor-p = 0,45). Assim, quanto maior a relação entre população habitacional e superfície territorial, não necessariamente o gasto ambiental dos municípios apresenta-se maior.

De maneira geral, os resultados demonstraram que os gastos ambientais são positivamente impactados pela adesão ao consórcio público ambiental e pelo aumento das receitas ambientais dos municípios. Destaca-se a relevância da adesão do consórcio, dado o valor estimado para seu coeficiente. Ademais, o modelo (i) não é sensível a inserção de variáveis adicionais; o (ii) é robusto à presença de heterocedasticidade; e o (iii) atende aos pressupostos de multicolinearidade (estatísticas do teste VIF inferiores a 5).

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Esta pesquisa, conforme apresentado na Tabela 1, demonstra que as médias dos gastos ambientais continuaram oscilando. Em 2016, os gastos dos municípios superaram o valor de um bilhão e duzentos milhões de reais, o que representa um aumento de 32% em relação ao valor gasto no ano de 2012.

Acompanhar a evolução dos valores absolutos e identificar que houve aumento no gasto ambiental não significa dizer que houve uma preocupação maior dos gestores públicos com o meio ambiente. Afinal, o aumento na despesa total do município, não significa que a despesa ambiental tenha aumentado, já que as duas não têm comportamento assimétrico, pois, segundo Dutra, Oliveira e Prado (2006) e Lemos, Young e Geluda (2005), os gastos ambientais não são prioridades na gestão pública. Verificou-se uma evolução do percentual do gasto ambiental dos municípios do sul do país em relação aos gastos totais e constatou-se que ocorreu uma evolução no percentual do gasto ambiental relativo dos municípios onde, em 2012, o índice foi 1,46%, em 2016, último período analisado, o percentual chegou a 1,57%. Isso significa que o meio ambiente, nos municípios do sul do país, tem ganhado espaço e representatividade nas decisões dos gestores públicos. Tal evolução já havia sido observada por Bueno (2013) em outro período apenas no estado do Paraná.

Este artigo buscou identificar se a presença do consórcio público ambiental é uma determinante para o gasto ambiental. Com base na Tabela 3, cujos coeficientes para a variável consórcio foi 19,64 e o valor-p foi 0,054, entende-se que o consórcio público de meio ambiente nos estados do sul do Brasil é considerado uma determinante para o gasto ambiental.

Esses resultados foram semelhantes ao encontrado no estudo realizado por Broietti et al. (2017), quando foi constatado que o consórcio público impacta no gasto ambiental do município. Os resultados ainda reforçam o que Lester e Lombard (1990) afirmaram: as relações intergovernamentais são uma determinante do gasto ambiental.

A fim de buscar mais evidências sobre a influência dos consórcios no gasto ambiental, realizou-se uma análise das médias do percentual do gasto ambiental em relação à despesa total individualizada de todos os municípios consorciados dos estados analisados. Constatou-se que alguns municípios apresentaram resultados muito acima da média estadual. Na Tabela 4, é possível perceber os gastos relativos e o ranking dos municípios com as melhores médias.

Nesses municípios acima, não foi encontrado nenhum problema ambiental pontual grave (desastres) no período analisado, desta maneira, destaca-se que o município de Terra Roxa, localizado no estado do Paraná, apresentou a maior média de gasto ambiental relativo entre os municípios consorciados, 4,86%. Esse município pertence ao consórcio CORIPA. Todos os dez melhores municípios consorciados classificados apresentaram uma média bem maior que à média geral dos municípios analisados (1,57%).

O consórcio que apresentou maior número de municípios na lista dos melhores municípios foi o Consórcio Pró-Sinos, esse consórcio é formado por 28 municípios localizados na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos e foi fundado no ano de 2007, após uma tragédia ambiental ocorrida na cidade de Estância Velha. Com sede no município de Esteio, esse consórcio realiza ações na área ambiental e de saneamento.

**Tabela 4:** ranking dos municípios com maiores gastos relativos.

Posição	Município	Consórcio	Gasto relativo
1. <sup>a</sup>	Terra Roxa - PR	CORIPA	4,86%
2. <sup>a</sup>	São Marcos - RS	CISGA	4,67%
3. <sup>a</sup>	Agudo - RS	CIRC	4,44%
4. <sup>a</sup>	Campo Bom - RS	Pró-Sinos	4,32%
5. <sup>a</sup>	Novo Hamburgo - RS	Pró-Sinos	4,08%
6. <sup>a</sup>	Irati - PR	COPATI	3,94%
7. <sup>a</sup>	Estância Velha - RS	Pró-Sinos	3,86%
8. <sup>a</sup>	Vargem - SC	CISAM	3,72%
9. <sup>a</sup>	Glorinha - RS	Pró-Sinos	3,65%
10. <sup>a</sup>	Diamante do Norte - PR	COMAFEM	3,50%

Fonte: Autoria própria, 2021

Outra variável considerada determinante para o gasto ambiental identificada neste estudo que utilizou análise univariada e multivariada, além da variável ter consórcio ambiental no município, foi a variável receita total. Neste estudo, constatou-se que, quanto maior a receita ambiental do município, maior o gasto ambiental. Essa variável já havia sido identificada por Lester e Lombard (1990) como determinante para o gasto ambiental.

Com relação aos gastos por subfunções que compõem a função 18, Gestão Ambiental, dos municípios do sul do país, constatou-se que, entre os anos de 2012 e 2016, 52% das despesas foram alocadas à subfunção de Preservação e Conservação, e a subfunção Controle ambiental alocou 20% das despesas ambientais. No período analisado, a função que apresentou maior crescimento foi a de Preservação e Conservação com aumento de 11%; já a subfunção “Demais Subfunções”, que não consta na Portaria 42/1999, mas é utilizada pelos municípios quando a despesa não é contemplada em nenhuma outra subfunção descrita, reduziu 18% no período analisado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto da participação dos consórcios públicos ambientais em relação ao desempenho dos gastos ambientais dos municípios consorciados no estado sulista do Brasil, entre 2012 e 2016. O gasto público ambiental é um importante indicador para acompanhar como os gestores públicos se preocupam com o meio ambiente. Segundo Lester e Lombard (1990), quanto maior o gasto ambiental relativo à despesa total da entidade governamental, maior é a preocupação desta com o meio ambiente.

Entender quais são os motivos que levam os órgãos públicos a investir em meio ambiente passa a ser importante. Ao conhecer e mensurar essas variáveis, torna-se possível tomar ações para que esses percentuais aumentem, ou mesmo sejam tratados com mais eficiência. Da mesma maneira, torna-se possível identificar quais são os municípios que apresentam valores mais significativos e, com base nos resultados, podem-se apontar as determinantes. Além disso, outras entidades podem tomá-los por modelos.

Estudos internacionais levantaram diversas determinantes que podem influenciar os gastos. Lester e Lombard (1990), Stanton e Whitehead (1994), Konisky e Woods (2012) identificaram relações interorganizacionais que podem influenciar os gastos. Um exemplo dessas relações pode ser identificado pelos consórcios. Diante disso, esta pesquisa contribuiu para verificar como os consórcios públicos de meio ambiente nos municípios do sul do Brasil influenciaram nos gastos ambientais dos municípios consorciados entre 2012 e 2016.



Nos estados do sul do Brasil, foram identificados vinte consórcios públicos de meio ambiente, compostos por 308 municípios. As análises evidenciaram que os consórcios públicos, como uma variável independente, podem ser uma determinante para alterar os gastos ambientais. Os dados empíricos permitiram constatar que os consórcios se mostraram uma determinante que contribui para melhor desempenho dos municípios no gasto ambiental em relação ao gasto total. A receita total também mostrou-se importante para a variação do gasto ambiental dos municípios.

Observou-se que alguns municípios consorciados apresentaram resultados do percentual de gastos ambientais em relação à despesa total muito acima das médias gerais. Foi o caso do município de Terra Roxa, que chegou próximo do percentual de 5% de investimento de gasto ambiental em relação à despesa total.

Como limitação de pesquisa, o estudo foi realizado em apenas uma região do Brasil. Neste caso, esse resultado não pode ser generalizado para as demais regiões. O estudo também se limitou à análise de dados quantitativos coletados, proporcionando apontamentos por meio desse método para outras pesquisas mais específicas utilizando o método qualitativo. Futuros estudos poderão utilizar o mesmo modelo desta pesquisa, para analisar a atuação dos consórcios públicos ambientais em todo o Brasil, uma vez que no Brasil há 68 consórcios.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. S. **Consórcios públicos intermunicipais como instrumento para o desenvolvimento regional: O caso do projeto Viva o Broa**. 231f. Dissertação (Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), UNIARA, Araraquara-SP, 2012.

BACOT, A. H.; DAWES, R. A. State expenditures and policy outcomes in environmental program management. **Policy Studies Journal**, v. 25, n. 3, p. 355-370, 1997.

BORINELLI, B.; TRIDAPALLI, J. P.; CAMPOS, M. F. S. S.; CASTRO C. Gastos Públicos em Meio Ambiente no Estado do Paraná. **Revista de Política Pública**, p. 99-108, 2011.

BROIETTI, C.; SOUZA, J. A. S.; SILVA, G. C.; FERREIRA, C. D.; FLACH, L.; ALBERTON, L. Os consórcios públicos municipais como determinantes dos custos ambientais: um estudo com os consórcios do estado do Paraná. **Anais...** In: XXIV Congresso Brasileiro de Custos, 2017, Florianópolis. XXIV Congresso Brasileiro de Custos, 2017.

BUENO, W. **Fatores associados ao comportamento do gasto público ambiental: Uma análise da função gestão ambiental nos municípios do estado do Paraná no período de 2002 a 2011**. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração), UEL, Londrina, 2013.

CALDERAN, T. B. **Consórcio público intermunicipal de gerenciamento de resíduos sólidos domésticos: Um Estudo de Caso.** Dissertação (p.223). Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, Univates, Lajeado, 2013.

CARNEIRO, P. E. A. Modelo de mudanças climáticas com gastos públicos. **Contexto internacional.** Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan/abril 2008, p. 49-88.

CARVALHO, V. C. **Consórcio intermunicipal e cooperação federativa: desafios para gestão ambiental conjunta na bacia do Jiquiriçá (Bahia).**139 f. Dissertação (Centro de Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para os alunos de graduação e pós-graduação.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRUZ, M. Consórcios intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente. In: SPINK, P., BAVA, S. C., & PAULICS, V. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção.** São Paulo: Pólis; Gestão Pública e Cidadania/EAESP-FGV, 2002.

D'UVA, M. Population and industrial pressure on local environmental expenditure in the Italian regions. **Lend use Policy**, n. 69, p.386-391, 2017.

DALEY, D. M.; GARAND, J. C. Horizontal diffusion, vertical diffusion, and internal pressure in state environmental policy making 1989-1998. **American Politics Research**, v. 33, n. 5, p. 615-644, Sep. 2005.

DE CARLO, S. **Gestão ambiental nos municípios brasileiros: impasses e heterogeneidade.** 330 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, 2006.

DUTRA, R. C. D.; OLIVEIRA, A. B.; PRADO, A. C. A. Execução orçamentária do Ministério do Meio Ambiente entre 2000 e 2005. **Revista Política Ambiental**, Belo Horizonte, n. 2, set/2006.

ERCOLANO, S.; ROMANO, O. Spending for the Environment: General Government Expenditure Trends in Europe. **Social Indicators Research**, 2017.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Análise de dados: técnicas multivariadas exploratórias com SPSS® e Stata®.** Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2017.

GOLDBLATT, D. **Teoria social e ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GUPTA, M. R.; BARMAN, T. R. Environmental pollution, informal sector, public expenditure and economic growth. **Hitotsubashi Journal of Economics**, n. 56, p. 73-91, 2015.

HÁJEK, M.; KUBOVÁ, P. Identification of Basic Trends in Public Expenditures of Environmental Protection in the Czech Republic. **Proceedings...** 21th International Conference Theoretical and Practical Aspects of Public Finance. Praha, 15 and 16 April 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área Territorial Oficial**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>. Acesso em: 13 abril 2020.

KONISKY, D. M.; WOODS, N. D. Measuring state environmental policy. **Review of Policy Research**, v. 4, n. 29, p. 544-569, 2012.

KRAJEWSKI, P. The Impact of Public Environmental Protection Expenditure on Economic Growth. **Problems of Sustainable Development**, v. 2, n. 11, p. 99-104, 2016.

LEMONS, R.A.B.; YOUNG, C. E. F.; GELUDA, L. Orçamento público para gestão ambiental: uma análise voltada para as áreas protegidas. **Anais...** In: III Simpósio de áreas protegidas. Universidade Católica de Pelotas/RS. Pelotas, 2005.

LESTER, J. P.; LOMBARD, E. N. The comparative analysis of state environmental policy. **Natural Resources Journal**, v. 1, n. 30, p. 301-319, 1990.

LIMA, J. D. **Consórcio de desenvolvimento intermunicipal**: Instrumento de integração regional. Rio de Janeiro: ABES, 2003.

MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO. **Portaria nº 42**, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências.

NEVES, E. M. S. C. Política ambiental, municípios e cooperação intergovernamental no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 74, n. 26, p.137-150, 2012.

NEWMARK, A. J.; WITKO, C. Pollution, politics, and preferences for environmental spending in the states. **Review of Policy Research**, v. 4, n. 24, p. 291-308, 2007.

PEARCE, D.; PALMER, C. Public and Private Spending for Environmental Protection: A Cross- Country Policy Analysis. **Fiscal Studies**, v. 4, n. 22, p. 403-456, 2001.

PEREIRA, J. R.; REZENDE, J. B.; BOAS, A. A. V. Gestão Social e Ambiental nos Municípios de Minas Gerais, Brasil. **Journal of Environmental Protection**, v. 1, n. 6, p. 64-76, 2016.

PRADO, M. G. **O município como ator de política pública**: o consórcio como alternativa para lidar com os impactos causados pelo Comperj. Dissertação (88p.), Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestrado direito da Cidade. Raega, Curitiba-PR, 2011.

RIBEIRO, W. A. **Cooperação Federativa e a Lei de Consórcios Públicos**. Confederação Nacional dos Municípios. Brasília, 2007.

SOUZA, C. Políticas Públicas uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n.8, p.20-45, 2006.

STANTON, T. J.; WHITEHEAD, J. C. Special interests and comparative state policy: an analysis of environmental quality expenditures. **Eastern Economic Journal**, p. 441-452, 1994.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro** – SICONFI. Disponível em: [https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf). Acesso em: 16 abril 2021.

TRIDAPALLI, J. P.; BORINELLI, B.; CAMPOS, M. F. S. S.; CASTRO C. Análise dos gastos ambientais no setor público brasileiro: características e propostas alternativas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 79-95, 2011.

WHITE, H. A Heteroskedasticity- Consistent Covariance Matrix Estimator and a Direct Test for Heteroskedasticity. **The Econometric Society**, v. 4, n. 48, p. 817-838, 1980.

YOUNG, C. E. F. Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável: o caso brasileiro. In: PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Héctor (Org.). **As instituições financeiras públicas e o meio ambiente no Brasil e na América Latina**. Brasília: FLACSO-BR, 2006.

# CAPÍTULO 18

## GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E CRESCIMENTO DAS FIRMAS: UM ESTUDO DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA B3

Emerson Orsini Ferrari  
Tiago Ramos Wohleberg  
Gilmar Ribeiro de Mello

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi de identificar a existência de práticas de gerenciamento de resultados e sua relação com as oportunidades de crescimento em empresas brasileiras de capital aberto com alto nível de governança. Para atender este objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. A amostra compreendeu 114 empresas de capital aberto participantes da carteira teórica Novo Mercado da Brasil Bolsa Balcão (B3). O Gerenciamento de Resultados foi calculado pelo modelo de Jones (1991) modificado (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995) e as oportunidades de crescimento foram calculadas pelo índice *market-to-book* das companhias. Foi desenvolvido um modelo de dados em painel para verificar a relação entre as variáveis “gerenciamento de resultados” e “crescimento”. Conclui-se que o baixo poder explicativo apresentado nos modelos utilizados na pesquisa, não permite afirmar que existam práticas de gerenciamento de resultados nas organizações estudadas e que as oportunidades de crescimento dessas companhias influenciem às práticas mencionadas. Tais achados diferenciam-se dos resultados inferidos por Martinez (2008) que afirma que as companhias abertas do Brasil gerenciam resultados como resposta a estímulos do mercado, assim como dos achados da pesquisa de Erfurth e Bezerra (2013) que puderam inferir que houve gerenciamento de resultados em todos os níveis de governança da Bovespa no período de 2000 a 2007 e ainda se contrasta do resultado encontrado por Li e Kuo (2016) que infere que nas empresas de capital aberto dos Estados Unidos da América, no período de 2005 a 2009 o gerenciamento de resultados diminui conforme as oportunidades de crescimento das empresas se tornam menores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolhas Contábeis; Gerenciamento de Resultados; Governança Corporativa.

### INTRODUÇÃO

No contexto organizacional, escolhas feitas pelos gestores são elementos cruciais no alcance de resultados almejados (HOQUE; MOLL, 2006). Decisões contábeis são realizadas de forma individual ou conjunta para se chegar ao objetivo determinado pela firma, aquele que considera ser a decisão ótima no sentido de maximização do valor dos ativos da organização (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

As normas de contabilidade permitem flexibilização nestas escolhas contábeis, visto que o ambiente de divulgação varia de acordo com o desenvolvimento dos sistemas legais e dos mercados. Todavia, esta flexibilidade abre oportunidade para os gestores utilizarem as

demonstrações contábeis com objetivos diversos à fidedignidade da informação, os quais podem ser, por exemplo, aumentar sua remuneração por meio de mecanismos como o *equity compensation* (remuneração com base no valor das ações) ou ainda aumentar ou diminuir o lucro para atender a interesses distintos (LI; KUO, 2016; MURCIA; WERGER, 2011; SILVA; MARTINS; LEMES, 2016).

O mercado não é capaz de assimilar de modo integral as motivações dos gestores quando utilizam escolhas contábeis para manipular ou gerenciar resultados, o que pode gerar altos custos para que se coíbam tais ações (BRAGANÇA; MEDEIROS; MELILLO, 2019).

Pesquisadores que visam detectar e analisar o gerenciamento de resultados contábeis nas empresas baseiam-se na avaliação do grau de *accruals* discricionários (apropriações discricionárias) pelos gestores, os quais compreendem escolhas contábeis subjetivas que não se situam fora dos Padrões Contábeis aceitáveis, contudo conduzem a um resultado mais interessante para eles ou para a organização (COELHO; LOPES, 2007).

A busca por minimizar os motivos conflitantes que levam aos gerenciamentos de resultados, tem feito com que as partes contratantes restrinjam as escolhas contábeis disponíveis para os tomadores de decisão (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Como forma de minimizar os custos de agência, evitar expropriações da riqueza dos proprietários por parte dos gestores e equilibrar a relação entre gestores e acionistas surgem as Boas Práticas de Governança Corporativa (ROSSETTI; ANDRADE, 2014).

Neste contexto a Governança Corporativa tem papel importante quando da aplicação de seu conjunto de mecanismos na busca pela tomada de decisão corporativa consciente, com a finalidade é de maximizar a perspectiva de geração de valor de longo prazo para a organização, sem, contudo, deixa de atender aos interesses individuais no contexto organizacional (SILVEIRA, 2010).

Todavia, estudos nacionais como de Correia, Amaral e Louvet (2017), Rodrigues, Melo e Paulo (2019), Morás e Klann (2020), Mazzioni et al. (2015), Barbosa et al. (2021) e internacionais como Li e Kuo (2016), Imran et al. (2020) e Garel et al. (2021), sobre as escolhas contábeis relacionadas ao gerenciamento de resultados, a qualidade das informações contábeis, sua relação com práticas de Governança Corporativa e os impactos econômico-financeiros nas companhias, evidenciam que o uso de gerenciamento de resultados nem sempre pode ser coibido.

As empresas de capital aberto brasileiras, segundo, estudo de Martinez (2008) gerenciam resultados como resposta aos estímulos produzidos pelo mercado. Erfurth e Bezerra (2013) analisaram a correlação entre a adesão a diferentes segmentos de governança da Bovespa e as práticas de Gerenciamento de Resultados no período de 2000 a 2007, mas não puderam concluir que um maior nível de governança significa um menor grau de gerenciamento de resultados. Todavia, verifica-se uma lacuna no que tange a estudos nacionais que utilizem diferentes modelos para verificar a existência de Gerenciamento de Resultados em empresas brasileiras que participam dos níveis de governança da Brasil Bolsa Balcão (B3).

Na perspectiva das Escolhas Contábeis e considerando os mecanismos de Governança Corporativa, no sentido de que combatam as práticas de gerenciamento de resultados, busca-se responder a seguinte questão: **Há práticas de gerenciamento de resultados nas empresas listadas no Novo Mercado da B3 e elas são afetadas pelo crescimento das companhias?**

Para responder à questão de pesquisa definiu-se como **objetivo deste artigo identificar se existem práticas de gerenciamento de resultados e sua relação com as oportunidades de crescimento em empresas brasileiras de capital aberto com alto nível de governança corporativa.**

Este trabalho visa contribuir com o tema ‘gerenciamento de resultados’ e a Teoria das Escolhas Contábeis, verificando se o uso da discricionariedade em lançamentos contábeis muitas vezes compelidos por interesses próprios de gestores é afetado pelo crescimento das empresas categorizadas no mais alto índice de governança corporativa do mercado brasileiro, desta forma preenchendo uma lacuna existente na literatura sobre tal abordagem em empresas brasileiras.

Este capítulo está estruturado em cinco seções, iniciando pela introdução, seguida da base teórica, passando pela metodologia, na sequência a apresentação e análise dos resultados e, por fim, as considerações finais.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Teoria das escolhas contábeis**

A Escolha Contábil é percebida inicialmente no trabalho de Modigliani e Miller (1958) em que, conforme estes autores há três categorias de objetivos ou motivações:–contratação, precificação de ativos e influência entre as partes.

As pesquisas contábeis entre 1960 e 1970 trabalhavam com a hipótese de que os mercados eram eficientes e buscaram associar os retornos das ações com as informações contábeis (FAMA, 1970; FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

A perspectiva de estudos sobre o tema escolhas contábeis, no início dos anos 1980, começou a criticar a Hipótese de Mercados Eficientes de Fama (1970) e a associação das informações contábeis e retorno das ações (WATTS; ZIMMERMAN, 1986). Pode-se dizer que as classificações utilizadas por Modigliani e Miller se encaixam perfeitamente com as classificações utilizadas por Holthausen e Leftwich (1983) e Watts e Zimmerman (1986).

Como advogado por Watts e Zimmerman (1986), é possível que o gerente, tomador da decisão, possa vir a escolher métodos contábeis visando seus interesses com o intuito de aumentar o preço das ações que possuem, antes da expiração das mesmas, desta forma se beneficiando da situação. Os autores ainda trazem que a busca por minimizar estas situações, motivos conflitantes, tem feito com que as partes contratantes restrinjam as escolhas contábeis disponíveis para os tomadores de decisão.

Watts e Zimmerman (1986) associam a decisão de contratação ou escolha contábil, com precificação de ativos e influência das partes. Este exemplo também permite verificar uma forte influência da teoria da firma e da teoria da agência no contexto das escolhas contábeis.

O fato é que, mesmo com o conflito de agência, a contratação eficiente fornece outra explicação para a existência de escolha contábil em contratos de compensação, embora a discricção de relatórios financeiros possa permitir que os gerentes aumentem sua compensação, tal discricção também melhora o alinhamento de seus interesses com os dos acionistas, uma vez que os acionistas podem ter o mesmo interesse que o agente, maximizar resultados, desta forma, potencializando valorização das ações (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Watts e Zimmerman (1990) revisaram as pesquisas da década de 1980 e pontuaram que uma das deficiências nos estudos da contabilidade positiva sobre o tema é o fato de não explicar a escolha do conjunto aceito e a escolha do método contábil no conjunto escolhido. Também criticam o fato de que grande parte dos pesquisadores focou em apenas uma escolha contábil quando o resultado foi o combinado do efeito de várias escolhas.

Pelos aspectos abordados, pode-se perceber também que a formação da Teoria das Escolhas Contábeis tem muito dos pressupostos da Teoria Contratual da Firma e Teoria Positiva da Contabilidade, embasada na concepção de que a Firma é um conjunto de contratos existentes



entre agentes e na existência de custos referentes aos mesmos (WATTS; ZIMMERMAN, 1990).

Watts (1992), ao discutir a Teoria da Escolha Contábil, advoga que escolhas contábeis incluem a escolha do gestor por um método contábil em detrimento de outro, citando como exemplo a escolha do método de depreciação linear em vez do método de depreciação acelerada.

Hendriksen e Van Breda (1999) se referem à Teoria das Escolhas como a quais escolhas se farão diante de várias disponíveis, supondo que os indivíduos que vão tomar tais decisões são capazes de avaliar todas as alternativas e escolher a mais vantajosa.

Segundo Fields, Lys e Vincent (2001) há imperfeições no mercado que são decorrentes dos custos de agência e ausência de um mercado completo, ou seja, perfeito. A escolha contábil é determinada por influência de um ou mais arranjos contratuais da firma. Watts e Zimmermnan (1986) consideram esta perspectiva associada a contratação eficiente. As decisões contábeis serão escolhidas de forma individual ou conjunta para se chegar ao objetivo determinado pela firma, aquele que considera ser a decisão ótima (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

Conforme Fields, Lys e Vincent (2001) na precificação de ativos encontram-se as escolhas contábeis que visam influenciar os preços dos ativos. Aqui se encaixam as decisões de gerentes ou tomadores de decisão que buscam atender as previsões de lucros e evitar queda nos preços das ações, uma vez que a perda de valor dos ativos pode afetar, negativamente, o preço das ações da firma (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

Segundo Fields, Lys e Vincent (2001) há influência entre as partes, as escolhas contábeis influenciarão partes externas a firma, que são proprietários de ações ou potenciais proprietários. Ainda, conforme estes autores, as decisões contábeis, contadas pelos números contábeis divulgados, influenciarão as decisões de terceiros.

Corroboram com as categorias as três imperfeições no mercado que afetam as escolhas contábeis conforme Fields, Lys e Vincent (2001): custos de agência, assimetria de informação e externalidades, as quais teriam poder de impactar a terceiros com elementos contratuais ou não contratuais.

O conceito de escolhas contábeis pode ser entendido como decisões que objetivam influenciar resultados de maneira particular em demonstrações contábeis publicadas, demonstrativos fiscais e documentos regulatórios. As pesquisas sobre escolhas contábeis estão

relacionadas ao comportamento oportunista; a Governança Corporativa; ao desempenho da firma; assimetria de informação e a regulação (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

Fields, Lys e Vincent (2001) ponderam sobre o princípio da literatura das Escolhas Contábeis e sua correlação com as teorias de Modigliani e Miller, pois a razão para as Escolhas Contábeis seria a de utilidade da informação contábil para a tomada de decisão, principalmente pelos usuários externos, e as teorias de MM, conforme advogam Camargo e Araújo (2011), argumentam sobre os critérios do processo racional de uma empresa que seriam maximizar lucros e seu valor de mercado para se tornarem atrativas e angariarem investimentos. Todavia as teorias de MM sugeriam um mundo ideal com mercados perfeitos, neste mundo não haveria espaço para a contabilidade, então o intuito das Escolhas Contábeis seria a de se contrapor a esta abordagem e trabalhar com as incertezas do mundo real da melhor forma possível.

Fields, Lys e Vincent (2001) trazem o conceito de escolhas contábeis como decisões que objetivam influenciar resultados de maneira particular em demonstrações contábeis publicadas, demonstrativos fiscais e documentos regulatórios. Estes autores frisam que as escolhas contábeis dependem dos atores que às manuseiam e quais os interesses destes. No geral as entidades que utilizam das Escolhas Contábeis buscam gerenciamento de resultados de forma maximizadora ou oportunista.

Para que o gerenciamento de resultados por meio das Escolhas Contábeis seja efetivo, deve haver usuários da informação contábil que não estão a par ou estão desinteressados em relação a geração dos dados que compõe os relatórios que eles estão utilizando (FIELDS; LYS; VINCENT, 2001).

A escolha de determinado método em detrimento a outro vem de encontro a diferentes interesses ou motivações, por exemplo, aumentar remuneração ou ainda aumentar ou diminuir o lucro para atender a interesses distintos (MURCIA; WERGER, 2011).

Silva (2016) baseada nos estudos de Nobes (2006; 2013) classifica as escolhas contábeis em 2 categorias: Escolhas contábeis evidentes e Escolhas Contábeis Ocultas. Às evidentes se referem a escolhas de mensuração, reconhecimento, classificação, apresentação e momento de adoção de uma norma, como exemplo, a escolha contábil para contabilização de estoques. Às ocultas se referem a critérios vagos, como exemplo, é possível cita as IFRS e decisões operacionais.

Watts e Zimmerman (1986) tratam as escolhas contábeis sob o aspecto de que podem ser benéficas, uma vez que os métodos contábeis alternativos nem sempre serão substitutos

perfeitos dentro de uma perspectiva da contratação eficiente. Todavia, gestores tem a oportunidade de agir em proveito próprio ou dos sócios majoritários, gerenciando resultados por meio de escolhas contábeis que nivelam lucros e fluxos de caixa, o que culmina em divulgação de relatórios financeiros que demonstrem valores mais atrativos para investidores (COELHO; LOPES, 2007; ANTON; CARP, 2020).

### **Governança corporativa**

Como conceito, entende-se, a Governança Corporativa como um conjunto de mecanismos que visam a tomada de decisões corporativas conscientes e cuja finalidade é maximizar a perspectiva de geração de valor de longo prazo para o negócio, sem, contudo, atender a interesses individuais no contexto organizacional (SILVEIRA, 2010).

Pelo fato de haverem interesses distintos entre os investidores e os gestores no ambiente organizacional, mecanismos de Governança Corporativa foram criados. Estes mecanismos tem a função de garantir maior transparência e confiabilidade aos investidores, de forma que os proteja de uma possível expropriação de capital que os gestores podem os causar (ALMEIDA; SCALZER; COSTA, 2008).

Fenômenos globais, relacionados a onda de aquisições hostis nos Estados Unidos nos anos 1980; o crescimento e maior ativismo dos investidores institucionais; privatizações nos países europeus e em desenvolvimento; integração global dos mercados; crises nos mercados emergentes e a série de escândalos corporativos nos Estados Unidos e Europa motivaram o movimento pró-governança (SILVEIRA, 2010).

Os primeiros movimentos pró-governança iniciaram-se nos anos 1980 e buscavam, de alguma forma, aumentar a gestão sobre os executivos das organizações, tendo como principal característica controlar a expropriação de riquezas e abusos de poder observados à época pelos principais Fundos de Pensão, considerados os maiores investidores naquele momento (BASTOS; SILVA, 2018).

No Brasil este movimento de boas práticas foi mais acentuado com as privatizações e a abertura do mercado nacional, ocorrido nos anos de 1990, seguido da estabilização da economia, com o Plano Real, que vislumbrou as organizações planejarem crescimento neste ambiente de estabilidade e, com isso, também pode ter condições de buscar maior qualidade nos trabalhos de controle, inclusive, foi nesta década, especificamente no ano de 1995, que foi criado o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração, renomeado em 1999, como

---

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), mesmo ano do lançamento de seu primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (BASTOS; SILVA, 2018).

De acordo com Bushman e Smith (2003), a estrutura de governança corporativa é uma argumentação que pavimenta a transparência corporativa tendo como finalidade disponibilização de informações confiáveis aos acionistas minoritários; ter mecanismos para evitar a apropriação indevida dos rendimentos pelos executivos e incentivar que os administradores busquem a maximização do valor da firma (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2017).

Ainda no sentido da maximização, está na adoção das boas práticas de Governança Corporativa uma forma de minimizar o conflito de agência e, desta forma, monitorar o comportamento da gestão quanto aos resultados e as escolhas realizadas em relação a aplicação dos recursos da organização, ficando evidenciado que os mecanismos da Governança Corporativa estimulam os tomadores de decisão a agir de forma a maximizar o valor da firma além de alinhar os interesses das partes conflitantes (BARBOSA et al., 2021).

A Governança Corporativa é observada quando se tem uma redução nos conflitos relacionados às expectativas existentes entre os acionistas e os executivos gestores, guiado pela atuação dos conselhos que mediarão estes conflitos de forma a reduzir os riscos, além de buscarem excelência na tomada das mais importantes decisões corporativas, de forma a se ter um processo transparente adequado às boas práticas de gestão, inseridas no contexto da Governança Corporativa (BASTOS; SILVA, 2018).

Há um aumento considerável de pesquisas com fins de avaliar a relação entre os incentivos, baseados em ações ou opções, para os executivos das organizações e uma possível redução de manipulação de resultados e, com isso, indo de encontro com a visão de alinhamento de interesses entre gestores e acionistas (LI; KUO, 2016).

Há uma maior assimetria de informações em empresas em crescimento que dificulta aos acionistas determinarem se os gestores estão tomando decisões que visem à maximização dos resultados aumentando os custos de agência, prevalecendo à necessidade de se aumentar o mecanismo de incentivo patrimonial, como forma de melhoria da transparência dos relatórios financeiros para se ter melhor monitoramento (LI; KUO, 2016).

Empresas com oportunidades de crescimento, segundo a Teoria de Finanças Corporativas, tende a ter executivos que buscam aumentar os incentivos para explorar essas oportunidades por meio de contratos de remuneração mais convexos, logo, com o aumento das

oportunidades de crescimento faz com que o benefício econômico gerencial para que se busque riscos e maximização do valor da firma serão maiores que o desconto que os executivos aplicam a salários de risco e, desta forma, haverá melhora no desempenho da firma. Estas são as razões do enfraquecimento da relação entre incentivos de capital e gerenciamento de resultados para empresas em crescimento (LI; KUO, 2016).

Há outros estudos, realizados por Erfurth e Bezerra (2013), Konraht, Soutes e Alencar (2016), que encontraram evidências empíricas que divergem do estudo de Martinez (2008) especificamente, não encontrando relação entre o nível de governança das companhias dos segmentos N1, N2 e Novo Mercado da BM&FBOVESPA e os níveis de gerenciamento de resultados no período estudado, evidências contrárias que caminham para uma falta de consenso dos estudos brasileiros relacionados ao tema (CORREIA; AMARAL; LOUVET, 2017).

### **Gerenciamento de resultados**

O gerenciamento de resultados se refere a discricionariedade que os gestores utilizam, no momento da elaboração das demonstrações contábeis, para modificar os resultados da organização e a composição do seu patrimônio (SPRENGER; KRONBAUER; COSTA, 2017). As motivações que amparam essa prática são objetivos específicos dos gestores, que ofuscam as informações sobre o desempenho econômico da empresa perante partes interessadas, com intuito de garantir ganhos (SINCERRE et al., 2016).

Portanto, gestores que pretendem induzir certos *stakeholders* ao erro, de forma que garantam vantagens para si, utilizam o gerenciamento de resultados como ferramenta proposital de intervenção nos relatórios financeiros externos, porém isto ocasiona o comprometimento da qualidade da informação contábil. É um fenômeno que pode produzir distribuições de riquezas injustificáveis e impactar na eficiência das empresas que participam do mercado de capitais (MARTINEZ, 2008).

O estudo de Sincerre et al. (2016), em empresas brasileiras, obtiveram resultados que sugerem que há gerenciamento no trimestre que antecede a emissão, o que indica que os investidores podem ter sofrido influência na sua decisão de investir em debêntures de empresas com resultados financeiros ruins, porém inflados pelo GR.

No Brasil, os CEOs das companhias de capital aberto percebem em média 8% do resultado líquido da entidade como remuneração por desempenho e este é um dos principais fatores que levam tais gestores a gerenciar resultados (SPRENGER; KRONBAUER; COSTA,

2017). Nas empresas dos Estados Unidos da América, também existe um fenômeno parecido: Remunerações por desempenho incentivam gestores a manipular resultados (LI; KUO, 2016).

### **Índice market-to-book e as oportunidades de crescimento das firmas**

O *Market-to-book* ou Preço das Ações/Valor Patrimonial das ações indica como o mercado está disposto a pagar sobre o patrimônio líquido da empresa registrado nos livros contábeis. Quando esta proporção é maior do que 1 sinaliza que o mercado valoriza determinada companhia mais do que está contabilizado, pois o mercado está reconhecendo algo que não foi captado pela contabilidade. E quando esta proporção é menor que 1 (um) significa o oposto: o mercado não está reconhecendo, seja de forma total ou parcial, os valores que a contabilidade registrou (SANT'ANNA et al., 2015).

Pelo fato do índice *market-to-book* sinalizar o quanto os investidores estão dispostos a pagar pelas ações da firma, gestores podem se valer desta informação para mensurar o crescimento das firmas, pois infere-se que firmas que apresentam este índice com valores mais baixos tem maiores oportunidades de crescimento (LI; KUO, 2016; LI; HOLMES; LEE, 2016). No tocante a isto, Gu, Lee e Rosett (2005) evidenciaram que empresas com maiores taxas de crescimento, estão mais propensas a gerenciar resultados. O estudo de Almeida, Lopes e Corrar (2013) demonstrou que empresas com *market-to-book* maior que 1 tendem a gerenciar resultados com mais frequência, visto que têm diante de si a informação que denota perspectiva de crescimento para a organização.

## **METODOLOGIA**

### **Delineamento da pesquisa**

Para atender ao objetivo deste estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. Os documentos utilizados foram os balanços patrimoniais, demonstrações de resultado dos exercícios e índices de Preço/Valor Patrimonial (*market-to-book*), divulgados pelas companhias, sendo acessados diretamente das páginas oficiais das empresas e por meio da base de dados Bloomberg.

A população da pesquisa compreendeu as 192 empresas listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão que fazem parte da carteira teórica de ativos do índice IGC-NM, o qual segundo a B3 (2021) é o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos emitidos por empresas que apresentam bons níveis de governança corporativa listadas no Novo Mercado desta bolsa de valores. Em razão das particularidades do setor, foram excluídas as companhias que desempenhavam atividades financeiras. Foram excluídas também as empresas que não

possuíam informações suficientes para o cálculo de todas as variáveis empregadas na pesquisa. Por conseguinte, a amostra compreendeu 114 companhias.

## VARIÁVEIS DE ESTUDO

Para calcular a variável ‘gerenciamento de resultados’ por meio de *accruals* discricionários, foi utilizado o modelo de Jones (1991) modificado proposto por Dechow, Sloan e Sweeney (1995), que advogam ser um modelo com maior poder de detecção de gerenciamento de resultados. Martinez (2008) denota que o modelo é o mais utilizado na literatura. Este modelo foi empregado em estudos nacionais como os de Coelho e Lopes, (2007), Sincerre et al. (2016) e Vargas, Mazzioni e Dal Magro (2021) e internacionais como de Li, Holmes e Lee (2016), Al Saedi (2018) e Abdelkarim e Zuriqi (2020). Sua fórmula é:

$$\frac{TAit}{Ait - 1} = \alpha_1 \left( \frac{1}{Ait - 1} \right) + \alpha_2 \left( \frac{\Delta Rit - \Delta CRit}{Ait - 1} \right) + \varepsilon it$$

Onde:

$TAit$  = *accruals* totais da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$Ait-1$  = total de ativos da empresa  $i$  no período  $t-1$ ;

$\Delta Rit$  = variação da receita líquida da empresa  $i$  do período  $t-1$  para o período  $t$ ;

$\Delta CRit$  = variação de clientes da empresa  $i$  do período  $t-1$  para o período  $t$ ; e

$\varepsilon it$  = resíduos da regressão da empresa  $i$  no período  $t$ .

As estimativas para os parâmetros específicos  $\alpha_1$  e  $\alpha_2$  são geradas pela regressão.

O modelo de Jones Modificado foi criado como alternativa para diminuir o aumento das contas a receber pelas variações de vendas, partindo do pressuposto de que há a possibilidade de manipulação dos valores das vendas a prazo. Este modelo exclui o crescimento das contas a receber, caracterizando-as como manipulação no período (SINCERRE et al., 2016).

Primeiramente, os *accruals* totais foram calculados pela diferença entre a variação do ativo corrente (deduzida da variação em disponibilidades em  $t$ ) e a variação do passivo corrente (deduzida da variação dos financiamentos e empréstimos em curto prazo em  $t$ ), diminuída pelo montante das despesas com depreciação e amortização da empresa durante o período (MARTINEZ, 2008).

Em seguida, utilizando-se o cálculo do modelo de Jones acima mencionado, estimaram-se os parâmetros  $\alpha_1$  e  $\alpha_2$  por meio de regressões múltiplas. Calculados os parâmetros, eles foram

então multiplicados na fórmula seguinte para encontrar os *accruals* não discricionários e discricionários, sendo os últimos a variável dependente relacionada ao objetivo do estudo de verificar a relação entre o crescimento das firmas e o gerenciamento de resultados:

$$DAit = \frac{TAit}{Ait - 1} - \left( \alpha_1 \left( \frac{1}{Ait - 1} \right) + \alpha_2 \left( \frac{\Delta Rit - \Delta CRit}{Ait - 1} \right) \right)$$

Onde:

$TAit$  = *accruals* totais da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$DAit$  = *accruals* discricionários da empresa  $i$  no período  $t$ ;

A variável independente ‘crescimento da empresa’ teve como *proxy* o índice *market-to-book* (ou Preço das Ações/Valor Patrimonial das ações) nos períodos analisados. Estudos internacionais como os de Li e Kuo (2016), Li, Holmes e Lee et al. (2016) e Tahir, Ibrahim e Nurullah (2019) utilizaram este indicador com a mesma finalidade.

## MODELO DE REGRESSÃO UTILIZADO

O modelo de regressão linear utilizado para analisar o impacto da variável independente ‘crescimento das empresas’ sobre a variável dependente ‘gerenciamento de resultados’ foi:

$$GR_{i,t} = \beta_0 Crescimento_{i,t} + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$GR_{i,t}$  = Gerenciamento de resultados da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$\beta_0$  = parâmetro estimado pela regressão;

$Crescimento_{i,t}$  = Crescimento da empresa  $i$  no período  $t$ ;

$\varepsilon_{it}$  = resíduos da regressão da empresa  $i$  no período  $t$ .

As regressões são apresentadas em forma de dados em painel e os dados são discutidos na próxima seção.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### Gerenciamento de resultados

Inicialmente foram calculados os *accruals* discricionários das empresas pelo modelo modificado de Jones. É importante salientar que na fase em que se estimaram os coeficientes do modelo de Jones modificado para o cálculo das variáveis independentes que explicam os



*accruals* totais, o modelo retornou um baixo poder explicativo como se pode observar a seguir na Tabela 1:

**Tabela 1:** Resumo descritivo dos resultados do Modelo de cálculo dos *accruals* totais

Modelo	R	R Quadrado	R Quadrado	Erro Padrão
1	,240 <sup>a</sup>	,057	,054	,1253098

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que o resultado do  $R^2$ , o poder explicativo do modelo de regressão, utilizado para o cálculo dos *accruals* totais foi de 5,4%.

É possível observar a partir das 487 observações totais realizadas a partir das 114 empresas nos cinco anos analisados, que a correlação entre as variáveis ‘1(um) sobre ativo total do ano anterior’ e ‘*accruals* totais sobre ativo total do ano anterior’ é positiva e baixa (0,239) e a correlação entre as variáveis ‘*accruals* totais sobre ativo total do ano anterior’ e ‘variação das receitas menos a variação do contas a receber divididos pelo ativo total do ano anterior’ também é baixa, porém negativa (-0,01), o que indica que em ambas as situações a relação entre as variáveis é fraca, conforme apresentado na Tabela 2 abaixo:

**Tabela 2:** Matriz de correlação entre as variáveis do modelo de cálculo de *accruals* totais.

		TA/Ait-1	1/at-1	var Rit-Var Crit/Ait
Correlação de Pearson	TA/Ait-1	1,000	,239	-,010
	1/at-1	,239	1,000	-,104
	var Rit-Var Crit/Ait	-,010	-,104	1,000
Sig. (1-tailed)	TA/Ait-1	.	,000	,410
	1/at-1	,000	.	,011
	var Rit-Var Crit/Ait	,410	,011	.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O resultado do modelo de Jones não permite afirmar que a utilização dos *accruals* discricionários tem relação estatística com gerenciamento de resultados, uma vez que nenhuma das variáveis evidencia alto poder de explicação, assim como no estudo de Coelho e Lopes (2007). As estatísticas descritivas destes *accruals* são apresentadas na Tabela 3.

**Tabela 3:** Estatística descritiva dos *accruals* discricionários.

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
AD	487	-28,6971*	789,1227*	-20,746122*	57,7902530*

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota. \*Em milhões de dólares. Para efeitos de informação, o câmbio na data do levantamento dos dados era de US\$ 1,00 = R\$ 4,9143.

Os dados sugerem que a média de gerenciamento de resultados no período estudado foi de US\$ 20,75 milhões de manipulação de resultados de forma negativa (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995). O valor máximo de *accruals* discricionários verificado acima, quando

confrontado com o desvio padrão verificado (57,79) sugere que há pelo menos uma empresa *outlier* com valor de gerenciamento de resultados para maior, muito acima da média.

## ANÁLISE DO IMPACTO DO CRESCIMENTO DAS COMPANHIAS SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

De posse dos dados referentes ao gerenciamento de resultados, analisaram-se então os dados referentes às oportunidades de crescimento das companhias (variável  $Crescimento_{i,t}$ ), cujo *proxy* foi o índice *market-to-book* das companhias em cada período. As estatísticas descritivas destes dados são exibidas na Tabela 4.

**Tabela 4:** Estatística descritiva da variável ‘Crescimento’.

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
$Crescimento_{i,t}$	487	-17,1700	44,4800	2,612936	3,9995301

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os dados sugerem que a média de ‘crescimento’ no período estudado foi de 2,61. O valor máximo de ‘crescimento’ observado, quando confrontado com o desvio padrão verificado (3,99), sugere que há empresas *outliers*, tanto para maior quanto para menor na amostra estudada.

O modelo de regressão com dados em painel utilizado foi o *Random-effects GLS regression*, que leva em conta os diferentes anos ao analisar a relação entre as variáveis. O objetivo foi de investigar se a variável crescimento das companhias ( $Crescimento_{i,t}$ ) poderia explicar o gerenciamento de resultados ( $GR_{i,t}$ ). Neste caso, o modelo não se mostrou significativo estatisticamente, conforme pode-se verificar na Tabela 5:

**Tabela 5:** Modelo de regressão com dados em painel das variáveis GR x Crescimento.

Random-effects GLS regression				Número de observações =		
Número de grupos = 114						
R-quadrado: entre = 0.0005						
Prob > qui quadrado = 0.8633						
$Crescimento_{i,t}$	Coef.	. Erro Pad	. z	P> z	[95% Intervalo de	
$GR_{i,t}$	-.0005626	.0032667	-0.17	0.863	-.0069652	.00584
Consoante	2.609448	.227508	11.47	0.000	2.16354	3.055355
sigma u	1.4005882					
sigma e	3.6544371					
rho	.12807364					

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Como é possível ressaltar, o coeficiente de determinação da regressão ( $R^2$ ) demonstra que o poder de explicação da variável  $Crescimento_{i,t}$  sobre a variável  $GR_{i,t}$  é de 0,0005 e confirma que o modelo não é explicativo para a amostra estudada.

Outra observação feita relaciona-se com o p-valor (0,863) verificado no modelo que demonstra que o nível de confiança é menor que 14%.

Por se tratar de um painel desbalanceado, foi feita uma tentativa de ajuste afim de obter uma maior capacidade explicativa e maior nível de confiança do modelo, retirando as companhias que não possuíam dados nos 5 anos analisados, além de terem sido removidos dados considerados *outliers*. Mas, tal procedimento resultou em um modelo com menor poder explicativo, logo, foi desconsiderado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gerenciamento de resultados pode ser entendido como a discricionariedade que os gestores se prevalecem para modificar os resultados da organização e a composição do seu patrimônio (SPRENGER; KRONBAUER; COSTA, 2017).

O objetivo deste artigo foi identificar se existem práticas de gerenciamento de resultados e sua relação com as oportunidades de crescimento em empresas brasileiras de capital aberto com alto nível de governança corporativa.

O modelo de Jones (1991) modificado por Dechow, Sloan e Sweeney (1995) detectou o gerenciamento de resultados nas empresas pesquisadas, mas demonstrou um baixo poder explicativo, o que não permite que se possa inferir que existe gerenciamento de resultados nas empresas do Novo Mercado, diferenciando-se, portanto dos resultados do estudo de Erfurth e Bezerra (2013) que inferiram que existiu gerenciamento de resultados em todos os níveis de governança da Bovespa no período de 2000 a 2007. Percebeu-se ainda que o valor máximo apresentado nesta variável, foi superior à média encontrada, sinalizando uma possível ocorrência de uma ou mais companhias que se utilizaram de forma expressiva tal prática. Com intuito de identificar as oportunidades de ‘crescimento’ das empresas examinadas, utilizou-se o índice *market-to-book* como métrica. A média deste índice no período analisado foi de 2,61, no entanto algumas empresas apresentaram valores muito superiores e muito inferiores de oportunidades de crescimento.

Para verificar o impacto do crescimento das firmas sobre o gerenciamento de resultados, foi desenvolvido um modelo de regressão de dados em painel, o qual apresentou baixo poder explicativo e, estatisticamente não significativo para explicar as variações da variável crescimento.

A insignificância do modelo não permite constatar resultados similares aos do estudo de Almeida, Lopes e Corrar (2013), que verificou que nas empresas de capital aberto brasileiras

que negociavam suas ações na BOVESPA entre os anos de 1998 e 2005, sem levar em conta a distinção entre níveis de governança corporativa, haver indícios que o índice *market-to-book* das empresas pode influenciar para que os gestores gerenciem resultados. De igual forma não se pode inferir que o gerenciamento de resultados diminui conforme as oportunidades de crescimento das empresas se tornam menores, de acordo com o resultado encontrado no estudo de Li e Kuo (2016), que utilizou os dados de empresas dos Estados Unidos da América e abrangeu o período de 2005 a 2009.

Conclui-se que o baixo poder explicativo apresentado nos modelos utilizados na pesquisa, não permite afirmar que existam práticas de gerenciamento de resultados nas organizações estudadas e que as oportunidades de crescimento dessas companhias influenciem as práticas mencionadas. Tal conclusão diferencia-se dos resultados inferidos por Martinez (2008) que afirma que as companhias abertas do Brasil gerenciam resultados como resposta a estímulos do mercado.

As limitações deste estudo compreendem: (1) o baixo poder explicativo dos modelos de regressão utilizados, verificado no decorrer do estudo; (2) O emprego de um número limitado de variáveis que explicam as relações entre gerenciamento de resultados e interesses distintos de gestores de organizações. Como sugestões para pesquisas futuras, recomendam-se: (1) a utilização de diferentes modelos estatísticos de detecção de gerenciamento de resultados; (2) estender a amostra para contemplar empresas de diferentes níveis de governança corporativa, a fim de obter comparações entre estes.

## REFERÊNCIAS

ABDELKARIM, N.; ZURIQI, K. Corporate governance and earnings management: Evidence from listed firms at Palestine Exchange. **Asian Economic and Financial Review**, Nova Iork, v. 10, n. 2, 2020.

AL SAEDI, A. A. Earnings management and its relationship with stock returns: An empirical study on a sample of Qatari listed industrial Companies. **Academy of Accounting and Financial Studies Journal**, Londres, v. 22, n. 5, p. 1-12, 2018.

ALMEIDA, J. C. G.; SCALZER, R. S.; COSTA, F. M. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na Bovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 118-131, 2008.

ALMEIDA, J. E. F. D.; LOPES, A. B.; CORRAR, L. J. Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa do mercado de capitais: impactos no índice market-to-book. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 44-62, 2013.

ANTON, S. G.; CARP, M. The effect of discretionary accruals on firm growth. Empirical evidence for SMEs from emerging Europe. **Journal of Business Economics and Management**, Vilnius, v. 21, n. 4, p. 1128-1148, 2020.

B3 - BRASIL BOLSA BALCÃO. **Índice de Governança Corporativa** – Novo Mercado (IGC-NM B3). Recuperado de Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado (IGC-NM B3) | B3. Acesso em 23/05/2021.

BARBOSA, F. L. S.; CABRAL, J. E. O.; NASCIMENTO, J. C. H. B.; BIZZARIA, F. P. A. Corporate governance, dynamic capabilities and business performance in companies listed in Brazil, Bolsa, Balcão S/A (B3 S/A). **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 14, n. 1, p. 182-201, 2021.

BASTOS, W.; SILVA, C. D. S. Evolução da governança corporativa no Brasil: levantamento da produção científica dos cursos de mestrado e doutorado de 2010 a 2016. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 6-27, 2018.

BRAGANÇA, C. G.; MEDEIROS, R. D. V. V.; MELILLO, P. H. Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 11, n. 1, p. 201-219, 2019.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. Transparency, Financial Accounting Information, and Corporate Governance. **SSRN Electronic Journal**, 2003.

CAMARGO, M. A.; ARAÚJO, E. A. T. A Teoria de Investimento de Modigliani e Miller até os dias atuais: Síntese Teórica e Evidências Empíricas. **Anais dos Seminários de Administração - XIV SemeAD**. São Paulo, SP, Brasil, 2011.

COELHO, A. C. D.; LOPES, A. B. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 121-144, 2007.

CORREIA, L.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Governança Corporativa e Earnings Management em Empresas Negociadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 1-29, 2017.

DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. **The Accounting Review**, Florida, v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.

ERFURTH, A. E.; BEZERRA, F. A. Gerenciamento de resultados nos diferentes níveis de governança corporativa. **Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 32-42, 2013.

FAMA, E. Efficient capital markets: a review of Theory and empirical work. **The Journal of Finance**, Salt Lake City, v. 25, n. 2, p. 383-417, 1970.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, Massachusetts, v. 31, p. 255–307, 2001.

GAREL, A.; MARTIN-FLORES, J. M.; PETIT-ROMECA, A.; SCOTT, A. Institutional investor distraction and earnings management. **Journal of Corporate Finance**, Illinois, v. 66, 2021.

GU, Z.; LEE, C. W. J.; ROSETT, J. G. What determines the variability of accounting accruals? **Review of Quantitative Finance and Accounting**, NJ, v. 24, n. 3, p. 313-334, 2005.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. W. The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. **Journal of Accounting and Economics**, Massachusetts, v. 5, p. 77-117, 1983.

HOQUE, Z.; MOLL, J. Rational Choice Theory. In: HOQUE, Zahirul. **Methodological Issues in Accounting Research – Theories, methods and issues**. London, United Kingdom: Spiramus Press, 2006, p. 7-17.

IMRAN, Z. A.; EJAZ, A.; SPULBAR, C.; BIRAU, R.; NETHRAVATHI, P. S. R. Measuring the impact of governance quality on stock market performance in developed countries. **Economic Research-Ekonomska Istraživanja**, Pula, v. 33, n. 1, p. 3406-3426, 2020.

JONES, J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**, Illinois, v. 29, p. 193–228, 1991.

KONRAHT, J. M.; SOUTES, D. O.; ALENCAR, R. C. A relação entre a governança corporativa e o alisamento de resultados em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Controladoria**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 47-62, 2016.

LI, L.; HOLMES, M. J.; LEE, B. S. The asymmetric relationship between executive earnings management and compensation: a panel threshold regression approach. **Applied Economics**, Londres, v. 48, n. 57, p. 5525-5545, 2016.

LI, L.; KUO, C. S. **CEO equity compensation and earnings management: The role of growth opportunities**. Financial Research Letters, 2016.

MARTINEZ, A. L. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 7-17, 2008.

MAZZIONI, S.; PRIGOL, V.; MOURA, G. D.; KLANN, R. C. Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 12, n. 27, p. 61-86, 2015.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. **The American Economic Review**, Tennessee, v. XLXIII, n. 3, June/1958.

MORÁS, V. R.; KLANN, R. C. Influência da governança corporativa na escolha do tipo de gerenciamento de resultados. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 17, n. 44, p. 105-122, 2020.

MURCIA, F. D. R.; WERGER, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de informações versus gerenciamento de resultados. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 28-44, 2011.

NOBES, C. The Continued Survival of International Differences Under IFRS. **Accounting and Business Research**, Londres, v. 43, n. 2, p. 83-111, 2013.

NOBES, C. The Survival of International Differences Under IFRS: Towards a Research Agenda. **Accounting and Business Research**, Londres, v. 36, v. 2, p. 233-245, 2006.

RODRIGUES, R. M. R. C.; MELO, C. L. L. D.; PAULO, E. Earnings management and quarterly discretionary accruals level in the brazilian stock market. BBR. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 16, n. 3, p. 297-314, 2019.

ROSSETTI, J. P.; ANDRADE, A. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

SANT'ANNA, D. P.; LOUZADA, L. C.; QUEIROZ, E.; FERREIRA, B. P. Valor de mercado e valor contábil e sua relação com os resultados anormais no mercado de capitais no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 23, p. 3-13, 2015.

SILVA, D. M. **Escolhas contábeis e características corporativas de empresas de grande porte na adoção do IFRS em duas etapas: diagnóstico e análise**. 2016. 274f. (Tese de Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

SILVA, D. M.; MARTINS, V. A.; LEMES, S. Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 13, n. 29, p. 129-156, 2016.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SINCERRE, B. P.; SAMPAIO, J. O.; FAMÁ, R.; SANTOS, J. O. Emissão de dívida e gerenciamento de resultados. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 72, p. 291-305, 2016.

SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A.; COSTA, C. M. Características do CEO e o gerenciamento de resultados em empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 3, p. 120-142, 2017.

TAHIR, M.; IBRAHIM, S.; NURULLAH, M. Getting compensation right-The choice of performance measures in CEO bonus contracts and earnings management. **The British Accounting Review**, Dorset, v. 51, n. 2, p. 148-169, 2019.

VARGAS, L. A.; DAL MAGRO, C. B.; MAZZIONI, S. Influência do gerenciamento de resultados e da governança corporativa no custo de capital de terceiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 18, n. 46, p. 32-46, 2021.

WATTS, R. L. Accounting choice theory and market-based research in accounting. **British Accounting Review**, Dorset, v. 24, n. 3, p. 235-267, 1992.

---

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive Accounting Theory: A ten-year perspective. **The Accounting Review**, Florida, v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall Inc, 1986.



# CAPÍTULO 19

## REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO<sup>1</sup>

Julia Diniz de Oliveira

### RESUMO

O espaço geográfico é constituído por um conjunto indissociável de objetos e ações. Esses objetos correspondem a toda estrutura construída sobre a superfície terrestre. Essas estruturas condicionam as ações, ou seja, geram os fluxos em direção aos fixos. É sob essa perspectiva que esse texto toma como objetivo geral estabelecer discussão interdisciplinar entre Geografia e Administração, com ênfase, na relação entre estratégias de negócio e espaço geográfico, a partir da metodologia de *Geomarketing*. O caminho metodológico realizado foi levantamento bibliográfico e realização de debate com alunos e professor do curso técnico em Administração. Os principais resultados apontam para necessidade de considerar questões interdisciplinares nos cursos técnicos de administração, a importância da geografia do lugar para a definição da localização de um negócio e a importância do uso de ferramentas geográficas para estudos de mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração, *Geomarketing*, Intervenção pedagógica, Formação profissional.

### INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é constituído por um conjunto indissociável de objetos e ações. Esses objetos correspondem aos fixos, ou seja, toda estrutura construída sobre a superfície terrestre, são exemplos: instituições de ensino, hospitais, estradas, aeroportos, *shoppings* e instituições bancárias. Essas estruturas condicionam as ações, ou seja, geram os fluxos em direção aos fixos (SANTOS, 2009).

Portanto, durante a construção de uma estrutura é necessário considerar o conjunto de objetos e ações que condicionam as relações desse fixo, por exemplo, durante a instalação de uma empresa é necessário considerar a localização geográfica dos pontos de distribuição, matéria-prima, fornecedores e clientes, como também, questões sociais e econômicas da área. E para auxiliar nesse processo o conhecimento teórico e tecnológico advindo do campo da cartografia oferece ferramentas de localização geográfica para analisar fenômenos, conhecer e

---

<sup>1</sup> Parte das reflexões apresentadas nesse trabalho são resultados do trabalho de final de curso realizado na Especialização em Docência Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Pernambuco, no ano de 2022.

reconhecer características do espaço geográfico e, assim, desenvolver estratégias de atuação sobre o território.

Cientes da importância do conhecimento geográfico e cartográfico para a definição da localização de um empreendimento, outras áreas do conhecimento incorporaram ao seu escopo o conhecimento advindo dessas ciências. Um exemplo, é a metodologia de inteligência geográfica de mercado, denominada de *Geomarketing*, que considera as relações entre as estratégias e políticas de negócios e o espaço. Para tanto, se baseia em dados de localização para atingir o público-alvo com a mensagem certa e criar oportunidades de negócio. Essa metodologia é importante porque qualquer tomada de decisão mercadológica tem seus reflexos no território e, portanto, este tem impacto nos negócios (DAVIES, 1976).

Sob essa perspectiva, este trabalho apresenta os resultados do projeto de intervenção desenvolvido com alunos do curso técnico em administração, que teve como objetivo discutir temas relacionados aos instrumentos para otimizar a escolha dos locais para abertura de negócios e filiais, sobre o uso de um conjunto de estratégias de segmentação geográfica, que partem da divisão do mercado por localização. Como também, sobre o impacto do avanço tecnológico e transformação da dinâmica social dessa metodologia que incorporou ao seu escopo recursos que permite que as empresas acompanhem cada passo de seus clientes.

### **A cartografia como instrumento para interpretação do espaço geográfico**

O espaço geográfico é uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação, constituído por um conjunto de sistema de ações e objetos. O termo sistema de objetos refere-se ao conjunto de artefatos técnicos construídos pelo trabalho do homem ao longo do tempo, natureza artificial e sociedade (SANTOS, 2014).

Sob esta perspectiva, a sociedade se apresenta apenas como o ser, o existir é o espaço. Portanto, o espaço é condição para a realização da história, não podendo ser considerado apenas como receptáculo da história. O espaço corresponde a um fator da evolução social, “como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 2014, p.12).

O espaço geográfico deve ser considerado em sua totalidade, composto por elementos que o constituem. Em outras palavras, os elementos do espaço apresentam forte relação com o movimento da história apresentando constante mudança de valor. A partir desse cenário, evidencia-se a transição do meio geográfico, que já foi meio natural e meio técnico, e

atualmente corresponde a um meio técnico-científico-informacional, pois a base da vida atual é a técnica constituída pela ciência, tecnologia e informação (SILVEIRA, 2012).

A compreensão do espaço perpassa pelo uso de instrumentos que ofereça subsídios para identificar, localizar e analisar fenômenos. Entre eles, destaca-se a cartografia, que sempre fez parte do imaginário humano sobre o mundo. Jacob (1992) considera que ela é a projeção de um esquema mental sobre a materialização de uma ordem intelectual abstrata do universo empírico, tanto em seu processo como em seu resultado. A cartografia é:

“organização, apresentação, análise e comunicação da espacialidade georreferenciada sobre amplo leque de temas de interesse e uso para a sociedade em formato interativo, dinâmico, multimídia, multissensorial e multidisciplinar” (TAYLOR, 2005, p. 406).

Com base na Geodésia, Topografia e Astronomia temos a cartografia sistemática que aplica uma concepção matemática na construção de seus mapas, mantém rígido controle da escala, precisão das localizações e representa, geralmente, os elementos fisiográficos do terreno. Associada a Teoria da Informação e Comunicação, Semiologia e Estatística a cartografia temática está centrada na linguagem gráfica, seu objetivo é a análise de vários fenômenos, inclusive os que não se apresentam de forma material e geometricamente sobre a superfície terrestre (MARTINELLI, 2019).

Entre os paradigmas da cartografia temática temos a teoria matemática da comunicação; a coremática; as transformações cartográficas e visualização; e a semiologia gráfica. Nesse item, toma-se como objetivo discutir a origem, a natureza e alguns princípios teóricos da semiologia gráfica, certamente o paradigma mais difundido no Brasil, que entre os principais autores da simbologia gráfica e do pensamento acerca da cartografia temática destacam-se: Marcelo Martinelli (1990, 1991, 2019) e Duarte (1988, 1989, 2008), Archela e Théry (2008).

Essa cartografia apresenta em sua essência marcas da influência do contexto sociocultural do mundo, sendo produto do intelecto humano voltado ao atendimento de diversos interesses políticos, sociais e econômicos. A história da cartografia pode ser organizada em cinco momentos. O primeiro momento, denominado de cartografia efêmera, desenvolveu-se no paleolítico superior, caracterizado pela pouca consciência do homem sobre mundo. Nesse momento, estava limitada à representação dos elementos do espaço vivido, e os principais recursos utilizados para a representação eram gravetos, conchas, rochas e técnicas rudimentares (MARTINELLI, 2013).

Sustentada por um pensamento naturalista, fortemente influenciado pelas ideias de Cláudio Ptolomeu chegamos ao segundo momento: a cartografia da babilônia e a cartografia

cosmográfica desenvolvidas na Grécia Antiga, no Oriente Médio e na África, baseadas na filosofia, astronomia e na experimentação. Ao romper com a visão de mundo naturalista proposta por Ptolomeu o terceiro marco histórico corresponde à cartografia da Idade Média que se mostra alinhada com a perspectiva cristã (MARTINELLI, 2013).

O quarto momento ocorre no século XIX, influenciado pelas reflexões de Mercator e pelo desenvolvimento do capitalismo, a chamada cartografia eurocêntrica perdurou até as inovações tecnológicas (MARTINELLI, 2013). Por fim, no século XX, a cartografia conheceu uma grande mudança em seus métodos e técnicas, principalmente pela adoção cada vez maior de aerofotogrametria, da evolução dos equipamentos topográficos pelo surgimento dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e do sensoriamento remoto. Essas técnicas permitiram que estudiosos da área criassem o termo Geotecnologias, para designar o conjunto instrumental e aparato tecnológico para a geração de informação ambiental. Eles popularizaram também o termo Geoprocessamento. Tais modificações compõem o que podemos chamar de atual estado da arte de se fazer cartografia (MARTINELLI, 2013; PORTO, 2004).

### **A relação entre cartografia com o geoprocessamento**

O Geoprocessamento está fortemente vinculado a utilização de técnicas computacionais e é definido como: conjunto de tecnologias de coleta, tratamento, manipulação e apresentação de informações espaciais voltado para um objetivo específico (RODRIGUES, 1993). Segundo Fitz (2008) o geoprocessamento utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica, as quais influenciam a cartografia, análise dos recursos naturais, transportes, comunicação, energia e planejamento urbano e regional. Contudo, o autor nos chama a atenção para o fato de que o geoprocessamento não se resume às operações realizadas em ambiente computacional, pois ele engloba também a manipulação e a típica sobreposição de mapas analógicos (*overlay*).

Sem dúvida, existe uma grande ligação entre a ciência Geográfica e o Geoprocessamento, tendo como elo o espaço geográfico, sua representação, o registro de atributos espaciais dos objetos, a localização de fenômenos e suas características. Nesse sentido, os produtos de geoprocessamento (análises, mapas e representações) podem ser carregados pelo analista de conceitos geográficos e, certamente aperfeiçoar a Cartografia e compor estudos não só da Geografia, mais de outras ciências.

Vários autores nos informam que o geoprocessamento é constituído de quatro elementos básico, são eles: 1) Cartografia Digital; 2) Processamento de dados; 3) Dados; 4) Profissionais.

Ao observar esta composição, vemos a forte ligação entre o conceito de geoprocessamento e o ambiente computacional vigente entre os pesquisadores (FITZ, 2008; MOREIRA, 2005).

Podemos citar ainda outros pontos que são importantes para a qualidade dos resultados em geoprocessamento: o conhecimento claro em relação à cartográfica básica e temática - tal conhecimento se dá principalmente em relação aos Sistemas Geodésicos de Referência -, a noção de escala e dos Sistemas de Coordenadas; e o conhecimento sobre a organização e montagem de banco de dados em ambiente computacional.

Em síntese, os SIG's constituem-se em: 1) Ferramenta para produção de mapas; 2) Suporte para análise espacial de fenômenos; 3) Banco de dados Geográficos. Para que o SIG cumpra sua finalidade é necessário um operador instrumentalizado com o conhecimento cartográfico e computacional e principalmente que possua dados adequados para o propósito que se quer atingir. Em geral, os dados de entrada em um SIG podem ser disponibilizados de forma gratuita em órgãos ou empresas, como por exemplo, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou a Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG), governos municipais e estaduais. Na ausência de dados é necessário que se produza (geração de dado). Existem diversas formas de se obter um dado para cartografia, digitalização, aerofotogrametria, sensoriamento remoto e Sistema Global de Navegação por satélite.

Os sistemas de posicionamento por satélites constituem as constelações de satélites artificiais que orbitam a terra e transmitem sinais de rádio para os receptores localizados na superfície, estes adquirem coordenadas de forma rápida e precisa, podendo ser utilizadas para diversos fins em que o posicionamento é elemento importante. Ainda em relação aos dados, temos que ressaltar detalhes sobre sua estrutura. Após serem coletados e ou convertidos de analógicos para digitais, eles podem assumir três formas para entrada e armazenamento em um SIG, são os formatos Matriciais, Vetoriais e alfanuméricos.

Vetores são abstrações gráficas em forma de ponto, linha e polígono e são usados para representar a forma, localização e distribuição de objetos no mundo real (FITZ, 2008). A estrutura vetorial é sem dúvida, uma das principais utilizadas em um SIG, tendo-se popularizado bastante na forma *Shapefile*. Na estrutura matricial tem-se uma matriz de células (pixel), as quais estão associadas valores (nível de cinza ou valores digitais) que permitem reconhecer os objetos sob a forma de imagens digitais. Cada uma destas células possui uma coordenada geográfica e uma coordenada de imagem (linha/coluna).

As imagens de satélite e as fotografias aéreas, por exemplo, possuem em meio digital uma estrutura matricial, as quase são resultado de sensores orbitando a terra a aproximadamente 400 km de altura e registram a reflectância dos diferentes alvos da superfície terrestre. Quanto maior a reflectância, maior o valor do pixel.

Os dados alfanuméricos geralmente constituem-se em atributos descritivos dos dados espaciais (formas) e são associados à feição (ponto, linha, polígono, pixel) por um geocódigo. Os dados alfanuméricos podem oferecer informações qualitativas e quantitativas das feições espaciais, geralmente são carregadas em um SIG e representadas como uma tabela (tabela de atributos). Todos esses formatos de dados, das mais variadas fontes, são inseridos no SIG para serem trabalhados a luz do geoprocessamento. Assim, podem ser sobrepostos (*overlay*) e manipulados como camadas de informação (ou plano de informação).

Para finalizar em relação aos dados, é importante comentar que a aquisição de dados está relacionada com os objetivos do trabalho, é importante a atenção quanto a escala (nível de detalhe, diretamente ligada as aplicações) e resolução, projeção, datum e, data de confecção.

Desse modo, a cartografia atual reflete sua história. Embora as técnicas computacionais tenham transformado o modo de pensar e elaborar mapas, a cartografia contemporânea ainda se alimenta de princípios teóricos e empíricos descobertos durante o período paleolítico superior, pela cartografia da babilônia, pela cartografia cosmográfica, pela cartografia da Idade Média e pela cartografia eurocêntrica.

### **Geomarketing: A coordenada geográfica do sucesso**

O espaço geográfico enquanto totalidade apresenta forte relação com o movimento da história, ou seja, constante mudança de valor. Ao analisar as diferentes formas de espacialização da sociedade, Walter Christaller (1933) desenvolveu a teoria das localidades centrais. Segundo essa teoria, um lugar central (um centro urbano) fornece um conjunto de bens e serviços a uma determinada área envolvente (área de influência ou região complementar). Cada um destes lugares centrais pode ser classificado hierarquicamente em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que fornecem à sua área de influência (CORRÊA, 1996).

Partindo do princípio de que as pessoas procuram o lugar central mais próximo para se abastecerem e que os fornecedores seguem o princípio econômico de maximização do lucro, os lugares centrais e as respectivas áreas de influência tendem a dispor-se no espaço segundo uma malha hexagonal. A rede de localidades centrais aparece também como uma estrutura territorial por meio da qual o processo de reprodução das classes sociais se verifica (CORRÊA, 1996).

Em 1950, inspirado nessa teoria e operacionalizado pelo instrumental advindo do campo da Cartografia, surge o *Geomarketing*, técnica de *Marketing* que privilegia a localização do público para a definição de estratégias de mercado. A partir da análise de dados geográficos, identifica tendências de mercado, monitora a concorrência e, assim, toma decisões mais assertivas para divulgação de produtos, reforço de reputação de uma marca ou vendas.

Esse termo teve origem no meio *offline*, como um estudo geográfico da localidade onde se pretende instalar um negócio, seja ele um empreendimento residencial, uma fábrica, uma loja ou uma escola. Para cada tipo de negócio são levantadas questões específicas sobre a disponibilidade de infraestrutura e capital humano necessários para o sucesso do empreendimento, entre essas questões estão o perfil demográfico e econômico da área, a presença do público-alvo do negócio, a disponibilidade infraestrutura da área e a presença de concorrência. Portanto, considera as preferências de uma localidade específica para oferecer uma solução que desperte seu interesse, da forma que contemple as suas características econômicas.

A transformação vivenciada na organização do espaço geográfico influenciada pelo processo de globalização estimula novas formas de consumo. É cada vez mais comum a realização de compras pela *internet*, seja através de uma rede social, um aplicativo ou um *site*. Um dos grandes desafios é oferecer o produto certo para o cliente certo. Diante dessa demanda, o *Geomarketing* incorporou ao seu escopo estratégias *online* de identificação do público-alvo das empresas.

Nessa perspectiva, o “*geomarketing* se alinha com o conceito de economia espacial, que se fundamenta no princípio geral de que a distância geográfica exerce uma influência sobre a atividade econômica” (YRIGOYEN, 2003, p. 07). Nas palavras de Carvalho (1998, p. 1) o *geomarketing* é “o uso integrado de banco de dados com mapas digitais como suporte à tomada de decisões estratégicas”. Para Ribeiro e Miranda (1998), o *geomarketing* representa uma importante ferramenta de decisão mercadológica. Essa afirmação está ancorada no fato de que o *geomarketing* possibilita que o profissional de *marketing* visualize em um mapa diferentes informações para auxiliar no seu processo de tomada de decisões (EXTER, 1995).

Esse auxílio, proporciona aos profissionais de *marketing* a possibilidade de identificar onde os consumidores vivem. Entre as aplicações dessa metodologia, destaca-se: análise do potencial de um mercado; estudos da segmentação de mercado; localização dos clientes atuais e potenciais; escolha do melhor ponto de venda; auxílio na definição do plano de mix de

*marketing*; colaboração para a avaliação dos resultados de campanhas de *marketing*; análise de dados demográficos em regiões específicas; auxílio à administração de vendas; análise das tendências de mercado; e fornecimento de qualquer outra informação onde a localização é uma variável relevante (RIBEIRO; MIRANDA, 1998; EXTER, 1995; YRIGOYEN, 2003).

Em síntese, o percurso teórico apresentado neste capítulo, demonstra a importância de introduzir nos cursos técnicos de administração temáticas que considere a dinâmica do espaço geográfico, como também, instrumentos metodológicos que auxiliem na tomada de decisão no uso do território.

### **DA TEORIA A PRÁTICA: DISCUTINDO A RELAÇÃO ENTRE ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIO E ESPAÇO GEOGRÁFICO COM ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

Em dezembro de 2021, foi realizada uma palestra, intitulada “A importância do *Geomarketing* para o sucesso do Negócio”, para alunos do curso técnico em administração, esse tema permitiu estabelecer uma discussão interdisciplinar entre a Geografia e a Administração, demonstrou como o conhecimento cartográfico é aplicado na prática pelos profissionais de administração. O *Geomarketing* é uma metodologia criada em 1950 do ramo da administração que utiliza a cartografia como instrumento para definir estratégias de mercado.

A palestra foi estruturada nas seguintes perguntas norteadoras: “A Geografia pode oferecer alguma contribuição na atuação profissional de vocês?”, “Como a Cartografia pode contribuir com a Administração?”, “vocês já ouviram falar na expressão *Geomarketing*?”. Alguns alunos responderam no *chat*, em geral, sim para as duas primeiras perguntas e não para última questão.

Na sequência, houve a contextualização sobre a importância do uso prático do conhecimento de outras disciplinas para o desenvolvimento de estratégias de mercado. E entre essas disciplinas, destaca-se a importância do conhecimento geográfico para definir a localização de um negócio, como exemplo, foi citado os recursos oferecidos pela Cartografia.

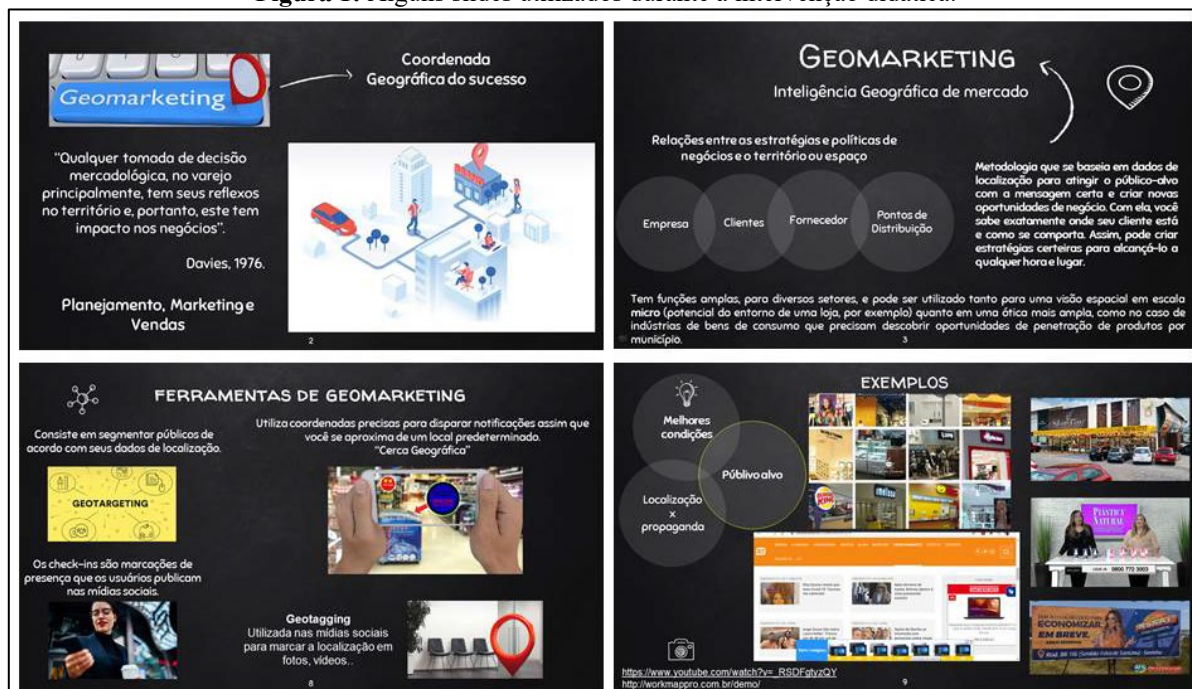
A relação indissociável entre a Geografia e a Administração é reconhecida e amplamente utilizada por meio do *Geomarketing*, metodologia de inteligência geográfica de mercado, que se baseia em dados de localização para atingir o público-alvo e criar novas oportunidades de negócio.

Durante a palestra foram abordadas questões relacionadas à interdisciplinaridade entre Geografia e Administração, definição conceitual do *Geomarketing offline e online*, aplicação



dessa metodologia: o que é? O que agrega? Por que fazer? e Como fazer?. Além disso, o uso de ferramentas que utilizam essa estratégia de mercado e exemplos práticos do uso do *Geomarketing* (Figura 1).

**Figura 1:** Alguns slides utilizados durante a intervenção didática.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Ao final da palestra, o debate foi aberto para a turma. As primeiras contribuições foram apresentadas pelo professor e pela coordenadora do curso, ambos ressaltaram a importância da localização geográfica para o sucesso do negócio, como todas as questões levantadas estão naturalizadas no nosso cotidiano e nem sempre refletimos sobre elas, seja no *geomarketing offline* ou no *geomarketing online*. Na sequência os alunos realizaram intervenções falando sobre a importância da temática abordada, perguntaram, contribuíram com exemplos e elogios, alguns comentários foram registrados no *chat*.

Para estimular o debate foram realizadas as seguintes perguntas: vocês conheciam o termo *Geomarketing*? O *Geomarketing online* substitui o *Geomarketing offline*? Vocês acreditam que cada tipo de propaganda atinge um público-alvo específico? Como vocês utilizariam essa metodologia? Na sequência a turma apresentou um conjunto de respostas com base no conteúdo discutido, como também, apresentaram exemplos de estratégias utilizadas por algumas empresas físicas e virtuais.

As principais reflexões apresentadas pela turma foram: 1) Como somos alvos diariamente dessa estratégia, através de propagandas direcionadas para o nosso celular ou computador; 2) Como a disposição das lojas de um *Shopping Center* obedece a uma lógica de

mercado; 3) Identificação de ferramentas gratuitas para o uso dessa estratégia; e 4) Identificação de exemplos do cotidiano que utiliza esse tipo de estratégia de mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada com os alunos do curso técnico de Administração levanta algumas questões associadas a teoria e a prática docente, entre elas, a necessidade de considerar questões interdisciplinares nos cursos técnicos de Administração, a importância da Geografia do lugar para a definição da localização de um negócio, a importância do uso de ferramentas geográficas para estudos de mercado e a contribuição dessa experiência para a formação do palestrante.

Na contemporaneidade a interdisciplinaridade é um elemento indispensável para discutir questões relacionadas ao campo da Administração, a grade curricular do curso está alinhada com essa demanda, oferece um conjunto de disciplinas de vários campos do saber: direito, línguas, recursos humanos, contabilidade e matemática. Contudo, não basta oferecer um conjunto de disciplinas de vários campos do saber, é necessário estabelecer um diálogo transversal entre esses temas. Embora a indissociabilidade entre esses ramos do conhecimento estejam no material didático, nas atividades e no cotidiano dos alunos, cabe ao professor criar momentos para construir a indissociabilidade entre os conteúdos.

Ao abrir o debate para os discentes, professor supervisor e coordenadora, cada um contribuiu com o debate levantando questões que corroboram para o sucesso de um negócio, compartilharam experiências de mundo, através de exemplos do que deve ser considerado para a instalação de um negócio. Como também, apresentaram suas expectativas em relação ao mercado de trabalho, predominando, o sonho do próprio negócio.

O conhecimento geográfico é importante para a definição da localização de um negócio, mas não se resume a isso, a organização da sociedade associada ao desenvolvimento tecnológico aumenta o raio de alcance de um negócio, é cada vez mais comum a realização de compras pela internet, conseqüentemente, a concorrência de uma empresa não está apenas no entorno do estabelecimento.

Portanto, conhecer e saber utilizar ferramentas geográficas a favor do sucesso do negócio torna-se indispensável para atingir o público-alvo da empresa, ao abordar esse tema com a turma, todos relataram que são alvos desse tipo de estratégia, mas, não sabem como utilizá-las. Nesse sentido, o diálogo com a turma propiciou uma primeira aproximação conceitual e prática sobre o uso de ferramentas geográficas voltadas para o *marketing*.

## AGRADECIMENTOS

A Escola Técnica Estadual de Palmares, pelo conhecimento técnico, profissional e humano compartilhado durante a intervenção pedagógica, em especial, ao professor Sérgio e aos alunos do Curso técnico em Administração.

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

## REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S.; THÉRY, H. « Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos », *In: Confins [Online]*, 3 | 2008, posto online em 23 juin 2008. URL: <http://confins.revues.org/index3483.html>.

CARVALHO, C. A. **Geomarketing é nova arma das empresas**. Jornal do Comércio. Recife, 09/09/1998.

CHRISTALLER, W. *Central Places in Southern Germany*, New Jersey, Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA, R.L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DAVIES, R. I. **Marketing Geography**. Corbridge, Retailing and Planning Associates, 300 p. 54 ill., 1976.

DUARTE, P. A. **Cartografia básica**. 2.ed. rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Escala: fundamentos**. 2. ed., rev. e ampl. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de cartografia**. 3.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

EXTER, T. G. **Maps for the masses**. American Demographics. Ithaca, p. 04-07, Jun. 1995.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOSS, J. **We know who you are and we know where you live: the instrumental rationality of geodemographic systems**. *Economic Geography*. Worcester, v. 71, n. 2, p. 171-198, Apr. 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas geográfico escolar multimídia**. 3º edição. Disponível em < <https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/97-7a12/7a12-voce-sabia/curiosidades/1607-o-mapa-mais-antigo> >. Acesso em 08 de julho de 2020.

JACOB, C. **L’empire des cartes: approche théorique de la cartographie à travers l’histoire**. Paris: Albin Michel, 1992. P.44.

- MARTINELLI, M. **Curso de cartografia temática**. Contexto, São Paulo, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Os mapas da geografia e cartografia temática**. Contexto, São Paulo, 2003.
- \_\_\_\_\_. Orientação semiológica para as representações da Geografia: mapas e diagramas. In: **Revista Orientação**. Instituto de Geografia. Departamento de Geografia. USP, São Paulo: 1990.
- \_\_\_\_\_. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. 6ª Edição. Editora: Contexto, São Paulo: 2019.
- MOITA, M. da C. **Percursos de formação e de transformação**. In: NÓVOA, A. (Org.). *Vidas de professores*. Portugal: Porto Editora, 1992.
- MOREIRA, M.A. **Fundamentos de Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. 3ª edição. Viçosa, UFV, 2005, 250p.
- PORTO, F. E. **Fundamentos de Cartografia: aplicado à Geografia**. Campina Grande – PB: Edições: Boa Impressão. 2004.
- REIS, P. **Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente**. 2011. Disponível em: [https://ava.ifpe.edu.br/ava/pluginfile.php/159142/mod\\_resource/content/1/Observacao-de-aulas-e-avaliacao-do-desempenho-docente.pdf](https://ava.ifpe.edu.br/ava/pluginfile.php/159142/mod_resource/content/1/Observacao-de-aulas-e-avaliacao-do-desempenho-docente.pdf). Acesso em 10 de outubro de 2021.
- RIBEIRO, C. T.; MIRANDA, A. **Geomarketing: uma nova ferramenta para vendedores, produtores e especificadores**. Rochas de Qualidade. São Paulo, ed. 140, p. 64-68, maio/jun. 1998.
- RODRIGUES, M. Geoprocessamento: um retrato atual. In: **Revista Fator GIS**. Curitiba, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, [1996] 2009.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. Edusp. São Paulo. 2014.
- SILVEIRA, M. L. Geografia e mundo contemporâneo. In: **Boletim Campineiro de Geografia** v.2, n.2, 2012.
- TAYLOR, F. **Cybercartography: Theory and Practice**. Elsevier B. V. Amsterdam, The Netherlands, 2005.
- YRIGOYEN, C. C. **El Geomarketing y la Distribución Comercial**. Investigación y Marketing. n. 79, p. 06-13. 2003.

# CAPÍTULO 20

## APOSENTADORIA: UMA BREVE REVISÃO COM ENFOQUE NA DIMENSÃO DE PREPARAÇÃO FINANCEIRA

Tamara Otilia Amaral Rosenblum  
Taiane Keila Matheis  
Kelmara Mendes Vieira

### RESUMO

O aumento da expectativa de vida, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento culminou na necessidade de programas de preparação para aposentadoria. Todavia, estudos anteriores verificaram que a temática sobre aposentadoria não está sendo englobada no meio acadêmico em geral e nem através das políticas públicas brasileiras, com enfoque na gestão dos recursos financeiros para os pré-aposentados. Desta forma, a presente pesquisa possui o intuito de lançar luz sobre a dimensão de planejamento financeiro para aposentadoria, através de pesquisas que conceituam o termo aposentadoria, planejamento financeiro para aposentadoria, e por fim, abordar estudos anteriores que possuíam o objetivo de identificar de qual forma ou qual o papel da preparação financeira para aposentadoria na vida dos aposentados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preparação. Financeira. Aposentadoria. Revisão. Planejamento.

### INTRODUÇÃO

As economias mundiais esperam que o próprio indivíduo assuma a responsabilidade sobre a sua aposentadoria (AKBEN-SELCUK; AYDIN, 2021), em contrapartida, pesquisas indicam que são outros fatores que ditarão os recursos financeiros no pós-aposentadoria (LUSARDI; MITCHELL; OGGERO, 2020; MUSTAFA; ISLAM, 2021; NIU; ZHOU; GAN, 2020).

Neste sentido, estudos anteriores mapearam, através de uma análise bibliométrica, trabalhos que tratavam de temática de aposentadoria e que estavam em periódicos de alto impacto. Os resultados, deste mapeamento, foram 124 trabalhos nas áreas da administração pública e direito, todavia, entre esses achados não foram encontradas pesquisas desenvolvidas no Brasil que versavam sobre as questões financeiras na aposentadoria, como por exemplo o planejamento financeiro para aposentadoria (SANTOS et al., 2019; YEO; LEE, 2019).

Desta forma, a presente pesquisa possui o propósito de realizar uma breve revisão sobre os estudos que tratam sobre a aposentadoria, lançando luz sobre a dimensão financeira. Tendo que vista que no Brasil, a aposentadoria relaciona-se diretamente à seguridade social. E a Seguridade Social, pode ser definida como um conjunto de políticas públicas criadas com o

objetivo de proporcionar a proteção ao indivíduo e ampará-lo na velhice, doença e desemprego (GIACOMIN, 2013). Neste cenário, a temática preparação financeira para aposentadoria ganha relevância, visto que a expectativa de vida no Brasil tem se elevado ao longo dos anos, conforme as projeções, no ano de 2050 a quantidade de idosos e jovens serão iguais (FRANÇA; SOARES, 2009).

Na perspectiva econômica do cenário nacional, observa-se a dependência financeira que as famílias possuem da renda do idoso (SPC BRASIL, 2019). Visto que 53,90% dos lares brasileiros, em que existe pelo menos um idoso, a única renda é o valor advindo da aposentadoria (CAMARANO, 2020; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD], 2019). Desta forma,, a alteração nos benefícios de aposentadoria, realizados através das reformas previdenciárias, bem como o comprometimento de renda, podem afetar diretamente as condições de vida de todo o grupo familiar (AREND, 2012; PORTER; GRAHAM, 1993; RAMOS; MENDES et al., 2020). Portanto, destaca-se a necessidade da compreensão dos estudos anteriores e medidas que tratam sobre planejamento financeiro para aposentadoria dentre a população em geral, tendo em vista que pode ser utilizado para subsidiar futuras pesquisas que possuem o intuito de promover estratégias governamentais que visem um planejamento financeiro adequado para esta fase do ciclo de vida.

## **APOSENTADORIA**

A concepção da aposentadoria está fundamentada no conceito de que todo cidadão, independente da sua vida profissional, possui o direito adquirido a uma mesma renda substituta no momento em que sua força de trabalho diminui, ou seja, na velhice (MARQUES; EUZÉBY, 2005). Ainda para Marques e Euzéby (2005), este valor é denominado aposentadoria o qual é a percepção da sociedade sobre qual montante é adequado para o idoso viver com dignidade. Neste sentido, Melo, Prux e Oliveira (2020) citam que em 2018 o montante médio disponibilizado aos aposentados pelos INSS por tempo de serviço é de R\$ 2.466,23 para os homens e R\$ 2.087,58 para as mulheres. Ferreira (2006) complementa a visão de cidadania e aposentadoria ao citar que a previdência social no Brasil é um dos instrumentos cruciais para as políticas públicas, pois corrobora para diminuição da desigualdade de renda, visto que se configura como uma renda incremental aos domicílios. Neste sentido, o planejamento para aposentadoria atrai o interesse público, devido às mudanças demográficas e os valores monetários públicos limitados (LEE; LAW, 2004).

Todavia, a temática ainda é pouco explorada no país sob a ótica do impacto na vida dos seus beneficiários (SANTOS et al., 2019). No intuito de analisar os dados atuais de quem são e quantos são os beneficiários de aposentadoria no Brasil, será apresentada na Tabela 1 as quantidades de beneficiários de aposentadoria, englobando todos os grupos, seja aposentadoria por idade, tempo de contribuição ou invalidez. Conforme Mata et al. (2021) as reformas da previdência propiciaram um cenário de desigualdade de renda por gênero, tendo em vista, que as mulheres ganham menos que os homens, ou seja, suas aposentadorias irão corresponder a um valor menor. Neste cenário, a Tabela 1, demonstra que no quantitativo total de beneficiários as mulheres são mais representativas que os homens, todavia, não se pode deduzir que em questões monetárias é o grupo mais significativo dos beneficiários de aposentadoria no Brasil para o ano de 2020.

**Tabela 1:** Beneficiários de Aposentadoria por Faixa Etária – Brasil Dezembro/2020.

<b>Faixa Etária</b>	<b>Mulheres Total</b>	<b>Homens Total</b>	<b>Total Geral</b>	<b>Em % do Total</b>	<b>Varição (Mulheres - Homens)</b>
até 19 anos	497	550	1047	0,005%	-0,001%
20-24 anos	292	1.012	1.304	0,006%	-0,007%
25-29 anos	2.694	7.001	9.695	0,045%	-0,041%
30-34 anos	8.510	19.121	27.631	0,129%	-0,103%
35-39 anos	19.808	38.775	58.583	0,273%	-0,185%
40-44 anos	38.420	67.568	105.988	0,494%	-0,286%
45-49 anos	69.784	120.296	190.080	0,886%	-0,496%
50-54 anos	375.522	372.053	747.575	3,485%	-0,067%
55-59 anos	1.210.865	882.287	2.093.152	9,758%	2,785%
60-64 anos	2.295.685	1.797.617	4.093.302	19,082%	4,098%
65-69 anos	2.280.803	2.536.476	4.817.279	22,457%	-3,028%
a partir de 70 anos	4.576.236	4.729.183	9.305.419	43,380%	-2,669%
<b>Total</b>	<b>10.879.116</b>	<b>10.571.939</b>	<b>21.451.055</b>		<b>307.177</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados do INSS (2020).

Conforme a Tabela 1, mais de 40% da população de aposentados está concentrada na faixa etária com idade superior a 70 anos, visto que este grupo está de acordo com a idade mínima de aposentadoria atual. Ainda sobre a Tabela 1, um possível motivo associado à disparidade de aposentados mulheres e homens dentre a faixa etária “60-64 anos”, tendo em vista a variação de 4,098% neste grupo, pode ser devido às leis de aposentadoria. Antes da Reforma da Previdência realizada no ano de 2019 (BRASIL, 2019), o indivíduo do sexo feminino tinha o direito adquirido de se aposentar aos 60 anos de idade e o do sexo masculino

aos 65 anos de idade. Todavia, salvo exceções, atualmente não possuem mais o direito adquirido de se aposentar nas idades mencionadas anteriormente, devido à Emenda Constitucional nº103/2019 (BRASIL, 2019). Dessa forma, a partir da promulgação da respectiva legislação, o indivíduo do sexo feminino precisará possuir no mínimo 62 anos de idade e o masculino 65 anos de idade para pleitear a aposentadoria.

Na Tabela 2, será apresentado um comparativo de como era o Regime de Geral de Previdência Social (RGPS) e como tornou-se após a vigência da Emenda Constitucional nº103/2019 (BRASIL, 2019), bem como a aposentadoria por idade e dos professores, abordando os requisitos mínimos de idade e tempo de contribuição para requerê-las. Para melhor compreensão da tabela foram utilizadas as siglas “F e M”, assim entende-se como “F” os indivíduos do sexo feminino e “M” os indivíduos do sexo masculino. Os dados apresentados estão embasados em trabalhadores da iniciativa privada, onde os estados e municípios não possuem lei específica para determinar sobre as regras da previdência. Logo, será abordada a regra geral de aposentadoria.

**Tabela 2:** Emenda N° 103/2019 Antes e Depois - Aposentadoria por Idade e Professores.

Antes		Depois	
<b>Aposentadoria por idade</b>			
Idade Mínima	Tempo de Contribuição	Idade Mínima	Tempo de Contribuição
F: 60 anos	15 anos	F: 62 anos	15 anos
M: 65 anos		M: 65 anos	20 anos
<b>Aposentadoria Professores</b>			
Idade Mínima	Tempo de Contribuição	Idade Mínima	Tempo de Contribuição
F: Não há.	25 anos	F: 57 anos	25 anos
M: Não há.	30 anos	M: 60 anos	
Valor do Benefício		Valor do Benefício	
80% das maiores contribuições.		Todas as contribuições desde jul/1994.	

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir de dados do Brasil (2019).

Os trabalhadores rurais não foram abordados na Tabela 2, pois a regra para a respectiva categoria permanece a mesma, sendo 55 anos para os indivíduos do sexo feminino e 60 anos para os indivíduos do sexo masculino, além de contribuição de 180 meses. Pela nova Emenda, o valor do benefício não poderá exceder o teto do INSS de R\$ 6.433,57 para o ano de 2021, nem ser menor que um salário-mínimo. Ainda pelas atualizações ocasionadas por esta alteração constitucional, o cálculo do benefício é realizado a partir de 60% da média salarial, após 15 anos de contribuição para o sexo feminino e 20 anos de contribuição para o sexo masculino, e vai aumentando 2% a cada novo ano de contribuição (BRASIL, 2019).



No mês de dezembro de 2020 o Brasil registrou 21.451.056 (INSS, 2020) de indivíduos aposentados em todas as categorias, ou seja, 10,13% de toda população brasileira para o mesmo ano está aposentada (IBGE, 2019). Este quantitativo de aposentados equivale a 71,04% de toda população idosa brasileira, visto que no ano de 2020 o quantitativo total de idosos foi de 30.197.077 pessoas (IBGE, 2019).

## **PREPARAÇÃO FINANCEIRA PARA APOSENTADORIA**

Os estudos sobre preparação financeira para aposentadoria surgiram na década de 70, influenciados pela preocupação dos formuladores de políticas públicas, devido ao gasto nacional e serviços sociais que os idosos demandam dos cofres públicos (LEE; LAW, 2004). Neste cenário, Han, Ko e Choe, (2019) definem a preparação para aposentadoria (PA) como um projeto de vida que visa manter o estilo de consumo do indivíduo em um nível semelhante ao que possui antes da aposentadoria, mesmo após a aposentadoria. Corroborando com a definição de PA, Noone; Stephens e Alpass, (2009) empregam em sua pesquisa o termo pré-aposentadoria como um sinônimo de PA, onde partem do pressuposto que os indivíduos que se prepararam para a aposentadoria possuem um nível maior de bem-estar na vida adulta. A definição de PA, pode ser explicitada como o desenvolvimento de expectativas e planos realizados por trabalhadores no intuito de começam a organizar suas vidas com propósitos para a futura aposentadoria (DEVINEY, 2000; EKERDT; KOSLOSKI; GUPTAN et al., 2021; ZANIBONI; SARCHIELLI; FRACCAROLI, 2010;).

A maioria das pesquisas que tratam sobre a preparação para aposentadoria concentra-se somente nos recursos tangíveis, exercendo uma menor atenção aos recursos mentais, todavia, a saúde psicológica possui ligação direta com a interpretação do idoso sobre a aposentadoria (CHAN; CHUNG; YEUNG, 2020). Hurwitz, Mitchell e Sade (2021) em sua pesquisa mais recente, relataram que a probabilidade de contrair ou morrer de Covid-19 não altera significativamente as recomendações de poupança entre os indivíduos, porém, os mais afetados pela pandemia, economicamente e psicologicamente, aconselham os demais a reduzir as economias para aposentadoria, visto o baixo otimismo derivado à expectativa de vida, reduzida pelo vírus. Neste sentido, a decisão de economia voltada para a PA está concentrada no julgamento individual, focando em suas escolhas na preparação e após a aposentadoria (CHAN; CHUNG; YEUNG, 2020; SHARIFF; ISHAK, 2021).

Desta forma, a riqueza e a saúde são os dois fatores mais importantes para uma aposentadoria bem-sucedida (KIM; KWON; ANDERSON, 2005). Isto se deve ao fato de que

o período de inatividade laborativa poderá impactar significativamente o bem-estar psicológico do indivíduo, aumentando as suas chances de desenvolver um quadro depressivo (FRANÇA; SOARES, 2009). A capacidade laborativa possui um significado imensurável para a vida do homem, pois além de fornecer recursos financeiros, também o insere em uma rede de relações societárias, por este motivo, manter a autonomia e independência do indivíduo que está no processo de envelhecimento e na transição entre “trabalho e “aposentadoria” deve ser a meta fundamental de evitar a depressão neste ciclo da vida ( GUPTAN et al., 2021; SILVA; TURRA; CHARIGLIONE, 2018). Alguns fatores como sexo, idade, nível de educação, estado civil, tipo de residência e invalidez têm sido utilizados para mensuração do nível de depressão nos idosos (SU et al., 2020).

Tópicos que envolvem a saúde, seja ela física ou psicológica, e o bem-estar dos aposentados tornaram-se assuntos latentes para as sociedades, formuladores de políticas públicas e em especial, aos indivíduos que compõem esta amostra (ZANIBONI; TOPA; BALDUCCI, 2021). O motivo pelo qual a temática tem ganhado relevância é devido ao aumento na expectativa de vida que culminou em uma tendência social de PA por um período substancial do ciclo de vida (SHARPE, 2021). Nesse sentido, a teoria do Ciclo de Vida – Modigliani-Brumberg [MB] (1954), versa sobre o propósito de economizar. Sendo este a possibilidade de redistribuição dos recursos financeiros que obtém ou espera obter ao longo da sua existência, no intuito de garantir o padrão de consumo mais adequado no percurso de sua vida (MODIGLIANI; ANDO, 1957). Todavia, quanto maior a expectativa de vida, maior deverá ser a economia realizada nas fases que antecedem a aposentadoria, para que o indivíduo consiga redistribuir os recursos de forma satisfatória.

Ainda, pesquisas como a de Macdonald et al. (2011) investigam o que seria uma renda adequada ou uma reserva financeira suficiente para o indivíduo ao aposentar-se. Neste sentido, os pesquisadores identificaram que para os idosos canadenses a renda ou reserva satisfatória para manter o padrão de vida que os indivíduos possuem, pode ser representado pelo nível médio de consumo antes da aposentadoria menos 10%, ou seja, a média do consumo total anual pré-aposentadoria, menos 10% e o resultado desse cálculo deverá ser multiplicado pela expectativa de vida em anos.

Assim Macdonald et al. (2011) concluem que esta não é a maneira convencional de auferir o valor da reserva necessária, todavia, elencam diversos problemas na abordagem tradicional. Os autores sustentam-se sobre a hipótese de que a renda da aposentadoria irá substituir o salário do cidadão, por este motivo, é necessário que ele mantenha praticamente a

mesma renda que possuía antes de se aposentar. Corroborando com os achados Niu, Zhou e Gan (2020), acrescentam que os hábitos de consumo dos idosos estão baseados na sua renda pré-aposentadoria.

Neste sentido, onde o cálculo para reserva adequada para aposentadoria está sustentado sobre a expectativa de vida, é de fundamental importância acompanhar o crescimento da população idosa. No ano de 2015 o Brasil possuía 25.038.352 idosos, este número saltou para 31.330.235 para o ano de 2021, representando um aumento de 6.291.883 de indivíduos idosos em 6 (seis) anos (IBGE, 2019). Nas projeções para o ano de 2021, a expectativa é que para cada dois jovens exista um idoso, visto que atualmente o total da população idosa representa 53% do efetivo de jovens no país (IBGE, 2019).

O aumento demográfico de idosos é explicado por Han, Ko e Choe (2019) que destacam que a ciência tem elevado à expectativa média de vida, desta forma, a vida após a aposentadoria cresce a cada ano, aliada às baixas taxas de natalidade. Neste sentido é notória a necessidade de estudos focados nessa parcela da população - beneficiária de aposentadoria, tendo em vista o aumento expressivo do quantitativo das aposentadorias e a proporção de idosos na sociedade (SHARPE, 2021). A projeção de idosos está aumentando ao longo dos anos e a quantidade de aposentados está crescendo exponencialmente, programas que foquem na PA merecem destaque.

Todavia, os Programas de Preparação para Aposentadoria (PPA) surgiram no Brasil há menos de trinta anos, impulsionado pela criação do PNI (Política Nacional do Idoso) que prevê a implementação e manutenção de programas sobre o tema nos setores públicos e privados com antecedência mínima de dois anos antes do desligamento (BRASIL, 1994). No ano de 2003 foi criado o Estatuto do Idoso que ressalta novamente a importância desses programas e reduz o prazo de antecedência mínima para preparação para aposentadoria até um ano antes do desligamento (BRASIL, 2003). Conforme Pereira e Guedes (2012), esses programas são desenvolvidos através de encontros ou palestras com psicólogos, advogados, assistentes sociais entre outras especialidades que visam esclarecer dúvidas do futuro aposentado. O curso PPA é baseado em quatro módulos, sendo eles: Psicologia, Aspectos Sociais, Saúde e Administração Financeira (CARVALHO; SERAFIM, 2011).

Entretanto, de acordo com Shariff e Ishak (2021), diversos fatores influenciam a preparação para aposentadoria, sendo alguns deles demográficos e outros determinantes. No que tange os fatores determinantes, Shariff e Ishak (2021) mapearam cinco fatores cruciais que

influenciam a preparação financeira para aposentadoria, sendo esses: Gestão e Conhecimento Financeiro (analisa o comportamento do indivíduo em relação a gestão financeira), Expectativa de Futuro (acreditar que o valor acumulado para aposentadoria será adequado, tendo por base as circunstâncias atuais do indivíduo), Influência Social (influências sobre a decisão do indivíduo de poupança na aposentadoria), Tolerância ao Risco (os investimentos financeiros destinados para PA irão variar de acordo com o perfil do investidor), Aposentadoria Decisão de Poupança, (este fator mapeia o quanto o sujeito está decidido em se preparar para aposentadoria, sendo que quanto mais velho for maior será a sua decisão para PA).

Lusardi, Mitchell e Oggero (2020), demonstram que a preparação financeira para aposentadoria está associada a gestão adequada da dívida e está derivada da educação financeira, ou seja, quanto maior ela for, mais preparado estará o indivíduo. Os autores corroboraram com Shariff e Ishak (2021), sobre o primeiro fator “Gestão do Conhecimento Financeiro”. Sobre o segundo fator “Expectativa de Futuro”, Kim (2020) destaca que a autossuficiência na vida posterior da aposentadoria necessita de atenção, desta forma, este fator possui uma influência negativa a PA. No terceiro fator “Influência Social”, Hurwitz, Mitchell e Sade (2021) relatam que a opinião do aconselhador varia de acordo com a situação a qual vive. Neste contexto, a relevância de programas de preparação para aposentadoria (PA) que visam elevar a educação financeira e inibir o superendividamento dentre a população idosa tornam-se essenciais para o bom funcionamento da economia (LUSARDI; MITCHELL; OGGERO, 2020). Lusardi e Mitchell (2007) completam que os PPA’s possuem a função de ampliar a educação financeira entre o público idoso, entretanto não é possível estimar de maneira satisfatória seu impacto, por se tratar de um programa voluntário. Pois, o público interessado pode possuir níveis de conhecimentos financeiros diferentes dos que aqueles não inscritos no programa.

Neste cenário, o SPC Brasil (2018) realizou uma pesquisa para identificar o nível de preparo para a aposentadoria dos brasileiros, foram feitas quatro perguntas, sendo elas: “Qual motivo leva o indivíduo a se planejar para aposentadoria?”, “De qual forma ele se planeja para aposentadoria?”, “Haverá um tempo entre a transição trabalho e a aposentadoria?” e “Por qual motivo o indivíduo não realiza a preparação para aposentadoria?”. Através destas perguntas o órgão conseguiu identificar que oito em cada dez entrevistados não estão se preparando para a aposentadoria, tornando-se dependentes exclusivamente do INSS. Todavia, a previdência social, proporcionada pelo INSS, não garante a manutenção do padrão de vida do indivíduo no pós-aposentadoria, exigindo que o mesmo desenvolva conhecimentos financeiros para adquirir

outros investimentos que subsidiem seu bem-estar financeiro (BEF) (COELHO; CAMARGOS, 2012; NETEMEYER et al., 2018).

A lacuna de conhecimentos financeiros, no que tange a PA, tem concedido espaço para os fundos de pensões (LUSARDI; MITCHELL, 2007; MANDELL; KLEIN, 2009) e previdência privada, onde ambos podem ser definidos como uma espécie de poupança coletiva, onde não é levada em consideração as características individuais ou preferências de quem está aderindo ao sistema, ou seja, as decisões importantes são tomadas pelos curadores desses fundos (BOVENBERG et al., 2007). Neste contexto os PPA's contribuem notoriamente para adoção de práticas saudáveis de estilo de vida, seja ela física, emocional ou financeira, apoiando os futuros aposentados a decisões saudáveis de investimentos, ampliando o desenvolvimento do bem-estar financeiro dentre os indivíduos que enfrentam a transição para aposentadoria (FRANÇA; SOARES, 2009).

## **ESTUDOS EMPÍRICOS EM PREPARAÇÃO FINANCEIRA PARA APOSENTADORIA**

Conforme, Hershey, Jacobs-Lawson e Austin (2012) há dificuldades para mensurar o planejamento financeiro para aposentadoria, visto que as perspectivas e medidas variam de acordo com o viés utilizado, como, por exemplo, os economistas usam indicadores econométricos, os financistas dados da indústria e os psicólogos usarão por sua vez, indicadores de autopercepção do indivíduo. O autor finaliza citando que até o momento não existe uma definição de mensuração de planejamento para aposentadoria de forma ampla e eficiente.

Além disso, Zaniboni, Sarchielli e Fraccaroli (2010) em sua pesquisa definiram como população alvo os trabalhadores formais com 50 anos completos ou mais, esta idade corte está associada aos planos de aposentadoria que internacionalmente começaram a partir da respectiva idade. Foram entrevistados 708 colaboradores da área técnico-administrativo da Universidade de Bolonha, através de um questionário aplicado de forma aleatória na presença de um instrutor. Neste questionário foram abordadas perguntas sociodemográficas, bem como questões do tipo *likert* de cinco pontos (sendo 1 “Concordo totalmente” e 5 “Discordo totalmente”) sobre três afirmações, sendo elas: “Assim que puder me aposentar, com certeza vou parar de trabalhar”; “Mesmo quando eu já puder me aposentar, vou continuar trabalhando, mas reduzirei meu esforço real de trabalho em termos de tempo de jornada de trabalho”; “Vou continuar trabalhando mudando o tipo de emprego, mesmo quando eu já puder me aposentar”. Conjuntamente a estes itens, foi aplicada a escala de 12 itens de Tougas et al. (2004) que mapeia

a identidade do trabalhador idoso. O objetivo do trabalho era verificar os fatores psicossociais de aposentadoria integral, aposentadoria de meio período e mobilidade profissional, o resultado obtido foi que quanto mais o trabalhador anseia por se aposentar, menos ele optará pela mobilidade do trabalho. Quanto mais velho o colaborador, maior será sua intenção para aposentadoria integral. Sobre satisfação, o trabalhador que quanto mais insatisfeito ou ineficaz classifique seu trabalho, maior será seu anseio pela aposentadoria integral. Da mesma forma que um trabalho estimulante desencoraja a intenção pela aposentadoria plena. Todavia, a pesquisa não se dedica a relacionar os resultados com bem-estar.

No mesmo ano, Noone, Stephens e Alpass (2010) propõem em seu trabalho o desenvolvimento e validação da Escala do Processo de Planejamento para Aposentadoria, sendo seu acrônimo em inglês PRePS (*Processo of Retirement Planning Scale*). Os participantes da pesquisa possuem idades entre 49 e 60 anos e são da Nova Zelândia. O motivo da faixa etária é para capturar diferentes níveis de planejamento entre os indivíduos que ainda não se aposentaram. A população parte da pesquisa foi de 3.000 cidadãos. Para validação da escala, foi proposto um questionário baseado em quatro variáveis, sendo elas: Planejamento Financeiro, Planejamento de Estilo de Vida, Planejamento Psicossocial e Planejamento de Saúde. As questões que elencaram este questionário são do tipo *likert* de 5 pontos sendo 1 “definitivamente não é verdade para mim” e 5 “definitivamente é verdade para mim”. O resultado do estudo foi que os indivíduos que possuem níveis mais elevados de preparação financeira para aposentadoria tendem a olhar para o futuro com maior controle sobre a vida que lhe espera. O momento para aposentadoria está mais associado ao planejamento do que a idade do indivíduo. Desta maneira, a idade cronológica possui pouca influência. O planejamento financeiro possui menor impacto nas variáveis de saúde mental e física. Neste sentido, os achados sugerem que o planejamento financeiro está conectado a aspectos cognitivos relacionados à preparação financeira, mesmo entre os indivíduos com limitações econômicas e sociais. Os autores destacam que quanto maior o planejamento social, maior será o bem-estar.

Mais recentemente, Chan, Chung e Yeung (2020) realizaram um mapeamento das atitudes em relação à aposentadoria que ampliam a preparação e os efeitos que surgem dessa preparação no bem-estar físico e psicológico dos chineses já aposentados. Foram entrevistados 197 trabalhadores chineses de em média 58,7 anos que pretendem se aposentar nos próximos 6 meses. O estudo é baseado em um questionário pré e pós aposentadoria, ou seja, aplicado 6 meses antes e 6 meses após. As variáveis utilizadas no questionário pré foram: comportamentos de planejamento pré-aposentadoria, atitudes em relação à aposentadoria, funcionamento físico,

bem-estar psicológico, satisfação com a vida e estresse psicológico. O teste pós-aposentadoria mensura as atitudes em relação à aposentadoria e as variáveis mapeadas relacionadas ao bem-estar no primeiro teste. Os resultados deste estudo é que os idosos que realizam uma maior preparação financeira para aposentadoria relatam atitudes mais positivas após ela ocorrer efetivamente. A pesquisa destacou a influência significativa que a variável psicológica apresentou e sugere que estudos posteriores sobre preparação para aposentadoria abordem o bem-estar psicológico através das atitudes dos aposentados, olhando além da preparação financeira e física.

Já Herrador-Alcaide, Hernández-Solís e Topa (2021) basearam sua pesquisa na influência das três dimensões de Hershey, Jacobs-Lawson e Austin (2012) na preparação financeira para aposentadoria, as três dimensões são: Capacidade, Disposição e Oportunidade. Dentro de cada dimensão estão as variáveis que foram estudadas na respectiva pesquisa. Na dimensão capacidade, as variáveis são: variáveis de controle (ZANIBONI; SARCHIELLI; FRACCAROLI, 2010), literacia financeira (DANES; HABERMAN, 2007), metas para aposentadoria (STAWSKI; HERSHEY; JACOBS-LAWSON, 2007), otimismo sobre aposentadoria (JOO; GRABLE, 2005), tolerância ao risco financeiro (CHO; LEE, 2006) e compromisso com o consultor financeiro (SHARPE et al., 2007). A segunda dimensão, disposição, e a terceira, capacidade, possuem somente uma variável, sendo respectivamente: práticas de gestão financeira (DAVIS; WEBER, 1990) e recursos financeiros para aposentadoria (LEUNG; EARL, 2012). O estudo foi dividido em três etapas, sendo a primeira para os funcionários prestes a se aposentar, três meses após o primeiro foi encaminhado outro questionário e o terceiro momento um ano após o preenchimento do primeiro. A pesquisa iniciou contatando a população com idade igual ou superior a 60 anos. Iniciou com 783 correspondentes, sendo que somente 452 finalizaram as três etapas. O resultado obtido é que as variáveis da dimensão capacidade exercem influência significativa sobre a dimensão disposição. O estudo identificou um efeito positivo no bem-estar na aposentadoria para aqueles que possuem planejamento, classificando a diminuição/perda da renda como um preditor negativo de satisfação com a vida.

Por fim, Fan, Stebbins e Kim (2021) citam em sua pesquisa que as perguntas norteadoras de um planejamento familiar para aposentadoria devem ser: quando o indivíduo planeja se aposentar, quanto tempo espera que a aposentadoria dure e qual a sua visão da vida de aposentado. Os autores destacam que é de suma importância compreender qual serão as fontes de renda durante este período. A pesquisa foi realizada com indivíduos entre 25 e 64 anos de

idade no ano de 2018 nos Estados Unidos. Os resultados foram que os indivíduos com grandes dificuldades financeiras (exemplo um carro quebrado que impactou negativamente o orçamento) possuem planejamento de aposentadoria, os superendividados percebidos (percepção de estar com muitas dívidas e dificuldades de poupar) não possuem em sua maioria previdência privada, porém, prestigiam desse benefício em seus empregos e os que possuem fragilidades financeiras (capacidade financeira de chegar a 400 dólares imediatamente para cobrir uma despesa/ sem fundo para emergências), foram associados a uma menor probabilidade planejamento de aposentadoria. O objetivo da pesquisa era de estabelecer uma associação entre finanças e as dificuldades de planejamento para aposentadoria, sendo estes dois tópicos, finanças e planejamento de aposentadoria, parte crucial do bem-estar das famílias a longo prazo, conforme finalizam os autores.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos indicam que é imperioso que os formuladores das políticas públicas elaborem programas sociais que visem e apoiem os idosos na gestão adequada de sua renda e dívidas, podendo impactar positivamente na saúde pública como um todo, visto que estudos atuais associam o endividamento excessivo a sintomas depressivos e ao suicídio entre os idosos (ADINKRAH, 2020; GAO; HU; HE, 2022). Assim, a menos que os governos e sistema financeiro sejam capazes de auxiliar os idosos a controlarem e manterem níveis de endividamento adequados, é improvável que os mesmos consigam chegar à aposentadoria com uma situação financeira que lhe permitam aproveitar a vida (DE BRUIJN; ANTONIDES, 2020; FADZIL *et al.*, 2021); SEQUEIRA *et al.*, 2015).

O fato de a renda advinda da aposentadoria não sustentar, em muitas famílias, somente o idoso (CAMARANO, 2020), mas também contribuir para o sustento do grupo familiar amplia a necessidade de discussão e adoção de estratégias eficientes para a gestão financeira adequada, uma vez que os impactos dos desajustes se ampliam com a dependência da família da renda do idoso. Especialmente em países em desenvolvimento, é comum que a única renda mensal garantida seja a do idoso, já que para os demais integrantes da família costumam não possuir empregos fixos, trabalhando na informalidade e em serviços esporádicos.

### REFERÊNCIAS

AKBEN-SELÇUK, E.; AYDIN, A. E. Ready or Not, Here It Comes: A Model of Perceived Financial Preparedness for Retirement. **Journal of Adult Development**, v. 28, n. 4, p. 346-357, 2021.



BOVENBERG, L. et al. Saving and Investing Over the Life Cycle and the Role of Collective Pension Funds. **De Economist**, v. 155, n. 4, p. 347–415, 1 dez. 2007.

BRASIL. 8.842. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. . 1994.

BRASIL. 103. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019. . 2019.

CAMARANO, A. A. Depending on the income of older adults and the coronavirus: orphans or newly poor? **Ciência em Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4169–4176, out. 2020.

CARVALHO, A.; SERAFIM, O. **Administração de recursos humanos: Volume 1**. 2ª edição ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CHAN, M. C. H.; CHUNG, E. K. H.; YEUNG, D. Y. Attitudes Toward Retirement Drive the Effects of Retirement Preparation on Psychological and Physical Well-Being of Hong Kong Chinese Retirees Over Time. **International Journal of Aging and Human Development**, 2020.

CHO, J.; LEE, J. An integrated model of risk and risk-reducing strategies. **Journal of Business Research**, v. 59, n. 1, p. 112–120, 1 jan. 2006.

COELHO, N. N. A.; CAMARGOS, M. A. de. Investimentos em previdência privada fechada: uma análise comparativa com outras opções de aplicações financeiras no Brasil. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 7–24, 31 dez. 2012.

DANES, S.; HABERMAN, H. Teen Financial Knowledge, Self-Efficacy, and Behavior: A Gendered View. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 18, 1 jan. 2007.

DAVIS, E. P.; WEBER, J. A. Patterns and Obstacles to Financial Management. **Financial Counseling and Planning**, p. 41–51, 1990.

EKERDT, D.; KOSLOSKI, K.; DEVINEY, S. The Normative Anticipation of Retirement by Older Workers. **Research on Aging - RES AGING**, v. 22, p. 3–22, 1 jan. 2000.

ESTATUTO DO IDOSO. **Estatuto do Idoso**. , 1 out. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm)>. Acesso em: 1 mar. 2021

FAN, L.; STEBBINS, R.; KIM, K. T. Skint: Retirement? Financial Hardship and Retirement Planning Behaviors. **Journal of Family and Economic Issues**, 2021.

FERREIRA, C. R. Aposentadorias e distribuição da renda no Brasil: uma nota sobre o período 1981 a 2001. **Revista Brasileira de Economia**, v. 60, n. 3, set. 2006.

FRANÇA, L. H. de F. P.; SOARES, D. H. P. Preparação para a aposentadoria como parte da educação ao longo da vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 738–751, 2009.

GIACOMIN, K. C. Dez anos do Estatuto do Idoso. **São Paulo**, p. 6, 2013.

GUPTAN, V. et al. Retirement Preparedness and Subjective Well-Being: Evidence from Malaysia. **Quality - Access to Success**, v. 22, n. 185, p. 200–211, 2021.

HAN, J.; KO, D.; CHOE, H. Classifying retirement preparation planners and doers: A multi-country study. **Sustainability (Switzerland)**, v. 11, n. 10, 2019.

HERRADOR-ALCAIDE, T. C.; HERNÁNDEZ-SOLÍS, M.; TOPA, G. A model for personal financial planning towards retirement. **Journal of Business Economics and Management**, v. 22, n. 2, p. 482–502, 2021.

HERSHEY, D. A.; JACOBS-LAWSON, J. M.; AUSTIN, J. T. Effective financial planning for retirement. Em: **The Oxford handbook of retirement**. Oxford library of psychology. New York, NY, US: Oxford University Press, 2013. p. 402–430.

HURWITZ, A.; MITCHELL, O. S.; SADE, O. Longevity Perceptions and Saving Decisions during the COVID-19 Outbreak: An Experimental Investigation. **AEA Papers and Proceedings**, v. 111, p. 297–301, maio 2021.

IBGE. **IBGE | Projeção da população**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

INSS. **Quantitativos de Aposentadoria - INSS Dados Secundários Através do Fale Conosco**. , 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>>. Acesso em: 29 set. 2021

JOO, S.-H.; GRABLE, J. Employee Education and the Likelihood of Having a Retirement Savings Program. **Financial Counseling and Planning**, v. 16, 1 jan. 2005.

KIM, J.; KWON, J.; ANDERSON, E. A. Factors related to retirement confidence: Retirement preparation and workplace financial education. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 2, p. 1–19, 2005.

KIM, J.-J. A study on influence of economic preparation for later life after retirement. **Journal of Asian Finance, Economics and Business**, v. 7, n. 5, p. 279–290, 2020.

LEE, W.; LAW, K. Retirement Planning and Retirement Satisfaction: The Need for a National Retirement Program and Policy in Hong Kong. **Journal of Applied Gerontology - J APPL GERONTOL**, v. 23, p. 212–233, 1 set. 2004.

LEUNG, C. S. Y.; EARL, J. K. Retirement Resources Inventory: Construction, factor structure and psychometric properties. **Journal of Vocational Behavior**, Fresh Perspectives on the New Career. v. 81, n. 2, p. 171–182, 1 out. 2012.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35–44, 1 jan. 2007.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; OGGERO, N. Debt and Financial Vulnerability on the Verge of Retirement. **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 52, n. 5, p. 1005–1034, 2020.

MACDONALD, B.-J. et al. The Canadian national retirement risk index: Employing Statistics Canada's LifePaths to measure the financial security of future Canadian seniors. **Canadian Public Policy**, v. 37, p. 73–94, 2011.

MANDELL, L.; KLEIN, L. The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, 1 jan. 2009.

MARQUES, R. M.; EUZÉBY, A. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. **Nova Economia**, v. 15, p. 11–29, dez. 2005.

MATA, C. C. I. do B. da et al. As Consequências Da Reforma Da Previdência Do Brasil Para A Desigualdade De Gênero: A Vulnerabilidade Das Mulheres Para Recebimento De Benefícios Previdenciários A Partir Da Emenda Constitucional Nº103/2019. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, v. 5, n. 1, 15 jun. 2021.

MELO, D. C. de; PRUX, O. I.; OLIVEIRA, A. H. de. Estatuto Do Idoso: Uma Análise Dos Direitos Do Consumidor Hiper vulnerável À Luz Dos Direitos Da Personalidade. **Revista de Direito, Globalização e Responsabilidade nas Relações de Consumo**, v. 6, n. 1, p. 100–120, 3 set. 2020.

MENDES, P. et al. Crédito Consignado E Endividamento Dos Servidores Do Distrito Federal. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 11, n. 2, 27 jul. 2020.

MODIGLIANI, F.; ANDO, A. K. Tests of the Life Cycle Hypothesis of Savings: Comments and Suggestions1. **Bulletin of the Oxford University Institute of Economics & Statistics**, v. 19, n. 2, p. 99–124, 1957.

MODIGLIANI, F.; BRUMBERG, R. Utility analysis and the consumption function: An interpretation of cross-section data. **Post-Keynesian economics**, Post-Keynesian economics. - London : Allen and Unwin. - 1954, p. 388-436. 1954.

MUSTAFA, W. M. W.; ISLAM, M. D. A. Financial retirement planning among self employed workers in Malaysia: A conceptual investigation. **AIP Conference Proceedings**, v. 2339, n. 1, p. 020145, 3 maio 2021.

NETEMEYER, R. G. et al. How Am I Doing? Perceived Financial Well-Being, Its Potential Antecedents, and Its Relation to Overall Well-Being. **Journal of Consumer Research**, v. 45, n. 1, p. 68–89, 1 jun. 2018.

NIU, G.; ZHOU, Y.; GAN, H. Financial literacy and retirement preparation in China. **Pacific Basin Finance Journal**, v. 59, 2020.

NOONE, J. H.; STEPHENS, C.; ALPASS, F. M. Preretirement planning and well-being in later life: A prospective study. **Research on Aging**, v. 31, n. 3, p. 295–317, 2009.

NOONE, J.; STEPHENS, C.; ALPASS, F. The Process of Retirement Planning Scale (PRRePS): Development and Validation. **Psychological assessment**, v. 22, p. 520–31, 1 set. 2010.

PEREIRA, T. M. F. R. A.; GUEDES, S. S. Novo Tempo - A experiência de implantação do Programa de Preparação para o Pós-Carreira no IFRN. **HOLOS**, v. 4, n. 0, p. 158–177, 18 set. 2012.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 2012-2019. 2019.

PNI. **POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.** , 1994. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/politica\\_idoso.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/politica_idoso.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2021

PORTER, N. M.; GRAHAM, E. T. Testing a conceptual model of financial well-being. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135–164, 1993.

RAMOS, M. P.; AREND, S. C. O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares: uma análise para entender a composição dos domicílios dado o aumento da renda dos idosos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 29, n. 1, p. 67–86, jun. 2012.

SANTOS, R. R. D. et al. Análise Bibliométrica Da Produção Científica Sobre Aposentadoria Na ISI Web Of Science De. **Revista Brasileira de Previdência**, v. 10, n. 2, p. 83–102, 1 jul. 2019.

SHARIFF, N. S. M.; ISHAK, W. W. M. Statistical analyses on factors affecting retirement savings decision in Malaysia. **Mathematics and Statistics**, v. 9, n. 3, p. 243–248, 2021.

SHARPE, D. et al. Specific Elements of Communication That Affect Trust and Commitment in the Financial Planning Process. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 18, 1 jan. 2007.

SHARPE, D. L. Reinventing Retirement. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 42, p. 11–19, 2021.

SILVA, M. M. D.; TURRA, V.; CHARIGLIONE, I. P. F. S. Idoso, depressão e aposentadoria: Uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 10, n. 2, p. 119–136, 2018.

SPC BRASIL. **O Preparo Para A Aposentadoria No Brasil - Abril 2018.** São Paulo: CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, 2018. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/04/An%C3%A1lise-Preparo-para-Aposentadoria.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2021.

SPC BRASIL. **Inadimplência de Pessoas Físicas.** CNDL: SPC BRASIL, 2019. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2020/03/An%C3%A1lise-Inadimpl%C3%Aancia-PF-Fevereiro-2020.pdf>>.

STAWSKI, R.; HERSHEY, D.; JACOBS-LAWSON, J. Goal Clarity and Financial Planning Activities as Determinants of Retirement Savings Contributions. **International journal of aging & human development**, v. 64, p. 13–32, 1 abr. 2007.

TOUGAS, F. et al. A New Approach to the Link between Identity and Relative Deprivation in the Perspective of Ageism and Retirement. **International journal of aging & human development**, v. 59, p. 1–23, 1 fev. 2004.

YE, Z. et al. Too old to plan? Age identity and financial planning among the older population of China. **China Economic Review**, v. 73, p. 101770, 1 jun. 2022.

---

YEO, J.; LEE, Y. G. Understanding the Association Between Perceived Financial Well-Being and Life Satisfaction Among Older Adults: Does Social Capital Play a Role? **Journal of Family and Economic Issues**, v. 40, n. 4, p. 592–608, 1 dez. 2019.

ZANIBONI, S.; SARCHIELLI, G.; FRACCAROLI, F. How are psychosocial factors related to retirement intentions? **International Journal of Manpower**, v. 31, n. 3, p. 271–285, 2010.

ZANIBONI, S.; TOPA, G.; BALDUCCI, C. Core self-evaluations affecting retirement-related outcomes. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 1, p. 1–15, 2021.

# CAPÍTULO 21

## CENTRO DIA PARA IDOSOS: ALTERNATIVA DE CUIDADO DIURNO E A BUSCA POR VAGA<sup>1</sup>

Vania Aparecida Gurian Varoto  
Carolina Ramos Semensato  
Lydiane da Silva Fernandes Vaz Ferreira  
Camila Rossi Garcia Machado

### RESUMO

**Introdução:** Alcançar a longevidade mantendo laços afetivos entre as pessoas, apresenta-se como aspiração e desafio, sobretudo àqueles que possuem fragilidade associada. Quando as famílias têm disponibilidade reduzida em manter os cuidados de seus membros fragilizados ou dependentes, o Estado e o setor privado devem oferecer serviços de suporte, e o planejamento estratégico desses locais deve incluir a gestão em gerontologia. Nesse contexto, os Centros Dia para Idosos (CDI) tem expressiva relevância, atua no cuidado à vida digna e preserva a interação familiar e comunitária. **Objetivo:** Verificar a busca por vagas para cuidados diurnos, do tipo CDI, junto aos espaços de acolhimento institucional integral do tipo Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Também, identificar o motivo da busca, o perfil de quem busca e para quem. **Métodos:** Estudo descritivo, retrospectivo e abordagem qualitativa e quantitativa. A análise foi efetuada no contexto de conteúdo temático. Os dados referem-se a dois anos (2018-2020) de 16 ILPI de um município paulista e as solicitações por vagas diurnas do tipo CDI foram 86. **Resultado:** As solicitações por vagas somam 493(100%) sendo 407(83%) para a ILPI e por vaga diurna, do tipo CDI, 86(17%). Das 86 solicitações, a maioria é para o sexo feminino (62;72%), viúvas (48;56%), acima dos 80 anos (31;37%) e que moram com familiares (54;63%). Os motivos para vaga são: socialização (60;70%) e cuidado qualificado (24;28%) e pessoas da família foram os que buscaram a vaga, principalmente as filhas (52;60%). **Conclusão:** A busca por cuidados diurnos e pelos familiares indica a possibilidade de se preservar os vínculos na comunidade e estimular a interação social. O planejamento desses serviços deve observar com maior detalhamento a indicação tipológica, normas técnicas, processos de trabalho, equipe multidisciplinar e fortalecer a comunicação interna, externa e com os diferentes setores da rede de atenção à pessoa idosa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gerontologia, Gestão, Centro Dia para Idosos, Cuidado, Planejamento.

### INTRODUÇÃO

Envelhecer na perspectiva de se manter saudável, independente e autônomo é desejável. Viver na própria casa, continuar ao lado dos familiares e compartilhar das valorizações

<sup>1</sup> Estudo desenvolvido junto ao Departamento de Gerontologia-DGero da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar. São Carlos, SP.

cotidianas ao cuidado à vida, também são elementos desejáveis às pessoas e constituem importância elevada nas famílias que cuidam de pessoas idosas. No entanto, frente à perspectiva da longevidade e aos desafios integrados a esta conquista, continuar na moradia de origem, com independência e autonomia não são elementos ao alcance da maioria daqueles que vivem a fase da velhice com fragilidade associada.

No contexto brasileiro o envelhecimento populacional é fato e com diferenças significativas às diversidades regionais do país. O envelhecimento é dinâmico e heterogêneo. É um processo constante, universal, inevitável e inerente à condição humana (FECHINE; TROMPIERI, 2012; TEIXEIRA, 2018). Este fenômeno apresenta conjuntura alarmante no Brasil, de modo que a expectativa de vida realizou um salto de 45,5 anos em 1940 para expressivos 76,6 anos em 2019. As projeções para o ano de 2060 indicam que a expectativa de vida será de 81 anos, com a população idosa brasileira representada em 25,5%, dos 58,2 milhões (IBGE, 2022).

O prolongamento à vida humana, a expansão da população idosa e as concepções do envelhecimento em seu processo, demonstram possibilidade de se viver mais com qualidade, integrados aos avanços tecnológicos nas diferentes áreas do conhecimento, e, o destaque ao controle de doenças crônicas (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). Para agregar qualidade à vida, ao longo do envelhecimento, deve-se introduzir planejamento cotidiano a nível individual e coletivo, além de produção de “jeitos” de viver que resultem em uma velhice saudável, funcional e com qualidade (WHO, 2020).

O planejamento de ações individuais e coletivas devem integrar as diferentes dimensões da vida, nas mais diversas necessidades, desejos e direitos garantidos na Lei (BRASIL, 2017). Também, a aplicação e interface de diferentes áreas do conhecimento, traduzidas no campo da gerontologia, elevam a importância de compreender a heterogeneidade da velhice e os desdobramentos multifatoriais do envelhecer, que podem traduzir positivamente, ou não, esta fase da vida (VERAS; OLIVEIRA, 2018). A multidimensionalidade dos fatores do envelhecer envolve: saúde, social, econômica, psicológica, educação, habitação e outras, em uma visão global deste processo (DA ROCHA, 2018). E em toda essa multidimensionalidade se faz necessário aplicar conceitos de gestão nas organizações de forma a planejar, organizar, liderar pessoas e controlar as ações em movimento de forma dinâmica e sistêmica (BATEMAN; SNELL, 2011).

A construção de uma vida longa, digna e saudável, vem traduzindo movimentações de cunho participativo e global, na direção de medidas que viabilizem serviços, programas, projetos e ações de proteção, e atenção às pessoas nos diferentes ambientes (BRASIL, 2017; WHO, 2020). A gestão participativa que valorize o território regional, o fortalecimento de vínculos familiares e o protagonismo social no contexto da pessoa envelhecida, têm se mostrado inovadora no sentido de fortalecer o planejamento de serviços e projetos de atenção ao envelhecimento humano mais positivo. Essas diretrizes estão estabelecidas para a década do envelhecimento saudável, entre os anos de 2021 e 2030, projetando-se viver mais, com qualidade (WHO, 2020).

As diferentes formas de gestão à vida individual e coletiva, representam no planejamento cotidiano a importância de revisar prioridades e necessidades em contexto de envelhecimento populacional e proteção na atenção à pessoa idosa. A funcionalidade da pessoa idosa pode comprometer o planejamento do cotidiano familiar, dos serviços e produtos disponíveis, uma vez que as perspectivas do cuidado às pessoas fragilizadas são destaques nas comunidades envelhecidas e mais longevas (VERAS; OLIVEIRA, 2018).

Os desdobramentos sociais de um país envelhecido são grandes, e a faixa etária dos longevos (80 anos e mais) cresce de forma significativa. Eles são mais suscetíveis a acometimentos de sua saúde geral e funcional. Os prejuízos e comprometimentos dos idosos mais longevos em relação aos mais novos são maiores e, portanto, a gestão do cotidiano dessas pessoas se torna um dos objetivos principais para se alcançar melhorias e manutenção do protagonismo à vida (NETTO, 2017; UNITED NATIONS, 2019). Neste sentido, a comunicação e a interdisciplinaridade que integram a gestão em gerontologia nos diferentes contextos devem considerar os recursos disponíveis e definir captação de outros, assim como, a elaboração de projetos com responsabilidade social devem incorporar no planejamento dos serviços (SANTOS; VAROTO; ZANON, 2022).

Quando a família tem disponibilidade reduzida em ofertar e manter os cuidados de seus membros fragilizados e/ou dependentes, o Estado e o setor privado devem estar preparados para oferecer serviços de suporte, equipados com recursos humanos e materiais qualificados em sua infraestrutura, tempo, disposição e capacidade (CAMARANO; KANSO, 2010). O cuidado prestado às pessoas idosas nem sempre é qualificado, e no contexto brasileiro, é restrito ao apoio de cuidado informal por meio de membros da família, amigos e voluntários. O cuidador familiar se destaca neste contexto, e o oferecimento do cuidado é mais bem preservado quando



os vínculos entre idoso e cuidador informal foram fortalecidos ao longo da vida (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016).

Algumas situações podem levar as famílias a buscarem suporte por tempo parcial e descartar a necessidade de cuidados em instituições de caráter total integral e de longa permanência, representadas na maioria das vezes como medida “drástica”, no entanto, muitas vezes necessária (YAMAGUCHI et al., 2018). Os espaços de cuidados diários ainda se mostram tímidos em muitos municípios, em outros estão ausentes e desconhecidos pela comunidade. Alguns municípios ofertam esta forma de cuidado inserida no contexto das ILPI sem distinção das rotinas, das atividades e da equipe (CORSINI; VAROTO, 2020).

Por outro lado, muitas pessoas poderiam ter maior benefício, por meio de serviços que ofertam cuidados parciais diurno do tipo Centro Dia para Idosos (CDI), os quais favorecem a permanência da pessoa no contexto familiar e o envolvimento com a comunidade, além de serem espaços promotores de não institucionalização integral de longa duração (YAMAGUCHI et al., 2018). O planejamento desses serviços na comunidade implica em uma administração alinhada aos conceitos do envelhecimento ativo e saúde, bem como, potencializar a rede de atenção à pessoa idosa e sua família, sendo a comunicação estratégica entre todos os envolvidos, um dos pontos primordiais inclusos no planejamento desses serviços ao alcance do propósito (WHO, 2020; MATOS, 2022).

## **CENTRO DIA PARA IDOSOS: CONTEXTO BRASILEIRO E DESTAQUE PARA O ESTADO DE SÃO PAULO**

A assistência social e à saúde para a pessoa idosa está fundamentada na Lei (Estatuto do Idoso) e o cuidado ofertado deveria ser priorizado no âmbito familiar (dadas efetivas condições) em detrimento ao atendimento asilar (BRASIL, 2014, 2017, 2018). A institucionalização integral pode potencializar danos à capacidade funcional e cognitiva, favorecer o isolamento social e o enfraquecimento de vínculos familiares e/ou de amizade, embora muitas vezes seja necessária (CARDOSO, 2016; NAVARRO; MARCON, 2006).

O CDI é um serviço de cuidado diurno vinculado às diretrizes e princípios da Política Nacional da Pessoa Idosa, Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Tem relevância social em comunidades envelhecidas e é espaço fundamental de suporte social, uma vez que favorece a promoção do fortalecimento de vínculos, atua com a família e entre as diferentes gerações para a produção de cuidado à vida

digna, e, preferencialmente no âmbito familiar, cujos elementos estão em destaque à Constituição Federal (BRASIL, 1994, 2014).

Os serviços do CDI também ofertam o suporte à família, por meio do manejo do cuidado, previnem e reduzem a sobrecarga do cuidador, e conseqüentemente, possíveis situações conflituosas provenientes do desgaste dos familiares na relação de prestação de cuidados aos membros idosos (KATZ; CARLOS, 2018). Esses Centros dão a oportunidade de continuar a viver nas suas próprias casas, ter o suporte ao cuidado em comunidade e são modelos estruturados de sucesso nos países desenvolvidos há mais de sete décadas, vinculados a outros serviços de suporte à saúde, social, transporte e de alimentação, e geralmente estão integrados aos serviços denominados de *Adult Day Services* (NASDA, 2022).

A viabilidade desta opção de cuidado diurno, mencionado pela Política Nacional do Idoso enquanto um serviço direcionado na área de Assistência Social e com medidas de adoção de normas de funcionamento, se mantém, até hoje, escassa na maioria dos municípios brasileiros (BRASIL, 1994). Em 1996 pelo Decreto Federal n.1.948/96, Art.4, capítulo II, a definição de Centro Dia é apresentada como um local de permanência diurna do idoso dependente ou com deficiência temporária, com necessidade de atenção multiprofissional.

Nos anos 2000, destacam-se as Portarias do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) nº 2.854/00 e nº 2.874/00 que referenciam esse tipo de serviço, com parâmetros para cofinanciamento e apoio financeiro mensal da União para implementação por parte dos municípios, e neste sentido, o planejamento dos municípios para esses serviços deveria ocorrer. A Portaria MPAS/SEAS nº 75/01 sinaliza no âmbito das abordagens e procedimentos sobre alguns serviços de atenção ao idoso e caracteriza o Centro Dia enquanto um “espaço para atender idosos que possuem limitações para a realização das AVD, que convivem com suas famílias, porém não dispõem de atendimento de tempo integral, no domicílio” (BRASIL, 2001, p.26).

Com vistas ao aprimoramento e evolução sobre a definição e as normas de alguns serviços junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a modalidade CDI foi reformulada pela Resolução CNAS nº109/2009, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. As leis e diretrizes que dão base aos CDI são aquelas que têm como propósito a garantia de direitos das pessoas idosas, assim como o cumprimento de deveres para um envelhecimento saudável, humanizado e com qualidade de vida (BRASIL, 1994, BRASIL, 2009).

Evoluindo nos atos normativos, os CDI estão alocados entre os serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, classificados nos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cuja Resolução nº109/2009 foi reimpressa e revisada em 2014, com a caracterização e as normativas de conduta de trabalho, definindo conseqüentemente a identificação de cada espaço, referenciando-os no fluxo da rede e os serviços de Centro Dia incluídos neste contexto (BRASIL, 2014; SILVA, 2014).

Em se tratando do Estado de São Paulo, é o 12º maior do país em extensão territorial e o 5º com população residente idosa (IBGE, 2022). Este Estado se destaca em oportunidades de implementação de Centros Dia para Idosos, tendo iniciado uma primeira unidade no ano de 2002 em parceria com a Universidade Federal de São Paulo e uma Organização Não Governamental (ONG), cujas atividades se mantiveram por três anos. Ainda sobre os serviços socioassistenciais voltados à população idosa e à sua proteção, saúde e educação houve um marco desse desenvolvimento, por meio do Programa São Paulo Amigo do Idoso, Decreto nº 58.047/2012, e os CDI são destaques ao fortalecimento deste Programa na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2012).

Em 2015 surge o primeiro CDI público da metrópole (São Paulo), instalado no distrito do Bom Retiro, administrado em parceria com a ONG da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (UNIBES) (SÃO PAULO, 2015). Em 2016 foi expedida a Portaria nº 65 da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), referente à inclusão, deste tipo de serviço - CDI - enquanto tipificação socioassistencial no município de São Paulo (SÃO PAULO, 2016). A importância da modalidade do serviço socioassistencial logo foi reconhecida, e, ao final do mesmo ano, 16 novos serviços de CDI foram indicados para implementação em diferentes regiões da cidade (ROMUALDO, 2017).

Na representação dos serviços nos CDI de natureza pública, verifica-se que o Estado de São Paulo tem a maior rede do Brasil, com 68 unidades distribuídas em diferentes municípios, como: Agudos, Amparo, Apiaí, Araraquara, Araras, Assis, Atibaia, Avaré, Barretos, Bauru, Bebedouro, Birigui, Bocaina, Botucatu, Caieiras, Capão Bonito, Capela do Alto, Catanduva, Ilhabela, Jaboticabal, dentre outras (SÃO PAULO, 2021a). Em se tratando dos espaços de natureza privada a sistematização está em andamento, por meio do Fórum dos Centros Dias de São Paulo (MUTCHNIK; SANCHES, 2019).

Os avanços normativos foram aprimorados com iniciativa do setor privado e público, acerca dos CDI no Estado de São Paulo, com o propósito de esclarecer e direcionar medidas

técnicas e de funcionamento que direcionassem aspectos de gestão estrutural e funcional desses serviços, pautadas na excelência do cuidado (MUTCHNIK; SANCHES, 2019). Neste sentido, essa movimentação resultou na determinação da Diretoria Técnica do Centro de Vigilância Sanitária (CVS), por meio da Portaria nº 02 de 18 de março de 2020, que institui normas para a implantação e funcionamento dos Centros Dia para Idosos no âmbito deste Estado, sem distinção entre os setores público e privado (SÃO PAULO, 2020).

A Portaria CVS nº 02/2020 refere-se aos critérios técnicos de fiscalização e caracteriza o CDI como:

Um serviço sócio sanitário integrado, destinado a ofertar à pessoa idosa com 60 anos ou mais, de ambos os gêneros, que necessitem de cuidados com prestação de serviços de período diurno e sem pernoite. Presta atendimento aos idosos nas áreas de assistência social e saúde, atividades ocupacionais, lazer e apoio sócio familiar de acordo com as necessidades dos idosos, visando a melhoria de sua qualidade de vida e integração comunitária. (SÃO PAULO, 2020, p.1).

Ainda, retratando avanços normativos em São Paulo, em especial integrado ao Programa São Paulo Amigo do Idoso, foi reformulado o Decreto nº 58.047/2012, para o Decreto nº 66.346/2021, cuja proposta “visa a fomentar ações voltadas à garantia dos direitos da pessoa idosa e à promoção do envelhecimento ativo” com a participação da sociedade em geral (SÃO PAULO, 2021b, p.1). Este Decreto, em seu Artigo 5º, inciso 3º, reforça a indicação aos municípios para implementarem Centros Dias do Idoso e Centros de Longevidade Ativa, na possibilidade de ampliar os cuidados aos idosos e seus familiares na perspectiva de proteção social especial e básica, respectivamente. “Os projetos básicos orientativos do manuseio e operação dos equipamentos de Centros Dia do Idoso e Centros de Longevidade Ativa serão ofertados aos Municípios pela Secretaria de Desenvolvimento Social” (SÃO PAULO, 2021b, p.1).

Deste modo, a normativa estabelece os CDI enquanto um serviço de cuidado diurno, híbrido na oferta integrada das áreas social e saúde, sendo na rede pública integrada a atenção à saúde primária e a cooperação da equipe, e neste sentido o aprimoramento em gestão de pessoas se faz primordial (CHIAVENATO, 2010). Na rede de proteção social está vinculado à atenção básica, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que devem efetuar o encaminhamento para os cuidados no CDI e o desenvolvimento de ações de proteção social especial de média complexidade. Observando a estrutura do setor não governamental e suas instâncias de operacionalização, a integração da atenção social com a saúde deve ser mantida, por meio do planejamento das ações propostas e dos respectivos setores envolvidos (SÃO PAULO, 2021b).

Destaca-se na normativa da Portaria CVS nº 02/2020, a possibilidade de oferta dos cuidados diurnos para idosos, pelos serviços do tipo CDI, serem desenvolvidos no contexto das ILPI, dadas as condições estabelecidas pelo órgão fiscalizador, bem como suas determinações e normas atribuídas (SÃO PAULO, 2021a). Contudo, o planejamento das atividades administrativas, técnicas e assistenciais deverão ter uma observância elevada quanto aos objetivos de cada serviço prestado, ao público atendido e às atividades planejadas, ao alcance do cumprimento legal e dos resultados satisfatórios à qualidade do cuidado. Neste sentido, este artigo apresenta a procura por vagas nos serviços de CDI em um município do interior paulista, destacando o motivo, quem fez a solicitação da vaga e para quem.

## **CUIDADO DIURNO NO CONTEXTO DE ILPI**

A Portaria CVS do Estado de São Paulo nº 02/2020 institui as normas para implementação e funcionamento dos Centros Dia para Idosos no âmbito do Estado de São Paulo, e permite o funcionamento deste serviço no contexto das instituições acolhimento de idosos de longa permanência, desde que:

(Artigo 3º) A Instituição de Longa Permanência para Idosos que desenvolver a atividade de Centro Dia para Idosos na sua dependência física deve relacionar tal atividade, quando da solicitação da sua Licença de Funcionamento, devendo o Centro Dia para Idosos possuir Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária- CEVS próprio. (SÃO PAULO, 2021a, p.1).

Os dados deste artigo referem-se à coleta anterior à Portaria citada e apresenta o mapeamento da busca por vagas de cuidado diurno, do tipo CDI, em espaços de prestação de serviços de cuidados de acolhimento residencial, coletivo, integral e de longa duração, mais conhecido por ILPI. Em que sentido, e o porquê dessas buscas? Qual o motivo da busca por vaga diurna nas ILPI? Qual o perfil de quem buscou a vaga e para quem? Essas perguntas foram disparadoras para execução do mapeamento de busca de vagas para cuidados diurnos nos espaços de ILPI em uma cidade do centro oeste paulistano.

## **OBJETIVO**

Verificar o comportamento de busca por vagas para cuidados diurnos, do tipo CDI, nas ILPI do município do estudo, realizando o mapeamento das solicitações realizadas por meio da identificação do motivo da busca, do perfil de quem busca e para quem a vaga buscada é destinada.

## **MÉTODOS**

Este estudo é descritivo e retrospectivo, baseado nos pressupostos do método qualitativo e quantitativo (MINAYO, 2014; BARDIN, 2016). Está vinculado à pesquisa “Suporte Social

ao Idoso e sua Família: Apoio em Cuidados de Longa Duração”. Todos os princípios éticos em pesquisa foram aplicados.

Foram mapeadas, ao longo de 2 anos (2018 a 2020), as solicitações de vagas nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) no município do estudo. A pesquisa principal verificou o comportamento dessa busca para revisão de políticas públicas locais. Este artigo apresenta parte desses dados, focalizando as 16 ILPI mapeadas e as solicitações de vagas para cuidados diurnos, na representação de serviços de CDI. A atividade principal das 16 ILPI do estudo é de competência de acolhimento institucional residencial coletivo e integral, mas houve a procura por atendimento diurno parcial (86 solicitações do total de 493).

Para a coleta foi utilizado um questionário semiestruturado organizado pelas equipes envolvidas e a participação dos representantes das ILPI. Os itens principais desse instrumento foram: perfil geral do solicitante pela vaga, para quem é a vaga, o motivo e alguns dados sobre a instituição. Para a análise, os fundamentos de conteúdo foram aplicados, por meio de ordenação de material, leitura flutuante, agrupamento em categorias e indicação de frequência pela codificação temática (BARDIN, 2016).

O tratamento dos resultados obtidos, a interpretação dos mesmos e de seus significados, integraram as interpretações inferenciais e análise reflexiva a partir do referencial teórico do tema. A análise quantitativa baseou-se nos princípios básicos de estatística simples, pela frequência, quantidade e percentagem (MINAYO, 2014; BARDIN, 2016).

## **RESULTADOS**

O município em que o estudo ocorreu indica uma população aproximada de 230.000 habitantes, com um pouco mais de 18% de pessoas idosas (SEADE, 2021). O registro, junto aos órgãos fiscalizados no momento deste estudo, indicou 16 ILPI, todas de natureza não governamental, 3(19%) do tipo filantrópica e 13(81%) empresas com fins lucrativos. A ILPI mais antiga data do ano de 1922, com características de filantropia, e a mais recente de 2017, vinculada ao setor privado com fins lucrativos. A soma de disponibilidade de vagas é de 504 e 421(83%) preenchidas por pessoas do sexo feminino (277;66%) e masculino (144;34%).

Quanto à identificação de alguma instituição de longa permanência de caráter governamental, verificou-se ausência e o município estabelece parceria com as filantrópicas quando necessita deste suporte. Quanto à disponibilidade de serviços de CDI, o município tem gestão pública de um Centro com capacidade para 20 idosos (ARARAQUARA, 2018).

Em relação ao interesse pelas vagas, foi identificado em dois anos 493 solicitações por

vagas nas ILPI, dentre elas, 86(17%) relativas para o cuidado diurno, caracterizadas como busca para CDI e o restante, 407(83%) para os serviços de ILPI. Foi verificado que dentre as 16 ILPI, 11(69%) disponibilizam divulgação para vagas de cuidados diurnos, correspondente aos serviços de CDI no contexto institucional de acolhimento e cuidados prolongados ao idoso. Entretanto, a observância da procura por vagas diurnas ocorreu em todas as ILPI.

A indicação para quem é a vaga, corresponde às características da pessoa idosa sobre: idade, sexo, estado civil, aspectos da fragilidade relatada pela deficiência (de acordo com a visão de quem solicitou a vaga), se possui filhos e com quem reside. Dentre as 86(100%) solicitações para CDI, 62(72%) foram para a pessoa idosa do sexo feminino e 24(28%) para masculino. Quanto à idade, a maioria são pessoas com 80 anos e mais (45;52%), e correspondem ao sexo feminino (32;37%) (Tabela 1).

**Tabela 1:** Caracterização dos idosos para as solicitações de Centro Dia segundo sexo e faixa etária: 80 anos, mais e menos, não informado e total. São Carlos, 2021.

<b>Sexo / Idade 80 mais e menos</b>	<b>86 (100%)</b>
<b>FEMININO</b>	<b>62(72%)</b>
80 MAIS	32(37%)
80 MENOS (79 a 60)	27(31%)
Não informado	3(4%)
<b>MASCULINO</b>	<b>24(28%)</b>
80 MAIS	13(15%)
80 MENOS (79 a 60)	10(12%)
Não informado	1(1%)

**Fonte:** Autoria própria (2021).

A faixa etária que representa a maioria entre as solicitações, é entre 80-89 anos (39;45%). As mulheres se destacam entre as faixas etárias 70-79 (26;30%) e 80-89 (27;31%), somando entre elas 53(62%) pessoas (Tabela 2).

**Tabela 2:** Caracterização dos idosos para as solicitações de Centro Dia segundo sexo e faixas etárias de 60 a 99 anos, distribuídas de 10 a 10 anos. São Carlos, 2021.

<b>Sexo / Faixas etárias</b>	<b>86 (100%)</b>
<b>FEMININO</b>	<b>62(72%)</b>
60-69	1(1%)
70-79	26(30%)
80-89	27(31%)
90-99	5(6%)
Não informado	3(4%)
<b>MASCULINO</b>	<b>24(28%)</b>
60-69	2(2%)
70-79	8(19%)
80-89	12(14%)
90-99	1(1%)
Não informado	1(1%)

**Fonte:** Autoria própria (2021).

Em relação ao estado civil da pessoa idosa, a viuvez é maioria (62;72%) seguido dos divorciados (10;11%). As mulheres viúvas estão em evidência (48;56%) em relação aos homens (14;16%). Os solteiros somam 6(7%), os casados 5(6%) e não informado 3(4%). Vale destacar que a soma entre os solteiros e divorciados é de 16(18%), e é relevante em se tratando de inferência, de que essas pessoas podem se encontrar em situações de moradia e cuidados sozinhas e podem necessitar de suporte mais assistido.

Quando indicado a dependência ou condições de fragilidade da pessoa idosa para o solicitante, foi identificado que a maioria “necessita de pequenos apoios na vida cotidiana e no apoio à mobilidade” tanto para o sexo feminino (35;41%) quanto o masculino (16;18%), e uma indicação maior para as mulheres com 80 anos e mais (20;23%). Quanto aos idosos totalmente independentes, os solicitantes sinalizam em número de 6(7%) pessoas, e totalmente dependentes, 7(8%).

As solicitações de vagas para os CDI são para as pessoas com filhos (78;91%) em relação aos que não tem (6;7%). Apenas 2(2%) solicitações não informaram sobre esta pergunta. As idosas com filhos somam 57(66%) pessoas e os idosos 21(25%). Além dos filhos presentes na vida desses idosos, pessoas próximas a eles, considerados familiares são a maioria (54;63%) quando se verifica com quem residem. Na sequência moram sozinhos (21;25%) e



com cuidador formal contratado para auxiliar nos cuidados diários (10;12%). Sobre morar sozinho, sexo e idade, observou-se que o sexo feminino (17;20%) é a maioria em relação ao masculino (4;5%), e as mulheres com menos de 80 anos estão em evidência (10;12%).

O destaque dos filhos (39;45%) no contexto de compartilhamento da moradia foi evidente e as filhas são a maioria (37;43%). Na verificação das filhas e a oferta de cuidados em relação à moradia, e a faixa etária dos idosos, é identificado que elas residem com as idosas de 80 anos e mais (27;31%) em relação aos idosos (5;6%). E para aqueles que moram sozinhos com o cuidador formal contratado, também se evidencia o cuidado para as mulheres com 80 anos e mais (7;8%) em relação aos homens (2;2%).

Foi apontado pelos solicitantes pelo menos uma fragilidade da pessoa idosa, indicada enquanto uma deficiência (43;50%), duas ou mais (24;28%) e não possui (17;20%). Dentre essas fragilidades, a principal foi associada à dimensão mental (23;27%), seguida da motora (14;16%), assim como a associação de ambas (15;17%). A associação das duas fragilidades citadas, com a dimensão auditiva e visual também foi evidenciada, na ordem de 4(5%) pessoas.

E sobre os solicitantes? Alguém da família teve destaque nas solicitações das vagas para os CDI. As mulheres (67;78%) estiveram em maior número em relação aos homens (19;22%) e dentre elas as filhas (52;60%). Os filhos somam 19(22%) solicitações e quanto ao estado civil geral dos solicitantes a viuvez é evidente (62;72%), seguido dos divorciados (10;12%), solteiros (6;7%), casados (5;6%) e não informou (3;4%). Sobre a faixa etária em evidência dos solicitantes, a maioria (34;39%) se encontra entre 50-59 anos, sendo o sexo feminino (31;36%) predominante. No entanto, quando se verifica a idade acima de 60 anos, os solicitantes somam 30(35%) pessoas, e, portanto, é possível considerar que um número elevado dos familiares que buscaram este tipo de apoio são pessoas próximas à fase da velhice ou já estão nesta fase.

O motivo para a solicitação da vaga foi indicado pelo solicitante e posteriormente categorizado, por meio da repetição de palavras-chave identificadas, frequência e inferência do conteúdo à luz do referencial teórico. As categorias organizadas são apresentadas na Tabela 3 e traduzem a necessidade da busca pela vaga em relação ao cuidado qualificado e a socialização.

**Tabela 3:** Descrição do motivo pelas solicitações de vagas diurna para os serviços de Centro Dia para Idosos, por meio de categorias. São Carlos, 2021.

<b>Motivo</b>	<b>86 (100%)</b>
Socialização	60(70%)
Cuidado qualificado	24(28%)
Não informado	2(2%)

**Fonte:** Autoria própria (2021).

Os resultados apontam para as necessidades dos idosos e familiares em relação ao cuidado qualificado de locais que possam oferecer e proporcionar interação social, com atividades que viabilizem a socialização não só no ambiente institucional, mas com a comunidade e os familiares. Abaixo estão algumas frases relacionadas aos motivos indicados pelos solicitantes.

*(Frases 1): “Para o idoso interagir com outros e não ficar sozinho durante o dia”*

*(Frases 2): “Toda a família trabalha e para a idosa não ficar sozinha, e ter alguém para socializar”*

*(Frases 3): “Idosa mora com a filha que trabalha durante o dia e precisa ter vida social”*

*(Frases 4): “Para o idoso interagir com outros idosos, buscar se socializar”*

*(Frases 5): “Idoso com demência senil e a família quer atividades de interação”*

*(Frases 6): “Idoso portador de demência, a família quer que ele interaja com outros idosos”*

*(Frases 7): “Idoso cadeirante portador de doença degenerativa, precisa de alguém para dar cuidado mais apropriado”*

*(Frases 8): “Idoso cadeirante, obeso e com demência senil. Difícil de dar o cuidado, a família nem sabe como”*

## **CONCLUSÃO**

O número elevado de interesse pela vaga relacionado à socialização é destaque deste estudo e apresenta considerável aproximação com os objetivos deste tipo de serviço, agregando cuidados específicos a idosos com alguma fragilidade e necessidade de cuidados qualificados. Por outro lado, o motivo de busca em interface com o espaço estrutural das ILPI não condiz com o planejamento principal dos serviços apresentados, e desta forma, os avanços em gestão organizacional dos serviços de atenção ao idoso devem ser reforçados para melhoria da qualidade do cuidado como apontado no estudo de Varoto et al (2021).

O município indica carência de oferta de CDI de natureza governamental. A busca nos espaços de atuação principal das ILPI para os cuidados diurnos, representa fragilidade no planejamento da cidade em ofertar espaços alinhados com as normas técnicas e tipologias adequadas para as estruturas organizacionais. Embora tecnicamente de competência normativa os CDI no contexto das ILPI são viáveis a partir do ano de 2021, no Estado de São Paulo, no momento de coleta de dados deste estudo esta possibilidade não condizia com esta norma e, portanto, a aplicação desta conduta parece mais alinhada com a possibilidade de cobrir demandas da comunidade, em contrapartida com as ofertas de serviços reduzidos para os cuidados diurnos.

O município do estudo tem disponível um CDI de natureza governamental, e embora algumas opções para o atendimento diurno sejam ofertadas por meio das ILPI, se observa uma demanda crescente. A possibilidade de mais espaços do tipo CDI pode estimular e fortalecer a permanência do idoso no seu contexto familiar, além da interação na comunidade, assim como, cumprir as diretrizes determinadas na Lei (BRASIL, 2014, 1996).

A busca prioritariamente por socialização sinaliza um interesse importante de interação social e pela prestação de serviços em uma organização formal que pressupõe segurança e qualidade. A interação social também tem destaque nos espaços de centro de convivência para idosos (CCI) para pessoas com independência e este estudo fortalece a busca por vagas nos CDI para idosos com alguma fragilidade, em sintonia com tipificação dos mesmos ((BRASIL, 2014; LIMOEIRO, 2017).

O interesse de cuidado qualificado junto a esse contexto, pode sinalizar que o cuidador familiar, centrado na figura das filhas, indica a necessidade de suporte ou compartilhamento das tarefas cotidianas do cuidador, além da observância de que grande parte dos familiares entre as faixas de 60-69 anos sinaliza que o cuidador(a) é pessoa idosa. O estudo corrobora com estudos que sinalizam a necessidade de cuidado para um cenário de idosos mais longevos (GATTI, 2019; IBGE, 2022).

O cuidado para pessoas idosas do sexo feminino, viúvas, morando sozinhas ou com algum parente e com idade acima de 80 anos é uma realidade do contexto brasileiro e são características identificadas neste estudo (IBGE, 2022). Por outro lado, chama a atenção a presença e a preocupação dos familiares, que são a maioria em busca do suporte de cuidado diurno, no sentido de apontar que estão ao lado do idoso e que precisam de um apoio em tempo

parcial, alinhando os princípios básicos da escolha por este tipo de serviço com a solicitação dos familiares (BRASIL, 2014; SÃO PAULO, 2015).

As famílias que buscaram a vaga demonstram um planejamento prévio de assistência, de cuidado ao idoso e a manutenção do vínculo familiar. Essa possibilidade deve ser mais explorada em outros estudos, mas salienta-se a necessidade de fortalecer o planejamento das famílias e seus membros no que diz respeito à oferta de cuidados em uma dimensão de territórios cada vez mais envelhecidos e pessoas mais longevas. A realidade que o estudo demonstrou, em que a busca de cuidados qualificados e socialização para idosos mais longevas e com alguma fragilidade, de ordem mental e motora, também é um alerta para as comunidades envelhecidas de que os serviços precisam se preparar e qualificar para atender novas demandas, até então pouco experienciadas na humanidade, e o planejamento estratégico dos serviços é fundamental (SANTOS; VAROTO; ZANON, 2022).

O planejamento e a organização estrutural e funcional das moradias também se fazem necessárias, no sentido de melhorar o ambiente e a ambiência (VAROTO et al, 2021). A realidade de permanecer por mais tempo possível no contexto da moradia natural é desejável, e este estudo apontou um número considerável de pessoas morando sozinhas e com apoio de cuidador formal. Os projetos arquitetônicos deverão ser pensados de forma a agregar normas técnicas de acessibilidade e adequações mais funcionais, permitindo a permanência na própria casa por maior tempo possível. E o apoio de serviços como CDI pode contribuir nessa interface de desejos e necessidades das pessoas mais longevas, com alguma fragilidade e que mantêm sua família ao seu redor.

Os projetos e planejamentos que permitam uma funcionalidade mais preservada no contexto domiciliar, devem ser considerados no contexto do ambiente urbano, integrando a mobilidade da pessoa idosa com as características que este estudo encontrou, uma vez que o serviço solicitado amplia a possibilidade de circulação e uso na comunidade local, nos horários que o idoso não o frequenta. Este uso amplia o potencial de planejar atividades do serviço CDI com outros serviços e com a comunidade, em diferentes dimensões, assim como com diferentes gerações, cumprindo desta forma diretrizes tipológicas e do funcionamento dos mesmos (BRASIL, 2014; SÃO PAULO, 2021a).

A tipificação dos espaços de atendimentos aos idosos, também denotam necessidade de recursos humanos qualificados integrados ao público atendido e objetivos delineados, como sinalizado no estudo de Corsini e Varoto (2020) com gestores das ILPI que ofertavam vagas

diurnas. De acordo com as normas técnicas vigentes no estado de São Paulo, é viável esta oferta, desde que preservadas as estruturas legais e normativas de planejamento de ambas as ofertas de atenção, incluindo-se equipe, atividades e outras a partir dos objetivos de cada tipificação dos serviços (SÃO PAULO, 2020; GATTI, 2019; BRASIL, 2014).

A operacionalização dos serviços da forma mais adequada alinhada à tipificação dos mesmos, é um mecanismo de controle social perante os órgãos fiscalizatórios responsáveis, assim como, a garantia de direito à atenção integral aos idosos (SÃO PAULO, 2020; BRASIL, 2017, 2014). O respeito ao idoso, independentemente do tipo de serviço no qual ele é cuidado, deve ser priorizado, além de ser a aplicação de preceitos de cuidado digno e de qualidade por meio de critérios. A interação entre as modalidades ILPI e CDI no mesmo espaço, sem a observância de critérios normativos, técnicos e definição apropriada dos objetivos, pode gerar prestação de cuidados inadequados, causar desconforto, gerar maior dependência dentre outros fatores de ordem mais negativa.

Este estudo contribui com elementos reflexivos e constata a emergente necessidade de planejar os serviços com maiores critérios a partir das necessidades locais. A indicação das famílias em busca de cuidados diurnos no município do estudo, sinaliza o cuidado dos familiares em preservar os vínculos estabelecidos e, ao mesmo tempo, um chamado de ajuda para o cotidiano familiar, frente ao ato de cuidar de uma pessoa idosa com alguma fragilidade.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Rio de Janeiro, p. 479-514, 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições, v. 70, 2016.

BATEMAN, Thomas Steve; SNELL, Scott Andy. *Administração: novo cenário competitivo*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Conteúdo: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530232/estatuto\\_do\\_idoso\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530232/estatuto_do_idoso_1ed.pdf). Acesso em: 17 Jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. *Política Nacional do Idoso*. Diário Oficial da União, 1994.

BRASIL. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução nº 109 de 11 de Nov. de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009.

BRASIL. *Tipificação Nacional De Serviços Socioassistenciais*. Reimpressão. Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil, Secretaria de Políticas de Assistência Social Departamento de Desenvolvimento da Política De Assistência Social. Diário Oficial da União. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Orientações técnicas para a implementação de Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa no Sistema Único de Saúde – SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, p.91, 2018.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *Revista brasileira de estudos de população*, v.27, n.1, p.232-235, 2010.

CARDOSO, Andresa Cristina. O Processo de Institucionalização de Idosos no Município de Florianópolis: a importância da proteção social às famílias. 2016. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166070>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas*. 2. Ed. São Paulo: Elsevier Brasil. 2010.

CORSINI, Tatiana de Vasconcellos Melo; VAROTO, Vania Aparecida Gurian. Long-Term care institution and day care center for the elderly: Brazilian typology according to managers' perception. *RIASE – Revista Ibero-Americana de Salud Y Envejecimiento*, V. 6, N.2, p.138-52, 2020. DOI: [http://dx.doi.org/10.24902/r.riase.2020.6\(2\).411.138-152](http://dx.doi.org/10.24902/r.riase.2020.6(2).411.138-152).

DA ROCHA, Jorge Afonso. O envelhecimento humano e seus aspectos psicossociais. *Revista FAROL*, v. 6, n. 6, p. 78-89, 2018.

FECHINE, Basílio Rommel Almeida; TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *InterSciencePlace*, v. 1, n. 20, p.106-194, 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Perfil dos Municípios paulistas*. Araraquara, 2021. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/>. Acesso em: 20 Jun. 2022.

GATTI, Adriana Cristina. Desafios das políticas públicas no cuidado a idosos com algum grau de dependência cuja rede familiar é insuficiente. 2019. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2019. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334406?locale=pt\\_BR](http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334406?locale=pt_BR). Acesso em: 11 Jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação de São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

KATZ, Rachel Vainzoff; CARLOS, José. Centro Dia Bom Retiro: A importância da capacitação da equipe de um Centro Dia para Idoso, *Revista Mais60 – Estudos sobre Envelhecimento*, v. 29, n. 71, p.46-57, 2018.

LIMOEIRO, Beatrice Cavalcante. *Uma sociedade para todas as idades: Centro Dia e Centro de Convivência para idosos em Campo Grande*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=lang\\_es|lang\\_en|lang\\_pt&id=HQIvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=uma+sociedade+para+todas+as+idades+beatrice&ots=71q-5mN-MR&sig=QdPZGBz-LJq5IFwf4SOO1qs4Yro#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptPT&lr=lang_es|lang_en|lang_pt&id=HQIvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=uma+sociedade+para+todas+as+idades+beatrice&ots=71q-5mN-MR&sig=QdPZGBz-LJq5IFwf4SOO1qs4Yro#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 12 abr. 2022.

MATOS, Naiton Santos de. Comunicação e marketing nas organizações: contribuições da semiótica para o potencial estratégico do marketing e da comunicação organizacional. In: SILVA, Bianca Gabriely Ferreira; ARAÚJO, Andréa Cristina Marques de; MELLO, Roger Goulart (orgs.). *Administração em foco (livro eletrônico): tendências e práticas na gestão contemporânea: v.2*, Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022. Cap. 22, p.366-378. DOI: <https://doi.org/10.47402/ed.ep.c2022133822474>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro, p.507-519, 2016

MUTCHNIK, Vanessa Idargo; SANCHES, Marília Fiorezzi Taborda Vieira. *Fórum de Centro-dia em SP discute norma técnica, funcionalidade do idoso e direitos* - 2019. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/forum-de-centro-dia-em-sp-discute-norma-tecnica-funcionalidade-do-idoso-e-direitos/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

NATIONAL ADULT DAY SERVICES ASSOCIATION (NADSA). *About Adult Day Services* - 2022. Disponível em: <https://www.nadsa.org/learn-more/about-adult-day-services/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

NAVARRO, Fabiana Magalhães; MARCON, Sônia Silva. Convivência familiar e independência para atividades de vida diária entre idosos de um centro dia. *Cogitare Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 211-217, set/dez. 2006.

NETTO, Matheus Papaléo. Estudo da Velhice: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, Elizabete Viana de *et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Ltda, p.103-125, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. *Edinho quer ampliação do Centro Dia do Idoso a outros pontos da cidade* - 2018. Disponível em: <http://www.araraquara.sp.gov.br/importacao/noticias/2018/01/23/edinho-quer-ampliacao-do-centro-dia-do-idoso-a-outros-pontos-da-cidade>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROMUALDO, Claudia da Rosa Lima. Implantação dos Centros Dia para Idosos no Município de São Paulo. In: CONGRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 10., 2017, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, p.1-13, 2017. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Artigos/Implanta%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Centros%20Dia%20para%20Idosos%20no%20Munic%C3%ADpio%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>. Acesso em: 08 maio. 2022.

SANTOS, Luiz Eduardo dos; VAROTO, Vania Aparecida Gurian Varoto; ZANON, Celeste José. Gestão em gerontologia: retrato da produção acadêmica dos programas de pós-graduação em gerontologia brasileiros. In: SILVA, Bianca Gabriely Ferreira; ARAÚJO, Andréa Cristina Marques de; MELLO, Roger Goulart (orgs.). Administração em foco (livro eletrônico): tendências e práticas na gestão contemporânea: v.2, Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022. Cap. 27, p.439-455. DOI: <https://doi.org/10.47402/ed.ep.c2022134327474>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Especial de Comunicação. *Prefeitura abre primeiro Centro Dia para idoso - 2015*. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-abre-primeiro-centro-dia-para-idosos>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Portal do Governo: Sp notícias. *#SPamigodoidoso: veja as ações do Governo de SP para a terceira idade - 2016*. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/spamigodoidoso-veja-as-acoes-do-governo-de-sp-para-a-terceira-idade/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Diário Oficial do Estado de São Paulo. Centro de Vigilância Sanitária, Portaria nº 02 de 18 de Março de 2020: Institui normas para implantação e funcionamento dos Centros Dia para Idosos no âmbito do Estado de São Paulo, 2020. Disponível em: [http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/E\\_PT-CVS-2\\_180320%20IDOSO.pdf](http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/E_PT-CVS-2_180320%20IDOSO.pdf). Acesso em: 03 fev. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Desenvolvimento Social. Portal do Governo: Assistência Social, *São Paulo Amigo do Idoso - 2021a*. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sao-paulo-amigo-do-idoso/>. Acesso em: 20 out. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Diário Oficial do Estado de São Paulo. Decreto N.66.346, de 16 de dezembro de 2021. 2021b. Reformula o Programa "São Paulo Amigo do Idoso" e o "Selo Amigo do Idoso". Disponível em: [https://ses.sp.bvs.br/wp-content/uploads/2021/12/E\\_DC-66346\\_161221.pdf](https://ses.sp.bvs.br/wp-content/uploads/2021/12/E_DC-66346_161221.pdf). Acesso em: 06 abr. 2022.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 58.047 de 15 de maio de 2012. Institui o Programa Estadual "São Paulo Amigo do Idoso", e o "Selo Amigo do Idoso", e dá providências correlatas. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/167039>. Acesso em 09 abr. 2022.

SILVA, Isadora Jacques da. *Centro dia para idosos*. 2014. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/213716/TCC\\_I\\_FINAL\\_Isadora.pdf?squence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/213716/TCC_I_FINAL_Isadora.pdf?squence=1&isAllowed=y). Acesso em: 10 fev. 2022.

TEIXEIRA, Flávio Augusto Bragança *et al.* Avaliação dos fatores extrínsecos e intrínsecos, e o processo de aceitação do envelhecimento. *CIPEEX*, v. 3, n.15, p. 1110-1118, 2018. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/CIPEEX/article/view/2872/1379>. Acesso em: 08 abr. 2022.

UNITED NATIONS. World Population Prospects 2019: Highlights. United Nations, Department of Economics and Social Affairs, Population Division, p. 02, 2019. Disponível em:



[https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_10KeyFindings.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_10KeyFindings.pdf). Acesso em: 14 maio. 2022.

VAROTO, Vania Aparecida Gurian. *et al.* Moradia na velhice: a busca por instituição de longa permanência. 2021. In: PLURIS 2021 - CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 9., 2021, Brasil. *Anais eletrônicos...* Brasil: UNESP, 2021, p. 1-13. DOI: <https://doi.org/10.21814/pluris21>.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Decade of healthy ageing: baseline report. Geneva: World Health Organization, 2020.

YAMAGUCHI, Marianna Barbosa *et al.* Perfil dos Idosos do Centro-dia para Idosos “A Mão Branca”. *Revista Kairós: Gerontologia*, v. 21, n. 2, p. 393-405, jun. 2018.

# CAPÍTULO 22

## O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO SOBRE O ATUAL CENÁRIO DA GESTÃO FINANCEIRAS DAS FAMÍLIAS DA CIDADE DE RESTINGA SÊCA

Moacir Francisco Muraro  
Mateus Toller  
Vonia Engel

### RESUMO

Este estudo traz uma abordagem de quais as razões levam as famílias brasileiras a ficarem endividadas, retratando a situação econômica do país bem como o comportamento das pessoas na hora de ir às compras, também os resultados que isso irá trazer tanto para as pessoas, bem como, para o mercado de trabalho onde as mesmas estão inseridas. O objetivo geral deste artigo é analisar quais cenários financeiros e econômicos são mais impactantes para o endividamento das famílias no Brasil. Utiliza-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica que nos mostra a situação atual no país, juntamente com uma aplicação prática, através de um questionário enviado e respondido por 40 pessoas. Este questionário foi aplicado levando em consideração a região central do estado do Rio Grande do Sul na cidade de Restinga Seca, em seu distrito Recanto Maestro. A pesquisa realizada apontou para um aumento significativo das tomadas de crédito no Brasil bem com um baixo conhecimento de como fazer a gestão dos seus recursos financeiros.

**PALAVRAS CHAVES:** Dívidas das famílias; Cenários financeiros; Educação financeira.

### INTRODUÇÃO

O endividamento das famílias brasileiras está conforme a dinâmica financeira que o país atravessa há muitos anos, ou seja, alta da inflação e juros. Além disso, a facilidade de adesão ao crédito faz com que muitas famílias optem por essa modalidade e acabam por não conseguir honrar seus compromissos, pelo fato de não ter o conhecimento de fazer a gestão financeira da forma correta.

A maioria da população brasileira tem muitas dificuldades quando há a necessidade de utilização do seu próprio dinheiro ou até mesmo crédito, seja pela falta de informações, conhecimento, seja pela falta de incentivo a disciplinas de educação financeira nas escolas, ou até mesmo sem as devidas orientações dos pais desde cedo, todos estes aspectos favorecem a formação de pessoas que não costumam poupar ou até mesmo investir os seus rendimentos. Por esta razão muitas famílias brasileiras acabam aumentando seu padrão de consumo pelo aumento da renda ou pela facilidade de acesso ao crédito, mas sem o real entendimento de como é a forma mais correta de tal ação, o resultado será o endividamento.

Analisando o cenário acima descrito tem-se como objetivo deste estudo buscar a verificação do comportamento das famílias de Restinga Sêca, junto com os dados do endividamento das famílias brasileiras com relação ao controle de seus gastos. Como objetivos específicos elencamos aqui: fazer uma avaliação do endividamento das famílias brasileiras; verificar como este endividamento na região citada, avaliar como está sendo utilizado o cartão de crédito; os impactos que os endividamentos podem causar na capacidade de produção dos funcionários.

Com base no contexto do momento segundo dados de renomados sites e institutos de pesquisa o estudo deste texto foi elaborado, levando em consideração a alta relevância do endividamento das famílias brasileiras, o que vem durante o decorrer dos anos tendencialmente aumentando, baseando-se nestas informações, o estudo tem como problema de pesquisa o questionamento: Quais as principais causas do endividamento das famílias brasileiras, e o que isso tem a ver com o mau uso do cartão de crédito, o quanto isso impacta no local de trabalho das pessoas e o quanto o aprendizado em sala de aula poderia ajudar as pessoas.

Para responder ao questionamento acima foram abordados dados sobre o endividamento das famílias brasileiras na primeira seção, na segunda abriremos o tema “como está sendo usado o cartão de crédito”, em seguida abordaremos a questão da diminuição da produtividade na empresa relacionada ao endividamento dos colaboradores, e por último a importância de ensinar gestão financeiras nas escolas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia usada, bem como, a fundamentação neste trabalho, foi uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com a contextualização descritiva, na qual foi levantado os conteúdos a partir de livros, revistas, reportagens e artigos e blogs que tratam da temática de gestão financeira, endividamento e afins, utilizando-os as referências bibliográficas como subsídios para a construção teórica do artigo. Para Lakatos e Marconi (2001), o estudo bibliográfico ou de fontes secundárias é o que especialmente interessa a este trabalho. Compreendendo que a partir das bibliografias pode-se legitimar teoricamente o estudo.

Além do estudo bibliográfico foi aplicada uma pesquisa com jovens que trabalham nas empresas do Recanto Maestro. O procedimento com a utilização de um questionário, se define como “um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 2008.).

A estratégias para operacionalização da coleta foi feita através de perguntas aplicadas através do *Google Forms*, que posteriormente foram transcritas e analisadas.

## **ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS**

O termo endividamento significa contrair dívidas. Se você tem parcelas a pagar significa que você tem dívidas, estando elas sendo pagas na data do vencimento ou não. Mesmo que o financiamento da casa, o pagamento do cartão de crédito esteja sendo pagos nas datas correspondentes ao vencimento, você é um devedor.

Trago-lhes um questionamento, que por vezes se confunde na análise de muitas pessoas, sendo ele o seguinte:

Endividamento e Inadimplência são a mesma coisa? Não, são coisas totalmente diferentes. Explico, o endividamento nada mais é que quando uma pessoa qualquer contrai uma dívida, seja ela do que for, ou seja, tem algo a pagar por um período determinado de tempo, de forma semanal, mensal ou anual, já a Inadimplência se trata de ter uma dívida e não conseguir pagá-la nas datas preestabelecidas. Exemplo: Caso uma pessoa tenha contraído uma dívida e as pague em dia, essa pessoa não é inadimplente. Logo aquela pessoa que possui uma obrigação e não consegue cumpri-la é inadimplente. Ou seja, possui dívidas e não consegue pagar na data estabelecida. Uma das primeiras consequências de uma pessoa que não honra suas obrigações financeiras é ter o nome incluído nos cadastros de restrição ao crédito, passando a ser negativado. Desta forma podemos concluir que todo o inadimplente é endividado, porém nem todo o endividado é um inadimplente.

## **PERFIL DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM 2022**

Conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC 2022), em janeiro do ano de 2021 o índice de famílias brasileiras endividadas era de 66,5%, um ano depois, janeiro de 2022 esse índice cresce para 76,1%, ou seja, aumento de 9,6 pontos percentuais. Dentro dessa estatística, a principal causa apontada foi o desemprego, que é o responsável por 30% dos endividados, ou seja, se há 10 endividados pelo menos 3 estão desempregados, (CNC, 2022).

Esses dados trazem uma preocupação, como vimos acima que nem todos os endividados podem ser inadimplentes, sabemos que o número de endividados indicam um orçamento desequilibrado, isso ocorre quando se ganha um valor e acaba se gastando mais. A pesquisa aponta também que 88% das pessoas têm vergonha por estar endividados, também

geram impactos na vida social, acabam causando transtorno na vida profissional e indicam ser um dos maiores fatores dos divórcios entre casais.

Ressalta-se, se não tivermos uma vida financeira organizada, isso produzirá uma reação negativa em cadeia que atrapalha muitos ou todos os aspectos da nossa vida. Há também uma parte das famílias que não consegue pagar suas contas ou dívidas em atraso, ou seja, permanecerá inadimplente, esse percentual em janeiro de 2021 era de 10,9% das famílias, porém este índice diminuiu para 10,1% um ano depois.

**Tabela 1:** Indicadores dos endividados de Jan 21 – Jan 22.

Logo: PESQUISA NACIONAL CNC | Endividamento e Inadimplência do Consumidor

### Peic – Síntese dos Resultados

Síntese dos Resultados			
	Total de Endividados	Dívidas ou Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
jan/21	66,5%	24,8%	10,9%
dez/21	76,3%	26,2%	10,0%
<b>jan/22</b>	<b>76,1%</b>	<b>26,4%</b>	<b>10,1%</b>

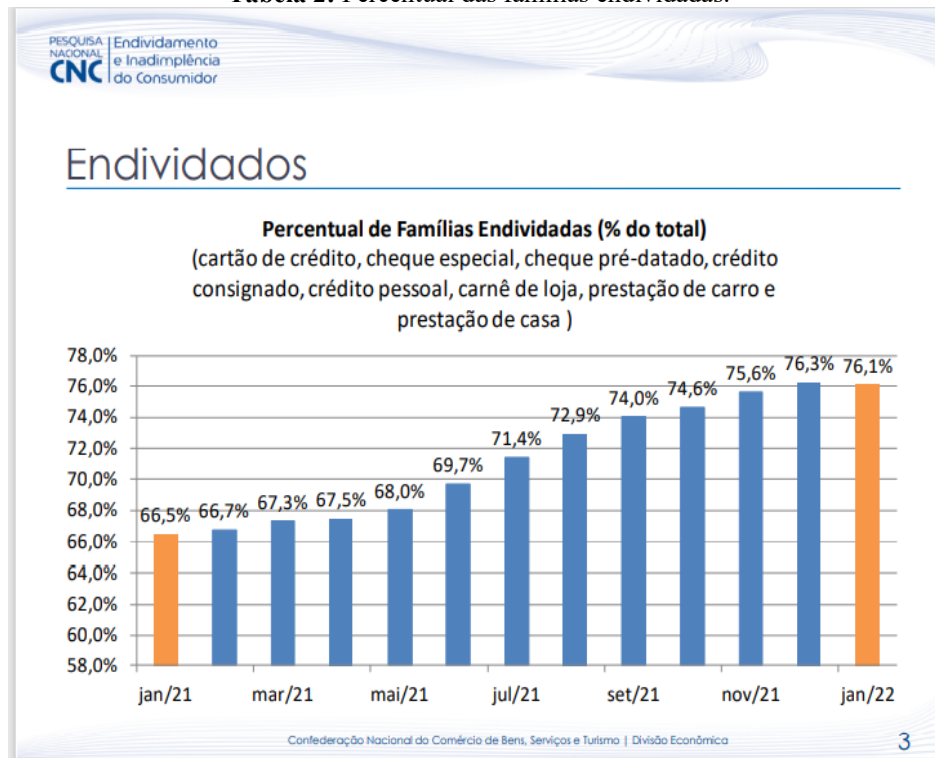
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo | Divisão Econômica

2

Fonte: CNC, 2022.

Conforme podemos verificar na tabela 1, ao passar um ano da pesquisa nota-se um aumento de 9,6% no número de endividados, bem como aumento de 1,66% de pessoas que possuem dívidas ou contas em atraso, mas em contrapartida podemos visualizar uma diminuição de 0,8% de cidadãos que não terão como pagar suas dívidas.

**Tabela 2:** Percentual das famílias endividadadas.



Fonte: CNC, 2022.

Na tabela 2 podemos verificar a porcentagem de aumento das dívidas no mesmo período da tabela 1, indicando nas mesmas alguns dos tipos de dívidas aos quais os brasileiros estão submetidos, como por exemplo cartão de crédito, cheque especial, prestação de carro, entre outras. Observamos que ao passar dos meses este índice vem aumentando de forma significativa, isso indica uma possível diminuição da renda dos brasileiros, mas também uma falta de controle com os gastos, ou seja, avaliar o que deve e o que não deve ser comprado naquele respectivo momento.

## O USO DO CARTÃO DE CRÉDITO PELOS BRASILEIROS

O que é o cartão de crédito? É uma forma de adquirir bens e ou serviços sem precisar possuir dinheiro na hora da compra, é uma forma de empréstimo com prazo de pagamento estabelecido, disponibilizado por bancos ou instituições financeiras, (SERASA, 2022). Um ponto a se observar na hora de utilizar um cartão de crédito é que o mesmo possui regras a serem seguidas, isso quer dizer que, se você está gastando algo que não possui em mãos naquele momento, está contraindo uma dívida, na data estabelecida terá que honrar tal compromisso assumido.

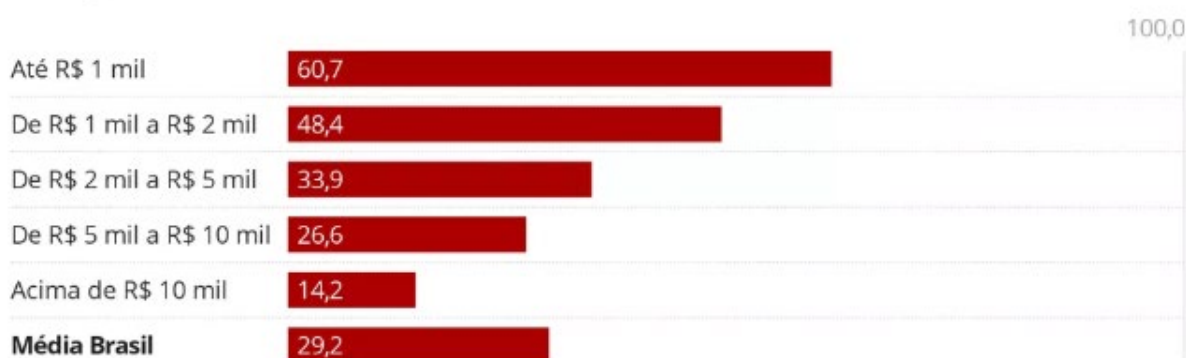
O que a pessoa talvez acaba não percebendo é que, quando a instituição bancária ou financeira disponibiliza um cartão de crédito ela determina um limite para cada pessoa em função da sua renda, logo cabe a cada usuário estabelecer qual o valor a ser destinado para uso

no crédito para posteriormente poder fazer o pagamento da fatura total. Pois os juros praticados para compras no cartão de crédito são altos e caso o usuário não pagar a fatura ou pagar o valor mínimo sugerido pelas operadoras o mesmo irá se endividar.

Uma dúvida que as pessoas têm é se o cartão de crédito é amigo ou vilão, aqui podemos explicar melhor para poder sanar tal dúvida. Alguma pessoa tem medo do cartão, entendem ser um dinheiro irreal e que não irão conseguir pagar, isso realmente é correto, o dinheiro em questão trata-se de um empréstimo e deverá ser encarado com muita responsabilidade, porque o valor gasto no cartão deve ser pago e nunca deverá ultrapassar o valor das suas receitas. Porém se o cartão for utilizado de maneira consciente, pagando em dia as respectivas faturas, ele pode se tornar um grande aliado, pois facilita suas compras e traz benefícios.

**Tabela 3:** Percentual da renda comprometida com cartão de crédito.

Em %, por faixa de salário



Fonte: Serasa Experian, 2022.

Na tabela 3 podemos verificar a porcentagem da renda que os brasileiros comprometem com o uso do cartão de crédito, levando em conta a faixa salarial de cada pessoa, sendo que, as pessoas com salários menores acabam por comprometer uma porcentagem bem mais alta usando o cartão de crédito. A nível Brasil a média de renda comprometida com o uso de cartão de crédito equivale a 29,2%. Entre os consumidores que ganham até R\$ 1 mil por mês, o gasto médio com cartão ficou em R\$ 524 no último mês de abril, ou o equivalente a 60,7% da renda destes brasileiros. Já na faixa de renda entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, o percentual abocanhado pelas faturas chega a 48,4%, caindo para 14,2% entre aqueles com rendimentos acima de R\$ 10 mil, (SERASA, 2022).





**Tabela 4:** Tempo para a dívida dobrar de acordo com a modalidade usada.

**DÍVIDAS DE R\$ 1.500 E R\$ 3 MIL**

Modalidade	Taxa de juros média ao mês	Tempo
Cartão de crédito	9,37%	8 meses
Cheque especial	7,92%	10 meses
Carnê e cartão de loja	4,06%	Um ano e meio (18 meses)
Caderneta de poupança	0,4134%	169 meses (14 anos)



**DICAS**

-  Prefira comprar à vista
-  Evite pagar a parcela mínima do cartão de crédito. Se for o caso, cancele-o para não se afundar ainda mais nas dívidas
-  Vale a pena, por exemplo, pegar um empréstimo consignado para acertar as contas com o cartão de crédito, já que os juros da primeira modalidade são menores do que os da segunda
-  Planeje seu orçamento, anotando gastos e receitas. Isso evita o endividamento

Fonte: adaptada de ANETAC, 2022.

Na tabela 4 verifica-se o tempo que a dívida dobra de valor de acordo com a modalidade de crédito adotada, caso o devedor não consiga cumprir com as obrigações anteriormente adquiridas. Facilmente pode-se observar que o saldo devedor aumenta com mais velocidade no uso inadequado do cartão de crédito, sendo mais rápido a piora no endividamento se compararmos com o uso do cheque especial ou carnês e cartões de lojas, isso em função da grande diferença de taxas de juros.

A tabela também apresenta algumas dicas de um passo a passo para evitar chegar em uma condição crítica referente a nossa condição financeira. Como comprar à vista, e não pagar a parcela mínima do cartão de crédito, ou até mesmo fazer o cancelamento do cartão, para evitar o uso por impulsos e desta forma afundar-se ainda mais em dívidas. Outra questão importante apresentada é como fazer empréstimos com juros mais baixos do que do cartão, e para finalizar, fazer um controle preciso de todos os seus gastos, dessa forma irá saber se pode adquirir algo ou se deverá esperar mais um pouco.



## ENDIVIDAMENTO VERSO PRODUTIVIDADE NAS EMPRESAS

Como o endividamento pode afetar o desempenho dos funcionários dentro das empresas, o aumento da produtividade nas empresas deve ser uma busca constante de todos os empresários e gestores. O fator de motivação e o bem-estar dos colaboradores afetam o desempenho e as entregas das tarefas demandadas. Existem vários fatores que podem prejudicar o rendimento de um funcionário dentro de uma organização, mas um em especial poderá arruinar a sua motivação, a dificuldade de pagar suas contas, ou seja, o endividamento é um dos principais motivos que levam o colaborador a ficar desmotivado. Com o orçamento apertado, sem perspectivas de sair dessa situação e precisando escolher quais serão as contas a pagar no mês, acaba que o funcionário não consegue se esforçar e se dedicar integralmente ao trabalho.

Este é um problema grave, tanto para o empresário quanto para o colaborador, a empresa pode sofrer perdas em função da baixa produtividade, porém com relação ao colaborador o mesmo também poderá sofrer, se não entregar resultado o mesmo poderá até ser demitido. Por essa razão é de extrema importância entender como o endividamento afeta a produtividade de uma pessoa no trabalho.

Existem vários pontos relacionados ao endividamento que poderão impactar grandes problemas quando o assunto é a produtividade no trabalho. Um dos mais importantes é a perda de tempo com assuntos relacionados às dívidas que os colaboradores acabam falando entre si. O profissional se envolverá com ligações para renegociação de tais obrigações com os credores, o mesmo usará seu tempo durante o expediente de trabalho para planejar quais contas irá pagar e até mesmo fazer um planejamento para sair desse cenário.

O funcionário endividado com certeza estará passando por um problema de desgaste emocional, pois o trabalho em si geralmente já traz um alto nível de estresse e além disso a preocupação com as contas fora de controle. Todo esse contexto poderá ser um dos fatores determinantes para a baixa produtividade. Os colaboradores com problemas de contas em atraso faltam ao trabalho com frequência, se comparados a aqueles que não possuem problemas financeiros, este é um detalhe que faz com que o profissional tenha uma menor produtividade, pois se o mesmo faltar ao trabalho não irá contribuir em nada naquele dia. Importante destacar que as faltas constantes ao trabalho são motivos recorrentes de demissão nas organizações. Pelas razões acima citadas, é importante salientar que é fundamental as empresas proporcionarem aos colaboradores palestras com temas como saúde financeira, equilíbrio do orçamento financeiro e formas de evitar o endividamento. Pois com tais ações os colaboradores

poderão estar mais concentrados em suas atividades, terão melhoras nas relações do dia a dia e o que os empresários mais almejam, aumento na produtividade.

## **A IMPORTÂNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

Todas as pessoas possuem o sonho da independência financeira, e isso quer dizer muita coisa, por exemplo, ter condições de ter uma vida confortável sem depender de ninguém. Mas podemos ir mais longe, já imaginou precisar de um alto valor em dinheiro, e mesmo sem estar no seu planejamento, você saberá de onde tirar sem que isso comprometa seu orçamento?

Qualquer pessoa poderá alcançar esse nível de independência, porém sem educação financeira isso é praticamente impossível. Pessoas com educação financeira são mais conscientes com relação a orçamento pessoal, e com isso vivem sem preocupações financeiras e assim garantem que o dinheiro não controle as suas ações.

Para uma pessoa chegar nesse patamar, é necessária uma mudança de mentalidade sobre o uso correto do dinheiro, pois só guardar um dinheirinho ou cortar um ou outro gasto na semana será suficiente, é muito mais do que isso. Sem dúvidas essas ações irão ajudar, mas são necessárias muitas outras práticas para mudar a situação financeira.

Muitos adultos não conseguem fazer o gerenciamento dos seus ganhos com relação aos seus gastos, e para educá-los financeiramente é um grande desafio, logo quando esse assunto é tratado com jovens as dificuldades são ainda maiores. E é justamente nesse momento que a independência chega e as responsabilidades passam a ser de cada um e não mais dos pais. É muito fácil encontrar pessoas que começaram a se endividar ainda bem jovens. Por esse fato, aprender a lidar com o dinheiro ainda jovem é extremamente importante, assim pode-se fazer a gestão dos recursos de maneira correta desde cedo, evitando assim endividamento depois de adulto, e desta forma os retornos financeiros poderão vir antes do esperado.

Educação financeira nas escolas é muito mais do que simplesmente ensinar crianças e adolescentes a se organizarem financeiramente. Alguns estudiosos relatam que com essa prática, os alunos aprendem e desenvolvem traços de comportamentos que poderão trazer muitos benefícios no futuro. Como por exemplo;

- Disciplina
- Organização e planejamento
- Autocontrole emocional
- Gestão e inteligência financeira
- Visão analítica

Por essa razão a aprendizagem de finanças em escolas é fundamental. Pois, além de evitar o aumento de endividamentos no futuro, poderá ser um fator de diminuição das desigualdades sociais e uma melhora no comportamento das pessoas.

No Brasil, é obrigatório desde 2017 ensinar educação financeira para o ensino fundamental. E em breve isso irá valer para o ensino médio, mas na realidade as aulas não chegaram em muitas escolas do Brasil e ainda muitos professores não receberam treinamento para trabalhar o assunto. O resultado disso é a questão de os alunos estarem sendo prejudicados, pois estão perdendo a oportunidade de aprender a controlar seus gastos ainda jovens, algo que é essencial para ter uma vida financeira melhor no futuro. Conforme a Associação de Educação Financeira do Brasil - AEF Brasil, as regiões mais graves são Centro-Oeste e Nordeste, onde somente 7% e 8% respectivamente das escolas trabalham o conteúdo (AEF Brasil, 2022).

A região Norte ocupa o topo a nível Brasil, onde 33% das escolas ensinam educação financeira, claro, este índice é puxado pelo Tocantins, considerado modelo no ensino de educação financeira. O Sul aparece com 32% e a região Sudeste com 20% das escolas que trabalham o conteúdo. Como podemos observar há um longo caminho a percorrer, pois mesmo com a obrigatoriedade, não há a aplicação deste ensino, e ainda o Ministério da Educação – MEC, afirma não ter um balanço sobre o tema, já que cada estado tem autonomia sobre os currículos de suas escolas.

## **PESQUISA FEITA “IN LOCO” NO RECANTO MAESTRO**

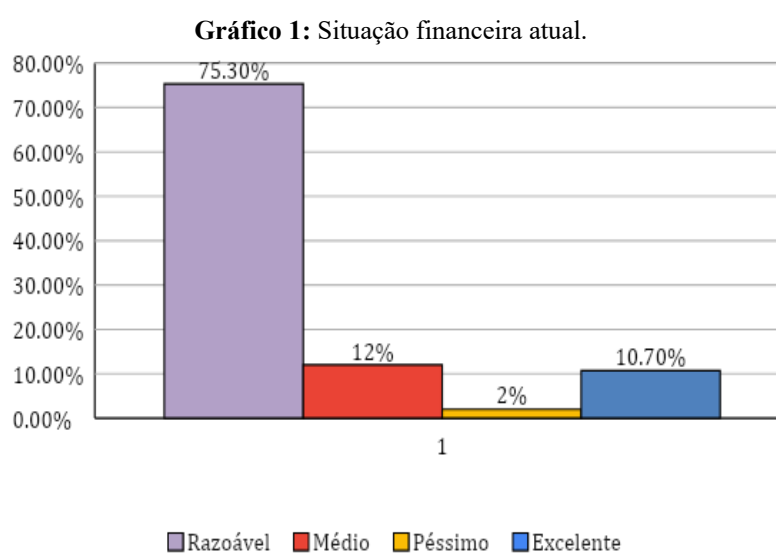
Com base no tema apresentado, os autores foram em busca de uma pesquisa prática, aplicando conhecimentos adquiridos durante o curso, e principalmente durante a cadeira de Estatística para negócios. Para que pudéssemos entender a situação atual da região, que se trata de um Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista, abrangendo um grande complexo Hoteleiro, sendo composto por parque Termal, Resort, Hotéis e Pousadas, saliento que também possui uma grande Faculdade, que traz para a região muitos jovens, formando a cadeia de mão de obra de boa parte do local.

Para à pesquisa buscamos dados e respostas de algumas pessoas dos mais variados empreendimentos da região, sendo a mesma feita para que o participante a realizasse de forma anônima, mas, contudo, contribuindo para nossa pesquisa. Foram abordadas 10 questões, sendo perguntas objetivas, feitas através de Google Forms, e aplicadas diretamente com as pessoas.

As perguntas vinham do básico ao mais específico, conduzindo a construção da explanação sobre a realidade financeira atual do local, mais uma vez ressaltando que os jovens

abordados em pesquisa são estudantes de faculdade particular, o que de certa forma gera custo e não só pode como gera impacto no resultado de nossa pesquisa.

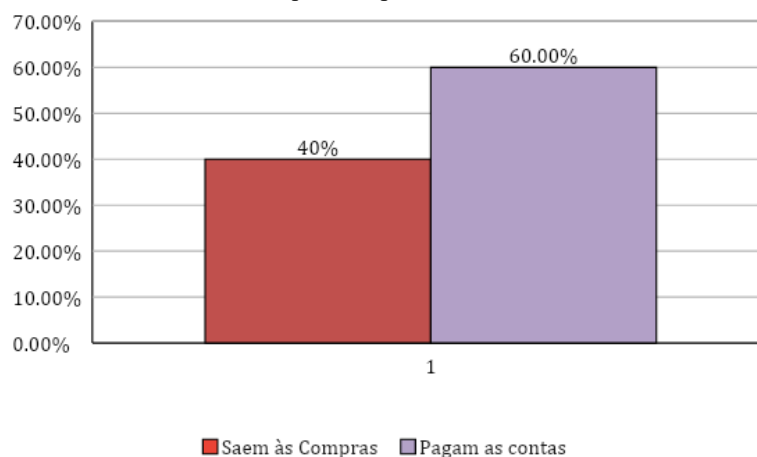
Uma das questões levantadas foi identificar como estava a situação financeira atual. Como podemos observar no gráfico a baixo, 75,3% dos entrevistados entendem que sua situação financeira é razoável, e 12% entende que sua situação financeira é média, ainda o equivalente a 10.7% respondeu estarem em excelente condição, 2% dos entrevistados dizem estar em péssimas condições financeiras. Podemos entender que boa parte da amostra se encontra com dívidas, porém sob controle, de forma a não estarem inadimplentes, contudo, ganhando razoavelmente e pagando tudo em dia.



Fonte: Elaboradas pelos autores, 2022.

Outro questionamento foi compreender a relação com os rendimentos, para isso questionou-se: quando você recebe seu salário, qual a primeira coisa que você faz? As respostas vieram das mais variadas possíveis, abrangendo da pessoa que recebe e sai às compras, até aquela que recebe e paga suas contas em primeiro momento. Levando em consideração estes dois panoramas, podemos definir que 40% saem as compras e 60% dos jovens utilizam-se do salário para sair pagando suas contas.

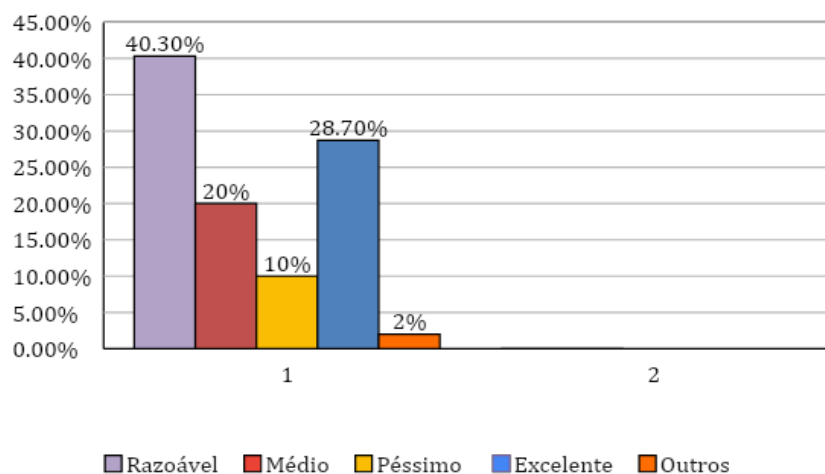
**Gráfico 2:** O que faz após receber seu salário.



**Fonte:** Elaboradas pelos autores, 2022.

Também buscou-se entender como os familiares dos pesquisados relacionam-se com o dinheiro. Entre as alternativas obtivemos as seguintes porcentagens: Péssima, com 10%, média, com 20%, razoável com 40,3%, excelente com 28,7% e outros, com 2%.

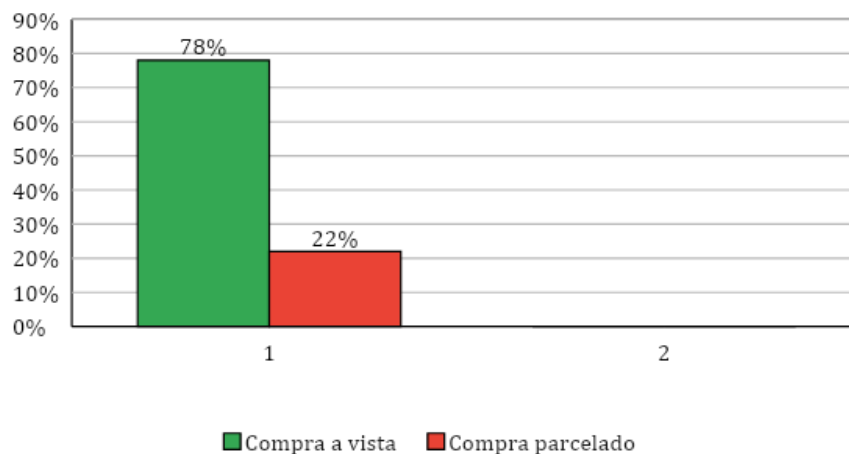
**Gráfico 3:** Relacionamento dos seus familiares com o dinheiro.



**Fonte:** Elaboradas pelos autores, 2022.

Quando você necessita comprar algo com um preço maior, qual a sua estratégia? Nesta pergunta, surpreendentemente obtivemos “boas” respostas em sua maioria. Digo boas, pois a grande maioria, 78% respondeu que prefere adquirir à vista se possível, enquanto 22% se colocou a comprar parcelado para conseguir adquirir os bens.

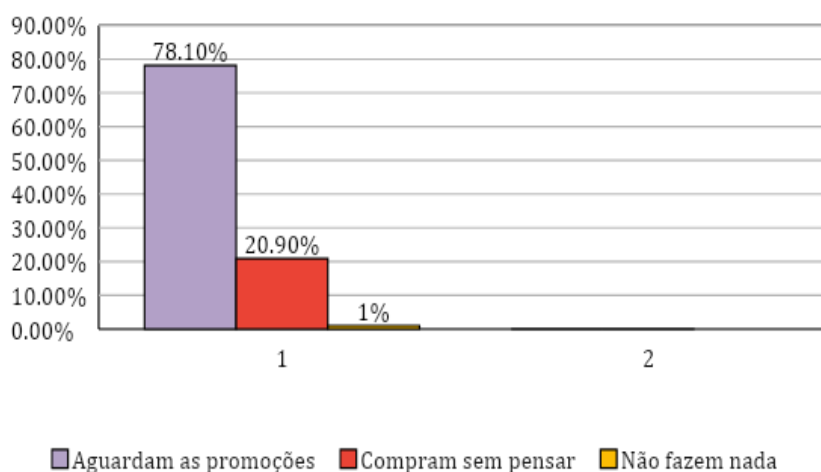
**Gráfico 4:** Estratégia quando necessita comprar algo com um preço alto.



Fonte: Elaboradas pelos autores, 2022.

Ao se deparar com uma superpromoção em uma das suas lojas favoritas, o que você faz? Aqui foram citados em média 78,1%, que espera estas promoções ocorrerem para adquirir à vista aquilo que precisam ou querem, enquanto 20,9%, adquirem sem pensar nas promoções e 1% não fazem nada quando vêm as promoções.

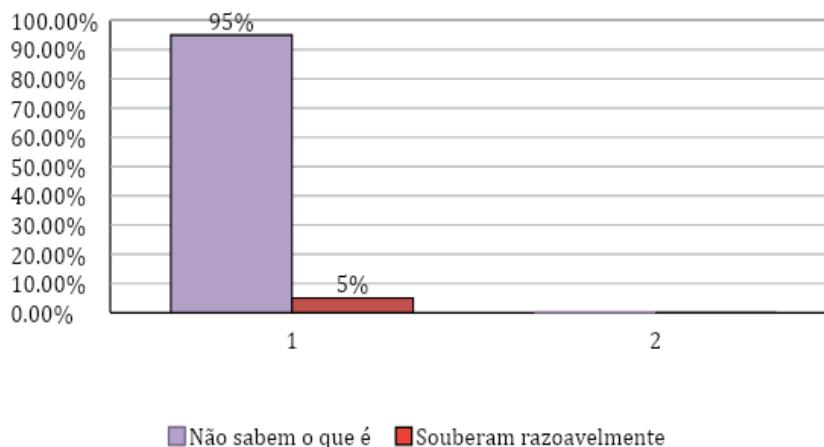
**Gráfico 5:** O que você faz ao se deparar com uma promoção em sua loja favorita.



Fonte: Elaboradas pelos autores, 2022.

Outro questionamento foi em relação a aposentadoria, para isso perguntou-se: o que é para você a aposentadoria sustentável? Neste tópico conseguimos observar que 95% das pessoas não faz sequer ideia do que seja, e os outros 5% tem uma noção mínima do conceito.

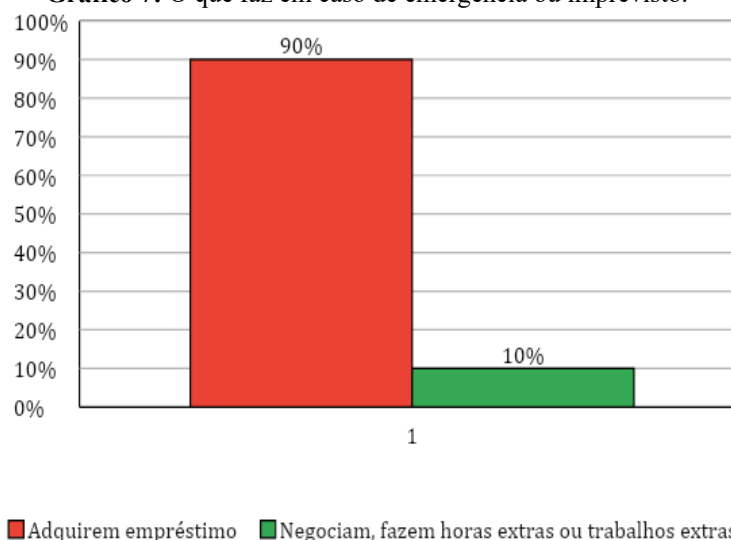
**Gráfico 6:** Entendimento sobre aposentadoria sustentável.



**Fonte:** Elaboradas pelos autores, 2022.

Além do questionamento sobre a aposentadoria buscou-se identificar o que é feito em caso de emergência ou imprevisto. Neste caso, 90% buscaria adquirir empréstimos para que pudesse se livrar das dívidas e pagar parcelado com uma taxa menor de juros, principalmente se a dívida em si, for o cartão de crédito. E os outros 10%, renegociam as dívidas e buscam horas extras ou trabalhos extras.

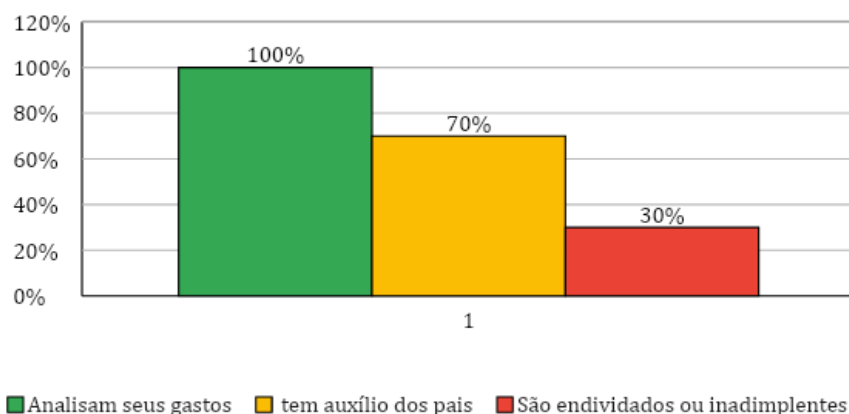
**Gráfico 7:** O que faz em caso de emergência ou imprevisto.



**Fonte:** Elaboradas pelos autores, 2022.

Buscou-se também compreender como é feito o controle financeiro das famílias pesquisadas. Como você faz o controle das suas finanças? Já na questão 8, conseguimos analisar que 100% das pessoas de alguma forma faz a análise de suas finanças, com tudo nem sequer, 50% destas controlam seus gastos, e por serem jovens em sua grande maioria entre 18 e 28 anos, possuem auxílio de seus pais quando necessário.

**Gráfico 8:** Como é o controle financeiro.



Fonte: Elaboradas pelos autores, 2022.

Nos questionamentos também procurou-se identificar a sua relação com pagamento de cartão de crédito. Neste quesito observou-se que 70% dos questionados, utilizam, mas paga em dia seu cartão, contudo os outros 20% parcelam suas faturas para dar conta dos pagamentos, e 10% estão inadimplentes, ou seja, não estão pagando nem o mínimo da fatura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pilares da economia de um país está no poder de compra dos cidadãos, porém com o alto número de endividamentos este poder acaba diminuindo. Somente com desenvolvimento este cenário poderá melhorar, ou seja, investimentos em educação, saúde, infraestrutura, isso irá gerar mais empregos e com isso melhores oportunidades de consumo, pois as pessoas possuirão maior renda, poderão pagar suas dívidas e voltar ao consumo de bens e serviços.

As pessoas cada vez mais estão utilizando cartão de crédito a uma velocidade bem avançada, muitas vezes entendendo ser a solução para a escassez de recursos, porém o uso de maneira inadequada acaba deixando muitos brasileiros com as contas no vermelho, pois na hora do vencimento acabam sem os recursos disponíveis, optam por pagar o valor mínimo da fatura, o que acaba aumentando ainda mais as dívidas, visto que não se dão conta dos juros altíssimos dos respectivos cartões. Ainda no quesito geração de dívidas, muitas pessoas optam em fazer compra de maneira parcelada, em vez de primeiro organizar-se e juntar dinheiro e esperar um pouco mais para adquirir o respectivo bem, são exemplos, compra de automóveis, compras com carnês, e até mesmo a aquisição da casa própria, muitas vezes em um período muito longo, o que acaba comprometendo parte da renda por um período extenso.

Um ponto abordado no artigo refere-se ao impacto que as dificuldades financeiras trazem com relação à produtividade nas empresas. Todas as organizações estão sempre em



busca da redução de custos, melhora no rendimento dos trabalhadores, porém muitas vezes um percentual alto de funcionários endividados acaba que no final de cada período os resultados esperados pelos empresários não sejam atingidos. Isso resulta muitas vezes no fechamento de fábricas, gerando assim desemprego e o crescente índice de endividados, ruim para os empresários, famílias e para a economia do país.

Fatores acima descritos, são os indicadores diretos que ocorrem pelo fato de não darmos a devida importância a educação financeira para alunos em sala de aula. Como descrito, pode-se ver o pequeno percentual de escolas que aderiram ao programa de implantação do ensino de gestão financeira nas salas de aula. O que poderá fazer crescer ainda mais os índices de endividados, que usam formas de pagamento de suas compras de maneira incorreta, bem como as dificuldades dos empresários de obterem melhores resultados nas suas respectivas organizações.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Inadimplência das famílias tem oitava alta consecutiva, diz a CNV Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/inadimplencia-das-familias-tem-oitava-alta-consecutiva-diz-cnc>>. Acesso em: 12 junho 2022.

DOMINGOS, R. Dicas de educação financeira de pais para filhos. DSOP, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3ebpmoy>. Acesso em 08 de julho de 2022.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) [livro eletrônico]: em busca de um Brasil melhor / Claudia M. J. Forte. -- 2. ed. -- São Paulo: Riemma Editora, 2021. PDF Vários autores ISBN 978-65-89661-00-9.

G1 PORTAL DE NOTÍCIAS. BRASILEIRO COMPROMETE EM MÉDIA 29% DA RENDA COM GASTOS NO CARTÃO DE CRÉDITO, MOSTRA PESQUISA DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://G1.GLOBO.COM/ECONOMIA/NOTICIA/2020/06/17/BRASILEIRO-COMPROMETE-EM-MEDIA-29PERCENT-DA-RENDA-COM-GASTOS-NO-CARTAO-DE-CREDITO-MOSTRA-PESQUISA.GHTML](https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/17/brasileiro-compromete-em-media-29percent-da-renda-com-gastos-no-cartao-de-credito-mostra-pesquisa.ghtml)>. ACESSO EM JULHO 2022.

JORNAL CONTÁBIL. Volta às aulas: educação financeira agora é disciplina obrigatória no Brasil. 2020.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.

LUCENA, W.G.L.; MARINHO, R.A.L. Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. SEMEAD, 2013.

MARTINS, J.P. Educação financeira ao alcance de todos. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MARTINS, J.P. Educação financeira ao alcance de todos. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MEC portal Conferencias sobre educação financeira acontecerão em maio. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio>>. Acesso em julho 2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. Metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PERISSÉ, G. Formação integral: educação financeira como tema transversal. São Paulo: DSOP, 2014.

PRALEVAR. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: QUAL A IMPORTÂNCIA DE SABER SOBRE FINANÇAS?

SERASA ENSINA. Cartão de crédito: o que é e como funciona| eCred. Disponível em <https://www.serasa.com.br/ensina/seu-credito/cartao-de-credito-o-que-e-e-como-funciona/> . Acesso em junho de 2022.

SILVA, C. G. da. Educação financeira nas Escolas Públicas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 11, Vol. 04, pp. 44- 56. Novembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso:<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/financeira-escolaspublicas>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/financeiraescolas-publicas.

# CAPÍTULO 23

## CULTURA BRASILEIRA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Abraão Danziger de Matos

### RESUMO

O objetivo deste artigo é entender, por meio da revisão de literatura, a influência da cultura na administração pública, a fim de que, com fundamentos sólidos, passa-se erigir um monumento explicativo e crítico do assunto abordado. O Brasil é um vastíssimo país cuja cultura, oriundo de um longo processo histórico, é plural e conta com múltiplos matizes. Contudo, trata-se de uma nação jovem em formação, composta por diversas etnias responsáveis pelo enriquecimento patrimonial do povo, isto é, a cultura multifacetada do Brasil. As especificidades nacionais assim como as regionais, são cada vez mais entendidas como aspectos que influenciam a forma como empresas inseridas em economias emergentes respondem à cenários competitivos. No entanto, a pesquisa organizacional muitas vezes ignora a importância das diferenças entre os países na formação do comportamento organizacional corporativo. Evidencia-se, portanto, que compreender a complexidade da cultura nacional é crucial, pois pode mudar ou inviabilizar a cultura das organizações. Assim, é impossível entender uma organização sem antes entender seu contexto cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Pública. Cultura. Comportamento organizacional.

### INTRODUÇÃO

Entender o contexto em que um determinado objeto de estudo está a ser examinado, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma pesquisa arrojada e assaz importante. Não saber o caminho que levou certas coisas a fazerem parte do *status quo*, pode redundar na falsa compreensão de que a sociedade à volta sempre fora assim na civilização moderna.

Isto posto, ter uma ampla visão do objeto permite ao acurado leitor concentrar seu foco num ponto específico do quadro geral. Assemelha-se ao observador que detém o olhar no sorriso da Mona Lisa - ele só fita o lábio fino e enigmático da pintura do Leonardo da Vinci, porque para além do esgar há uma mulher inteira, misteriosa. O todo permite deter-se na parte.

O todo neste trabalho é a administração pública. O cuidado com o que pertence à comunidade, as organizações que a volteiam e executam o que próprio a elas, tem raízes fundas na história. Sabe-se que no princípio, tão logo o homem largou do nomadismo, e fixou-se com parentes numa localidade a trabalhar, iniciou-se o modo de vida tribal, em que o chefe administrava suas possessões e emitia comandos a seus subordinados.

Esse modo administrativo cedeu lugar a modelos mais aprimorados, resultantes da formação das cidades que se compunham de muitas famílias chefiadas por uma personalidade

reinante. Paralelo a esse poder, havia os sacerdotes, para officiar os ritos religiosos. Dessa maneira, as organizações eram elaboradas com fito à administração do poder temporal (chefes e reis) e do poder espiritual (sacerdotes).

O desenvolvimento civilizacional, sobredito, foi criando instituições com o objetivo de delimitar as funções e limites de cada organização, embora fossem intimamente entremeadas. As pólis gregas, por exemplo, tinham características muito distintas umas das outras, por causa da forma singular de suas administrações. Desse modo, Esparta era gerida por um tirano cujo valor máximo era a guerra, enquanto uma cidade-Estado rival, Atenas, desfrutava de uma democracia em que escravos eram permitidos, e onde a maior parte de sua população não era constituída de cidadãos.

Com o advento do Estado Moderno, outras transformações foram acontecendo. Após a revolução francesa, muitas organizações vieram a lume, e antes muitas das propriedades que pertenciam à igreja, passaram a ser do Estado, e, portanto, pública. Essas transformações fizeram com que, concomitantemente, mudassem os problemas da administração pública, seus desafios, suas cruezas, entre outros. Desse modo, soía aos governantes formular medidas, organizações e planos de gerenciamento do que diz respeito ao povo. Naturalmente, muitas deliberações malograram, ou nunca saíram do papel, porquanto no que diz respeito à administração pública nada é absolutamente banal ou fácil (COSTIN; 2010)

Com efeito, muitos foram os modelos de Estado e de governo ao longo dos milênios de história da civilização humana. Porém, não há negar, que mesmo havendo essa diferença entre os modelos, é mister reconhecer a importância da administração pública, ou seja, do modo como aquilo que diz respeito ao povo será feito, configurado.

Visto isto, o presente trabalho deter-se-á a administração pública brasileira, configurando este o centro objetivo do que se delineia, o sorriso da Monalisa no meio do quadro geral. Para tanto, compreende-se que não há como entender o papel do Estado, nem a administração pública, sem lançar mão do recurso histórico para contextualizar o surgimento e desenvolvimento das organizações e do modo como essas administram o país.

Dessa forma, o artigo ora composto versa acerca do histórico da administração pública brasileira, partindo do ponto em que, ao se entender o *status quaestionis*, pode-se medir com maior precisão o nível de avanço e de atraso desse setor no país. Adstrita a isso, como quadro mais geral dentro do histórico administrativo, o contexto da cultura brasileira encontrar-se-á explanado nestas páginas. Não à toa, porquanto o objetivo é entender a influência da cultura na

administração pública, a fim de que, com fundamentos sólidos, passa-se erigir um monumento explicativo e crítico do assunto abordado. Para tanto, debruça-se sobre a revisão literária como forma de atingir o objetivo proposto.

## **BREVE HISTÓRICO DA ADMINISTRAÇÃO**

Há alguns anos verificou-se o ressurgimento do interesse, da parte dos estudiosos, pela história da administração pública no Brasil, resultando, portanto, em várias publicações acerca do assunto, e configurando, assim, uma sobrevida ao tema outrora pouco tratado (DA MOTA; GOMES, 2019). Nessa perspectiva, o artigo que ora se desenvolve expõe um breve delineamento do *status quaestionis* da administração pública em solo brasileiro.

O sistema mais antigo de administração pública, por cuja alcunha recebeu o termo de patrimonialista, exerceu influência no Brasil até o ano de 1889. Neste modelo, o Estado funcionava como uma extensão do poder do soberano, e seus auxiliares, da nobreza real, ajudavam a gerir o reino. Assim, um traço marcante do modelo sobredito é a indefinição entre o que é público e privado, ou entre o político e o administrador público. Por isso, não raro, eram abundantes a corrupção (KLERING; PORSSE; GUDAGNIN, 2010).

Noutro modelo, o burocrático, o cerne da questão administrativa concentra-se no quesito de profissionalização, carreira, hierarquia funcional, impessoalidade e formalismo, constituindo-se, portanto, num poder racional-legal. Contudo, tal modelo funciona a partir da desconfiança nos administradores públicos e nos cidadãos que lhas enviam demandas. Em decorrência disso, para o modelo burocrático, é necessário o constante e rígido controle dos processos administrativos.

Especificamente no Brasil, a administração burocrática ganha relevo sobretudo a partir dos anos de 1930, como proposta rival ao modelo conservador, representado pelas oligarquias rurais exportadoras. Neste contexto, vem a lume quadro a industrialização brasileira em larga escala, iniciativa encabeçada pelo Estado que ocupa um papel central e decisivo no processo, intervindo, quando lhe calhava, no setor produtivo (PAES DE PAULA, 2003).

Visto isto, objetivando à modernização da administração pública, é criado, no ano de 1936, o Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, descortinando novos aspectos da administração pública até então inexplorados. Porém, nesse estágio, ainda há a forte influência da Teoria da Administração Científica de Taylor, cujo ideal consiste em racionalizar, mediante a aplicação de princípios específicos, a simplificação, padronização e aquisição

racional de recursos e produção, amparado num tecnicismo positivista (KLERING; PORSSE; GUDAGNIN, 2010).

Devido ao desajustamento do modelo burocrático, a administração pública realizou várias tentativas de reformas. Desse modo, no Governo JK, empreendeu-se uma reforma administrativa, pautada na criação da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos, cujo objetivo era a realização de estudos sobre os processos administrativos e reformas ministeriais, com foco na construção de projetos voltados para as reformas e descentralização de serviços.

Contudo, a reforma mais significativa veio a ser efetuada em 1967 pelo Decreto-Lei nº 200. Firmados no Decreto-Lei supracitado, foi realizada a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. No entanto, essas reformas realizadas pelo Decreto-Lei nº 200/67 não lograram êxito em conseguir as mudanças ambicionadas no que tange a administração burocrática central, possibilitando, *pari passu*, a coexistência entre os núcleos de eficiência e os de competência na administração indireta, além da sobrevivência das formas mais obsoletas e ineficientes da administração direta ou central (COSTA, 2008).

Nos anos 70, deu-se início a uma nova iniciativa modernizadora da administração pública, isto é, a criação teve da SEMOR – Secretaria da Modernização, gerida por jovens de formação especializada no exterior. Esse modelo visava implantar técnicas de gestão, e de administração de recursos humanos, na administração pública federal. Na década seguinte, por sua vez, ocorreu uma nova tentativa de reformar a burocracia e subordiná-la à administração pública gerencial. Tal plano empreendeu-se com a criação do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização – PrND, que propunha tornar mais leve o sistema burocrático estimulado pelo Decreto-Lei nº 200/67 (COSTA, 2008).

Contudo, segundo Klering; Porsse; Gudagnin, (2010), o período de transição democrática (1985-1990), contrariando às expectativas, teve por característica um concomitante afrouxamento dos esforços políticos para a modernização administrativa no setor público, em razão de vários fatores, cuja descrição seria por demais escusado apontar. Como ponto forte desse período, houve a criação da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) que objetivava formar, aperfeiçoar e profissionalizar o servidor público de nível superior.

Ainda segundo os autores supracitados, esse período que, sob certos aspectos, inicia com o governo Collor (1990-1992), passa a priorizar o ajuste fiscal, incentivando a liberação

comercial e a privatização. Esse novo contexto, seguido por Itamar Franco (data) e seus sucessor Fernando Henrique Cardoso (data), encetou o âmbito da administração pública no país, propondo novos modelos, em que o setor público, vulnerável, foi ficando à mercê de poderes econômicos ambiciosos de poder.

Assim sendo, os anos seguintes constituíram um silêncio nos aspectos históricos da administração pública, sendo retomada apenas há duas décadas (Lustosa da Costa; Zamot, 2010). Este panorama serve, sobretudo, para descaracterizar a ideia evolutiva da administração pública, mostrando que mesmo em períodos mais democráticos, a falta de apoio político e os conflitos de interesse configuram problemas de onerosa resolução (COSTA, 2018).

Por isso, cabe ressaltar que a administração pública ocorre em solo brasileiro há séculos, adquirindo contornos mais delineados com a vinda de Dom João VI em 1808, e estende-se até os dias atuais, com cada período obtendo sucessos e fracassos, avanços e retrocessos próprios de um processo histórico complexo e profundíssimo (Lustosa da Costa; Zamot, 2010). Dessa forma cabe ao expositor mostrar apenas que o desenvolvimento da administração não conseguiu desvencilhar certos vícios administrativos antigos, conservando até hoje os aspectos tecnicistas, burocráticos e patriarcalistas, além de agregar outros mais que visam a predominância do privado sobre o público.

## **CONTEXTO DA ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL**

Assim, com a operacionalidade do Estado, as grandes crises econômicas mundiais, e o crescente e monopólio das multinacionais, fica evidente que o modelo burocrático tão difundido no Brasil – isto é, o controle hierárquico e formal das ações administrativas – é inadequado para resolver os problemas práticos do serviço público, precisamente porque esses problemas necessitam de mobilidade e destreza, ao passo que a burocracia caracteriza-se sobretudo por seu engessamento e dificuldade nas operações administrativas (COELHO, 2013).

Esse modelo podia, talvez, sopitar a corrupção e o nepotismo, mas mostrou-se uma estratégia lenta, cara e ineficiente (BRESSER-PEREIRA, 2005), que, não raro, mais atrapalhou do que ajudou. É sobretudo um modelo ultrapassado, que, decerto, fazia sentido no tempo do Estado liberal, no século XVIII - ou seja, um Estado dedicado à proteção dos direitos de propriedade, e que só precisava de um parlamento para fixar as leis, além de contar com um sistema judiciário e policial para garantir o cumprimento das leis, e de força militar para proteger a nação de inimigos e invasores.

Contudo, num Estado moderno, que havia, adstrita a isso, acrescentado ainda às suas tarefas o papel de prover educação pública, saúde pública, cultura pública, além de seguridade social, incentivos à ciência e tecnologia, investimentos em infraestrutura e de proteção ao meio ambiente; num momento administrativo e social como este, um modelo burocrático é não somente obsoleto, mas também destruidor.

Essa vulnerabilidade da administração burocrática fez vir a lume, mais difusamente, a ideia de que o setor privado possuía modelos mais ideais de gestão. Desse modo, no contexto de escassez de recursos públicos e de enfraquecimento do poder do Estado, houve um avanço da ideologia "privatizante", cujo modelo se implantou no setor público. Assim, logo após as privatizações de empresas dos âmbitos siderúrgico, petroquímico, elétrico e de telecomunicações nos anos de 1990, o Estado brasileiro, no que tange a política nesses setores, mudou drasticamente. Passou de produtor de insumos industriais e de fornecedor de infraestrutura para o setor privado, para a função de regulador dos mercados recém-criados com as privatizações (COELHO, 2013).

A maneira para executar as funções reguladoras, foi a da criação de agências reguladoras destinadas para cada setor a ser regulado. Desse modo, criaram-se mercados onde antes havia somente monopólio do Estado. A essa nova configuração social, soma-se a nova forma de atuação do Estado: a função reguladora por intermédio de agências, não mais da Administração Pública direta. Destarte, a novidade que as privatizações trouxeram para a Administração Pública no Brasil acarreta um duplo prospecto: a forma (as agências) e o conteúdo (os novos mercados recém-criados). Tratando-se, portanto, de uma experiência recente, ainda não é possível precisar quais as tendências e os componentes do novo *modus operandi* de relações entre Estado e os setores econômicos.

Contudo, mesmo com as indefinições no que tange às novas formas de interação entre o Estado e a sociedade, após as privatizações e a abertura dos mercados financeiro, bancário, de previdência e de saúde complementares, não há negar que o papel do Estado segue inalterado e inalterável, posto sua tarefa de defender e prevalecer no que tange ao interesse público em detrimento dos interesses privados.

Dessa forma, segundo Coelho (2013) estabelecer uma precedência dos assuntos públicos sobre os privados constitui um desafio assaz complicado, porquanto não só o poder regulador deve ter preeminência, como também à Administração Pública direta, à qual vinculam-se às agências privadas.



Assim, como afirmado anteriormente, a globalização envolveu uma combinação entre políticas neoliberais e mudanças tecnológicas ocorridas, concomitantemente, em todo o mundo capitalista. Entre as áreas de mudanças mais significativas encontram-se as comunicações, com destaque para a telefonia. Há 20 anos, os serviços de telefonia, em quase todo o mundo, eram monopólios estatais. Os custos da infraestrutura requerida eram elevados, e só havia uma tecnologia disponível para a prestação dos serviços: telefones fixos ligados por fios e interligados por satélites para comunicações à longa distância. Por serem os custos de investimento inicial muito elevados, o setor era pouco atraente para os capitais privados. Por isso, o setor constituía-se em monopólio natural do Estado e, pela mesma razão, o acesso aos serviços de telefonia era tão restrito no Brasil.

## **INFLUÊNCIA DA CULTURA BRASILEIRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

O Brasil, segundo Lucena (1993), é um vastíssimo país cuja cultura, oriundo de um longo processo histórico, é plural e conta com múltiplos matizes. Contudo, trata-se de uma nação jovem em formação, composta por diversas etnias responsáveis pelo enriquecimento patrimonial do povo, isto é, a cultura multifacetada do Brasil. Sua base mais sólida, consiste nas remanescentes contribuições dos nativos da América, dos africanos e dos europeus. Essas manifestações são fortes e imprescindíveis como ferramenta para a construção da identidade do povo, ainda que, no processo de colonização, tenha havido uma predominância da chamada cultura civilizada da Península Ibérica, sobre as outras manifestações culturais.

A sobrevivência desse aspecto cultural depende de motivações distintas, onde se fazem presentes todos os meios de expressão cultural, tais como: a dança, o imaginário, o idioma, a culinária, a religiosidade, a música, o vestuário; enfim, tudo o que se vai fixando nos objetos utilitários, lúdicos e religiosos. Dessa maneira, o pesponto que vai tecendo o recamo narrativo da cultura brasileira, mostra que a colonização, para além do âmbito político, deu-se também na área cultural, transformando o país em que o esquema de poder europeu determinava o domínio do Estado no processo artístico e cultural, consagrando a dicotomia entre "cultura erudita" e "cultura popular" (LUCENA, 1993).

Desde o início do século XX, registram-se pesquisas sobre o impacto dos aspectos culturais na gestão organizacional. Do final da década de 1970 à meados de 1980, com o êxito de empresas japonesas, o termo cultura organizacional tornou-se uma área de interesse da teoria da administração. Além disso, tem-se o evento da globalização, o qual acarretou em mudanças no ambiente social e no âmbito das organizações públicas. Assim, a interação entre indivíduos

de diferentes países e regiões requer uma maior compreensão de suas respectivas identidades culturais.

No setor público, os contatos entre as nações são frequentes, seja nas atividades comerciais, regulatórias ou de segurança. Além disso, diante do histórico recente de descaso e desvio de recursos públicos em muitos países, inclusive no Brasil, a população tem exigido cada vez mais eficiência, transparência, e produtividade dos servidores públicos responsáveis pelo atendimento aos cidadãos (DA MOTTA; GOMES, 2019).

No Brasil, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, o governo concebeu e difundiu programas voltados à desburocratização e à modernização da administração pública. No entanto, o serviço público brasileiro ainda apresenta características burocráticas, que foram superadas em vários países do mundo com a adoção de indicadores de eficiência e gestão por resultados no monitoramento das ações governamentais. Conseqüentemente, as organizações públicas brasileiras enfrentam a necessidade urgente de examinar a forma como se conduzem, tanto política quanto administrativamente. Acontece que, como qualquer processo de mudança, esta é uma operação complexa que exige tempo e esforço, além de um compromisso com a revisão de valores, práticas e mudança de paradigmas (GOMES; ROCHA, 1996).

Nessa perspectiva, torna-se inviável entender a cultura de uma organização pública, sem antes conhecer o cenário no qual está inserida. Segundo Eisend; Gilliland; Evanschitzky (2015), a concordância entre os termos cultura nacional e cultura organizacional converte-se em maior contentamento dos colaboradores, menos conflitos internos e externos, maior eficiência nas atividades desenvolvidas assim como um maior comprometimento, gerando, portanto, melhores resultados.

De acordo com Da Motta; Gomes (2019) a cultura se apresenta em diferentes níveis, sendo o mais alto a cultura nacional, o segundo trata-se da cultura corporativa, até o nível profissional, no qual se encontram códigos éticos da profissão. De Hilal (2006) evidencia que em sociedades relacionais, como a brasileira, deve-se considerar o impacto de redes relacionais tanto na cultura organizacional quanto nas subculturas.

Todavia, apesar da cultura ser considerada uma abstração, as forças que surgem de situações organizacionais são fortes. Dessa forma, o não entendimento de como essas forças funcionam, resultam em sujeitos vítimas de suas manifestações. Portanto, compreender a cultura organizacional como singular ou diversa, evasiva e incoerente, constitui um tema tão profundo que não pode ser apreendido como instrumento de análise (MORAES et al. 2016).

Hatum (2006) argumenta que as especificidades nacionais assim como as regionais, são cada vez mais entendidas como aspectos que influenciam a forma como empresas inseridas em economias emergentes respondem à cenários competitivos. No entanto, a pesquisa organizacional muitas vezes ignora a importância das diferenças entre os países na formação do comportamento organizacional corporativo. Ainda de acordo com Hatum (2006), a estrutura e o funcionamento das empresas e dos mercados variam de país para país, e essas diferenças decorrem de singularidades nas principais instituições da sociedade, como o Estado e o sistema financeiro.

Gomes e Rocha (1996) apontam que compreender a complexidade da cultura nacional é crucial, pois pode mudar ou inviabilizar a cultura das organizações. Assim, é impossível entender uma organização sem antes entender seu contexto cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou traçar uma linha narrativa que tratasse de vários aspectos da administração pública, com foco no aspecto contextual imprescindível para o melhor entendimento do assunto proposto. Para tanto, a princípio, versou-se sobre o *status quaestionis* da administração pública.

Neste ponto, o foco foi delinear uma narrativa que não fosse exaustiva, mas que pusesse em relevo as principais transformações no processo administrativo brasileiro, e como cada transformação foi sendo suplantada ou mantida pela proposta seguinte, de sorte a demonstrar que o processo de transformações não é unívoco nem evolucionário, mas que conta com aspectos ambíguos e de enorme complexidade.

Seguindo a linha proposta, versou-se acerca do contexto brasileiro em que ocorrem as tensões envolvendo a administração pública. Neste ponto, o fito foram as mudanças sobrevindas a estrutura do Estado com os planos de privatização iniciado nos anos 90, criando então uma dicotomia público e privado, cujos interesses se entrecrocaram e se ajustam, conforme as regras do jogo do momento.

Sobredito, para que houvesse um pano de fundo onde o espetáculo social pudesse sentir-se amparado antes de mostrar-se ao público, foi elaborado um tópico que versa precisamente sobre as relações existentes entre a cultura brasileira e as organizações, mostrando como o aspecto cultural molda e, não raro, define o curso das organizações e da administração pública, além de fornecer aspectos e explicações para o *modus operandi* estatal e social.

Assim sendo, a administração pública encara, hoje, um dilema que perpassa séculos: ajustar-se aos interesses do povo e não só de uma elite, com mecanismos de ação práticas, e não meios burocráticos e empedernidos de ação, que mais tolhem o cidadão, que o fazem bem. Visto isto, os desafios porque passa a administração, desde os anos 90, vem adquirindo mais gravidade, com o advento das tecnologias e o acelerado modo de substituição e exigência, que a sociedade moderna requer dos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construção do Estado e Administração Pública: uma abordagem histórica**. 2005.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Administração pública e contexto institucional Contemporâneo**. 2013.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 5, p. 829-874, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DxgBXcJLnFHVxsqPbgCWckQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de março de 2022.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. Elsevier, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/863>. Acesso em 12 de março de 2022.

DA MOTTA, Leonardo Antonio Siervo; GOMES, Josir Simeone. Interações entre cultura nacional, cultura organizacional e gestão pública. **Contabilidad y Negocios**, v. 14, n. 27, p. 89-103, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2816/281666568006/html/>. Acesso em 12 de março de 2022.

DE HILAL, Adriana V. Garibaldi. Brazilian national culture, organizational culture and cultural agreement: findings from a multinational company. **International Journal of Cross Cultural Management**, v. 6, n. 2, p. 139-167, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1470595806066325>. Acesso em 12 de março de 2022.

EISEND, Martin; EVANSCHITZKY, Heiner; GILLILAND, David I. The influence of organizational and national culture on new product performance. **Journal of Product Innovation Management**, v. 33, n. 3, p. 260-276, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jpim.12268>. Acesso em 12 de março de 2022.

GOMES, Josir S.; ROCHA, Everardo. Controle gerencial, simbolismo e cultura. **Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ**, 1996.

HATUM, Andrés. The Influence of National Business Environment as Shaper of Organizatinoal Action: The Case of Argentina. **Management Research: Journal of the Iberoamerican Academy of Management**, 2006. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.2753/JMR1536-5433040302/full/html>.  
Acesso em 12 de março de 2022.

KLERING, Luis Roque; PORSSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. Novos caminhos da administração pública brasileira. **Análise–Revista de Administração da PUCRS**, v. 21, n. 1, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/xXx/Downloads/8231-Texto%20do%20artigo-28894-1-10-20110112.pdf>. Acesso em 12 de março de 2022.

LUCENA, Iveraldo. **A marginalidade das políticas culturais no âmbito das políticas públicas**. In: Ciclo de debates sobre cultura e memória: perspectivas da administração pública brasileira hoje. Disponível em: <file:///C:/Users/xXx/Downloads/Cultura%20e%20Mem%C3%B3ria%20-%20Perspectivas%20da%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%ABlica%20Brasileira%20Hoje.pdf>. Acesso em 12 de março de 2022.

PAULA, Ana Paula Paes de. Administração pública brasileira entreo gerencialismo e a gestão social. **Revista de administração de empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HqKgvKNRxxMmCyxK7jbJz8g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12 de março de 2022.



www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

# Administração em DIÁLOGO 2

Edilene Dias Santos  
Bianca Gabriely Ferreira Silva  
Roger Goulart Mello  
Organizadores



2022

www.editorapublicar.com.br  
contato@editorapublicar.com.br  
@epublicar  
facebook.com.br/epublicar

# Administração em

# DIÁLOGO 2

Edilene Dias Santos  
Bianca Gabriely Ferreira Silva  
Roger Goulart Mello  
Organizadores



2022